

Maria Edneide F. de Carvalho
Rosa Leite da Costa
José Gevílido Viana
José Cezinaldo Rocha Bessa
(ORGANIZADORES)



Texto, discurso e produção de sentidos em uma sociedade conectada

Maria Edneide F. de Carvalho
Rosa Leite da Costa
José Gevílido Viana
José Cezinaldo Rocha Bessa
(ORGANIZADORES)



CONSELHO EDITORIAL – REDE-TER

Afonso Welliton de S. Nascimento – (UFPA) – Brasil
Alexandre Augusto Cals e Souza – (UFPA) – Brasil
Antônio Gaspar Domingos – Instituto Politécnico de Cuanza Sul – Angola
Emanuel Alexandrino Silva Semedo – Universidade de Santiago – Cabo Verde
Francisco do O’ de Lima Júnior – (URCA) – Brasil
Gilton Sampaio de Souza – (UERN) – Brasil
José Cezinaldo Rocha Bessa – (UERN) – Brasil
Josué Alencar Bezerra – (UERN) – Brasil
Larissa da Silva F. Alves – (UERN) – Brasil
Luis Filipe Martins Rodrigues – Universidade de Santiago – Cabo Verde
Luís Tomás Domingos – (UNILAB) – Brasil
Marcelo Pustilnik Almeida Vieira – (UFSM) – Brasil
Maria do Socorro Maia F. Barbosa – (UERN) – Brasil
Maria Losângela M. de Sousa – (UERN) – Brasil
Maria Lúcia Pessoa Sampaio – (UERN) – Brasil
Rosângela A. dos S. Bernardino – (UERN) – Brasil
Sandra Meza Fernández - Universidade do Chile – Chile
Sara Taciana Firmino Bezerra – (UERN) – Brasil
Simone Cabral M. dos Santos – (UERN) – Brasil
Valdir Heitor Barzotto – (USP) – Brasil

COMITÊ CIENTÍFICO DO II SINALEN

Profa. Dra. Ana Paula Lima Carneiro
Profa. Dra. Concisia Lopes dos Santos
Prof. Dr. Francisco Paulo da Silva
Prof. Dr. José Carlos Redson
Prof. Dr. Jose Cezinaldo Rocha Bessa
Prof. Dr. Jailson José dos Santos
Prof. Dr. José Rodrigues de Mesquita Neto
Profa. Dra. Crígina Cibelle Pereira
Profa. Dra. Edilene Rodrigues Barbosa
Profa. Dra. Lilian de Oliveira Rodrigues
Profa. Dra. Maria Aparecida da Costa
Profa. Dra. Maria da Luz Duarte Leite Silva
Profa. Dra. Maria Leidiana Alves
Profa. Dra. Maria Lucia Pessoa Sampaio
Prof. Dr. Manoel Freire Rodrigues
Prof. Dr. Netanias Mateus de Castro
Prof. Dr. Sérgio Wellington Freire Chaves
Profa. Dra. Rosa Leite da Costa
Profa. Dra. Rosangela Alves dos Santos Bernardino
Prof. Dr. Wellington Vieira Mendes

EQUIPE DE REVISÃO

Ana Paula Santos de Souza

Rosa Leite da Costa

Sabrina de Paiva Bento Queiroz

José Carlos Redson

EQUIPE DE EDITORAÇÃO

Laura Tereza de Sousa Costa

Kauê Fernandes Lopes

Maria Edneide Ferreira de Carvalho

Maria Eloisa Rodrigues Bessa

Maria Cristina da Silva

CAPA E DIAGRAMAÇÃO

José Rubens Pereira

Os textos assinados, no que diz respeito tanto à linguagem quanto ao conteúdo, não refletem necessariamente a opinião dos organizadores da obra e da REDE-TER. As opiniões são de responsabilidade exclusiva dos respectivos autores.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

T355

Texto, discurso e produção dos sentidos em uma sociedade conectada. [recurso eletrônico] / Organizadores: Maria Edneide F. de Carvalho, Rosa Leite da Costa, José Gevildo Viana, José Cezinaldo Rocha Bessa. Pau dos Ferros: REDE-TER, 2025.
458 p.

Vários autores.

ISBN: 978-65-87381-45-9.

1. Educação. 2. Textos literários. 3. Literatura. 4. Discurso. 4. Produção dos sentidos. I. Carvalho, Maria Edneide F. de. II. Costa, Rosa Leite da. III. Viana, José Gevildo. IV. Bessa, José Cezinaldo Rocha. V. Título.

CDU 370

Bibliotecária: Francismeiry Gomes de Oliveira – CRB 15/869

*À eterna Mônica Magalhães Cavalcante
(in memorian). Os meandros do texto estão marcados,
para sempre, por suas contribuições inestimáveis.*

As relações sociais se modificaram
com o advento das interações on-line,
mas isso não significa que elas tenham
deixado de se conduzir por normas de
boa convivência e civilidade”
(Cavalcante; Brito; Custódio Filho,
2023, p. 96)

	APRESENTAÇÃO	13
	<i>Maria Edneide F. de Carvalho</i> <i>Rosa Leite da Costa</i> <i>José Gevílido Viana</i> <i>José Cezinaldo Rocha Bessa</i>	
01	“VOCÊ SABE O QUE É O P DE PCD?”: ESTRATÉGIAS BIOPOLÍTICAS EM DISCURSO MIDIÁTICO NO ACONTECIMENTO DO DIA INTERNACIONAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA	15
	<i>Sara Cristina dos Santos Freires</i> <i>Maria Eliza Freitas do Nascimento</i>	
02	“DONA DA P*RRÁ TODA”: A CONSTRUÇÃO DO <i>ETHOS</i> DA EMPRESÁRIA BIANCA ANDRADE E A (NÃO) ASSUNÇÃO DA RESPONSABILIDADE ENUNCIATIVA EM POSTS DO <i>INSTAGRAM</i>	27
	<i>Gabriela Castro Marques</i> <i>Milly Aparecida de Sousa Lima</i>	
03	“MAMACITA”: <i>WEBSITE</i> INFORMACIONAL DE ORIENTAÇÃO AO GERENCIAMENTO DE VOZES DA CIÊNCIA	38
	<i>Eduardo Gonçalves de Carvalho</i> <i>Rillary Yasmim Vieira Alves</i> <i>Evandro Gonçalves Leite</i>	
04	A INTERPENETRAÇÃO ENTRE AS MODALIDADES ARGUMENTATIVAS POLÊMICA E PATÊMICA EM UM ARTIGO DE OPINIÃO	50
	<i>Thalia Rodrigues de Castro Santiago</i> <i>Antonio Lailton Moraes Duarte</i> <i>José Marcos Rosendo de Souza</i>	
05	A LÍNGUA COMO INSTRUMENTO DE CONTROLE DO SABER NO ROMANCE <i>1984</i>: UMA ANÁLISE DISCURSIVA FOUCAULTIANA... ..	61
	<i>Lucas Tadeu Martins Félix</i> <i>Ana Maria de Carvalho</i> <i>José Roberto Alves Barbosa</i>	
06	A REFERENCIAÇÃO TEXTUAL E A PRODUÇÃO DE SENTIDOS EM PUBLICIDADES NO <i>INSTAGRAM</i>: ANÁLISE DAS ANÁFORAS INDIRETAS PRESENTES NAS PUBLICAÇÕES DA #PUBLI.....	69
	<i>Emanuelle Kelly Alves de Souza</i> <i>Lidiane de Moraes Diógenes Bezerra</i>	
07	ACEITA: A (NÃO) ASSUNÇÃO DA RESPONSABILIDADE ENUNCIATIVA NA PUBLICAÇÃO DE DIVULGAÇÃO DO CLIPE DA CANTORA ANITTA NO <i>INSTAGRAM</i>	77
	<i>Gabriela Castro Marques</i> <i>Rosângela Félix de Oliveira</i>	

08	ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO SOBRE ANIMAIS EM SITUAÇÃO DE ABANDONO: O CASO DA REDE SOCIAL DIGITAL DO <i>INSTAGRAM</i> 89
	<i>Niury Clédna de Vasconcelos Silva</i> <i>Ivandilson Costa</i>
09	ANÁLISE DA (NÃO) ASSUNÇÃO DA RESPONSABILIDADE ENUNCIATIVA EM MONOGRAFIAS DE PESQUISADORES INICIANTE DA ÁREA DE LETRAS..... 97
	<i>Josélia Cruz da Silva</i> <i>Márcia Socorro Ferreira de Andrade Silva</i>
10	ANÁLISE DAS POSTURAS ENUNCIATIVAS EM DISCURSOS DE <i>COACH</i> DE RELACIONAMENTOS SOBRE A VIVÊNCIA DO AMOR ROMÂNTICO.....108
	<i>Natália Venâncio da Silva</i> <i>Alex Souza Bezerra</i> <i>Rosângela Alves dos Santos Bernardino</i>
11	ANÁLISE DO DISCURSO POLÍTICO: UM OLHAR CRÍTICO A PARTIR DO PROCESSO DE LEXICALIZAÇÃO EM PUBLICAÇÕES DO JORNAL <i>ESTADÃO</i>.....120
	<i>Leandro Vagner Moraes Menezes</i> <i>Ivandilson Costa</i>
12	ARTISTA OU PRODUTO? O PODER DISCIPLINAR COMO PRÁTICA ABUSIVA NA INDÚSTRIA DO K-POP129
	<i>Lucas Braga de Araújo</i> <i>Julianny Maria de Freitas Martins</i> <i>Brenda de Freitas</i>
13	AS RELAÇÕES DE PODER/SABER E AS VONTADES DE VERDADE NA DISCIPLINA DO CORPO: UMA ANÁLISE DA INSISTENTE GORDOFÓBIA PRESENTE NA MÍDIA SOCIAL <i>INSTAGRAM</i>.138
	<i>Lycia Roane Silva</i> <i>Lília Alexandrino de Araújo</i> <i>Brenda de Freitas</i>
14	COESÃO E COERÊNCIA EM PRODUÇÕES TEXTUAIS DE ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL: UMA ANÁLISE DE REDAÇÕES PREPARATÓRIAS AO EXAME DO IFRN.....147
	<i>Andressa Fernandes Freire</i> <i>Amanda Mikaelly Nobre de Souza</i>
15	DA EMANCIPAÇÃO À REGULAÇÃO SOCIAL DO TRABALHO DOCENTE: A SUBJETIVAÇÃO DO PROFESSOR E O LUGAR HISTÓRICO DA ESCOLA EM NARRATIVAS DO NOVO ENSINO MÉDIO158
	<i>Antonio Genário Pinheiro dos Santos</i> <i>Rafaela Cláudia dos Santos</i>

16	DAS PINCELADAS À FIGURA E DA FIGURA À MULHER: AS RELAÇÕES DIALÓGICAS NO ENUNCIADO PICTÓRICO SESSÃO DO CONSELHO DE ESTADO DE GEORGINA ALBUQUERQUE.....	170
	<i>Clara Morghana Pereira Silva</i> <i>Francisco Vieira da Silva</i>	
17	DESAFIOS E OPORTUNIDADES: A EDUCAÇÃO E AS CARACTERÍSTICAS MULTIMODAIS NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA.....	181
	<i>Mauro Silvano Medeiros Pereira</i>	
18	DISCURSO, HUMOR E RESISTÊNCIA AO PROJETO DE FELICIDADE NEOLIBERAL	189
	<i>Vinicius Costa Araújo Lira</i> <i>Francisco Vieira da Silva</i>	
19	DISCURSO, RACISMO E RESISTÊNCIA: UMA ANÁLISE DE POSTAGENS DO JOGADOR VINÍCIUS JÚNIOR NA REDE SOCIAL X	200
	<i>Willian Andrade Silva</i> <i>Francisco Vieira da Silva</i>	
20	ESTRATÉGIAS ARGUMENTATIVAS NA PRODUÇÃO DE TEXTO: ANÁLISE DE REDAÇÃO NOTA MIL NO ENEM.....	211
	<i>Laíze Lima da Silva</i> <i>Regilsom Magalhães da Silva Júnior</i> <i>Jackeline Sousa Silva</i>	
21	ESTRATÉGIAS BIOPOLÍTICAS E PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADE EM MATERIAIS DIDÁTICOS DO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO INTEGRADA DO MOVIMENTO BRASILEIRO DE ALFABETIZAÇÃO (MOBRAL).....	220
	<i>Francisco Edjânio Rodrigues Ferreira</i> <i>Francisco Vieira da Silva</i>	
22	FATORES DE TEXTUALIDADE E METARREGRAS EM PRODUÇÕES DE ALUNOS DE 8º E 9º ANOS DOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL.....	231
	<i>Joserlândia Pereira da Silva Sales</i>	
23	GÊNEROS E MULTIMODALIDADE NOS TEXTOS MOTIVADORES DA REDAÇÃO DO EXAME NACIONAL DO ENSINO MÉDIO (ENEM) ..	242
	<i>Maria das Graças de Oliveira Pereira</i> <i>Maria José Morais Honório</i>	

24	INVESTIGANDO TRAGÉDIAS: PRÁTICA DISCURSIVA E PRÁTICA SOCIAL EM NOTÍCIAS DE FEMINICÍDIOS OCORRIDOS EM 2022 NO ESTADO DA PARAÍBA	254
	<i>André Akênio Diniz Alexandre</i> <i>Samara Vieira Carneiro</i> <i>Mauriene Silva de Freitas</i>	
25	LIBERDADE DE EXPRESSÃO NO BRASIL: AS ESTRATÉGIAS ARGUMENTATIVAS NA POLÊMICA ENTRE ELON MUSK E O MINISTRO ALEXANDRE DE MORAES	270
	<i>Gerson Vitor Pinto Fernandes</i> <i>Gabrielly Thiciane dos Santos Andrade</i>	
26	MARCAS DE RESISTÊNCIA NAS AVENIDAS PAULISTAS: DISCURSOS DE SUJEITOS REVOLUCIONÁRIOS EM LUTA POR IGUALDADE ECOAM NA MÍDIA BRASILEIRA.....	277
	<i>Alex Sandra da Silva Moura</i> <i>Antônia Maria de Medeiros da Cruz Carvalho</i>	
27	MATERNIDADE E MÍDIA: UMA ANÁLISE DOS EFEITOS DE SENTIDO NA CONSTITUIÇÃO DISCURSIVA DA MATERNIDADE NO INSTAGRAM.....	288
	<i>Kelly Mileny da Silva</i> <i>José Gevildo Viana</i>	
28	MEMÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO DE PESSOAS SURDAS: UM OLHAR HISTÓRICO	300
	<i>Mauro Silvano Medeiros Pereira</i>	
29	O COMPONENTE CURRICULAR DE LÍNGUA PORTUGUESA PARA O ENSINO FUNDAMENTAL NO DOCUMENTO DO CEARÁ: UMA ANÁLISE DISCURSIVO/ARGUMENTATIVA.....	308
	<i>Assídia Maria Soares Alves Parnaíba</i> <i>Rosa Leite da Costa</i>	
30	O DISCURSO POLÍTICO DE BOLSONARO E OS EFEITOS DE SENTIDOS NA (RE) CONSTRUÇÃO DE UMA RACIONALIDADE POLÍTICA NEGACIONISTAS E CONSERVADORA	319
	<i>Éder Suassuna de Oliveira</i> <i>José Gevildo Viana</i>	
31	O DISFARCE CONSERVADOR DA ENUNCIÇÃO DE DISCURSOS MACHISTAS DO PROGRAMA RED CAST, NO YOUTUBE	330
	<i>Marco Aurélio Linhares Bezerra</i> <i>Carolaine Araujo de Moraes</i> <i>Eder de Oliveira Suassuna</i>	

32	O GÊNERO ACADÊMICO MONOGRAFIA: AUTORIA E HETERODISCURSO.....	341
	<i>Dalva Teixeira da Silva Penha</i> <i>Joyce Cristina Oliveira Borges dos Santos</i>	
33	O PAPEL DOS ARTICULADORES TEXTUAIS NA CONSTRUÇÃO DE RESENHAS ACADÊMICAS E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA	350
	<i>Abraão Fontes da Silva</i> <i>Francisco Felipe de Oliveira Rocha</i> <i>Thales Moises Alves de Souza</i>	
34	O PLANO DE TEXTO COMO ELEMENTO UNIFICADOR DA REDAÇÃO NOTA MIL DO ENEM	360
	<i>Gustavo Tawan Silva de Moura</i> <i>Isadora Sanzia da Costa Moraes</i> <i>Mário Gleisse das Chagas Martins</i>	
35	O USO DO REPERTÓRIO SOCIOCULTURAL EM TEXTOS DISSERTATIVO-ARGUMENTATIVOS: ANÁLISE DE REDAÇÕES NOTA MIL DO ENEM	369
	<i>Luís Miguel Vieira Santos</i> <i>Sártry Araújo Silva</i> <i>Jackeline Sousa Silva</i>	
36	OS DISCURSOS DAS CANÇÕES “SÃO GONÇALO” E “ZAMBÊ”: UMA ANÁLISE DISCURSIVA DOS EFEITOS DE SENTIDOS ESCRAVISTAS NAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS DE PORTALEGRE/RN	377
	<i>Iara Cristina Pereira Tavares</i> <i>Josinaldo Pereira de Paula</i> <i>Secleide Alves da Silva</i>	
37	OS DISCURSOS SOBRE A EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL: UMA ANÁLISE DO PROCESSO ARGUMENTATIVO DO PRESIDENTE GETÚLIO VARGAS.....	389
	<i>Lídia de Sousa Lima</i> <i>Rosa Leite da Costa</i>	
38	REPRESENTAÇÕES DISCURSIVAS DE PEDRINHO MATADOR....	401
	<i>Maria das Graças de Oliveira Pereira</i> <i>Maria José Moraes Honório</i> <i>Josinaldo Pereira de Paula</i>	
39	“SOU CATÓLICA, MAS...”: ANÁLISE DE PONTOS DE VISTA GERADORES DE POLÊMICA PÚBLICA EM INTERAÇÕES NO PERFIL DO <i>INSTAGRAM</i> @CNBBNACIONAL SOBRE PL DE CRIMINALIZAÇÃO DO ABORTO	413
	<i>Eduarda Saionara de Mesquita Oliveira</i> <i>Natália Venâncio da Silva</i>	

40	UMA ANÁLISE DE DISCURSO DA CHARGE <i>ENCHENTE NO RIO GRANDE DO SUL</i>	425
	<i>Manoel Lázaro da Silva Alves</i> <i>Diones Bezerra de Souza</i>	
41	VOZES ALHEIAS E RESPONSABILIDADE ENUNCIATIVA NA PRODUÇÃO DA SEÇÃO TEÓRICA DE UM ARTIGO CIENTÍFICO AUXILIADA PELO CHATGPT	434
	<i>Sabrina Helen Lima Mendes</i> <i>Maria Isis da Silva</i> <i>Rosângela Alves dos Santos Bernardino</i>	
	ORGANIZADORES.....	447
	AUTORES.....	449

APRESENTAÇÃO

O e-book **Texto, discurso e produção de sentidos em uma sociedade conectada** reúne uma seleção de artigos resultantes do II Simpósio Nacional de Línguas, Literaturas e Ensino (II SINALLEN), realizado presencialmente de 27 a 29 de agosto de 2024, no Campus Avançado de Pau dos Ferros (CAPF) da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). O evento foi promovido pelo Departamento de Letras Vernáculas (DLV), em parceria com o Departamento de Letras Estrangeiras (DLE), o Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL), o Programa de Mestrado Profissional em Letras (PROFLETRAS), o Programa de Pós-Graduação em Ensino (PPGE), e contou com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio Grande do Norte (FAPERN).

Com o tema Ensino de línguas e literaturas: (re)significação dos saberes e práticas em uma sociedade conectada, o simpósio propôs um espaço de reflexão crítica sobre o papel das línguas e das literaturas no atual cenário educacional brasileiro. Em meio a intensas transformações sociais, políticas e culturais, o evento buscou fomentar o debate sobre os saberes e práticas docentes, tanto no ensino superior quanto na educação básica, contribuindo para a formação de professores e a construção de conhecimentos interdisciplinares.

O II SINALLEN contou com a participação ativa de estudantes, professores e pesquisadores das áreas de Letras e outras licenciaturas, oriundos de diferentes instituições e níveis de ensino. Ao longo de três dias, o evento promoveu conferências, mesas-redondas, oficinas, minicursos, simpósios temáticos, exposições e atividades culturais, consolidando-se como um espaço plural e dinâmico de produção científica e troca de experiências.

Este e-book é resultado direto das atividades desenvolvidas nos 28 Simpósios Temáticos que compuseram o evento, os quais geraram 189 artigos científicos, apresentados individualmente ou em coautoria. Em virtude da expressiva produção, a comissão organizadora optou pela publicação **de quatro volumes eletrônicos, divididos pelas áreas de Linguística, Literatura e Ensino**. Nesta edição, dedicada à área de Linguística, os textos estão organizados em duas unidades temáticas. A presente publicação corresponde à Unidade I – Texto e Discurso.

Compõem esta unidade 41 artigos que abordam, sob distintas abordagens teóricas, questões relacionadas ao texto, ao discurso e à construção de sentidos. As contribuições percorrem campos como a Linguística Textual, a Análise Textual dos Discursos, a Análise do Discurso de linha francesa, as Teorias da Argumentação, entre outras. São trabalhos desenvolvidos em diferentes níveis de formação e pesquisa — desde a iniciação científica e as atividades de conclusão de disciplinas, até monografias, dissertações e teses.

Os temas explorados revelam o compromisso dos autores com questões contemporâneas de relevância social, como as novas configurações do trabalho, os direitos das minorias, a política, a religião, entre outros. As análises incidem sobre múltiplas materialidades discursivas, incluindo comentários em redes sociais, documentos institucionais, textos digitais e produções midiáticas variadas — o que demonstra a vitalidade e a complexidade da linguagem na sociedade atual. Mais do que analisar estruturas linguísticas, trata-se de observar como os discursos operam, como os textos se constituem como práticas sociais e como os sentidos são disputados, negociados ou cristalizados. É nesse horizonte que se inscrevem os estudos sobre linguagem na atualidade: compreender os efeitos de sentido produzidos em uma sociedade conectada, atravessada por discursos que moldam subjetividades, identidades e formas de existência.

Assim, este e-book não apenas registra uma significativa amostra da produção científica do II SINALLEN, como também reafirma o papel da universidade pública como espaço de diálogo, crítica e inovação no campo dos estudos da linguagem. Esperamos que esta obra possa contribuir para novas reflexões, práticas e investigações acadêmicas, promovendo a circulação do conhecimento e o fortalecimento das redes de pesquisa na área de Letras e Linguística.

Pau dos Ferros, RN, 22 de outubro de 2025.

Maria Edneide F. de Carvalho
Rosa Leite da Costa
José Gevildo Viana
José Cezinaldo Rocha Bessa
(Organizadores)

“VOCÊ SABE O QUE É O P DE PCD?”:

ESTRATÉGIAS BIOPOLÍTICAS EM DISCURSO MIDIÁTICO NO ACONTECIMENTO DO DIA INTERNACIONAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Sara Cristina dos Santos Freires
Maria Eliza Freitas do Nascimento

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Apresentamos neste trabalho a emergência do discurso midiático de inclusão acerca da deficiência na sociedade atual, objetivando analisar a produção discursiva acerca da deficiência enquanto estratégia biopolítica dos efeitos de sentidos e seus discursos da *vontade de verdade* a respeito da ressignificação dos conceitos que caracterizaram/caracterizam o sujeito com deficiência.

O dia Internacional da Pessoa com Deficiência é um acontecimento que reforça a governamentalidade e a produção de subjetividades através dos discursos que constitui uma sociedade. Assim, podemos observar a forma como o discurso político constrói as identidades das pessoas com deficiência, ao mesmo tempo que controla e estabelece regras. Com isso, o *corpus* da pesquisa é constituído no bojo da formação discursiva da campanha de combate ao preconceito lançada pelo grupo Globo em novembro de 2023 materializado em um vídeo de propaganda divulgado pelo canal em horário comercial e nas principais plataformas da mídia como o *YouTube e Instagram*.

A deficiência é um termo já historicamente incompreendido pois possui em sua memória atravessamentos que remetem à identidade do sujeito, à capacidade de interagir com os outros e ainda de constituir seus pares. E aqui não trataremos da palavra, mas sim da formação discursiva que esta revela na luta contra o preconceito já enraizado na sociedade.

Nosso propósito sustenta-se na inquietação com as práticas de governamentalidade e biopolítica para assim dar visibilidade às ações de inclusão e de acessibilidade na mídia. Percebemos que com o advento das redes sociais, a temática sobre acessibilidade não mais se insere somente na premissa da incapacidade e dos limites que perspassam a deficiência, isto é, hoje os próprios sujeitos esclarecem em suas páginas como seriam os termos corretos direcionados a eles e como a sociedade deve agir frente à práticas capacitistas.

A propaganda faz parte de uma campanha do grupo Globo cujo objetivo é combater o preconceito regida pelo retorno de vozes que historicamente marcaram o sujeito com deficiência. Entendemos que há outros discursos que dialogam sobre a incapacidade de desenvolvimento desse sujeito, de não poder casar, de ter filhos,

em que nos interessa apresentar a produção de sentidos que aqui se faz para desconstruir esses enunciados capacitistas.

O Dia Internacional da Pessoa com Deficiência promove um discurso que, ao mesmo tempo que reconhece os direitos e a dignidade dessas pessoas, também reitera a necessidade de políticas que normalizam o corpo deficiente dentro de um ideal hegemônico de saúde e produtividade. Isso pode ser lido, portanto, como uma forma de regulação e controle sobre corpos considerados "anômalos".

Buscaremos, contudo, compreender como a prática biopolítica contida na campanha trouxe novos conceitos do "P" de PCD diante de sua historicidade na formação do objeto deficiência que fez migrar a noção de 'portador de necessidades especiais', 'especial' 'excepcional' dando assim outros sentidos a esses termos que ainda não estão completamente em desuso. O fato de retornar à letra P está dentro da estratégia discursiva utilizada com outros adjetivos que surgem como 'prioridade', 'punição'; utilizaremos então da genealogia, fase analítica de base foucaultiana que nos dará suporte para que os nossos achados para responder à problemática: como esses discursos são mobilizados? Como esses enunciados corroboram com a discussão de inclusão?

Considerando a problemática da deficiência e os seus apontamentos sob a óptica do saber/poder nosso trabalho foi assim organizado: apresentaremos a discussão dos principais conceitos da genealogia (Foucault, 2016) como discurso, governamentalidade e biopolítica onde as categorias de análises expressas no biopoder, evidenciam a governamentalidade como táticas de vontades de verdade, que revelam a incidência das relações de saber e poder no controle do corpo.

2 GOVERNAMENTALIDADE, PODER E DEFICIÊNCIA

O conceito de governamentalidade emerge na fase genealógica da obra de Foucault, quando ele passa a investigar como o poder não se manifesta apenas na repressão e na proibição (como nas sociedades soberanas), mas, principalmente, na organização das condutas, na produção de saberes e na gestão da vida cotidiana dos indivíduos e das populações. Foucault se interessa em saber como as sociedades modernas passaram a governar não apenas pela força, mas por meio de práticas discursivas e institucionais que moldam as formas de pensar e agir.

No discurso da inclusão da pessoa com deficiência, a governamentalidade pode ser vista nas formas como o Estado e as instituições tentam moldar a maneira pela qual essas pessoas devem viver, interagir e participar da sociedade. Podemos perceber essas manifestações de poder através da normatização da deficiência: quando o Governo opera suas políticas públicas e para isso é necessário definir quem se beneficia desse direito; quando o Governo discursa sobre a autonomia da pessoa com deficiência no mercado de trabalho, por exemplo, onde a produtividade

passa a ter um significado de igualdade, resultando na conduta docilizada da maneira de reproduzir a aceitação do Governo, mascarada em ações controladoras.

Quando passamos a olhar o poder e suas manifestações discursivas não somente através do Estado e instituições, em nome de uma ciência (Foucault, 1998) nos atentamos para a prática da vontade de verdade abrindo margens para entendermos a romantização dos conceitos impostos em discursos que por ora acolhem e outros que excluem. O poder é algo que circula por toda a sociedade pois se manifesta nas relações cotidianas e nas práticas sociais que moldam e influenciam como pensamos e nos comportamos.

Veiga-Neto (2014, p. 44) mostra que Foucault “usa saberes no sentido de teorias sistemáticas, que se manifestam por meio de discursos científicos tidos por verdadeiros, positivos e, por isso, aceitos e tomados em toda a sua positividade.” Em outro pensamento como o de Lacerda&Rocha (2018, p. 150) “Se não houvesse positividade no poder sua manutenção seria impossível. Assim, ele somente se espraia pelo corpo social porque produz saber, incita o desejo, faz agir e falar” o saber passa pelo poder por meio das práticas discursivas que explodem as nomenclaturas, as ordens e mais tarde as leis como construções internas que levantam questionamentos ao próprio Foucault (como se formam os conceitos?).

É possível que interpretemos o poder como algo dominador e controlador, isto é, que as práticas que aprisionam o sujeito a um determinado saber, aparecem em discursos maquiados que nem sempre vão ser vistos como algo ruim. Ao contrário, é pela falsa construção do saber, de uma *vontade de verdade* constituída de relações de poder que se reproduzem e se repetem na história. Para a análise arqueológica foucaultiana é interessante não apenas questionar o poder pela óptica do Estado e de cunho jurídico, mas saber que nele existem os micropoderes que sustentam o poder em suas relações.

Entrementes, Foucault (2014, p. 10) afirma que “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo porque, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar.” O discurso, segundo Foucault, não é apenas um conjunto de palavras ou sentenças com significado. Ele vai além da linguagem, representando um sistema de práticas, um conjunto de regras que definem o que pode ser dito, quem pode falar, quando e como. O discurso está intimamente ligado ao poder e ao conhecimento, pois determina o que é considerado verdade em determinado momento histórico e contexto social.

Esses enunciados são descritos através de quatro hipóteses no qual Foucault em *Arqueologia do Saber* tentou descrever para estabelecer as relações entre os objetos, os conceitos, as estratégias e os enunciados que prescrevem a Formação Discursiva. Assim, Foucault explica que “a lei dos enunciados e o fato de pertencerem à formação discursiva constituem uma única e mesma coisa; [...], mas por uma dispersão de fato, já que ela é para os enunciados não uma condição de

possibilidade, mas uma lei de coexistência.” (Foucault, 2016, p. 143). Continuando nesse pensamento e compreendendo a dispersão como formação discursiva que constitui as práticas discursivas, o autor orienta que:

No caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma *formação discursiva*. (Foucault, 2016, p. 47).

As formações discursivas podem ser percebidas em um conjunto de enunciados que compõem um determinado discurso que se relacionam com o saber da ciência, de uma filosofia, de um dito; Oliveira & Silva (2023, p. 45) descrevem que “quando nos referimos ao discurso da negritude, por exemplo, afirmamos que ele compreende um conjunto de enunciados que se apoiam num determinado sistema de formação – formação discursiva do antirracismo [...]”. Destarte, o discurso da deficiência também recebe enunciados com modalidades enunciativas diversificada de saberes, isto porque se insere no campo discursivo do acontecimento onde atualmente tem se destacado através da mídia digital que favorecem que novas dispersões surjam e novas formações discursivas sejam canalizadas para o que pode ou não ser dito mediante a posição do sujeito em cada enunciado.

2.1 O conceito de deficiência e a disciplina do corpo

A memória ao redor do conceito de deficiência consiste em um panorama de políticas públicas em que o sujeito com alguma “anormalidade” era “marginalizado” e, portanto, protegido pelas instituições de caridade que à época em sua maioria, eram de origem religiosas. A ideia dessas instituições não era de socializar os sujeitos e sim, mantê-los afastados dos ‘normais’ da sociedade civil, pois nesse período de isolamento, as deficiências eram concentradas ao entendimento da doença mental e causadas por crenças espirituais, daí a justificativa de corrigir esses sujeitos e criar casas de cunho religioso para completa reabilitação dos corpos “possuídos por maus espíritos”. Aranha (1995, p. 64) aponta que a concepção de deficiência é um produto sócio-histórico que atrelado às mudanças sociais, os indivíduos não normais, interpretadas pela não necessidade de vivência, estariam expostos ao abandono.¹

¹ Na Antiguidade, as atividades econômicas que definiam a relação do homem com a sua realidade eram representadas pela agricultura, pela pecuária e pelo artesanato. A terra e o rebanho eram abundantes, de posse familiar, para os membros da classe da nobreza. A produção era feita por indivíduos economicamente dependentes que tinham por senhores os donos destes bens. “Homem” era o senhor, seguindo os ideais aristotélicos de eugenia e de perfeição individual total de uma cultura clássica e classista, sendo que os demais indivíduos, não-senhores, eram considerados sub-humanos. Desta forma, valores sociais eram atribuídos aos senhores, enquanto aos demais não cabia atribuição

Nesta conjunção, o sujeito com deficiência em seu trajeto de vida foi segregado sob a óptica de elucidações divinas e por conseguinte pela conceituação de deficiência através da medicina, alegando que a deficiência se representa a partir da anomalia, isto é, de uma falta incapacitante levando os indivíduos a busca da cura.

No século XIX, o crescimento nas áreas de matemática, física, biologia, química e eletricidade trouxeram o bônus das tecnologias, bem como, novas descobertas medicinais e avanços significativos no aumento geográfico das populações que à época favoreceram as relações de poder e disciplina na sociedade. Em tempo, as várias terminologias acerca da deficiência (*o excepcional, o especial, o diferente, o assistido*) esbarram na prática do discurso médico e capitalista com a procura de alternativas de correção do indivíduo para que pudessem viver melhor e alongar a vida.

A concepção de deficiência enquanto corpo político e social esteve ligada às manifestações de poder do século XVII. Interessa, portanto, como orienta Martins (2015, p. 265) “analisar o papel que viria a ser desempenhado pela emergência um paradigma biomédico na sociedade”. Sabemos que a deficiência era somente visibilizada através do saber médico, as sociedades modernas exercem o controle sobre os corpos dos indivíduos em instituições hospitalares, casas religiosas, escolas e prisões.

Diante do exposto, é salutar dizer que Foucault não tratou concretamente da deficiência em seus estudos, mas a perspectiva com o qual discute sobre a disciplina, biopoder e a construção social da anormalidade podem ser compreendidos pelos atravessamentos que o discurso da diferença venha a ser interpretado de maneira multifacetada tanto nas práticas sociais quanto na espetacularização midiática de estereótipos e narrativas de superação.

Sobre a conceituação da deficiência Martins (2015, p. 266) acrescenta que:

A questão central que decorre da moderna invenção da deficiência prende-se, pois, com a “des-socialização” das suas implicações através de um ancoramento médico. Identificam-se os efeitos de um investimento cultural e político marcado pelos discursos e práticas da medicina, vocacionado a negligenciar as condições sociais mais amplas da vivência e a privilegiar os discursos de profissionais em detrimento da reflexividade das pessoas com deficiência.

Dito isto, a deficiência esteve durante muito tempo ligada ao modelo médico, como por exemplo, os centros de reabilitação para que assim pudessem participar da vida em sociedade. (Sassaki, 2002). Nas palavras de Foucault em *Vigiar e Punir*, [...] “o corpo também está diretamente mergulhado num campo político; as relações de poder têm alcance imediato sobre ele [...]” (Foucault, 2014, p. 29). Por conseguinte,

de valor, contando com sua condição de sub-humanos. A deficiência, nesta época, inexistia enquanto problema, sendo que, com relação às crianças portadoras de deficiências físicas, a atitude adotada era a da exposição, ou seja, o abandono ao relento. (Aranha, 1979; Pessotti, 1984).

na história da deficiência como vimos brevemente em linhas anteriores o que antes era escondido agora passou a ser visibilizado e percebido pelo poder com objeto de emergência e resulta de estratégias para a sua utilização neoliberal e por uma força de produção das relações de poder.

Para desmitificar a deficiência, a Lei 13.146 também conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, publicada no ano de 2015 e inspirada na Convenção da Pessoa com Deficiência visa esclarecer questões sobre o que é pessoa com deficiência, acessibilidade e autonomia. Nessa esteira na busca por autonomia, por exemplo, o documento prevê garantia de moradia à pessoa com deficiência com medidas inclusivas, quer tenha cônjuge ou não.

Por conseguinte, a propaganda analisada em nosso trabalho e intitulada “O que é o P do PCD?” é percebida como uma das técnicas da biopolítica contemporânea, enquanto a discussão sobre a deficiência dada as práticas sociais ainda recaem sob a (des)informação tão recorrente no passado e na história do presente. O discurso da deficiência encontra-se metaforicamente em uma gangorra, em que as movências estão em compreender os diferentes corpos que ocupam espaços e em produzir outros tipos de corpos “[...] dóceis, corpos individuais, os microcorpos da disciplina.” (Foucault, 1998).

Nos jogos de mercado para a prática assistencialista, esses grupos que participam das ações acabam coadunando com a proposta mercadológica. Nessa teia do discurso movente da biopolítica, encontraremos as medidas de governo organizando-se para chegarem no fundamento: a normalização da deficiência. Assim, Lopes (2009) explica que

nas operações de normalização – que implicam tanto trazer os desviantes para a área da normalidade, quanto naturalizar a presença de tais desviantes no contexto social onde circulam – devem ser minimizadas certas marcas, certos traços e certos impedimentos de distintas ordens. Para isso, vê-se a criação, por parte do Estado, de estratégias políticas que visam a normalização das irregularidades presentes na população. (Lopes, 2009, p. 160).

No campo midiático, percebemos que as estratégias utilizadas operam na participação dos sujeitos em diversos momentos que contam e/ou re(contam) suas histórias de superação e desafios no enfrentamento ao capacitismo. Assim, esses discursos constituídos pela construção da subjetividade, enunciam também a *vontade de verdade* a respeito do apoio das instituições em atender as demandas de acessibilidade.

A seguir iremos analisar a *vontade de verdade* tendo como foco a população, construída por meio das lutas anticapacitistas que faz essa migração do termo *portador* cujo efeito produzia demasiada negatividade enquanto cidadão e em que momento o discurso da inclusão favorece o surgimento do termo *pessoa* na contemporaneidade.

3 A BIOPOLÍTICA NA TEIA DO DISCURSO DA DEFICIÊNCIA

A perspectiva anticapacitista tem uma relação direta com as análises discursivas, especialmente dentro da Análise do Discurso de orientação foucaultiana. O discurso capacitista pode ser entendido como parte de um conjunto de práticas discursivas que produzem regimes de verdade sobre o corpo, a deficiência e a normalidade. Foucault propõe que o poder se manifesta através de saberes e práticas sociais, como os discursos médicos, educacionais e legais, que determinam o que é considerado normal ou anormal. Portanto, o capacitismo está enraizado em estruturas discursivas que sustentam relações de poder e exclusão.

Nesse interim, escolhemos a propaganda “Você sabe o que é o P de PCD?” que faz parte da campanha do grupo Globo, cujo objetivo principal é o combate ao preconceito, realizada em alusão ao dia Internacional da Pessoa com Deficiência. Destacamos na matéria do *site* do G1² a estratégia biopolítica de veiculação para o conhecimento da população sobre as práticas capacitistas na sociedade atual. Ainda na matéria que divulga sobre o vídeo da campanha, dados estatísticos sobre o percentual de pessoas com algum tipo de deficiência são apresentados sendo, portanto, um dado ainda escorregadio para o modelo biomédico, tendo em vista a materialização do corpo com deficiência como diferentes grupos que ocupam o espaço demográfico.

Lopes (2009, p. 165) lembra que o “Estado deve lançar mão de determinadas estratégias educacionais [...] para que outras formas de subjetivação constituam os sujeitos de modo a dirigi-los em favor do mercado.” A posição desse sujeito e suas identidades marcadas por um outro que fala e intermedia as práticas discursivas pode também ter o viés de mantê-los nos *jogos de verdade* ativos quando o discurso quantitativo da deficiência vier a ser antes examinado para pensar-se em uma ação social.

As formações discursivas que inteiram a campanha promulgam o acontecimento do Dia Internacional da Pessoa com Deficiência trazendo um cego, um homem com Síndrome de Down e uma mãe cadeirante no vídeo da propaganda. Ao perguntarem da importância dessa visibilidade da propaganda à jornalista Flávia Cintra, pessoa com deficiência física cadeirante, ela responde que “a deficiência traz demandas de acessibilidade”, o que significa que Ser Pessoa com deficiência é para além de sua identidade, o ser que possui a função de levantar proposições para o governo da população através de práticas discursivas que visem o conhecimento do discurso da inclusão.

A produção discursiva da propaganda, materialidade que escolhemos para analisar as estratégias de saber/poder tem como objetivo segundo os idealizadores do grupo Globo de combater o preconceito contra os Pcd's. O vídeo é veiculado no

² Fonte: [Globo lança campanha para combater preconceito contra PCDs | Jornal Nacional | G1](#)

horário comercial e registrado no *youtube* e *websites*, também compartilhado pela rede social mais acessada nos dias atuais, o *Tiktok*. Tomamos esse discurso como análise às estratégias biopolíticas para a população revelando assim um novo sujeito, diferente daquele historicamente rotulado pelo *portador* antes do termo *deficiência*. Dito isto, o vídeo da campanha tem duração de trinta segundos e possui enunciados que anunciam construções de sentido e *vontades de verdade* de identidade sobre o *ser Pessoa com deficiência*.

ENUNCIADO 01

Você sabe o que é o P de PCD? **PESSOA**.

Pra quem acha que PCD é improdutivo, é **PRECONCEITO**. (Grifo nosso)

A palavra *preconceito* perpetua nos discursos da inclusão trazendo à memória os percalços de negação da pessoa com deficiência como improdutividade no âmbito do trabalho e negando-a a funções que somente poderiam ser ofertadas para as pessoas que não possuem deficiência. Robin (2016) explica que

O passado não é livre. Nenhuma sociedade o deixa a mercê da própria sorte. Ele é regido, gerido, preservado, explicado, contado, comemorado ou odiado. Quer seja celebrado ou ocultado, permanece uma questão fundamental do presente. [...] Embora surja uma nova conjuntura, um novo horizonte de expectativa, uma nova sede de fundação, nós o apagamos, esquecemos, remetemos à frente de outros episódios, voltamos, reescrevemos a história, inventamos, em função das exigências do momento e das antigas lendas. (Robin, 2016, p. 31).

O P de preconceito no enunciado é representado na propaganda por uma pessoa cega em um computador, simulando estar em ambiente de uma empresa, remete a construir sentidos e *vontades de verdade* que não ter uma visão não significa ser uma barreira para a não empregabilidade do funcionário cego. Hoje, funcionários que possuem cegueira total e/ou parcial já fazem uso do apoio tecnológico de computadores e assim podem aprender e desenvolver funções administrativas.

ENUNCIADO 02

Para quem acha que não pode se locomover

É **PUNIÇÃO**. (Grifo nosso)

Pela história da deficiência na Idade Antiga e na Idade Média, a punição dos sujeitos que tinham alguma 'anormalidade' era posta ao castigo divino e possuidores de maus espíritos e assim deveriam conviver com seus corpos imperfeitos para pagarem seus pecados. (Pereira & Saraiva 2017, p. 170). Com isso, após o advento do Cristianismo, esse cenário punitivo das coisas sobrenaturais relacionadas às crenças do Antigo Egito, um olhar mais piedoso imperou nas instituições de caridade.

Em Foucault (2014), a punição aparece na ordem do discurso colocando a pessoa com deficiência no lugar histórico da segregação e incapacidade de realizar algo. Vemos neste enunciado um adolescente com Síndrome de Down andando de bicicleta sozinho. Conforme o autor francês,

Deslocar o objetivo e mudar sua escala. Definir novas táticas para atingir um alvo que agora é mais tênue, mas também mais largamente difuso no corpo social. Encontrar novas técnicas às quais ajustar as punições e cujos efeitos adaptar. Colocar novos princípios para regularizar, afinar, universalizar a arte de castigar.
(Foucault, 2014, p. 88).

Desse modo, a punição para Foucault é na interpretação nossa do acontecimento e da ressignificação do controle social devida à categorização da medicina em separar os corpos saudáveis dos corpos imperfeitos e que ali precisariam passar por um processo de correção para poderem participar da sociedade. Nesse contexto, o enunciado desmitifica o pensamento sobre a reprodução humana da pessoa com deficiência, podendo vivenciar a maternidade, por exemplo, como mostra a análise do enunciado seguinte:

ENUNCIADO 03

E para quem acha que PCD não deveria ser pai ou mãe
É **PAVOROSO**. (Grifo nosso)

Nesse momento da narração do enunciado, o vídeo mostra uma mulher, cadeirante, de idade aparentada acima dos trinta anos e um jovem sendo acarinhado no colo de sua suposta mãe, sob o enunciado que denuncia o pensamento errôneo da impossibilidade de uma pessoa com deficiência não construir uma família. O adjetivo “pavoroso”, conduz o biopoder ao dispositivo da sexualidade ao ser pai ou mãe com deficiência historicamente marcado pelo sentido do capacitismo. Como afirma Maia (2011) que “a atuação do biopoder sobre os corpos deve ser percebida nas suas especificidades” (p. 57), isto é, a campanha visa desconstruir o sentido da proibição, da interdição através do discurso midiático apresentada na propaganda.

ENUNCIADO 04

Incluir a pessoa com deficiência
É **PRIORIDADE**. (Grifo nosso)

No contexto contemporâneo, especialmente com a ascensão dos movimentos de direitos das pessoas com deficiência, o discurso da prioridade está sendo reavaliado. A prioridade ainda é necessária, mas deve ser desvinculada de discursos capacitistas e centrada na autonomia e agência das pessoas com deficiência. A prioridade deveria ser, idealmente, um mecanismo de igualdade de condições, e não uma marca de inferioridade ou vulnerabilidade perene.

O discurso da *prioridade* é um dos mais frequentes dentre as políticas públicas que beneficiam o acesso da pessoa com deficiência. Entretanto, não se trata somente de questões ligadas a marcos legais, mas sim ao (re) conhecimento desse sujeito em qualquer espaço que oportunize o seu direito de exercer cidadania. Branco (2008) p. 203, nos lembra que “a meta política e ética é a criação de uma subjetividade livre e autônoma, na contramão das técnicas postas em ação pelos poderes hegemônicos para padronizar, normalizar, disciplinar as pessoas e as massas.” Isso pode significar a dependência política que os Estados promovem quando se fala em prioridade.

O P de pessoa, norteia toda a discursividade em torno da deficiência vista como algo negativo, isto é, que não pode se locomover, que não pode casar ou ter filhos. O P de *Prioridade* na propaganda que se encerra com os atores (cego, cadeira e síndrome de Down) é o enunciado que se articula aos jogos discursivos da governamentalidade e as estratégias biopolíticas de revelar esse novo sujeito, com novos sentidos para o P do PCD, enunciado que questiona as práticas sociais discursivas para combater o preconceito e revelar um novo modo de perceber o sujeito com deficiência na contemporaneidade.

4 CONSIDERAÇÕES PORVIR

Não se pode negar que os espaços midiáticos possuem um papel de visibilidade gigantesco onde as pessoas com deficiência também se punham como protagonistas em seus canais de interação social, como por exemplo, as redes sociais. Esses espaços são de certa forma emergidos pelas instituições e formam discursos constitutivos de estratégias de poder dando novos sentidos em torno do conceito de deficiência.

O ser Pessoa na sigla PCD, remete a desmitificar as formas de preconceito historicamente apontado por “portador”, “especial”, segregando esse sujeito de exercer funções básicas de cidadania. Nesse sentido, a campanha lançada pelo Grupo Globo, através da propaganda “Você sabe o que é o P de PCD?” no dia Internacional da Pessoa com Deficiência apresenta os jogos estratégicos do biopoder, para exercer o controle do corpo com deficiência que agora é marcado como Pessoa e não mais pela discursividade das proibições e de exclusão. Há discursos sobre o conceito de deficiência sendo retomados.

REFERÊNCIAS

ARANHA, M. S. F. **Integração social do deficiente: análise conceitual e metodológica.** Temas em Psicologia. São Paulo, v. 3, n. 2, p. 63-70, 1995.

BRANCO, G. C. Atitude-limite e relações de poder: uma interpretação sobre o estatuto da liberdade em Michel Foucault. *In: JÚNIOR, A. MUNIZ, D. et al (org.). Cartografias de Foucault*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

BRASIL. Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 7 jul. 2015.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**: aula inaugural no College de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970; Tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio – 24. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade I. A vontade de saber**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 4 ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Tradução de Raquel Ramalhete. 42. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Tradução de Raquel Ramalhete. 42. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. p. 88.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

LACERDA, R. C. & ROCHA, L.F. **Fazer viver e deixar morrer: os mecanismos de controle do biopoder segundo Michel Foucault**. *Kínesis*, Vol. X, n. 22, Julho 2018, p.148-163.

LOPES, M.C. **Políticas de inclusão e governamentalidade**. *Educação&Realidade*, v. 34 n. 2 maio-agosto, 2009, p. 153-169, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil.

MAIA, A. **Do biopoder à governamentalidade: sobre a trajetória da genealogia do poder**. *Currículo sem Fronteiras*, v. 11, n. 1, p. 54-71, Jan/jun 2011. Disponível em: www.curriculosemmfronteiras.org

MARTINS, B. S. A reinvenção do corpo com deficiência. *Fractal: Revista de Psicologia*, v. 27, n. 3, p. 264-271, set.-dez. 2015. *In: MARIA, C. A.; PAULO, S. F.; ROCHELE, P.R.D. (org.). Análises de discursos com Foucault – possibilidades*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2023, 297p.

OLIVEIRA, P. R. & SILVA, F.V. “Pretas e pretos estão se amando”: o discurso da negritude e as relações de saber-poder nas mídias digitais. *In: MARIA, C. A.; PAULO, S. F.; ROCHELE, P.R.D. (org.). Análises de Discursos com Foucault – Possibilidades*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2023, 297p.

SASSAKI, R. **Inclusão:** Construindo uma sociedade para todos. 5 ed. Rio de Janeiro: WVA, 2002.

VEIGA-NETO, A. **Foucault e a educação.** 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

“DONA DA P*RRRA TODA”: A CONSTRUÇÃO DO *ETHOS* DA EMPRESÁRIA BIANCA ANDRADE E A (NÃO) ASSUNÇÃO DA RESPONSABILIDADE ENUNCIATIVA EM POSTS DO *INSTAGRAM*

Gabriela Castro Marques
Milly Aparecida de Sousa Lima

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A presença de influenciadores digitais nas redes sociais tornou-se um fenômeno marcante, moldando a forma como marcas e indivíduos se comunicam. Nesse cenário, Bianca Andrade, empresária e influenciadora, emerge como uma figura proeminente, cujo discurso reflete sua trajetória pessoal e as dinâmicas contemporâneas do mercado de beleza e da comunicação digital. O presente artigo propõe uma análise da carta aberta de Bianca, compartilhada em suas redes sociais no dia 01 de junho de 2024, em que ela anuncia sua nova marca de maquiagem e sua nova fase como empresária.

A relevância deste estudo reside na necessidade de compreender como discursos construídos nas redes sociais influenciam a percepção pública, especialmente em uma era em que a autoimagem é frequentemente questionada, sobretudo quando se trata de uma mulher no universo corporativo. Nesse sentido, a partir da Análise Textual dos Discursos proposta por Jean-Michel Adam (2011) e da teoria do *ethos* baseada em Maingueneau (2015), nossa pesquisa busca investigar os recursos discursivos e as estratégias de marketing que contribuem para a construção da imagem de “dona da p*rrra toda” da influenciadora digital Bianca Andrade, assumida numa carta aberta publicada em seu perfil no *Instagram*.

Assim, de maneira geral, objetivamos compreender como o locutor-enunciador utiliza elementos discursivos para consolidar sua imagem de empresária de sucesso. Especificamente, buscamos: (1) identificar e categorizar as marcas lexicais nos posts do *Instagram* que indicam a (não) assunção da responsabilidade enunciativa; (2) discutir como o *ethos* é construído em seus posts, considerando suas múltiplas identidades como empresária, influenciadora e CEO; e (3) analisar as implicações dessa construção do *ethos* e da (não) assunção da responsabilidade enunciativa nas dinâmicas contemporâneas e seu impacto na percepção pública.

Metodologicamente, nossa pesquisa é de cunho qualitativo (Didio, 2014), adotando um método de análise misto, tanto dedutivo quanto indutivo, conforme delineado por Moraes (2003). Esta investigação contribui para uma compreensão mais aprofundada do discurso influente nas redes sociais, evidenciando suas

nuances e implicações no cenário atual. Dessa forma, fizemos uma captura de tela da publicação no *Instagram* da Boca Rosa no dia 01 de junho de 2024 e do vídeo intitulado “manifesto da nova Boca Rosa” para realizar a análise, baseada em nossos objetivos, tanto gerais quanto específicos. No entanto, ao preencher os quadros de análise, optamos por discutir exclusivamente a carta aberta, devido ao espaço limitado. A análise do vídeo será realizada em uma ocasião posterior.

O gênero influenciou a escolha pela carta de modo que o interlocutor nesse caso era diretamente marcado pelo remetente e a data de publicação que precede ao vídeo na ordem cronológica.

2 INTRODUÇÃO À ANÁLISE TEXTUAL DOS DISCURSOS (ATD)

A Análise Textual dos Discursos (ATD), conforme desenvolvida por Jean-Michel Adam, constitui uma abordagem teórico-metodológica que integra os objetos de estudo da linguística textual e da análise do discurso. A ATD distingue-se por sua capacidade de examinar textos/discursos inseridos em contextos reais de produção, contemplando não apenas aspectos linguísticos internos ao texto, mas também as condições sociais, históricas e culturais que os permeiam (Adam, 2011). Essa abordagem se revela particularmente eficaz para analisar textos produzidos em ambientes digitais, onde a circulação de enunciados ocorre de maneira ampliada e imediata.

No contexto do *Instagram*, plataforma que promove interação constante entre enunciadore e interlocutores, os textos assumem uma característica multifacetada, em que as fronteiras entre o público e o privado, o individual e o coletivo, tendem a se dissolver. Esse cenário é central para o *corpus* analisado neste estudo, composto pela carta aberta da Bianca Andrade, conhecida como Boca Rosa, durante a divulgação de sua marca de maquiagem. Nesse ambiente, utilizamos os conceitos da responsabilidade enunciativa e ponto de vista em busca das estratégias discursivas adotadas pela empresária na construção de sua imagem de “dona da p*rra toda” como a própria influenciadora se intitula.

2.1 Responsabilidade Enunciativa (RE)

A Responsabilidade Enunciativa (RE), um dos níveis ou planos de análise da ATD, refere-se à maneira como o enunciador assume ou delega a responsabilidade pelo que é enunciado em seu discurso. Assim, Passeggi *et al.* (2010, p. 229) ressaltam que “a responsabilidade enunciativa [...] refere-se à assunção, por determinadas entidades ou instâncias, do conteúdo enunciado, ou à atribuição de certos enunciados ou pontos de vista a tais instâncias”. Em termos práticos, a RE é um fenômeno que permite analisar e interpretar as vozes presentes nos textos/discursos.

De acordo com Adam (2011), esse conceito pode ser identificado por meio de certos índices linguísticos que permitem identificar as vozes presentes no texto, facilitando a compreensão do grau de assunção ou não da responsabilidade pelo locutor-enunciador primeiro. No caso do discurso da Bianca Andrade, sua carta aberta emprega estratégias enunciativas que, em determinados momentos, assumem diretamente a responsabilidade por suas afirmações e conquistas, enquanto em outros momentos, essa responsabilidade é projetada para o coletivo.

Conforme Rabatel (2016, p. 71), “analisar um ponto de vista é recuperar, por um lado, os contornos de seu conteúdo proposicional e, por outro, sua fonte enunciativa, inclusive quando esta é implícita”. No discurso de Bianca Andrade, ao se posicionar publicamente, ela não apenas fala em nome próprio, mas também se coloca como porta-voz de um grupo oprimido, adotando uma postura crítica em relação à desigualdade de gênero nas esferas de poder econômico e empresarial, suscitando fontes que contribuem para essa ação visada.

A teoria do ponto de vista, conforme delineada por Rabatel (2016), sustenta que todo discurso é constituído por diferentes vozes e perspectivas que interagem e se contrapõem. Essas vozes são apresentadas por meio de diversas estratégias enunciativas, evidenciando a multiplicidade de pontos de vista representados no texto. Assim, a noção de ponto de vista está diretamente ligada ao conteúdo proposicional dos enunciados, conforme indicado por Rabatel (2015), que destaca a importância do “jogo de vozes”, entendido como a coexistência de várias vozes no discurso, conferindo ao texto uma dimensão dialógica e interativa.

2.2 Construção do *Ethos*

A RE exerce um papel crucial na construção do *ethos* da Bianca Andrade. Ao se autodenominar “BOSS” e “dona da p*rra toda”, ela assume diretamente a responsabilidade por sua trajetória de sucesso, destacando seu esforço pessoal e sua capacidade de romper barreiras. Contudo, essa responsabilidade é diluída em momentos estratégicos, quando recorre a estatísticas e discursos coletivos que denunciam a desigualdade de gênero.

Nesse sentido, o *ethos* da Bianca Andrade apresenta-se de forma dual: de um lado, ela se projeta como uma empresária autônoma e determinada, que tomou o controle de sua marca e alcançou sucesso em um setor dominado por homens; de outro, constrói sua imagem como porta-voz de um grupo maior, representando as mulheres que enfrentam obstáculos no mundo dos negócios. Essa dualidade decorre diretamente das estratégias discursivas que ela adota.

Conforme apontado por Maingueneau (2015), o *ethos* é uma construção discursiva que visa legitimar o sujeito perante seu público, de acordo com a intenção comunicativa específica. No caso de Bianca Andrade, observamos a construção do *ethos* de uma mulher autônoma e empoderada, que assume o controle de sua marca,

ao mesmo tempo em que se posiciona como representante de um grupo social, destacando as mulheres que ainda enfrentam barreiras no ambiente empresarial. Tal conclusão se dá pelo tipo de *ethos* identificado em seus discursos: tanto o “*ethos* dito”, quando a locutora afirma diretamente quem é, quanto o “*ethos* mostrado”, que se revela por meio das suas palavras e ações.

A aplicação da ATD no estudo de textos digitais, como os posts do *Instagram*, evidencia a relevância das novas formas de enunciação que surgem nesses ambientes. O discurso no *Instagram*, por ser público e visualmente carregado, exige dos enunciadores uma atenção redobrada aos pontos de vista assumidos ou não. No caso de Bianca Andrade, essa responsabilidade é amplificada por sua posição como figura pública e influenciadora digital, o que faz com que cada palavra e escolha enunciativa se torne parte de uma estratégia discursiva cuidadosamente planejada para consolidar sua imagem e consequentemente vender mais produtos. Partimos, então para aplicação desses conceitos na carta aberta endereçada aos seguidores da empresária Bianca Andrade.

3 DISCUSSÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Vale salientar que Rabatel (2016) propõe a noção de acordo, desacordo e neutralidade, que se refere à maneira como o locutor-enunciador primeiro escolhe se posicionar: seja distanciando-se de certas afirmações, atribuindo-as a outras vozes ou discursos, seja apropriando-se da responsabilidade enunciativa (RE) dos enunciados. No discurso de Bianca Andrade, há momentos em que ela relativiza a responsabilidade por certas afirmações, como quando joga com a ideia de que “não se sabe se o pó solto foi inventado por um homem”. Ao mesmo tempo, faz questão de afirmar a predominância masculina nos cargos de liderança nas empresas de cosméticos. Esse movimento enunciativo de distanciamento e aproximação revela como a empresária constrói seu *ethos* tanto individual quanto coletivo, desviando-se da responsabilização por algumas declarações.

Nesta seção, identificaremos as marcas linguísticas que evidenciam esse jogo de vozes orquestrado por Bianca Andrade. Para isso, organizamos os dados da carta aberta em um quadro com três colunas: excertos, categorias da RE e *ethos*. As categorias utilizadas foram: índices de pessoa, modalidades, diferentes tipos de representação da fala e modalização autonímica, dada a necessidade requerida no corpus e o nosso intento de identificar como foi construído o *ethos* de “dona da p*rra toda” assumido pela empresária. Justificamos essas escolhas nos parágrafos que seguem.

Em relação aos **índices de pessoa** o uso constante da primeira pessoa do singular evidencia a assunção da responsabilidade enunciativa por parte de Bianca Andrade, ressaltando sua agência e protagonismo na narrativa. A ênfase recai sobre

sua posição como figura central que dirige as ações e decisões, reforçando seu *ethos* de liderança e autossuficiência.

Quanto às **modalidades**, o texto é fortemente assertivo, com o locutor-enunciador primeiro expressando suas crenças e convicções de maneira categórica, ao mesmo tempo que sugere a necessidade de ação em resposta ao “problema” apresentado (a predominância de homens em cargos de liderança no setor de cosméticos).

Já os **diferentes tipos de representação da fala** são marcados pelo uso de fala direta, reforçando pontos de vista, e de fala indireta livre, misturando a narrativa de Bianca com reflexões pessoais, conferindo ao texto um caráter estratégico.

Por fim, a **modalização autonímica** em que o locutor-enunciador primeiro reflete sobre sua própria prática discursiva e criativa, especialmente ao destacar a importância pessoal de sua marca e ao comentar o uso de certas expressões. Esse recurso evidencia uma autorreflexão que fortalece sua posição como empresária que está em constante diálogo com seu público e com as dinâmicas do mercado.

Para facilitar a compreensão, os excertos, comentados após o quadro, foram numerados e selecionados visualmente no corpo do texto com negrito.

Os elementos visuais presentes na carta aberta também corroboram as estratégias de marketing da nova fase da marca Boca Rosa, com Bianca Andrade como CEO. A predominância da cor cinza e o rosa sutil no slogan, junto com a imagem de uma boca no canto inferior direito, remetem a uma estética vintage, sugerindo uma máquina de escrever antiga e um papel envelhecido, o que reforça a ideia de uma carta autêntica com autoridade explicada pela maturidade. O texto não é justificado, e conta uma narrativa em que Bianca emerge de uma jovem de 14 anos para se tornar a “BOSS” ou “dona da p*rra toda”.

O uso do símbolo (*) ao referir-se à expressão “p*rra” reflete uma estratégia comum entre internautas para driblar os algoritmos das redes sociais, mantendo o sentido pejorativo ou enfático da palavra ao retirar letras da palavra as substituindo pelo símbolo sem que perca o significado dela. Neste caso, a intenção é vincular o termo à imagem da empresária que passa a ser a única dona da marca Boca Rosa, construindo uma imagem forte de liderança. Esse uso remete a um discurso cultural que posiciona mulheres como protagonistas em suas trajetórias, sendo comumente empregado em músicas, livros e outros contextos públicos. Dito isso, passamos ao:

Quadro 1: “Carta aberta à nova era @bocarosabeauty”

Excertos	Categorias da RE	<i>Ethos</i>
Como uma fã de carteirinha da intencionalidade, quase tudo que eu faço é DE PROPÓSITO, mas foi esse senso de PROPÓSITO que corre na minha alma que me fez tomar a atitude mais corajosa da minha vida: ser a verdadeira dona da minha marca e do meu maior sonho, a Boca Rosa.	↳ Índices de pessoa	↳ Autonomia, coragem, liderança
Hoje começa uma "nova era" (sempre quis falar isso, me sinto uma popstar) e a nova Boca Rosa foi a arte mais linda e emocionante que eu já criei. Sim, a maquiagem pra mim é arte, é sensibilidade, é responsabilidade, é paixão, é poder.	↳ Modalidades ↳ Índices de pessoa	↳ Emoção, realização pessoal ↳ Valorização da maquiagem como expressão artística
Reescrever essa história com a minha própria caneta e papel me trouxe um medo absurdo e com ele, uma força de revolucionar que é maior do que eu. Afinal, a gente não tem certeza se o pó solto foi inventado por um homem, mas de uma coisa ninguém tem dúvida: maior parte dos donos, sócios e investidores de empresas de cosméticos desse país, por incrível que pareça, ainda é formada por homens. Tá na hora de mudar esse jogo.	↳ Índices de pessoa ↳ Modalidades ↳ Diferentes tipos de representação da fala (indireta)	↳ Autodeterminação força revolucionária ↳ Crítica social, desafio às normas estabelecidas ↳ Liderança, iniciativa para mudança

Fonte: elaboração própria

No **primeiro excerto**, percebemos o uso do “eu” como ponto de partida na narrativa sobre a figura da Boca Rosa, que inicialmente se apresenta como ser humano, mulher, ao referir-se à “minha alma”, até chegar à construção da empresária que é dona da “minha marca” e do “meu maior sonho”. Esse movimento reflete uma narrativa de trajetória, que culmina no protagonismo do locutor-enunciador primeiro (L1/E1), quando este afirma ter alcançado seu propósito de vida conforme o planejado, propositalmente.

Assim, a enunciação retrata uma mulher que traça um caminho, coloca em prática seus planos e alcança suas metas, construindo um *ethos* de protagonista da própria história e de autossuficiência. Ao utilizar o termo “propósito” de forma estratégica, o L1/E1 joga com a sonoridade e o sentido da palavra, com a intenção de gerar reflexões e capturar a atenção do interlocutor, interrompendo o fluxo contínuo do feed de *Instagram* e direcionando o foco para a carta aberta. Os

elementos visuais já mencionados contribuem também para essa finalidade de atrair e prender a atenção do leitor.

Em seguida desse parágrafo resumidor da carta aberta percebemos, no **segundo excerto**, o “eu” reaparece, com Bianca enfatizando que “criou” sozinha a marca, reforçando o *ethos* de autossuficiência. Através do discurso indireto, ela recorre a uma fala que faz parte do repertório popular, relacionada à ideia de renovação e transformação, como exemplificado pelo uso da expressão “nova era”.

Nesse sentido, observamos a modalização autonímica, conforme apontado, indica uma mudança no tom da linguagem, criando uma conexão mais pessoal com o interlocutor. Bianca se aproxima do leitor, como se estivesse confidenciando algo íntimo: “sempre quis falar isso, me sinto uma popstar”. Essa referência ao uso de “nova era” pelas cantoras pop confere à enunciação uma autoconsciência lúdica, que momentaneamente se afasta da seriedade do discurso principal, destacando um tom de informalidade e empatia. Percebemos a presença específica da não coincidência interlocutiva nesse caso, de modo que o L1/E1 cria uma espécie de vínculo íntimo com os seus seguidores.

Ainda nesse excerto o L1/E1 faz autorreferência ao seu processo criativo, ao afirmar que “A nova Boca Rosa foi a arte mais linda e emocionante que eu já criei”, revela uma avaliação de sua própria obra, conferindo-lhe grande valor pessoal. Aqui, Bianca avalia e comenta sua própria criação, ao utilizar o índice de pessoa (primeira pessoa do singular) e a modalidade avaliativa, atribuindo os adjetivos “linda” e “emocionante” à marca Boca Rosa. Esse discurso assertivo demonstra sua convicção sobre a importância de sua marca.

A modalidade assertiva, utilizada com precisão “é”, mostra como Bianca Andrade busca consolidar sua visão sobre o papel da maquiagem e da sua marca, como algo intrinsecamente ligado à identidade e ao poder feminino. A certeza expressa nas suas afirmações contribui para a construção de um *ethos* de convicção e segurança.

Esse mesmo *ethos* é consolidado através de adjetivos que associam sua maquiagem à “arte”, “sensibilidade”, “responsabilidade”, “paixão” e “poder”, como observamos na modalidade avaliativa/axiológica. Essas características reforçam a imagem da marca como sensível e poderosa, contribuindo para a construção da identidade visual e discursiva da Boca Rosa. Chegamos a tal conclusão através de identificação da modalidade avaliativa/axiológica.

Além disso, os índices de pessoa (“eu”, “meu”) usados por L1/E1 também revelam dados pessoais que reforçam o *ethos* de uma mulher forte, vinda de uma origem humilde, filha de uma “mulher guerreira” que sacrificou seus sonhos pelos filhos. Essa narrativa não só reforça a trajetória de Bianca como empresária, mas também cria uma imagem de uma mulher batalhadora, que desde cedo, aos 14 anos, iniciou sua trajetória rumo ao sucesso.

No **terceiro excerto**, o protagonismo de Bianca é reforçado novamente pelos pronomes possessivos “minha”, “me”, que destacam sua autodeterminação colocado no jogo enunciativo como inferior somente pela “força de revolucionar” gerando uma falta superioridade hierárquica a essa força, já que o próprio L1/E1 quem possui dada força, o protagonismo continua imperado pela Bianca tanto no âmbito pessoal quanto profissional.

A expressão “reescrever essa história com a minha própria caneta e papel” metaforiza sua autoria sobre a própria trajetória, reforçando a ideia de controle sobre seu destino. Essa metáfora sublinha a autodeterminação de Bianca, sugerindo que ela é a responsável por escrever sua própria história.

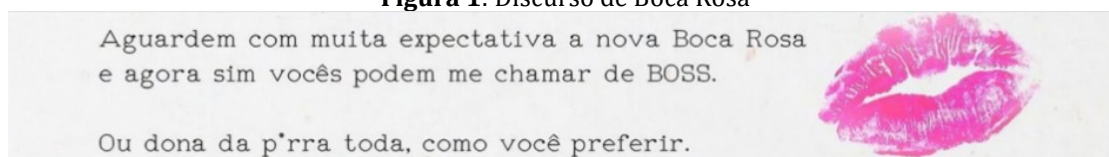
No entanto, a primeira pessoa do plural (“a gente”) também é utilizada em outro momento para referir-se a uma polêmica anterior com outras blogueiras, envolvendo o debate sobre os benefícios e malefícios do pó solto ou compacto. Aqui, o L1/E1 utiliza o discurso indireto para evocar essa voz coletiva, ao mesmo tempo que assume, logo em seguida, a RE dos enunciados, consolidando sua certeza na frase “ninguém tem dúvida”.

Esse deslocamento de um ponto de vista individual para um coletivo fortalece o *ethos* de empatia e solidariedade com outras mulheres, compartilhando desafios e realidades comuns. A representação da fala é indireta, com Bianca se apropriando de termos e opiniões que refletem percepções generalizadas. Essa distinção entre o que é duvidoso e o que é tido como certo sugere uma manipulação estratégica do discurso, contrastando as incertezas do passado com as realidades atuais do mercado de cosméticos.

Por fim, a expressão “Tá na hora de mudar esse jogo” funciona como um chamado à ação, sugerindo a necessidade de uma transformação social. Essa frase assertiva marca um apelo ao público, sinalizando o compromisso de Bianca com uma mudança de paradigma no setor cosmético, o que contribui para a construção de um *ethos* de liderança e empoderamento.

Agora, ao final da análise, trazemos um recorte da captura de tela da carta aberta, focando no desfecho da comunicação visual. Destacamos a cor cinza, mencionada anteriormente, que permeia o fundo da carta, a fonte com estilo antigo, e a imagem do novo slogan da marca Boca Rosa. O design minimalista do slogan, que simula uma boca humana, sugere a marca de um beijo deixado pelo batom rosa sobre o papel, simbolizando a essência do produto e a identidade visual renovada da marca.

Figura 1: Discurso de Boca Rosa



Fonte: Instagram

Neste ponto, o L1/E1 modaliza, convocando seus interlocutores a “aguardarem com muita expectativa” o lançamento da nova fase da marca. A intencionalidade dessa modalização cria uma aura de mistério, aguçando a curiosidade dos seguidores e gerando antecipação. Novamente, o L1/E1 assume o protagonismo ao se autodenominar “BOSS” e “dona da p*rra toda”.

O uso dessas expressões reforça a posição de autoridade e autodeterminação de Bianca Andrade. Ao apropriar-se desses títulos, ela constrói um *ethos* assertivo e empoderado, que a coloca em uma posição de liderança no cenário empresarial. Esse *ethos* é explícito, já que a própria Bianca se autoproclama nesse lugar de poder e controle. O trecho finaliza a narrativa que, desde o início, vem construindo a imagem de uma mulher determinada e autossuficiente, filha de uma mulher guerreira, que, partindo de uma origem humilde na favela, alcança seu propósito ao lançar uma marca de maquiagem com forte conotação de empoderamento feminino, especialmente em um mercado majoritariamente masculino.

Ao dizer “como você preferir”, o L1/E1 estabelece um vínculo comunicativo com o interlocutor, oferecendo-lhe a possibilidade de escolha sobre como chamá-la nessa “nova era”. Aqui, percebemos a presença da modalização autonímica, desta vez, interlocutiva, pois, mesmo concedendo ao interlocutor o poder de escolha, o L1/E1 mantém o controle do protagonismo. Bianca sugere duas opções, orquestrando o ambiente comunicativo para que a escolha do interlocutor permaneça dentro dos limites por ela estipulados, o que reafirma seu poder na interação comunicativa.

Considerando o espaço deste artigo, optamos por encerrar a análise da carta aberta neste ponto. Em uma etapa futura, retornaremos à pesquisa para concluir a análise e discussão dos dados com vídeo intitulado “Manifesto da Boca Rosa”, de modo a contemplar essa parte da construção de *ethos* com o devido detalhamento.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Baseado em nossos objetivos, concluímos que a análise das categorias de responsabilidade enunciativa revela como Bianca Andrade, através da carta aberta, constrói um *ethos* de liderança, autodeterminação e empoderamento feminino. O uso estratégico dos enunciados contribui para afirmar sua posição como uma empresária independente e influente, além de criar um vínculo empático com seu público feminino. O texto reforça, ainda, uma crítica às estruturas de poder dominadas por homens, posicionando a marca Boca Rosa como uma ferramenta de mudança e emancipação para as mulheres.

Nesse contexto, a análise textual dos discursos digitais permite não apenas identificar as vozes e os pontos de vista presentes no texto, mas também

compreender como essas vozes interagem com o público e como o *ethos* é construído e projetado para uma audiência ampla e diversificada.

No caso de Bianca Andrade, o *ethos* de “dona da p*rra toda” é articulado por meio de uma série de estratégias discursivas que reforçam sua imagem de poder, sucesso e autenticidade. Esse *ethos* é reforçado pela responsabilidade enunciativa, que a empresária assume de maneira controlada e estratégica, sempre em diálogo com as vozes sociais que permeiam seu discurso.

No corpus analisado, a carta de Bianca Andrade é marcada por uma polifonia clara, onde a enunciatrice se apropria de vozes sociais para construir seu *ethos* de empresária e “dona da p*rra toda”. Por exemplo, ao mencionar que “os homens têm 74% dos cargos de diretoria, 86% dos presidentes das empresas são homens”, Bianca traz à tona um discurso socialmente difundido sobre a desigualdade de gênero no mundo empresarial. No entanto, ela reconfigura esse dado estatístico a partir de sua própria experiência, posicionando-se como uma exceção e como uma agente de transformação nesse contexto.

REFERÊNCIAS

ADAM, J.M. **A linguística textual**: uma introdução à análise textual dos discursos. Tradução de Maria das Graças Soares Rodrigues, Luis Passeggi, João Gomes da Silva Neto e Eulália Vera Lúcia Fraga Leurquin. 2 ed. Ver. E aumente. São Paulo: Cortez, 2011.

ADAM, J.M. **A noção de texto**. Tradução de Maria da Graças Soares Rodrigues, João Gomes da Silva Neto e Luis Passeggi. Natal, RN: EDUFERN, 2022. Disponível em: https://repositorio.ufrn.br/bitstream/123456789/44991/3/A_nocao_de_texto_ADAM_2022.pdf. Acesso em: 25 jul. 2024.

DIDIO, L. **Como produzir monografias, dissertações, teses, livros e outros trabalhos**. São Paulo: Atlas, 2014.

MAINGUENEAU, D. **Análise de textos de comunicação**. Tradução de Cecília P. de Sousa-e-Silva, Décio Rocha. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

MAINGUENEAU, D. **Discurso e análise do discurso**. Tradução de Sírío Possenti. Parábola: São Paulo, 2015.

MORAES, R. **Uma tempestade de luz**: a compreensão possibilitada pela análise textual discursiva. *Ciência & Educação*, v. 9, n. 2, p. 191-211, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ciedu/v9n2/04.pdf>>. Acesso em: 16 março. 2019.

PASSEGGI, L. *et al.* A análise textual dos discursos: para uma teoria da produção co(n)textual de sentido. In: LEITE, M. Q.; BENTES, A. C. (org.). **Linguística de texto e análise da conversação**: panorama das pesquisas no Brasil. São Paulo: Cortez, 2010, p. 262-312.

RABATEL, A. Postures énonciatives, variable générique et stratégies de positionnement. *In*. ANGERMULLER, Johannes; PHILIPPE, Gilles. **Analyse du discours et dispositifs d'énonciation**: autour des travaux de Dominique Maingueneau, tradução Euclides Moreira Neto. Limoges: Lambert-Lucas, 2015, p. 125-135.

RABATEL, A. **Homo narrans**: por uma abordagem enunciativa e interacionista da narrativa, São Paulo: Cortez, 2016.

“MAMACITA”: WEBSITE INFORMACIONAL DE ORIENTAÇÃO AO GERENCIAMENTO DE VOZES DA CIÊNCIA

Eduardo Gonçalves de Carvalho
Rillary Yasmim Vieira Alves
Evandro Gonçalves Leite

1 INTRODUÇÃO

O panorama inicial da trajetória acadêmica tem como prática indispensável o gerenciamento de vozes da ciência. Os pesquisadores – inseridos em um processo de aprendizagem que alia a prática de reportar o discurso de outrem com a de construir conhecimentos científicos cada vez mais embasados – são parte da dinâmica de comunicação do conhecimento científico. Buscando associar o viés linguístico anteriormente citado às ferramentas tecnológicas no meio científico, é possível ter uma noção interdisciplinar que evidencia a importância da disseminação do conteúdo científico por meio de veículos informativos que compõem o cotidiano social atual.

Dessa forma, o presente trabalho tem como objetivo apresentar o desenvolvimento de um *website* informacional voltado para auxiliar escritores/pesquisadores iniciantes nas práticas de gerenciamento de vozes da ciência, trazendo acessibilidade ao conhecimento técnico-científico. Para o desenvolvimento do conteúdo do *website*, apoiamo-nos em pesquisas voltadas ao gerenciamento de vozes da ciência, abordando sua importância (Hyland, 2004; Motta-Roth; Hendges, 2010), modalidades e funções do discurso citado (Boch; Grossmann, 2002), assim como formas e marcações linguísticas (Swales, 1990). Além disso, utilizamos estudos que abordam a importância da divulgação e popularização científica e certas aplicações sociais destas (Baronas, 2010; Cristóvão; Ferreira; Cardoso; Pereira; Ambrósio, 2023; Finatto, 2020; Germano; Kulesza, 2008; Rojo, 2008; Valerio; Pinheiro, 2008). No que diz respeito ao desenvolvimento do *software*, utilizamos as tecnologias a seguir: Figma (2023), Canva (2023), Python, Django, HTML, CSS, Bootstrap (2023), JavaScript, VSCode(2023), GitHub (2023), VLibras (2023), PostgreSQL, Docker, Nginx, e Amazon Web Services.

Assim, o presente trabalho se estrutura da seguinte forma: a próxima seção traz a revisão de literatura, sendo seguida pela metodologia utilizada em nossa pesquisa, para logo depois abordarmos os resultados obtidos e, por fim, traçarmos nossas conclusões.

2 REVISÃO DA LITERATURA

Para falar sobre escrita e pesquisa científica e sua importância, é interessante elencar como esse conteúdo é disseminado na sociedade, ou seja, quais seus métodos de divulgação. Comumente, é possível associar a disseminação do conteúdo científico com o que chamamos de divulgação científica. Germano e Kulesza (2008) trazem um estudo que aborda as variadas nomenclaturas associadas a essa divulgação do conteúdo científico, principalmente quando voltada para um público que não é especializado, ou que, no âmbito iniciante, busca se especializar. Esse estudo aponta a influência do viés histórico, social e até acadêmico na construção e no significado de nomenclaturas. A exemplo do que os autores abordam como conceitos já utilizados muitas vezes, temos a “vulgarização científica”, a “alfabetização científica”, a “divulgação científica” e a “popularização científica”.

Para o presente trabalho, focamos em dois termos de maneira mais específica: o de divulgação científica, popularmente utilizado no Brasil, e o de popularização, defendido pelos autores. O conceito de divulgação científica se trata da propagação do conteúdo científico, podendo abordar também a esfera de circulação de alguns gêneros textuais (Germano; Kulesza, 2008). Outra autora que aborda a divulgação científica, em especial distinguindo-a do jornalismo científico, é Rojo (2008), que aponta o direcionamento do jornalismo científico à esfera jornalística, a qual muitas vezes não possui especialistas na área científica abordada como escritores, mas sim jornalistas e comunicadores interessados na transmissão de atualizações científicas para o público não especializado.

Retornando às nomenclaturas de Germano e Kulesza (2008), o conceito de divulgação científica é apontado com certa problemática pelos autores, já que estes consideram a existência de uma referência à disseminação do conteúdo científico de forma utópica, como se a evolução e o desenvolvimento da ciência fossem responsáveis por solucionar todas as problemáticas emergentes, ignorando a influência dos vieses político e social. Assim, os autores defendem a importância de tornar popular o conteúdo científico a partir da participação do povo, tendo em vista as diferentes realidades sociais existentes. Dessa forma, Germano e Kulesza (2008) defendem a utilização do termo “popularização da ciência”, que se trata, como dito anteriormente, de tornar conhecido entre o povo o conteúdo científico de forma participativa.

Nessa perspectiva, Baronas (2010) alega que não se trata apenas de uma didatização do conteúdo científico, mas sim da criação de espaços de diálogo e reflexão para a sociedade a partir da popularização científica. Assim, a importância das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) no crescente compartilhamento de informações em novos territórios e diferentes públicos, como consequência do acesso livre a esses recursos, é algo inegável (Valerio; Pinheiro, 2008).

Dessa forma, a conscientização da relevância da divulgação científica está ligada intrinsecamente às relações entre esfera pública e ciência, tendo em vista que a função da segunda só é cumprida uma vez que seu conteúdo é divulgado (Cristóvão; Ferreira; Cardoso; Pereira; Ambrósio, 2023). Assim, o papel de disseminação do conteúdo científico carece da acessibilidade como elemento aliado, sendo necessário dar destaque a conceitos como o de “simplificação textual”, que é proposto por Finatto (2020), se tratando de uma “reformulação” ou reestruturação de um conteúdo original (que pode apresentar certa complexidade) em elementos escritos, imagens e/ou conteúdo audiovisual com teor de compreensibilidade melhor atingido por certo público alvo. Essa simplificação deve, portanto, respeitar tanto o conteúdo a ser traduzido quanto o público a que se destina a tradução, caso contrário não será efetivada a recepção e entendimento necessários para a divulgação (Finatto, 2020).

Assim, no contexto de divulgação e popularização do conteúdo científico, é necessário abordar como se dá o gerenciamento de vozes da ciência e sua importância para a escrita acadêmica. Hyland (2004) aponta a utilização de outras vozes/autores como uma demonstração do compromisso e responsabilidade dos escritores em reconhecer a importância de trabalhos anteriores para a formação de um estudo. Dessa forma, reportar um discurso indica atenção em legitimar um estudo, o que enriquece o trabalho acadêmico. Além disso, a relevância do gerenciamento pode ser ilustrada de forma mais dinâmica por autores como Feak e Swales (1994, 2004 apud Motta-Roth; Hendges, 2010), que, ao compararem reportar um discurso como sendo “anões em ombros de gigantes”, relaciona a figura do “anão” aos pesquisadores que se apoiam em autores anteriores, ou seja, “gigantes” que possam apoiá-los na construção do conhecimento para enxergar novos horizontes.

Além da importância intrínseca ao discurso reportado, é importante compreender como esse gerenciamento de vozes se configura na escrita acadêmica. Boch e Grossmann (2002) trazem algumas modalidades do discurso reportado e suas características. Para os autores, a modalidade de evocação se trata de fazer alusão ao discurso do outro, não se aprofundando no conteúdo do trabalho mencionado; já a reformulação faz uma paráfrase do discurso do outro, mantendo o caráter intencional de quem é citado através das palavras de quem cita; a citação autônoma, por sua vez, traz a citação, ou seja, o discurso do outro reportado de forma literal, sendo uma transcrição do texto original destacada por marcações textuais como aspas, itálico etc.; por fim, a ilhota citacional se trata de uma mescla entre a citação autônoma, com a transcrição de texto citado, e a reformulação, parafraseando a ideia a ser abordada.

Boch e Grossmann (2002), além das modalidades do discurso citado, apresentam uma tipologia associada às funcionalidades que o discurso do outro pode assumir em um texto acadêmico. Os autores apontam que, especialmente em

textos de especialistas, as funções seguintes são encontradas: introduzir um ponto de vista; marcar o pertencimento da ideia a uma corrente ou escola; referir-se à trabalhos anteriores (estabelecendo uma definição ou o estado da arte da pesquisa); fundamentar uma afirmação; e discutir uma afirmação. Além disso, em textos de iniciantes, podemos encontrar também outros tipos de funcionalidades, como introduzir uma nova ideia (que insere um novo tópico a ser abordado) e justificar um comportamento (que legitima comportamentos explicitados a partir de argumentos do autor e trabalho citados).

No que diz respeito às marcações linguísticas, Swales (1990) expõe as maneiras de integração ou não integração do discurso citado à estrutura gramatical da oração. O autor aponta que o discurso integral traz o nome do autor como parte da gramática da oração, fornecendo-lhe certo destaque no que é escrito. No contexto da citação não integral, o nome do autor não é parte da estrutura gramatical da oração, sendo posto a partir de indicação numérica ou entre parênteses, o que destaca o conteúdo do discurso do outro.

A seguir, em nossa metodologia, abordaremos de que forma a fundamentação bibliográfica apresentada nesta seção se relaciona com os procedimentos metodológicos utilizados para alcançar os objetivos do trabalho.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este trabalho partiu de um estudo inicial, que consistiu na construção de um *website* prototipado em um Projeto Integrador atrelado a uma disciplina obrigatória do curso técnico integrado ao Ensino Médio em Informática do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN) - *Campus* Pau dos Ferros. Na fase seguinte da pesquisa, incorporamos novas tecnologias voltadas ao aperfeiçoamento do sistema, adicionando novos conteúdos educacionais.

Sob essa ótica, trata-se de uma pesquisa de caráter experimental, visando à inovação a partir da criação de uma solução tecnológica para a popularização da ciência. Dessa forma, a partir das pesquisas linguísticas sobre discurso citado (modalidades, formas e funções, já mencionadas em nossa revisão de literatura), elaboramos conteúdo exposto nas telas do *site*. Além disso, nossas reflexões acerca da relação entre tecnologia da informação e divulgação científica visam diretamente à popularização da ciência e educação ao passo que auxilia escritores acadêmicos iniciantes em sua jornada científica.

Para o desenvolvimento do sistema, utilizamos tecnologias de prototipação (Figma) e de edição de *design* (Canva) com a finalidade de um plano estético que promovesse interação com os textos. Isso se dá tanto nas escolhas de cores, neste projeto baseado na paleta céu, quanto na confecção do personagem que aparece pelas telas e dá identidade ao projeto. Essas escolhas, pautadas na psicologia de

cores e na intenção de provocação de atenção com uso de recursos verbais e não verbais, busca maior eficiência no que diz respeito ao alcance de um público cada vez maior.

Além disso, do ponto de vista da programação, no *back-end* fizemos uso da linguagem de programação Python e do *framework* Django. As escolhas se justificam pelo suporte que o Django oferece para o uso da linguagem Python, uma linguagem legível e de fácil manutenção. O *front-end* do sistema é inteiramente embasado em linguagens de marcação, como HTML e CSS, no *framework web* Bootstrap e na linguagem de programação JavaScript. Tais tecnologias pretendem garantir maior interação do ponto de vista estético e maior acessibilidade para que o texto divulgado alcance diferentes meios de suporte.

O VLibras (2023), um conjunto de ferramentas computacionais desenvolvido pela Universidade Federal da Paraíba, em João Pessoa, que busca a facilitação e melhoria no acesso à informação para pessoas surdas no ambiente digital, foi empregado no *website*. Essa tecnologia traduz conteúdos em português para Língua Brasileira de Sinais (Libras), possui um avatar (personagem que gestualiza expressões da língua de sinais virtualmente) e uma interface de usuário voltados a critérios de acessibilidade de conteúdos digitais (VLibras, 2023). Dessa forma, é possível perceber que a proposta da ferramenta vai ao encontro do objetivo do “MamaCita”, já que este se constrói visando à maior acessibilidade à educação e à informação acadêmica, consequentemente se tornando um aliado no período de início das atividades estudantis para todos que necessitarem.

No que diz respeito ao desenvolvimento e à escrita do código do sistema, foi utilizado o Visual Studio Code (VSCode, 2023). Esta ferramenta, mais conhecida como VS Code, é um editor de código desenvolvido pela Microsoft que possui grande suporte quanto à depuração, ao controle de versões e à execução de tarefas (VSCode, 2023). Assim, possibilita a criação mais rápida de código e ainda facilita o trabalho colaborativo pretendido no presente trabalho. Para conferir interatividade e segurança ao projeto, o GitHub foi utilizado para a hospedagem dos códigos relacionados ao sistema.

Fizemos ainda uso do banco de dados PostgreSQL, que, entre outras funções, corrobora para a manutenção do conteúdo e a edição deste, haja vista que o campo do discurso citado está em constante evolução, especialmente os modos de fazê-lo. Para a aplicação *web* foram utilizadas algumas tecnologias/ferramentas interligadas à relação entre o *site* desenvolvido e sua aplicação na *web*, sendo elas Docker (2023), Nginx (2023) e Amazon Web Services, abreviado em AWS. O Docker é uma plataforma aberta que busca a facilitação e a otimização do processo de desenvolvimento de aplicações em ambientes isolados (Gomes, 2019). O Nginx, por sua vez, é um servidor de HTTP, proxy reverso e proxy TCP/UDP e de correio que funciona como servidor de apoio. Já a AWS, por ser uma plataforma voltada para serviços de computação em nuvem, permite a utilização de recursos de tecnologia

da informação com uma demanda atrelada à Internet e custos relacionados às formas de uso.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

As páginas de conteúdo desenvolvidas para ser acessadas foram: “Início”, “Formas”, “Funções”, “Quem é o autor?”, “Normas”, “Para saber mais”, “Sobre nós” e “Comentários”. A página “Início” busca introduzir o usuário ao *site* e aos recursos que podem ser ali encontrados, ambientando-o ao objetivo do projeto. Seu conteúdo versa sobre o papel e a importância do discurso citado em textos acadêmicos, elenca os recursos que o estudante poderá encontrar e discorre sobre a história do “MamaCita”.

Desde a página de início, e ao longo do programa, é feito uso do recurso de aplicação para *website* fornecido pela plataforma VLibras (2023), com o objetivo de garantir maior acessibilidade do conteúdo para a comunidade surda. Essa aplicabilidade, que funciona como um plugin no “MamaCita”, traduz todo e qualquer conteúdo disposto para a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), algo gestualizado pelo avatar da plataforma VLibras, como demonstrado na figura 1.

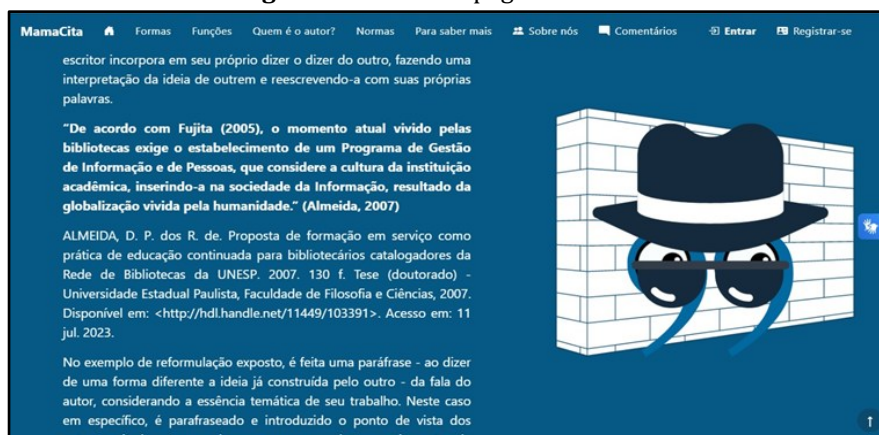
Figura 1: Aplicação do recurso de tradução em LIBRAS para o *website*



Fonte: Elaborado pelos autores.

A página “Formas”, expressa na figura 2, introduz o usuário às formas e às modalidades de menção que a voz citada pode assumir em um texto, com base na tipologia de Boch e Grossmann (2002) e nas marcações linguísticas de Swales (1990). Haja vista as potenciais mudanças das estruturas normativas das citações, a página mescla conteúdo estático e dinâmico, sendo a parte dinâmica alterável na sessão administrativa, para manter o conteúdo do *site* sempre atualizado quanto às normas citacionais. Quanto ao conteúdo da página referente às formas, há o título, assim como imagens ilustrativas do personagem “Aspinha”, as quais dialogam ludicamente com o conteúdo a ser explicado e tencionam a compreensão do assunto por parte do usuário. As formas a serem exemplificadas ao longo da página são encadeadas a partir de uma sequência de imagens e explicações de cada uma delas.

Figura 2: Trecho da página “Formas”



Fonte: Elaborado pelos autores.

A página “Funções”, demonstrada na figura 3, traz as funcionalidades assumidas pelo discurso do outro no texto acadêmico segundo Boch e Grossmann (2002). A harmonia entre ambas as páginas de conteúdos se dá pela intencionalidade semelhante, que objetiva expor exemplos e explicá-los de forma clara o suficiente para facilitar o entendimento do público iniciante. Por meio de estratégias textuais, como uso de exemplos e imagens, busca, semelhante à de “Formas”, aprimorar a compreensão do tópico.

Figura 3: Trecho da página “Funções”



Fonte: Elaborado pelos autores.

A página “Normas”, por sua vez, aborda as convenções normativas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), que devem ser seguidas para a padronização do discurso reportado. A página “Normas” se organiza de forma semelhante às páginas de “Formas” e “Funções”, diferenciando-se pela distinção entre subtópicos do conteúdo.






A página “Quem é o autor?” aborda o plágio e a importância da atribuição de autoria em trabalhos acadêmicos. Embora mescle recursos dinâmicos e estáticos,

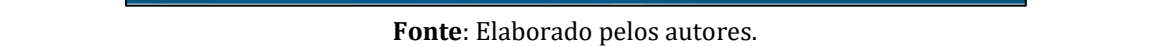
demonstra um diferencial ao utilizar *cards* para expor as diferentes configurações que o plágio pode assumir. Dessa forma, há a apresentação da legislação sobre plágio e certas curiosidades sobre questões de autoria, associando sempre o conteúdo a uma ilustração da situação.

Já a página “Para Saber Mais” contém *links* e ferramentas relacionados ao tema do *site* para enriquecer ainda mais o aprendizado do usuário. Possui vários *cards*, organizados e ilustrados de formas diferentes, para atender a diferentes subtópicos em seu conteúdo. Os *cards* da primeira parte trazem a indicação de *links* de ferramentas *on-line* atreladas ao gerenciamento de vozes da ciência de alguma maneira, além de uma breve explicação sobre o recurso e uma imagem correspondente à sua logo. O botão “Visitar” é o responsável por encaminhar o usuário até onde ele possa acessar essas ferramentas.

Essa página traz ainda explicações acerca de estudiosos importantes no gerenciamento de vozes da ciência. O botão “Abrir”, disposto na parte inferior do card, abre um modal, ou seja, uma janela sobre o conteúdo da página, que proporciona uma explicação acerca do autor indicado no card e também dispõe de um botão que irá direcionar o usuário até o material de estudo correspondente.

A seção de comentários, apresentada na figura 4, é um espaço destinado ao usuário para expressar sua opinião e perspectiva sobre o conteúdo e experiência durante sua navegação no *website*, postando comentários. Para isso, usamos recursos providos pelo CKEditor, o qual dispõe de inúmeras opções para a estilização do próprio texto por parte do usuário e permite-lhe comentar não apenas com textos verbais, mas também com *emojis* e imagens. Dessa forma, essa é uma página dinâmica que dispõe seu conteúdo a partir da avaliação feita pelos usuários. Sua recursividade possui, inclusive, um CRUD, ou seja, a possibilidade de criar, ler, atualizar e apagar o conteúdo de seus comentários. Essa funcionalidade aumenta a capacidade de interação entre usuário e conteúdo abordado durante o trabalho. A página de comentários, portanto, funciona como um mural de *feedbacks* com a opinião dos estudantes sobre o conteúdo que estão absorvendo. O usuário só consegue postar e manipular um comentário caso esteja logado no *site*, sendo o *login* realizado apenas após a realização de um cadastro.

MamaCita  Formas  Funções  Quem é o autor?  Normas  Para saber mais  Sobre nós  Comentários  Entrar  Registrar-se



Portanto, através de estratégias de tradução textual, como o uso de linguagem acessível e pensada para uma gama de público maior, a qual está iniciando a trajetória acadêmica, o MamaCita se propõe como um projeto de popularização do conhecimento científico. As escolhas tecnológicas e linguísticas buscam garantir acessibilidade a conteúdos essenciais à academia por meio de recursos visuais, que vão desde a confecção de imagens até a escolha de cores e tecnologias que permitam maior interação e instiguem a permanência e a garantia de absorção de conteúdo no *website*.

Dessa forma, partindo de uma prototipagem, desenvolvemos o *website* e procedemos às modificações necessárias que surgiam, tornando a maior parte do conteúdo alterável e dinâmico. Incluímos também algumas indicações dos teóricos e seus trabalhos que sustentaram discussões sobre o gerenciamento de vozes da ciência, para ampliar as opções de expansão do conteúdo a ser explorado, assim

como também utilizamos, ao longo das telas, tecnologia voltada para a inclusão de pessoas surdas, com tradução do conteúdo em Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS).

Assim, este trabalho evidencia as possibilidades interdisciplinares intrínsecas à associação entre a tecnologia e os conteúdos educativos, permitindo-nos compreender de que forma a linguística e a computação podem ser utilizadas de maneira eficiente e conjunta. Por esse viés, através de uma "simplificação" textual, foi possível atingir objetivos propostos, voltados para a construção de uma ferramenta com conteúdo de popularização da ciência. Por fim, podemos vislumbrar melhorias em relação à hospedagem do *website* na *web* e seus critérios de responsividade, buscando cada vez mais torná-lo uma ferramenta de popularização de conteúdos voltados para escritores iniciantes e acessível para diversos públicos.

REFERÊNCIAS

BARONAS, R. L. Da necessidade premente de se cometer uma política de divulgação científica qualificada dos trabalhos da linguística do Brasil. **Revista da Anpoll**, [S. l.], v. 1, n. 29, 2010. DOI: 10.18309/anp.v1i29.180. Disponível em: <https://revistadaanpoll.emnuvens.com.br/revista/article/view/180>. Acesso em: 14 jun. 2023.

BOCH, F.; GROSSMANN, F. Referir-se ao discurso do outro: alguns elementos de comparação entre especialistas e principiantes. **Scripta**, [S. l.], p. 97-108, out. 2002. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/scripta/article/view/12452/9767>. Acesso em: 24 jan. 2023.

BOOTSTRAP. **Bootstrap**. Disponível em: <https://getbootstrap.com.br>. Acesso em: 27 nov. 2023.

CANVA. **Canva**. 2023. Disponível em: <https://www.canva.com>. Acesso em: 27 nov. 2023.

CRISTÓVÃO, V. L. L. ; FERREIRA, L. M. L. ; CARDOSO, I.; PEREIRA, L. Á.; AMBRÓSIO, S. Uma cartografia da divulgação científica em Ciências da Linguagem no Brasil e em Portugal. **Diacrítica**, [S. l.], v. 37, n. 1, p. 284–309, 2023. DOI: 10.21814/diacritica.5400. Disponível em: <https://revistas.uminho.pt/index.php/diacritica/article/view/5400>. Acesso em: 10 jun. 2024.

DJANGO. **Django**. 2023. Disponível em: <https://www.djangoproject.com>. Acesso em: 27 nov. 2023.

DOCKER. **Docker**. 2023. Disponível em: <https://www.docker.com>. Acesso em: 08 dez. 2023.

FIGMA. **Figma**. Disponível em: <https://www.figma.com>. Acesso em: 27 nov. 2023.

FINATTO, M. J. B. Acessibilidade textual e terminológica: promovendo a tradução intralinguística. **Estudos Linguísticos (São Paulo. 1978)**, [S. l.], v. 49, n. 1, p. 72–96, 2020. DOI: 10.21165/el.v49i1.2775. Disponível em: <https://revistas.gel.org.br/estudos-linguisticos/article/view/2775>. Acesso em: 10 jun. 2024.

GERMANO, M. G.; KULESZA, W. A.. Popularização da ciência: uma revisão conceitual. **Caderno Brasileiro de Ensino de Física**, Florianópolis, v. 24, n. 1, p. 7-25, ago. 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/fisica/article/view/1546>. Acesso em: 10 jun. 2023.

HYLAND, K. **Disciplinary discourses**: social interactions in academic writing. Ann Arbor: The University of Michigan Press, 2004. p. 20-40.

JAZZMIN. **Jazzmin**. Disponível em: <https://django-jazzmin.readthedocs.io>. Acesso em: 27 nov. 2023.

MOTTA-ROTH, D.; HENDGES, G. R. **Produção textual na universidade**. São Paulo: Parábola, 2010. p. 89-110.

NGINX. **Nginx**. Disponível em: <https://www.nginx.com>. Acesso em: 08 dez. 2023.

POSTGRESQL. **PostgreSQL**. 2023. Disponível em: [PostgreSQL: The world's most advanced open source database](#). Acesso em: 08 dez. 2023.

ROJO, R. O letramento escolar e os textos da divulgação científica: a apropriação dos gêneros de discurso na escola. **Linguagem em (Dis)Curso – Lemd**, Tubarão, v. 8, n. 3, p. 581-612, dez. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ld/a/hZy3yNBcGjdn4Mp7jjMQYif/abstract/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 15 jun. 2023.

SWALES, J. M. **Genre analysis**: English in academic and research settings. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

VALERIO, P. M.; PINHEIRO, L. V. R. Da comunicação científica à divulgação. **Transinformação**, v. 20, n. 2, p. 159–169, maio 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tinf/a/jXWgggxBhXfsT57JDVbghp/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 15 de jul. 2023.

VLIBRAS. **VLibras**. Disponível em: <https://www.vlibras.com.br>. Acesso em: 08 dez. 2023.

VSCODE. **Visual Studio Code**. Disponível em: <https://code.visualstudio.com>.
Acesso em: 27 nov. 2023.

A INTERPENETRAÇÃO ENTRE AS MODALIDADES ARGUMENTATIVAS POLÊMICA E PATÊMICA EM UM ARTIGO DE OPINIÃO

Thalia Rodrigues de Castro Santiago
Antonio Lailton Moraes Duarte
José Marcos Rosendo de Souza

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Com os estudos da Argumentação no Discurso desenvolvidos por Amossy (2008) e com a interface entre Linguística Textual e argumentação (Cavalcante *et al.*, 2020; 2022), podemos perceber que a argumentação é inerente a qualquer texto e que toda interação atende a determinados modos de argumentar, denominados de modalidades argumentativas. Essas organizam e modelam os textos desde moderados aos mais exacerbados dentro de uma polêmica (Amossy, 2017). Dessa forma, a presente pesquisa é parte de um recorte do Trabalho de Conclusão de Curso, na modalidade monografia, em andamento na Licenciatura em Letras-Português da Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos, “campus” em Limoeiro do Norte-CE, da Universidade Estadual do Ceará, cujos resultados preliminares apresentamos neste artigo.

Este trabalho tem como objetivo analisar a interpenetração entre as modalidades argumentativas polêmica e patêmica presentes em artigos de opinião veiculados no Jornal *on-line El País*, para verificar como a relação entre essas duas modalidades argumentativas contribuem para persuadir a opinião do leitor. O processo de argumentação dos artigos de opinião será analisado utilizando os estudos desenvolvidos por Amossy (2008, 2020, 2017), por Macedo (2018), Oliveira (2020), Cavalcante *et al.* (2022), Duarte e Cavalcante (2022), Duarte e Brito (2022) e Duarte (2023), reconhecendo nos textos as modalidades polêmica (Amossy, 2008; 2017) e patêmica (Amossy, 2008; Oliveira *et al.*, 2020; Silveira, 2022) através dos movimentos argumentativos e textuais, como a referência (Cavalcante *et al.*, 2020; 2022) e a intertextualidade (Carvalho, 2018) que elas apresentam.

Este artigo está organizado, retoricamente, em quatro seções. Na primeira seção, temos as considerações iniciais. Na segunda, apresentamos o desenvolvimento da nossa pesquisa, que será dividido em dois tópicos. No primeiro, descrevemos a metodologia da pesquisa, mostrando como se deu a coleta de dados e a escolha do *corpus* da pesquisa, e, no segundo tópico, apresentamos as análises dos dados coletados, assim como, a descrição do processo de interpenetração entre

as modalidades argumentativas polêmica e patêmica demonstrada nas análises. Por último, nas considerações finais, apresentamos as observações feitas durante as nossas análises, enfatizando a relevância da nossa pesquisa para estudos futuros.

2 METODOLOGIA

O tratamento analítico dos dados desta pesquisa é de ordem qualitativa, pois delimitamos como *corpus* um artigo de opinião veiculado no jornal *on-line El País*. Essa escolha ocorreu porque o artigo de opinião é um gênero que discute uma questão controversa através da contextualização e/ou apresentação dessa questão, da explicitação do posicionamento assumido pelo articulista, da utilização de argumentos para sustentar a posição assumida pelo articulista e da consideração da posição contrária por meio da antecipação de possíveis argumentos contrários à posição assumida. A escolha deste jornal *on-line* ocorreu pela presença de vários artigos de opinião que abordam a temática desta pesquisa, a morte de crianças e adolescentes negros no Rio de Janeiro durante operações policiais, porém escolhemos apenas um para apresentar neste artigo, por ser uma análise preliminar da monografia em andamento e pela extensão deste artigo.

Nosso método é qualitativo e a coleta do artigo de opinião se deu pelo método de seleção direta, pois a busca foi dirigida pela temática dos artigos desta investigação. Para atingir nosso objetivo, reconhecemos a modalidade argumentativa polêmica através da dicotomização de teses, da polarização social e da desqualificação do oponente, e a patêmica, por meio do ponto de vista apresentado pelo articulista do artigo de opinião de modo a sensibilizar o auditório para obter sua adesão (Amossy, 2008; 2017). Ademais, em nossa pesquisa adotaremos o texto como objeto de estudo, seguindo os procedimentos da Linguística Textual. Depois, analisamos como essas modalidades se interpenetram através da relação entre essas duas modalidades argumentativas e da contribuição delas na persuasão da opinião do leitor, recorrendo aos processos referenciais e intertextuais.

3 ANÁLISE DA INTERPENETRAÇÃO DAS MODALIDADE ARGUMENTATIVAS POLÊMICA E PATÊMICA NO ARTIGO DE OPINIÃO DO JORNAL ON-LINE EL PAÍS

Neste trabalho, fazemos a análise da demonstração da interpenetração das modalidades argumentativas polêmica e patêmica no artigo de opinião do jornal *El País*. Para isso, adotaremos em nossa pesquisa a Análise da Argumentação no Discurso, doravante AAD, definida por Amossy (2020), que se caracteriza por ser: linguageira, comunicacional, dialógica, genérica, figural e textual. Amossy (2020) defende que a AAD entende a argumentação como a tentativa de modificar, de

reorientar, ou, mais simplesmente, de reforçar através dos recursos da linguagem, a visão, ou o ponto de vista, do interlocutor.

Além da ADD, utilizaremos, em nossa pesquisa, os estudos desenvolvidos por Macedo (2018) em sua tese, tendo em vista que Macedo (2018) em sua pesquisa faz a interface entre a Análise da argumentação no discurso e a Linguística Textual sob uma perspectiva textual. Dessa forma, Macedo (2018) mostrou a possibilidade de um diálogo entre a AAD e a LT, ao apreender a argumentação no discurso por meio dos textos, fazendo com que os postulados adotados pela AAD sejam articulados a categorias adotadas pela LT. Além disso, através de Macedo (2018), observamos nos discursos os tipos de trocas argumentativas que se manifestam através dos gêneros e modelam a forma como a argumentação funciona, tanto em quadro dialogal quanto dialógico. Com base em Amossy (2008), apresentou seis tipos de modalidades argumentativas: demonstrativa, patética, pedagógica, co-construção, negociada e polêmica.

A fim de atingir o objetivo proposto nesta investigação, focaremos nas modalidades argumentativas polêmica e patêmica. Amossy (2008) descreve a modalidade patêmica como sendo aquela que “tocaria” o auditório para ter sua adesão através de um discurso monogerado ou em um diálogo. A autora leva em consideração na sua pesquisa o *pathos* como sendo um meio de manifestação do apelo a emoção para persuadir a opinião do leitor. Assim, observamos que nessa modalidade argumentativa, temos como meio de persuasão o apelo à emoção, o que anteriormente foi, de certa forma, criticado pelos pesquisadores da argumentação como afirma Silveira (2022), pois afirmavam que os discursos formados através do *pathos* poderiam prejudicar a razão, ou seja, o *logos*.

Já a modalidade argumentativa polêmica é definida por Amossy (2008) como uma modalidade argumentativa que detém de duas teses antagônicas e possui uma confrontação violenta entre elas, visando obter a persuasão do terceiro, por meio da desqualificação do seu oponente. Alguns gêneros, de acordo com Amossy (2008), são privilegiados por essa modalidade argumentativa, como por exemplo, o panfleto, a controvérsia filosófica, os debates midiáticos que confrontam adversários políticos. Para uma melhor compreensão das modalidades argumentativas aqui apresentadas, seguiremos para a análise do artigo de opinião.

Utilizaremos em nossa análise o artigo de opinião de Carla Jiménez, publicado no jornal *on-line El País* em 24 de junho de 2018. O artigo de opinião, expressa veementemente a opinião da articulista sobre as mortes de jovens e crianças pretos mortos em operações policiais no Rio de Janeiro, como pode se verificar lendo o artigo de opinião mostrado na figura 1.

Figura 1: Título do artigo de opinião



Fonte: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/06/24/opinion/1529858276_584900.html. Acesso em: 13 abril 2024.

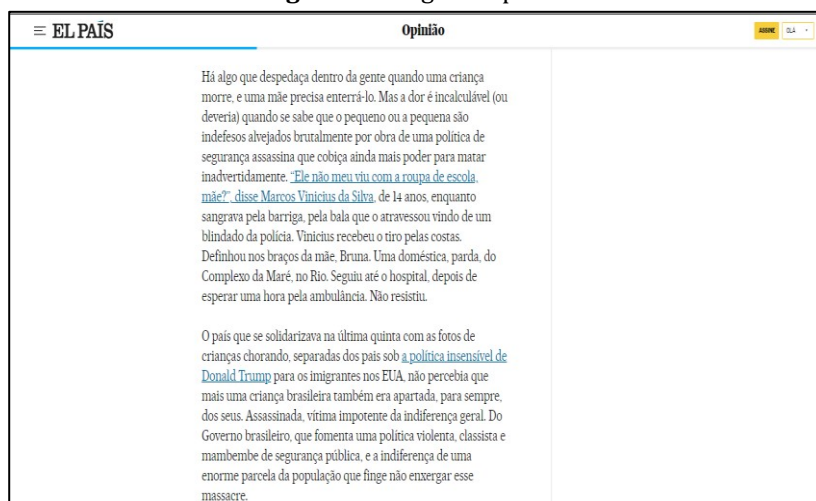
Na figura 1, observamos, no título do artigo de opinião, que a articulista afirma que o Brasil utiliza o sangue de crianças para escrever sua história. Os referentes “sangue” e “crianças” causam sentimentos no auditório, apelando, assim, para as emoções do leitor. A articulista inicia a criação de uma rede referencial com a utilização destes referentes, pois os utiliza sempre que procura apelar para os sentimentos do leitor, como dor, sofrimento, massacre, violência etc., com o intuito de persuadi-lo.

Ademais, ao mesmo tempo que ela critica as operações policiais violentas, deixa evidente quem causou a morte da criança, revelando um sentimento de revolta por parte dela e fazendo com que esse sentimento também reflita para a construção do ponto de vista (PDV) do leitor. Recorrendo às palavras de Rabatel (2017, p. 43), podemos dizer que os interlocutores “predicaram informações [...], dando não apenas informações sobre o objeto (relativos à sua denotação), mas também sobre a forma como o enunciador observa o objeto, expressando, assim, um PDV”. O que deixa evidente quem são as vítimas, apenas crianças, construindo por meio desses objetos de discurso um modo de sensibilizar o auditório para obter sua adesão por meio da modalidade patêmica com as informações expressas pela observação desses referentes pela articulista na orientação argumentativa a favor do “*pathos*”. Logo em seguida, observamos a introdução da modalidade polêmica, no texto, no momento em que a articulista desqualifica as operações policiais, utilizando um acontecimento triste, a morte de uma criança por um blindado da polícia, com o intuito de gerar uma dicotomização de teses a favor e contra as operações policiais e gerar uma polarização social entre os favoráveis e desfavoráveis da atuação policial.

No decorrer das nossas análises, demonstramos a desqualificação do outro

(Duarte e Cavalcante, 2022; Duarte e Brito, 2022; Duarte, 2023) como uma estratégia de persuasão da modalidade polêmica, a qual é utilizada de forma cautelosa, devido ao meio ao qual o artigo de opinião está veiculado. Tanto é que a desqualificação do outro se manifesta por meio de palavras pejorativas, o que foi muito criticado, de acordo com Duarte e Cavalcante (2022), recorre-se à agressão verbal, produto da modalidade polêmica, gerando uma violência verbal, de acordo com Amossy (2017), e uma aparente desorganização. No entanto, Amossy (2017) demonstra que a modalidade argumentativa polêmica possui critérios e organização dos seus conceitos, como, a dicotomização, a polarização e a desqualificação do oponente. Duarte e Cavalcante (2022) evidenciam a importância desta modalidade argumentativa em sociedades democráticas pluralistas, mesmo muitas vezes sendo tratada de forma hostil.

Figura 2: Artigo de opinião

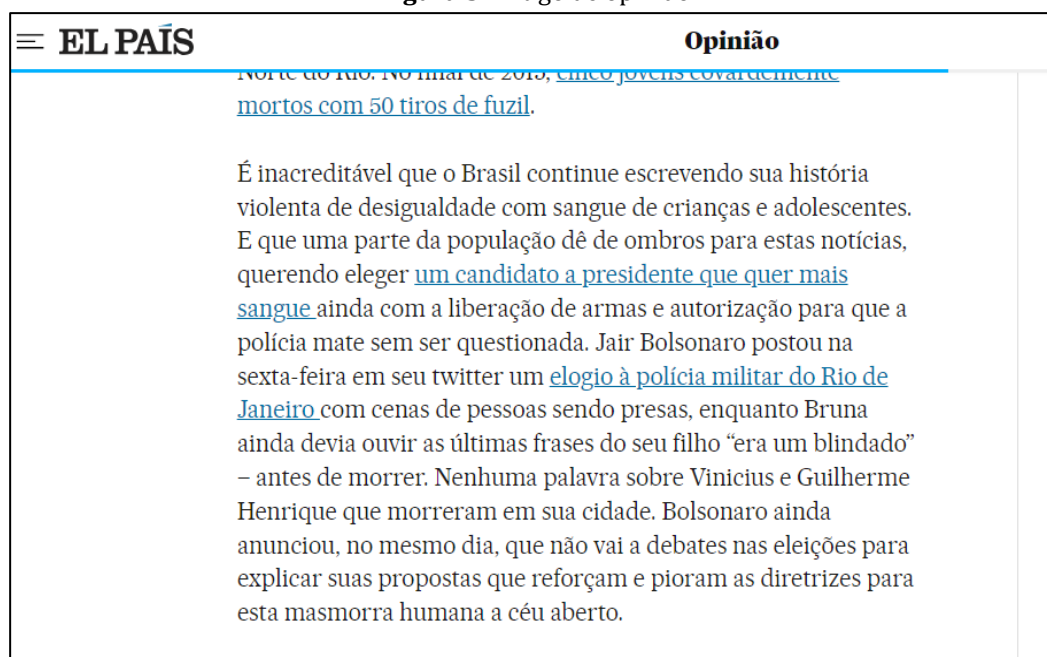


Fonte: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/06/24/opinion/1529858276_584900.html. Acesso em: 13 abril 2024

No início do artigo de opinião presente na figura 2, a articulista se identifica com a dor da mãe que perdeu um filho, apelando para a emoção do leitor, quando o instiga a sentir o mesmo, através da afirmação que tenta medir a dor da mãe da vítima, apelando assim para a emoção do leitor, caracterizando o uso da modalidade argumentativa patêmica. Pois de acordo com Oliveira, Cavalcante e Silveira (2020), a modalidade patêmica utiliza do apelo à emoção como base da sua argumentação. Através dos referentes pequeno e pequena para representar a figura de crianças e do uso da caracterização das vítimas como indefesos, comprovamos estratégias de patemização da articulista com base em Silveira (2022). A articulista define as vítimas por meio do saber comum, pois sabemos, de acordo com as crenças familiares, que crianças são seres indefesos. Essa *doxa* faz com que o leitor identifique um regime discursivo dóxico (Seixas, 2024) em que a vítima é sempre alguém frágil e inocente diante do agressor.

Em seguida, a articulista do artigo de opinião desqualifica a política de segurança pública quando afirma que ela é assassina. Essa estratégia persuasiva revela, em nosso entendimento, mais uma vez a presença da modalidade argumentativa polêmica, pois, de acordo com Amossy (2008), a modalidade argumentativa polêmica apresenta dicotomização de tese entre os que são favoráveis e desfavoráveis, no caso, à política de segurança pública no RJ, gerando uma polarização na sociedade fluminense. Podemos não perceber a presença de uma tese antagônica direta contra a tese defendida pela articulista, mas, de acordo com argumentos utilizados pela articulista, ao citar intertextualmente o ex-presidente Jair Bolsonaro, que, na época em que o artigo foi publicado, era somente candidato, já era a favor das operações policiais violentas, enquanto a articulista critica tal ação. Isso pode ser comprovado pela desqualificação do outro como uma categoria, a nosso ver, essencial para demonstrar a interpenetração entre as modalidades argumentativas polêmica e patêmica.

Figura 3: Artigo de opinião

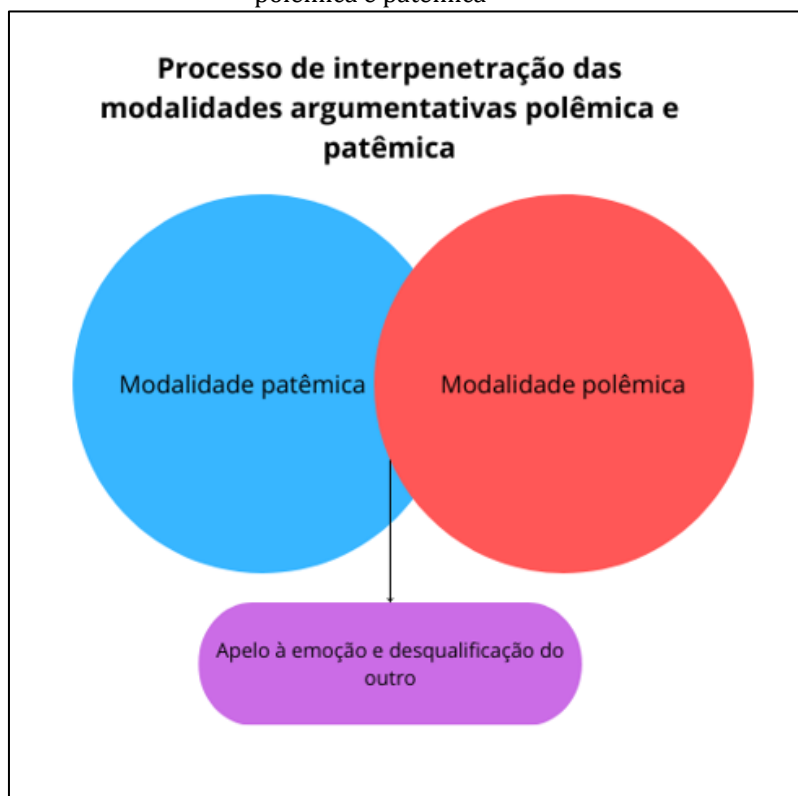


Fonte: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/06/24/opinion/1529858276_584900.html Acesso em: 13 abril 2024

A articulista do artigo de opinião, na figura 3, defende uma tese com o propósito comunicativo de modificar o modo de ver, sentir e pensar dos leitores sobre a morte de crianças pretas em operações policiais do Rio de Janeiro, por meio de uma tese explícita, o que revela ser um texto de visada argumentativa. De acordo com Duarte e Brito (2022), o artigo de opinião defende uma tese explícita pautada por argumentos que são emaranhados pelo locutor para negociar dentro de uma modalidade argumentativa demonstrativa. A defesa da tese ocorre através da interpenetração entre as modalidades argumentativas polêmica e patêmica no

artigo de opinião em análise, pela presença da modalidade polêmica e da patêmica, por meio da desqualificação do outro e do apelo à emoção para persuadir a opinião do leitor. Assim, defendemos que o ponto de interpenetração é pela maneira na qual ocorre a tentativa de persuasão, que, no caso da nossa pesquisa, ocorre pelo apelo à emoção na modalidade patêmica e pela desqualificação do outro na modalidade polêmica, como podemos verificar ilustrativamente na figura 4.

Figura 4: Esquema ilustrativo que representa a interpenetração das modalidades argumentativas polêmica e patêmica



Fonte: Elaborado pelos autores.

Acreditamos que as modalidades argumentativas polêmica e patêmica se interpenetram por meio das estratégias persuasivas que fazem parte de cada modalidade argumentativa (Amossy, 2008), as quais possuem um propósito interacional comum, que é a persuasão do leitor do artigo de opinião. No caso da modalidade argumentativa polêmica, o processo persuasivo, no artigo de opinião aqui analisado, ocorre através da desqualificação do outro, através da desqualificação do *ethos* do oponente, representado neste artigo como sendo a polícia do Rio de Janeiro, a qual, de acordo com a articulista, possui uma política de segurança assassina. Através desse fato, a articulista comprova as mortes de crianças em operações policiais, ressaltando que uma das vítimas estava usando a farda escolar no momento do ocorrido, ou seja, era um estudante. Esta desqualificação se estende para os defensores das operações policiais.

Na figura 3, temos a desqualificação do *ethos* do então candidato na época Jair Bolsonaro. No início do trecho, temos a presença do referente “sangue de crianças e adolescentes”, retomando a imagem da vítima no cenário criado pela articulista, em que os assassinos são representados pela polícia do Rio de Janeiro. Logo em seguida, a articulista evidencia o fato de que quem votar no candidato Jair Bolsonaro para presidente também está compactuando com as mortes das vítimas. Isso fica evidente através da expressão “dê de ombros para estas notícias”. Dessa forma, observamos que a autora do artigo de opinião intima o leitor a escolher um lado, deixando evidente que aquele que ficar omissos diante da notícia e eleger um candidato que quer mais sangue automaticamente faz parte do lado que defende as operações policiais violentas do Rio de Janeiro.

Em seguida, a articulista do artigo de opinião faz a criação do *ethos* do então candidato à época Jair Bolsonaro. Baseado-se em Amossy (2020), podemos dizer que o *ethos* construído pela articulista do candidato é desfavorável para uma pessoa que deseja assumir o cargo de presidente de um país, pois a população busca um representante que melhore a segurança pública, a saúde, a educação, dentre outras demandas sociais. Mas, a autora do artigo de opinião deixa evidente que Jair Bolsonaro quer mais “sangue” ao retomar este referente para fazer referência à morte das crianças. O argumento usado pela articulista é feito com a referência do fato do então candidato ser a favor da liberação das armas e liberação da polícia para matar sem ser questionada. Esse argumento faz, por meio do processo intertextual estrito (Carvalho, 2018; Cavalcante *et al.*, 2020, 2022), alusão estrita à fala de Jair Bolsonaro quanto ao seu posicionamento sobre a liberação de armas e também sobre as operações policiais no Rio de Janeiro.

Observamos a desqualificação de Jair Bolsonaro através da construção do *ethos* do candidato, diferente do *ethos* que a autora do artigo de opinião constrói para si, de alguém compadecedora, na medida que entende a dor de uma mãe que perdeu o filho e se compadece diante de sofrimento. A autora do artigo de opinião deixa evidente em seus argumentos que Jair Bolsonaro compactua com as operações policiais violentas no Rio de Janeiro, às quais vitimam crianças indefesas. Observamos a presença da intertextualidade (Carvalho, 2018; Cavalcante *et al.*, 2020, 2022), quando a autora do artigo faz menção ao que o candidato escreveu no *twitter* (atual X) por meio de uma alusão estrita. Isso corrobora com os argumentos da articulista de que a incapacidade do então candidato à Presidência da República possui, desqualificando-o por meio, no artigo de opinião, das propostas dele, as quais, de acordo com PDV expresso pela articulista, só pioram o cenário de terror descrito no artigo de opinião.

Dessa forma, a presença das modalidades argumentativas polêmica e patêmica no artigo de opinião analisado através da desqualificação do outro e do apelo à emoção do leitor como estratégias argumentativas para persuadir a opinião do leitor são as categorias evidenciadoras da interpenetração entre as duas

modalidades. Tanto é que a articulista do artigo de opinião se vale da desqualificação do outro e do apelo à emoção do leitor para persuadi-lo, modificando a forma de ver, sentir e pensar dele, por meio dessas categorias argumentativas e textuais.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Demonstramos, em nossa pesquisa, que a relação de interpenetração entre as modalidades argumentativas polêmica e patêmica ocorre quando temos a presença das duas modalidades argumentativas, durante o processo argumentativo, com a finalidade de persuadir a opinião do leitor através dos processos argumentativos e textuais, a desqualificação do outro e do apelo à emoção do leitor, evidenciados pelos processos de referência e de intertextualidade. Ainda, observamos, em nossas análises, a construção do *ethos* compadecedor, assim como o apelo ao *pathos*, o qual se encaminha para a modalidade argumentativa patêmica, na medida em que constrói o processo argumentativo através do apelo à emoção do leitor, utilizando referentes como sangue, morte dentro de uma rede referencial de um contexto de violência policial contra crianças.

Além disso, notamos que a desqualificação do outro evidencia a presença da modalidade argumentativa polêmica, fazendo uso da intertextualidade em seu processo argumentativo, com o objetivo de construir um *ethos* desfavorável do oponente para persuadir a sua opinião. Dessa forma, observamos os processos da LT, a referência e a intertextualidade nas modalidades argumentativas polêmica e patêmica contribuem para persuadir a opinião do leitor através do apelo a emoção e à desqualificação do outro, evidenciadores da interpenetração em as modalidades em questão.

Portanto, ficou demonstrado que, como defende Duarte (2023), em sua tese de doutorado, as modalidades argumentativas não são trocas estanques de persuasão, pois elas podem se sobrepor umas às outras, na medida em que elas se interpenetram e não se sincretizam. Os interlocutores escolhem dentro das possibilidades existentes, de acordo com Brito (2024), a estrutura de troca particular que permite o bom funcionamento da estratégia de persuasão.

REFERÊNCIAS

- AMOSSY, R. As modalidades argumentativas do discurso. In: LARA, G; MACHADO, I; EMEDIATO, W. (org.). **Análises do discurso hoje**. vol. 1. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008, p. 231-254.
- AMOSSY, R. **Apologia da polêmica**. Tradução de Rosalice Botelho *et al.* São Paulo: Contexto, 2017.
- AMOSSY, R. **A argumentação no discurso**. Tradução de Angela M.S Corrêa *et al.* São Paulo: Contexto, 2020.

BRITO, M. A. P. Linguística textual e orientação argumentativa. In: AZEVEDO, I. C. M.; PIRIS, E. L. (org.). **Argumentação e Discurso na multidisciplinaridade**. Prefácio de Luiz Antonio Ferreira. Campinas, SP: Pontes Editores, 2024, p. 283-303.

CARVALHO, A. P. L. **Sobre intertextualidades estritas e amplas**. 2018. 135 f. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em Linguística, Fortaleza, 2018.

CAVALCANTE, M. M. *et al.* **Linguística textual e argumentação**. Campinas, SP: Pontes, 2020.

CAVALCANTE, M. M. *et al.* **Linguística Textual: conceitos e aplicações**. Campinas, SP: Pontes editores, 2022.

DUARTE, A. L. M.; CAVALCANTE, M. M. Critérios analíticos da desqualificação do outro na construção da polêmica midiática. **Revista de Letras**, v. 1, p. 26 - 42. jan./jun. - 2022.

DUARTE, A. L. M.; BRITO, M. A. P. A desqualificação do outro no artigo de opinião. In: CUTRIM, I. G. *et al.* (org). **Estudos da linguagem: instrumentos teóricos e metodológicos**. vol. 2. São Luís: EDUFMA, 2022. cap. 8. p. 198 - 225.

DUARTE, A. L. M. **A desqualificação do outro em modalidades demonstrativa e polêmica nas esferas jurídica e midiática**. 2023. 216 f. Tese (Doutorado em Linguística) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2023.

JIMÉNEZ, C. O Brasil que escreve sua história com sangue de crianças. **El País**, 2018. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/06/24/opinion/1529858276_584900.html. Acesso em: 13 abr. 2024

MACEDO, P. S. A. **Análise da argumentação no discurso: uma perspectiva textual**. 245 f. 2018. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2018.

OLIVEIRA, R. L. **Uma análise textual do pathos em polêmica**. 2020. 144 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2020.

OLIVEIRA, R. L.; CAVALCANTE, M. M.; SILVEIRA, G. B. O apelo ao *pathos* em textos e a modalidade patêmica. In: III WORKSHOP DE LINGUÍSTICA TEXTUAL, no especial, 2020, Recife. **Artigo**. Recife: UFPE, 2020. p. 7-26.

RABATEL, A. **Pour une lecture linguistique et critique des medias: empathie, éthique, point(s) de vue**. Limoges: Lambert-Lucas, 2017.

SEIXAS, R. Análise da *doxa* e a ordem discursiva. **Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação**, v. 24, n. 1, p. 124-143, 23 jun. 2024.

SILVEIRA, G. B. **Estratégias de patemização e modalidade patêmica**. 2022. 103 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2022.

A LÍNGUA COMO INSTRUMENTO DE CONTROLE DO SABER NO ROMANCE *1984*: UMA ANÁLISE DISCURSIVA FOUCAULTIANA

Lucas Tadeu Martins Félix
Ana Maria de Carvalho
José Roberto Alves Barbosa

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Este trabalho se fundamenta nas teorias de Michel Foucault, tendo como pretensão analisar a presença dos mecanismos de poder e, principalmente, o funcionamento do saber na sociedade fictícia criada por George Orwell no romance *1984*. Assim, para orientar esta pesquisa, levantamos os seguintes questionamentos: que mecanismos de controle do saber se materializam na obra *1984*, de George Orwell?; como o controle absoluto do regime totalitário sobre o “novidioma” presente na referida obra pode ser associado ao saber foucaultiano?

O romance *1984* é uma obra distópica escrita por George Orwell e publicada em 1949. O romance se passa em uma sociedade futura distante, onde um governo totalitário e opressivo exerce controle absoluto sobre todos os aspectos da vida dos cidadãos. O protagonista da história é Winston Smith, um funcionário do Partido que começa a questionar o sistema autoritário em que vive. Ao adotarmos a perspectiva foucaultiana, nossa pesquisa busca trazer uma análise original e diferenciada para o romance *1984*. Pretendemos explorar como o saber, como conceito-chave de Foucault, pode ser aplicado na compreensão das dinâmicas sociais e políticas representadas na distopia de Orwell. Através desse prisma teórico, examinaremos como as relações de poder se configuram na sociedade fictícia criada por Orwell, especialmente no que diz respeito ao controle totalitário do Partido sobre a população através do “novidioma”.

Nossa abordagem, portanto, busca oferecer uma perspectiva distinta e enriquecedora para a análise de *1984*, trazendo a teoria de Foucault como um arcabouço conceitual fundamental para a compreensão das dinâmicas sociais e políticas na distopia de Orwell. Ao combinar os aspectos filosóficos e conceituais de Foucault com a narrativa ficcional de *1984*, esperamos contribuir para uma análise mais profunda e crítica da obra, ampliando o entendimento sobre suas implicações na compreensão das sociedades autoritárias e do controle social.

2 O “NOVODIOMA” E O CONTROLE DO SABER EM 1984

Se pensarmos no saber como um dos mecanismos do poder, podemos analisar a perpetuação de um idioma, ou de uma forma normativa de se comunicar, como uma forma de controle, controle este que atua no que se fala, se ouve e até do que se pensa, como afirma Foucault (2004, p. 8): “O que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como uma força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso”. Assim, olhando para o “novidioma” presente em *1984*, podemos notar o objetivo do Partido na criação de uma nova língua, de forma que, ele atuando de maneira arbitrária pode controlar as palavras que circulam em tal idioma, e isso permite ao partido a exclusão de conceitos, o conceito de resistência pode ser totalmente extinto, por exemplo.

Controlar uma língua é uma tarefa de extrema complexidade, um desafio que se revela em toda sua magnitude quando nos debruçamos sobre os estudos linguísticos que investigam essa questão. Um exemplo elucidativo é a teoria da interlíngua proposta por Maingueneau (2014), em que o autor explora as escolhas linguísticas no campo da literatura, abordando a relação entre a língua selecionada e outras línguas, suas interações e influências mútuas. Essa teoria nos faz refletir sobre como a escolha de uma língua pode não ser um ato isolado, mas sim uma decisão carregada de significados e implicações políticas e sociais, como no caso do “novidioma” onde as palavras derivam do inglês, mas sofrem alterações e são simplificadas, se adaptando ao querer do Partido. Assim, fica claro um fenômeno interlingual, uma vez que Winston possui a bagagem discursiva e cultural de duas línguas, uma totalmente arbitrária e criada para fins de controle ideológico, e outra que foi desenvolvida naturalmente e isso o proporciona uma forma de resistir ao controle do Partido. A esse respeito, e no contexto da obra literária, é preciso considerar que:

O escritor não enfrenta a língua, mas uma interação de línguas e usos, aquilo que denominamos interlíngua. Vamos entender por isso as relações que entretêm, numa dada conjuntura, as variedades da mesma língua, mas também entre essa língua e as outras passadas ou contemporâneas (Maingueneau, 2014, p. 182).

Sendo assim, conforme destacado por Maingueneau, a relação entre a língua escolhida e suas variações internas é um aspecto evidente na construção narrativa, visto que ao autor cabe a responsabilidade de selecionar não apenas a língua em si, mas também as formas específicas de expressão linguística atribuídas a cada personagem. Esse processo de escolha envolve uma série de decisões que englobam não apenas a modalidade da língua empregada, mas também sua interação com outros idiomas, sejam eles contemporâneos ou pertencentes a períodos históricos diferentes. No caso de George Orwell, é fundamental sublinhar a maneira como ele

realiza suas escolhas linguísticas no romance "1984". Orwell opta por utilizar o inglês, sua língua materna, como a base primordial de sua narrativa, enquanto adapta o registro de acordo com as necessidades de caracterização de suas personagens. Notadamente, ele emprega uma linguagem mais simples e coloquial nas falas de personagens como Winston e Julia. É importante destacar, ainda, que o fenômeno da interlíngua ocorre a partir da fabricação da nova língua pelo próprio Orwell, tornando-se, assim, uma relação interlinguística, por meio da qual as línguas na obra literária se encontram e se conflitam.

Se ampliarmos essa reflexão para a perspectiva oferecida pela obra de George Orwell, em especial no contexto da criação de um novo idioma, percebemos um fenômeno semelhante, ainda que sob outra roupagem. Em sua distopia, Orwell cria uma nova língua que, apesar de ser derivada do inglês, traz variações e modificações que geram significados completamente novos. Essa manipulação linguística, no entanto, vai muito além de simples alterações semânticas ou gramaticais. Ao observarmos o uso da língua por Winston, o protagonista, e compararmos com o "novidioma" imposto pelo Partido, torna-se evidente que a criação dessa nova forma de comunicação tem um propósito muito específico e deliberado.

O "novidioma", tal como retratado na obra, é uma língua moldada para ser totalitária em sua essência. O seu objetivo primordial é sufocar qualquer possibilidade de divergência, eliminando não apenas a expressão de pensamentos contrários ao regime, mas também a própria capacidade de conceber tais pensamentos. Ao limitar as palavras e, conseqüentemente, os significados que podem ser expressos, o Partido busca exercer um controle absoluto sobre a comunicação e, por extensão, sobre o pensamento dos indivíduos. Nesse sentido, a língua torna-se uma ferramenta de opressão, utilizada para consolidar e perpetuar o poder de um regime que anseia por eliminar qualquer forma de contestação ou dissidência. Assim, o controle da língua, tal como proposto por Orwell, vai muito além de uma simples regulamentação gramatical ou vocabular, trata-se, na verdade, de um mecanismo de controle mental, uma estratégia sofisticada para erradicar a liberdade de pensamento e assegurar a submissão total dos cidadãos ao Estado.

2.1 O "novidioma" e a linguagem como controle do saber

Neste segmento específico, aprofundaremos nossa análise sobre a língua como uma poderosa ferramenta de controle em *1984*. No universo orwelliano, o "novidioma" emerge como a linguagem oficial do Partido, tornando-se o epicentro do nosso interesse das nossas análises nesta subseção.

Na obra de George Orwell, o uso da língua pelo Partido manifesta-se de maneira emblemática já em seu slogan: "GUERRA É PAZ, LIBERDADE É ESCRAVIDÃO, IGNORÂNCIA É PODER" (2021, p. 10). Nesse slogan, observamos uma

subversão profunda dos significados que tradicionalmente são considerados corretos e universais. Esses enunciados, em um primeiro momento, parecem contraditórios e paradoxais, uma vez que apresentam conceitos diametralmente opostos, como “guerra” e “paz”, “liberdade” e “escravidão”. No entanto, essa inversão de significados não é acidental, mas, ao contrário, trata-se de uma estratégia deliberada do Partido, que evidencia seu imenso poder, não apenas sobre os indivíduos e a sociedade, mas também sobre os próprios alicerces da linguagem e do pensamento.

O último enunciado do slogan – “IGNORÂNCIA É PODER”, no entanto, ressalta a importância de manter a população em um estado de ignorância controlada, em que o saber é suprimido ou distorcido para que se produza uma forma fabricada de conhecimento. Esse saber artificialmente construído, ao invés de empoderar os indivíduos, cria um estado de ignorância que os torna suscetíveis à dominação total do Partido. A população, privada do acesso a um conhecimento real e verdadeiro, acaba se tornando presa fácil para a manipulação e o controle ideológico. Assim, as mentes dos cidadãos são preparadas para se tornarem súditos fiéis e leais aos dogmas e às vontades do Partido, aceitando suas imposições sem questionamento e agindo conforme as diretrizes impostas pelo poder dominante.

Um aspecto fundamental no controle exercido pelo Partido sobre a mente das pessoas é a manipulação da linguagem, chamada de “novidioma”. Winston descreve como o Partido usa essa língua para dominar o pensamento e a expressão, eliminando palavras e substituindo outras. Nessa sociedade, a ascensão do “Socing” (Socialismo Inglês) decreta o fim do inglês como língua principal no país. Winston, nascido pouco antes da revolução, ainda preserva a lembrança da língua antiga. Esse contato com o passado faz com que ele questione constantemente o regime em sua mente, um processo que, no “novidioma”, é chamado de “duplopensar”, representando um fenômeno interlinguístico (Maingueneau, 2014). No trecho a seguir, Winston entende claramente como esse conceito se manifesta em sua própria consciência, revelando as complexidades de suas reflexões críticas em meio a um cenário em que a manipulação da linguagem é uma ferramenta crucial para o controle ideológico.

Estar consciente da verdade inquestionável ao mesmo tempo que se conta mentiras cuidadosamente construídas. Ter duas opiniões contraditórias e simultâneas, saber que são mutuamente excludentes e, ainda assim, acreditar em ambas. Usar lógica contra lógica. Repudiar os bons costumes enquanto os reivindica. Acreditar que a democracia era impossível e que o Partido era o guardião da democracia. Esquecer o que fosse necessário esquecer, mas recordar em momentos oportunos para depois esquecer de novo. E, acima de tudo, aplicar o mesmo processo ao próprio processo. Era a sutileza final: conscientemente induzir a inconsciência. Mais uma vez, tornar-se inconsciente da hipnose que acabara de praticar. Até mesmo entender a palavra “duplopensar” envolvia duplopensar (Orwell, 2021, p. 8-9).

Winston trabalha na engenharia do passado, central para a funcionalidade do Ministério da Verdade, exigindo do protagonista a árdua tarefa de ajustar, adaptar e até mesmo distorcer os registros históricos. Essa empreitada visa mitigar qualquer indício de contradição entre as verdades do passado e as narrativas do presente. Em sua função como manipulador de informações, Winston se torna um artífice do tempo, moldando retrospectivamente os acontecimentos para garantir uma coerência conveniente aos propósitos do Partido. Utilizando assim a língua como uma forma de controle do saber.

Nesse cenário psicológico intrincado, Winston é forçado a viver entre suas crenças pessoais e a narrativa oficial imposta pelo Partido. Embora carregue consigo uma verdade mais profunda, ele, por questões de sobrevivência ou pressão para se conformar, acaba representando apenas a "verdade" aprovada pelo regime. Ou, como apontaria Foucault (2003), trata-se de uma "vontade de verdade", um dos mecanismos de controle discursivo, que opera por meio de uma exclusão, rejeitando tudo que não se ajusta a essa verdade estabelecida como a única possível. Para Foucault, a verdade está intrinsecamente ligada à singularidade do evento. Ou como aponta Candiottto (2007, p. 204), "Para Foucault, a verdade é indissociável da singularidade do acontecimento. Aquilo qualificado de verdadeiro não habita num já-aí; antes, é produzido como acontecimento num espaço e num tempo específicos".

Nesse sentido, o constante malabarismo mental é um exemplo vívido do conceito de "duplopensar", em que as contradições são internalizadas e aceitas, criando uma realidade psicológica que é simultaneamente coerente e contraditória. O embate entre a verdade pessoal e a impostura oficial é, assim, uma faceta angustiante do tormento psicológico que Winston enfrenta em sua resistência silenciosa dentro da opressiva realidade distópica.

O "novidioma" não é meramente um meio de comunicação; é, de fato, uma instrumentação cuidadosamente elaborada para manipular o pensamento e moldar a percepção. Essa língua engenhosamente concebida não apenas comunica ideias, mas, mais crucialmente, delimita e, em alguns casos, distorce o próprio escopo do pensamento humano. Ao examinar esse fenômeno interlinguístico, adentramos nas profundezas da estratégia do Partido que não apenas influencia a comunicação, mas também controla os limites conceituais em que a mente dos cidadãos pode operar. Como fica claro na citação a seguir, em que o personagem Syme explica a Winston sobre os processos de criação e de destruição de palavras:

Como está a criação do Dicionário? – perguntou Winston, levantando a voz devido ao barulho. – Devagar... – respondeu Syme. – Estou nos adjetivos. É fascinante. Syme se alegrara de imediato ante a menção ao novidioma. O filólogo empurrou sua tigela para o lado, pegou sua fatia de pão delicadamente com uma das mãos e o queijo com a outra. Curvou-se na mesa para conseguir falar sem gritar.

– A Décima Primeira Edição é a edição definitiva – disse ele. – Estamos deixando a língua em sua forma final, a forma que ela vai ter quando ninguém falar nenhuma outra língua. Quando terminarmos, pessoas como você vão precisar aprender tudo de novo. Aposto que você acha que nossa principal tarefa é inventar novas palavras. Nem um pouco! Estamos destruindo palavras às dezenas, aos milhares, todos os dias. A Décima Primeira Edição não conterà uma única palavra que ficará obsoleta antes de 2050. Syme deu uma mordida voraz no pão e engoliu alguns pedaços. Depois, continuou falando com uma paixão arrogante. Seu rosto magro e moreno se animara. Seus olhos perderam a expressão zombeteira e adquiriram um brilho quase sonhador. – A destruição de palavras é linda. Claro que a maior perda é nos verbos e adjetivos, mas há centenas de substantivos que podem ser eliminados também. Não apenas os sinônimos, mas os antônimos também. Afinal, qual justificativa para a existência de uma palavra que é simplesmente o oposto de outra? Pense em “bom”, por exemplo. Qual a necessidade de uma palavra como “ruim”? “Não bom” funciona tão bem quanto ela. Melhor, porque é um oposto exato, enquanto a outra não o é. Ou, se você precisar de uma versão mais forte de “bom”, qual o sentido de se ter uma série de palavras vagas e inúteis como “excelente”, “esplêndido” e todas as outras? “Mais bom” já tem o mesmo significado, ou “diplomais bom”, se quiser algo ainda mais forte. Claro que já utilizamos essas formas, mas na versão final do novidioma não haverá alternativa. No fim das contas, toda a noção de bom e mau será contemplada por apenas seis palavras. Na verdade, apenas uma palavra. (Orwell, 2021, p 55, 56.)

O "novidioma" não é estático; é dinâmico e mutável, com a finalidade de adaptar-se às necessidades do Partido. Sua estrutura é tal que certas palavras e conceitos são gradualmente eliminados, restringindo assim a capacidade de expressão de pensamentos que possam desafiar a ortodoxia do Partido. Essa manipulação linguística não é apenas uma questão de substituição vocabular, mas uma verdadeira reinvenção dos fundamentos da linguagem para servir aos propósitos ideológicos do regime.

Ao explorar o papel do "novidioma", torna-se evidente que sua implementação transcende as fronteiras da mera comunicação linguística. Ele atua como um instrumento de controle mental, limitando as fronteiras do pensamento e, conseqüentemente, da dissidência. Discutir essa faceta do "novidioma" nos permite compreender mais profundamente como a manipulação da linguagem se torna um mecanismo essencial para a preservação do controle totalitário, moldando não apenas o que é dito, mas, mais insidiosamente, o que é possível pensar.

2.2 A língua como forma de resistência

Há um enunciado muito famoso de Michel Foucault que diz: "onde há poder há resistência e, no entanto (ou melhor, por isso mesmo) esta nunca se encontra em posição de exterioridade em relação ao poder" (Foucault, 2005, p. 105). Tal enunciado podemos relacioná-lo ao nosso *corpus*, no momento em que Winston se vê dominado pelo poder do Partido e deseja expressar sua rebeldia e discordância

com a moral e as “verdades” que o Grande Irmão prega à sociedade nessa realidade distópica. O livro nos apresenta o protagonista já com uma idade adulta e com pensamentos de resistência que não nasceram recentemente, podemos ler os pensamentos de Winston, vemos como ele está angustiado e saturado com sua rotina e tudo que envolve a vida naquele país ditatorial. O enunciado abaixo é justamente o primeiro ato de resistência, de fato, feito por Winston.

Ele era um fantasma solitário proferindo verdades que ninguém escutaria. Mas, enquanto as proferisse, de alguma maneira obscura a continuidade não se romperia. Levar adiante a herança humana não era questão de ser ouvido, mas de manter a sanidade. Winston voltou à mesa, molhou a caneta na tinta, e escreveu:

Para o futuro ou para o passado, para um tempo em que o pensamento é livre, quando as pessoas são diferentes umas das outras e não vivem sozinhas – para um tempo em que a verdade existe e o que é feito não pode ser desfeito. Saudações da era da uniformidade, da era da solidão, da era do Grande Irmão, da era do duplopensar! (Orwell, 2021, p 32.)

Em sua primeira afronta ao Partido, Winston escreve seus anseios para o futuro, sublinhando de maneira incisiva sua inconformidade perante a opressiva autoridade do Grande Irmão e a imposição coercitiva do saber partidário. Neste ponto crucial, germina em Winston um desejo efervescente não apenas de resistir, mas também de instigar uma metamorfose no cenário social e político, desafiando as estruturas consolidadas de controle. É nesse momento que Winston inicia sua busca por aliados e colaboradores que possam compartilhar da sua visão e se unir à sua empreitada de desafio ao Partido, reconhecendo que a resistência individual pode ser amplificada e fortalecida pela solidariedade coletiva.

É a partir do uso da linguagem que surge a resistência de Winston, o próprio ato de escrever já seria suficiente para condená-lo à morte, ele projeta toda as suas contravenções aos ideais do Partido através do idioma que ele havia aprendido ainda criança, período em que o Grande Irmão não havia tomado o poder, os conceitos e visão de mundo que a língua apreendida pelo protagonista ainda na infância trazem consigo, conceitos de uma época em que o Partido deseja apagar da história, são traços de um mundo sem um poder totalitário no comando. O “novidioma” então passa a ser a forma de eliminar qualquer resquício do passado, além disso, permite a formação de uma forma de se pensar e ver o mundo, tudo isso meticulosamente planejado pelo Partido, que por ter em suas mãos a máquina do poder, possui a capacidade de fiscalizar o que as pessoas dizem, além da língua que elas falam, através dos telemonitores que funcionam como os olhos e ouvidos do Grande Irmão em todos os ambientes, inclusive dentro das residências das pessoas.

Assim, podemos notar a coragem de Winston em resistir, e é através da linguagem que ele consegue tal feito, mesmo sabendo os riscos que corria, ele escolhe resistir utilizando, a princípio, a escrita e, posteriormente, a comunicação oral com Julia, em quem ele encontra o mesmo espírito de resistência, e também em

O'Brien, que acaba os traindo. A interlíngua é constitutiva da existência desses personagens, na medida em que o passado interpela o presente, e no seu (des)posicionamento discursivo, a língua da infância enfrenta o "novidioma", e como explicita Maingueneau (2014), as línguas coexistem, mas nunca em harmonia, considerando que essas são atravessadas por posicionamentos ideológicos.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O governo de 1984 através do uso do "novidioma" aplica uma manipulação do conhecimento, moldando assim a mentalidade das pessoas, limitando sua consciência e noção de mundo, o que controla, conseqüentemente, suas ações. A população é vista como massa de manobra pelo Partido, que se utiliza da linguagem para controlar o acesso ao saber.

A língua é vista na obra de Orwell como uma forma de comunicação, mas mais que isso, é vista como um instrumento de controle, se destacando por produzir novos sentidos para conceitos antes universais, como é possível notar no slogan do Partido, o Grande Irmão se utiliza de todas as formas de comunicação para espalhar seu saber fabricado, o maior exemplo disso sendo o ministério da verdade.

Pelo que enfrentam os membros dessa sociedade distópica, podemos relacionar a presença do "novidioma" com o controle do saber, um dos mecanismos do poder foucaultiano, assim sendo a língua criada pelo autor britânico associada ao controle de informações e da própria noção do que se passa naquela sociedade, destacamos que essa língua fabricada pelo Partido é uma de suas armas de controle mais poderosas sobre a população.

REFERÊNCIAS

CANDIOTTO, C. Verdade e diferença no pensamento de Michel Foucault. *In*: **KRITERION**, Belo Horizonte, n. 115, p. 203-217, jun. 2007.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. Aula Inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 9. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. 12 ed. Organização de Roberto Machado. Tradução de Angela Loureiro de Souza. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2004.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade 1: A vontade de saber**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e José Augusto Guilhaon Albuquerque. 16 ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2005.

MAINGUENEAU, D. **Discurso literário**. 2 ed. São Paulo: Contexto. 2014.

ORWELL, G. **1984**. São Paulo: Excelsior, 2021.

A REFERENCIAÇÃO TEXTUAL E A PRODUÇÃO DE SENTIDOS EM PUBLICIDADES NO *INSTAGRAM*: ANÁLISE DAS ANÁFORAS INDIRETAS PRESENTES NAS PUBLICAÇÕES DA #PUBLI

Emanuelle Kelly Alves de Souza
Lidiane de Moraes Diógenes Bezerra

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

As plataformas digitais, atualmente, configuram-se como um dos principais meios de divulgação e comercialização de produtos. Dentre elas, as redes sociais destacam-se por proporcionarem um elevado índice de visualização das publicações em um curto espaço de tempo. Entre os grupos que lideram esse índice de visualizações, estão os *digitais influencers*, o que faz com que empresas busquem seus serviços para a divulgação dos produtos. A visibilidade das publicações realizadas por esses influenciadores é atribuída não apenas ao número significativo de seguidores, mas também ao uso estratégico de *hashtags*, que amplia o alcance das postagens.

Nesse sentido, este trabalho ancora-se no pressuposto de Cavalcante *et al* (2020) de que todo texto é argumentativo e objetivo, portanto, verificar a atuação da anáfora indireta no processo de produção de sentidos em publicidades do *Instagram*. Para isso, propõe, ainda, analisar as estratégias argumentativas presentes nas publicações da #Publi, bem como investigar de que modo o valor axiológico está presente em tais publicações.

Diante o exposto, para a realização desta pesquisa, foram analisadas dez publicações pertencentes à #Publi, das quais duas constituirão o *corpus* deste trabalho. A escolha pela *hashtag*, em detrimento a uma página específica da rede, deve-se ao seu caráter *hiperlink*, o que possibilita um acesso mais direcionado às postagens pertencentes à temática desejada.

Além disso, este trabalho pautou-se em uma metodologia qualitativa (Lakatos; Marconi, 2017), com método bibliográfico, tendo em vista a contribuição de autores como Bakhtin (1997, 2002), Cavalcante (2011, 2018), Cavalcante *et al* (2020), Koch e Elias (2008) Mondada e Dubois (2019), entre outros. Dessa forma, após a coleta das publicações pertencentes à #Publi, este trabalho ancorou-se nas discussões teóricas dos estudiosos mencionados em linhas pretéritas, como também em outros pesquisadores que versam sobre a temática deste estudo. Portanto, na

seção a seguir, aprofundaremos as discussões teóricas propostas pelos autores mencionados a respeito da referência, argumentação e produção de sentidos.

2 REFERENCIAÇÃO E ARGUMENTAÇÃO: O PAPEL DAS ANÁFORAS INDIRETAS NA PRODUÇÃO DE SENTIDOS

Os estudos atuais que versam sobre a referência textual corroboram a ideia de que não há um sentido preestabelecido para as palavras, tendo em vista que elas não existem em função das coisas, como etiquetas, “mas se elaboram no curso de suas atividades, transformando-se a partir dos contextos” (Mondada e Dubois, 2019, p. 17). Dessarte, podem receber significados diversos à medida em que integram os enunciados.

Assim sendo, destaca-se os pressupostos de Cavalcante *et al* (2020) quando assevera que todo texto possui um teor argumentativo, isto é, as palavras que constituem os enunciados são escolhidas de maneira estratégica para conduzir o texto a uma determinada orientação argumentativa e não existem simplesmente para representar o mundo.

Ademais, Koch e Elias (2008) esclarecem que o sentido de um texto “não existe *a priori*, mas é construído na interação sujeitos-texto. Assim sendo, na e para a produção de sentido, necessário se faz levar em conta o contexto” (Koch; Elias, 2008, p. 57). Desse modo, as palavras não possuem sentido restrito para representação do mundo, mas recebem significado a partir da interação entre os sujeitos em um determinado contexto comunicativo.

No que concerne ao conceito de referência, Cavalcante (2018, p. 98) explica que “diz respeito à atividade de construção de referentes (ou objetos de discurso) depreendidos por meio de expressões referenciais”. Nessa perspectiva, o referente é apresentado a partir da introdução referencial e retomado pela referência anafórica. No que concerne a essa estratégia de recategorização, Cavalcante (2018) elucida três tipos de anáforas: a anáfora encapsuladora, a anáfora direta e a anáfora indireta.

Os três processos anafóricos supramencionados possuem papel de retomar um referente citado anteriormente no texto ou contexto. Posto isso, eles se diferenciam na maneira como esse referente é recategorizado. Assim sendo, Cavalcante (2018, p. 126) explicita que a anáfora encapsuladora ocorre quando “o anafórico remete a longos trechos que não podem ser identificados a uma “entidade” a um referente que lhe sirva de âncora”. Nesses termos, a anáfora encapsula uma informação contida em longos trechos do texto, retomando-a.

Em relação à anáfora direta, assim como a encapsuladora, retoma um referente já apresentado no texto. No entanto, essa, por sua vez, não faz menção a porções textuais, mas a um referente específico, retomando-o por meio de expressões que possuam relações semânticas com ele.

No tocante à anáfora indireta, enfoque desta pesquisa, a autora esclarece que não recategoriza o mesmo referente, apesar de depender dele para fazer sentido no contexto enunciativo. Dessa maneira, esse processo anafórico "ativa um novo objeto de discurso, cuja interpretação é dependente de dados introduzidos, mas não retoma o mesmo referente" (Cavalcante, 2018, p. 125). Assim sendo, ressalta-se, nessa anáfora, a importância das pistas textuais, as quais, atreladas ao conhecimento de mundo do leitor, a partir do contexto, torna o processo anafórico inferível. Nessa perspectiva, à guisa de exemplificação, Cavalcante (2018) cita o poema "Ensino", de Adélia Prado, o qual diz o seguinte:

Exemplo 1

Minha mãe achava estudo
a coisa mais fina do mundo.
Não é.
A coisa mais fina do mundo é o sentimento.
Aquele dia de noite, o pai fazendo serão,
ela falou comigo:
'Coitado, até essa hora no serviço pesado'.
Arrumou pão e café, deixou tacho no fogo com água quente.
Não me falou em amor. Essa palavra de luxo.

Fonte: Cavalcante (2018, p. 124).

No exemplo apresentado, apesar da expressão "pai" não ter sido mencionada explicitamente no texto, é apresentada por meio de pistas textuais quando há a presença do referente "mãe". Desse modo, a partir do processo de inferência, o leitor estabelece relação entre ambos os termos e compreende a expressão "pai" como uma informação já esperada no texto, tendo em vista seu contexto enunciativo.

Ademais, Cavalcante (2011) esclarece que as anáforas são divididas em dois tipos: as que mantêm o referente e as que não retomam o mesmo referente. Pertencem ao primeiro grupo as anáforas diretas (correferenciais) e ao segundo as anáforas indiretas (não correferenciais). Assim, no caso da anáfora indireta, embora não exista correferencialidade, o anafórico é apresentado como se já fosse conhecido, em função da sua relação contextual e empírica com os elementos previamente mencionados no texto, o que pode ser observado no exemplo 1, ilustrado anteriormente.

Além do mais, levando em consideração o teor argumentativo da língua, é possível constatar que a escolha vocabular realizada pelo enunciador fundamenta-se em estratégias argumentativas e em um valor axiológico, a fim de persuadir o leitor a adquirir o produto anunciado. Dito isso, vejamos, na seção seguinte, a respeito do valor axiológico presente nas publicidades midiáticas.

2.1 #Publi: axiologia e publicidade midiática

No que tange ao estudo do texto e a sua produção de sentidos, vale ressaltar que esta pesquisa corrobora o pensamento de Cavalcante (2020) e Amossy (2018) de que todo texto possui um teor argumentativo. Nesse sentido, Faraco (2022, p. 48) esclarece que

Não há, porém, enunciado neutro, indiferente a valores. Ao ser dito por um sujeito discursivo, social e historicamente localizado, o enunciado expressa uma posição avaliativa, remete a uma voz social, significa sempre em relação a um horizonte verbo-axiológico, assume ativamente uma posição semântico-valorativa.

Assim sendo, partindo desse pressuposto, não há enunciado neutro ou indiferente a valores, mesmo quando o sujeito o diz ser. Isso ocorre porque na produção textual, o sujeito, conscientemente ou não, faz escolhas lexicais e axiológicas de acordo com um determinado propósito comunicativo. Escolhas lexicais, inclusive, pautadas em muitas vozes sociais, tendo em vista a influência do outro, pois, segundo Bakhtin, vivemos (1997, p. 384) “no universo das palavras do outro. E toda a minha vida consiste em conduzir-me nesse universo, em reagir às palavras do outro [...]”. Nesse viés, o outro exerce papel preponderante na enunciação.

No que concerne ao *corpus* analisado na proposta deste trabalho, percebe-se ainda mais essa importância do outro e das vozes sociais, tendo em vista o objetivo de convencimento e venda do produto divulgado.

Ademais, é importante ressaltar o valor da axiologia da língua, pois, para Bakhtin (2002, p. 96):

A vida social viva e a evolução histórica criam, nos limites de uma língua nacional abstratamente única, uma pluralidade de mundos concretos, de perspectivas literárias, ideológicas e sociais, fechadas; os elementos abstratos da língua, idênticos entre si, carregam-se de diferentes conteúdos semânticos e axiológicos, ressoando de diversas maneiras no interior, destas diferentes perspectivas.

Assim sendo, a língua, em seu sentido abstrato, é permeada por axiologia, a qual é utilizada pelos sujeitos no momento da enunciação. Desse modo, o texto possui fatores ideológicos que norteiam a orientação argumentativa do seu produtor com um objetivo a respeito do leitor, enquanto este também dá sentido ao texto de acordo com seu valor axiológico e seus conhecimentos empíricos.

Nesse sentido, este trabalho pretende verificar a atuação da anáfora indireta no processo de produção de sentidos em publicidades do Instagram, bem como investigar de que modo o valor axiológico está presente em tais publicações. Isso posto, verifiquemos de que modo isso se aplica na análise a seguir.

3 ANÁLISE DAS ANÁFORAS INDIRETAS NAS POSTAGENS DA #PUBLI NO INSTAGRAM

Este artigo pretende verificar a atuação da anáfora indireta no processo de produção de sentidos em publicidades do *Instagram*. Para isso, serão analisadas duas publicações pertencentes à #Publi, ancorando-se nos pressupostos da Linguística Textual e das discussões tecidas a respeito da referenciação e da axiologia. A seguir, a primeira análise:

Figura 1: Publicidade da empresa Haskelloficial



Fonte: Perfil @maperchon no *Instagram*

Na publicação exemplificada na figura 1, é possível observar o direcionamento argumentativo tecido pela *influencer* antes de introduzir o referente “nova Máscara Lamelar da @haskelloficial”. Nesse contexto, a autora do texto menciona sua trajetória de recorde mundial, ao falar 8 mil palavras por frase, e estabelece uma relação entre o tempo do seu recorde e os 8 segundos para realizar a hidratação do seu cabelo.

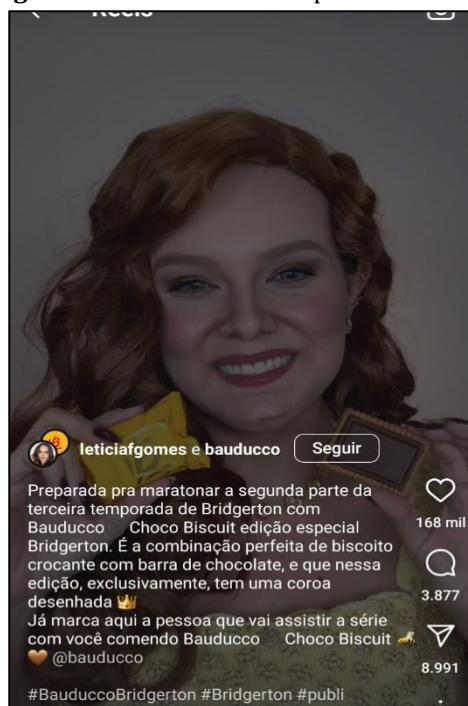
Diante dessa teia argumentativa, a autora do texto menciona o produto e o retoma por meio da anáfora indireta “sua bff” (abreviação de *best friends forever*, traduzido para o português como melhores amigas para sempre), com o objetivo de

ênfase ao possível cliente que a máscara se tornaria a melhor amiga do seu cabelo nos dias corridos, já que o efeito da máscara funciona em questão de segundos.

Ademais, o referente é recategorizado pela expressão “prática”, corroborando a ideia de agilidade, praticidade e eficácia da máscara “5 x mais brilho”. Essa adjetivação dada ao produto demonstra o valor axiológico da enunciadora, a qual infere que o do leitor seja o mesmo e culmine com a venda do produto. Assim sendo, a recategorização anafórica insere novas informações ao referente, ao mesmo tempo em que desenvolve estratégias argumentativas para o convencimento do usuário da rede.

Ainda sob o prisma axiológico, é possível constatar que a redatora da publicidade parte do pressuposto de que o público que teria acesso à sua postagem seria composto por pessoas com uma rotina corrida e sem tempo para cuidados demorados com o cabelo. Assim, em um jogo argumentativo, correlaciona a possível necessidade de praticidade da cliente com a solução anunciada pelo produto. Vejamos a próxima publicidade:

Figura 2: Publicidade da empresa Bauducco



Fonte: Perfil @bauducco no *Instagram*.

A publicação em questão refere-se a uma campanha publicitária realizada por uma influenciadora digital em colaboração com a empresa Bauducco. Nessa campanha, a autora estabelece uma argumentação que vincula o produto da Bauducco à série "Bridgerton". Disponível na plataforma Netflix, a série é inspirada na obra com o mesmo nome da escritora Julia Quinn e retrata a vida da alta sociedade de Londres da época.

Considerando a notoriedade da série, a fabricante do produto, em parceria com a influenciadora, anuncia o lançamento de uma edição especial de biscoitos personalizados, adornados com uma coroa que simboliza a temática da série. Para a construção de sua argumentação, a série é recategorizada por meio da anáfora indireta "tem uma coroa desenhada".

Assim, não existe uma relação direta e lógico-semântica entre os termos "Bridgerton" e "coroa", mas o telespectador da série consegue estabelecer essa conexão por meio das informações extralinguísticas associadas à narrativa. Desse modo, para a compreensão dessa anáfora indireta é necessário que o leitor tenha conhecimento a respeito da série e saiba que se passa em um período de época, no qual a monarquia e a aristocracia têm um papel central na trama.

A série "Bridgerton" retrata uma sociedade regida por hierarquias sociais e costumes específicos da Inglaterra do período Regencial, o que envolve figuras como reis, rainhas e a nobreza. Assim, a palavra "coroa" é uma referência implícita à monarquia presente no contexto da história. A anáfora indireta, portanto, depende do conhecimento prévio do enredo, dos personagens e do cenário histórico em que a série se desenrola para ser plenamente compreendida.

Ademais, é relevante destacar a recategorização da série por meio da imagem da influenciadora, que se fantasia como uma das principais personagens da narrativa, Penélope. Ao usar essa estratégia, a influenciadora não apenas promove o produto, mas também convida seus seguidores a se identificarem com a narrativa. Essa construção gera proximidade e faz com que o público se sinta parte desse universo, compartilhando da experiência de consumo proposta.

Nesse contexto, a autora do texto atribui um sentido axiológico ao afirmar que irá maratonar a série acompanhando-a com os biscoitos da Bauducco, reafirmando a ideia de que se trata do lanche ideal para esse momento de lazer. Portanto, o uso do processo referencial, sobretudo da anáfora indireta, situa o leitor na condução argumentativa sugerida pelo autor do texto, visando à divulgação e comercialização do produto ao qual a publicação se refere.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando o processo de referenciação como um fenômeno que transcende o significado dicionarizado das palavras, este trabalho verificou a atuação da anáfora indireta no processo de produção de sentidos dos textos analisados, como também analisou as estratégias argumentativas presentes nas publicações da *#Publi*, a fim de persuadir o leitor. Outro importante aspecto observado neste trabalho foi a respeito do valor axiológico presente em tais publicações.

Assim sendo, a análise realizada demonstrou que a escolha lexical para recategorizar o referente pautou-se em uma orientação argumentativa e um valor

axiológico. Dessa forma, à medida em que o referente é recategorizado, novas características são inseridas a ele, com o propósito de persuadir o leitor a comprar o produto divulgado. Nesses termos, as escolhas lexicais do enunciador revelam um valor axiológico, bem como as estratégias de persuasão para a tessitura textual.

Ademais, pesquisas como esta contribuem para um olhar crítico acerca das publicidades, como também da anáfora indireta, sabendo que não há texto sem viés argumentativo. Portanto, esse processo de recategorização é tecido de maneira estratégica com uma finalidade específica.

REFERÊNCIAS

AMOSSY, R. **A argumentação no discurso**. São Paulo: Contexto, 2018.

BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. Tradução: Maria Ermantina Galvão G. Pereira. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BAKHTIN, M. **Questão de literatura e de estética**: a teoria do romance. Tradução: Aurora Fornoni Bernardini. 5 ed. São Paulo: HUCITEC, 2002.

CAVALCANTE, M. M. **Referenciação**: sobre coisas ditas e não ditas. Fortaleza: Edições UFC, 2011.

CAVALCANTE, M. M. **Os sentidos do texto**. São Paulo: Contexto, 2018.

CAVALCANTE, M. M. *et al.* **Linguística textual e argumentação**. São Paulo: Pontes, 2020.

FARACO, C. A.; Mikhail, B: linguagem e axiologia. **AGlo**. n. 5, p. 41-58, dez, 2022. Disponível em: <https://glotopolitica.com/aglo5/faraco/>. Acesso em: 09 set. 2024.

KOCH, I. V.; ELIAS, M. V. **Ler e compreender**: os sentidos do texto. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2008.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 8 ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MONDADA, L.; DUBOIS, D. Construção dos objetos de discurso e categorização: Uma abordagem dos processos referenciais. *In*: CAVALCANTE, M. M.; RODRIGUES, B.B.; CIULLA, A. (org.). **Referenciação**. São Paulo: Contexto, 2019.

ACEITA: A (NÃO) ASSUNÇÃO DA RESPONSABILIDADE ENUNCIATIVA NA PUBLICAÇÃO DE DIVULGAÇÃO DO CLIPE DA CANTORA ANITTA NO *INSTAGRAM*

Gabriela Castro Marques
Rosângela Félix de Oliveira

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Não é de hoje que as composições da cantora Anitta causam polêmicas entre o público brasileiro. Em seu último lançamento, com o videoclipe intitulado “aceita”, a cantora foi alvo de vários ataques em seu perfil do *Instagram* ao expor sua crença religiosa de matriz africana através da música. Um estudo realizado por Silva (2017) afirma que Anitta é uma das artistas mais influentes a nível mundial e também mulher brasileira com mais seguidores na rede social *Instagram*, contando, atualmente, com um pouco mais de 64 milhões de seguidores. A história contada na música “Aceita”, gravada nos idiomas inglês e espanhol, mostra a crença religiosa de matriz africana da cantora.

A exibição do curta-metragem apresenta, de forma breve, elementos visuais que remetem ao contexto de expressão de fé das religiões: candomblé, umbanda, judaísmo, outras, como: jogos de búzios, os banhos de abô, jogos de cartas, livro bíblico hebraico, danças, rituais, instrumento de percussão atabaque etc. A cantora cita, na legenda da publicação de 13 de maio, a sinopse da Unidos da Tijuca, em que traz uma narrativa da figura de Longun Éde, como aquele que é adorado e que protege os seus. Desse modo, observar as práticas discursivas no contexto das interações *on-line* a partir de temas que carregam impactos sociais, como a intolerância religiosa, podem ampliar as possibilidades de ver e compreender o texto/discurso na perspectiva das interações digitais, em que os discursos construídos na esfera do *Instagram* passam a ser analisados de forma minuciosa e somados aos estudos da análise textual dos discursos (ATD).

No Brasil, embora a laicidade seja estabelecida pela constituição federal de 1988, as manifestações discursivas que revelam intolerância religiosa ainda são bastante frequentes na contemporaneidade. Segundo Rocha (2011, p. 53), “[...] compreende-se a intolerância como uma manifestação de rejeição ao diferente das próprias características culturais, políticas ou físicas, no contexto religioso”. Em outras palavras, pode ser entendida como um ato de perseguição e/ou exclusão de um grupo ou indivíduo que tem sua expressão de fé frustrada, atacada ou invalidade perante a esfera social, incluindo, assim, o contexto das mídias digitais. Dessa forma, pensar o fenômeno da responsabilidade enunciativa aplicado aos discursos que

circulam nas redes sociais constitui pensar novos debates para compreender a dimensão enunciativa nas relações sociocomunicativas no *Instagram*.

Nesse contexto, as redes sociais tornaram-se espaços de interações sociais que permitem aos usuários interagir por meio do discurso digital, ou, conforme Paveau (2021, p. 30), *tecnodiscurso*, que é o modo pelo qual compreendemos “[...] o complexo de funcionamento do digital sem prescindir da intrínseca relação entre sujeito, linguagem, máquina e sociedade”. Assim, pensar o contexto de interações *on-line* que ocorrem nas mídias digitais, em que pessoas populares (famosas) compartilham assuntos relacionados à vida pessoal nas redes sociais e são alvos de ataques, julgamentos e críticas, torna-se cada vez mais necessário compreender as construções discursivas polifônicas que tecem diferentes pontos de vista sobre uma mesma pauta.

Conforme a delimitação temática escolhida, estabelecemos como objetivo geral do estudo analisar e interpretar a (não) assunção da responsabilidade enunciativa na legenda do *post* do *Instagram* de Anitta para a divulgação da música “ACEITA”, publicado em 13 de maio de 2024 e seus comentários. Como objetivos específicos, consideramos: a) identificar e descrever as vozes e instâncias enunciativas mobilizadas no fio discursivos; b) analisar o modo como o locutor enunciador primeiro evoca e ordena vozes alheias, bem como a (não) assunção da responsabilidade enunciativa; c) interpretar as posturas enunciativas assumidas pelo locutor enunciador primeiro ao interagir com as vozes suscitadas no texto/discurso.

Nesse sentido, discutir sobre a (não) assunção da responsabilidade enunciativa na publicação de divulgação do clipe da cantora Anitta no *Instagram* pode ressignificar a forma como são vistos os posicionamentos dos sujeitos que interagem no espaço da referida rede social, através dos comentários *on-line*. Por consequência, temas de cunho social, como a intolerância religiosa, passam a ser discutidos também numa perspectiva acadêmica/científica.

Para a investigação das práticas discursivas presentes no *post* de Anitta e nos comentários subsequentes, adotamos uma abordagem qualitativa, que é adequada para a análise de dados empíricos. Conforme afirma Paiva (2019, p. 13), esse tipo de pesquisa inclui “[...] análise de experiências individuais ou coletivas, de interações, de documentos (textos, imagens, filmes ou música), etc.”. Além disso, a abordagem qualitativa facilita a compreensão das dinâmicas a respeito da responsabilidade enunciativa quando diz respeito às vozes presentes no texto/discurso. A pesquisa adotada é do tipo exploratória-descritiva, que nas palavras de Gil (2008, p. 27) “proporciona visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato”. Nesse caso, este método nos permitirá mapear as marcas linguísticas que demonstram a responsabilidade enunciativa e os diferentes pontos de vista suscitados no e pelo texto gerado pelo *post* da cantora Anitta e nos comentários referentes a ele.

Para garantir que a seleção de comentários refletisse de maneira adequada as diversas opiniões e reações dos usuários, foram seguidos os critérios de seleção, pontuados a seguir: O *corpus* inclui comentários positivos, negativos, proporcionando uma visão equilibrada das diferentes reações ao *post*. A inclusão de comentários de apoio, críticas construtivas e manifestações de intolerância religiosa permite uma análise mais ampla das vozes discursivas presentes neste ambiente digital.

Os comentários foram selecionados com base na interação que geraram, como curtidas e respostas de outros usuários. A ideia é capturar não apenas o conteúdo das opiniões individuais, mas também as dinâmicas de interação e a formação de discussões em torno do *post*. Comentários que receberam um número significativo de curtidas ou respostas são indicativos de maior impacto ou relevância dentro do debate gerado. Comentários que abordam diretamente o tema da intolerância religiosa ou a própria questão do candomblé foram priorizados. Comentários que desviam significativamente do tema central ou que possuem conteúdos irrelevantes para a análise foram excluídos.

2 ANÁLISE TEXTUAL DOS DISCURSOS

A ATD proposta por Jean-Michel Adam (2011), constitui uma abordagem teórico-metodológica que integra os objetos de estudo os tanto da Linguística textual quanto da Análise de discurso, concentra-se na análise dos textos em seu contexto de produção, buscando entender, compreender e analisar as práticas discursivas “na perspectiva de um posicionamento teórico e metodológico que, com o objetivo de pensar o texto e o discurso em novas categorias, situa decididamente a linguística textual no quadro mais amplo da análise do discurso” (Adam, 2011, p. 24).

Para a nossa pesquisa, alguns conceitos dessa abordagem são essenciais, especialmente os gêneros discursivos já que o gênero exerce um papel central e mediador que delimita as formas textuais recorrentes e suas funções em contextos comunicativos específicos. Adam (2019) explicita este conceito ao afirmar que os gêneros não são apenas moldes formais, mas estruturas que refletem e influenciam as práticas sociais.

Essa perspectiva é essencial para entender como o *post* de Anitta no *Instagram* se insere em um gênero discursivo específico, que combina elementos da autopromoção com manifestações de identidade religiosa, já que, nosso objeto de análise são gêneros discursivos digitais veiculados na plataforma que combinam elementos textuais, visuais e interativos. No caso do *post* em questão, ele funciona como uma plataforma para a divulgação de conteúdo artístico e a construção de sua imagem pública. A publicação, que trata da divulgação do clipe "ACEITA", pode ser

analisada como um gênero discursivo que reúne elementos promocionais, autobiográficos e de engajamento social.

A polifonia também é um conceito central na ATD, dada a presença de múltiplas vozes e perspectivas dentro da complexidade do texto. Adam (2019, p. 36) enfatiza que a análise dessas vozes revela as complexidades do processo enunciativo, especialmente em textos em que o locutor-enunciador negocia identidades e posições sociais, ao afirmar que a responsabilidade enunciativa abrange a “Ancoragem enunciativa e polifônica de sua teoria [...] e o componente interacional de sua teoria social do discurso”. Sendo assim, a concepção de heterogeneidade enunciativa refere-se à presença de múltiplas vozes e pontos de vista que compõem os textos/discursos. No intuito de afunilarmos este tópico passamos para a seção dedicada a responsabilidade enunciativa (RE).

2.1 Responsabilidade Enunciativa (RE)

A RE, conforme explicitada por Alain Rabatel (2016), é um conceito central para entender a relação entre o locutor-enunciador primeiro (L1/E1) e as vozes que ele mobiliza em seu texto/discurso. Dessa forma, esse fenômeno diz respeito às vozes gerenciadas no e pelo texto, identificadas pelas marcas linguísticas que denunciam o grau de engajamento, ou não, que o locutor-enunciador primeiro assume em relação às vozes imputadas a *outrem*.

Nesse sentido, a análise do deslocamento polifônico envolve as diferentes vozes evocadas, e consequentemente, das posturas enunciativas que refinam as gradações de assunção ou não dos pontos de vista, considerando o modo como o L1/E1 se posiciona em relação às vozes suscitadas.

Em resumo, com base em Adam (2011) e Rabatel (2015) assumimos que os marcadores enunciativos são elementos linguísticos que sinalizam o posicionamento do L1/E1 em relação ao conteúdo proposicional suscitado nos discursos. Os autores argumentam que esses marcadores são cruciais para a análise da RE, pois indicam como o L1/E1 negocia sua posição no discurso, seja assumindo, recusando ou atenuando a responsabilidade enunciativa dos enunciados.

Nas mídias sociais, a RE adquire uma complexidade adicional devido à natureza pública e interativa dessas plataformas. Isso é especialmente relevante em *posts* de figuras públicas, onde a expectativa de autenticidade e transparência é elevada. Na publicação de Anitta, a cantora não apenas divulga um produto cultural, mas também aborda questões acerca da tradição religiosa do candomblé e como o clipe da cantora gerou reações de intolerância religiosa e suscitou questionamentos a respeito do tema, uma vez que o *post* em questão é uma resposta ao *hate* sofrido pela cantora ao lançar o clipe “ACEITA”.

2.2 Posturas enunciativas

As posturas enunciativas são apresentadas no estudo de Rabatel (2016) como uma possibilidade de compreensão acerca da construção de pontos de vista sobre determinado assunto, que dialoga com outros discursos na perspectiva do acordo e desacordo e uma possível neutralidade. Assim, considerando insuficiente a postura da coenunciação, com base nos resultados que as novas pesquisas do campo da linguagem vinham apresentando, mais duas posturas foram desenvolvidas como complementares a coenunciação, sendo elas: a superenunciação e subenunciação. Desse modo, conforme Rabatel (2016, p. 193) tais posturas enunciativas “[...] se definem pela posição que adota um enunciador na expressão de um ponto de vista”, isto é, o posicionamento que os enunciadores assumem mediante uma enunciação, a fim de perceber detalhadamente a interação dos pontos de vista numa manifestação sociocomunicativa.

Nesse sentido, nos discursos nativos digitais as possibilidades de gerar camadas discursivas entre comentários aumentam o nível de complexidade para analisar o *post* em questão. No intuito de dar conta dessa complexidade buscamos compreender as posturas enunciativas no que diz respeito às gradações de posição de acordo e desacordo trazidas à cena enunciativa.

Nesse contexto, para analisar as materialidades oriundas das mídias digitais torna-se necessário compreender as características que formam os discursos digitais nativos, que, segundo Paveu (2022), desencadeiam em seis particularidades: a composição, a deslinearização, a ampliação, a relacionalidade, a investigabilidade, e a imprevisibilidade.

3 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS NO *POST* DA ANITTA

O *post* publicado por Anitta no *Instagram* em 13 de maio de 2024, contendo a sinopse da escola de samba Unidos da Tijuca dedicada ao orixá Longun Edé, gerou uma ampla gama de reações entre os seguidores da cantora. O L1/E1, ao fazer uso do discurso direto, estabelece uma cadeia complexa de enunciadores quando transmite a mensagem da escola de samba, que, por sua vez, suscita outras fontes enunciantoras. Daí o nosso interesse por desvendar esse jogo de vozes, tanto pela escolha do conteúdo quanto pela forma.

Essa associação é intensificada pela plataforma em que o *post* foi publicado, o *Instagram*, onde Anitta, como figura pública, se torna uma enunciantora, agregando valor e alcance à mensagem fonte. Nesse sentido, o uso do “eu” não só representa o orixá, mas também sugere uma identificação de Anitta com os valores e ideias expressas no texto.

Vale salientar que o uso predominante do pronome pessoal “eu” indica a presença de um enunciador segundo que se identifica diretamente como o orixá

Longun Edé. Frases como "Eu sou Longun Edé", "Sou cultuado nos axés do Brasil", e "Ousadia é meu nome" utilizam o pronome de primeira pessoa do singular, sugerindo uma identidade enunciativa clara e pessoal.

Nesse sentido, os pronomes possessivos, como "meu pai" e "minha mãe", reforçam essa personalização, enquanto indicam uma conexão íntima com os valores e tradições representados. Assim, o conteúdo proposicional dos enunciados conecta os interlocutores à figura de Logun Edé transmitindo informações pessoais da divindade para o público conhecê-lo e quem sabe diminuir a intolerância religiosa em tema, já que o desconhecido geralmente pode causar medo.

Dessa forma, a centralidade do "eu" no texto implica uma sobreposição de vozes: a do orixá, a da escola de samba e, finalmente, a de Anitta, que se apropria desse discurso, não apenas retransmitindo-o, mas assumindo cooperativamente (observamos através do co(n)texto) a responsabilidade enunciativa pelo conteúdo proposicional dos enunciados, imputada a escola de samba.

Essa complexidade se dá porque, embora o "eu" se refira ao orixá, a escolha de Anitta de divulgar essa fala posiciona-a também como uma coenunciadora, que endossa e propaga essa identidade através de sua plataforma midiática. Anitta, ao veicular o discurso da escola de samba, se torna responsável por recontextualizar essa voz em uma nova esfera pública, a de seu perfil no *Instagram*, onde a mensagem é recebida e reinterpretada por uma audiência diversificada. Nesse sentido, o uso desses **índices de pessoa**, portanto, não só caracteriza o orixá, mas também a própria Anitta como mediadora dessa mensagem.

Dessa maneira, as **modalidades** expressas no texto reforçam a assertividade e a autoridade da voz enunciada. Afirmações como "Eu sou Longun Edé" e "Eu nunca morro" utilizam a modalidade de certeza, reforçando a inquestionabilidade do orixá. Desse modo, a voz do orixá suscitada pelo samba enredo é assertiva e indiscutível. Contudo, ao compartilhar essa mensagem sem modificações, Anitta atua como uma mediadora, limitando sua responsabilidade à escolha de dar visibilidade a essa fala que adota uma postura ativa ao descrever e transmitir informações sobre a divindade cultuada.

O modalizador de certeza presente nessas afirmações intensifica o impacto do *post*, compartilhando a responsabilidade enunciativa com a escola de samba. Assim, ao não questionar ou suavizar essas declarações, Anitta se alinha diretamente com o conteúdo e o tom do texto, assumindo uma posição assertiva em relação ao tema. Escolha essa, justificada pelo *hate* que a cantora vinha sofrendo, acompanhada de perda de seguidores. O *post* veio como resposta a esses discursos anteriores negativos e também aos positivos reiterando sua fé e compartilhando mais uma faceta de sua identidade.

Contudo, ao optar não reinterpretar ou modificar o texto, Anitta se torna uma figura central na disseminação dessa mensagem, assumindo uma responsabilidade compartilhada, mas significativa, pelo conteúdo e pelo impacto que ele gera em sua

audiência. O uso do discurso direto, portanto, serve como uma estratégia para legitimar a voz da escola de samba, enquanto alinha Anitta a essa narrativa cultural e religiosa.

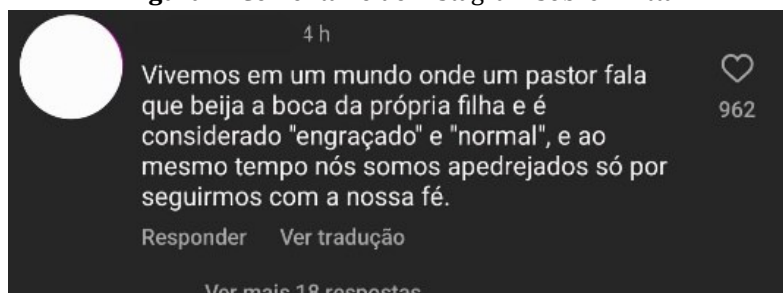
Dessa maneira, esse **tipo de representação da fala** é estratégico, pois mantém a autenticidade da voz original ao mesmo tempo em que legitima a mensagem por meio da amplificação proporcionada pelo perfil de Anitta. A presença de vozes adicionais, como a de Mãe menininha do Gantois, evocadas através do **mediativo**, expande ainda mais a rede de responsabilidade enunciativa, criando uma cadeia polifônica em que múltiplas identidades e tradições são representadas e ressignificadas.

Esse processo de mediação reforça a ideia de uma responsabilidade enunciativa compartilhada, onde cada enunciador, seja Anitta, a escola de samba ou outras vozes evocadas, contribui para a construção do discurso e para o impacto que ele terá sobre o público. Nesse sentido, o L1/E1 atua como um canal que conecta as tradições do Candomblé e as interpretações culturais associadas ao público contemporâneo, especialmente aquele presente nas redes sociais em seu perfil do *Instagram*.

A análise e discussão dos dados realizada acima justificam a escolha das categorias da responsabilidade enunciativa: índices de pessoa, modalidades, diferentes tipos de representação da fala e mediativo, identificadas em negrito, devido ao curto espaço destinado a esta pesquisa.

Dessa forma, a análise dos comentários do referido *post* revela a polifonia, onde múltiplas vozes e perspectivas são expressas, variando desde apoio à liberdade religiosa e crítica ao preconceito, até manifestações explícitas de intolerância e discurso de ódio. Essa diversidade reflete a multiplicidade de enunciadores presentes nas redes sociais, cada um trazendo suas crenças, valores e experiências individuais ao debate. Em detrimento ao espaço do artigo trazemos alguns exemplos:

Figura 1: Comentário do Instagram sobre Anitta



Fonte: Instagram

Este comentário articula uma crítica à hipocrisia percebida na sociedade, em que práticas condenáveis são relativizadas enquanto a fé do interlocutor é alvo de intolerância. O enunciador utiliza um discurso acusatório, empregando o pronome

"nós" para criar uma identificação coletiva com aqueles que compartilham da mesma fé. Essa fala está em oposição a enunciados anteriores referentes a notícias que circularam pouco antes dessa ocasião do comentário, sobre um pastor que publicou um vídeo nas redes sociais com a filha, criança, beijando-a na boca, afirmando que era um ato de carinho saudável entre pai e filha. Assim, ao comparar as duas situações, o L1/E1 do comentário expressa sua discordância em relação ao pastor e aproxima-se do ponto de vista da Anitta, bem como os demais praticantes da mesma fé.

Ao utilizar as palavras “engraçado” e “normal” entre aspas o L1/E1 se refere a falas anteriores em consonância com o pastor, que normaliza o ato do pai beijar a boca da criança. Dessa forma, percebemos a categoria dos diferentes tipos de representação da fala, através do discurso direto, e uma postura de coenunciação em relação ao *post* da Anitta.

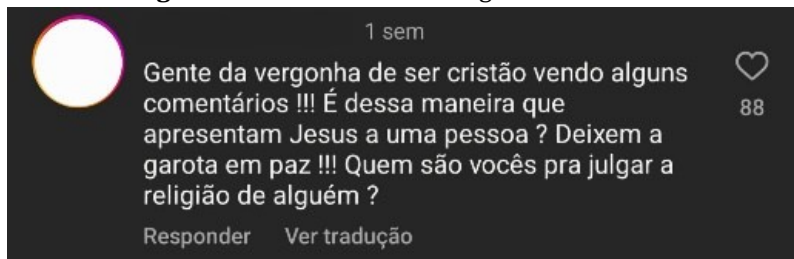
Figura 2: Comentário do Instagram sobre Anitta



Fonte: Instagram.

Este comentário expressa uma posição religiosa de forma imperativa, utilizando "Ninguém obrigada te aceita não". Nesse contexto, o enunciador usa a segunda pessoa do singular ("te") para se dirigir diretamente a Anitta ou àqueles que compartilham sua religião, enfatizando a exclusividade da fé cristã como a única verdade. A modalização é assertiva, deixando pouca margem para contestação. Assim, o L1/E1 assume uma postura de sobreenunciação em relação ao *post* ao qual está respondendo.

Figura 3: Comentário do Instagram sobre Anitta



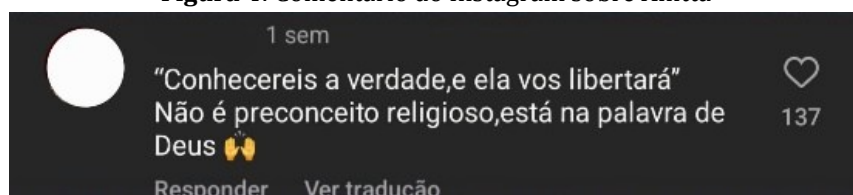
Fonte: Instagram.

Este comentário expressa uma autoconsciência crítica, lamentando a forma como outros cristãos representam sua fé. O uso de pronomes de terceira pessoa ("vocês", "a garota") e o apelo para "deixem a garota em paz" enfatizam a

necessidade de respeito e tolerância, esse apelo no imperativo demarca a modalidade intersubjetiva.

O L1/E1 tenta desassociar sua identidade cristã daquelas vozes intolerantes, assumindo uma posição crítica dentro de seu próprio grupo. Por meio de perguntas (modalidade intersubjetiva) suscita reflexões em torno da temática, com intuito de conscientizar os integrantes da sua própria corrente religiosa de que o respeito deve ser o protagonista, ao invés da intolerância.

Figura 4: Comentário do Instagram sobre Anitta

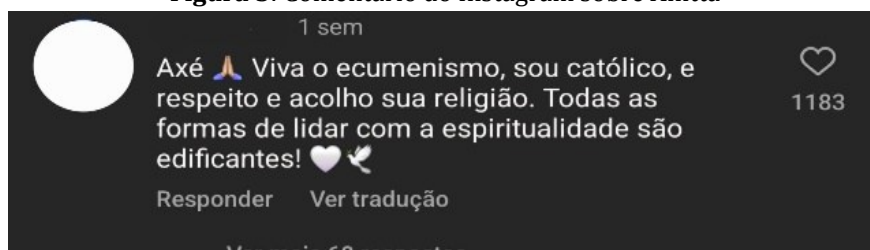


Fonte: Instagram

"Não é preconceito religioso, está na palavra de Deus" aqui, o L1/E1 utiliza uma estratégia modalizadora de justificação, utilizando à autoridade do texto bíblico para legitimar seu discurso. O modalizador "não é" tenta neutralizar qualquer acusação de preconceito, enquanto "está na palavra de Deus" desloca a responsabilidade enunciativa do enunciador para o texto sagrado, considerado uma fonte inquestionável dentro do discurso religioso. Assim, percebemos uma postura de subenunciação em relação à fonte segunda suscitada pelo L1/E1, além de uma postura de sobreenunciação em relação ao *post* ao qual responde, uma vez que o L1/E1 se distancia e mantém um posicionamento de total desacordo com a Anitta propagando intolerância religiosa.

Além dos diferentes tipos de representação da fala através do discurso direto, o L1/E1 modaliza em correspondência com a sua ação visada, obtendo 137 curtidas de pessoas em comum acordo com ele.

Figura 5: Comentário do Instagram sobre Anitta

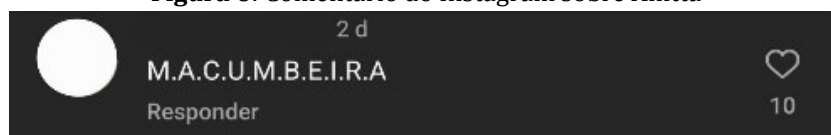


Fonte: Instagram.

"Axé Viva o ecumenismo, sou católico, e respeito e acolho sua religião" este comentário utiliza uma modalização afirmativa e inclusiva, destacando a positividade do ecumenismo e a aceitação de diversas formas de espiritualidade. O L1/E1 assume responsabilidade enunciativa por um discurso de acolhimento,

contrastando com os discursos intolerantes presentes nos outros comentários utilizando emojis que transmitem paz assumindo uma postura de coenunciação em relação ao *post* da Anitta.

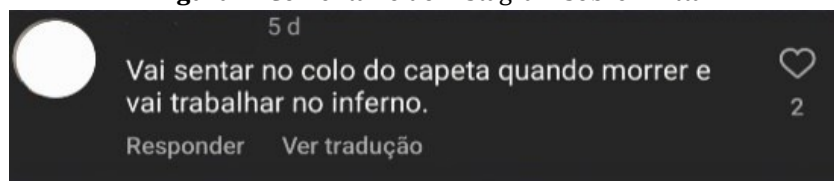
Figura 6: Comentário do Instagram sobre Anitta



Fonte: Instagram.

"M.A.C.U.M.B.E.I.R.A" Embora se trate de uma única palavra, o uso desse termo é pejorativo e altamente ofensivo, revelando um enunciador que adota uma postura de desprezo e preconceito. Aqui, a intenção é completamente negativa, imputando ao receptor (Anitta e sua comunidade) uma identidade denegada. O L1/E1 modaliza (por meio de lexemas avaliativos) o enunciado de maneira pausada, utilizando pontos para demarcar a ênfase no seu xingamento expondo a intolerância religiosa em caixa alta. Assim, observamos uma postura de sobrenunciação, de maneira que o L1/E1, além de se afastar, discorda veementemente do *post* e acredita em uma única forma possível de demonstração de fé; tudo que fuja disso é tratado de maneira pejorativa.

Figura 7: Comentário do Instagram sobre Anitta



Fonte: Instagram.

"Vai sentar no colo do capeta quando morrer e vai trabalhar no inferno." Este comentário utiliza uma fala direta e ofensiva, com um tom profético e condenatório. A afirmação é representada como uma verdade inquestionável sobre o destino da pessoa a quem se dirige, imputando uma responsabilidade enunciativa do enunciado a segundo, que assume o papel de juiz e executor simbólico. Percebemos, dessa forma, a presença da categoria das modalidades, evidenciada pelo uso do imperativo, além de uma postura de sobreenunciação em relação à legenda do *post* da Anitta.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Baseados em nossos objetivos, concluímos que o *post* de Anitta revela uma complexa rede de vozes e posições enunciativas, através dos índices de pessoa,

modalidades, diferentes tipos de representação da fala e estratégias mediativas. Percebemos que Anitta assume uma postura que, ao mesmo tempo, endossa e mediatiza a fala da escola de samba, colocando-se como uma coenunciadora e, ora subenunciadora, em um cenário discursivo onde a responsabilidade enunciativa dos enunciados é compartilhada e negociada.

Assim, a análise das modalidades nos comentários revela diferentes graus de certeza, imposição e julgamento, que configuram a responsabilidade enunciativa dos interlocutores. As modalidades variam desde afirmações até perguntas retóricas, que desempenham um papel crucial na construção dos discursos de aceitação ou rejeição.

No caso dos índices de pessoa, eles foram fundamentais para entender as dinâmicas de (não) assunção que foram articuladas no jogo enunciativo. A forma como os pronomes pessoais e possessivos são utilizados revela as identidades e conexões que os enunciadores constroem ou desconstruem.

Dito isso, os comentários selecionados utilizam diferentes estratégias de representação da fala para enunciar determinados pontos de vista, seja para expressar apoio, reprovação ou promover um discurso de ódio. Em alguns casos, a fala é direta e pessoal, enquanto em outros, faz referência a fontes externas, como textos religiosos ou outros contextos sociais demonstrados na seção de análise acima.

Diante da análise desenvolvida, podemos observar como o *post* da Anitta e os comentários subsequentes no *Instagram* revelam um cenário discursivo polifônico, em que vozes se entrelaçam e negociam posições enunciativas. Nesse sentido, ao atuar como locutor-enunciador primeiro, Anitta ora coenuncia, ora subenuncia construindo o texto/discurso. Desse modo, os comentários refletem uma diversidade de pontos de vista, revelando dinâmicas de aceitação, resistência e intolerância. Esta análise ressalta, portanto, a importância de compreender a complexidade dos discursos digitais, onde as interações entre enunciadores e interlocutores são moldadas por fatores sociais, culturais e ideológicos.

REFERÊNCIAS

ADAM, J. M. **A linguística textual**: uma introdução à análise textual dos discursos. Tradução de Maria das Graças Soares Rodrigues, Luis Passeggi, João Gomes da S. Neto e Eulália Vera Lúcia Fraga Leurquin. Revisão Técnica: João Gomes da S. Neto. 2 ed. revisada e aumentada. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. **A noção de texto**. Tradução de Maria da Graças Soares Rodrigues, João Gomes da Silva Neto e Luis Passeggi. Natal, RN: EDUFERN, 2022. Disponível em: https://repositorio.ufrn.br/bitstream/123456789/44991/3/A_nocao_de_texto_ADAM_2022.pdf. Acesso em: 25 dez. 2023.

OLIVEIRA, A. **Anitta**: entenda as referências religiosas do clipe “Aceita”. CNN Brasil, 2019. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/entretenimento/anitta-entenda-as-referencias-religiosas-do-clipe-aceita/#:~:text=Com%20foco%20no%20Candombl%C3%A9%20religi%C3%A3o,f%C3%A9%20Judaica%20Cat%C3%B3lica%20e%20Neopentecostal>. Acesso em: 20 mai. 2024.

PAVEAU, M-A. **Análise do discurso digital**: dicionário das formas e das práticas. Orgs: Julia Loureço Costa e Roberto Leiser Baronas. 2. ed. – Campinas, SP: Pontes Editores, 2022.

RABATEL, A. O papel do enunciador na construção internacional dos pontos de vista. In: WANDER, E. (org.) **A construção da opinião na mídia**. Tradução de Wander Emeditato. Belo Horizonte: FALE/UFGM, Núcleo de Análise do discurso, 2013, p. 19-66.

_____. Postures énonciatives, variable générique et stratégies de positionnement. In: ANGERMULLER, Johannes; PHILIPPE, Gilles. **Analyse du discours et dispositifs d'énonciation**: autour des travaux de Dominique Maingueneau, tradução Euclides Moreira Neto. Limoges: Lambert-Lucas, 2015, p. 125-135.

_____. **Homo narrans**: por uma abordagem enunciativa e interacionista da narrativa, São Paulo : Cortez, 2016.

ROCHA, L. V. **Uma noção histórica de intolerância religiosa**: As conceituações e o caso dos jesuítas no Brasil colônia. 2011. 97f. Dissertação (Mestrado em ciências das religiões) - Centro de Educação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2011.

SILVA, P. V. F. da. **O show da poderosa**: um estudo de caso sobre a carreira da cantora Anitta. 2017.

ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO SOBRE ANIMAIS EM SITUAÇÃO DE ABANDONO: O CASO DA REDE SOCIAL DIGITAL DO *INSTAGRAM*

Niury Clédna de Vasconcelos Silva
Ivandilson Costa

1 INTRODUÇÃO

Na sociedade há crenças que perpetuam o preconceito e a intolerância, enquanto outras defendem os direitos dos animais, buscando dar voz àqueles que sofrem maus-tratos e abandono. Este estudo visa evidenciar que discursos, especialmente em perfis da rede social digital do *Instagram*, estão cada vez mais impregnados de atitudes preconceituosas, contribuindo para o aumento dos maus-tratos e abandono de animais. Mas também, como contraponto, examina que vozes contribuem para o crescimento das ações ativistas em defesa dos animais e como trabalham pela responsabilização daqueles que praticam os atos abusivos.

Utilizando a Análise Crítica do Discurso (ACD), baseada em conceitos de estudiosos como Fairclough, (2001), Ramalho; Resende, (2006; 2011) Wodak (2004), esta pesquisa adota uma abordagem qualitativa e interpretativista, abordando, como modo/meio, textos de caráter semi-formal.

O trabalho examina, nessa perspectiva, recortes audiovisuais de quatro perfis do *Instagram*, pertencentes a protetores e tutores de animais resgatados, com foco nas postagens e comentários. A análise abrange elementos da materialidade discursiva, como léxico, construções frasais, conceitos e elementos denotadores de crenças e ideologias relacionadas ao problema social em questão.

A pesquisa evidencia a persistência do problema social dos maus-tratos e abandono aos animais, mesmo diante das leis atuais e do crescente engajamento de protetores ativistas. O trabalho aponta, portanto, na direção da emancipação e empoderamento, refletindo sobre os discursos produzidos, muitas vezes preconceituosos, e como se pode trabalhar em favor da mudança, a partir da formação de consciência crítica e cidadania.

2 ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO: CONCEITOS BÁSICOS

A Análise Crítica do Discurso (ACD) é uma abordagem teórico-metodológica que se propõe a investigar as relações entre linguagem, poder e sociedade. Essa análise vai além da simples interpretação do significado das palavras, buscando

compreender como os discursos contribuem para a construção de significados, relações sociais e estruturas de poder.

Na ACD, o discurso não é apenas visto como uma sequência de palavras, mas como uma prática social inserida em contextos específicos. Ele reflete e reproduz aspectos das relações sociais, culturais e históricas. A ideologia é um conceito central. Refere-se às crenças, valores e visões de mundo que permeiam os discursos. A ACD procura identificar e desvelar as ideologias presentes nos discursos, destacando como elas podem influenciar e perpetuar estruturas de poder.

A ACD reconhece que o discurso é uma forma de exercício de poder. Examina como certos discursos contribuem para a manutenção ou subversão das relações de poder na sociedade. Isso inclui a análise das estratégias linguísticas que conferem autoridade e legitimidade a determinadas visões e grupos. A posição do sujeito no discurso é crucial. Ela considera como os discursos refletem e constroem identidades sociais, levando em conta as diferentes perspectivas e vozes presentes em uma sociedade.

A ACD examina as estratégias utilizadas nos discursos para persuadir, convencer ou influenciar. Isso inclui a análise de escolhas linguísticas, metáforas, silêncios e outras formas de manipulação discursiva. Para tanto, enfatiza a importância de contextualizar os discursos. Isso envolve considerar o contexto social, histórico e cultural em que o discurso ocorre, pois esses fatores influenciam significativamente a produção e a interpretação do discurso.

A ACD reconhece a presença de vozes múltiplas nos discursos. A polifonia refere-se à diversidade de perspectivas e pontos de vista que podem coexistir em um discurso, muitas vezes revelando conflitos e contradições. Além de analisar, a ACD busca contribuir para a transformação social. Ao revelar as dinâmicas de poder nos discursos, a abordagem procura incentivar a conscientização crítica e promover mudanças positivas na sociedade.

Esses conceitos fundamentais ajudam a estabelecer as bases para uma compreensão mais profunda da ACD, permitindo uma abordagem mais contextualizada e sensível às complexidades das interações linguísticas e sociais. Fairclough (2001, p. 90-91) propõe que “primeiro, implica ser o discurso um modo de ação, uma forma em que as pessoas podem agir sobre o mundo e especialmente sobre os outros, como também um modo de representação”. Partindo desse pressuposto, o discurso, seja ele a favor ou contra os animais, influencia a ação das pessoas que estão recebendo o enunciado.

Em sua teoria social do discurso, Fairclough, (2001) retrata como o discurso é moldado, enfatizando os três aspectos da construção da formação do discurso que são: a construção da identidade social, a contribuição para a construção de relações sociais e a contribuição para a criação do sistema para o conhecimento de crenças, ou seja, conceitos, assim como a realidade do discurso e como esse discurso contribui para reações diversas, sejam elas reações positivas ou não.

Ramalho e Resende (2006) retratam a importância de entender o uso da linguagem como prática social:

Entender o uso da linguagem como prática social, implica em compreendê-lo como um modo de ação historicamente situado, que tanto é constituído socialmente como também é constitutivo de identidades sociais, relações sociais e sistemas de conhecimento e de crenças. Nisso consiste a dialética entre discurso e sociedade: o discurso é moldado pela estrutura social, mas é também constitutivo de estrutura social. (Ramalho; Resende, 2006, p. 26).

Destacando essa visão das autoras e percebendo a linguagem como uma prática social, enfatizando que ela é tanto influenciada pela sociedade quanto constituinte de identidades sociais, relações sociais e sistemas de conhecimento e confiança, podemos identificar que há uma dinâmica dialética entre discurso e sociedade, em que o discurso é moldado pela estrutura social, mas também desempenha um papel na constituição dessa estrutura.

Já Wodak (2004, p. 237) enfatiza que:

A ACD está interessada em como as formas linguísticas são usadas em várias expressões e manipulações do poder. O poder é sinalizado não somente pelas formas gramaticais presentes em um texto, mas também pelo controle que uma pessoa exerce sobre uma ocasião social através do gênero textual.

Ela destaca, assim, que o poder não é apenas indicado pelas estruturas gramaticais presentes em um texto, mas também pela influência que uma pessoa exerce sobre uma situação social por meio do gênero textual. Em outras palavras, a atenção está voltada para como o uso da linguagem, tanto em termos de gramática quanto de escolhas textuais, pode ser uma ferramenta para manifestar e controlar o poder em contextos sociais específicos.

Sendo assim, esse “poder” pode ser exercido por pessoas que têm o discurso voltado para a intolerância e preconceito, causando vários danos, como no caso em estudo, aos animais errantes. Paralelamente, dando ênfase aos perfis que lutam pelos animais, o discurso reverso aos atos cruéis, estão ganhando espaço e visibilidade nas mídias digitais e redes sociais, principalmente no *Instagram*.

A partir dessas afirmações teóricas, este trabalho se ancora nas pesquisas da ACD para explicar o enorme e crescente número de atos cruéis praticados por seres humanos contra os animais, como também a favor deles, criando um círculo discursivo voltados para o problema social destacado neste trabalho.

Os animais vêm sendo vítimas de discursos maldosos no *Instagram*, discursos que influenciam ainda mais pessoas a cometerem o crime de maltratar e/ou abandoná-los, porém, a contraponto, estão sendo foco de discussões sobre seu bem-estar através de campanhas de conscientização nessa mesma rede social. O

Instagram também abriu muitas portas para o trabalho voluntário de pessoas que querem ajudar e se importam com a causa animal.

A ACD traz questões pertinentes acerca da formação do discurso e, com isso, foi possível analisar melhor como acontecem e por que acontecem tantos problemas relacionados ao tema. A falta de informação é o principal ponto aqui: pessoas mal-informadas que já trazem suas crenças formadas de gerações passadas e que não têm o interesse de aprender disseminam informações falsas em redes sociais para que outras pessoas que, também não tendo se aprofundado no assunto, tenham uma ideia do seu ponto de vista errôneo e assim, façam o uso dessa informação em outro local, criando uma enorme corrente de desinformação ou informação tortuosa. Assim é a relação do discurso com a situação de maus-tratos e abandono que tanto é relado pelas ONGs e protetores de animais.

A junção entre animais e mídia digital é um campo de estudo complexo que reflete não apenas a relação entre seres humanos e outras espécies, mas também as narrativas e discursos que moldam essa relação. Através da lente da ACD, é possível examinar como as representações de animais na mídia influenciam a percepção pública, impactam a conscientização sobre direitos animais e delineiam os deveres sociais em relação a eles.

A ACD é uma abordagem interdisciplinar que desvenda as complexas relações entre linguagem, poder e ideologia presentes nas interações humanas. Ao explorar como a linguagem é usada para influenciar percepções e moldar estruturas sociais (Fairclough, 2001, p. 20), a ACD revela as sutilezas dos discursos que muitas vezes passam despercebidas.

Nesse contexto, a ACD considera três dimensões essenciais (Fairclough, 2001). A dimensão textual foca na análise minuciosa das escolhas linguísticas, estruturas gramaticais e retóricas empregadas nos textos. A dimensão das práticas discursivas examina como esses textos se relacionam e interagem, formando padrões de significado e conexões. Por fim, a dimensão das práticas sociais aborda a influência mais ampla dos discursos na construção de identidades, relações de poder e na própria conformação da realidade social.

Ao integrar essas dimensões, a ACD permite uma análise mais profunda e contextualizada da linguagem em uso. Dessa forma, ela se torna uma ferramenta valiosa para desvendar como as estruturas de poder são refletidas e perpetuadas através da linguagem, e como as ideologias se manifestam em nossa comunicação cotidiana.

3 ANALISANDO CRITICAMENTE UMA PÁGINA SOBRE DIREITOS DOS ANIMAIS NO *INSTAGRAM*

Para a análise do discurso em mídias digitais sobre animais e suas implicações e benefícios, tomou-se um perfil do *Instagram*, por meio de *prints* feitos

para obter a imagem das postagens e comentários feitos pelo público, mostrando como a sociedade se comunica, sobre o que pensam e quais são as crenças acerca disso e o que os discursos podem interferir na vida desses bichinhos, tanto positiva como negativamente.

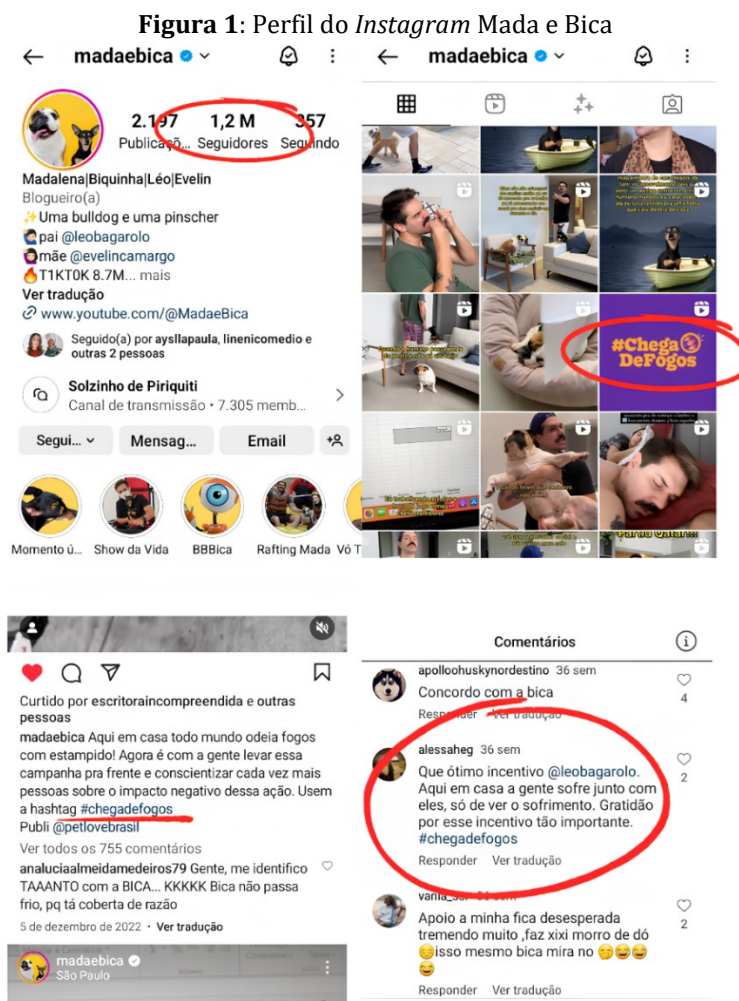
Assim, trazemos a abordagem de um o perfil do *Instagram* em que são protagonistas duas cachorras que têm seu dia a dia reproduzido pelo tutor e em que são feitas campanhas de conscientização, bem como uso da imagem das cadelas como forma de entretenimento.

Ao abordamos o conteúdo dos comentários, notamos que apenas uma parcela tem o domínio da comunicação, causando uma desigualdade entre os participantes na interação. A mesma dinâmica ocorre com os gêneros em diversos cenários de atividades sociais: o orador e sua congregação, o palestrante e o público, o professor e os estudantes, o médico e o paciente, o especialista e o leigo. Nesse contexto, os gêneros se apresentam como um elemento de influência presente na linguagem, conforme apontado por Fairclough (1989, p. 46, ênfase do autor), que se refere a isso como 'poder no discurso'.

[...] nós podemos dizer que o poder no discurso é fazer com que os participantes poderosos controlem e restrinjam as contribuições de participantes não poderosos. É útil distinguir, em linhas gerais, os três tipos dessas restrições – restrições sobre: •conteúdo, sobre o que é dito ou feito; •relações, as relações sociais que as pessoas inserem no discurso; •assuntos, ou as 'posições dos assuntos' que as pessoas podem ocupar-se. (Fairclough, 1989, p.46, tradução nossa).

Além da presença do poder na linguagem, Fairclough (1989) menciona também que existe o poder por trás do discurso, exemplificada pela seleção dos gêneros. Portanto, o gênero intermediário em um contexto específico de interação social pode ser influenciado e restrito pelas estruturas institucionais.

Partindo dessa premissa, podemos perceber que o poder no discurso e por trás dele, não só existe, como também é desigual e seletivo. Baseado nessa abordagem, observemos a imagem da figura 1, abaixo:



Fonte: *Instagram Mada e Bica*, jun. 2023.

Como se pode depreender pela figura 1, em evidência está o perfil do *Instagram* de Mada e Bica, duas cadelas que ganharam notoriedade nas redes sociais, atualmente com mais de um milhão de seguidores. Seus conteúdos são referentes ao dia a dia das cadelas como alimentação adequada, brincadeiras, medicamentos e paródias, conteúdo feito pelo seu tutor Léo Bagarolo. Léo, de forma cômica, deu voz às cadelas, assim como formou uma identidade midiática delas, criando conteúdos divertidos e atrativos, mas o que chama a atenção, além da forma como ele expõe os conteúdos, são as campanhas de proteção. Com foco principal na campanha #ChegaDeFogos.

Essa ação se faz necessária, uma vez que fogos de artifício com estampido, causa inúmeros problemas, o mais grave é o óbito do animal, com essa atitude o perfil o *post* trouxe um grande número de visualizações e participação do público que deu apoio a iniciativa, assim como contaram relatos de suas vivências e dos problemas que os fogos de artifício com estampido causou em seus animais de estimação. Dessa forma, com o alcance que esse perfil tem, os discursos em defesa

dos animais se tornam uma ação constante e de uma importância inimaginável para a causa animal.

Na imagem podemos perceber a interação dos seguidores sobre um *post* feito em 2022 se referindo a fogos de artifício com estampido. Em alguns comentários pessoas relatam sobre o sofrimento de seus pets com essa prática, causando comoção em alguns cidadãos da sociedade.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estudos como o aqui apresentado vêm evidenciar a persistência do problema social dos maus-tratos e abandono aos animais, mesmo diante das leis atuais e do crescente engajamento de protetores ativistas. A análise do comportamento na rede social *Instagram* revela uma dualidade marcante: por um lado, existem postagens e comentários que incentivam práticas cruéis, enquanto, por outro lado, há perfis de ativistas que buscam desmistificar verdadeiramente algo que justifiquem tais atos.

A consideração da ACD como base teórica, baseando-se em conceitos operacionais específicos, permite identificar o discurso como uma prática social, que, de certo modo, apresenta um importante papel em atividade material da vida social urbana como o é a violência contra animais.

Paralelamente, ao analisar em redes sociais digitais discursos que se relacionam com práticas de maus-tratos, abandono, também nos deparamos com os discursos que conscientizam acerca dos direitos e deveres da sociedade com os animais e pode-se, portanto, mostrar a realidade sofrida de vários animais vítimas da crueldade humana em decorrência do discurso disseminado na rede social digital, assim como, constatamos um crescente número de perfis de ativistas e protetores de animais que emprestam sua voz em favor dos animais, numa atividade mesma de emancipação e consciência.

Metodologicamente, uma abordagem qualitativa e interpretativista tal como a proposta proporciona uma análise aprofundada dos comentários e coletas audiovisuais na rede social digital, evidenciando a complexidade das especificidades. Em suma, este estudo ressalta a necessidade contínua de enfrentamento do problema, destacando a influência do discurso na perpetuação de um problema social e instiga à reflexão sobre a responsabilidade social no uso da linguagem digital, a fim de promover a proteção e bem-estar dos seres vivos que vivem no nosso planeta.

REFERÊNCIAS

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora da UnB, 2001.

INSTAGRAM. **Mada e Bica**. Disponível em: <https://www.instagram.com/madaebica/>.

Acesso em: 27 de ago. 2023.

RESENDE, V.; RAMALHO, V. **Análise do Discurso Crítica**. São Paulo: Contexto, 2006.

RAMALHO, V.; RESENDE, V. **Análise de Discurso (para a) Crítica**. Campinas: Pontes, 2011.

WODAK, R. Do que trata a ACD: um resumo de sua história, conceitos importantes e seus desenvolvimentos. **Linguagem em (Dis)curso**, v. 4, n. esp., p. 233 -243, 2004.

ANÁLISE DA (NÃO) ASSUNÇÃO DA RESPONSABILIDADE ENUNCIATIVA EM MONOGRAFIAS DE PESQUISADORES INICIANTE DA ÁREA DE LETRAS

Josélia Cruz da Silva
Márcia Socorro Ferreira de Andrade Silva

1 INTRODUÇÃO

O objetivo geral do presente trabalho consiste em identificar, descrever e interpretar a (não) assunção da responsabilidade enunciativa (RE) em textos acadêmicos produzidos por pesquisadores iniciantes. Nosso interesse por trabalhos de estudantes de graduação se dá por entendermos a importância do gênero discurso monografias na inserção do estudante, pesquisador iniciante, na comunidade acadêmico-científico. Além disso, a produção da seção fundamentação teórica compõe parte de destaque na constituição da autoria, movimento enunciativo que deixa flagrar a (não) assunção da responsabilidade enunciativa por meio das escolhas das marcas linguísticas na construção dos pontos de vista, parte importante da escrita acadêmica que precisa ser levado em consideração.

Para realização do caminho analítico, respaldamos as reflexões empreendidas nos pressupostos da Análise Textual dos Discursos (ATD) elaborada por Adam (2011), em interlocução com a Teoria Enunciativa-Interacional de Ponto de vista, de Rabatel (2010, 2016), além das contribuições de Guentchea (2011), sobre o quadro mediativo, e de Bakhtin (2006), quanto aos estudos dos gêneros discursivos.

Nesta direção de estudo sobre a produção escrita de pesquisadores iniciantes, com este trabalho, acrescentamos as investigações que sinalizam para o campo enunciativo considerando a relação locutor e enunciador na constituição da autoria, a partir da assunção ou não da responsabilidade enunciativa. Além disso, também consideramos relevantes as reflexões com foco na produção escrita de pesquisadores iniciantes com o olhar para outros gêneros acadêmicos e outros campos teóricos. Assim, agrupamo-nos a Rodrigues e Marquesi, (2024), Bernardino (2017), Vilar e Bessa (2023), dentre outros.

A metodologia aplicada no desenvolvimento do trabalho parte de uma pesquisa documental, de base interpretativa, indutiva de abordagem qualitativa. Quanto ao *corpus*, constitui-se de trechos da seção de fundamentação teórica de três monografias de um curso de Letras. Para tratar da responsabilidade enunciativa em produções escritas de pesquisadores iniciantes, além desta Introdução e das

Considerações finais, o trabalho apresenta a seguinte organização: primeiro, abordamos acerca da fundamentação teórica; em seguida, discorreremos sobre a metodologia; e por último, tratamos das análises e das discussões concernentes aos resultados.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 A Análise Textual dos Discursos - ATD

A Análise Textual dos Discursos (ATD) propõe para o campo dos estudos linguísticos uma nova abordagem teórica que integra a Linguística Textual (LT) e a Análise do Discurso (AD), pelo viés analítico da materialidade textual. Os novos realinhamentos dos lugares teóricos da LT e da AD, assumidos pela ATD, estabelecem uma tríade analítica que investiga, na proposição-enunciado¹, relações de sentidos exteriores, vinculados à produção do texto, seu contexto e aos aspectos da situação comunicativa, nas quais está inserido o indivíduo. A contribuição de Adam (2011), em sua proposta da ATD, é relevante no ponto que articula a interseção entre texto, discurso e gênero, redefinindo os campos da Linguística Textual no quadro mais amplo da Análise do Discurso (Marcuschi, 2008).

Ressalta-se, diante do exposto, a afirmação de Adam (2011), quando considera que “[...], a Linguística Textual é [...] uma teoria da produção co(n)textual do sentido, que deve se fundar na análise de textos concretos. É nesse procedimento que me proponho desenvolver e designar como *análise textual dos discursos*” (Adam, 2011, p.23, grifos do autor). Um dos eixos que coparticipam da concepção da ATD emerge da reflexão de Coseriu (2007), ao considerar que a Linguística de texto é uma linguística do sentido. Portanto, a similaridade da ATD com a AD, coloca-a como um subdomínio dessa corrente linguística que visa a:

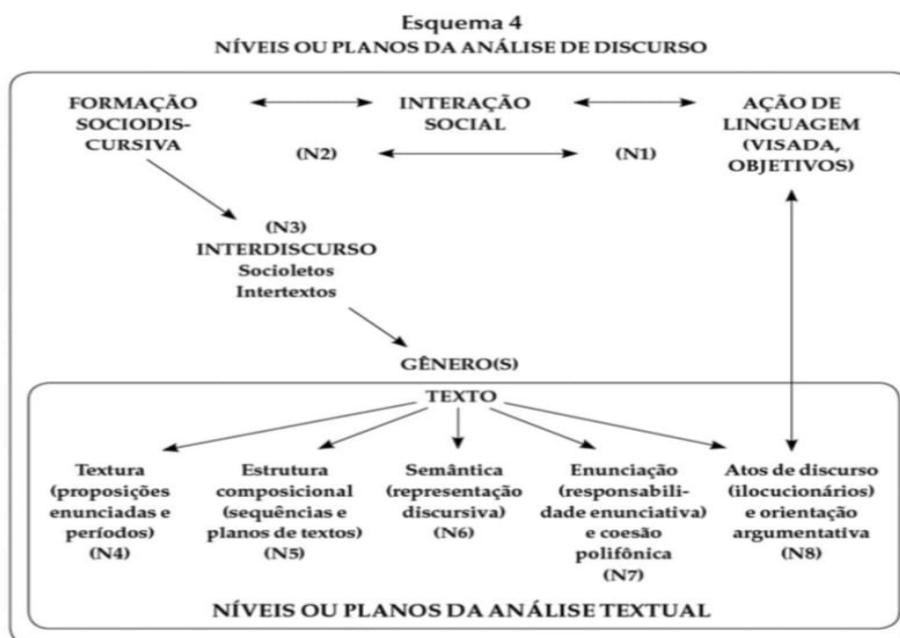
(...) teorizar e descrever os encadeamentos de enunciados no âmbito da unidade de grande complexidade que constitui um texto. (...) concerne tanto à descrição e à definição das diferentes unidades como às operações, em todos os níveis de complexidade, que são realizadas sobre os enunciados (Adam, 2011, p. 63-63).

Estabelecida a equivalência constitutiva que ampara o desenvolvimento da teoria da ATD, colocaremos à disposição o esquema articulador da teoria elabora por Adam (2011). Nesse esquema, evidenciam-se as proeminentes relações entre os níveis de análise do discurso e níveis de análise textual, cujas categorias que

¹A *proposição-enunciado* é a unidade textual que Adam (2011) define como enunciado mínimo de análise. Segundo ele, “Ao escolher falar de *proposição-enunciado*, não definimos uma unidade tão virtual como a proposição dos lógicos ou a dos gramáticos, mas uma unidade textual de base, efetivamente realizada e produzida por um ato de enunciação, portanto, como um *enunciado mínimo*” (Adam, 2011, p. 106, grifos do autor).

compõem a análise do texto são provenientes de diversas abordagens que contemplam e analisam o aspecto textual, conforme se observa na representação do esquema 4, transcrito abaixo:

Figura 1: Níveis de análise da ATD (Esquema 4)



Fonte: (Adam, 2011, p. 61)

Tornar-se significativo compreender a relação de interdependência entre discurso, texto e gênero proposto no esquema idealizado por Adam (2011). Na representação do esquema, observa-se que as interações sociais propiciam as articulações entre os discursos, nível este que concentra em sua dinâmica comunicativa os gêneros e os textos, formalizando sua materialidade textual. Corroborando Adam (2011, p. 63) ao afirmar que “toda ação de linguagem inscreve-se, como se vê, em dado setor do espaço social, que deve ser pensado como uma formação sociodiscursiva, ou seja, como um lugar social associado a uma língua (socioleto) e a gêneros de discursos”.

Nesta perspectiva, o outro ponto relevante pontuado por Adam (2011) refere-se ao campo de construção do texto que se constitui de unidades típicas agrupadas, e que se definem de acordo com sua particularidade, surgindo assim os gêneros, elo integrador das dimensões textuais e discursivas. Desse modo, a esquematização de Adam (2011) salienta que todo discurso proferido manifesta um objetivo (N1), essa intencionalidade ocorre em meio a uma interação social (N2), na qual o interlocutor se insere em uma determinada formação discursiva (N3) da língua em uso. O outro ponto em destaque no esquema 4 é a interdependência que os gêneros exercem entre os planos de análises textual e discursiva, delineando assim um ciclo que se constitui na textura/proposição (N4), na estrutura

composicional (N5), na semântica (N6), na enunciação (N7) e nos atos dos discursos (N8). Diante do panorama descrito, partiremos para a especificidade do nível 7 (N7), nível que contempla a Responsabilidade Enunciativa e a coesão polifônica, que permitem caracterizar as categorias de análise que circundam o gênero discurso escolhido para investigação do nosso *corpus*.

2.2 Responsabilidade Enunciativa: assunção ou não assunção do locutor/enunciador

Conforme proferimos diferentes enunciados, variadas marcas linguísticas podem ser utilizadas para que o locutor/enunciador primeiro apresente o engajamento ou o distanciamento dessa responsabilização pelo dito. Podemos considerar que a Responsabilidade Enunciativa (RE) é uma dimensão constitutiva do texto que permite dar conta do desdobramento polifônico. Passeggi *et al* (2010, p. 299) afirmam sobre a definição da RE: “A responsabilidade enunciativa ou ponto de vista (PdV) consiste na assunção por determinadas entidades ou instâncias do conteúdo do que é enunciado, ou na atribuição de alguns enunciados ou PdV a certas instâncias.”

Diante da citação de Passaggi (2010), percebe-se que o locutor pode assumir ou não assumir a RE pelo enunciado, transferindo essa responsabilidade a outra instância enunciativa, essa mudança de vozes consiste no jogo da coesão polifônica. Jean-Michel Adam atribui a mudança de posição de voz enunciada dentro dos textos de RE e/ou PDV. O autor considera os termos como sendo equivalentes, evidenciando o mecanismo de gerenciamento de vozes chamado de polifonia.

A individualidade ou coletividade assumida ou não pela RE pelas instâncias ou entidades, podem ser marcadas em uma proposição por grandes números de unidades da língua, na qual Adam (2011) denominou grau de responsabilidade enunciativa. O autor pontua as grandes categorias. Essas categorias são: os índices de pessoas; os dêiticos espaciais e temporais; as modalidades; os diferentes tipos de representação da fala; as indicações de quadros mediadores; os fenômenos da modalização autonímica e as indicações de suporte de percepção e de pensamentos relatados, cada uma representando marcas linguísticas específicas.

Contribuindo com Adam (2011) a respeito da Responsabilidade Enunciativa, recorreremos também às concepções de Rabatel no sentido em que apresenta uma definição semelhante à proposta de Adam relativo à RE. As considerações entre os dois pesquisadores dialogam no aspecto em que o primeiro locutor/enunciador assume o conteúdo proposicional dos PDV que julgam ser verdadeiros, ocorrendo assim a assunção da responsabilidade no enunciado. Ducrot (1984, apud Rabatel, 2009), partilha da mesma noção ao definir o enunciador como a fonte dos pontos de vista, ou seja, como o sujeito responsável pelo seu dito.

Deste modo, quando fazemos a pergunta sobre a responsabilidade enunciativa e sobre o posicionamento do locutor/enunciador primeiro é o mesmo que interrogar qual o PDV de L1/E1? Então, a partir do gerenciamento das vozes que se articulam nos enunciados, buscamos compreender qual a posição do L1/E1 sobre o PDV quando este imputa a outrem. Ao citar o discurso de outrem, o autor mobiliza diversos elementos linguísticos que dizem respeito ao fenômeno da responsabilidade enunciativa (ADAM, 2011), sobretudo nos contextos de imputação, isto é, de atribuição de um ponto de vista a outrem (RABATEL, 2009; 2016). Para consolidação desses questionamentos, teremos como objetivos identificar, descrever, analisar e interpretar os pontos de vistas (PVD) que ocorrem de formas mais recorrentes nas seções das fundamentações teóricas de monografias produzidas por pesquisadores iniciantes da área de Letras. Nosso estudo, portanto, enquadra-se no âmbito do fenômeno da Responsabilidade Enunciativa, especificamente no N7 da Enunciação.

Para o desenvolvimento das evidências das instâncias enunciativas do ponto de vista, elencamos duas categorias linguísticas definidas por Adam (2011) que marcam no texto o grau de responsabilidade enunciativa de uma proposição: os diferentes tipos de representação da fala e as indicações de quadro mediador.

3 METODOLOGIA

Nesse estudo, visamos identificar, descrever e interpretar a (não) assunção da responsabilidade enunciativa (RE) presentes em seções de fundamentações teóricas de três monografias produzidas por pesquisadores iniciantes da área de Letras de universidades públicas brasileiras. Para tanto, acatamos no desenvolvimento do trabalho a abordagem qualitativa de natureza interpretativa, indutiva e de base documental. Entendemos que a ATD apresenta ferramentas e categorias de análise mais vinculadas ao método qualitativo.

O método qualitativo equipara-se ao fator interpretação desempenhado pelo pesquisador no qual assume uma postura de caráter descritivo, quesito essencial para análise da RE no contexto selecionado. Dessa maneira, a qualitatividade apresenta a importância em compreender e interpretar a expressão do nosso objeto de investigação, contribuindo para o estudo da linguagem.

3.1 Descrição do contexto de produção das monografias

A esfera academia é o espaço que lapida os níveis de produtividades de seus discentes conforme seu nível de estudo (graduação e pós-graduação/especialização, mestrado e doutorado) no decorrer de sua jornada acadêmica. Dessa maneira, os perfis estabelecidos para definir o grau de produtividade científica no meio acadêmico recebem as seguintes especificações: pesquisadores iniciantes e

pesquisadores experientes. A seleção do nosso público-alvo se define a partir do objeto que será analisado, o gênero discursivo monografia.

Diante das considerações expostas, implica-se que o pesquisador no nível da graduação situa-se no nível da iniciação científica de sua carreira acadêmica, sendo denominado de principiantes / iniciantes e especialistas, como assevera Boch e Grossmann (2002), referindo-se, especificamente, aos estudantes universitários e pesquisadores estabelecidos na prática científica. Outra referência de pesquisa pertinente aos estudos de pesquisadores iniciantes no âmbito da pesquisa no Brasil é a obra de Motta-Roth e Hendges (2010) que trata das informações sistematizadas para orientar a produção de gêneros acadêmico-científicos, como o resumo, a resenha e o artigo científico, tendo como aporte teórico a abordagem da Sociorretórica, visando ao desenvolvimento do letramento científico de pesquisadores iniciantes.

Assim, amparados pela teoria da ATD no nível da enunciação, verificaremos como se constituem os gerenciamentos das vozes inseridas na escrita do pesquisador iniciante, evidenciando assim seu engajamento ou distanciamento no propósito da assunção ou não assunção da responsabilidade enunciativa no contexto de sua escrita científica.

4 ANÁLISE DA RESPONSABILIDADE ENUNCIATIVAS EM MONOGRAFIAS

Dentro das categorias do grau de responsabilidade enunciativa, selecionamos para nível de análise, dois pontos que se destacam na produção escrita do pesquisador iniciante. Os quesitos envolvidos respectivamente são: os diferentes tipos da fala e as indicações do quadro mediativo. Para demonstrar essas marcas e as maneiras pelas quais elas demarcam o indicativo a descrição da responsabilidade enunciativa, inserimos, a seguir, excertos da fundamentação teórica de monografias constitutivos do *corpus* da pesquisa, a fim de explicar sobre alguns desses indicadores.

Excerto 01: Monografia 1 (R.F.L.L)

No nosso dia a dia praticamos muitas formas de letramentos que nos passam despercebidos, mas que contribuem para uma aprendizagem significativa, letramento não ocorre apenas no meio escolar, mas aqueles que não têm domínio da língua escrita ficam evidentemente, alheios às práticas sociais que se valem desse sistema de representação simbólica. No ciberespaço, os indivíduos interagem, fundamentalmente, através da língua escrita em textos que representam e codificam eventos sociais e seus participantes (MOTTA-ROTH; REIS & MAESHAL, 2009, P. 140).

Para Xavier (2002), “ser letrado digital pressupõe assumir mudanças nos modos de ler e escrever não-verbais, como imagens e desenhos, se compararmos tais formas de leitura e escrita feitas no livro, até porque o suporte sobre o qual estão os textos digitais é a tela, também digital”. Essas mudanças partem do princípio de que é preciso se inserir nesse novo meio, para alcançar essa nova modalidade de letramento que já faz parte do nosso cotidiano. Segundo Santos (2007, p. 272) “letramento digital é o desenvolvimento de habilidades necessárias para o uso da informática que tornam o indivíduo capaz de usá-la de forma mais segura em diferentes situações do cotidiano”.

A implantação do TICs tornou a maneira de ensinar bem mais flexível e, se bem conduzida, mais eficiente, por isso não podemos deixar que a falta de conhecimento sobre o meio digital atrapalhe o desempenho do professor em sala de aula, pois é inegável a contribuição dos recursos digitais para a educação.

COESÃO POLIFÔNICA – análise das formas de inserção das vozes alheias no texto		
L1/E2	Enunciador 2	Marcas linguísticas
Pesquisador iniciante (R.F.L.L)	Outros autores	1.Representação da fala DI- “ ser letrado digital DI- “ letramento digital 2. Indicações do quadro mediativo “Para Xavier... ”Segundo Santos

Fonte: elaboração própria.

No primeiro trecho destacado da M1, percebemos a presença das categorias de indicações de quadros mediadores. Os termos grifados: *para Xavier e segundo*, conforme Adam (2011) remetem aos indícios de marcadores de discursos indiretos por representar após a indicação dos enunciadores 2 a evidência das aspas.

A funcionalidade dos dois marcadores no corpo na fundamentação teórica incide sobre a intenção L1/E1(R.F.L.L) em atribuir a fonte da enunciação ao enunciador 2. Sobre os diferentes tipos de representações da fala, observamos a presença no trecho destacado o uso de dois discursos indireto de forma contínua.

Presenciamos assim no trecho selecionado a existência da imputação da responsabilidade ao dizer do outro. O L1/E1 no início do trecho expõe suas ideias sobre o letramento e suas formas de aquisição, sendo que para validar seu argumento se sustenta na validação da responsabilidade dos autores.

Excerto 02: Monografia 2 (C.E.S)

A TEORIA A SERVIÇO DO ESTUDO DE GÊNERO, IDENTIDADE E REPRESENTAÇÕES DO FEMININO

Com o tema do trabalho estabelecido, fez-se necessário um embasamento teórico no desenvolvimento das questões a serem abordadas, bem como na conceituação dos principais elementos analisados ou destacados nos textos selecionados. A pesquisa, assim, se ampara na leitura e estudo de teorias e textos sobre identidade e vozes silenciadas, de autores como Stuart Hall e Moita Lopes, além dos fundamentos da Linguística Aplicada.

Apesar de a Linguística Aplicada (LA) ser uma área que "**nasceu como uma disciplina voltada para os estudos sobre ensino de língua estrangeira (...), voltada para questões de métodos e técnicas de ensino.**" (Menezes, 2009, p.25), atualmente ela se preocupa também com questões de poder, políticas linguísticas, relações sociais, questões identitárias, grupos minoritários entre outros temas. Sendo assim, torna-se essencial falar, logo de início, sobre esse campo.

A Linguística Aplicada é uma área de investigação que teve início nos anos 1940, com ênfase em materiais para o ensino de língua estrangeira. Com o passar dos anos, os estudos dessa área se tornaram mais abrangentes, com a investigação de novos contextos e temas, comenta Moita Lopes:

No final do século XX e no início do século XXI, as mudanças tecnológicas,

culturais, econômicas e históricas vivenciadas iniciaram um processo de ebulição nas Ciências Sociais e nas Humanidades, que começaram a chegar à LA. Para aqueles que levaram o projeto da interdisciplinaridade a sério, tentando fazer a LA pelas lógicas de outras disciplinas e teorizando os objetos de investigação de maneira complexa, não havia outro percurso. (MOITA LOPES, 2009, p. 18)

Assim, as dúvidas e as perguntas, sobre o sujeito social, realizadas pelas Ciências Sociais se tornaram essenciais para que este campo “**se retereorize em termos de visões pós-estruturalistas, feministas, antirracistas, pós-coloniais e queer**” (Moita Lopes, 2009, p. 19). A LA passa a ser vista como um campo interdisciplinar, que tem como....

COESÃO POLIFÔNICA – análise das formas de inserção das vozes alheias no texto		
L1/E2	Enunciador 2	Marcas linguísticas e Ocorrências
Pesquisador iniciante (C.E.S)	Outros enunciadores	<p>1. Representação da fala DI- “”nasceu como uma disciplina.....” DI- “se retereorize em termos.....” DD – “No final do século XX...</p> <p>2. Indicações do quadro mediativo (Menezes, 2009, p.25) (Moita Lopes, 2009, p. 19). “Comenta Moita...</p>

Fonte: elaboração própria.

No texto acima, percebemos que L1/E1 inicialmente situa o interlocutor acerca de sua pesquisa, apresentando sua temática que aborda a leitura e estudos de textos sobre identidade e vozes silenciadas de mulheres, negros, *gays* e outros, trazendo como autores de referência Stuart Hall e Moita Lopes. A pesquisadora iniciante começa sua seção da fundamentação teórica tomando para si a responsabilidade pelo dizer, pois o gênero discursivo monografia requerer essa postura do pesquisador.

Partindo para análise do texto, destacamos que após a fala da L1/E1 encontramos uma validação de uma fonte do saber para confirmar o que a pesquisadora especifica sobre a Linguística Aplicada. Os trechos que se apresentam em negrito representam o mecanismo dos diferentes tipos de representação da fala, no caso, podemos perceber o emprego do discurso indireto (DI). Dessa maneira, suas caracterizações se demarcam pelo uso das aspas nos trechos em negrito. Assim o L1/E1 atribui a imputação do dizer ao e2.

O outro ponto que se encontra sublinhado no texto traz a ocorrência do que Adam (2011) chama de indicadores do quadro mediativo, no caso, *comenta Moita Lopes*. Esse marcador sugere o uso do discurso direto, pois se observa o recuo para citação. O mecanismo serve para indicar que a L1/E1 conduz a validação do dizer para e2.

Excerto 03: Monografia 3 (A.A.S)

De acordo com Etto e Carlos (2017), a Sociolinguística é composta de “heterogeneidade sistemática”, permitindo assim a demarcação e detecção de diferenças sociais presentes na comunidade. É complementado pelos autores, que basicamente três disciplinas foram necessárias para a sua formação: (1) a Linguística - com suas teorias sobre a linguagem; (2) a Antropologia - com seus conhecimentos de etnografia; e (3) a Sociologia- com seus bens teórico-metodológicos.

A formalização inicial de uma escola teórica sociolinguística teria acontecido em uma reunião, em maio de 1964, organizada por William Bright, na Universidade de Los Angeles (UCLA), com a participação de 26 linguistas, cuja produção científica focava-se, em sua maioria, no campo da Linguística 16 social. Entre os participantes estavam William Labov, Dell Hymes, John Gumperez, Charles Ferguson, entre outros, unidos pela vontade difusa de apresentar uma alternativa ao crescente prestígio e predomínio mundial de uma Linguística cada vez mais formal, representada pelas pesquisas de Chomsky, voltadas para a produção de modelos explicativos abstratos sobre a competência linguística (SALOMÃO, 2011. p. 3).

Já afirmavam Bortoni-Ricardo (2014), Araujo, Ribeiro e Rezende (2020) que os estudos sociolinguísticos são deveras proveitosos, sendo esse campo bastante amplo. Como disciplina, possui três vertentes mais conhecidas, incluindo:

COESÃO POLIFÔNICA – análise das formas de inserção das vozes alheias no texto		
L1/E2	Enunciador 2	Marcas linguísticas e Ocorrências
L1/E2 Pesquisador iniciante (A.A.S)	Enunciador 2 Outros enunciadores	<p>Marcas linguísticas</p> <p>1. Representação da fala DI-], a Sociolinguística é composta DI-os estudos sociolinguísticos</p> <p>2. Indicações do quadro mediativo “De acordo com Etto e Carlos” <u>“Já afirmavam....que”</u></p>

Fonte: elaboração própria.

Nos trechos sublinhados presenciamos a categoria das indicações de quadros mediadores, sendo esses sinalizados por “de acordo com” e “Já afirmam.....que”. A L1/E1(A.A.S) ao empregar essa estratégia utiliza o recurso de diferentes tipos de representação da fala, especificamente o discurso indireto, atribuindo assim a fonte do saber para o enunciador 2 que assume a responsabilidade pelo dizer.

O termo em destaque “Já afirmam ...que” apresenta o verbo “afirmam”, que representa um verbo de atribuição da fala que categoriza a validação do dizer a outro enunciador. Nesse repasse de validação do dito, percebemos o diálogo que a L1/E1 tece com os outros autores para fundamentar sua pesquisa. A articulação percebida entre as vozes e a aplicação do verbo de atribuição da fala denota o uso do discurso indireto.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os gêneros discursivos construídos na esfera acadêmica possuem uma finalidade específica por tratar de um *locus* que envolve a produção do conhecimento científico. Em meio a essa discussão, recorreremos a nossa questão problematizadora para compreender os resultados das análises realizadas. O principal quesito que circunda nosso objetivo de pesquisa centra-se em perceber como o pesquisador iniciante gerencia as vozes na sua escrita acadêmica.

A partir das análises, constatamos que as marcas linguísticas expressas no gênero discursivo monografia, especificamente na seção da fundamentação teórica, registram a relevante recorrência do locutor/enunciador primeiro na condução da assunção de responsabilidade enunciativa a uma fonte de dizer alheia para validar seu ponto de vista, um enunciador segundo. Portanto, evidencia-se um indício de pouca autonomia da tomada de responsabilidade enunciativa na formulação de pontos de vistas próprios pelo pesquisador iniciante, já que revelam uma autoria mais limitada à assunção da responsabilidade pelos pontos de vistas de outros.

REFERÊNCIAS

ADAM, J. M. **A linguística textual**: introdução à análise textual dos discursos. São Paulo: Cortez, 2011.

BAKHTIN, M. (VOLOCHÍNOV, V. N.). **Marxismo e filosofia da linguagem**. 12 ed. Tradução de Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Hucitec, 2006. (Original russo 1929).

BERNARDINO, R. A. S. (2017). Posicionamentos do locutor-enunciador em contextos de imputação da responsabilidade enunciativa no texto acadêmico-científico. **Raído**, 11(27), 156–182. <https://doi.org/10.30612/raido.v11i27.5675>.

BOCH, F.; GROSSMANN, F. Referir-se ao discurso do outro: alguns elementos de comparação entre especialistas e principiantes. Tradução Maria de Lourdes Meirelles Matêncio. **Scripta**, Belo Horizonte, v. 6, n. 11, p. 97-108, 2º sem, 2002. Disponível em: <http://www.ich.pucminas.br/cespuc/Revistas_Scripta/Scripta11/Conteudo/N11_Parte01_art07.pdf>. Acesso em: 11 mar. 2014.

COSERIU, E. **Linguística del texto**: Introducción a la hermenéutica del sentido. Madri, Editora Arco/Libros, 2007.

DUCROT, O. **O dizer e o dito**. Campinas: Pontes 1984.

GUENTCHÉVA, Z. Manifestations de la catégorie du médiatif dans les temps du français. **Langue Française**: Paris, v. 102, n. 1, p. 8-23, 1994. Disponível em: <<http://www.persee.fr>>. Acesso em: 10 out. 2011.

MARCUSCHI, L. A. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola Editorial. 2008.

MOTTA-ROTH, D.; HENDGES, G. H. **Produção textual na universidade**. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

RABATEL, A. Prise en charge et imputation, ou la prise en charge à responsabilité limitée... *Langue Française – La notion de prise en charge en linguistique*, n. 162, jun, 2009, p. 3-27.

RABATEL, A. **Homo narrans. Por uma abordagem enunciativa e interacionista da narrativa**. Vol. 1. Trad. M. das G. S. Rodrigues, L. Passeggi e J. G. da Silva Neto. São Paulo: Cortez, 2016.

RODRIGUES, M. das G. S.; MARQUESI, A. C. Responsabilidade Enunciativa em gêneros acadêmicos. In: GOMES, A. T.; RODRIGUES, A.; GRAÇAS, M. S. (org.). **Análise de textos e discursos em diferentes perspectivas**. Natal: EDUFRN, 2024.

VILAR, V.; BESSA, J. C. R. A produção escrita de pesquisadores iniciantes: uma análise da organização sociorretórica da introdução de artigos científicos. *ReVEL*, v. 21, n. 40, 2023.

ANÁLISE DAS POSTURAS ENUNCIATIVAS EM DISCURSOS DE *COACH* DE RELACIONAMENTOS SOBRE A VIVÊNCIA DO AMOR ROMÂNTICO

Natália Venâncio da Silva

Alex Souza Bezerra

Rosangela Alves dos Santos Bernardino

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Nos últimos anos, tomar conhecimento dos fenômenos que envolvem o amor e as relações amorosas tornou-se uma prática comum entre uma significativa parte das pessoas, sobretudo as que buscam viver essa experiência de forma sábia e emocionalmente saudável. Destaca-se, pois, a problemática em torno do amor romântico atualmente, justificada pela busca de muitas pessoas, cada vez mais acelerada e desordenada, por relacionamentos amorosos, a fim de suprir carências e vazios emocionais, culminando, muitas vezes, em consequências negativas à saúde mental, representadas por doenças como ansiedade e depressão. Problemáticas assim são elencadas em trabalhos como os de Almeida e Oliveira (2007) e Smeha e Oliveira (2013), demonstrando a recorrência de comportamentos prejudiciais à vivência de relações amorosas duradouras, o que entendemos caracterizar-se como uma espécie de liquidez das relações humanas (Bauman, 2004).

À vista disso, entende-se a tamanha busca, de parte daqueles que acreditam no amor, por ajuda e métodos que solucionem a problemática das relações instáveis e infrutíferas da modernidade, as quais trazem consigo traumas e a construção da definição de amor como algo inalcançável e inexistente. Não por acaso, há tanto conteúdo nas mídias sociais digitais direcionado a atender essa demanda, em que se populariza a figura dos *coachs* de relacionamento ou mesmo dos chamados gurus da *internet*. Diante desse universo, temos o canal “Foco no Afeto”, de um *Coach* de relacionamentos (320 mil inscritos e 25.105.156 visualizações), onde é possível encontrar conteúdos voltados para o autoamor e para o desenvolvimento emocional e espiritual. Em decorrência dessa proposta, o conteúdo do canal se direciona para ajudar as pessoas no exercício de elevação da consciência, pautado no afeto e na saúde relacional.

Neste trabalho, propomos analisar os enunciados dessa esfera digital sob o aporte teórico da Análise Textual dos Discursos (ATD), com base em Adam (2011), e na teoria do ponto de vista de Rabatel (2013, 2015, 2016a, 2016b). Nessa direção, retomamos o postulado de que, na construção de seu próprio dizer, o

locutor/enunciador primeiro (L1/E1) apoia-se em pontos de vista (PDV) de outros enunciadores, e se posiciona quanto a esses PDV, podendo ser coenunciador, superenunciador ou subenunciador. Assim, buscamos responder ao seguinte questionamento: como o locutor/enunciador primeiro se posiciona quanto aos pontos de vista expressos sobre o amor romântico em vídeos socializados na plataforma *YouTube*?

Com base nesse aparato teórico, o objetivo geral do trabalho é analisar a dimensão interacional dos pontos de vista e a responsabilidade enunciativa em discursos produzidos pelo *coach* de relacionamentos em seu canal do *YouTube*. De maneira específica, buscamos i) descrever e interpretar os pontos de vista que subjazem os discursos do *coach* de relacionamentos na temática do amor e das relações amorosas; e ii) examinar como o locutor/enunciador primeiro se posiciona quanto aos PDV expressos.

A escolha dessa temática justifica-se pela relevância social dos conteúdos que buscam aprimorar as relações amorosas diante dos desafios da modernidade. O surgimento do *coaching* tem gerado muita controvérsia e disputa, pois pode ser, muitas vezes, confundido com os preceitos da Psicologia. Metodologicamente, a análise é qualitativa, descritiva e documental (Gil, 2002; Paiva, 2019), uma vez que buscamos descrever e interpretar fenômenos textuais-discursivos presentes nos vídeos. O método de análise é misto, combinando a dedução, a partir de categorias teóricas, e a indução, com base nas informações do próprio *corpus* (Moraes, 2003).

Para a constituição do *corpus*, foram selecionados os seguintes vídeos 1) “Quer um amor? Amorize-se” [13:34]¹ (91.230 visualizações); 2) “Deixe chegar, deixe partir, deixe voltar, deixe fluir” [36:56] (535.755 visualizações); 3) “O medo e o amor” [22:24] (20.513 visualizações); 4) “De onde vem a carência?” [11:06] (110.809 visualizações); 5) “Do vídeo: como encontrar e viver um grande amor” [10:06] (692.067 visualizações). Os discursos expressos por meio dos vídeos escolhidos retratam diferentes PDV que direcionam os interlocutores a uma vivência saudável das relações amorosas.

Este artigo se trata de um recorte da monografia intitulada “Quer um amor? amorize-se’: pontos de vista e responsabilidade enunciativa em discursos de *coach* de relacionamentos”, da pesquisadora que assume a autoria principal neste texto. A monografia foi apresentada e aprovada pelo Departamento de Letras Vernáculas, *Campus* Avançado de Pau dos Ferros, da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (DLV/CAPF/UERN). Aqui, apresentamos um recorte com enfoque nas posturas enunciativas, cujo trabalho de seleção, (re)interpretação e revisão foi feito em coautoria com a orientadora da monografia e com outro integrante do projeto de pesquisa do qual fizemos parte no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), na Edição 2020-2021.

¹Tempo de duração dos vídeos.

A próxima seção apresenta o aparato teórico adotado, destacando os conceitos retomados da ATD e da teoria do ponto de vista. Depois, a análise está organizada em subseções com foco nas posturas de co, super e subenunciação, seguida pelas considerações finais.

2 O CONTEXTO TEÓRICO DAS POSTURAS ENUNCIATIVAS

2.1 Breve apresentação da Análise Textual dos Discursos e da responsabilidade enunciativa

A Análise Textual dos Discursos (ATD) se constitui como uma teoria de conjunto que redefine o lugar da Linguística Textual (LT) como “um subdomínio do campo mais vasto da análise das práticas discursivas” (Adam, 2011, p. 43). Dessa maneira, a ATD surge como uma abordagem de caráter teórico-metodológico que integra os objetos da LT e da AD, postulando, ao mesmo tempo, uma separação e uma complementariedade entre suas tarefas. Dentre os conceitos discutidos no âmbito da ATD, daremos ênfase, aqui, à definição de formação sociodiscursiva, à noção de texto, e ao estabelecimento dos níveis/planos da análise de discurso e da análise textual, sobretudo ao nível 7, que diz respeito à enunciação com foco na responsabilidade enunciativa.

As formações sociodiscursivas são definidas como as regulações que cada ambiente sociocomunicativo, representado pelo lugar de fala daquele que enuncia, exercem sobre a construção do discurso e, portanto, sobre o texto. No tocante a essa regulação, de acordo com a ATD, importa que sua ação se dá em consonância com o gênero discursivo que medeia a situação de comunicação. Assim, é o gênero que inscreve o discurso seguindo determinadas regulações, e não outras, de acordo com a visada argumentativa do enunciador.

A respeito da noção de texto, Adam (2011) explica que os dados extralinguísticos (o contexto) são ativados no momento enunciativo por meio de (re)construções, através dos conhecimentos enciclopédicos e daqueles que o sujeito já possui. Isso possibilita a construção do sentido do texto, a qual também se dá em função do papel dos elementos linguísticos imediatos (cotexto). O texto é, então, formado pela articulação desses dois elementos, grafado como co(n)texto, de maneira que sua unidade de sentido se dá pela reconstrução imediata de conhecimentos linguísticos e extralinguísticos (Adam, 2011).

Conforme apresentado no “Esquema 4” de Adam (2011, p. 61), a ATD busca articular os níveis ou planos de análise do texto e do discurso, e atribuir a cada um deles sua devida importância teórica. Tomamos como norte de análise para nossa pesquisa os fenômenos que compõem o (N7), a respeito da responsabilidade enunciativa. Para isso, destaca-se que ATD dialoga com os estudos de Alain Rabatel sobre responsabilidade enunciativa e ponto de vista.

Para propor a análise da responsabilidade enunciativa, Adam (2011) recorre ao trabalho de Emile Benveniste, expandido a descrição do seu *Aparelho Formal da Enunciação*, e apresenta uma lista de oito categorias, são elas: 1) os índices de pessoas, 2) os dêiticos espaciais e temporais; 3) os tempos verbais; 4) as modalidades; 5) os diferentes tipos de representação da fala; 6) as indicações de quadros mediadores; 7) os fenômenos da modalização autonímica; e 8) as indicações de um suporte de percepções e de pensamentos relatados. A análise das marcas linguísticas agrupadas em cada categoria nos remete a diversos enquadramentos teóricos e também requer a retomada da noção de proposição-enunciado como uma unidade textual mínima, uma microunidade sintática constituída de sentido. A proposição é também definida como o produto de um ato de enunciação, pois é proferida por um enunciador e supõe um coenunciador (Adam, 2011).

2.2 Entendendo a teoria do ponto de vista e as posturas enunciativas

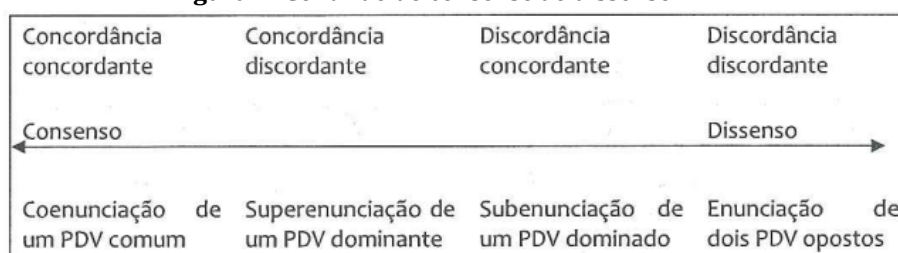
Em sua essência, os estudos de Rabatel (2013, 2016a) defendem que todo enunciado está ligado à expressão de um ponto de vista (PDV), e que há uma instância que se responsabiliza pelo conteúdo proposicional que forma esse PDV. O teórico trata da responsabilidade enunciativa sob a ótica do locutor e do enunciador, a eles é dada uma articulação/sincretismo, e, ao mesmo tempo, uma distinção. Assim, o enunciador é tomado como aquele que assume a responsabilidade enunciativa por um dizer, e que se coloca como fonte e validador do PDV. Ele é, então, a instância a quem se atribui a responsabilidade enunciativa por um conteúdo proposicional. Já o locutor é aquele que expressa um PDV nas regras da língua e usando de recursos próprios do sistema para isso. É aquele que elocuta, que diz. A instância de um PDV é, pois, o locutor/enunciador primeiro (L1/E1), mas também pode ser, via imputação, locutores/enunciadores segundos (l2/e2) ou somente enunciadores segundos (e2), não locutores.

As posturas enunciativas são explicadas por Rabatel (2015, 2016b) como uma forma de refinamento das posições de acordo, desacordo ou neutralidade que um L1/E1 pode adotar na interação com o PDV de outrem. A esses posicionamentos, Rabatel (2015, 2016b) atribuiu três posturas definidas como: a coenunciação, a superenunciação e a subenunciação. A coenunciação, nas palavras de Rabatel (2015, p. 127), se define pela “coprodução de um PDV partilhado por L1/E1 e um enunciador segundo”. A superenunciação, em Rabatel (2016b, p. 194), é definida como a “co-construção desigual de um PDV dominante encenando o papel de tópico discursivo”. Por fim, sobre a subenunciação ocorre quando: “[...] o locutor não é plenamente o enunciador do PDV, ele o apresenta como sendo referido a uma outra instância (um indivíduo, uma norma, uma instituição, a verdade) fazendo entender

que esse PDV é principalmente o de um outro antes de ser o seu” (Rabatel, 2016b, p. 129).

Essas posturas enunciativas marcam a adesão ou não a um certo PDV, situando-se entre os polos do consenso e do dissenso, conforme esquematizado pelo autor na figura abaixo:

Figura 1: Contínuo do consenso ao dissenso



Fonte: Rabatel (2016b, p. 203)

Assim, para Rabatel (2016b), a concordância concordante ocorre por meio da coenunciação de um PDV comum, ou seja, o conteúdo desse PDV é compartilhado entre os dois locutores que se engajam enquanto enunciadore, marcando, então, o acordo. Já a concordância discordante trata-se da superenunciação de um PDV dominante. E na discordância concordante, acontece a subenunciação de um PDV dominado.

3 ANÁLISE DO *CORPUS*

Como forma de organização dos dados, inicialmente, trataremos dos PDV relacionados ao autoamor, sobre os quais o L1/E1 assume uma postura de superenunciação, em seguida, dos PDV a respeito da necessidade de leveza nos relacionamentos e de fluidez nos vínculos amorosos, sendo expressas as posturas de coenunciação e superenunciação, respectivamente, e por fim, os PDV relacionados ao autoconhecimento e à prática da meditação para melhor vivenciar o amor, que corresponde à assunção de um PDV próprio por L1/E1.

3.1 O autoamor elimina atos de apego, carência e posse sobre o outro: a postura de um superenunciador

Em todos os vídeos selecionados para constituir o *corpus*, por meio de uma análise vertical de seus conteúdos, observa-se que o L1/E1 defende um PDV que se mostra dominante ao tratar da construção de relações amorosas saudáveis e duradouras: a prática do autoamor. Para isso, as vozes que ecoam em seu discurso direcionam o interlocutor a esse entendimento, por meio de uma postura majoritária, a de superenunciador, como podemos ver no quadro abaixo:

Quadro 1: PDV e categorias da RE que constituem a postura de superenunção

Excertos	Vídeo	PDV do e2	PDV do L1/E1	Instância que enuncia	Contínuo do consenso ao dissenso
1	Deixe chegar, deixe partir, deixe voltar, deixe fluir	Se disser não a uma pessoa, a oportunidade de um novo relacionamento pode não aparecer.	A primeira pessoa a quem devemos conquistar é a nós mesmos. É preciso investir em uma vida interior prazerosa.	Suposto enunciador: a voz do ego	Concordância discordante
2	O medo e o amor	O amor seria derivado do medo da perda, juntamente a um sentimento de posse sobre o outro.	Quem não se apropria de si, quer ter posse sobre o outro. Ninguém é propriedade de ninguém, a não ser de si mesmo.	Espectador	

Fonte: elaboração nossa.

O primeiro PDV defendido por L1/E1 é o de que não é possível estabelecer uma relação amorosa com outra pessoa sem, antes, apropriar-se de si, encontrar-se primeiro, e isso implica uma vida interior com atividades prazerosas para si, na solidão. Esse PDV é construído entre L1/E1 e seu e2, da forma como podemos ver no excerto a seguir:

Excerto 1: Vídeo “Deixe chegar, deixe partir, deixe voltar, deixe fluir”

“Ah, mas **se eu disser ‘não’**, aí essa pessoa vai embora, e quem vai me querer agora? Num mundo que tá todo mundo brigando, **quem vai me querer?**” [...] Eu me quero bem, eu estou bem comigo, eu tenho uma vida interior gostosa. Se não tem ninguém, puxa, eu vou para casa, eu escrevo, eu pinto, eu toco, eu danço, eu estudo, eu faço um monte de coisas legais, eu saio com amigos, eu me divirto sozinho e acompanhado, **eu desenvolvo uma vida interior, eu tenho capacidade de reflexão, que é uma coisa que nós precisamos reaprender.**

Através desse excerto, percebe-se que o L1/E1 se apropria do discurso de um suposto e2, que neste vídeo é representado por um suposto enunciador que o autor do vídeo traz à tona para construir seus PDV. Levando em consideração a formação sociodiscursiva em que se inscrevem os discursos do *coach* de relacionamentos, percebe-se que o lugar de fala desse sujeito permite que sejam emitidos atos de conselhos, dicas e orientações sobre como melhor vivenciar as relações amorosas, diante do cenário crítico em que elas se constroem. Tais relações são fragilizadas pelo ego ferido das pessoas, este construído na sua vivência com familiares e amigos desde a infância, que causa atitudes provenientes do medo de ser ferido e contrariado.

Assim, diante de uma ampla observação dos discursos proferidos pelo *coach* de relacionamentos em seus vídeos, percebemos que a voz um tanto assustada, carente e por vezes insistente, que ele traz como o PDV de um suposto e2, se define como a voz do ego, pois ela direciona os pensamentos e ações das pessoas, de forma

inconsciente, para atitudes que muitas vezes podem ser empecilhos na vivência do amor junto a um parceiro(a).

A partir de uma interpretação co(n)textual do conteúdo do vídeo, percebemos que essa voz expressa o medo desse suposto e2 de não ser amado por outras pessoas, e assim correndo o risco de ficar “sozinho” na vida, o que pode ser demonstrado no excerto em questão. Aqui, nota-se que o L1/E1 resgata esse pensamento em seu discurso para fazer sobressair o seu próprio PDV, já descrito anteriormente. Essa tomada de atitude caracteriza uma concordância discordante, e constitui a postura de superenunciação (Rabatel, 2016b), pois contesta o que a voz do ego expressa.

Nota-se que o L1/E1 superenuncia em relação ao e2 quando ele apresenta a ideia de apropriar-se de si, por meio de tarefas e programações para se vivenciar na solidão, seguida do trecho “que é uma coisa que nós precisamos reaprender”. Essa atitude direciona seu interlocutor, de forma que o L1/E1 mostra que o medo de ficar sozinho não é saudável, e passa a mostrar um outro caminho que assegura ser o mais apropriado. Em outra ocasião, percebemos uma continuidade do PDV relacionado ao autoconhecimento, como podemos ver no excerto a seguir:

Excerto 2: Vídeo “O medo e o amor”

E, por último, **você pergunta o seguinte:**

“uma necessidade criada devido a terrível certeza da mortalidade”

Vou entender aqui ‘mortalidade’ muito mais como perda, não é? O medo da perda... provoca uma perda maior ainda. Se você quer perder, aproprie-se daquilo que não é você. Todos nós temos a possibilidade, nem todos a habilidade, mas a possibilidade, eu diria até um dever, de nos apropriarmos de nós mesmos. Porque, a partir do momento que eu me tenho, eu tô tendo tudo que eu preciso, eu não vou querer ter ninguém, nem nada, eu estou com coisas e pessoas, e **eu vou me apropriar de mim mesmo à medida em que me autoconheço**.

Se me conheço pouco, quanto menos me conheço, menos me percebo, menos me tenho. E é me ter sem apego, (risos) sem apego. Entendendo o que é “eu desfruto de mim”, ok? Não é um “ter” no sentido de posse, é no sentido de desfrute. Quando eu desfruto de mim mesmo, quando eu me arrego de mim mesmo, me aproprio de mim mesmo, sem apego, eu tô pronto pra viver grandes amores a partir do grande amor que eu vivo comigo, e percebo melhor as pessoas com quem eu tenho afinidade, com quem eu posso viver um grande amor.

Para defender seus PDV, tendo por base esses questionamentos, o L1/E1 os divide em partes ao longo do vídeo, e para cada trecho dos questionamentos expressos pelo e2, ele superenuncia, trazendo à tona seu PDV sobre o assunto. No trecho “Vou entender aqui ‘mortalidade’ muito mais como perda”, é possível identificar uma interpretação, por parte do L1/E1, a respeito do questionamento que lhe é dirigido, e é a partir dessa interpretação que o PDV é desenvolvido. Assim, o PDV que o L1/E1 superenuncia no excerto em questão é o de que quando uma pessoa se apropria de si, tendo conhecimento disso, não busca ter a posse sobre ninguém. Dessa forma, não sufoca o outro com cobranças afetivas, e o medo de

perder o outro, ou ser trocado. Ou seja, ninguém se apropria de ninguém, a não ser de si mesmo.

3.2 Amar com leveza de acordo com a realidade possível: a postura de coenunciação

De acordo com o pensamento do *coach* de relacionamentos, é preciso que se aprenda a viver conforme a realidade possível, aceitando o advento do amor com leveza. Para sustentar esse pensamento, nota-se as vezes em que o L1/E1 se apropria de discursos alheios, ou de sua própria autoria, proferidos em outros contextos e em outras condições de enunciação, e que, por isso, constituem uma relação interdiscursiva. Nesses casos, ele concorda com os PDV resgatados, estabelecendo a mesma linha de raciocínio e fundamentando seu discurso a partir de pensamentos alheios, como podemos ver no quadro abaixo:

Quadro 2: PDV e categorias da RE que constituem a postura de coenunciação

Excertos	Vídeo	PDV	Instância que enuncia	Contínuo do consenso ao dissenso
3	Deixe chegar, deixe partir, deixe voltar, deixe fluir	A preocupação advém do ego, não adianta se preocupar com o que não está sob nosso controle. Quando se está leve e amorizado, o amor flui na medida certa.	Cristo	Concordância concordante
4	Do vídeo “Como encontrar e viver um grande amor”	O amor se encontra nos detalhes e na leveza de se permitir vivenciá-lo.	Post de autoria própria em uma rede social não identificada	

Fonte: elaboração nossa

O primeiro PDV que demonstra essa atitude é o de que o amor se encontra na leveza e na confiança, e que, para isso, é preciso que se viva o presente, permitindo que novos acontecimentos bons possam chegar, e a vida amorosa possa fluir levemente, em que se abandona a necessidade de controle. Podemos atestar a expressão desse PDV no excerto a seguir:

Excerto 3: Vídeo “Deixe chegar, deixe partir, deixe voltar, deixe fluir”

Gente, eu falei aqui que eu ia citar.. am.. uma fala do Cristo em relação a essa questão de controle, de manipulação, essa preocupação material que a gente tem com as coisas. Preocupação... as preocupações que não têm nada a ver com a nossa natureza, como a gente se dissociou tanto da nossa natureza. E o Cristo falou alguma coisa interessante sobre isso, bastante interessante, não é? O tema de hoje é, lembrando, é: deixe chegar, deixe partir, deixe voltar, deixe fluir, seja como for, seja como flor. **É essa a citação do Cristo, Ele diz o seguinte:** “Não se preocupe com as suas próprias vidas, quanto ao que comer ou beber, nem com seus próprios corpos, quanto ao que vestir. Não é a vida mais importante do que a comida, e o corpo mais importante do que a roupa? Observe as aves do céu, elas não semeiam, nem colhem, nem armazenam em celeiros, contudo, o Pai Celestial as alimenta. Não

tem vocês tanto valor quanto elas? Quem de vocês, por mais que se preocupe, pode acrescentar uma hora sequer a sua vida?”

No meu entender, ele está se referindo aqui, por mais que você se preocupe... preocupação é uma coisa típica do Ego, indissociado do ser. Por mais que a gente se preocupe, que tome providência e tal, a gente não adia um minuto da nossa vida... não adianta. Então é importante viver o presente, que... a gente pode diminuir o tempo da nossa vida com excesso de preocupação, isso sim, saindo da nossa natureza, agora em vivendo a natureza da gente, não, a gente... a preocupação não vai prorrogar a vida de jeito nenhum. **Preocupação, coisas construídas essencialmente pelo Ego não prolongam saudavelmente a vida de ninguém.** Pode ter aparência de saudável, mas saudavelmente não. O que que adianta a pessoa viver 200 anos amarga? Então não é saudável. [...]

Então, quando **Cristo fala**:

“se Deus veste assim a erva do campo, que hoje existe e amanhã é lançada ao fogo, não vestirá a vocês, homem de pequena fé?”

Claro que vestirá

“portanto, não se preocupem dizendo: ‘o que que nós vamos comer? que que nós vamos beber? que nós vamos vestir?’ Busquem, pois, em primeiro lugar, o reino de Deus e a sua justiça, e todas essas coisas lhes serão acrescentadas.”

Claro, se você está em harmonia com o seu sentido de vida, com a energia criadora, com aquilo que você é, você tá aqui numa expressão bem... bem material, você tá na sua excelência biológica, isso implica, assim, é..é.. excelência psicológica, mental, existencial. **É claro que você não tem que se preocupar com o... se você está sempre no presente, você está bem, você está pronto para viver um grande amor, está pronto pra viver uma... uma.., como é que se diz? Uma relação saudável, porque você está saudável e amoroso na excelência com você mesmo. Então não se preocupe com o amanhã. Jesus, o Cristo, disse isso.** Aí, eu entro para acrescentar aqui, lembrar, viver o presente, estar no presente, estar presente no presente. É fundamental que você esteja presente no presente, que estejamos presentes no presente. Aí eu consigo deixar chegar.

Percebe-se que, para fundamentar seu PDV, o L1/E1 resolve trazer à tona o PDV de um e2 reconhecido por muitos por seu elevado nível de amor, compaixão e afeto pela humanidade, características de um sujeito dotado de espiritualidade e leveza, expressando uma plenitude máxima, cujo exemplo é guia para muitas pessoas: Jesus, o Cristo.

Também considerando a formação sociodiscursiva em que se inscrevem as falas do *coach* de relacionamentos, poderíamos induzir que a alta plenitude da figura do Cristo apenas permitiria que o L1/E1 subenunciasse seu discurso. Entretanto, destaca-se que o *coach* de relacionamentos se posiciona como um ser de elevado nível de consciência, caminhando para uma vida em plenitude, e isso pode ser atestado na sua forma de emitir os conselhos, direcionamentos e dicas a seus espectadores, que transpassam confiança e leveza nas palavras.

Podemos ver outro exemplo da coenunciação no excerto a seguir:

Excerto 4: Vídeo “do vídeo ‘Como encontrar e viver um grande amor’”

Então, não tá naquela configuração? Fala não. Tipo assim, “não!” pra/prá aquela, pra aquela relação, e mantém, mantém-se, você se mantém aberto ou aberta para o advento deste que você está encomendando. Ok? **Eu até Criei um post recentemente, eu quero replicar aqui:**

“Tá procurando um amor? Dá uma olhadinha ali atrás do preconceito, bem do lado da arrogância. (riso) Geralmente ele cai ali e ninguém encontra mais. [Ninguém perde um amor, a gente é que prioriza outras coisas, quando vem aquele amor bacana, legal, e que era só um ajustezinho, mas o preconceito falou mais alto, quando o preconceito fala mais alto. É claro que aí você perde, né? Você perde a vivência.] **Ninguém perde o amor, a gente é que prioriza outras coisas.**”

E é fato mesmo.

Assim, o PDV desse e2 é o de que é preciso estar aberto às possibilidades, para que o amor possa chegar e fluir, mas, para isso, hábitos de controle e preconceitos precisam ser desconsiderados. Ao atestar, por meio da proposição “é fato mesmo”, o L1/E1 estabelece um acordo com o PDV que foi imputado, fazendo com que suas ideias habitem o polo do consenso, o que caracteriza uma concordância concordante (Rabatel, 2016b).

A análise do *corpus*, conforme demonstrada nos dois tópicos da presente seção, demonstrou que os principais PDV identificados no discurso do *coach* de relacionamentos envolvem descontrole emocional, carência afetiva e ações impulsivas, que são organizados de maneira a posicionar o L1/E1 não apenas como uma figura de autoridade, assumindo um papel de superenunciador, mas também como uma instância que compartilha e alinha sua voz aos PDV de outros enunciadores. Dessa forma, observamos uma predominância das posturas de superenunciação, em que o L1/E1 se coloca numa posição dominante, e de coenunciação, marcada por meio do engajamento com os PDV alheios. Entendemos que a ausência da subenunciação tem relação com as regulações do gênero e com as condições de produção do discurso. Como o canal destina-se ao aconselhamento moroso, não é esperada do *coach* de relacionamentos uma posição de neutralidade diante dos PDV relatados.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a análise dos vídeos elencados, em que objetivamos analisar a dimensão interacional dos PDV e a responsabilidade enunciativa em discursos produzidos por um *coach* de relacionamentos em seu canal do *YouTube*, podemos afirmar que os principais PDV encontrados dizem respeito a problemas bastante frisados pelo L1/E1. Por meio desses apontamentos, se sucede uma série de direcionamentos que guiam o interlocutor para a prática do autoconhecimento e autoamor, que são possíveis através da prática de meditação e aperfeiçoamento dos conhecimentos sobre como relacionar-se bem. Percebemos que esses PDV são hierarquizados de forma que, em partes, são assumidos pelo L1/E1, e, em outras, são imputados a um e2. Nos casos de imputação, notamos a predominância da postura de superenunciação, e em outros casos, a coenunciação.

De maneira mais específica, notamos que no tocante às problemáticas que envolvem apego, carência afetiva e necessidade de posse sobre o outro, as quais o *coach* frisa a importância do autoamor, há a predominância da postura de superenunciador, marcada pelos PDV habitados mais no polo do consenso do que do dissenso, ou seja, por meio de uma concordância discordante (Rabatel, 2016b). Nos assuntos voltados para a problemática dos paradigmas e preconceitos que impedem a fluidez nas relações amorosas, também se sobressaiu a postura de

superenunciação. Já nas questões voltadas para a não aceitação da realidade possível, que impede a leveza nas relações amorosas, notou-se o a postura de coenunciação na interação com os enunciados de outrem, evocados no discurso do *coach*, o que situa ambas as ideias no polo do consenso, ou seja, expressa uma concordância concordante (Rabatel, 2016b).

Os principais PDV assumidos pelo *coach* de relacionamentos em seus vídeos foram: 1) a humanidade encontra-se em estado de praga biológica e, por isso, age de acordo com as regulações de um ego ferido e assustado, indo contra seus instintos, que são naturalmente bons; 2) o ego ferido acaba desencadeando pensamentos e ações desesperados e distorcidos da realidade, indo totalmente contra a amorosidade; 3) o caminho mais viável para uma vida cheia de amor é amorizando-se, e a melhor forma de amorizar-se é olhar para dentro de si, se redescobrir e reaprender a se amar primeiro, e depois ofertar amor ao outro. A meditação e a busca pelo autoconhecimento são apontadas como práticas que possibilitam uma conexão interna, a construção do amor próprio e, por consequência, a vivência amorosa com o outro.

Por fim, esperamos que este trabalho possa colaborar para a compreensão do aparato teórico das posturas enunciativas, mas também para sua aplicação à análise de textos que circulam nas mídias digitais.

REFERÊNCIAS

ADAM, J-M. **A linguística textual**: uma introdução à análise textual dos discursos. Tradução de Maria das Graças Soares Rodrigues, Luis Passeggi, João Gomes da S. Neto e Eulália Vera Lúcia Fraga Leurquin. Revisão Técnica: João Gomes das S. Neto. 2 ed. revisada e aumentada. São Paulo: Cortez, 2011.

ALMEIDA, T.; OLIVEIRA, H. C.; **A importância e a banalização do amor no cotidiano**. Anais da V Jornada apoiar: saúde mental nos ciclos da vida, São Paulo, p. 127-142, nov. 2007.

BAUMAN, Z. **Amor líquido**: sobre a fragilidade dos laços humanos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

GIL A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas S.A. 2002.

MORAES, R. **Uma tempestade de luz**: a compreensão possibilitada pela análise textual discursiva. *Ciência & Educação*, v.9, n. 2, p. 191-211, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ciedu/v9n2/04.pdf>.

PAIVA, V. L. M. de O. e. **Manual de pesquisa em estudos linguísticos**. São Paulo: Parábola, 2019. 160 p.

RABATEL, A. **Homo narrans**: por uma abordagem enunciativa e interacionista da narrativa. Tradução de Maria das Graças Soares Rodrigues, Luís Passeggi, João Gomes da Silva neto. São Paulo: Contexto, 2016a.

RABATEL, A. Os desafios das posturas enunciativas e de sua utilização em didática. Trad. Weslin de Jesus Santos Castro. **EID&A – Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação**, Ilhéus, n. 12, p. 191-233, jul/dez. 2016b. Disponível em: <https://periodicos.uesc.br/index.php/eidea/article/view/1328/1089>. Acesso em: 16 jan. 2018.

RABATEL, A. Postures énonciatives, variable générique et stratégies de positionnement. In: ANGERMULLER, J.; PHILIPPE, G. (eds.). **Analyse du discours et dispositifs d'énonciation**: Autour des travaux de Dominique Maingueneau. Limoges: Lambert-Lucas, 2015. p. 125-136.

RABATEL, A. O papel do enunciador na construção interacional dos pontos de vista. In: EMEDIATO, W. (Org.). **A construção da opinião na mídia**. Tradução de Wander Emeditato. Belo Horizonte: FALE/UFMG, Núcleo de Análise do Discurso, 2013, p. 19-66.

SMEHA, L. N.; OLIVEIRA, M. V. Os relacionamentos amorosos na contemporaneidade sob a óptica dos adultos jovens. **Revista Psicologia**: teoria e prática, v. 15, n. 2, p. 33-45. São Paulo, SP, maio-ago. 2013. Disponível em: <https://pepsic.bvsalud.org/pdf/ptp/v15n2/03.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2024.

ANÁLISE DO DISCURSO POLÍTICO:

UM OLHAR CRÍTICO A PARTIR DO PROCESSO DE LEXICALIZAÇÃO EM PUBLICAÇÕES DO JORNAL ESTADÃO

Leandro Vagner Morais Menezes
Ivandilson Costa

1 INTRODUÇÃO

No contexto atual em que vivemos a compreensão das práticas sociais e discursivas está diretamente relacionada ao desenvolvimento e a ascensão meteórica da mídia e seus impactos discursivos dentro do meio social. É de grande relevância que analisemos o poder influenciador, e por diversas vezes manipulador, presente nos textos midiáticos, em que fica evidenciado em seus discursos o interesse benéfico, político e suas ideologias em detrimento a outros interesses, que não são o da informação à sociedade. Nesse sentido, Charaudeau ressalta que o acontecimento não é jamais transmitido em seu estado bruto, pois, antes de ser transmitido, ele se torna objeto de racionalizações pelos critérios de seleção de fatos e de autores, pela maneira de encerrá-los em categorias de entendimento, pelos modos de visibilidade escolhidos (Charaudeau, 2007, p. 151). Desse modo, fica claro o interesse por parte da imprensa hegemônica nacional em favorecer seus interesses ideológicos e produtivos, mostrando ao seu público somente os fatos de relevância e interesse de pessoas que contribuem para o seu funcionamento de forma financeira principalmente.

Ademais, o cenário contemporâneo brasileiro, seja ele político ou social, vive uma polarização partidário-ideológica que se reflete diretamente na sociedade e nas suas produções discursivas, com vocabulários próprios presentes na materialização dos discursos de ambos os lados (esquerda, centro e direita). Portanto, a imprensa hegemônica brasileira se encarrega da propagação de forma imediata desses interdiscursos, colocando em prática seus interesses ideológicos, se municiando de artifícios comuns em seus meios de comunicação, como, por exemplo, a seleção de palavras e seus significados, produzindo assim contextos informativos favoráveis à sua conveniência ideológica e lucrativa.

Por conseguinte, um importante ponto de análise é referente a esses processos de lexicalizações e suas significações tanto políticas quanto ideológicas. Os significados das palavras e a lexicalização de significados são questões variáveis socialmente contestadas, e facetas de processos sociais e culturais mais amplos (Fairclough, 2001, p. 230).

Desse modo, sabemos que existe uma relação entre discurso e hegemonia, mas que tal relação na maioria das vezes não está clara nas práticas discursivas, por

isso Fairclough (2001) afirma haver traços e pistas que a Análise Crítica do Discurso (ACD) propõe investigar para tornar explícitas essas relações. Dessa forma, nossa pesquisa, se insere no eixo de debates e de olhar crítico cada vez mais urgentes e relevantes acerca dos interdiscursos oriundos de reportagens veiculadas na imprensa hegemônica brasileira e conseqüentemente sua produção de sentidos resultante do processo de lexicalização e seleção de significados das palavras.

Portanto, a justificativa para o referente trabalho parte do princípio de que devemos levar em consideração que uma compreensão do cenário político permite ao cidadão uma melhor interpretação do que acontece ao seu redor e um pensamento mais crítico diante dos fatos. Nossa pesquisa se demonstra relevante academicamente, pois trata de um estudo de como se dão essas práticas discursivas no processo de lexicalização presentes nos interdiscursos políticos/ideológicos propagados na imprensa brasileira.

Diante disso é por nós perceptível, por meio da ACD, que um discurso traz não apenas informações, mas também significados, que podem ser diferentes se presentes em diferentes culturas (Wodak, 2004). A partir dessas observações que geraram a oportunidade desse projeto, existe a motivação pessoal dos autores, militantes e expectadores assíduos das questões políticas, midiáticas e sociais, propagadas e veiculadas pelos grandes meios de comunicações em todo âmbito nacional.

A presente proposta de investigação desse trabalho tem por foco, portanto, analisar essas práticas discursivas a partir do processo de lexicalização que está materializado em reportagens difundidas nos diversos veículos de comunicação no Brasil, que são de maior alcance social. Desse modo, tivemos como objetivo central estudar as práticas ideológicas de seleção de palavras e sua significação no editorial do jornal Estadão, a partir do exame do processo de lexicalização.

Em linhas gerais, esperamos que este trabalho contribua com os estudos críticos do discurso, como também com pesquisas que se voltem para a temática supramencionada, preconizando que de certa forma há muitos aspectos ainda que podem ser explorados, principalmente os que contemplam o princípio da hegemonia em estruturas midiáticas (Costa, 2016; 2018).

2 IDEOLOGIA, HEGEMONIA/PODER E DISCURSO

Apresentaremos nessa seção conceitos e discussões dentro dos pressupostos dos teóricos da ACD, definições acerca de discurso, ideologia e hegemonia/poder. Fairclough, teórico da ACD, entende que as ideologias são significações/construções da realidade o mundo físico, as relações sociais, as identidades sociais que são construídas em várias dimensões das formas/sentidos das práticas discursivas e que contribuem para a produção, a (re)produção ou a transformação das relações de dominação. (Fairclough, 1992, p. 117). Desse modo, as ideologias presentes nos

discursos que já estão cristalizadas conseguem com mais naturalidade e facilidade exercer relações de dominação diante das classes minoritárias, porquê já se há um chamado “senso comum” dessa crença nesse determinado meio social onde ela está sendo reproduzida.

Ademais, Fairclough (2001, p. 123) conceitua hegemonia a partir do dialogo muito próximo com as teorias de Gramsci, o qual ressalta que a hegemonia é liderança tanto quanto dominação nos domínios econômico, político, cultural e ideológico de uma determinada sociedade, é o poder sobre a sociedade como um todo de uma das classes economicamente definidas como fundamentais em aliança com outras forças sociais.

Em síntese, Fairclough (2001, p. 91) define qual seu entendimento primordial por discurso, considerando assim o uso da linguagem como forma de prática social, como modo de ação e como modo de representação, imiscuído em relação dialética com a estrutura social e moldado e restringido pela estrutura social, sendo socialmente constitutivo e contribuinte de todas as dimensões da estrutura social que, direta ou indiretamente, o moldam e o restringem.

Portanto, para aquele autor, tanto a ideologia como a hegemonia/poder, com as relações de poder estão, por conseguinte, de forma implícita dentro da prática discursiva e cabe ao analista do discurso desnaturalizar esse processo, essas crenças, para que possa captar e explicitar a real intenção do locutor ao massificá-las na prática social.

2.1 O processo de lexicalização

Primordialmente, em nível de vocabulário, é interessante contatar que a criação de itens lexicais gera novas categorias culturalmente essenciais. Um importante ponto de análise é referente a esses processos de lexicalizações e suas significações tanto políticas quanto ideológicas. Os significados das palavras e a lexicalização de significados são questões variáveis socialmente contestadas, e facetas de processos sociais e culturais mais amplos. Assim, temos que:

[...]As ideologias são significações/construções da realidade que são construídas em várias dimensões das formas/sentidos das práticas discursivas e que contribuem para a produção, a reprodução ou a transformação das relações de dominação (Fairclough, 2001, p. 117).

Ademais, Halliday e Matthiessen (2004) afirmam que novas palavras produzem novos “itens lexicais” um termo (técnico) que diversas vezes é usado para diferentes propósitos. Por conseguinte, esse item lexical captura a ideia de expressões que alcançaram um nível de fixidez e estabilidade.

Além disso, essa significação das palavras é um processo muito complexo, estando diretamente ligado ao contexto e a ideologia dos falantes nas suas práticas

discursivas e observamos isso bem quando essas unidades lexicalizadas dentro de expressões já cristalizadas têm alteração no seu sentido e passam a significar outra expressão como nos exemplos que mostramos a seguir:

- (1) Meu **barraco** é minúsculo, mas todos dormimos nele!
- (2) Tenho um **barraco** na periferia da capital do estado da Bahia, Salvador!
- (3) Lá no meu **barraco** mora eu, minha esposa, minha sogra e meus filhos!

A unidade *barraco*, acima mencionada nos exemplos 1, 2 e 3, normalmente apresenta o sentido de: casa pequena coberta de telha, palha ou zinco, habitação de madeira ou papelão, casebre que geralmente são construídas em morros, favelas ou periferias das grandes cidades. Esta já é uma expressão cristalizada em nossa língua, mas, a depender da situação enunciativa, do contexto e da ideologia presente na prática discursiva, ela pode gerar outros sentidos diferentes e que modificaria totalmente o seu significado original. Evidenciaremos isso nos exemplos seguintes, para o que teremos outra significação para a expressão *barraco* a depender do contexto utilizado e da prática discursiva.

3 ANÁLISE DO PROCESSO DE LEXICALIZAÇÃO EM POSTAGENS DO *INSTAGRAM*

Trataremos do discurso presente no editorial jornalístico do jornal Estado de S. Paulo, mais conhecido como “*Estadão*”, veiculados em sua página de mídia social do *Instagram*. Para a análise do corpus, foram aplicadas as categorias analíticas da ACD. Nesse contexto, Fairclough, ressalta particularmente como os sentidos das palavras entram em disputa dentro de lutas mais amplas: ele ressalta que as estruturas particulares das relações entre as palavras e das relações entre os sentidos de uma palavra são formas de hegemonia e relações de poder (Fairclough, 2001, p. 105).

Diante disso entendemos, que a significação das palavras são focos de disputas para constituição dos diversos interdiscursos políticos carregados de ideologia e hegemonia para que dessa forma possa perpetuar relações de poder dentro da prática social. Para um melhor entendimento a seguir traremos um exemplo presente em Fairclough (2001).

Ex:1. Eles realizaram encontros para encorajar as pessoas a se tornarem mais conscientes de suas vidas.

Ex:2. Eles realizaram sessões de despertar da consciência.

Desse modo, percebemos que o processo de lexicalização presente nos exemplos mencionados acima torna claro esse processo de criação de novos itens lexicais. Podemos observar, no exemplo 1, que já estava cristalizada a expressão

destacada, e, no exemplo 2, podemos notar que a expressão destacada ficou consolidada como sendo um novo item lexical. A seguir, passaremos a abordar o funcionamento desse fenômeno em um exemplar de postagem de rede social digital tal como segue:

Figura 1: Postagem de editorial do Estadão



Fonte: *Estadão – página no Instagram, abr. 2023.*

No contexto atual da política que estamos a vivenciar no Brasil, observamos uma clara polarização entre a extrema direita, liderada ainda pelo ex- presidente Bolsonaro (PL), e a centro-esquerda, liderada pelo atual presidente Lula (PT). Essa polarização ultrapassou o campo de disputa no Congresso Nacional e chegou até as instâncias midiáticas, de uma forma tão clara que o editorial de um jornal representativo nacionalmente da grande mídia (hegemônica) toma partido nessa briga política. Nota-se que aquele ocupou o lugar que deveria ser dos políticos de direita de São Paulo e está a fazer uma campanha abertamente contra o governo do presidente Lula e a favor da classe elitistas e demais classes dominantes.

Dessa forma, o editorial do jornal Estado de S. Paulo (Estadão), produz diversos textos dissertativo/argumentativos de opinião, expressando não

exatamente o real momento da política e do governo do presidente Lula, mas sim aquilo em que ele crê, de acordo com suas ideologias elitistas e neoliberais, massificando implicitamente, assim, no meio social, seus interesses pessoais e capitalistas.

Sendo assim, o jornal se municia de artifícios e de uma seleção criteriosa de palavras e expressões com uma significação fora do contexto habitual de uso na sociedade, mas que dialogam fortemente com os interesses do editorial do jornal e com seus objetivos que são de persuadir seu leitor, que, com o advento das redes sociais digitais, principalmente o *Instagram*, não é mais somente aquele das classes média e média-alta, como o jornal costumava ter no período que só existia assinatura no formato físico a que os menos providos não tinham acesso fácil à leitura. Agora, o jornal já tem condições de chegar às classes minoritárias com uma forte influência no que tange a aspectos persuasivos – subjetivos e emocionais.

Diante disso, temos que, quando o editorial do jornal criteriosamente faz uso de uma expressão como *toma lá dá cá*, ele busca retratar de uma forma que podemos até chamar de vulgar os acordos do governo entre seus aliados na busca pela governabilidade estável. O uso dessa expressão diz muito o que o editorial do jornal pensa em relação ao terceiro mandato do presidente Lula.

Por conseguinte, a partir dessa visão nossa de análise, percebemos a real posição do jornal, que assume de forma clara e definida a oposição ao governo do presidente Lula. Uma instância da grande mídia nacional (hegemônica) passa, por assim dizer, a assumir o papel de oposição, que deveria ser ocupado pelo Partido Liberal (PL), por exemplo, ou até por outros partidos de direita e extrema-direita.

Paralelamente, quando o editorial do jornal menciona a expressão *invasões de terra*, na manchete, ele faz alusão ao Movimento dos Sem-Terra (MST) e massifica a ideia de que o governo Lula apoia invasões. Essa temática já foi bastante discutida por anos, inclusive no governo passado, de Jair Bolsonaro, em que houve uma CPI do MST organizada pelo grupo bolsonarista, intencionando criminalizar aquele movimento social. Tal ação foi, entretanto, derrotada porque os representantes do MST conseguiram mostrar o real objetivo do movimento que não é de invadir terras, como aliás vem ser aventado no editorial em tela, mas sim fazer valer o que diz nossa Constituição Federal de 1988, em seu artigo nº 184, que diz que compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social.

Dessa forma, quando o editorial do jornal Estadão emite seu ponto de vista em relação ao movimento e o apoio do governo Lula ao MST faz uso dessa escolha lexical, *invasão*, e não o termo *ocupação*, item lexical ignorado, para dar criteriosamente lugar, na escolha, a um outro lexema, com a clara intenção de taxar de criminosos os participantes de um movimento social e os supostos apoiadores no executivo nacional, no caso a orientação político-ideológica da Esquerda e, por

consequente, o governo de seu principal representante, o então recentemente reempossado presidente Lula.

Além disso, quando o editorial faz uso da expressão *atraso econômico* em sua manchete, ele designa outro rótulo, mais um para grande lista criada pelo jornal em relação ao terceiro governo do presidente Lula, mencionando também que o país voltara ao atraso, em uma alusão às outras duas administrações de Lula e a da presidenta Dilma Rousseff.

Em seguida, o editorial faz uso do termo *megalomania internacional*, escolhido para fazer menção ao presidente Lula, porque este não permitiu e também comprou a luta, para que nenhum presidente do Brasil não volte a ser para o mundo internacional o que o ex-presidente Jair Bolsonaro foi, um Pária: ninguém, na cúpula internacional de líderes, principalmente os dos países desenvolvidos, tinha respeito pelo ex-presidente Bolsonaro e consequentemente pelo Brasil, diferentemente do momento atual que o editorial busca omitir ou distorcer com sua escolha léxica, o do respeito internacional que Lula sempre teve e continua a ter.

Dessa forma observamos a clara intenção de desvincular o papel de protagonismo do presidente Lula em nível internacional. Quando o jornal através do processo de lexicalização utiliza a expressão *megalomania internacional*, ele tira de foco o real objetivo de Lula e do Brasil de ser protagonista mundial e, portanto, fica evidenciado a linha seguida pelo editorial de combate à imagem do presidente e seu governo, em favor a de ideologia de Direita e/ou das classes elitistas.

Concluindo a análise desse editorial jornalístico, observamos o termo *lulopetismo* criado pela grande mídia nacional (hegemônica), mais um rótulo que faz menção ao presidente Lula e a seu terceiro governo que vem carregado de preconceito e de construção de uma atmosfera favorável a uma ideologia de extrema-direita. Aqui, fica mais uma vez materializada a intenção do jornal, ao escolher os elementos lexicais, de uma forma criteriosa, pelo processo de lexicalização, de construir o seu posicionamento ideológico, que é o dos interesses da elite, da extrema-direita. Refletindo mais profundamente, o editorial do jornal, ao mencionar o termo *lulopetismo*, faz uso de uma ideia pejorativa exprimindo negatividade ao governo petista, rebaixando de forma negativa a forma de governar de Lula e do partido dos trabalhadores (PT), buscando persuadir o seu leitor por mecanismos subjetivos, por assim dizer, emocionais, em defesa de suas crenças e as de seu grupo político-ideológico.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O referente trabalho nos possibilitou reflexões acerca do real papel na contemporaneidade da grande mídia brasileira (hegemônica), principalmente a que nos propomos a investigar, que foi o editorial do jornal O Estado de S. Paulo. Sendo assim, nos permitiu constatar que no Brasil a mídia hegemônica assumiu o

questionável papel de difundir ideologias de um grupo social especificamente, vale dizer o das classes elitistas e neoliberais em favor dos seus interesses capitalistas, desviando do seu propósito informativo, democrático, da informação real e da utilidade pública de relato de fatos da vida social.

Dessa forma, o papel principal da mídia passa a ser o de persuadir seu leitor, principalmente aquele desprovido de maior senso crítico na absorção da notícia, construindo assim um cenário favorável a massificação de suas opiniões e ideologias elitistas e até de extrema-direita, resultando na criação de um cenário em desfavor ao governo do presidente Lula, quando o jornal opta por construir o seu posicionamento e lado político, alinhados aos de políticos da Direita.

Isso se deve muito ao fato de que no Brasil os grandes veículos de informação encontram-se sob o poder de grupos empresariais e políticos de elite. Nos últimos anos acompanhamos por diversas vezes a mídia hegemônica interferir e até influenciar em campanhas políticas, sejam elas em nível municipal, estadual ou federal.

Ademais, propor uma investigação de crenças, ideologias e hegemonia presentes nos interdiscursos veiculados na imprensa nacional (hegemônica), mais especificamente no editorial do jornal em questão, a partir da escolha de elementos lexicais, que resultam nos processos de lexicalização, veio ser de extrema relevância para que pudéssemos desnaturalizar esses procedimentos de materialização de crenças, de hegemonia e de poder.

Por conseguinte, faz-se possível também oferecer, com a elaboração da pesquisa, uma oportunidade para que o potencial leitor, consumidor final dessas notícias, venha desenvolver um pensamento crítico e não se deixe influenciar meramente pela construção discursiva de interesses de determinados meios de comunicação e suas notícias que têm a intenção de persuadir o leitor e favorecer determinado grupo político-ideológico ou determinada classe social (cf. Costa, 2016; Ramalho; Resende, 2011).

Em suma, os resultados da pesquisa apontam para uma seleção criteriosa do léxico por parte da editoria jornalística do jornal em análise, o que revela uma inclinação política e ideológica específica, que desvia o teor de um propósito informativo para um persuasivo no ato de (re)construir o fato.

REFERÊNCIAS

CHARAUDEAU, P. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2007

COSTA, I. **Análise do Discurso da Mídia**: a reestruturação promocional do texto jornalístico. 236f. Tese (Doutorado em Letras/Linguística) – Universidade Federal de Pernambuco (UFP), Recife, 2016

COSTA, I. Discurso, poder e letramento crítico para a mídia. **Revista Virtual de Letras/UFG**, V. 10, n. 1, jan., - jun. 2018.

ESTADÃO. **Página no Instagram**. Disponível em: <https://instagram.com/estadao/>. Acesso em: 25 de out. 2023.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e Mudança social**. Brasília: Editora da UnB, 2001.

HALLIDAY, M.A.K.; MATTHIESSEN, C.M.I.M. **An introduction to functional grammar**. London: Arnold, 2004.

RAMALHO, V.; RESENDE, V. M. **Análise de discurso crítica**: o texto como material de pesquisa. Campinas: Pontes, 2011.

WODAK, R. Do que trata a ACD: um resumo de sua história, conceitos importantes e seus desenvolvimentos. **Linguagem em (Dis)curso**, v. 4, n. esp., p. 233 -243, 2004.

ARTISTA OU PRODUTO? O PODER DISCIPLINAR COMO PRÁTICA ABUSIVA NA INDÚSTRIA DO K-POP

Lucas Braga de Araújo
Julianny Maria de Freitas Martins
Brenda de Freitas

1 INTRODUÇÃO

Atualmente, quando se pensa na palavra poder, as pessoas relacionam esse conceito a sujeitos que exercem interações de controle e domínio sobre algo ou alguém, remetem a algo para ser obedecido, sem sobrar espaço para a desobediência. Além disso, é pensar também sob outras óticas, como por exemplo, teorias embasadas nos estudos de Foucault (1975) sobre o poder relacionado à disciplina do corpo.

Na obra *Vigiar e Punir*, de Foucault publicada em 1975, que tem como subtítulo “*Os corpos dóceis*”, o autor aborda o poder disciplinar, com o intuito de falar sobre a utilidade e docilização dos corpos, quando submetido a algum tipo de controle. A partir disso, as técnicas disciplinares impostas e submetidas aos corpos, se entrelaçam nas relações de poder. Nesse sentido, o poder disciplinar abordado por Foucault (1987) propõe que o objetivo em questão é padronizar os corpos sociais pelas técnicas disciplinares a ser um tipo de corpo no qual sejam vistos os mesmos padrões específicos: dócil, útil e produtivo.

Dito isso, para esta pesquisa foi selecionado como *corpus* de análise vídeos da plataforma digital *YouTube*, intitulados como “*RM lendo comentários de Hater*” do canal “*Pietra*” (2018); *Discurso do BTS na 73ª Assembleia geral da ONU*, do canal “*BTS Subs*” (2018); *Amber (ex -F(x)) fala sobre o lado obscuro do K-pop*, do canal “*Dal sz*” (2020) e por fim, *Omega x relata os abusos em coletiva de imprensa*, do canal “*K-pop News*” (2022).

Dessa maneira, o objetivo principal deste estudo é analisar como o poder disciplinar impõe dominação ao corpo dos artistas inseridos na indústria do *K-pop*, assim como também identificar as práticas abusivas executadas pelas empresas envolvidas nesse modelo industrial, que apresenta conceitos relacionados à cultura musical e artística e que vem conquistando o mundo. Tendo origem na Coreia do Sul, o termo *K-pop* é uma abreviação de *Korean-pop*, ou, *pop* coreano. É conhecido também por hipervalorizar a questão do visual, que é definido pelas empresas com a finalidade de desenvolver uma marca registrada para cada grupo, o que contribui para o consumo do público. Portanto, é através da figura do *Idol*, termo utilizado

para se referir a uma celebridade que trabalha na indústria do *K-pop*, que é possível compreender as práticas abusivas exercidas por quem detém o poder dentro desta indústria.

A pesquisa é de cunho bibliográfico. Para Silva, Oliveira e Silva (2021), este tipo de pesquisa bibliográfica coloca o pesquisador em conhecimento da dimensão teórica que o tema possui, compreendendo a busca das análises de informação para a base contida no trabalho. Este estudo também se fundamenta no modelo de pesquisa qualitativa. Para Triviños (1987), o pesquisador que utiliza o enfoque qualitativo, poderá ter mais autonomia para desenvolver sua pesquisa com fundamentações teóricas e metodológicas usados na elaboração. Assim, o pesquisador terá uma melhor compreensão nas condições de um trabalho de cunho científico. Além disso, as teorias utilizadas para esta pesquisa fundamentam-se nas principais contribuições de Foucault (1975, 1987, 1999, 2004), para falar sobre poder e a imposição aos corpos, além de estudiosos como Vares (2011), para compreender a perda da individualidade do sujeito ao se tornar artista.

Nesse sentido, a elaboração da presente pesquisa está focada na necessidade de compreender como o poder disciplinar se torna nocivo para o artista, a partir de práticas abusivas, exercidas pelas empresas que visam lucrar através da criação de um modelo funcional para a disciplinarização dos corpos. E ainda na docilização do corpo do *Idol*, como um produto moldado pelas técnicas disciplinares que ocorrem com o sujeito dentro da indústria do *K-pop*, indústria essa que é fundamentada por discursos opressores. Portanto, foi possível perceber o quanto o corpo é manipulado e moldado pelas imposições desse modelo industrial, sendo submetido a práticas excessivas de controle ligadas ao sistema de poder disciplinar, para que se enquadre forçadamente dentro das exigências de padronização ideais da figura do artista.

2 O PODER DISCIPLINAR E A IMPOSIÇÃO AO CORPO ARTÍSTICO NA INDÚSTRIA DO K-POP

Para Foucault (2004), o poder não está situado em um lugar específico ou em alguém, mas está distribuído e agindo em toda a sociedade, em todos os âmbitos e em todas as pessoas. O poder atua como uma força pressionando, disciplinando e controlando os indivíduos. Desse modo, o poder se exerce nas relações humanas, circulando e moldando os sujeitos a serem alvos de uma ação manipuladora. Dito isso, Foucault afirma que:

É preciso não tomar o poder como um fenômeno de dominação maciço e homogêneo de um indivíduo sobre os outros, de um grupo sobre os outros, de uma classe sobre as outras; mas ter bem presente que o poder não é algo que se possa dividir entre aqueles que o possuem e o detém exclusivamente e aqueles que não o possuem. O poder deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia. Nunca está localizado aqui ou ali, nunca está nas mãos de alguns, nunca é

apropriado como uma riqueza ou um bem. O poder funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas os indivíduos não só circulam, mas estão sempre em posição de exercer este poder e de sofrer sua ação; nunca são o alvo inerte ou consentido do poder, são sempre centros de transmissão. Em outros termos, o poder não se aplica aos indivíduos, passa por eles (Foucault, 2004, p. 193).

Para fazer essa análise do poder, Foucault centra sua atenção no que chamou de poder disciplinar, apresentado em sua obra *Vigiar e Punir*, publicada em 1975. Seguindo a mesma linha de estudo, Foucault (1987) pensou no fato de que no início do século XVIII uma nova economia de mercado começa a se impor, gerando uma nova concepção de homem, que precisou passar por uma formação. Sendo assim, o corpo passou a ser visto como objeto político, econômico e social. O referido teórico mostra-nos que “a disciplina surge, portanto, como um processo chamado antinomadismo” (Foucault, 1987, p. 241), ou seja, o objetivo é fixar o sujeito dentro de funções para se moldar as técnicas disciplinares. Nesse processo de disciplinarização, ocorre uma docilização instituídos pelas relações de poder disciplinar que, segundo Foucault, trata-se de “um corpo que se manipula, se modela, se treina, que obedece, responde, se torna hábil ou cujas forças se multiplicam” (Foucault, 1987, p. 163).

Esse poder disciplinar é aquele que trata de padronizar e normalizar. Seu objetivo é produzir um tipo de sujeito específico: dócil, útil e produtivo. “Esses métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade, são o que podemos chamar as disciplinas” (Foucault, 1987, p. 164). Com isso, o corpo deve assumir uma determinada postura de utilidade para que possa servir para algo, como ocorre na indústria do *K-pop*. Em que os corpos são condicionados à diversos moldes para que, de fato, possuam a bagagem necessária para se tornar um artista no meio do entretenimento coreano.

Para isso, os jovens que buscam esse caminho precisam realizar um treinamento intensivo, a fim de aprimorarem o corpo e demais talentos reconhecidos pela empresa que os abriga como “*Trainees*”, como o termo sugere, se trata dos aspirantes a artista que treinam intensivamente para se tornar *Idols* nas empresas que os acolhe. O *Trainee* passa por professores e avaliadores que ministram aulas de canto e dança, alguns aprendem a atuar e a falar línguas estrangeiras. Uma das regras promovidas nesse meio para ser um astro é treinar diariamente sem ter hora de parar, treinar incansavelmente, os artistas não podem ter tatuagem, não podem ganhar peso, alguns não podem ter relacionamentos amorosos. Esses moldes estão inseridos nos contratos estabelecidos pelas empresas, que visam possuir controle quase universal sobre o corpo, algumas vezes sendo submetidos até mesmo ao clareamento de pele e cirurgias plásticas, visto que a preservação do padrão de beleza coreano é um importante fator para ter sucesso

nesse âmbito. Sabendo disso, se faz necessário o entendimento sobre o funcionamento dessas práticas abusivas.

3 A DISCIPLINA DO CORPO E AS PRÁTICAS ABUSIVAS NO K-POP

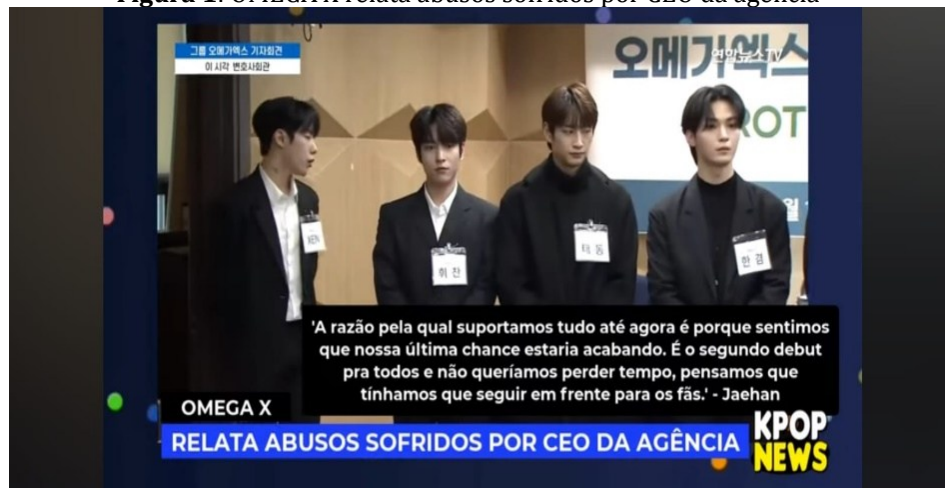
A indústria do *K-pop* busca moldar os sujeitos de maneira a torná-lo um produto de venda. Muitos apreciadores do estilo musical e artístico se perguntam até que ponto acompanhar com tanto afinco uma figura pública é saudável. Isso reverbera, principalmente, devido às práticas abusivas para tornar-se um ídolo, desempenhadas pelos chamados “*Trainees*”, que são jovens que estão em treinamento em uma empresa e sonham em adquirir bom êxito profissional nesse meio e, para isso, acabam por se submeter a experiências desumanas. A problemática que rodeia essa questão se apresenta na forma em que as empresas de *K-pop* promovem essa possibilidade de emprego, exigindo que para tal, seja necessário a mudança no aspecto corporal, adotando dietas intensas, clareamento de pele ou em casos mais extremos, cirurgias plásticas. A ex-*Idol* Amber, membro do *f(x)*, nome denominado ao grupo de *K-pop* administrado pela empresa *SM entertainment*, relata através de uma entrevista retirada da plataforma *Youtube*, as dificuldades enfrentadas para se encaixar no modelo de corpo exigido. Vejamos o enunciado a seguir:

Começar com uma idade tão jovem e ser jogada direto na indústria, sabe, te dizem o que fazer, o que dizer, o que pensar, com o que você deve se parecer... Eu ficava tipo: "ok, se é assim então eu tenho que fazer isso... Se é isso que eu quero, meu trabalho dos sonhos, é o que tenho que fazer..." **A minha pele era muito bronzada e eu tive que clarear, eu perdi muito peso, eu desenvolvi muitos distúrbios de alimentação** (Amber, 2020, grifos nossos).

A disciplina do corpo é representada por Amber, através da transformação do seu corpo, passando de uma pessoa simples, para uma *Idol*. É uma relação de condição: o sujeito molda o corpo para atingir os padrões estabelecidos, em caso de contrariedade, se torna descartável. Nesse ponto, é possível identificar a infelicidade da entrevistada com a própria jornada, em decorrência dos problemas desenvolvidos pelas práticas de imposição ao corpo. Revelando assim, uma conduta de caráter abusivo proveniente da empresa a qual trabalhava. No enunciado “Começar com uma idade tão jovem e ser jogada direto na indústria”, denota que o fator “idade” é importante para a introdução na vida de *Idol*, visto que é na adolescência que o corpo se desenvolve com mais rapidez, e os jovens tendem a ter mais energia para as performances que, em grande maioria, são extremamente complexas. Dito isto, nesse meio é comum que as empresas acolham jovens de treze a vinte anos de idade. No entanto, alguns *trainees*, em seu desespero para não ultrapassar o limite de idade estabelecido pelas empresas, acabam por assinar

contratos abusivos, que os colocam em situações de extrema humilhação e abuso, conforme é percebido no depoimento dado pelo *Idol* Jaehan, líder do Omega x, nome denominado ao grupo de *K-pop* que promoveu um processo criminal contra ações abusivas, tanto psicológicas, quanto físicas, praticadas pela presidenta da empresa que os administrava:

Figura 1: OMEGA X relata abusos sofridos por CEO da agência



Fonte: K-pop News (2022). Disponível em: https://youtu.be/V7Vc5_WUoEo?si=-uU6IXaWLUomJ9H8. Acesso em: 16 de fev de 2024.

O fato de a indústria desprezar os jovens que já passaram dos vinte e ainda não obtiveram sucesso desenvolve uma imensa fragilidade na mente dos que buscam esse sonho, como citado no enunciado da figura 1: “A razão pela qual suportamos até agora é porque sentimos que nossa última chance estaria acabando”. Dessa forma, os sujeitos optam por aceitarem qualquer condição oferecida em troca da realização de seus objetivos. Dito isso, pode-se compreender que a indústria utiliza dos sonhos dos jovens para manipulá-los e moldá-los de maneira a fazer com que se torne produtivo para a economia da empresa, baseando-se em aspectos culturais já pré-estabelecidos na sociedade para reafirmar um padrão de verdade atribuído por quem detém o poder de controle dos corpos, os tornando dóceis, assim como afirma Foucault:

A disciplina aumenta as forças do corpo (em termos econômicos de utilidade) e diminui essas mesmas forças (em termos de obediência). Em uma palavra: ela dissocia do poder do corpo; faz dele por um lado uma "aptidão", uma "capacidade" que ela procura aumentar; e inverte por outro lado a energia, a potência que poderia resultar disso, e faz dela uma relação de sujeição estrita (Foucault, 1987, p.164-165).

Seguindo a linha de raciocínio de Foucault (1999), é possível compreender que a indústria visa o lucro através da criação do produto, aumentando as aptidões dos *trainees*, tornando, assim, o corpo ainda mais produtivo, através do

aperfeiçoamento do canto, da dança, e da atuação, para que o sujeito desenvolva múltiplas habilidades e se torne um complemento ainda mais útil para a empresa, que utiliza as habilidades aperfeiçoadas para adquirir lucro. No entanto, para assumir poder sobre o corpo moldado, as empresas constroem o discurso de que aquelas aptidões são na verdade investimentos nos quais esperam adquirir retorno econômico.

Para isso, as empresas apropriam-se da identidade dos *Idols*, as apagando e criando uma nova. Nessa está presente a invisibilidade referente às fragilidades, aproveitando-se, dessa maneira, dos sonhos de jovens que estão em busca de uma realização pessoal. Isso ocorre através do distanciamento do sujeito da condição de ser humano, aproximando-o do ideal de perfeição meticulosamente estudado para atender as necessidades do público-alvo, estabelecendo ali uma relação de passividade, e transformando o corpo em um fantoche da empresa que o desenvolve e do público que o consome. Portanto, o público também se revela responsável pelo apagamento da identidade do artista, que acaba por se retrair devido a comentários de ódio, fazendo o sujeito perder a confiança em si mesmo, condicionando o comportamento aos padrões exigidos.

3.1 Artista ou produto?

Na indústria do *K-pop*, a figura do *Idol* é criada, especificamente, para agradar um público que busca padrões exacerbados de beleza e comportamento. Quando não atendidos, ocorre o enquadramento de negação e desprezo pelo ídolo em questão, assim como demonstrado na leitura de comentários, feita por Nam-joon Kim, membro do grupo BTS, que foram retirados do canal “Bts subs” no *YouTube*, publicado no ano de 2018.

Leia cada slide em voz alta. **Rap monster definitivamente não é a face de um Idol. Ele faz rap no BTS, mas é feio.** Se ele debutou como Ídolo, isso não significa que ele desistiu de ser rapper? Você pode chamar essas músicas de Hip Hop? Nunca. Letras de Rap do BTS? Essas coisas são letras também?

- **Eu vou provar isso.** (Kim,2018, grifos nossos).

No vídeo em questão, o líder do grupo de K-pop mais bem-sucedido da história, é obrigado a ler comentários de ódio contra sua aparência e desempenho artístico. Mesmo fazendo parte de um grupo extremamente famoso, é demonstrado que o *Idol*, Nam-joon Kim não está isento de receber críticas sobre sua aparência. “Rap monster definitivamente não é a face de um Idol, ele faz Rap no BTS, mas é feio”. O enunciado denota a rejeição do público com sua aparência física, que foge dos padrões estabelecidos pela indústria. Além disso, tal questionamento se ramifica para críticas à atuação do artista como compositor e rapper.

Pode-se entender a partir desse viés, que mesmo obtendo uma carga de talento e desempenho suficientes para exercer o papel de artista, o fato do sujeito não se encaixar no molde de perfeição estética corporal exigido pela indústria, faz com que esse fator se torne motivo de contestação ao talento, no qual é ignorado graças às consequências do acolhimento das empresas para com os discursos destinados a aparência física de *Idols* que não se submetem a tais experiências. De acordo com Vares:

No momento em que as pessoas atuam sobre os corpos dos artistas, estes sofrem uma perda de sua individualidade, visto que se tornam corpos públicos, com experiências compartilhadas, nos quais as pessoas podem interferir e além disso, observar diretamente o resultado de suas ações... Todas essas ações, trazem à tona questões como a resistência corporal e questionamentos acerca dos seus limites (Vares, 2011, p. 6).

Vares (2011) explica que quando o sujeito perde a sua individualidade acaba por consequência perdendo, também, o seu eu interior, se perdendo de si, visto que está criando uma *persona* para se encaixar naquele modelo atribuído como condição de se obter sucesso.

O artista Nam-joon Kim relata suas experiências e feitos beneficentes através de músicas, sobre amar a si mesmo e mostra como um *Idol*, que está em uma posição em que não se encaixa nos moldes esculpidos pela indústria na qual atua, conseguiu atingir um patamar tão elevado escrevendo, especificamente, sobre as consequências que obteve na uma jornada pela busca do amor-próprio que foi perdido devido aos discursos de ódio direcionados a seu corpo como sujeito, quando ao discursar na ONU, disse:

Em uma tradução de um dos nossos primeiros álbuns, há uma frase que diz: " Meu coração parou quando eu tinha nove ou dez anos." Olhando para trás, acho que foi quando comecei a me preocupar com o que outras pessoas pensavam de mim e comecei a me ver através dos olhos deles. Parei de olhar para o céu à noite, as estrelas. **Parei de sonhar acordado, em vez disso, tentei apenas me esmagar em moldes que outras pessoas fizeram. Logo, comecei a calar minha própria voz e comecei a ouvir as vozes dos outros... Então, assim, eu, nós, perdemos os nossos nomes.** Mas eu tinha um refúgio, e era a música... Hoje, eu ainda sou quem eu sou com todas as minhas falhas e meus erros. Amanhã, eu posso ser um pouquinho mais sábio e isso também será eu... Encontre seu nome, encontre sua voz falando por você mesmo (Kim, 2018, grifos nossos).

Ao relatar "Então assim, eu, nós, perdemos os nossos nomes", instaura-se o discurso acolhido por Vares (2011), que reverbera a noção da perda da identidade individual ao abandonar costumes pessoais de lazer para assumir hábitos que desenvolvem no sujeito doenças como anorexia, bulimia, ansiedade, depressão etc. Nam-joon Kim revela essa perspectiva a partir de um fundamentalismo oral mais

voltado para o emocional, a fim de tocar o coração de todos que se dispuserem a ouvir suas palavras de conforto.

É a partir de uma identificação de experiências, ao citar “Mas eu tinha um refúgio, e era a música... Hoje, eu ainda sou quem eu sou com todas as minhas falhas e meus erros”, que a imagem que se cria na mente do espectador sofre uma alteração, fazendo perceber que, quem está falando naquele microfone é de fato um ser humano, contrariando o discurso de perfeição irreal imposto pela indústria do *K-pop*. Dessa maneira, é instalado um tom de esperança para os *Trainees* que querem seguir carreira na área, e para *Idols* que buscam a libertação desses conceitos torturantes, pois, Nam-joon Kim, através de seu discurso, prova que o sucesso está na individualidade de cada sujeito e não nas práticas abusivas exercidas pela indústria.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É importante destacar que vivemos em uma sociedade que detém poder destrutivo sobre o outro. Portanto, o objetivo central desta pesquisa fundamenta-se em análises de discursos promovidos por *Idols* de *K-pop*, que são vítimas desse sistema operativo que molda e controla o sujeito a ser ou se parecer com alguém, através de uma disciplinarização do corpo. Levando em consideração, selecionamos discursos de vídeos disponíveis no *YouTube*, vale salientar que esta plataforma é um importante veículo de informação e comunicação para reunir fatos que comprovam a veracidade das práticas abusivas exercidas pela indústria de *K-pop*, e que serviram como material de análise para nosso estudo.

Outrossim, através da propagação dos discursos analisados, temos a noção da realidade da indústria artística, quando visamos analisar as execráveis consequências das tentativas de dominação corporal para com o sujeito artista, que se submete a padrões de transformação nada saudáveis, tanto para a saúde mental, quanto a física. A partir das análises realizadas, foi possível identificar os padrões de controle disciplinar promovidos pelas empresas de *K-pop*, a fim de exercer sobre o artista contratado, o reflexo das exigências do público sobre o que deve ser um corpo perfeito. Além disso, o artista se torna produtivo e útil ao ter seus talentos naturais aperfeiçoados com o treinamento intensivo oferecido pelas empresas, em troca do abandono de hábitos saudáveis e da liberdade pessoal.

Os discursos de *Idols* utilizados nesta pesquisa convergem entre si para ressoar a voz dos artistas que sofrem silenciosamente. No entanto, é importante ressaltar que este poder de caráter manipulativo não se limita apenas aos sujeitos que buscam sucesso, visto que mesmo os artistas mais famosos desta indústria passam pelas mesmas dificuldades. Estes, no entanto, se revelam como combatentes a essas práticas abusivas quando, refletindo sobre as análises construídas através

dos enunciados, é possível perceber a prejudicialidade desse tratamento abusivo, para quem está alocado nesse meio, seja como artista, seja como espectador.

REFERÊNCIAS

BTS Subs. **Discurso do BTS na 73ª Assembleia Geral da ONU**. YouTube, 2018. Disponível em: https://youtu.be/X9WuUooL-OA?si=oEB2lyb_ZectXS4B. Acesso em: 16 de fev 2024.

Dal sz. **AMBER (ex F(x)) fala sobre o lado obscuro do kpop - legendado em PT-BR**. YouTube, 2020. Disponível em: https://youtu.be/PQc6y0nmI9Q?si=qLb-5T7a233KKt_t. Acesso em: 16 de fev 2024.

FOUCAULT, M. **“Os corpos dóceis”. Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 29 ed. Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004a, p. 125-52.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. 23 ed. São Paulo: Graal, 2004.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis, Vozes, 1987. 288p.

K-pop News. **Omega X relata os abusos em coletiva de imprensa**. YouTube, 2022. Disponível em: https://youtu.be/V7Vc5_WUoEo?si=GhnSAkN7Gdw0AiYl. Acesso em: 16 de fev 2024.

SILVA, M. M.; OLIVEIRA, G. S.; SILVA, G. O. A pesquisa bibliográfica nos estudos científicos de natureza qualitativos. **Revista Prisma**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 91-109, 2021.

TRIVIÑOS, A. N. S. Três enfoques na pesquisa em ciências sociais: o positivismo, a fenomenologia e o marxismo. In: TRIVIÑOS. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 1987. p. 31-79.

VARES, M. F. **Processos interativos: o corpo do artista e o público**. Universidade Federal de Rio Grande/FURG, 2011.

PIETRA. **RM lendo comentários Hater**. YouTube, 2018. Disponível em: <https://youtu.be/8e--VjOqCII?si=7yox43Risb-4GwUA>. Acesso em: 16 de fev 2024.

AS RELAÇÕES DE PODER/SABER E AS VONTADES DE VERDADE NA DISCIPLINA DO CORPO:

UMA ANÁLISE DA INSISTENTE GORDOFOBIA PRESENTE NA MÍDIA SOCIAL *INSTAGRAM*

Lycia Roane Silva
Lília Alexandrino de Araújo
Brenda de Freitas

1 INTRODUÇÃO

A vida em sociedade e as necessidades humanas estabelecem implicitamente e automaticamente diversas relações de poder entre as pessoas, de maneira a fazer com que haja hierarquia entre elas, trazendo assim o entendimento de que o poder não é algo exercido apenas dentro das instituições ou por pessoas influentes na sociedade, mas está presente de forma natural na vida das pessoas, influenciando suas decisões e relações, seja no trabalho, na família ou nos demais espaços sociais ocupados para atender as demandas da humanidade.

Em decorrência das relações de poder que há entre os sujeitos, existem padrões estabelecidos também sobre o corpo humano, que “precisa” estar de acordo com o que a moda diz e as pessoas passam a acreditar. Logo, o que estiver fora dessa padronização, será considerado fora de forma e sofrerá a punição severa do preconceito e da exclusão, que tomou proporções ainda maiores por meio dos discursos que são proferidos nas mídias sociais, como *Instagram*, por exemplo.

A partir da compreensão dos interesses desse estudo, é válido ressaltar que se pretende analisar discursos gordofóbicos proferidos em comentários na mídia social *Instagram*, para assim refletir sobre a proliferação de um preconceito que ainda ocupa espaço na conjuntura atual. Assim, esta pesquisa se justifica pelo interesse em refletir sobre a forma como o poder é estabelecido sobre o corpo numa sociedade que dita padrões específicos, além de se apoiar em comentários gordofóbicos discursivizados no *Instagram* que acabam promovendo o ódio que é visto por quem acessa essa mídia social.

Quanto à metodologia, esta investigação se apresenta como uma pesquisa bibliográfica, que, conforme Gil (2008), se trata de uma pesquisa baseada em trabalhos já elaborados, mas trazendo uma análise aprofundada e novas perspectivas sobre a temática abordada. Esta pesquisa também se caracteriza como qualitativa, já que, conforme, Guerra (2014) compreende os fenômenos que estuda, sejam as ações dos indivíduos ou grupos sociais. Como aporte teórico serão

utilizados Foucault (2004; 1999; 2010), Gil (2008), dentre outros. Michel Foucault oferece uma perspectiva valiosa para analisar a gordofobia no *Instagram*, focalizando as relações de poder/saber e as vontades de verdade. Portanto, a aplicação das teorias do referido autor permite entender como a gordofobia no *Instagram* é sustentada por práticas discursivas e normativas que moldam o conhecimento e a percepção sobre o corpo, influenciando o tratamento e a autoimagem de corpos gordos na sociedade.

O *corpus* selecionado para esta pesquisa são quatro comentários feitos em uma postagem na página do *Instagram* da *influencer* digital Thais Carla. Trata-se de um vídeo intitulado de “GRWM CARNAVAL 4/7 pronta pro domingo de carnaval, acompanhem nos *stories*” publicado no dia 11 de fevereiro de 2024, que alcançou uma marca de mais de quarenta mil curtidas. Os comentários na postagem, podem conter um teor preconceituoso ou gordofóbico, já que se trata do corpo de Thaís Carla, uma mulher gorda, e os ataques são recorrentes.

2 AS RELAÇÕES DE PODER/SABER E VONTADES DE VERDADE

Para falar sobre as relações de poder e saber estabelecidas na sociedade e refletir sobre as suas influências, é pertinente iniciar conceituando a partir dos escritos de Foucault (2004), sobre o que se caracteriza como poder, com isso:

É preciso não tomar o poder como um fenômeno de dominação maciço e homogêneo de um indivíduo sobre os outros, de um grupo sobre os outros, de uma classe sobre as outras; mas ter bem presente que o poder não é algo que se possa dividir entre aqueles que o possuem e o detêm exclusivamente e aqueles que não o possuem. O poder deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia. Nunca está localizado aqui ou ali, nunca está nas mãos de alguns, nunca é apropriado como uma riqueza ou um bem. O poder funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas os indivíduos não só circulam, mas estão sempre em posição de exercer este poder e de sofrer sua ação; nunca são o alvo inerte ou consentido do poder, são sempre centros de transmissão. Em outros termos, o poder não se aplica aos indivíduos, passa por eles (Foucault, 2004, p. 193).

Conforme exposto, Foucault expressa seu pensamento e definição sobre o que considera ser o poder em sociedade. É interessante perceber que o poder não pertence a ninguém, sendo assim, não é possível um sujeito deter o poder de forma absoluta, definitiva ou exclusiva, nem pode ser considerado como algo que alguém possui e que é intransferível. Diante do conceito de poder estabelecido por Foucault, o saber, por sua vez, é uma forma de exercer relação de poder na sociedade. “O poder produz saber (...), não há relação de poder sem constituição correlata de um campo de saber, nem saber que não suponha e não constitua ao mesmo tempo relações de poder” (Foucault, 2010, p. 30).

Este excerto traz reflexões sobre a concepção de que para que haja o exercício do poder, é preciso que o sujeito detenha algum saber, para assim, ter o domínio necessário sobre o que está posto. Esses conceitos são importantes para fundamentar discussões que versam sobre o poder do discurso e os seus usos em sociedade. Dessa forma, isso pode gerar uma influência/interferência social na maneira de pensar, nas vontades de verdade ou sobre quem detém de fato o poder, bem como, em que contexto teria esse poder.

2.1 Discurso e construção da verdade: quem pode dizer o quê?

A verdade é construída de várias formas e por diferentes sujeitos. Foucault (1999) ressalta que um discurso verdadeiro e autêntico é capaz de acabar com as amarras colocadas pela sociedade, ou seja, um discurso genuíno e sincero tem o poder de quebrar as restrições ou limitações impostas. Isso sugere que, quando um discurso é feito com honestidade e autenticidade sobre questões importantes, pode desafiar as normas sociais e inspirar mudanças significativas, permitindo uma expressão mais livre do desejo, que muitas vezes é mascarada, questionando a transparência e objetividade do conhecimento (Foucault, 1999, p. 20).

A ideia é que os discursos não são neutros, mas carregam consigo implicações de poder que afetam sujeitos e comunidades. Com isso, Foucault (1998) reitera elementos aparentemente triviais, como vírgulas, regras e direito, como mecanismos de poder, isso sugere que até mesmo elementos linguísticos e normativos cotidianos desempenham um papel na regulação do poder e na imposição de normas sociais:

Afinal somos julgados condenados, classificados obrigados a desempenhar tarefas e destinados a um certo modo de viver ou morrer em função dos discursos verdadeiros que trazem consigo efeitos específicos de poder. Portanto, vírgulas, regras e direito, mecanismos de poder, efeitos e verdade, ou regras de poder e poder do discurso verdadeiros, constituem aproximadamente o campo muito geral que escolhi percorrer apesar de saber claramente que de maneira parcial e ziguezagueando muito. (Foucault, 1998, p. 180).

Portanto, somos constantemente julgados, condenados e classificados com base nos discursos que circulam, e estes têm o poder de influenciar e distorcer a identidade, *status* e o desempenho do nosso papel, passando a ser não apenas expressões de conhecimento, mas também têm efeitos verdadeiros específicos de poder moldando e regulando o comportamento das pessoas. Com isto, entra a questão dos valores de verdade e como os efeitos produzidos. Deste modo, de acordo com (Foucault, 2005, p. 16):

A verdade é deste mundo; ela é produzida nele graças as múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados de poder. Cada sociedade

tem seu regime de verdade, sua "política geral" de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e os outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro.

A partir dessa reflexão, entende-se que a verdade é moldada, influenciada e produzida estabelecendo suas próprias regras e padrões para determinar o que é considerado verdadeiro. Isso inclui os tipos de discursos aceitos como verdadeiros, os mecanismos para distinguir verdades de falsidades, as sanções aplicadas a essas distinções, as técnicas valorizadas para buscar a verdade e o *status* dos que detêm o poder de declarar o que é verdadeiro. No presente momento, é observável a presença de uma variedade de líderes autoritários que exercem influência significativa sobre a definição da verdade e a disseminação de informações. Estes sujeitos detêm o poder de moldar percepções e determinar, de forma consequente, a validade do que é considerado verídico ou não.

A verdade pode ser relatada por qualquer sujeito, mas nem sempre é recebida com a mesma consideração. Existe uma diferença significativa entre um sujeito comum e um em posição de poder ao apresentar uma verdade. Portanto, a percepção da verdade pode variar dependendo da posição social e do *status* de quem a comunica. Por esta razão, (Foucault, 2009b, p. 77-78), elucida:

Parece-me que a verdadeira junção entre processos econômico-políticos e conflitos de saber poderá ser encontrada nessas formas que são ao mesmo tempo modalidades de exercício de poder e modalidade de aquisição e transmissão do saber. O inquérito é precisamente uma forma política, uma forma de gestão, de exercício do poder por meio de uma instituição judiciária, veio a ser uma maneira na cultura ocidental, de autenticar a verdade, de adquirir coisas que vão ser consideradas como verdadeiras e de as transmitir.

Foucault (2009) reitera que a autêntica conexão entre método econômico-político pode estar em determinadas maneiras que operam tanto como modalidades de exercício de poder, quanto de aquisição e transmissão do saber. Neste caso, seria como um exemplo definido dessas maneiras, reproduzindo-os como uma "forma política, de exercício do poder" por meio de uma instituição judiciária. A investigação é um instrumento através do qual o poder é efetivado e administrado, principalmente em contextos judiciais e ao longo do tempo na cultura ocidental, tornou-se uma maneira de autenticar a verdade.

Isso demonstra que as demandas judiciais não apenas operam com questões legais, mas também exercem um papel essencial na determinação da verdade, como um meio de legitimar certos conhecimentos e narrativas. Ademais, não é apenas um dispositivo de poder, mas também uma forma de obter influência em discursos que

serão considerados verdadeiros e de difundir esse conhecimento. A partir do momento que o sujeito tem domínio sobre algum tipo de conhecimento, automaticamente passa a ter certo poder sobre o outro, e conseqüentemente tem uma verdade que pode ser inquestionável, ou seja, todos nós temos conhecimento, conseqüentemente, algum tipo de verdade e, portanto, de poder também.

Foucault (2006) reitera que a verdade não é como algo fixo ou pertencente a alguém ou a um grupo específico, mas como um conjunto de formas e condições sociais que confirmam o que é considerado verdadeiro em um determinado momento, para sujeitos e situações específicas e, com isso, traz a reflexão de que a verdade não é universal, mas é construída em determinados contextos e pode variar de pessoa para pessoa. A verdade não é uma propriedade inerente de um enunciado, mas é determinada pelas condições sociais, culturais e políticas em vigor em um determinado momento. Entende-se assim que, a verdade é um fenômeno relacional, moldado pelas práticas sociais e pelos procedimentos que governam a aceitação de enunciados como verdadeiros em um dado momento e para determinadas comunidades ou grupos.

3 ANÁLISE DA GORDOFOBIA NO *INSTAGRAM* DA *INFLUENCER* THAIS CARLA

A internet é o espaço no qual as pessoas se sentem bastante à vontade para expressarem suas opiniões sobre os fatos, mas também, para destilar ódio e preconceito sobre pessoas que sequer conhecem. Os sujeitos fazem isso por pensarem que, por estarem escondidos atrás de um perfil na *internet*, que pode inclusive nem ser verdadeiro, irão seguir impunes causando constrangimentos e muitas dores emocionais em suas vítimas.

Para analisar as vontades de verdade e perceber como os sujeitos se comportam sob essa perspectiva, verifica-se o comentário a seguir, retirado da página da influencer digital Thais Carla da rede social *Instagram*.

Na postagem em questão, a *influencer*, que é uma mulher gorda, aparece em um vídeo se vestindo para o carnaval. No entanto, dentre os vários comentários que aparecem na postagem, a grande maioria são gordofóbicos e, portanto, bastante preconceituosos e sem qualquer zelo com o fato de que existe um ser humano do qual se está falando de forma despreocupada com o que podem causar esses comentários.

Figura 1: Comentário do *Instagram* de Thais Carla



Fonte: *Instagram* da influencer Thais Carla (2024).

O comentário mostra como os sujeitos estão convencidos de que realmente um corpo precisa obedecer às regras estabelecidas pelos padrões sociais que são tidos como referência para todos. Logo, como o corpo da *influencer* está fora desses padrões, já que se trata de uma mulher gorda, as pessoas entendem que têm o direito de criticá-la, como no comentário abaixo, que segue repetindo o mesmo crime.

Para além disso, discursos como esse mostram como a sociedade vive atrelada ao que tem como verdade, pois aqui é possível ver que os juízos de valor feitos por quem comentou de forma preconceituosa, claramente acredita que Thais Carla está fora dos padrões do corpo magro que é entendido como perfeito pela sociedade. Da mesma forma, o próximo comentário, que também pertence a mesma postagem, continua o discurso de ódio e preconceito disseminado contra o corpo de Thais Carla. Vejamos:

Figura 2: Comentário feito no *Instagram* de Thais Carla



Fonte: *Instagram* da influencer Thais Carla (2024).

Nesse enunciado, o usuário debocha do corpo da *influencer* ao sugerir que ela já estaria com uma boia na cintura, devido ao tamanho do seu corpo. Mais uma vez, de forma desrespeitosa, a mulher é agredida verbalmente pelo fato de seu corpo não atender aos padrões sociais, que são tidos como verdade, além de estar fazendo algo que, conforme os críticos na postagem, estaria em desacordo com a sua forma física, já que, para além das roupas com as quais se veste, no vídeo Thais Carla dança alegremente enquanto se arruma.

Casos como esse mostram como a *internet* ainda é um terreno fértil para falta de empatia com o próximo e para o desamor, e de como as pessoas se julgam perfeitas desde que falem de si mesmas, além de ser ainda, um ambiente frágil em se tratando de punição para os crimes *cibernéticos* que acontecem nas redes todos os dias.

Em uma rede social conhecida mundialmente como é o caso do *Instagram*, não é difícil saber que o alcance de disseminação desse tipo de preconceito é imenso e, dessa forma, os estereótipos, a gordofobia e o ataque sem causa a alguém que nada fez para além do que a maioria faz se perpetuam e influenciam a continuidade desse tipo de maldade e desrespeito.

Outro ponto que chama atenção nesse enunciado é a quantidade de curtidas feitas neste comentário, numa clara demonstração de que muitas pessoas concordam, apoiam e se sentem representadas por esse tipo de atitude preconceituosa, denunciando, assim, o quanto alguns sujeitos se sentem confortáveis produzindo discursos que denotam agressividade psicológica. A seguir vejamos outro enunciado que evidencia o preconceito contra o corpo gordo:

Figura 3: Comentário na publicação do *Instagram* de Thaís Carla



Fonte: *Instagram da influencer Thaís Carla (2024)*

Na imagem destacada acima, o sujeito do discurso, usa um questionamento para atacar a influencer Thaís Carla. O comentário sobre a Calvin Klein fazendo "lona de caminhoneiro" é um exemplo de discurso que pode reforçar estereótipos ou hierarquias sociais. O sujeito do discurso projeta em seu comentário que uma marca associada ao luxo e à moda é rebaixada ao nível de algo considerado vulgar ou de baixa qualidade, assim como também faz uma relação ao tamanho extenso, característica associada a lona de um caminhão, ou seja, faz referência ao corpo da influenciadora.

A comparação também reflete a maneira como a gordofobia, muitas vezes, é expressa através de comentários depreciativos ou insultos que denigrem pessoas gordas ou associam sua aparência a algo indesejável. Ao comparar a Calvin Klein com "lona de caminhão", o sujeito está implícito ou explicitamente sugerindo que a marca não deveria fazer roupas para pessoas gordas, ou que corpos gordos não são adequados para vestir roupas de marca. Isso reflete a estigmatização e a exclusão de pessoas gordas do espaço da moda e da sociedade em geral. Esse tipo de comentário reforça os padrões de beleza estreitos e excludentes que privilegiam corpos magros e atléticos em detrimento de corpos gordos.

Ao ridicularizar a ideia de que uma marca de moda renomada como a Calvin Klein faça roupas para pessoas gordas, o comentário perpetua a ideia de que corpos gordos são inadequados ou indesejáveis na sociedade. Foucault (2005) destaca que

o discurso é uma forma crucial de poder, pois molda como percebemos e entendemos o mundo. Seguindo esse pensamento, vejamos o próximo comentário:

Figura 4: Comentário na publicação do *Instagram* de Thaís Carla sobre o seu peso



Fonte: *Instagram* da influencer Thaís Carla (2024)

O enunciado destacado, remete-se a uma pergunta: "alguém pode me dizer quantas toneladas ela pesa" reflete uma associação negativa entre o peso de uma pessoa e seu valor ou dignidade. Isso sugere que o peso de alguém é uma característica tão proeminente que merece ser objeto de ridicularização pública, perpetuando a ideia de que corpos mais pesados são inadequados ou indesejáveis.

Ao fazer essa pergunta, o sujeito demonstra uma mentalidade gordofóbica, internalizando e perpetuando estereótipos negativos associados à gordura. Isso reflete a maneira como a gordofobia é normalizada na sociedade e como os sujeitos muitas vezes não percebem o impacto prejudicial de suas palavras e ações sobre os sujeitos gordos. Embora possa parecer uma simples pergunta sobre o peso de alguém, na realidade, carrega consigo uma carga de discriminação e preconceito. Esse tipo de comentário contribui para a marginalização e exclusão de pessoas gordas, reforçando a ideia de que seus corpos são objetos a serem ridicularizados.

Segundo Arraes (2014), gordofobia é uma forma de discriminação estruturada e disseminada que ocorre em uma variedade de contextos socioculturais. Ela se manifesta através da desvalorização, estigmatização e hostilização de pessoas gordas e de seus corpos. As atitudes gordofóbicas frequentemente reforçam estereótipos negativos associados à gordura e impõem situações degradantes com o objetivo de segregar ou excluir pessoas gordas da sociedade.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo investigar as relações de poder/saber e as vontades de verdade a partir de uma análise dos discursos gordofóbicos em um *post* publicado no perfil do *Instagram* da *influencer* Thaís Carla e também as várias modalidades de controle social que ocorrem através da comunicação verbal e como isso influencia no estilo de vida e na tomada de decisões dos sujeitos. Foi discutido como isso é reproduzido em nosso meio, buscando compreender de que forma os

sujeitos responsáveis disseminam seus pensamentos em relação ao outro, de maneira a não considerar os danos que tal atitude pode causar.

Ao compreender que cada sujeito exerce uma forma de poder, é perceptível que o que é verbalizado detém um peso de veracidade. Identificou-se que esse atributo é adquirido através da autoridade que o proponente do discurso possui em relação ao tema abordado.

Foi analisada a questão do discurso e sua contribuição para a construção da verdade, explorando quem detém o poder de expressão e como se determina a veracidade ou falsidade de um discurso. Os discursos retirados do *Instagram* e analisados demonstram que a gordofobia, apesar de ser crime, ainda é constante em nosso meio, principalmente nos veículos virtuais nos quais os sujeitos se sentem protegidos por estarem atrás de uma tela, assim, se sentem à vontade para disseminar os comentários discriminatórios e desvalorizar os corpos dos sujeitos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, B. C. **Poder e verdade a partir de Michel Foucault**. Disponível em: file:///C:/Users/roane/Downloads/r_gouvea,+brena+almeida.pdf. Acesso em: 21 jan 2024.

ARRAES, J. **Gordofobia como questão política e feminista**. 2014.

CARLA, T. **GRWM Carnaval 4/7**. Vídeo. Disponível em: <https://www.instagram.com/reel/C3OBmNqpzsc/?igsh=M212ZnVkYW05amN6>. Acesso em: 10 fev 2024.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. 21 ed. Tradução Roberto Machado. Rio de Janeiro Graal, 2005.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 1999.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

GUERRA, E. L. A. **Manual de pesquisa qualitativa**. Disponível em: <https://docente.ifsc.edu.br/luciane.oliveira/MaterialDidatico/P%C3%B3s%20Gradu%C3%A7%C3%A3o%20Especial/Legisla%C3%A7%C3%A3o%20e%20Pol%C3%ADtica%20P%C3%BAblicas/Manual%20de%20Pesquisa%20Qualitativa.pdf>. Acesso em: 21 jan 2024.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

COESÃO E COERÊNCIA EM PRODUÇÕES TEXTUAIS DE ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL: UMA ANÁLISE DE REDAÇÕES PREPARATÓRIAS AO EXAME DO IFRN

Andressa Fernandes Freire
Amanda Mikaelly Nobre de Souza

1 INTRODUÇÃO

Com concentração na área da Linguística Textual, que, de acordo com Koch (2022), tem como objeto de estudo o texto, considerado a unidade básica de comunicação, ou seja, não investiga a palavra ou frase isolada, mas o texto como função comunicativa, este artigo versa sobre a coesão e a coerência textual na construção da produção textual escrita. Sob esse viés, é de alta relevância a abordagem dessa temática na construção de uma redação, principalmente se esses conceitos fizerem parte dos critérios de avaliação de um processo seletivo.

É biologicamente natural que o ser humano inicie sua forma de linguagem pela fala e, posteriormente, evolua para a escrita, ou seja, a primeira forma de comunicação se dá pela oralidade, sendo comum maior dificuldade nas habilidades que exigem a semiótica verbal escrita, o que justifica a pertinência de pesquisas na área.

Sob essa perspectiva, percebe-se que, de certa forma, a fala é mais acessível, pois não é regida por tantas regras como a escrita. A oralidade se manifesta de forma mais espontânea, enquanto na produção textual, há a necessidade de pensar, analisar e selecionar as palavras para que sejam colocadas de forma adequada, transmitindo uma mensagem. Diante disso, pode-se perceber que esse processo exige um certo grau de complexidade.

Por isso, em preparação para o processo seletivo do Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN), muitos alunos frequentam cursinhos preparatórios a fim de melhorar seus conhecimentos nas disciplinas solicitadas pelo exame, Língua Portuguesa, Matemática e redação. Porém, a maioria dos relatos é que a grande dificuldade permanece na redação. Dessa forma, se faz relevante a abordagem do assunto, especificamente da análise da coesão e coerência, a fim de auxiliar os professores de Língua Portuguesa no trabalho com a escrita de produções textuais.

Diante disso, a pesquisa tem como objetivo analisar o desenvolvimento da coesão e da coerência conforme critérios da banca examinadora do processo seletivo

do IFRN, em redações preparatórias para a seleção. Nesse fito, é possível observar as principais inadequações no texto, de modo a orientar como pode ser feita a melhoria.

A temática escolhida é de suma importância para a construção da escrita, principalmente para atender aos critérios estabelecidos pelo processo seletivo. A coerência é o principal elemento do texto o qual confere textualidade e garante que os sentidos se efetivem de modo concreto. Contudo, embora a coesão não seja elemento indispensável no texto, pois há coerência sem coesão, ela é muito importante para a fluidez e conexão da escrita (Koch, 2022).

Quanto procedimentos metodológicos, é exposto como a banca do IFRN avalia os critérios supracitados. Por conseguinte, são recolhidas as redações de cursinhos preparatórios para o processo seletivo, com o consentimento dos alunos, para que se possa realizar a análise da pesquisa. Como forma de preservar a identidade dos candidatos, os textos são codificados.

Dessa forma, a princípio, serão discutidas algumas reflexões sobre o conceito de texto, quais suas características. Em seguida, será apresentada a relação entre texto e contexto. Logo após, são expostos os conceitos de coesão e coerência e quais suas implicações na produção textual. Por fim, é feita a análise das redações.

2 A NOÇÃO DE TEXTO: ALGUMAS REFLEXÕES

Para conceituar o texto, é importante compreender a textualidade, entendida por Antunes (2010, p. 29) como “a característica estrutural das atividades sociocomunicativas [...]” ou seja, podemos atribuir essa característica a palavras e frases que apresentam sentido, conduzindo uma comunicação, legitimando o texto como tal. Acerca dessa lógica, o texto pode ser entendido como uma unidade comunicativa, ou seja, que possui como função garantir a interação entre os usuários da língua. Sob essa ótica, de acordo com Antunes (2010, p. 30), “o mais consensual tem sido admitir que um conjunto aleatório de palavras ou de frases não constitui um texto”, isto é, torna-se errôneo relacionar texto com a ideia de tamanho, soma, tendo em vista que uma palavra pode ser considerada um texto se apresentar sentido. Por exemplo, “Entre”, numa dada situação comunicativa, é entendida como texto, cumprindo a função de conduzir o outro a uma ação: empurrar a porta e entrar.

Nesse viés, muitas vezes, podemos observar um parágrafo extenso, com várias palavras e frases que não apresentam sentido, não sendo possível pois, compreender a intenção comunicativa e dessa forma, não se configurando como um texto. Sobre isso, Antunes (2010, p. 29) afirma que: “[...] todo enunciado – que porta sempre uma função comunicativa – apresenta necessariamente a característica da textualidade [...]”, assim, o texto pode ser constituído de várias frases ou apenas uma palavra, desde que essas apresentem significado, com foco na comunicação e interação.

Além disso, Antunes (2010, p. 30) também pontua que: “[...] o que falamos ou escrevemos em situação de comunicação, são sempre textos”, portanto, é importante entender também que os textos não são apenas escritos como também orais, por exemplo, a apresentação de um seminário, uma entrevista de emprego ou um simples diálogo do cotidiano. Ademais, de acordo com Antunes (2010, p. 32): “[...] o texto se constrói a partir de um tema, de um tópico, de uma ideia central [...]”, sendo possível concluir que o texto é algo intencional, pois tem como objetivo transmitir uma mensagem, ideia central, sobre determinado assunto, tema.

Outrossim, torna-se imprescindível destacar também os fatores da textualidade: a coesão, a coerência, a informatividade, a intertextualidade a intencionalidade, a aceitabilidade e a situacionalidade. É perceptível, portanto, que muitos aspectos fazem parte da construção de um texto, cada um com sua função específica, permitindo que os elementos linguísticos constituam uma unidade de sentido.

Antunes (2010, p. 35) pontua a coesão como: “[...] a continuidade do texto que, por suavez, é uma das condições de sua unidade”, ou seja, podemos caracterizá-la como sendo a ligação entre as palavras, períodos e parágrafos, fazendo com que o texto seja uma unidade. Já à coerência, Antunes (2010) atribui a definição de unidade de sentido, dessa forma, é possível compreender como uma relação semântica entre as ideias. Ademais, outro fator de propriedade do texto é a informatividade, Marcuschi (2008, p. 132): a define como o “grau de expectativa ou falta de expectativa, de conhecimento ou desconhecimento [...]”, logo, na construção de um texto, é importante que o leitor se identifique com o que está sendo apresentado, por isso, é imprescindível que haja o equilíbrio de informações novas e já conhecidas. Outrossim, a intertextualidade, conceituada por Marcuschi (2008, p. 120) como: “as relações entre um dado texto e os outros textos [...]”, configura-se como a relação entre os textos, que muitas vezes, fazem referência um ao outro.

Além disso, há os critérios que se referem ao interlocutor, como a intencionalidade, definida por Marcuschi (2008, p. 126) como aquilo que é “centrado basicamente no produtor do texto, considera a intenção do autor como fator relevante para a textualização”, ou seja, como já discutido anteriormente, o texto sempre apresenta uma intenção, pois seu foco é comunicar algo. Já que tudo aquilo que dizemos carrega uma intenção (Antunes, 2010). Outrossim, outro fator mencionado é a aceitabilidade que se refere à recepção pelo interlocutor, que não só depende da cognição, a capacidade de interpretar, analisar, como também a situacionalidade do texto.

Por fim, é imprescindível destacar a situacionalidade, Marcuschi (2008, p. 128) faz o seguinte apontamento: “não só serve para interpretar e relacionar o texto ao seu contexto interpretativo, mas também para orientar a própria produção”, critério entendido como o contexto em que o texto está inserido. No processo de produção, faz-se necessário analisar quem irá receber o escrito, de que forma o

interlocutor poderá entender o que está sendo apresentado, e assim, fazer as adequações a situação, seja ela social, cultural entre outras.

Desse modo, conforme Marquesi, Pauliukonis e Elias (2017, p. 17), “o texto é considerado elemento de interação, marcado pela coesão de seus elementos e pela sua coerência interna/externa”, ótica em que podemos concluir que o texto é o principal meio de comunicação entre os indivíduos e que muitos fatores são necessários na construção desse. Contudo, não podemos apenas agrupar palavras e frases e afirmar que há textualidade, é preciso que esses elementos linguísticos estejam inseridos dentro de uma temática, apresentando encadeamento e principalmente sentido, para que a intenção comunicativa seja cumprida.

2.1 Texto e contexto

Segundo Koch e Elias (2008, p. 65), “o contexto é, portanto, um conjunto de suposições, baseadas nos saberes dos interlocutores, mobilizadas para a interpretação de um texto”, ou seja, podemos entendê-lo como a situação em que o texto está inserido, seja social, histórico, cultural. Por exemplo, a placa “Silêncio” colocada em uma balada está totalmente fora de contexto, pois sabemos que é um ambiente social, propiciado para diversão, onde terá música alta e muito barulho. Por outro lado, esse mesmo texto colocado em ambiente hospitalar, especificamente na ala do berçário, adequasse-se ao contexto, tendo em vista que naquele ambiente é necessário não ter barulho, para não incomodar os recém-nascidos. Daí a relevância de considerar o contexto de produção textual. Além disso, é importante pontuar também:

A ponta do iceberg seria, portanto, o que estaria explícito na superfície do texto: palavras, frases, organizações sintáticas, articulações coesivas, elementos paralinguísticos, etc.; a porção submersa do iceberg corresponderia a muitos conhecimentos implícitos que precisam ser adicionados, pelo interlocutor, para completar a unidade de sentido do texto. (Cavalcante, 2012, p. 28).

Acerca dessa lógica, entendemos que os elementos linguísticos como o contexto, o que está expresso de forma explícita é mais fácil de depreender. No caso do poema, por exemplo, que é um gênero que dispõe de uma linguagem subjetiva, na qual há a presença de emoções, metáforas e expressões conotativas, ou seja, o autor muitas vezes, não deixa claro o que deseja transmitir, cabendo ao leitor fazer a sua própria análise. Para isso, é necessário ir além da superfície textual, o contexto, e considerar o contexto social, histórico e cultural. Muitas vezes, em suas produções, os escritores inspiram-se em acontecimentos históricos da época em que vive, fatos da vida pessoal, cultura de outros povos e locais e por isso é importante entender todas as referências para uma interpretação produtiva.

Nessa perspectiva, é válido destacar que:

Para compreender e produzir qualquer texto, é necessário mobilizar conhecimentos, não apenas linguísticos, mas também todos os outros conhecimentos adquiridos com a convivência social, que nos informam e nos tornam aptos a agir nas diversas situações e eventos da vida cotidiana. (Cavalcante, 2012, p. 18).

Sob essa ótica, os tipos de conhecimentos adquiridos são muito importantes para a compreensão textual: i) o conhecimento linguístico, que se refere às regras da nossa língua, ortografia, acentuação, pontuação, concordância, entre outros; ii) o conhecimento enciclopédico ou de mundo, que trata da bagagem social e cultural do interlocutor, conforme particularidades; e iii) conhecimento interacional, que versa sobre o conhecimento de texto e gênero (Cavalcante, 2012).

Diante disso, de acordo com Koch e Elias (2008, p. 63), “[...] o contexto engloba não só o co-texto, como também a situação mediata (entorno sociopolítico-cultural) e o contexto cognitivo dos interlocutores”, sendo possível concluir que o contexto não se limita ao que está escrito ou dito (co-texto), mas também considera fatores externos como o contexto social, cultural, histórico e político além dos tipos de conhecimentos dos usuários da língua. A interpretação de um texto é, portanto, um processo complexo que depende dessa interação dinâmica.

2.2 Coesão e coerência

Entendida como a principal característica para que algo seja considerado texto, Cavalcante (2012, p. 28) entende que “Certamente, sempre que alguém produz um texto, em qualquer modalidade, tem a intenção de se fazer entender, ou seja, de ser coerente para seus possíveis destinatários. Todo texto tem, portanto, a sua coerência”. Dessa forma, como o texto tem por objetivo comunicar algo, e para isso, estará abordando uma determinada temática, a qual deseja transmitir a mensagem, as ideias precisam estar organizadas, contribuindo para que essa função se concretize.

Diante disso, é válido ressaltar alguns tipos de coerência que podem ser importantes no processo de escrita. Koch e Elias (2012, p. 194) pontuam a coerência sintática como: “Está relacionada ao conhecimento linguístico dos usuários”, ou seja, as normas da língua portuguesa, como acentuação, pontuação, a sintaxe, entre outros. É necessário que a estrutura sintática esteja adequada para que a sentença tenha sentido, por exemplo, “Vou casa dormir para”, conseguimos ter uma noção da mensagem transmitida, porém a estrutura está inadequada e por isso, não temos total clareza do que está sendo comunicado. Nessa perspectiva, as autoras Koch e Elias (2012, p. 195) também pontuam: “A incoerência sintática decorre, entre outras causas, de estruturas sintaticamente ambíguas, uso inadequado de conectores e de pronomes. Acerca dessa lógica, temos no seguinte exemplo: “Aurora estava com fome, entretanto comeu um bolo”, nesta frase, foi empregado inadequadamente o

conectivo “entretanto” que representa a função de oposição com relação ao fragmento anterior. Desse modo, como o sujeito estava com fome, logicamente iria se alimentar, ou seja, o mais adequado seria a utilização de um conectivo de conclusão, por exemplo, “portanto”, “logo”, então” entre outros.

Sob esse viés, outro tipo de coerência é a semântica, que segundo Koch e Elias (2010), para que um texto seja semanticamente coerente, não deve conter contradição de quaisquer conteúdos, postos ou pressupostos”. Acerca dessa lógica, podemos citar como exemplo o texto de tipologia argumentativa, solicitada pelo exame do IFRN, no qual o aluno deve se posicionar com relação à temática e defender seu ponto de vista, contudo, algumas vezes, o posicionamento apresentado na introdução, modifica-se na conclusão ou até mesmo no desenvolvimento, ou seja, uma contradição grave, pois a tese deve ser a mesma do início ao fim.

Por fim, destacamos a coerência estilística, conceituada por Koch e Elias como: “Determina que, em cada situação interativa, o produtor do texto se utilize da variedade de língua adequada, em termos de léxico, estruturas sintáticas etc.”, isto é, a depender da situação comunicativa e o objetivo do texto, é necessário adequar a linguagem naquele contexto, por exemplo, na produção da redação para o exame do IFRN, os alunos possuem o conhecimento de que é um texto no qual será avaliado por uma banca, sendo assim, exige uma escrita mais formal, não podendo haver expressões da oralidade ou conotativas, gírias, entre outros.

Ademais, o outro critério relevante é a coesão textual, conceituada por Koch (2022, p.18) como referente “[...] a todos os processos de sequencialização que asseguram (ou tornam recuperável) uma ligação linguística significativa entre os elementos que ocorrem na superfície textual”. Dessa forma, podemos entender que esse processo é responsável por criar um encadeamento, permitindo que as ideias no texto estejam conectadas de maneira clara e compreensível. Existem dois tipos de coesão, a referencial e a sequencial. Esta pesquisa concentra-se na sequencial, tendo em vista que é o tipo cobrada pelos critérios de correção da redação do exame do IFRN. Sendo assim, é válido pontuar que:

A coesão sequencial diz respeito aos procedimentos linguísticos por meio dos quais se estabelecem, entre segmentos do texto, (enunciados, partes de enunciados, parágrafos e sequências textuais), diversos tipos de relações semânticas e/ou pragmáticas, à medida que se faz o texto progredir. (Koch, 2022, p. 53).

Nessa perspectiva, podemos compreender a utilização de conectores, por exemplo, os operadores argumentativos, que fazem a ligação entre as orações, períodos e parágrafos. Esses elementos são muito importantes, principalmente na coesão do texto argumentativo, pois auxiliam também na orientação argumentativa. Podem ser classificados de acordo com sua função: oposição, finalidade, explicação, conclusão, adição entre outros.

Outrossim, com relação à coesão, é imprescindível pontuar que:

[...] não se trata de condição necessária, nem suficiente: existem textos destituídos de recursos coesivos, mas em que “a continuidade se dá ao nível do sentido e não ao nível das relações entre os constituintes linguísticos”. Por outro lado, há textos em que ocorre um “sequenciamento coesivo de fatos isolados que permanecem isolados, e com isto não têm condições de formar uma textura” (Marcuschi, 1983, apud Koch, 2022, p. 17)

Ou seja, o texto não precisa obrigatoriamente apresentar elementos de coesão. Por exemplo, “Fui para casa. Dormi. Tomei banho. Saí.”, percebemos que não há elementos coesivos ligando uma oração a outra, mas conseguimos compreender perfeitamente a sequência de ações realizadas por alguém. Contudo, a utilização de mecanismos linguísticos que realizem a coesão entre os períodos, parágrafos, as ideias do texto, contribuem para uma melhor progressão textual, facilitando a compreensão do leitor.

3 ANÁLISE DO *CORPUS*

O Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN) realiza anualmente um processo seletivo para o ingresso de novos estudantes mediante prova escrita: 20 questões de Língua Portuguesa, 20 questões de Matemática e uma redação. A redação é corrigida com base em cinco critérios avaliativos: Estrutura, referente à introdução, desenvolvimento, conclusão, tema e tese; Organização linguístico-textual, com relação à gramática, ortografia, concordância nominal, verbal, acentuação, pontuação, coesão, coerência e argumentação. Essa pesquisa tem como foco os critérios de coesão e coerência.

Excerto 01

01 A dengue, é uma das doenças mais graves de Brasil.
 02 A sua contaminação ocorre através do picada de mos-
 03 quito, chamado de Aedes aegypti. No contexto atual, em 20-
 04 21, conseguimos atingir o maior número de casos de
 05 dengue no Brasil. O que vem prejudicando a população
 06 brasileira.
 07 No entanto, "porque o Brasil vive uma alta histó-
 08 rica de casos em 2021?". Isso vem acontecendo pois,
 09 a água acumulada em diversos ambientes e recipientes
 10 como, tampas, pneus abandonados, caixas de água e
 11 entre muitos outros locais, acabam atraindo ele, o
 12 mosquito, e é lá onde normalmente ele costuma se aco-
 13 modar.
 14 Porém, o mesmo acontece com a ajuda do clima.
 15 Como podemos observar diante as gotas de onde ele con-
 16 tuma ficar, o mosquito gosta de lugares quentes e umi-
 17 dos. Então no inverno, consequentemente os casos de
 18 dengue não aumentam, podendo levar muitas cidades bra-
 19 silianas a abitar.
 20 Para rasgarmos esta página e construirmos um
 1 tra, precisamos que todos venham a colaborar. Va-
 2 mos acabar com o acúmulo de água. Com palestras de con-
 3 sultoria para informar a sociedade de como agir, com ações
 4 e a campanha de vacinação que protege todos contra o vírus.

Fonte: arquivo pessoal

Nesta redação, o aluno inicia apresentando o tema, relatando o aumento nos casos da dengue e, por fim, sua tese. Nos dois parágrafos seguintes, ele expõe possíveis causas para justificar esse aumento. Contudo, percebemos o uso inadequado de dois conectivos no início do segundo e terceiro parágrafo. No primeiro, a intenção é mostrar a primeira causa do problema, dessa forma, conectivos como "Acerca dessa lógica", "Sob esse viés", "Em primeira análise", entre outros, seriam melhores empregados para cumprir esta função. Porém, com o uso do "Entretanto", a coesão é prejudicada e ocorre uma incoerência sintática, Koch e Elias (2012). O mesmo ocorre no segundo parágrafo, pois como o objetivo é adicionar informações, fazendo ligação com o que já foi escrito, então deve-se utilizar os operadores com função aditiva, por exemplo, "Ademais", "outrossim", "Além disso", entre outros. O uso do "Porém" contribui para que a frase fique confusa.

Excerto 02

07	Inicialmente podemos destacar o Barão como impulsor desta
08	perspectiva, à vista que na constituição Federal de 1988 diz que o Estado
09	é responsável pela bem estar social da população. Mesmo que tenha
10	campanhas nas escolas e municípios, no ano de 2023 para 2024 as estatísticas
11	de saúde da população podem ser uma queda relativamente grande, visto que
12	essa conta com a assistência de saúde dos municípios e também
13	se esse contato não está sendo suficiente e cada vez mais, as pessoas
14	estão ficando doentes.
15	Outrossim, faz-se mister salientar a desinformação da população
16	como causador do tema, pois a alguns anos atrás viamos muitas
17	agentes de saúde visitando as casas e dando outros diversos contatos
18	com a dengue, ali - mesmo pela mídia que falava bastante sobre
19	o assunto. Muitas pessoas não sabem nem quando a vacinação
20	contra essa doença. Por muitos desses quesitos, o tema está cada vez
21	mais frequente na nossa sociedade, o que não é nada bom.
22	Por fim, podemos destacar que o Barão deveria fazer muito mais campanhas
23	sobre a dengue, trazendo mais agentes de saúde para as escolas,
24	tanto para fazer a conscientização das carteiras de vacinação das crianças e
25	adolescentes, mas também as conscientizar de como essa doença pode fazer mal a
26	eles e a sua família, e também a saúde deveria fazer mais conscientizações
27	em casas para ver se realmente está tudo bem ou se tem
28	algum tipo de água parada. Assim o problema seria resolvido
29	de meios a longo prazo.
30	

Fonte: arquivo pessoal

Por fim, no último parágrafo, em que poderia ser colocado operadores argumentativos de conclusão, o aluno utilizou a expressão “Para rasgarmos está página e construirmos outra” que possui sentido conotativo, configurando-se na ausência de coerência estilística, pois é necessário adequar a linguagem, que deve ser clara e direta, ao tipo textual solicitado. Dessa forma, concluímos que essa redação não possui coesão adequada e nem suficiente, pois não há emprego de conectivos intraparágrafos, conseqüentemente, contribuindo para a existência de incoerências.

Por outro lado, no anexo seguinte:

Podemos observar a presença de conectivos no início dos parágrafos de forma adequada, mesmo que não haja o uso de operadores intraparágrafos, percebemos o encadeamento das ideias já apresentadas com as que serão inseridas. Vemos o elemento coesivo “Inicialmente” no primeiro parágrafo de desenvolvimento, para apresentar o primeiro argumento. Já no seguinte, o conectivo “Outrossim” com a adição de uma nova ideia em complementação com a anterior e na conclusão o operador “Por fim” para encerrar o texto. Diante disso, é perceptível uma melhor fluidez da redação. Contudo, não notamos o mesmo no próximo anexo:

Excerto 03

01	Recentemente o Brasil está vivendo uma epidemia
02	de dengue e gripe, chegando a mais de 20 milhões de
03	casos. informações da pesquisa de quinta-feira
04	(21), feita pelo Ministério da saúde. Pela falta de respon-
05	sabilidade de pessoas que não acreditam nas meios
06	de se prevenir, mais de 682 morte por casos de dengue
07	foram registrados, além de mais mais de 1042 mortes
08	em investigação.
09	Por causa das drásticas mudanças climáticas
10	e aquecimento global no Brasil, a população está
11	sofrendo com centenas de casos de gripe e dengue.
12	O ministério da saúde afirmou nessa quarta-feira
13	(20) que pela grande quantidade de de exatidão con-
14	taminados com casos de gripe e dengue, isto alertará
15	o sistema de saúde de vários estados e municípios.
16	O mais importante é cuidar da família por
17	dentro e por fora, as únicas soluções para evitar
18	o mosquito da dengue e a gripe são: não deixar
19	água parada, tampar caixa d'água, se cuidar em
20	períodos de chuva, vacinação em dia, monitora-
21	mento de agentes de saúde, entre outros. Vacine
22	Seu filho.
23	

Fonte: arquivo pessoal

Não há a utilização de conectivos no início nem no interior dos parágrafos, o que prejudica na progressão textual, pois há um aspecto como se o texto estivesse “quebrado”. Não é possível perceber que a redação se constitui em uma unidade.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dessa forma, diante do que foi exposto, após a discussão dos conceitos e a análise de algumas produções textuais, objetivo dessa pesquisa, é possível perceber que de fato, há uma lacuna na construção da coesão e coerência no texto. Muitos alunos não compreenderam a relação entre esses critérios, e por isso, algumas redações não apresentam: conectivos para iniciar os parágrafos, o que contribui em uma falha na progressão textual, tornando as partes do texto desconexas. Por outro lado, em outras produções, há a presença de elementos coesivos, porém empregados de forma inadequada, por exemplo, a utilização de um conectivo de oposição para iniciar o parágrafo de desenvolvimento, em que deve ser apresentado o primeiro argumento. Essa inadequação permite que haja uma incoerência, dificultando a compreensão, a ligação e o sentido das ideias;

Desse modo, essa pesquisa é de suma importância, pois evidencia lacunas na produção textual, demonstrando assim, a necessidade de se trabalhar ainda mais os critérios da coesão e coerência com os alunos. É imprescindível que os alunos compreendam a relação entre esses e consigam construir um texto coerente e coeso,

não somente para atender ao que o exame de seleção solicita, mas para produzir um bom texto em outras esferas.

REFERÊNCIAS

KOCH, I. G. V. **A coesão textual**. 22 ed. São Paulo: Contexto, 2022.

KOCH, I. G. V; TRAVAGLIA, L. C. **A coerência textual**. 18 ed. São Paulo: Contexto 2012.

KOCH, I. G. V; ELIAS, V. M. **Ler e compreender: os sentidos do texto**. 3 ed. São Paulo: Contexto 2006.

MARCUSCHI, L. A. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. 1 ed. ParábolaEditorial: 2008.

CAVALCANTE, M. M. **Os sentidos do texto**. 1 ed. Contexto: 2012.

MARQUESI, S. C; PAULIUKONIS, A. L; ELIAS, V. M, **Linguística textual e ensino**. 1 ed.Contexto: 2017.

ANTUNES, I. **Análise de textos: fundamentos e práticas**. 1 ed. Parábola Editorial: 2010.

DA EMANCIPAÇÃO À REGULAÇÃO SOCIAL DO TRABALHO DOCENTE: A SUBJETIVAÇÃO DO PROFESSOR E O LUGAR HISTÓRICO DA ESCOLA EM NARRATIVAS DO NOVO ENSINO MÉDIO

Antonio Genário Pinheiro dos Santos
Rafaela Cláudia dos Santos

1 INTRODUÇÃO

A educação brasileira sempre ocupou largo espaço na discussão pública e no contexto da ação política. Leis, decretos, resoluções e planos de ação governamental têm ratificado, em âmbito nacional, a densidade histórica e a verticalização de poder que perpassam a educação no Brasil ao longo dos anos. A exemplo dessa historicidade, em 2022, sob os efeitos da Lei nº 13.415/2017, promulgada ainda no governo de Michel Temer, a proposta do Novo Ensino Médio é oficializada. Com ela, dão-se condições fecundas para uma gama de discursos que passam a tratar das respectivas implicações estruturais e organizacionais para o ensino no país.

Nessa configuração¹, o Novo Ensino Médio traz como consequência primeira a redefinição do tempo mínimo destinado à permanência do alunado na escola e a oferta dos itinerários formativos. Além disso, a proposta provê um conjunto de diretrizes voltadas ao trabalho com os saberes, conhecimentos e competências destinados, por sua vez, à formação técnica e profissional.

Dessa realidade, tem-se o levante de discussões as mais diversas, em especial, aquelas que recortam o papel das escolas que, em seus múltiplos contextos e realidades de funcionamento, não oferecem as condições necessárias para uma educação equânime e de qualidade. Discussões essas que encontram, na produtividade discursiva mobilizada no e pelo aparato midiático da atualidade, espaço capital para serem apresentadas, analisadas, mensuradas, trazidas à tona no escopo de narrativas que buscam visibilidade. É neste cenário que podemos observar como os discursos midiáticos atribuem visibilidade às políticas educacionais nacionais de maneira a provocar as práticas pedagógicas e a institucionalidade da escola face às narrativas do Novo Ensino Médio (NEM doravante).

¹ Consideramos aqui a disposição da proposta que está em vigor no país em junho de 2024, a despeito das alterações vislumbradas no Projeto de Lei 5.230/23, pela Comissão de Educação do Senado Federal Brasileiro que, após trabalhos de reestruturação do Novo Ensino Médio, aprovou mudanças na carga horária para 2,4 mil horas para as disciplinas básicas, bem como a inclusão da Língua Espanhola como disciplina obrigatória. Disponível em: <https://brasilescola.uol.com.br/noticias/senado-aprova-nova-reforma-do-ensino-medio-projeto-amplia-carga-horaria-de-disciplinas-basicas/3131618.html>

Voltando-nos para esta atualidade, entendemos que tais narrativas trazem a educação brasileira no signo de um acontecimento discursivo (Foucault, 2019), a partir das mídias digitais e das redes sociais, cujos efeitos de sentido apresentam um trajeto de oscilação entre a oferta de um espaço de emancipação didático-pedagógica e o trabalho de regulação social dos agentes envolvidos, a saber, alunos, professores e equipe de gestão escolar.

Nesta perspectiva, intentamos com o presente trabalho analisar como são construídas e quais os efeitos das narrativas sobre o NEM, observando como elas estão atreladas a estratégias do dizer midiático, as quais alicerçam a discussão acerca da configuração dessa política educacional sob a alcunha de dizibilidades que instaram um acontecimento discursivo. Balizam nosso gesto de leitura linguístico-discursiva as indagações: (i) como os discursos sobre a educação (modo de ensinar) moldam a subjetividade e a prática pedagógica do sujeito-professor no contexto das narrativas do Novo Ensino Médio, (ii) a maneira pela qual a escola, como um espaço histórico-discursivo, atua na manutenção e disseminação de saberes e práticas sociais segundo trajetos determinados de legitimidade (iii) quais são as descontinuidades identificadas nas narrativas do Novo Ensino Médio que afetam a formação e a atuação dos professores e a estabilidade institucional das escolas.

À guisa dos postulados teóricos e metodológicos de Michel Foucault (2006), essas questões nos lançam não apenas à discussão sobre os discursos que provocam e condicionam o que se diz e o que pode ser dito sobre a escola e sobre a educação nacional como um todo, mas, para além disso, permitem problematizar as dizibilidades que ligam a subjetividade do professor e do aluno a determinados efeitos de sentido. Efeitos, por um lado, de emancipação e protagonismo e, por outro, de controle e regulação social em suas condutas e formação.

Ainda no que tange aos nossos nortes metodológicos, seguimos os pressupostos de Foucault (2006, 2018, 2019), Veiga-Neto (2017), na seara dos estudos discursivos, para problematizar a posição de sujeito-professor como construção de subjetividade, as estratégias de saber-poder imbricadas nos dizeres que circulam socialmente e a escola como dispositivo disciplinar que agencia condutas e diretrizes gerais para o ensino. Nesta perspectiva, alcançamos em Foucault (1979, p. 244) a direção para tomarmos o conceito de dispositivo como:

[...] um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode tecer entre estes elementos” (Foucault, 1979, p. 244).

Com o nosso gesto de leitura discursiva dos objetos, consideramos, enunciados midiáticos que tratam da repercussão da proposta do Novo Ensino Médio, destacados em matérias de caráter noticioso, dispostos em plataformas

eletrônicas do jornalismo mediado. Trata-se, neste caso, de enunciados que evidenciam o sincretismo entre texto verbal e imagem e que circulam em domínios informacionais tais como o jornal *Opção*, os portais *Conexia* e *Ciência Hoje* e a revista *Carta Capital*. Esses espaços foram aqui selecionados em função da discursividade que oportunizaram, em ambiente midiático, sobre o Novo Ensino Médio e a partir dos quais podemos alcançar as narrativas que abordam tal temática na égide da apreciação pública, da problematização de sua justificação social e da vontade de verdade de que elas se alimentam.

2 DISCURSOS DE PODER NA MATERIALIDADE DOS MODOS DE SUBJETIVAÇÃO DO PROFESSOR E DA ESCOLA

Michel Foucault, em suas obras *Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão* (2018) e *A Arqueologia do Saber* (2019), propõe, dentre outras coisas, refletir sobre as relações entre poder, saber e discursividade. Esses conceitos são essenciais para compreendermos como as práticas pedagógicas e a subjetividade dos professores são moldadas, levando em consideração as condições de produção do discurso educacional. Segundo Veiga-Neto (2017), em *Foucault e a Educação*, a aplicação desses conceitos revela que as instituições educacionais funcionam como dispositivos de normalização, regulando não só comportamentos, mas, também, os itinerários de aprendizagem propostos pela escola; e é no e pelo discurso que podemos destacar os regimes de dizer, objetos que se formam e o efeitos de sentido que se materializam a partir de condições de emergência determinadas.

Nesse íterim, é preciso considerar que o discurso é, então, espaço de produtividade; é em sua dimensão que alcançamos efeitos de regularidade e de singularidade de dizeres e sentidos. Dessa forma, o discurso deve ser entendido como espaço de exterioridade a partir do qual podemos observar o sujeito dito, inscrito, agenciado em formas de construir a história à luz da educação nacional. Nas palavras foucaultianas, trata-se de lidar com os discursos na sinuosidade de práticas que marcam uma arqueologia de coisas ditas, mas na relação com regras que permitem formar o que se diz, em determinadas condições de aparecimento histórico, haja vista que:

Renunciaremos, pois, a ver no discurso um fenômeno de expressão [...]; nele buscaremos antes um campo de regularidade para diversas posições de subjetividade. O discurso, assim concebido, não é a manifestação majestosamente desenvolvida, de um sujeito que pensa, que conhece, e que o diz: é, ao contrário, um conjunto em que podem ser determinadas a dispersão do sujeito e sua descontinuidade em relação a si mesmo. É um espaço de exterioridade em que se desenvolve uma rede de lugares distintos (Foucault, 2019, p. 61).

Assim, ao observarmos a densidade histórica dos discursos que dizem a educação no escopo da realidade brasileira, vislumbramos a verticalização de relações entre saberes e poderes determinados que se arregimentam nas verdades jurídicas de uma época (Foucault, 2013). No que concerne à figura do professor, é possível notar formações discursivas que expressam regularidades na forma de dizer, de falar sobre esse sujeito, em modos e estratégias que reafirmam sua posição ora de agente, de protagonista, ora de capital de trabalho que atende a demandas de mercado.

No escopo dessa historicidade, observamos que ações e práticas docentes não apenas reproduzem o que determinam os dispositivos e instâncias oficiais reguladoras, mas são elas também objeto de controle e de cerceamento. Nem tudo pode ser dito, por qualquer um, de qualquer modo ou de qualquer lugar e, assim, o trabalho docente se efetiva a partir de uma determinada ordem das coisas, imputado a uma ordem do discurso, pois, conforme propõe Foucault (2006, p. 9): “em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos”.

Nestas condições, podemos falar em relações de poder-saber e modos de subjetivação. Desde sua concepção inicial como mero transmissor de conhecimento até as atuais exigências de adaptabilidade e liderança, o discurso educacional tem moldado e objetivado as práticas dos educadores. Esse trajeto histórico não apenas reflete mudanças sociais e políticas, mas também ilustra como os discursos que se apresentam como dominantes são construídos para atender às necessidades e circunscrever verdades que se apresentam em uma dada atualidade.

Os estudos de Foucault (2006) acerca do poder trazem uma direção muito assertiva acerca dessa máxima na sociedade. Sua contribuição é importante porque ele não coloca o poder como produto da organização estatal, como força contornável e de uso consciente de uma entidade ou instância. Em sua *História da sexualidade: a vontade de saber*, Foucault (2010) entende o poder como mecanismo fino, disposto e constitutivo de toda e qualquer relação social. Nessa concepção, o poder é fluído, transita, mas é, ao mesmo tempo, apanhado nas tramas de saberes que o justificam e que o localizam no cerne de práticas determinadas.

Parece-me que se deve compreender o poder, primeiro, como a multiplicidade de correlações de força imanentes ao domínio onde se exercem e constitutivas de sua organização; o jogo que, através de lutas e afrontamentos incessantes as transforma, reforça, inverte; os apoios que tais correlações de força, encontram umas nas outras, formando cadeias ou sistemas ou ao contrário, as defasagens e contradições que as isolam entre si; enfim, as estratégias em que se originam e cujo esboço geral ou cristalização institucional toma corpo nos aparelhos estatais, na formulação da lei, nas hegemonias sociais [...]. O poder está em toda parte; não porque englobe tudo e sim porque provém de todos os lugares (Foucault, 2010, p. 103).

Nesta perspectiva, falamos das tecnologias de poder que, no cerne da institucionalidade da educação nacional, agenciam e atrelam-se a saberes e que desempenham, portanto, um papel crucial na formação e atuação docente. Podemos observar, por exemplo, que os currículos de formação inicial e continuada são estruturados de modo a reproduzirem determinados conhecimentos e práticas considerados válidos e relevantes. Essas normatividades não apenas orientam as metodologias de ensino, mas também definem as possibilidades e limites da prática pedagógica dos professores, influenciando diretamente sua constituição enquanto *ser-professor*, os profissionais que são responsáveis por “garantir o futuro da nação” (Santos; Santos, 2019).

A construção da subjetividade do professor é mediada pelos discursos educacionais e institucionais. Como destacado por Foucault (2006), esses discursos não são neutros; eles carregam consigo relações de poder que determinam não apenas o que é esperado dos professores, mas também os critérios de sucesso e fracasso na profissão. Essa análise crítica permite compreender como os professores são configurados dentro de um sistema que valoriza tipos de conhecimento e práticas em detrimento de outros.

3 A ESCOLA COMO ESPAÇO HISTÓRICO-DISCURSIVO E DISPOSITIVO DISCIPLINAR

A escola desempenha uma função social e histórica fundamental na manutenção e disseminação de saberes e práticas sociais. Bourdieu e Passeron (2023) argumentam que a escola funciona como um mecanismo de reprodução das estruturas sociais, legitimando e perpetuando as desigualdades existentes. Segundo os autores, o sistema educacional dissemina o capital cultural dominante, favorecendo os grupos sociais que já possuem acesso a esses recursos e marginalizando aqueles que não os têm. Dessa maneira, a escola não apenas transmite conhecimentos, mas também desempenha um papel crucial na formação dos cidadãos e na formação de *vontades de verdade*, assim como é assinalado nos estudos foucaultianos.

Michel Foucault, em *Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão* (2018), explora como a escola opera como uma instituição disciplinar que regula e controla o comportamento dos sujeitos. O autor sugere que esse espaço de ensino é parte de um conjunto de instituições que formam o que ele chama de sociedade disciplinar, onde se pulverizam saberes-poderes em uma relação indissociável. Através de currículos, avaliações e normas comportamentais, a escola objetiva e contribui para moldar e conformar os sujeitos às expectativas sociais e econômicas. Dessa forma, a função histórica da educação vai além da mera instrução acadêmica, envolvendo a produção e reprodução de práticas sociais que sustentam a ordem social vigente.

Michel Foucault introduz o conceito de *dispositivo disciplinar* para analisar as formas complexas pelas quais o poder se exerce nas instituições, como a prisão, o manicômio e a escola. Em suas obras, especialmente em *Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão*, Foucault (2018) descreve como a escola se configura como uma instituição disciplinar, similar a prisões, hospitais e quartéis. Nesta disposição, a escola organiza e regula o comportamento dos sujeitos através de um conjunto de práticas e saberes que visam à normalização e ao controle dos corpos e das mentes.

No campo educacional, o dispositivo disciplinar envolve diversas técnicas e estratégias de controle, como a vigilância constante, a hierarquia, a avaliação contínua e a imposição de normas comportamentais. Foucault (2018) argumenta que essas práticas disciplinam os alunos, moldando-os para se tornarem sujeitos produtivos e obedientes dentro da sociedade. A disciplina escolar, portanto, não se limita à transmissão de conhecimento, mas também à formação de sujeitos de acordo com as normas e expectativas sociais, privilegiando certos saberes ou omitindo outros.

Face ao exposto e considerando a proposta do Novo Ensino Médio, via narrativas que a dizem e a exploram no âmbito da discursividade midiática, podemos afirmar que a escola atua como um dispositivo disciplinar ao validar conhecimentos e ao defender práticas, moldando e regulando a produção de saberes. O currículo, as regras de comportamento, as práticas de avaliação e os métodos de ensino são todos componentes desse dispositivo que visa à conformação dos sujeitos-alunos às exigências sociais e econômicas.

Há inúmeras narrativas sobre o Novo Ensino Médio, porém algumas são recorrentes, como é o caso do discurso da formação dos professores, que retorna constantemente quando se trata de algo no meio educacional. Como podemos observar no enunciado a seguir:

Figura 01: Novo Ensino Médio: como preparar os professores



Fonte: Conexia, 2021

A partir do chamamento da reportagem veiculada pelo site *Conexia Educação*, percebe-se que há uma *vontade de verdade* sobre a necessidade de a gestão escolar preparar os professores para o Novo Ensino Médio. A reportagem é dividida em algumas seções, a saber: 1. *Entenda os desafios do Novo Ensino Médio*; 2. *Veja o que muda para os professores*; 3. *Conheça o perfil ideal do professor*; 4. *Observe como preparar os educadores*; 5. *Formação continuada*; e 6. *Uso de tecnologias inovadoras*.

Atentos à máxima do professor ideal, retomamos aqui os nortes apontados nas questões centrais deste estudo para instigar a reflexão sobre o modo pelo qual o discurso educacional aborda a subjetividade e a prática pedagógica do sujeito-professor, a maneira pela qual a escola trabalha para manter e disseminar saberes e práticas de legitimidade determinados e, a partir disso, entender as descontinuidades identificadas nas narrativas do Novo Ensino Médio. *É possível existir um sujeito-professor ideal?* Vejamos o que trata a seção da reportagem em tela:

Para atuar no Novo Ensino Médio, além da sua formação para atuar nas áreas do conhecimento estabelecidas pela BNCC, os professores precisam ter um perfil mediador para os novos momentos estruturados a partir dos Itinerários Formativos. Isso é fundamental para que a aprendizagem tenha articulação entre a teoria e a aplicação prática, sempre relacionada ao contexto dos alunos. [...] Essas características são potencializadas com o uso de ferramentas que estimulam o protagonismo do aluno dentro e fora da sala de aula, para despertar o gosto pelos estudos e promover atividades educacionais que façam sentido para os educandos (Conexia, 2021).

Dessa forma, podemos perceber que aos professores é dada a missão de buscar a preparação e o aperfeiçoamento de modo que possam atuar conforme as diretrizes dos itinerários formativos. Por consequência, tais profissionais tendem a se distanciar do universo de metodologias e conteúdos vinculados às disciplinas para as quais foram formados, além de serem cobrados a evidenciar o protagonismo discente. Ademais, os professores precisam garantir que as atividades educacionais sejam assertivas e tenham significado para os educandos. Existe uma vontade genuína de que os conteúdos se aproximem da realidade do educando.

A reportagem aborda a questão de quem está autorizado a ministrar aulas no Novo Ensino Médio, destacando a inclusão de profissionais com o chamado *notório saber*. Sob o viés dos estudos discursivos foucaultianos, é possível problematizar essa questão, analisando como os discursos que legitimam esses sujeitos operam no campo educacional, através das relações de poder-saber e são legitimados, sobretudo, à luz do saber jurídico (Foucault, 2013).

Essa legitimação não é neutra; ela envolve processos de subjetivação, onde os indivíduos são moldados segundo novas normas e expectativas. Os sujeitos que detêm o *notório saber* são construídos discursivamente como portadores de um conhecimento válido, suficiente e útil para a formação dos alunos, enquanto os professores que se caracterizam *tradicionais* precisam reconfigurar suas práticas

para se adaptarem a essa nova realidade. Esse processo reflete a dinâmica foucaultiana de como o poder se exerce e se perpetua através da produção e legitimação de saberes específicos (Foucault, 2013).

É importante frisar que o Governo Federal ofertou cursos *online* de formação para os professores trabalharem no Novo Ensino Médio, reforçando a *vontade de verdade* de que os educadores necessitam de conhecimentos específicos para trabalhar com uma nova modalidade de aulas. No entanto, os cursos devem ser realizados pelos docentes em horários que não coincidem com suas jornadas de trabalho, o que ocasiona uma dificuldade na adesão por parte dos professores que, em sua maioria, precisam ampliar suas jornadas de trabalho.

Assim, o Novo Ensino Médio é impulsionado pela base da educação técnica e tecnológica, com itinerários formativos seguindo os preceitos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/1996), em seu capítulo III, Da Educação Profissional e Tecnológica. Como explica o próprio Ministério da Educação em seu site (Portal MEC, 2024), na aba de perguntas e respostas sobre o Novo Ensino Médio:

O que é o Novo Ensino Médio?

A Lei nº 13.415/2017 alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e estabeleceu uma mudança na estrutura do ensino médio, ampliando o tempo mínimo do estudante na escola de 800 horas para 1.000 horas anuais (até 2022) e definindo uma nova organização curricular, mais flexível, que contemple uma Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a oferta de diferentes possibilidades de escolhas aos estudantes, os itinerários formativos, **com foco nas áreas de conhecimento e na formação técnica e profissional**. A mudança tem como objetivos garantir a oferta de educação de qualidade a todos os jovens brasileiros e de aproximar as escolas à realidade dos estudantes de hoje, considerando as novas demandas e complexidades do mundo do trabalho e da vida em sociedade (Portal MEC, grifo nosso).

Tais formas de dizer, de recortar o espaço de visibilidade acerca da proposta do NEM, fazem incidir efeitos de uma educação pautada na lógica neoliberal. Fica evidente que apesar de ter aumentado as horas de permanência do estudante na instituição de ensino, os horários das disciplinas básicas para a formação cidadã foram reduzidos (Brasil Escola, 2024), ao passo que os docentes das referidas disciplinas tiveram que assumir diversas matérias que não são de sua base formativa, ocasionando um efeito de depreciação e minimização das disciplinas teóricas. Sobre essa precarização e alicerçados no discurso do *Novo*, temos que:

O ensino médio tem sido apresentado como ‘novo’ desde a reforma promovida pela Lei nº 13.415/2017. No entanto, ao analisarmos as proposições contidas na referida legislação e verificarmos as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio – DCNEM, atualizadas na Resolução CNE/CEB 03/2018, assim como as indicações apresentadas na Base Nacional Comum Curricular – BNCC, verificamos a permanência de características presentes em normativas aprovadas e em vigor nos anos 1990 (contexto de neoliberalismo), que reforçam a formação alinhada ao

mercado, numa perspectiva adaptacionista e reprodutora das desigualdades sociais (Garcia; Da Silva Czernisz e PIO, 2022, p. 25).

Os referidos autores trazem uma discussão pertinente sobre a busca pelo *novo* como sinônimo de melhor e necessário para a educação; entretanto, o Ensino Médio é apresentado com o selo de “moderno”, mas vestindo o antigo manto do empreendedorismo em vigor desde a década de 1990, conforme aponta Moura (2024) em *O Momento*:

Vendida à população como se fosse uma revolucionária novidade para melhoria da educação, a reforma no ensino médio nada mais é do que a precarização da educação como um todo, transformando as instituições públicas de educação em fábricas de cidadãos e cidadãs acríticos e preparados/as para atender a um mercado de trabalho onde a classe trabalhadora não impõe resistência às constantes perdas de direitos essenciais e fundamentais. A precarização se estende aos profissionais da educação, já que nem mesmo a formação específica será exigida para ministrar disciplinas, podendo se utilizar de “notório saber” para tal.

Nesta perspectiva, as narrativas sobre o NEM discursivizam a proposta como sendo ela um vetor potencial para ampliar as desigualdades existentes entre estudantes de escolas públicas e privadas. É sobre isso que tratam duas das reportagens problematizadas abaixo:

Figura 02: Desigualdades Novo Ensino Médio



Fonte: Carta Capital 2023

Figura 03: Escola pública x privada



Fonte: Jornal Opção, 2023

Nos dois enunciados acima, podemos assinalar a percepção de que o NEM tem contribuído de forma significativa para o agravamento das disparidades entre estudantes oriundos de instituições de ensino públicas e privadas. Além disso, observa-se uma manifesta demanda pela revogação da lei por parte da comunidade docente, refletindo uma *vontade de verdade* dos sujeitos que ocupam diversos lugares no âmbito educacional, sobretudo, alunos e professores.

Chama a atenção no enunciado da figura 03 a representação de um estudante que ergue um cartaz, evocando a imagem de apresentações de trabalhos escolares, com a inscrição “itinerário não cai no vestibular”. Este gesto denota um ato de

protesto, pois evidencia a preocupação dos discentes do ensino médio em preparar-se para os exames vestibulares, os quais são cruciais para o ingresso nas universidades.

Os múltiplos dizeres e a heterogeneidade dos enunciados nos permitem evidenciar tanto regularidades quanto singularidades sobre as discussões que circulam nas redes sociais, *sites* e jornais *online*. Observa-se uma regularidade na ênfase do *Novo* como algo moderno e necessário, indicando uma mudança vista como imprescindível no Ensino Médio, além de direcioná-lo para uma educação focada no ensino técnico e profissionalizante, fundamentada em discursos de empreendedores de si. Por outro lado, as singularidades emergem a partir de análises e olhares críticos sobre a regulamentação e implementação do chamado Novo Ensino Médio, tornando visíveis relações sutis que apontam para a percepção de que essa novidade talvez não seja tão nova, nem tão positiva quanto se pretende estabelecer.

Essas singularidades estão, por exemplo, imbricadas nos cartazes dos protestos de rua (figura 03), onde estudantes expressam que os itinerários propostos pelo NEM não irão contribuir para o objetivo principal de muitos, que é alcançar a aprovação no ENEM. Vale lembrar que, anteriormente, apenas uma pequena parcela da elite qualificada do Brasil conseguia ingressar em uma instituição pública de nível superior. No entanto, ao longo de diversos movimentos de luta, que culminaram na criação de mecanismos de políticas públicas como as cotas, foi possível construir um cenário mais promissor, com maior diversidade de estudantes de escolas públicas ingressando nas universidades.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As considerações finais deste trabalho destacam a complexidade das narrativas midiáticas sobre o Novo Ensino Médio (NEM) e sua influência nas práticas pedagógicas, bem como na subjetividade de professores e alunos. Nossas discussões mostram que a educação, em seu sentido mais amplo, permanece como um espaço onde poder e conhecimento se entrelaçam, moldando tanto as práticas educacionais quanto as subjetividades dos envolvidos.

É crível que a escola, enquanto instituição de ensino e também política, desempenha um papel central na produção de subjetividades, a partir do seu poder de objetivar os sujeitos, sendo ao mesmo tempo um espaço de resistência e de regulação social. A mídia, ao atuar como um dispositivo de visibilidade, contribui para a construção de narrativas que oscilam entre a emancipação pedagógica e a imposição de normatividades que regulam o agir dos professores e a formação dos alunos. Nesse sentido, o discurso midiático, ao abordar o NEM, revela as tensões entre a inovação curricular e a manutenção de práticas históricas que ainda predominam no espaço escolar.

As discussões aqui levantadas evidenciam a importância de se considerar as condições de produção histórico-discursivas em que tais narrativas são produzidas. A escola, ao longo do tempo, foi se configurando como um espaço de produção e disseminação de saberes, mas também como um ambiente onde práticas de poder são exercidas para normatizar condutas e objetivar sujeitos. Assim, o NEM se insere em uma longa trajetória de reformas educacionais que buscam adaptar a educação às demandas sociais contemporâneas, mas que também enfrentam resistências de diferentes segmentos da sociedade.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, P.; PASSERON, J. **A reprodução**: elementos para uma teoria do sistema de ensino. Petrópolis: Vozes, 2023.

BRASIL ESCOLA. Senado aprova reforma do Novo Ensino Médio. Projeto amplia carga horária de disciplinas básicas. **Brasil Escola/Notícias**. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/noticias/senado-aprova-nova-reforma-do-ensino-medio-projeto-amplia-carga-horaria-de-disciplinas-basicas/3131618.html>. Acesso em: 22 jun. 2024.

CONEXIA EDUCAÇÃO. **Novo Ensino Médio**: como preparar os professores. Disponível em: <https://blog.conexia.com.br/novo-ensino-medio-professores/>. Acesso em: 01 de set. 2023.

DIAS, E. Novo ensino médio expõe abismo entre escola pública e privada. **Jornal Opção**. Disponível em: <https://www.jornalopcao.com.br/reportagens/novo-ensino-medio-expoe-abismo-entre-escola-publica-e-privada-484686/>. Acesso em: 09 jun. 2024.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. 8 ed. Tradução de Luiz Neves. Rio de Janeiro: Forense, 2019.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. 3 ed. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

FOUCAULT, M. **A verdade e as formas jurídicas**. Tradução de Eduardo Jardim e Roberto Machado. Rio de Janeiro: Nau, 2013.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade**: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2010.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 2018.

GARCIA, S. R. O.; CZERNISZ, S. E. C.; PIO, C. A. 'Novo' Ensino Médio? Customização neoliberal da formação integral. **Retratos da Escola**, v. 16, n. 34, p. 23-38, 2022.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. **LDB** - Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996.

MOURA, P. O “novo” ensino médio: um projeto neoliberal para a educação. **O Momento**: diário do povo. Disponível em: <https://omomento.org/o-novo-ensino-medio-um-projeto-neoliberal-para-a-educacao/>. Acesso em: 07 jun. 2024.

MONTEIRO, A. M. O novo ensino médio e desafio dos professores. **Ciência Hoje**. Entrevista. Disponível em: <https://cienciahoje.org.br/artigo/o-novo-ensino-medio-e-desafio-dos-professores/>. Acesso em: 06 jun. 2024.

PORTAL MEC. **Novo Ensino Médio - perguntas e respostas**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=40361#:~:text=A%20Lei%20n%C2%BA%2013.415%2F2017,flex%C3%ADvel%2C%20que%20contemple%20uma%20Base>. Acesso em: 06 jun. 2024.

SILVA, C.; BASILIO, A. L. As grandes desigualdades entre o Novo Ensino Médio na escola pública e na escola particular. **Carta Capital**. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/educacao/as-grandes-desigualdades-entre-o-novo-ensino-medio-na-escola-publica-e-na-escola-particular/>. Acesso em: 09 jun. 2024.

SANTOS, R. C.; SANTOS, A. G. P. Da sacra regulamentação à discursividade: efeitos de verdade na legislação educacional brasileira. Miguilim – **Revista Eletrônica do Netlli**, Crato, v. 8, n. 2, p. 780-793, maio-ago. 2019.

VEIGA-NETO, A. **Foucault & a Educação**. 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

DAS PINCELADAS À FIGURA E DA FIGURA À MULHER:

AS RELAÇÕES DIALÓGICAS NO ENUNCIADO PICTÓRICO SESSÃO DO CONSELHO DE ESTADO DE GEORGINA ALBUQUERQUE

Clara Morghana Pereira Silva
Francisco Vieira da Silva

1 UM ESBOÇO PARA O QUADRO

Dentro do âmbito social e cultural, estamos acostumados a vislumbrar, em muitos meios, as histórias dos grandes heróis, que entre percalços e decisões difíceis, conseguiram suas vitórias tão almejadas. Nas salas de cinema ou nos sofás das salas, milhares de pessoas já assistiram narrativas cinematográficas como a do “bobo” *Rocky Balboa*, que inesperadamente recebe uma proposta para um embate contra o grande campeão, Apollo Creed e consagra-se como novo detentor do cinturão. Quem não lembra também do pequeno menino que vivia no armário na casa dos tios e recebe um convite para uma escola um tanto peculiar? Todos afinal conhecemos esse que se tornou o grande bruxo de *Hogwarts*, *Harry Potter*.

Na história real, aquela dos documentos oficiais, dos livros didáticos, dos artigos científicos; das ciências humanas às socais, também é notória a presença das figuras alçadas a um patamar de herói e principalmente símbolos nacionais e, por que não, mundiais. De líderes políticos a ativistas sociais; dos grandes cientistas a figuras históricas proeminentes; o curso da história parece não mudar muito quanto à necessidade dos seus vultos históricos e, claro, no gênero preferencial da maioria deles. Afinal, onde estavam as mulheres no transcorrer dos eventos emblemáticos, dos grandes atos e dos acontecimentos discursivos notórios? Em que páginas dos documentos e dos livros elas se perderam ou se encontravam pelo menos por milésimos de segundos?

Uma delas, pelo menos, estava sentada, numa tarde ensolarada, de frente a alguns homens, discutindo seriamente sobre a independência do Brasil. É assim que Maria Leopoldina da Áustria foi retratada pela artista paulista, Georgina de Albuquerque (1885 – 1962). A impressionista teve a capacidade de desestruturar, pelo menos por algumas horas na Exposição de Arte Contemporânea e Arte Retrospectiva do Centenário da Independência, o que era conhecida como pintura histórica desde o século XIX. Esse gênero pictórico teve no Brasil bastante proeminência durante o império, contando com nomes como Víctor Meirelles, Pedro Américo e seu próprio precursor, em território brasileiro, Jean Baptiste Debret.

Com suas pinceladas curtas e aparentemente desformes típicas do impressionismo, e um diálogo tímido e improvável com o modernismo nascente no país, Georgina produz um considerável acervo pictórico com implicações sociais, históricas, políticas, culturais e, prioritariamente, artísticas. As relações que suas obras estabelecem com outros dizeres, acontecimentos históricos, movimentos artísticos, visualidades, além, é claro, dos próprios diálogos entre os elementos plásticos envolvidas em suas construções visuais, consagram-nas como um rico material dialógico, possíveis de serem analisados e apreciados pelos grandes teóricos dessa corrente linguística conhecida como Dialogismo. Estes são Mikhail Mikhailovich Bakhtin e os integrantes do seu círculo de estudos dialógicos. Pena que as visualidades não tiveram o espaço necessário em suas incursões teóricas e metodológicas em torno do discurso. Elas viriam figurar apenas nas atualizações desses pressupostos mais tarde.

O dialogismo, conceito central no pensamento de Mikhail Bakhtin, emerge como uma abordagem inovadora que transcende as fronteiras dos posicionamentos tradicionais sobre linguagem, principalmente os de motivação estruturalista. Bakhtin e seu Círculo sustentam que a comunicação humana é, de forma intrínseca, dialógica, marcada por um constante intercâmbio de vozes e perspectivas. Dessa forma, Bakhtin (2018) acredita que toda linguagem, seja em que âmbito ela for empregada, desde práticas científicas até as artísticas, tem, impregnada em sua constituição, relações dialógicas. O filósofo também foi responsável por cunhar um conceito caro aos estudos linguísticos e discursivos: a polifonia. Dessa forma, é inegável que suas contribuições teóricas e metodológicas foram primordiais para a compreensão da linguagem e do discurso em diversas esferas da atividade humana.

Portanto, o estudo que se delineia tem como objetivo analisar as relações dialógicas estabelecidas e presentificadas por meio do enunciado pictórico na materialidade constituinte da obra “Sessão do Conselho de Estado” da artista paulista e transgressora Georgina de Albuquerque. Este diálogo entre a teoria dialógica e a prática artística visa também revelar as nuances e camadas de significado presentes nas obras de Georgina, considerando-as como espaços de interação entre elementos visuais e discursivos.

Quanto ao percurso metodológico que será utilizado para atingir tais objetivos, Magalhães e Kogawa (2019, p. 68) salientam que orientar-se dialogicamente não deve implicar a mobilização de conceitos ou categorias analíticas estanques, que visam estabelecer procedimentos seriados. Ao contrário disso, analisar dialogicamente requer posicionamento. Os fundamentos teóricos “devem funcionar como bússola, e não como meios de transportes”. Por isso, nosso olhar valorativo, nosso posicionamento acerca do objeto em discussão parte-se da visualização e análise de um *corpus*, dotado de uma enunciatividade dita pictórica, na qual se delineiam relações dialógicas e se constituem sentidos diversos.

Ao proporem uma revisão bibliográfica em alguns trabalhos com viés dialógico, Destri e Marchezan (2021, p. 14) encontram proposições de atividades analíticas que contemplam mais duas etapas: a descrição e a interpretação. Na descrição, o pesquisador apresenta o objeto, dando ênfase em sua configuração geral e específica. Durante a análise, promove a interação entre a teoria e o enunciado e, por fim, na interpretação, a análise recebe um acabamento do investigador, permitindo a constituição dos sentidos nas relações na análise realizada anteriormente. No entanto, “[...] é necessário ressaltar que eles não se desenvolvem em sucessão, como etapas apartadas umas das outras”. Vale ressaltar que, nesse sentido, dispomos de um método dedutivo, com uma abordagem qualitativa e de cunho bibliográfico, embora Bakhtin e o círculo dispensem esse positivismo.

Para respaldar teoricamente o estudo, mobilizamos uma bibliografia constituída por pesquisadores e teóricos tanto da corrente dialógica de motivação bakhtiniana, quanto do campo artístico. Nesse sentido, nos respaldamos em Bakhtin (2018), num escrito que se propõe a tecer considerações acerca dos problemas na produção literária de Dostoievski; recorremos a Faraco (2005) para tratar sobre questões envolvendo o autor e a autoria. No campo dos estudos sobre a arte, resgatamos trabalhos como o de Carvalho (2013) e Santos (2021), para que o campo artístico seja encarado dialogicamente e para definir uma enunciatividade pictórica. Além disso, buscamos no escrito de Hodge (2021), as caracterizações de técnicas e movimentos artísticos.

2 JUNTANDO AS TINTAS E OS PINCÉIS

2.1 Dialogismo, enunciado e autor-criador

Na base do que foi chamado de dialogismo, Bakhtin (2018) alude que enquanto na linguagem, como objeto do campo da linguística saussuriana, não deve haver relações nos direcionamentos referidos anteriormente, pois estas são inimagináveis entre os elementos do sistema linguístico, nas proposições da metalinguística, a linguagem “só vive na comunicação dialógica daqueles que a usam”. Apesar das relações dialógicas serem extralinguísticas, elas não podem ser separadas do âmbito discursivo, ou seja, da língua como instância viva e concreta. O filósofo acrescenta: “Toda a vida da linguagem, seja qual for o seu campo de emprego (a linguagem cotidiana, a prática, a científica, a artística, etc.), está impregnada de relações dialógicas” (Bakhtin, 2018, p. 209).

Para Bakhtin (2018), essas relações são presentificadas, não em encandeamentos lógicos ou concreto-semânticos, mas em enunciados, concretizando-se em posicionamentos de diferentes sujeitos. Os sujeitos constroem e são construídos pelos enunciados. É assim que podem surgir essas referidas

relações dialógicas. Destri e Marchezan (2021, p. 11 – 12) concluem que “o homem social só pode ser observado e compreendido por meio dos enunciados – verbais ou não –que constituem e pelos quais são constituídos. Dessa observação, os sentidos são forjados [...]”. Assim, é na interação com o outro, com os discursos histórica, social e culturalmente situados que os significados são projetados.

Num campo esteticamente situado, por exemplo, todo enunciado, para que possa ter uma existência concreta, apresenta um autor, que se entende, no próprio, como seu criador. Ele, como assevera Faraco (2005), é um elemento constituinte de qualquer objeto estético investido de enunciatividade; é o constituinte que dá forma a este objeto, aquele “que sustenta a unidade do todo [...] consumado.” Faraco (2005, p. 39) explica esse movimento de constituição enunciativa:

No ato [...], aspectos do plano da vida são destacados (isolados) de sua eventicidade, são organizados de um modo novo, subordinados a uma nova unidade [...] acabada. E é o autor-criador – materializado como uma certa posição axiológica frente a uma certa realidade vivida e valorada – que realiza essa transposição de um plano de valores para outro plano de valores, organizando um novo mundo (por assim dizer) e sustentando essa nova unidade (Faraco, 2005, p. 39).

Percebemos, assim, que há um processo valorativo e, por isso mesmo, destituído de passividade quando se trata da constituição enunciativa nessa esfera de atuação específica. Dessa forma, o autor-criador pode olhar para o seu herói com simpatia ou antipatia; com crítica ou concordância; com distância ou certa proximidade, dentre outras valorações. Além dos valores do próprio autor, existem também os do próprio campo em que está inserido. Num movimento de assunção de um posicionamento axiológico, de recortes de vida e reorganizações no plano estético, o autor-criador dá uma forma a um determinado conteúdo (Faraco, 2005).

De qualquer forma, na constituição de qualquer campo discursivo se configuram relações dialógicas, afinal é na conjunção de elementos linguísticos e extralinguísticos que um evento discursivo pode ser analisado. Destri e Marchezan (2021, p. 17) postulam o seguinte:

[...] a investigação das relações dialógicas **se dá** no modo como apontam para a presença de assimilação de discursos já-ditos e discursos prefigurados, discursos bivocais, apagamentos de sentidos, contraposições, enquadramentos, reenunciação de discursos e reacentuações de discursos. Desse modo, [...] parte da premissa de que a unidade analítica responde a enunciados anteriores e antecipa enunciados posteriores. Portanto, é imprescindível estabelecer a dependência recíproca do enunciado em questão com relação à cadeia enunciativa na qual está situado. (Destri; Marchezan, 2021, p. 17).

Portanto, proceder a uma investigação discursiva perpassa a eleição de um campo discursivo específico, de existência estabilizada, para assim reconhecer enunciados concretos produzidos nesse âmbito por determinado sujeito, social,

cultural e discursivamente posicionado, para assim, num gesto de interpretação, desvelar as relações dialógicas (extralinguísticas) que permeiam essa enunciatividade, assentada numa materialidade. Veremos, em seguida, como se apresenta o enunciado pictórico em sua constituição estrutural e discursiva.

2.2 O enunciado pictórico

E quanto ao enunciado pictórico numa materialidade puramente visual, que dispensa a matéria sígnica linguística? Santos (2021, p. 123) oferece a seguinte resposta:

Os signos - inclusive os visuais - podem ser lidos como a materialização da visão de mundo de um determinado autor, servindo de elemento mediador da relação de interação discursiva entre ele e a sociedade. Nesse sentido, por meio de signos imagéticos, o autor reflete e refrata o mundo, uma vez que, no interior deles, estão inscritos aspectos volitivo-emocionais. Finalmente, a imagem carrega as axiologias do autor e as diversas vozes que fazem parte da esfera discursiva que o envolve (Santos, 2021, p. 123).

Dessa forma, podemos atestar certa emergência da dialogicidade, de interação com o outro nessa particular esfera discursiva. Carvalho (2013) assegura que, frente a materialidade pictórica, estamos diante de um texto visual composto por determinados elementos particulares dentro dessa atividade discursiva específica. A esses componentes é dada a denominação de operadores visuais, os quais são: o ponto, a forma, o tom, a direção, a cor, a textura, a dimensão, a escala, o movimento.

Sendo assim, a partir das considerações dos dois autores apresentados, pode-se fazer certas inferências no sentido de especificar os movimentos enunciativos, valorativos e discursivos envolvidos nessa prática. Objetiva-se o que Carvalho (2013) chama de enunciatividade pictórica por meio da pintura, produzida por um autor-criador ou sujeito-esteta engajado pela imagem e pela qual faz recortes de vida, assim a representa numa superfície bidimensional através dos operadores visuais, que ao interagirem, dialogarem dentro desse espaço, promoverão múltiplos sentidos e interpretações. Carvalho (2013, p. 427) conclui que:

A pintura, portanto, será a base material para os processos discursivos, ou seja, o lugar de produção de efeitos enunciativos. Uma vez enunciada essa materialidade pictural, objetiva-se colocar em evidência sentidos históricos e ideológicos que a perpassam [...]. (Carvalho, 2013, p. 427).

Em outras palavras, os efeitos enunciativos promoverão visualidades que se relacionarão com outras; que podem manter relações também com outros dizeres e outros enunciados antecedentes até mesmo linguísticos, afinal, com base nas

contribuições de Carvalho (2013, p. 427), entendemos que o discurso artístico é o efeito e a pintura revela-se enquanto materialidade pictórica envolvida pela dialogicidade, pelas relações dialógicas, necessariamente extralinguísticas; pela interdiscursividade.

3 MUNIDOS DAS TINTAS E PINCÉIS, MÃOS À OBRA!

3.1 As relações dialógicas e os sentidos produzidos na enunciatividade pictórica, materializada na pintura “Sessão do Conselho de Estado” de Georgina de Albuquerque

O universo artístico brasileiro esteve durante muito tempo dependente dos ditames de instituições como a Academia Imperial de Belas Artes e os sistemas de valores e preceitos por ela defendidos e impostos. A prática relacionada à pintura histórica era um dos seus mais estimados tesouros, impondo-se aos considerados pequenos gêneros, como os retratos, a paisagem, a natureza-morta etc. Apesar de um gênero buscado e perene, a experiência com a pintura histórica ainda esbarra nos pequenos furos de uma grande peneira: o acesso diferente quanto ao gênero dos seus artistas praticantes.

Não há um nome feminino no rol dessa produção pictórica, pelo menos até 1922, quando a pintura histórica se defronta com seu declínio iminente, a partir da crise também do academicismo e seus valores. É o momento em que entra na cena artística uma mulher, pleiteando um lugar de construtora de representações da história do Brasil. Essa é Georgina Moura Andrade de Albuquerque, nascida em Taubaté-SP em 1885 e iniciante nos estudos da pintura aos 15 anos de idade. Foi na Exposição de Arte Contemporânea e Arte Retrospectiva do Centenário da Independência que sua obra mais importante, “Sessão do Conselho de Estado”, foi apresentada pela primeira vez, ganhando grande reconhecimento nacional. É esta criação artística que será analisada dialogicamente nesse momento.

Figura 1: Sessão do Conselho de Estado, de Georgina de Albuquerque



Fonte: Google Arts&Culture

Partimos, primeiramente, para a descrição das formas, que chamamos de figuras também, dispostas no primeiro plano da pintura. Conseguimos visualizar uma representação figurativa da imperatriz, Maria Leopoldina da Áustria. A figura está protegida por um vestido de cores leves, que apresentam gradações entre laranja e rosa, com algumas flores e formas que parecem folhas estampadas na saia da vestimenta. Sua pele possui uma impressão de alvura, ressaltada pela cor branca e pela luminosidade, representada pictoricamente pela mistura do branco e amarelo das pinceladas.

Ainda nesse mesmo plano, é perceptível uma mesa, com alguns papéis dispostos em sua superfície e rodeada por algumas figuras que representam homens importantes. Esses cavalheiros vestem-se de maneira clássica e padronizada, com *blazers* verdes e somente um colorido com marrom. Ainda nessa peça de roupa, vislumbra-se alguns detalhes dourados e vermelhos. Eles usam calças brancas e sapatos numa tonalidade escura, ou melhor, pretos com uma fivela de ouro. A única figura masculina destoante do padrão demonstrado pelos outros é o homem de *blazer* marrom em segundo plano.

No segundo plano, conseguimos visualizar o que parece ser uma sala num estilo clássico, adornada por cortinas estampadas com cores que vão desde o laranja até o verde. O chão também é coberto por uma tapeçaria, desenhada com flores e alguns traços curvados e arredondados. Além disso, existem outros homens, que saem da centralidade do quadro e ocupam posições periféricas.

Na descrição da enunciatividade pictórico, podemos pontuar algumas relações entre os elementos visuais que podem suscitar efeitos de sentido. Lembrando que o próprio gesto de interpretação empreendido nesse estudo também é interativo, constitui um movimento dialógico entre o observador (investigador), o objeto artístico e o autor-criador. Esse último, ao ser interpelado pela imagem, pela iconicidade e através dos recortes de vida que empreendeu, compõe, através dos operadores visuais, uma representação de Maria Leopoldina e do momento que decidiu sobre a independência do Brasil.

Focalizaremos inicialmente a “heroína” da composição, a imperatriz. Essa figura é a principal, tanto por compatibilidade com o momento histórico real, como também pelo efeito construído pela interação de três operadores visuais no enunciado pictórico: a cor, o movimento e a forma (a figura). No impressionismo, como afirma Hodge (2021, p. 28), é comum as “[...] pinceladas rápidas e fragmentadas com pequenos toques de cor que enfatizam ‘[...] o clima e a luz inconstante.’” Dessa forma, a utilização dessas pinceladas curtas e cores claras, com gradações brancas e amarelas objetiva criar uma representação de luminosidade, de luz. Na janela, podemos perceber isso, por meio do efeito de sol entrando no cômodo.

Nota-se que essa impressão luminosa é ainda mais ressaltada pela brancura da pele exposta da figura, que recebe esses “raios solares” de uma forma prioritária. Enquanto isso, as figuras masculinas parecem receber menos luminosidade, uma

impressão acentuada pelas cores mais escuras e sóbrias, até de suas peles, que não possuem tanto contraste quando exposta a luz cromática. Outra questão importante a pontuar na descrição de enunciado visual é o posicionamento periférico de uma figura, que costumava ser central tanto no plano real quanto no da representação pictórica na pintura histórica: Dom Pedro I. A figura masculina fora do padrão de vestimentas dos outros cavalheiros nos remete ao próprio imperador. Ao invés dele, dispostos no centro da composição, estão uma representação de José Bonifácio (único com a espada visível), alguns homens e a própria imperatriz.

Quais efeitos de sentido são presentificados pelos efeitos enunciativos descritos? Primeiro, o autor-criador parece dialogar de forma contestadora com aspectos do seu próprio campo discursivo, o da arte, mais especificamente da pintura histórica. A partir do enunciado, fomos remetidos a outras obras, outros enunciados. A representação da independência na obra *Independência ou morte* de Pedro Américo foi um deles.

Figura 2: *Independência ou morte*, de Pedro Américo.



Fonte: Google Art&Culture

Nela, Dom Pedro I ocupa uma posição quase central, com sua espada empunhada tocando o céu, mais alta do que todos os presentes na cena. Os cavalheiros dispõem apenas das periferias do quadro. E Leopoldina? Onde está a imperatriz? Simioni (2002, p. 144) acrescenta a essa descrição:

O quadro [...] tantas vezes exposto, reproduzido, citado e estudado que praticamente se tornou a “imagem oficial” do evento, não é o único modelo de figuração do marco da Independência, mas a referência mais óbvia da construção de Dom Pedro I como herói da nação que se constituía. Por meio desta tela criou-se o mito de uma proclamação da Independência como um evento bélico e conduzido por um benfeitor de armas em punho. Tal criação foi tão difundida que, em vez de vista como “invenção”, foi tomada por “representação” de um fato (Simioni, 2002, p. 144).

Respondendo e contestando a isso, o autor-criador do enunciado em “Sessão...” traça alguns movimentos contrários. Primeiramente utiliza-se, como descrito anteriormente, de técnicas impressionistas de criação de impressões de luminosidade pela mistura das cores e pelo contraste com as próprias figuras. Os efeitos de sombra são mais acentuados entre os cavalheiros. É notório também a centralidade dos homens guerreiros, um claro confronto também ao enunciado de *independência ou morte*, em que os guerrilheiros com seus cavalos ocupam posições secundárias. A figura que representa José Bonifácio dispensa a arma, pois ela não aparece desembainhada, claramente pela necessidade de o autor-criador aludir e enaltecer a diplomacia em detrimento do conflito armado. E como não poderíamos deixar de ressaltar: o foco luminoso na figura que representa Leopoldina. A sua importância na constituição pictórica é salientada por esse jogo entre centralidade e descentralidade, luz e sombras.

Essas dualidades, bem como as relações entre os enunciados, instauram os efeitos de sentido apresentados. O próprio contexto temporal de produção do enunciado também parece nos colocar diante de certas implicações ideológicas e políticas. Se pararmos para pensar, o próprio evento Independência do Brasil suscita valorações e embates entre esses valores. Dessa forma, o autor-criador não respondeu passivamente aos objetivos dessas exposições pela academia, e ainda impôs uma visão através de um posicionamento axiomático dentro do campo em que produz o enunciado pictórico. O autor-criador dialoga, primeiramente, com a exposição, seu primeiro interlocutor e com o contexto imediato e temporal em que está situado, oferecendo uma visão contrária a outras visualidades que se pretenderam a representar a independência do Brasil.

Em segundo lugar, o autor-criador também dialoga com um contexto mais amplo de produção artística desde a época imperial, que colocava pinturas históricas, produzidas majoritariamente por homens, como, a partir do que afirma Pereira (2012, p. 94) “[...] representação simbólica do poder, neste caso, ação política do Império do Brasil”. Sendo assim, esses objetos transformavam-se em artefatos simbólicos que constituíam um certo imaginário social sobre a nação. E se esse poder de representação também fosse estendido e produzido por mulheres? E se esses lugares de poder relegados aos homens fossem pleiteados por mulheres, mesmo no plano artístico?

4 A OBRA (INACABADA)

A análise das ideias de Mikhail Bakhtin e do círculo relacionadas com a obra de Georgina de Albuquerque revela a complexidade e a riqueza destas quanto as relações dialógicas e os sentidos e significados. Bakhtin, com sua teoria da linguagem e do dialogismo, oferece insights profundos sobre a natureza da comunicação e da interação social, destacando a importância da diversidade de

vozes e perspectivas na construção do significado. Sua abordagem influente para entender a linguagem como um fenômeno dinâmico e socialmente situado continua a inspirar estudiosos em várias disciplinas.

Por outro lado, Georgina de Albuquerque, por meio da posição de autor-criador, dentro de um processo estético, contribuiu para a expressão de uma visão sobre o Brasil, refratando-o a maneira de suas valorações enquanto autor-pessoa e refletindo, na materialidade pictórica, por meio do enunciado visual, esses valores passados pelo crivo dos próprios valores imposto pelo seu campo de atuação. Além disso, foram identificadas também relações dialógicas entre enunciados visuais anteriores, como o materializado no quadro *Independência ou morte* de Pedro Americo, assim como o diálogo com toda uma tradição brasileira de feitura dessa e de outras pinturas históricas. Esse diálogo foi perpassado pela contestação e atualização desses enunciados. A obra perdura como um testemunho da interação entre arte e identidade, destacando a capacidade da arte de transmitir narrativas culturais, ideologias, posicionamentos.

Ao unir esses dois âmbitos distintos, percebemos a possibilidade de interação entre eles. Bakhtin, ao enfatizar a importância da linguagem como veículo de interação social, pode ser aplicado ao entendimento da forma como a arte, de Georgina ou de outros, comunica e dialoga com seu contexto cultural, com a história. Ambos nos desafiam a refletir sobre a complexidade das relações humanas, mesmo através da linguagem visual.

Em última análise, ao estudar Bakhtin e Georgina de Albuquerque, somos levados a reconhecer a interconexão entre teoria e prática, entre as palavras e as imagens. As contribuições teóricas e metodológicas do precursor do dialogismo e os revolucionários trabalhos artísticos dessa grande artista paulista continuam a inspirar a reflexão crítica e artística sobre como compreendemos e nos expressamos no mundo, tanto através das palavras quanto das cores e formas que permeiam nossa experiência.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, M. O discurso em Dostoiévski. In: BAKHTIN, M. **Problemas na poética de Dostoiévski**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2018, p. 206-211.

CARVALHO, S. F. E. M. Discurso Pictórico. In: MACHADO, I. L.; LIMA, H.; LYSARDO-DIAS, D. **Imagem e Discurso**. Belo Horizonte: Fale/Ufmg, 2013, p. 1-258.

DESTRI, A.; MARCHEZAN, R. C. Análise dialógica do discurso: uma revisão sistemática integrativa. **Revista da Abralin**, Paraná, v. 20, n. 2, p. 1-25, jul. 2021.

FARACO, C. A. Autor e autoria. In: BRAIT, B. **Bakhtin**: conceitos-chave. São Paulo: Contexto, 2005, p. 7-123.

HODGE, S. **Breve história da arte**: um guia de bolso para os principais movimentos, obras, inovações e temas. São Paulo: Olhares, 2021.

MAGALHÃES, A. S.; KOGAWA, J. **Pensadores da Análise do discurso**: uma introdução. São Paulo: Paco Editorial, 2019.

PEREIRA, W. L. C. M. Imagem, nação e consciência nacional: os rituais da pintura histórica no século XIX. **Cultura Visual**, Salvador, v. 1, n. 17, p. 93-105, maio 2012.

SANTOS, I. X. Inclusão in close: uma análise bakhtiniana sobre a construção da identidade da pessoa com síndrome de down em fotografia da exposição inside out. *In*: GONÇALVES, J. B. C.; SILVA, E. G.; AMARAL, M. R. S.; PONCIANO FILHO, J. A (org.). **Análise dialógica do discurso em múltiplas esferas da criação humana**. São Paulo: Pedro e João Editores, 2021, p. 1-326.

SIMIONI, A. P. C. Entre convenções e discretas ousadias: Georgina de Albuquerque e a pintura histórica feminina no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 17, n. 50, p. 143-185, out. 2002.

DESAFIOS E OPORTUNIDADES: A EDUCAÇÃO E AS CARACTERÍSTICAS MULTIMODAIS NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

Mauro Silvano Medeiros Pereira

1 INTRODUÇÃO OU CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Nos dias atuais, a presença das novas tecnologias comunicacionais tem transformado de maneira significativa os ambientes sociais, familiares e escolares, criando uma cultura rica em referências, mídias, gêneros e linguagens que são continuamente exploradas pelos indivíduos.

Nesse contexto, nossa pesquisa se propõe a investigar as características multimodais incorporadas nos processos educacionais contemporâneos, com foco em seu impacto na aprendizagem e no desenvolvimento educacional em diferentes contextos sociais. A abordagem multimodal reconhece que a comunicação se dá através de múltiplos canais, incluindo palavras, sons, gestos, imagens e cores, cada um deles contribuindo de maneira única para a construção do sentido e da interpretação.

Nosso referencial teórico é fundamentado na Semiótica Social e na Multimodalidade, tendo como pilares as obras de Kress e van Leeuwen (1996, 2006, 2010), cujos estudos oferecem um arcabouço robusto para a análise dos signos e das práticas comunicativas que permeiam a sociedade contemporânea. Além disso, dialogamos com autores nacionais como Descardecí (2002), Araújo (2011), Silva (2016) e Gualberto, Pimenta e Santos (2018), que têm contribuído para o aprofundamento dos estudos da linguagem, ampliando nossa compreensão sobre os significados e as interpretações que emergem nas interações multimodais.

Optamos por uma abordagem qualitativa (Flick, 2009; Marconi e Lakatos, 2011) e pela pesquisa bibliográfica (Gil, 2002) como métodos de investigação, permitindo uma análise aprofundada das diversas formas de comunicação e informação que nos cercam diariamente.

Observamos que essa multiplicidade de modos de expressão e representação não apenas enriquece o processo de ensino-aprendizagem, mas também redefine as relações de poder e as dinâmicas sociais dentro do ambiente educacional. Assim, esta pesquisa busca não apenas mapear essas características multimodais, mas também compreender como elas influenciam a formação de significados e a construção do conhecimento em um mundo cada vez mais interconectado e diversificado. Através desta investigação, esperamos contribuir para uma reflexão crítica sobre as práticas pedagógicas contemporâneas e o papel central que as linguagens multimodais desempenham na educação atual.

2 GRAMÁTICA VISUAL: A REPRESENTAÇÃO DE ELEMENTOS MULTIMODAIS

Se concebida a definição da educação, seria possível defender que garantir que todos os estudantes se beneficiassem da aprendizagem, possibilitando que as esferas da vida pública, econômica e comunitária fossem beneficiárias do processo de educar. Cazden *et al.* (2021, p. 13) apresentam que “a relação de ensino e aprendizagem potencializa as condições de aprendizagem que levam à equidade na participação social”. Portanto, refletimos que é necessário que as escolas possam elaborar condições possíveis para a aprendizagem que possibilite a participação social, considerando as diversidades culturais e linguísticas.

Cazden *et al.* (2021, p. 14) explicam que com relação às diferenças linguísticas e culturais, “professores e alunos carecem de ver como participantes ativos na mudança social, como aprendizes e alunos que podem ser *desingners* ativos, de futuros sociais”. É possível identificar que enquanto produtores de sentidos, somos *designers* de futuros sociais no ambiente de trabalho, futuros públicos e futuros comunitários.

Na Educação, os futuros sociais se aplicam a responsabilidade agregada aos educadores, implicando no compromisso de agregar ao que fazemos ou realizamos em sala de aula para com uma vida profissional produtiva, contribuindo para uma nova linguagem, pois é notório que os sistemas valorizam os resultados sociais díspares. Sobre uma visão autenticamente democrática nas escolas, Cazden *et al.* (2021, p. 24) dizem que, as escolas devem incluir uma visão de sucesso significativo para todos, uma visão de sucesso que não seja definida exclusivamente em termos econômicos e que inclua uma crítica à hierarquia e à injustiça econômica. (Cazden *et al.* 2021, p. 24).¹

É a partir do sucesso significativo dos alunos em que eles desenvolverão a capacidade de opinar, de negociar e de serem capazes de se envolver criticamente nas condições de vida. Afinal, é percebido que o papel das escolas mudou, e que questões a respeito da diversidade cultural e linguística agora são centrais e críticas, pois em vez de que os Estados exijam padrões culturais e linguísticos, é necessário que arbitrem as diferenças, logo,

também significam que a habilidade mais importante que os alunos precisam aprender é negociar dialetos regionais, étnicos ou de classe; variações de registro que ocorrem de acordo com o contexto social; discursos interculturais híbridos; a troca de código frequentemente encontrada em um texto entre diferentes idiomas, dialetos ou registros; diferentes sentidos visuais e icônicos; e variações nas relações gestuais entre pessoas, linguagem e objetos materiais (Cazden *et al.* 2021, p. 27).

¹ Tradução de Cazden *et al.* (2021): “schools must include a vision of meaningful success for all, a vision of success that is not defined exclusively in economic terms and that has embedded within it a critique of hierarchy and economic injustice” (The New London Group, 1996).

Quando as habilidades sobrepõem os padrões da leitura da escrita, e que os alunos são permitidos a conhecer, relacionar e viver as diferentes linguagens, discursos, estilos e abordagens, é possível considerar o ganho de habilidades metacognitivas e metalinguísticas, além de desenvolver a capacidade de refletir criticamente a respeito de sistemas complexos e suas interações (Cazden, et al. 2021).

Em consonância com a educação, notamos que as escolas sempre contribuíram para determinadas oportunidades de vidas dos educandos, logo elas moldam a cidadania dos alunos, fornecem o suplemento para os discursos e atividades que envolvem a comunidade escolar e estilos de vidas particulares, mas que o currículo, como aponta Cazden et al. (2021, p. 32) “precisa se entrelaçar com diferentes subjetividades e suas inerentes linguagens, discursos e registros e usá-los como um recurso de aprendizagem”. Os autores (2021) levantam o questionamento de como complementar o que as escolas já fazem. Logo, já apresenta a proposta de que,

Não podemos refazer o mundo por meio da escolarização, mas podemos favorecer uma visão por meio da pedagogia que cria no microcosmo um conjunto transformador de relações e possibilidades de futuros sociais, uma visão que é vivida nas escolas. Isso pode envolver atividades como a simulação de relações de trabalho com colaboração, comprometimento e envolvimento criativo; usar a escola como local para acesso e aprendizagem de mídia de massa; resgatar o espaço público de cidadania escolar para diversas comunidades e discursos; e criar comunidades de aprendizes diversificadas e que respeitem a autonomia dos estilos de vida (Cazden et al. 2021, p. 33).

Na educação, professores e gestores são comparados a *designers* nos processos de aprendizagens, e não como sujeitos que ditam o que os subordinados devem reproduzir, pensar e fazer. Cazden et al. (2021, p. 34 - 35) explicam que essa menção é devido a noção de design relacionar-se com o tipo de inteligência criativa, para assim, continuamente, redesenhar as atividades no ato e ação pedagógica.

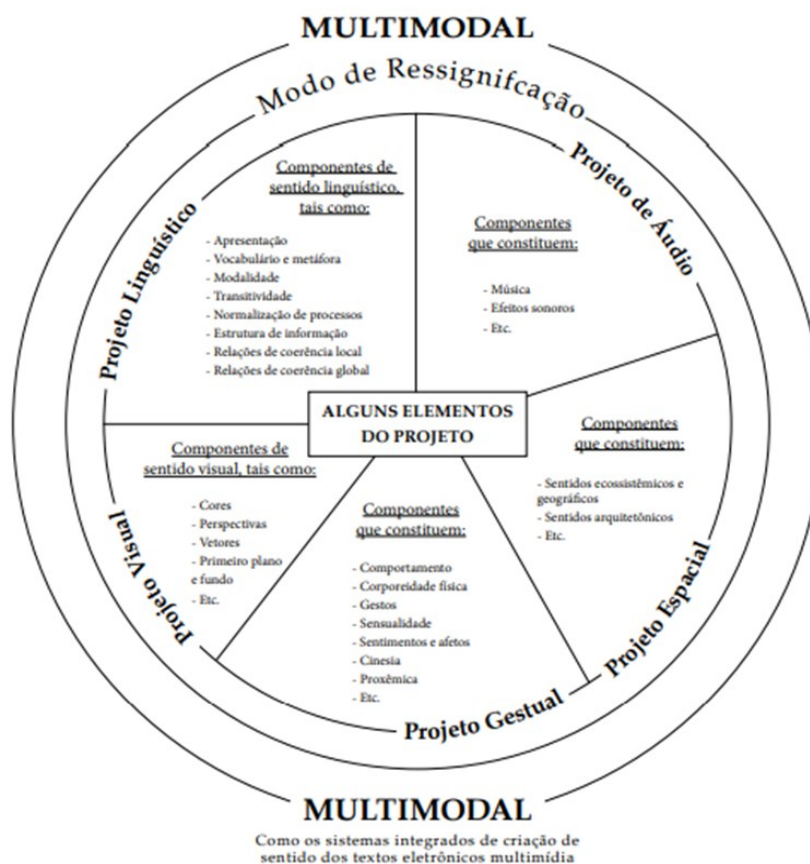
De acordo com os autores supracitados (2021, p. 35) a noção de *design* também se vincula à ideia de que a produtividade e a aprendizagem são resultadas de designs (estruturas) de sistemas diversos, sendo, de pessoas, ambientes, tecnologia, crenças e textos (Cazden et al. 2021).

Diante disso, dez autores se encontraram durante uma semana, em setembro do ano de 1994, em Nova Londres, para discutir o estado da pedagogia dos letramentos, e com a preocupação das oportunidades de vida em que elas se relacionam na ordem moral e cultural.

A obra *A pedagogy of Multiliteracies: Designing Social Futures* de The New London Group reúne um panorama teórico do atual contexto social de aprendizagem e as consequências mudanças sociais de aprendizagem e as sequências das mudanças sociais em relação ao conteúdo e à forma da pedagogia do letramento

(Cazden et al. 2021), em que, nesta pesquisa dissertativa, nos deteremos no projeto visual, no campo de ressignificação e multimodal como sistemas integrados de criação de sentido. A figura a seguir elaborada pelos autores do manifesto apresenta alguns elementos do projeto multimodal, assim como do sistema integrado de criação de sentidos.

Figura 01: Elementos do sistema integrado de criação de sentido



Fonte: Tradução de Cazden et al. (2021)

O estudo desenvolvido pelo Grupo de Nova Londres (GNL) propõe tratar qualquer atividade semiótica, que inclusive, inclui a utilização da linguagem ou o consumo de textos como uma questão de *Design* composto por três elementos, sendo eles, Designs Disponíveis, *Designing* e *Redesign* (Morais et al. 2021). Essa teoria se enquadra na vida e dos sujeitos sociais que integram a sociedade cultural e que está em rápida mudança. Em síntese, a seguir no quadro abaixo, designs de sentidos.

Quadro 01: Designs de sentidos

ELEMENTOS	DESCRIÇÃO
DESIGNS DISPONÍVEIS	Recursos para o Design – incluem as “gramáticas” de vários sistemas semióticos: as gramáticas das línguas e as gramáticas de outros sistemas semióticos, tais como cinema, fotografia ou gramática gestual. Os Designs Disponíveis também incluem “ordens do discurso”
DESIGNING	Reproduzirá mais ou menos normativamente, ou transformará mais ou menos radicalmente, os conhecimentos dados, as relações sociais e identidades, dependendo das condições sociais sob as quais o Design ocorre.
REDESIGNED	Gera um novo significado, algo por meio do qual os produtores de sentidos se recriam e fundamenta-se em padrões de sentido histórica e culturalmente herdados.

Fonte: elaboração própria, fundamentado em Cazden *et al.* (2021)

A partir do consumo de texto e do uso da linguagem em espaços sociais, nota-se a necessidade de professores e alunos que precisam de uma linguagem que descreva os sentidos, logo que são representados nos Designs Disponível e no Redesigned. Em síntese, é necessária uma linguagem para discutir sobre textos, linguagens e interações na produção de sentidos.

Nota-se que um dos objetivos do Projeto Internacional dos Multiletramentos era desenvolver uma gramática funcional e acessível, logo, acreditamos que é uma metalinguagem que atenda e descreva sentido em diferentes ambientes sociais. Morais *et al.* (2021) explicam que:

Qualquer metalinguagem que possa ser utilizada em um currículo escolar deve atender a alguns critérios de funcionamento. Deve ser capaz de apoiar análises críticas da língua e de outros sistemas semióticos, desde que não façam exigências irrealistas sobre o conhecimento do professor e do aluno, e não evoquem imediatamente antipatias acumuladas e frequentemente justificadas dos professores em relação ao formalismo. O último ponto é fundamental, porque professores devem estar motivados para trabalhar na e com a metalinguagem (Morais *et al.* 2021, p. 125).

Logo, Cazden *et al.* (2021) explicam que o objetivo geral da metalinguagem está relacionado a identificar e explicar textos em diferentes perspectivas, relacionando-os aos contextos sociais em que circulam, e das situações em que atua(m). Os autores ainda acrescentam que a metalinguagem não impõe regras, não estabelece padrões de correções ou até mesmo privilegia alguns discursos para capacitar os estudantes.

No entanto, não podemos levar em conta apenas os aspectos estéticos de uma imagem, estabelecendo descrição e/ou adaptação, é preciso beneficiar aos alunos uma leitura em que os torne participantes informados e críticos, considerando a partir da prática da leitura multimodal.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As considerações finais desta pesquisa revelam que a incorporação das características multimodais nos processos educacionais contemporâneos tem se mostrado um fator crucial para a promoção de uma aprendizagem significativa e inclusiva. Ao longo do estudo, ficou evidente que a diversidade de modos de comunicação — incluindo palavras, imagens, sons e gestos — não apenas enriquece a experiência educacional, mas também reflete a complexidade do mundo em que vivemos. A interação entre esses diferentes elementos permite que os alunos desenvolvam habilidades críticas e criativas, essenciais para a interpretação e produção de sentidos em contextos sociais variados.

A partir da análise fundamentada na Semiótica Social e na Multimodalidade, conforme proposto por autores como Kress e van Leeuwen, compreendemos que a educação não pode mais ser vista como um processo unidimensional, mas sim como um campo dinâmico e plural, onde os signos e significados estão em constante negociação. Essa perspectiva nos convida a repensar práticas pedagógicas tradicionais e a integrar novas metodologias que valorizem a pluralidade de linguagens e a expressão individual dos alunos.

Além disso, a pesquisa destacou a necessidade de formação continuada para educadores, capacitando-os a utilizar as novas tecnologias comunicacionais de forma crítica e reflexiva. A implementação de práticas que favoreçam a multimodalidade requer um ambiente educacional que incentive a colaboração, a criatividade e o diálogo, permitindo que os alunos se tornem protagonistas de seu próprio processo de aprendizagem.

Por fim, ao compreender e valorizar as diferentes formas de expressão, contribuímos para o fortalecimento da identidade cultural e para a formação de cidadãos críticos, capazes de atuar de maneira consciente e responsável em um mundo cada vez mais interconectado. Assim, este estudo não apenas reforça a importância da pesquisa sobre multimodalidade, mas também enfatiza a necessidade de uma reflexão contínua sobre as práticas educacionais, visando sempre a melhoria da qualidade do ensino e a inclusão de todos os sujeitos no processo educativo.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, A. D. Gêneros Multimodais: mapeando pesquisas no Brasil. **Linguagem em Foco**: Revista do Programa de Pós-graduação em Linguística Aplicada da UECE, Fortaleza, v. 3, n. 5, p. 167-181, 2011. Disponível em: [Metadados do item: GÊNEROS MULTIMODAIS: MAPEANDO PESQUISAS NO BRASIL](#). Acessado em 20 de ago. de 2024.
- CALLOW, J. Images, politics and multiliteracies: using a visual metalanguage. *In*: **Australian Journal of Literacy**, vol. 29 No.1. p. 7-23, 2006.
- DESCARDECI, M. A. A. S. Ler o mundo: um olhar através da Semiótica Social. **ETD – Educação Temática Digital**. Campinas, v. 3, n. 2, p. 19-26, jun. 2002.
- DIONISIO, A. P. Multimodalidade, Convenções Visuais e Leitura. *In*: DIONISIO, A. P. (Org.) **Multimodalidades e leituras**: funcionamento cognitivo, recursos semióticos, convenções visuais Recife: Pipa Comunicação, 2014, 80 p.
- FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Uwe Flick; tradução Joice Elias Costa. 3 ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. - São Paulo: Atlas, 2002.
- GUALBERTO, C. L. **Multimodalidade em livros didáticos de língua portuguesa**: uma análise a partir da semiótica social e da gramática do design visual, Tese (Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos), Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Letras, 2016.
- GUALBERTO, C. L.; PIMENTA, S. M. O.; SANTOS, Z. B. Leitura e produção textual no contexto acadêmico: práticas e reflexões a partir da multimodalidade e da Semiótica Social. **Multimodalidade e ensino**: múltiplas perspectivas. LAGE, C. G.; MARIA, S. O. P.; BOMFANTE, Z. S. (org.). São Paulo: Pimenta Cultural, 2018. 209p.
- GUALBERTO, L. C. SANTOS, B. Z. Multimodalidade no contexto brasileiro: um estado de arte. **DELTA** [online], vol. 35, n. 2, 2019.
- JUSTO, M. A. P. S; RUBIO, J. A. S. Letramento: O uso da leitura e da escrita como prática social. **Revista Eletrônica Saberes da Educação** - Vol. 4 - nº 1 - 2013.
- KRESS, G e VAN LEEUWEN, T. **Reading images**: the grammar of visual design. London and New York: Routledge, 1996, 2006, 2021.
- KRESS, G. **Before Writing**: Rethinking the Paths to Literacy. London: Routledge, 1997.
- KRESS, G. **Multimodality**: a social semiotic approach to contemporary communication. New York: Routledge, 2010.

KRESS, G. R. **Reading images:** the grammar of visual design / Gunther Kress and Theo van Leeuwen. – 2nd. ed, 2006.

KRESS, G. VAN LEEUWEN, T. **Reading images:** the grammar of visual design. London and New York: Routledge, 2006.

KRESS, G.; VAN LEEUWEN, T. **Multimodal Discourse:** The modes and Communication USA and Canada: Routledge, 2010.

KRESS, G. **Multimodality:** A Social Semiotic Approach to Contemporary media of contemporary communication. London: Oxford University Press, 2001.

LAKATOS, E. M. **Metodologia científica**/MARIA, E. L.; ANDRADE, M. M. – 5. ed. – 3. reimpr. – São Paulo: Atlas, 2009.

SILVA, M. Z. V. **O letramento multimodal crítico no ensino fundamental:** investigando a relação entre a abordagem do livro didático de língua inglesa e a prática docente. Tese (Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada) – Universidade Estadual do Ceará, Centro de Humanidades, Fortaleza, 2016.

DISCURSO, HUMOR E RESISTÊNCIA AO PROJETO DE FELICIDADE NEOLIBERAL

Vinicius Costa Araújo Lira
Francisco Vieira da Silva

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O presente artigo é parte de uma pesquisa ainda em desenvolvimento para construção de uma dissertação de mestrado, na qual tomamos como objetivo investigar o funcionamento do discurso humorístico como estratégia de resistência ao modelo de felicidade neoliberal, levando em consideração materialidades discursivas advindas do esteio virtual, especificamente da rede social *Instagram*.

De modo inquestionável, vivemos numa sociedade hiperconectada cujas relações e interações ocorrem de modo híbrido entre o virtual e o real. A democratização consolidada com o fácil acesso à aparelhagem tecnológica e *internet* possibilitou que uma gama de novos discursos emergisse, transformando plataformas digitais, como o *Instagram*, em espaços de intensa circulação de ideias e críticas sociais (Oliveira; Oliveira; Nogueira, 2018).

Para além disso, o advento das redes sociais possibilita uma série de dinâmicas de constituição de funcionamento específicas em cada plataforma, cada qual moldando as interações e o modo como os discursos são construídos e circulam. O X, antigo *Twitter*, por exemplo, com seu limite de caracteres e fluxo contínuo de informações, tende a promover debates mais instantâneos e muitas vezes polarizados, favorecendo uma comunicação mais agressiva e reativa nas relações interpessoais. Em contraste, o *YouTube*, com a possibilidade de criação de conteúdos audiovisuais mais longos e detalhados, se estabelece como um espaço em que é possível desenvolver discussões mais aprofundadas e educativas, permitindo que criadores de conteúdo explorem temas complexos e formem comunidades engajadas em torno de interesses comuns.

Essas plataformas, portanto, não apenas servem como palco para a circulação de discursos, mas também moldam as formas como esses discursos são produzidos, distribuídos e consumidos. O *Instagram*, em particular, destaca-se pela centralidade da imagem e pela lógica visual de sua interface, o que privilegia uma estética desejável. Essa dinâmica específica incentiva a construção de narrativas, em que a performance de uma vida perfeita e feliz se torna uma espécie de desejo, reforçando o imperativo da felicidade. Nesse contexto, a felicidade não é apenas um sentimento, mas uma mercadoria, que transforma experiências pessoais em produtos de consumo, criando um ciclo de validação que exacerba as angústias e ansiedades daqueles que não conseguem se adequar a esse modelo idealizado. Essa

mercantilização da felicidade se alinha à lógica neoliberal de eficiência e produtividade, que Dardot e Laval (2016) identificam como uma das maiores armadilhas dessa racionalidade. A promessa de felicidade, desse modo, acaba por gerar um ciclo de angústia, pois o indivíduo nunca consegue alcançar plenamente o ideal que lhe é imposto.

E, como disse Foucault, “[...] onde há poder há resistência e, no entanto (ou melhor, por isso mesmo) esta nunca se encontra em posição de exterioridade em relação ao poder” (Foucault, 1999, p. 91), então, ao mesmo tempo, o caráter híbrido do *Instagram*, que combina textos, imagens e vídeos curtos, cria possibilidades para a circulação de conteúdos humorísticos que podem subverter esses discursos, oferecendo espaços para a crítica. A resistência, portanto, reside na forma como esses conteúdos satíricos desconstróem os ideais de uma vida perfeita e feliz, expondo as contradições e as estratégias de poder que governam as subjetividades.

Se até bem pouco tempo o humor estava restrito a veículos específicos, como programas de TV – Os Trapalhões, Caceta e Planeta, Praça é Nossa, colunas de jornais com tiras cômicas e charges políticas, hoje ele se manifesta de forma plural e descentralizada. Assim, as redes sociais constituem um terreno fértil para a disseminação de conteúdos que, muitas vezes, escapam ao controle tradicional. Nesse cenário, o humor surge como uma ferramenta, permitindo ao aparecimento de materialidades discursivas que questionam as normas sociais vigentes, incluindo o projeto de felicidade neoliberal, e que revela as tensões presentes nas estruturas de poder contemporâneas. Esse cenário converte o ambiente digital em um espaço de luta discursiva, no qual práticas enunciativas e discursos de resistência se intersectam e tensionam, produzindo sentidos que contestam e (re)configuram as formas de poder e saber vigentes.

A metodologia utilizada para a realização desta pesquisa consiste na perspectiva arqueológica foucaultina, na qual há a junção entre as duas fases do pensamento do filósofo, a saber: a arqueologia, cuja investigação recai sobre o escrutínio dos saberes na constituição dos discursos, sendo estes situados numa determina tecitura histórica que os entrelaça e fornece condições de possibilidade, e a genealogia, fase marcada pela investigação dos poderes inerente à constituição dos discursos (Neves; Gregolin, 2020).

O *corpus* deste estudo é constituído por três postagens, configuradas como tiras cômicas, disponibilizadas nos perfis do *Instagram*: @cienciapaulo, @pedrovinicio80 e @fabio_malazarte. A escolha dessas materialidades discursivas seguiu o critério de identificar postagens cujo foco abordasse de maneira crítica e/ou satírica os discursos que circulam em oposição ao ideal de felicidade propagado pelo neoliberalismo. As tiras selecionadas, portanto, não apenas se limitam à produção do riso, mas também promovem uma reflexão sobre as narrativas que legitimam o modelo neoliberal, especialmente no que tange à noção de felicidade como produto.

2 APARATOS TEÓRICOS: O SUPORTE DA ANÁLISE

Para fundamentar a análise proposta neste trabalho, é mister estabelecer um alicerce teórico capaz de sustentar as reflexões e interpretações que serão desenvolvidas. Para tanto, apresentamos um panorama dos principais conceitos que guiarão a investigação, proporcionando as ferramentas teóricas necessárias para compreender as tramas discursivas que permeiam nosso objeto de estudo.

Assim, esta seção está estruturada em três subseções, as quais abordam a revisão teórica em um breve passeio por alguns dos conceitos foucaultianos necessários aqui, tais como enunciado, discurso e governamentalidade, como também acerca do neoliberalismo, com discussões de Dardot e Laval (2016) e a compreensão do humor como prática discursiva, com base em Possenti (2016). A seguir, detalha-se cada uma dessas subseções.

2.1 Discurso, enunciado e governamentalidade: conexões e implicações no pensamento foucaultiano

No cerne do pensamento de Michel Foucault está o conceito de discurso. Para Foucault, o discurso não é apenas uma sequência de palavras ou a transmissão de informações. Ele é, sobretudo, um campo de práticas, essencialmente sociais, que molda e estrutura nossa compreensão da realidade. Os discursos são as molduras que determinam o que é verdade e o que é falso, o que é normal e aceito e o que é desviante, interditado. Eles não apenas refletem e refratam o mundo, mas o constituem. Assim, ao investigar os discursos, Foucault nos convida a pensar sobre como certas verdades se tornam dominantes, quem está autorizado a falar, e de que maneira essas verdades ganham influência. Aqui, os discursos são espaços de poder e resistência, onde se jogam disputas sobre os sentidos e as normas que regulam as ações e pensamentos.

É nesse sentido que o conceito de enunciado ganha profundidade, ele representa a menor unidade de análise discursiva, no tocante a este, Foucault (2008, p. 90) vai nos dizer que é “como um grão que aparece na superfície de um tecido de que é o elemento constituinte; como um átomo do discurso”. Não se trata de uma frase ou proposição, mas emerge em um contexto histórico específico e seguindo certas regras que determinam o que pode ou não ser dito. O enunciado, dessa forma, não ocorre isoladamente: ele é sempre parte de uma rede de outros enunciados matizados por saberes e poderes, como diz Foucault (2008, p. 26), “um nó em uma rede”. Quando falamos de enunciado, estamos também falando de como os discursos estão intrinsecamente conectados ao modo como o mundo é estruturado e percebido, através de um campo associado de dizeres que se repetem, se reformulam, deslizam e ganham novos sentidos em diferentes situações enunciativas.

Para aprofundar essa discussão sobre o enunciado, é necessário considerar como ele se insere em um cenário mais amplo de relações de poder e saber, que envolvem dentro e através do discurso, a forma como as condutas são dirigidas e controladas, cujo produto é a subjetividade. É nesse ponto que o conceito de governamentalidade se torna relevante, definida como o “conjunto constituído pelas instituições, pelos procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e as táticas que permitem exercer essa forma bem específica, embora muito complexa, de poder que tem por alvo principal a população, por principal forma de saber a economia política e por instrumento técnico essencial os dispositivos de segurança” (Foucault, 2008, p. 143). O autor amplia a compreensão do poder para além da esfera do Estado, pois também trata das múltiplas formas de conduzir condutas, de governar não apenas a população, mas também os indivíduos em suas vicissitudes.

No imaginário neoliberal, por exemplo, vemos uma forma de governo que incita cada um a ser um empreendedor de si mesmo, a se autogerir e a se responsabilizar por seu sucesso ou fracasso. Isso cria um tipo de sujeito que internaliza as normas de produtividade e felicidade, que se autovigia e se molda segundo os ideais de performance e realização pessoal. Aqui, o poder não opera mais apenas pela coerção direta, mas pelo incentivo à autorregulação, pelo cultivo de certas formas de ser e agir que se apresentam como naturais, normativas e inevitáveis.

2.2 O Neoliberalismo e a Nova Racionalidade

Segundo Dardot e Laval (2016), o neoliberalismo surge como uma resposta às crises políticas e econômicas enfrentadas pelo liberalismo clássico, particularmente ao longo do século XIX e início do século XX. As problemáticas emergentes nessa época estavam relacionadas à incapacidade do liberalismo clássico de responder adequadamente às contradições internas do capitalismo, como a concentração de riqueza, as desigualdades sociais e a instabilidade econômica. Além disso, havia uma crescente crítica às políticas de *laissez-faire*, que, segundo os críticos, haviam permitido o surgimento de monopólios, crises cíclicas e descontentamento social.

Entre as principais questões estava o fato de que o liberalismo clássico, com sua ênfase na liberdade individual e na mínima interferência do Estado na economia, não conseguia mais sustentar o equilíbrio entre o crescimento econômico e a justiça social. As crises financeiras e as depressões econômicas, como a Grande Depressão de 1929, foram marcos que expuseram as falhas desse modelo. Nesse cenário, o neoliberalismo surge como uma tentativa de reformular o liberalismo clássico, enfatizando não apenas a liberdade econômica, mas também um novo papel para o Estado como agente de regulação do mercado, buscando garantir que a lógica de mercado penetre todas as esferas da vida social. Segundo os autores, “O que o

liberalismo clássico não incorporou adequadamente foi precisamente o fenômeno da empresa, sua organização, suas formas jurídicas, a concentração de seus recursos, as novas formas de competição” (Dardot e Laval, 2016, p. 37).

A partir dessa lacuna, o neoliberalismo surge como uma resposta a essa nova realidade, ao propor uma racionalidade que legitima a atuação empresarial não apenas como uma forma econômica, mas também como um modelo de gestão e governança social e subjetiva. Dardot e Laval (2016) destacam que, ao contrário do liberalismo clássico, o neoliberalismo não visa reduzir o poder do Estado, mas redefini-lo, para que ele atue como um facilitador das dinâmicas de mercado e regulador das condutas. Nesse contexto, o neoliberalismo não apenas intervém nas esferas econômicas, mas também molda os sujeitos, constituindo-os como "empreendedores de si mesmos".

Esse modo de subjetividade é, portanto, governado por normas que incentivam a concorrência, a eficiência e o autogerenciamento, levando à internalização de uma lógica de mercado na forma de gerência da própria vida, corpos e emoções. O sujeito neoliberal é, assim, constantemente impelido a maximizar sua produtividade e felicidade, ajustando-se a um modelo que prioriza o sucesso pessoal e a competitividade, ao mesmo tempo em que invisibiliza as pressões e as desigualdades estruturais que limitam essas possibilidades.

2.3 O Humor como Campo Discursivo

Compartilhamos, aqui, a concepção de humor como um campo discursivo, conforme desenvolvido por Possenti (2016). Nesse sentido, têm-se que o discurso humorístico se constitui segundo regras de possibilidade, sejam elas gerais ou específicas, o que caracteriza a heterogeneidade de cada campo. Essa noção se aproxima do conceito de formação discursiva, postulado por Foucault (2008), no qual o saber se organiza em torno de um domínio de regras que determinam o que pode ou não ser dito em determinado contexto histórico. Possenti (2016) sustenta que “o que vale para as formações discursivas, vale para os campos”, reforçando, assim, a pertinência de tratar o humor como uma FD dentro dos estudos foucaultianos. Dessa forma, a análise do humor aqui desenvolvida será conduzida com base na compreensão de que ele opera como uma formação discursiva, delimitada por condições de produção e circulação específicas que permitem sua emergência e permanência.

Por isso, como Possenti (2016, p. 18-19) aponta que “Os textos nascem de maneiras diferentes e também chegam a seu destino por diferentes vias. Não são lidos da mesma maneira nem com as mesmas expectativas nos diferentes campos: os sentidos dos textos religiosos e literários são inesgotáveis; textos científicos são “literais”, querem dizer simplesmente o que dizem”. Isso significa que as interpretações atribuídas a um texto, sejam elas humorísticas, religiosas ou

científicas, são determinadas pelas regras de leitura e pelos regimes de verdade estabelecidos em cada cenário discursivo. Consequentemente, o que torna o discurso humorístico singular é justamente sua abertura a múltiplas interpretações, dependendo das condições de produção e dos campos em que circula, diferentemente dos textos científicos, que possuem uma leitura mais literal e objetiva. Dessa forma, o humor se insere em uma zona de ambiguidade, onde o não-dito e as ironias desempenham papéis centrais na construção de sentido.

3 ANÁLISE DO CORPUS

Neste momento, buscamos analisar como o discurso humorístico opera como uma prática discursiva, desestabilizando as normas e as expectativas hegemônicas ao utilizar estratégias como a ironia. Para tanto, selecionamos postagens de perfis do *Instagram*, como @cienciapaulo, @pedrovinicio80 e @fabio_malazarte, que, por meio de tiras, questionam e satirizam os valores do projeto de felicidade neoliberal. Partimos do princípio de que o humor, ao explorar a ambiguidade e o não-dito, cria fissuras na racionalidade dominante, permitindo a emergência de novas formas de conduta. Assim, nossa análise se concentra em identificar os mecanismos discursivos que esses textos mobilizam.

Figura 1: A grama do vizinho



Fonte: *Instagram*, perfil @cienciapaulo (2024)

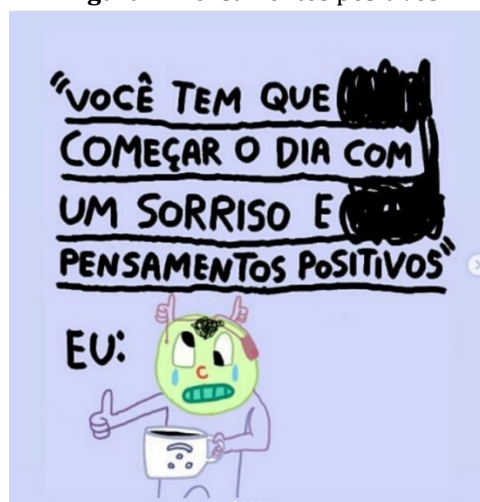
A tira do perfil @cienciapaulo em questão ilustra, através de um campo associado, o ditado popular “A grama do vizinho é sempre mais verde”, o qual reflete a tendência humana de valorizar mais o que pertence aos outros do que aquilo que se possui. Na cena, um personagem elogia a grama do vizinho, que responde que esta é artificial, subvertendo a expectativa inicial e expondo a superficialidade das aparências. Este humor faz circular estratégias de resistência ao desmascarar a natureza ilusória dessas construções sociais. Ao revelar que o que parece ser

“melhor” ou “mais verde” é, na verdade, falso, a tira subverte a lógica neoliberal de competição e sucesso individual, incitando o espectador a questionar os valores que norteiam o comportamento social e as comparações que frequentemente alimentam sentimentos de inadequação.

Isso é especialmente relevante no contexto do neoliberalismo, no qual o indivíduo tende a perceber o outro como um potencial competidor. Conforme destacam Cabanas e Illouz (2022, p. 79-80), “o neoliberalismo deve ser encarado como um fenômeno mais amplo e fundamental do que apenas uma teoria de práticas político-econômicas. Como já mencionamos em outro lugar, ele deve ser entendido como um novo estágio do capitalismo, caracterizado por uma expansão implacável do alcance e do escopo da economia para todos os estratos culturais”. Os autores sublinham a ideia de que o neoliberalismo não se restringe às práticas econômicas, mas permeia profundamente a cultura, redefinindo os valores e as relações sociais de modo a favorecer uma mentalidade competitiva e individualista.

Dessa forma, a emergência de discursos humorísticos críticos ao projeto de felicidade neoliberal, como exemplificado na materialidade discursiva em análise, está profundamente enraizada nas condições históricas e sociais contemporâneas. A proliferação das redes sociais e a cultura da comparação que elas promovem, especialmente no sob a ótica de um capitalismo neoliberal, criam um ambiente propício para que tais críticas surjam; explorando um tema atual – a obsessão com as aparências e o consumismo – que é resultado de uma sociedade onde o valor de uma pessoa é frequentemente medido em termos de bens materiais e sucesso ostentado. Assim, esse enunciado desafia o saber-poder que perpetua a crença de que a felicidade e o sucesso são determinados por padrões exteriores. O humor, aqui, não só desmascara a artificialidade dessas construções, mas também cria um espaço discursivo onde novas vontades de verdade podem emergir, subvertendo a ordem estabelecida e pondo em voga as “verdades” impostas pela lógica neoliberal.

Figura 2: Pensamentos positivos



Fonte: Instagram, perfil @pedrovinicio (2024)

A materialidade visual compartilhada do perfil @pedrovinicio80 é uma ilustração que ironiza o discurso motivacional associado ao pensamento positivo, um componente central da cultura de autoajuda amplamente difundida no contexto neoliberal. Han, em seu livro *A Sociedade do Cansaço*, aponta que em determinadas épocas existem determinadas patologias inerentes a elas. Ele cita que em tempos anteriores existiu uma era bacteriológica e que esta chegou ao seu fim com o início do desenvolvimento de medicações antibióticas. Já houve também épocas virais, e que findaram com a chegada das vacinas, porém, na sociedade atual, segundo o autor, vivemos numa época na qual há uma violência neural, e uma de suas causas é justamente o excesso de positividade, pelo que postula “Não são infecções, mas enfartos, provocados não pela *negatividade* de algo imunologicamente diverso, mas pelo excesso de *positividade*.” (Han, 2015, p. 8, grifos do autor).

Assim como o autor aponta que o excesso de positividade se torna uma forma de violência silenciosa que leva ao colapso interno, a imagem ilustra essa pressão pela positividade obrigatória. O enunciado “Você tem que começar o dia com um sorriso e pensamentos positivos” reforça a imposição de uma felicidade artificial, enquanto a expressão de desconforto do personagem revela a tensão gerada por essa exigência social. Aqui, fica evidente que, ao tentar forçar um comportamento positivo, o sujeito na materialidade denota visualmente o esgotamento emocional causado pela necessidade constante de aderir a esses imperativos.

Essa representação serve como uma crítica direta ao imperativo de felicidade que a lógica neoliberal promove, no qual o sucesso pessoal é frequentemente associado a uma atitude mental positiva constante. O humor, nesse caso, desarma a seriedade desse discurso, revelando a pressão emocional que ele impõe sobre os indivíduos e a superficialidade das soluções propostas, pois num cenário social no qual não houver possibilidade para algo bom, o pensamento feliz não será a causa de felicidade. A tira também expõe a artificialidade das normas de comportamento promovidas nesses discursos, sugerindo que o sorriso e o pensamento positivo são mais uma máscara social do que uma expressão genuína de bem-estar. A reação do personagem – com um sorriso forçado e uma expressão facial visivelmente desconfortável – evidencia a desconexão entre as expectativas sociais e a realidade interna dos indivíduos.

Cabanas e Illouz (2022, p. 13-14), ao comentarem sobre os ideais de felicidade presentes no filme *A Procura da Felicidade*, estrelado por Will Smith, alegam que “o que o enredo propõe é que a felicidade não é tanto uma coisa, mas um determinado tipo de pessoa: individualista, fiel a si mesma, resiliente, motivada e com um alto grau de inteligência emocional.” Esse retrato idealizado do sujeito feliz está enraizado nessa racionalidade, que preconiza a ideia de que a felicidade pode ser fabricada, ensinada e aprendida. Dessa forma, é o sujeito que deve se moldar e fazer algo para ser feliz, o que inclui adotar práticas como o pensamento positivo, a resiliência, e o desenvolvimento constante de competências emocionais.

Ao ridicularizar o discurso de que é possível e necessário estar sempre positivo, tem-se uma crítica às estratégias de governamentalidade que buscam controlar as subjetividades, reduzindo-as a um único modelo de comportamento ideal. Assim, essa peça visual contribui para a resistência ao projeto de felicidade neoliberal ao desafiar a autenticidade e a validade dessas normas, propondo uma reflexão sobre a complexidade das emoções humanas e a necessidade de espaços para expressões genuínas de desconforto e insatisfação.

Figura 3: Superar os desafios



Fonte: Instagram, perfil @fabiomalazarte (2024)

Por fim, a tira apresentada pelo perfil @fabiomalazarte dispõe do enunciado “Você foi feito para ser gigante, imponente e superar todos os desafios”, e encapsula, através de um campo associado, o discurso motivacional que enfatiza a necessidade de sucesso e resiliência extrema. No entanto, ao comparar esse ideal ao *Titanic*, aqui denotado como um símbolo de grandeza que terminou em tragédia, há a ironização do otimismo desmedido e a crença de que todos são capazes de superar qualquer obstáculo, fazendo circular, assim, uma crítica aos ideais de grandiosidade e superação propagados pela cultura neoliberal, utilizando o *Titanic* como metáfora central.

A figura da tira, um personagem aparentemente perdido e desconcertado, contrasta com a grandiosidade do navio ao fundo, que está afundando após colidir com um *iceberg*. Esse contraste sugere a vulnerabilidade humana diante das expectativas irreais impostas pela sociedade. A comparação entre o personagem e o *Titanic* indica que, assim como o navio foi promovido como invencível, as pessoas são frequentemente pressionadas a acreditar que devem sempre ser fortes e bem-sucedidas, ignorando os riscos e as falhas que podem surgir. Há ainda, a crítica à ideia de que fracassos são meros obstáculos a serem superados, sem considerar que muitas vezes eles são consequências de expectativas inalcançáveis. Ao usar o humor para destacar essa discrepância, a posição de sujeito presente na materialidade se

configura como uma forma de resistência ao discurso neoliberal, que frequentemente transforma indivíduos em responsáveis exclusivos por seu sucesso ou fracasso, sem considerar as circunstâncias externas que influenciam suas vidas.

Essa perspectiva, alinhada ao discurso neoliberal, reforça a noção de que a felicidade é uma responsabilidade individual e que todos devem constantemente buscá-la, independentemente das condições sociais, econômicas ou emocionais em que se encontram. Cabanas e Illouz (2022, p. 17) apontam que, segundo a psicologia positiva, “todos os indivíduos são movidos pelo ímpeto de serem felizes, de modo que a busca da felicidade deveria ser vista não apenas como natural, mas como a expressão mais elevada da realização do ser humano”. Esse discurso, entretanto, ignora as complexidades da experiência de cada sujeito e impõe uma obrigação de felicidade que pode ser opressiva e irrealista.

A tira do perfil @fabiomalazarte exemplifica essa crítica ao mostrar como a busca incessante por grandeza e superação, promovida pelo neoliberalismo e sustentada pela psicologia positiva, pode levar ao fracasso e ao desespero. A metáfora do Titanic sublinha a falácia de que o indivíduo, por maior que seja, é capaz de superar todos os desafios sem considerar os perigos e limitações reais. Assim, a materialidade humorística se torna um instrumento de resistência, questionando a naturalização da felicidade como um dever e a idealização da superação constante como o único caminho para o sucesso.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

“O discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas é aquilo por que, pelo que, e contra o que se luta”. Com essa afirmação, Foucault (2014, p. 10) nos convida a enxergar o discurso como um campo de batalhas, onde as lutas não se limitam a traduzir ou refletir as forças de poder, mas se desenrolam dentro dele. De acordo com as postagens humorísticas analisadas, o humor emerge como uma estratégia discursiva que se posiciona tanto como alvo quanto como arma nas disputas contra a racionalidade neoliberal. O riso, nesse caso, não é meramente um escape ou entretenimento, mas uma forma ativa de luta, subvertendo as normativas que tentam naturalizar a competição e a busca incessante por eficiência e felicidade individualizada.

As análises possibilitam pensar que o humor das postagens busca satirizar o projeto de felicidade neoliberal, insurgindo-se contras práticas discursivas que buscam governar as subjetividades pela ordem da competição, da produtividade e do desenvolvimento de competências socioemocionais.

Por meio da ironia e da crítica, as postagens desconstroem a ideia de que a felicidade é uma responsabilidade puramente individual e que pode ser alcançada independentemente das circunstâncias, expondo, assim, as falácias e os perigos de

uma racionalidade que reduz a vida humana a uma constante busca por eficiência e sucesso pessoal.

REFERÊNCIAS

CABANAS, E.; ILLOUZ, E. **Happycracia**: fabricando cidadãos felizes. Tradução: Humberto do Amaral. São Paulo: Ubu Editora, 2022.

DARDOT, P; LAVAL, C. **A nova razão do mundo**: ensaios sobre a sociedade neoliberal. Trad. Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2016.

FOUCAULT, M. **A Arqueologia do Saber**. Tradução: Luiz Felipe Baeta Neves. São Paulo: Forence Universitária, 2008.

FOUCAULT, M. **A Ordem do Discurso**. Tradução: Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade I**: A Vontade de Saber. Tradução: Maria Thereza da Costa Alburquesque e J. A. Guilhon Alburquesque. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

FOUCAULT, M. **Segurança, Território e População**. Tradução: Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

NEVES, I.; GREGOLIN, M. R. A Arqueogenealogia Foucaultiana Como Lente para a Análise do Governo da Língua Portuguesa no Brasil: continuidades e disrupções. **Revista Moara**, Belém, v.2, n. 57, p. 8 - 32, jan. - jul. 2021.

OLIVEIRA, P. R. R. D.; OLIVEIRA, G. F.; NOGUEIRA, M. A. Análise do discurso, Foucault e Mídia: entrevista com Maria do Rosário Gregolin. **Diálogo das Letras**, Pau dos Ferros, v. 7, n.1, p. 201-207, jan. - abr. 2018.

POSSENTI, S. **Cinco Ensaios Sobre Humor e Análise do Discurso**. São Paulo: Parábola Editorial, 2018.

DISCURSO, RACISMO E RESISTÊNCIA: UMA ANÁLISE DE POSTAGENS DO JOGADOR VINÍCIUS JÚNIOR NA REDE SOCIAL X¹

Willian Andrade Silva
Francisco Vieira da Silva

1 APONTAMENTOS INICIAIS

Existe em muita gente, penso eu, um desejo semelhante de não ter de começar, um desejo de se encontrar, logo de entrada, do outro lado do discurso, sem ter de considerar do exterior o que ele poderia ter de singular, de terrível, talvez de maléfico. (Foucault, 2014, p. 06).

Na sociedade contemporânea, diversos apontamentos se interligam sobre circunstâncias que envolvem determinados eventos, os quais não se limitam à compreensão sob o viés da linearidade, mas pela dispersão e pela descontinuidade dos discursos. Neste sentido, para compreender os discursos que envolvem os casos de racismo na atualidade, é preciso perpassar por trajetórias que condicionam historicamente o sujeito negro ao espaço de subalternidade por meio da agressão na e pela linguagem, principalmente, em relação ao discurso racista que, dentre diversos contextos, podem ser discursivizados pelas denúncias nas redes sociais digitais².

A compreensão do acontecimento discursivo se dá por meio da dispersão, das irrupções e do jogo entre o dito e não dito. Com isso, ao problematizar o discurso racista em determinado enunciado, deve ser levado em conta aquilo que Foucault problematiza em seus estudos: Porque este enunciado e não outro em seu lugar? Neste sentido, as irrupções dos acontecimentos, que emergem pela história e na memória, associam o passado com o presente e, portanto, estabelecem relações que determinam formações discursivas e que fazem com que os discursos se manifestem, sejam resgatados e sejam produzidos novamente.

A partir destes desbravamentos históricos, a proposta deste artigo é a de investigar como os discursos e as estratégias da luta antirracista se presentificam nos casos de racismo sofridos pelo jogador de futebol brasileiro Vinícius Júnior, que atua no Real Madrid, que repercutiram a partir de notícias e de suas publicações denunciando as situações nas redes sociais digitais, como o X. Para tanto, tomaremos

¹ Para fins de justificativa, a proposta deste trabalho foi apresentada no CONEDIF 2023 (Edição comemorativa dos 15 anos), embora não tenha sido publicado.

² Por questões de escolha, trabalharemos com o termo “Rede social digital”, uma vez que pode ser compreendida, em nossas palavras, como uma rede de interação entre os sujeitos dentro do cyberspaço. Maiores informações em: https://www.jusbrasil.com.br/artigos/mas-afinal-o-que-sao-redes-sociais-digitais/1108676292#_ftn10. Acesso em: 21 jul. 2023.

como fundamento a noção de descontinuidade para problematizarmos as questões que envolvem o sujeito histórico e as possibilidades que surgem em meio aos enunciados em questão.

Como justificativa, ancoramo-nos na ideia de que o discurso racial proporciona a emergência de dizibilidades a fim de revelar as relações entre o sujeito, a história e as práticas discursivas. Por isso, à luz dos estudos discursivos foucaultianos, tomamos como ponto de partida a inquietação acerca de como que os discursos de resistência, no caso, do jogador Vinícius Júnior, podem atuar contra as estratégias de poder que fazem com que o racismo seja combatido dentro do universo do futebol.

Para tentarmos cumprir este objetivo, partiremos para algumas leituras que ancoram a arqueologia foucaultiana, de modo a ter como pilares as obras *A arqueologia do saber* e *A ordem do discurso*. Desse modo, o olhar sobre o discurso de ódio racista estabelece relações com outros acontecimentos que (re)produzem práticas discursivas que condicionam o sujeito negro à inferioridade e, para isso, é preciso buscar uma unidade em meio às regularidades dos enunciados em questão.

O *corpus* de análise é composto por três postagens, feitas pelo Vinícius Júnior na rede social X, de modo a analisar como que o sujeito negro constrói estratégias de resistência pela luta antirracista em suas publicações que envolveram os casos de discurso de ódio raciais a respeito da sua imagem. A abordagem de análise será embasada à luz do método arqueogenealógico de Michel Foucault, a fim de compreender as discursividades que envolvem a produção do racismo e da denúncia enquanto prática de resistência do jogador Vinícius Júnior. Com isso, problematizaremos as diferentes condições de emergência dos enunciados a fim de estabelecer, dentro da ordem da história, como que os acontecimentos sobre o racismo são apresentados e quais perspectivas podem ser percebidas de maneira a transcender os efeitos de verdade que se estabelecem.

A seguir, faremos uma breve discussão sobre algumas reflexões em torno da arqueologia de Foucault, a fim de elucidar as discussões sobre os estudos discursivos em meio à luz de suas ideias, na sua formação e na permanência da atualidade, em diálogo do presente com o passado. Após as discussões apresentadas, partiremos para uma análise dos acontecimentos que envolvem os casos de racismo sobre o jogador Vinícius Júnior a partir de três publicações no seu perfil pessoal da plataforma X. Em seguida, trazemos as nossas considerações e por fim, as referências utilizadas na realização da pesquisa.

2 UM BREVE PERCURSO: DA ARQUEOLOGIA DE MICHEL FOUCAULT AOS ESTUDOS DISCURSIVOS CONTEMPORÂNEOS

Importa frisar que Michel Foucault era um intelectual que estava afastado daquilo que era concebido dentro da linearidade na História Tradicional. Os estudos

discursivos tiveram diversas contribuições advindas da arqueologia em diversas esferas dos campos de produção científica, sobretudo no campo da Linguística no período dos anos 1990. Com isso, ao se aproximar da Nova História, a arqueologia é vista como uma possibilidade de compreender, não a origem, mas a irrupção dos acontecimentos que se dispersam no tempo e no espaço. Esta noção pode ser compreendida por Gomes (2018), ao afirmar que:

O trabalho arqueológico é diferente da história epistemológica; a arqueologia não privilegia a ordem temporal de recorrências e continuidade e a questão normativa, a arqueologia está no nível do saber, na busca as controvérsias, nas práticas e nas descontinuidades. (Gomes, 2022, p. 22).

Em diálogo com o autor, podemos compreender que a fase arqueológica de Foucault surge como uma resposta à visão acerca do pensamento do homem cartesiano no âmbito do positivismo sobre a ciência, embasada na premissa do “penso, logo existo”. Com isso, a aproximação com a Nova História serve como uma tentativa de compreender o arquivo³ por meio da dispersão dos acontecimentos, já que segundo Sargentini (2019, p. 35), “na ausência da noção de episteme, afasta-se do estruturalismo sem vincular sua proposta do método arqueológico às teses humanistas”. Portanto, a história é investigada por meio dos desbravamentos, das lutas e também dos acontecimentos que criam possibilidades para que as emergências dos enunciados rompam com a questão da origem como absoluta e como uma verdade inquestionável.

Durante o período dos anos de 1960, a produção do saber sofreu diversos confrontos em razão das discussões que eram defendidas pelos teóricos da época. No entanto, os historiadores compreendiam a história como uma linearidade dos acontecimentos que se sustentava na ideia que o progresso da sociedade se dá a partir do de uma origem que se instaura como essencial e que, para ser legitimada, se apoiava nos discursos filosóficos e científicos. Podemos compreender a inquietação do filósofo a partir do trecho em que Gregolin (2006) diz:

³ Aqui, vem à luz a noção de arquivo, mas não é compreendido como um conjunto de documentos, mas como uma lei que estabelece possibilidades a partir do que pode ser dito dentro da singularidade do acontecimento. Além disso, o arquivo “[...] é também, o que se faz com que todas as coisas ditas não se acumulem indefinidamente em uma massa amorfa, não se inscrevam, tampouco, em uma linearidade sem ruptura e não desapareçam ao simples acaso de acidentes externos, mas se agrupem em figuras distintas, se componham umas com as outras segundo relações múltiplas, se mantenham ou se esfumem segundo regularidades específicas” (Foucault, 2020, p. 158).

Em texto de 1970, ele argumenta que as relações entre Estruturalismo e História geraram vários mal entendidos. Havia uma verdadeira batalha entre os estruturalistas e seus adversários, que consideravam o estruturalismo como a-histórico ou anti-histórico. Para Foucault (1970) e seus companheiros “pós-estruturalistas”, o estruturalismo é, antes de tudo, uma empreitada para oferecer um método mais preciso e rigoroso às pesquisas históricas. Assim, sem se desviar da História, o estruturalismo oferece uma forma de abordar rigorosamente os fenômenos históricos. (Gregolin, 2006, p. 30).

Foi por esta razão que Foucault problematizou a análise histórica e tomou para si a noção de descontinuidade que, segundo Oliveira (2008):

Essa é a estratégia utilizada em seu trabalho para desmontar os essencialismos com que enxergamos as questões de nosso tempo, para ironizar a pretensa natureza sublime da idéia de origem e para desestabilizar os lugares de verdade (e os poderes neles investidos) que ocupam os saberes, camuflados pelo discurso do conhecimento. (Oliveira, 2008, p. 170).

Neste sentido, os lugares de verdade são confrontados por meio das possibilidades que a história dá por meio daquilo que é dito em meio às determinadas possibilidades de produção, uma vez que “o novo não está no que é dito, mas no acontecimento de sua volta” (Foucault, 2014, p. 25). Estes arredores discursivos que são problematizados por Foucault na ordem do discurso são exatamente as condições de emergência dentro da ordem discursiva.

Para compreender este ponto, é necessário articular com a genealogia do poder. Para Faé (2004, p. 413), a genealogia é entendida “[...] como uma atividade de investigação trabalhosa, que procura os indícios nos fatos desconsiderados, desvalorizados e mesmo apagados pelos procedimentos da história tradicional, na busca da confirmação de suas hipóteses”. Daí que o método de investigação se intitula como arqueogenealógico, pois, pode ser entendido como “uma compreensão histórica de como certos mecanismos infinitesimais do poder consolidaram-se e estabeleceram-se como práticas de um saber sobre o homem, por corolário, sobre o seu corpo” (Navarro, 2020, p. 14).

Os estudos sobre a arqueologia se articulam com uma genealogia dos saberes, a fim de tornar o estatuto da ciência passível às inquietações que delegam o estatuto da verdade para determinados tipos de discursos. Um exemplo disso é a concepção de loucura que perpassa por uma trajetória desde a lepra e as doenças venéreas, até chegar o momento em que foi diagnosticada como uma doença mental, ou seja, retira-se a origem enquanto único valor de verdade e condiciona às possibilidades de recontar a história pelas construções sociais, já que elas emergem em certo tempo e espaço.

Mediante a problematização sobre os saberes e os poderes, ao articularmos com a proposta de entender o que somos hoje em um diagnóstico do presente, partimos para o próximo tópico que faremos uma análise que envolve três materialidades relacionadas com a produção do discurso racista contra o Jogador Vinícius e que foi discursivizado em publicações presentes no seu perfil da mídia social digital X.

3 DISCURSO DE ÓDIO, RACISMO E RESISTÊNCIA: UMA ANÁLISE DAS PUBLICAÇÕES FEITAS PELO JOGADOR VINÍCIUS JÚNIOR NO X

As problemáticas sociais têm levantado diversas pautas para o campo da discussão. Não é de se imaginar que o racismo entre no foco destes debates, sobretudo no cenário da *internet*. Por isso, é necessária a urgência para que haja propostas que levem em conta a gravidade dos acontecimentos que envolvem discursos de ódio de cunho racista, seja com pessoas famosas ou com cidadãos comuns que estão ao nosso redor.

Os casos de racismo na *web* são mais comuns do que se pode imaginar. Conforme dados da Safernet Brasil, plataforma de direito privado que atua na promoção dos direitos humanos na internet, houve em 17 anos cerca de 606.125 mil denúncias anônimas sobre casos de racismo que estiveram identificadas em 112.035 páginas (URLs) diferentes⁴.

Com o avanço da tecnologia e o acontecimento da pandemia da Covid-19, as tensões que envolvem a desigualdade racial aumentaram com frequência, de tal maneira que se tornou comum encontrar comentários que ferem a imagem do negro. Esta liberdade privilegiada propicia o ato injurioso no próprio espaço físico, e é o que acontece com o jogador do Real Madrid Vinícius Júnior no decorrer de seus jogos no período de 2018 até 2023.

Depois de diversas situações que envolviam o preconceito racial sobre a sua imagem⁵, Vinícius Júnior passou a se tornar um símbolo da luta antirracista, desde a sua participação nos jogos até as publicações que denunciavam as situações hostis e a violência manifesta pelos torcedores e demais sujeitos envolvidos que eram direcionados a ele. Segundo Almeida (2021, p. 32), “o preconceito racial é o juízo baseado em estereótipos acerca de indivíduos que pertençam a um determinado grupo racializado, e que pode ou não resultar em práticas discriminatórias”. Deste modo, é preciso diferenciar a noção do preconceito, ao racismo, visto que:

⁴ Maiores informações sobre os dados citados em: <https://indicadores.safernet.org.br/index.html>. Acesso em: 25 jul. 2023.

⁵ Para compreender os casos de racismo sofridos pelo jogador Vinícius Júnior: https://www.espn.com.br/futebol/real-madrid/artigo/_/id/12086145/relembre-todos-casos-racismo-vinicius-jr-jogos-real-madrid-laliga. Acesso em: 15 de ago. 2024.

[...] o racismo é uma forma sistemática de discriminação⁶ que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em vantagens e desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertençam (ibidem).

Em diálogo com o autor, podemos depreender que o racismo, uma vez nas práticas sociais, estabelecem relações que fazem com que os sujeitos sejam classificados e separados por meio da ameaça ou do discurso injurioso. Este ponto pode ser visto na relação que existe entre o racismo e o Estado, e neste sentido, “Foucault não trata o racismo somente como um discurso ou uma ideologia; para ele o racismo é *uma tecnologia do poder*, mas que terá funções específicas, diferente das demais de que dispõe o Estado” (Almeida, 2021, p. 114).

Para recorrermos à proposta do nosso trabalho, recorreremos a três materialidades presentes nas publicações do jogador Vinícius Júnior no seu perfil pessoal da plataforma X, a fim de compreendermos as práticas discursivas que emergem diante dos casos de racismo sofridos e como que os discursos emanam posições que se confrontam diante das relações que envolvem a racialidade do sujeito em questão.

A primeira postagem a ser analisada se trata de uma publicação do jogador que traz uma indignação sobre as situações racistas que sofreu. Nesta publicação, há a presença de um vídeo compartilhado com alguns momentos que envolvem gestos obscenos, gritos como “macaco” e “negro de mierda”, vindos de torcidas rivais de times espanhóis como o Atlético de Madrid, Valladolid, Mallorca, Barcelona e o Valência. Os casos aparecem em um vídeo que foi compartilhado pelo próprio jogador e se situam em um recorte temporal de 19 de setembro de 2022 até 21 de maio de 2023. Diante desta publicação, podemos observar a discursividade que envolve o racismo como uma prática rotineira nos seus diversos aspectos, mas que refletem em uma regularidade do acontecimento que emergem discursos já existentes na história, conforme a materialidade a seguir:

⁶ A discriminação também se enquadra em uma categoria do racismo, sendo esta “[...] a atribuição de tratamento diferenciado a membros de grupos racialmente identificados”. (Almeida, 2021, p. 32).

A cada rodada fora de casa uma surpresa desagradável. E foram muitas nessa temporada. Desejos de morte, boneco enforcado, muitos gritos criminosos... Tudo registrado. Mas o discurso sempre cai em “casos isolados”, “um torcedor”. Não, não são casos isolados. São episódios contínuos espalhados por várias cidades da Espanha (e até em um programa de televisão). As provas estão aí no vídeo. Agora pergunto: quantos desses racistas tiveram nomes e fotos expostos em sites? Eu respondo pra facilitar: zero. Nenhum pra contar uma história triste ou pedir aquelas falsas desculpas públicas. O que falta para criminalizarem essas pessoas? E punirem esportivamente os clubes? Por que os patrocinadores não cobram a La Liga? As televisões não se incomodam de transmitir essa barbárie a cada fim de semana? O problema é gravíssimo e comunicados não funcionam mais. Me culpar para justificar atos criminosos também não. No es futebol, es inhumano⁷. (Vinícius Júnior, texto do seu tweet, 2023⁸).

Foucault (2014) afirma que os efeitos de verdade são construídos a partir de procedimentos, como a separação entre o sujeito em sã consciência e o louco. Para o autor, “[...] a separação, longe de estar apagada, se exerce de outro modo, segundo linhas distintas, por meio de novas instituições e com efeitos que não são de modo algum os mesmos” (Foucault, 2014, p. 12).

Para compreender melhor esta distinção, podemos associar com a falta de direitos que é questionada por Vinícius Júnior justamente pela sua condição racial, já que “[...] se há instituições cujos padrões de funcionamento redundam em regras que privilegiam determinados grupos raciais, é porque o racismo é parte da ordem social” (Almeida, 2021, p. 47). Deste modo, as estruturas sociais privilegiam as classes brancas para que haja padrões de comportamento que punem os menos favorecidos e tornam impunes aqueles que deveriam ser responsabilizados.

A partir do enunciado, podemos identificar o funcionamento o discurso racista por meio do fim pelo “caso isolado”. Nisso, rompem outros eventos na história que, inclusive ocorreram com outros jogadores, como o ex-atacante do Qatar SC, Samuel Eto’o⁹, o atual lateral do fluminense e ex-Real Madrid, Marcelo¹⁰, entre outros. Estas regularidades se encontram a partir de um confronto entre uma condição enquanto jogador que ocupa uma posição de status/fama e a posição de sujeito que é racializado sob o viés da inferioridade.

⁷ A última frase tem como tradução: não é futebol, é desumano.

⁸ Para ter acesso à publicação na íntegra: <https://x.com/vinijr/status/1660743682461519872>. Acesso em: 17 ago. 2024.

⁹ Maiores informações: <https://ludopedio.org.br/museu-galeria/etoo/>. Acesso em: 15 ago. 2024.

¹⁰ Maiores informações: [https://futebol.fandom.com/pt-br/wiki/Marcelo_\(nascido_em_1988\)#:~:text=Marcelo%20Vieira%20da%20Silva%20J%C3%BAnior,o%20melhor%20de%20sua%20posi%C3%A7%C3%A3o](https://futebol.fandom.com/pt-br/wiki/Marcelo_(nascido_em_1988)#:~:text=Marcelo%20Vieira%20da%20Silva%20J%C3%BAnior,o%20melhor%20de%20sua%20posi%C3%A7%C3%A3o). Acesso em: 15 ago. 2024.

A segunda materialidade é composta por uma imagem do próprio Vinícius Júnior compartilhada em seu perfil, que na foto, tem o seu rosto e com a legenda: “Racismo. Não finja que não vê”. Logo após a mensagem que se encontra em plano principal, há uma mensagem secundária que diz: “Revele os racistas”. A partir da imagem, o próprio jogador compartilha a publicação com o enunciado: “Essa é a mensagem. Hoje e sempre. #DiadaConsciênciaNegra #Antirracista #BlackAwarenessDay” (Vinícius Júnior, texto do próprio tweet, 2023)¹¹.

Além do enunciado presente, vale destacar que Vinícius Júnior compartilhou o *post* com um comentário que diz: “Essa é a mensagem. Hoje e sempre”. É necessário observar o domínio associado que possibilita essas relações que se dão entre os enunciados, pois no final, podem ser resumidas àquilo que o jogador propõe em sua publicação, no caso, o combate ao racismo.

Para compreender o enunciado em uma dimensão funcional, Foucault nos faz pensar sobre quem é esse sujeito que diz e de onde ele fala. Por isso, compreende-se que este sujeito ocupa uma posição a partir de onde enuncia e por quais condições este enunciado emerge, pois há “uma relação determinada que se deve isolar, sobretudo, das relações com as quais poderia ser confundida, e cuja natureza é preciso especificar” (Foucault, 2020, p. 111).

Para que haja o combate aos crimes raciais, Vinícius Júnior assume uma posição que não o caracteriza apenas como um sujeito que sofre racismo no seu cotidiano, mas como uma pessoa que detém visibilidade para enunciar de tal modo que qualquer pessoa reconheça, identifique, combata o racismo e que haja a punição pelo ato considerado como criminal.

A terceira materialidade consiste em uma publicação em que Vinícius Júnior compartilha um vídeo que foi publicado pelo perfil do jornalista italiano Fabrizio Romano. A publicação traz o caso em que o jogador Nico Williams, atleta do clube Athletic Bilbao, que sofreu diversos gritos racistas durante a partida entre o seu time e o Atlético de Madrid. Pouco tempo depois, o mesmo jogador realizou um gol e comemora apontando para a cor da sua pele, como forma de protesto contra as injúrias raciais. Essa publicação foi compartilhada por Vinícius Júnior com uma legenda em espanhol que diz: “Até quando? La liga!”. Podemos identificar também na materialidade discursivizada, a menção do perfil da liga espanhola a fim de tentar fazer com que os dirigentes e responsáveis sejam cientes do caso e, no caso de Vinícius Júnior, da denúncia. Em seguida, há a menção ao jogador Nico com a presença de emojis representados pelas mãos negras empunhadas para cima, como símbolo de resistência contra o racismo¹².

¹¹ Para ter acesso à publicação na íntegra: <https://twitter.com/vinijr/status/1726681272079327735>. Acesso em: 17 ago. 2024.

¹² Para ter acesso à publicação na íntegra: <https://twitter.com/vinijr/status/1784502746508374267>. Acesso em: 01 ago. 2024.

O primeiro ponto que pode ser observado é a questão de quem enuncia e por qual posição este sujeito está ocupado. É válido considerar que um jogador de futebol eleito como o maior jogador de um campeonato como a UEFA Champions League¹³ não se carrega em seu enunciado uma posição de poder maior do que uma posição de um sujeito que não possui visibilidade, ou seja, não é apenas uma pessoa qualquer que enuncia, mas um jogador com relevância mundial sobre torcedores e que revela uma carreira profissional.

A partir do vídeo mencionado, podemos observar no enunciado a indagação sobre a reprodução das práticas racistas no universo do futebol, uma vez que mesmo após séculos, o preconceito permanece no imaginário das pessoas. Foucault (2014) problematiza sobre os riscos que o discurso pode assumir ou constituir quando ligado ao desejo e a instituição. Nisso, ao resgatar o enunciado acima, percebe-se que a necessidade de (re) afirmar a condição racial do jogador faz com que a condição de superioridade seja revelada e faz com que crie certos procedimentos definam quem merece ser injuriado ou não. No entanto, o combate ao racismo reforça que certos discursos devem ser repensados, pois nem tudo pode ser dito conforme o que Foucault (2014) denomina como “procedimentos de exclusão”. Para o autor:

Em uma sociedade como a nossa, conhecemos, é certo, procedimentos de exclusão. O mais evidente, o mais familiar também, é a interdição. Sabe-se bem que não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa. (Foucault, 2014, p. 9).

Em diálogo com o trecho acima, percebe-se que a interdição de Vinícius Júnior revela o caráter da gravidade manifesta pelos atos racistas contra o jogador Nico Williams e desta forma, ele assume uma posição que o coloca como aquele que sente a mesma dor e que compartilha do mesmo sentimento, pois o racismo não se limita apenas ao caso compartilhado, mas também à sua própria vida enquanto sujeito negro que passou pela mesma situação. Por isso, a prática de resistência se configura na publicação de Vinícius Júnior, uma vez que “[...] ao tomar a vida como objeto ou objetivo, a resistência ao poder passa a fazer-se em nome da vida, e se volta contra o poder”. (Maciel Jr, 2013, p. 2). Deste modo, Vinícius Júnior resiste ao poder quando este coloca os sujeitos negros em uma posição de inferioridade por meio do não reconhecimento das práticas racistas.

¹³ Maiores informações em: <https://oantagonista.com.br/esportes/vinicius-jr-e-eleito-melhor-jogador-da-champions/>. Acesso em: 01 ago. 2024.

Além do exposto, torna-se necessário compreender que a liberdade de expressão surge como um pretexto para que o discurso racista seja produzido e dirigido contra alguém. Segundo Trindade (2022, p. 89), “[...] a liberdade de expressão não isenta as pessoas de responsabilidades civis e do cumprimento nas normas e convenções sociais”. O problema é achar que aquilo que pode ser dito por qualquer pessoa não possui limites, desde que o seu direito legal se expressar esteja constitucionalmente sendo exercido.

4 PARA EFEITOS DE FIM

O presente trabalho teve como objetivo analisar os discursos e as estratégias que compõem a luta antirracista em casos de racismo sofridos pelo jogador de futebol brasileiro Vinícius Júnior, a partir de postagens que foram compartilhadas no seu perfil pessoal da rede social digital X. O *corpus* foi composto por três materialidades que foram retiradas do próprio perfil do jogador, a fim de compreender as discursividades que envolvem a prática racista e o discurso odioso contra aqueles vistos como inferiores ou à margem da sociedade elitizada dentro do espaço esportivo.

Os resultados apontaram para o fato de que a liberdade de expressão é vista como pretexto para que os discursos racistas sejam produzidos nos acontecimentos aos quais se direcionam para o jogador Vinícius Júnior em suas partidas e que são discursivizados em suas denúncias no seu perfil pessoal. Os limites para o ataque são diversos e por isso, a racialidade do sujeito é tomada como razão para o insulto e a agressão pela linguagem.

Além disso, podemos compreender que as denúncias e compartilhamentos feitos por Vinícius Júnior no seu perfil no X configuram-se como práticas de resistência, visto que o sujeito que enuncia assume uma posição de autoridade enquanto jogador mundialmente conhecido e que usa do seu lugar de fala para enunciar contra as estruturas de poder dominantes que condenam, negam e criminalizam os sujeitos negros. Por isso, suas publicações não se voltam apenas para si, mas revelam o caráter de solidariedade para com todos aqueles que passam pelos mesmos casos de racismo no universo do futebol. Portanto, a sua voz ecoa nas discursividades que se materializam no combate ao racismo enquanto crime.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, S. L. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro, Editora Jandaíra, 2021.

FAÉ, R. A genealogia em Foucault. **Psicologia em estudo**, Maringá, v. 9, n. 3, p. 409-416, set-dez. 2004.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. 8 ed. Editora Forense, Rio de Janeiro, 2020.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 02 de dezembro de 1970. 24 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

GOMES, R. M. M. A arqueologia do saber: uma análise metodológica para a análise do discurso em história. **Interfaces Científicas** – Humanas e Sociais, Aracaju, vol. 6, n. 3, p. 19-26. fev. 2018.

NAVARRO, P. Estudos discursivos foucaultianos: questões de método para análise dos discursos. **Revista Moara**, ed. 57, vol. 1/ ago -dez 2020.

MACIEL JR, A. Resistência e prática de si em Foucault. **Trivium** – Estudos interdisciplinares, Rio de Janeiro, 2013, 8 p. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2176-48912014000100002. Acesso em: 17 ago. 2024.

OLIVEIRA, C. A vertigem da descontinuidade: sobre os usos da história na arqueologia de Michel Foucault. **História, Ciências, Saúde** – Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 169-181, jan.-mar. 2008.

TRINDADE, L. V. **Discurso de ódio nas redes sociais**. São Paulo: Jandaíra, 2022.

ESTRATÉGIAS ARGUMENTATIVAS NA PRODUÇÃO DE TEXTO: ANÁLISE DE REDAÇÃO NOTA MIL NO ENEM

Laíze Lima da Silva
Regilsom Magalhães da Silva Júnior
Jackeline Sousa Silva

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Esta pesquisa é resultante de estudos realizados no grupo do projeto de extensão *Oficinas de Redação: abrindo caminhos para a universidade*, que consiste em aulas preparatórias para o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), voltadas a contemplar alunos do Ensino Médio, bem como egressos, que estejam em busca de aprimorar competências e habilidades de escrita do texto dissertativo-argumentativo.

O ENEM é uma prova realizada anualmente pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), que admite, com base na pontuação obtida no exame, ingresso no ensino superior em universidades públicas por todo o país. Dessa forma, o teste é uma porta de entrada para estudantes iniciarem suas vidas acadêmicas. Entretanto, devido à carência de conhecimento acerca de produção textual, percebe-se que a prova de Redação é um obstáculo para que grande parte dos candidatos alcancem uma nota satisfatória.

No tocante ao que se constitui em obstáculo para o sucesso da prova, temos percebido, durante a experiência com os participantes do projeto, que a capacidade de argumentar, de forma eficaz e fazendo uso das estratégias adequadas, constitui-se num dos principais entraves. A redação do ENEM é avaliada segundo uma matriz composta por cinco competências: 1) domínio da modalidade escrita formal da língua portuguesa; 2) desenvolvimento do tema e limites estruturais do texto dissertativo-argumentativo; 3) seleção de argumentos em defesa de um ponto de vista; 4) domínio dos mecanismos linguísticos de coesão necessários para a construção da argumentação; 5) elaboração de proposta de intervenção que respeite os direitos humanos.

Sob essa perspectiva, a utilização de estratégias argumentativas é avaliada dentro da terceira competência, contudo é preciso destacar que esta não se faz presente apenas nos parágrafos de desenvolvimento, nos quais tem predominância, mas perpassa pela construção de todo o texto. Com isso, fica evidente a necessidade de que o estudo das estratégias argumentativas esteja na pauta de cursos ou projetos voltados ao ensino de redação padrão ENEM.

Este trabalho, então, objetiva verificar quais estratégias argumentativas são utilizadas na produção de um texto dissertativo-argumentativo e seus efeitos na defesa de um ponto de vista, já que são notórias na elaboração de um bom texto. Para tanto, dentre os dez textos da amostra disponibilizada na Cartilha do Participante de 2023¹, selecionamos uma redação nota mil, na qual identificamos as estratégias argumentativas e os recursos, buscando fundamentar a defesa da opinião exposta pelo autor. Assim, tornou-se evidente a maneira adequada de articular eficazmente as ideias no momento de escrever uma redação do tipo solicitado no ENEM.

2 DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA

Nesta seção, expomos as etapas de desenvolvimento do estudo sobre as estratégias argumentativas em textos produzidos no contexto de aplicação do ENEM. De início, fizemos uma revisão de literatura, abordando o tema tratado com base nas ideias de Possenti (2002; 2017), Gonçalves (2017) e outros autores. Em seguida, apresentamos os procedimentos metodológicos que sustentaram a pesquisa. Como última etapa do desenvolvimento, trazemos uma discussão dos resultados, obtidas a partir de análise de um texto nota mil no ENEM (Brasil, 2023).

2.1 Revisão de literatura

A priori, cabe-nos definir o texto dissertativo-argumentativo como um tipo textual, visto que o termo abarca duas tipologias textuais, sendo esse último relacionado à capacidade de argumentar, de defender um ponto de vista com base em argumentação consistente, enquanto o primeiro é especificado pela exposição da opinião do usuário da linguagem.

Nessa discussão, trazemos Possenti (2017) para esclarecer que o termo "argumento" possui dois significados principais, ou seja, pode referir-se tanto ao conjunto completo que inclui premissas e conclusão, como às premissas isoladamente, que sustentam a tese. Assim, a importância da argumentação reside na habilidade do autor em estabelecer conexões entre fatos, teses, ideias e posições, mostrando, assim, sua formação e conhecimento sobre um tema socialmente relevante.

Nessa perspectiva, Cantarini, Bertucci e Almeida (2017) afirmam que argumentar é uma prática diária, e a qualidade dos argumentos é crucial para convencer o leitor ou ouvinte a aceitar a tese proposta. Em textos dissertativo-argumentativos, é esperado do autor a habilidade de expor uma situação-problema, apresentar uma tese e articulá-la com argumentos fortes e coerentes.

¹ Trata-se de um material didático elaborado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e direcionado a estudantes que participarão da prova do Enem.

Esse tipo de texto é utilizado na elaboração da redação que compõe o ENEM, por isso a importância de conhecer sua estrutura, a qual é formada por: introdução; desenvolvimento e conclusão. Diante desse cenário, apontamos que a introdução é essencial para a compreensão do que será discutido ao longo do texto, pois é nela que se apresenta a proposição, a tese ou a ideia central que será desenvolvida. O desenvolvimento é a fase onde ocorre a argumentação propriamente dita, o desenrolar da ideia central apresentada. Por sua vez, a conclusão serve para reafirmar o ponto de vista do autor e/ou oferecer uma solução para a problemática abordada (Possenti, 2017).

Segundo Cantarin *et al.* (2017, p. 81), “em propostas de texto dissertativo-argumentativo, está em jogo, portanto, a capacidade do produtor de expor uma situação-problema, apresentando uma tese (opinião) sobre o fato e articulando-a com argumentos fortes e coerentes”. Em outras palavras, o texto dissertativo-argumentativo não corresponde a somente escrever posicionamentos do autor acerca do tema apresentado, mas articulá-los com estratégias argumentativas que defendam o ponto de vista desenvolvido.

Para a sustentação do ponto de vista, Possenti (2002) defende que é preciso atentar para os indícios de autoria, que estão presentes no discurso, caracterizando-se pela capacidade do autor de dar voz a outros enunciadores enquanto mantém uma certa distância crítica em relação ao próprio texto. Esse distanciamento pode ser relacionado à característica da impessoalidade na escrita do texto dissertativo-argumentativo, ao que Garcez (2017, p. 276) destaca a necessidade de ser “impessoal (preferencialmente deve-se evitar a primeira pessoa), objetivo (é preciso evitar digressões fora do tema), formal (não se deve usar gírias, vocabulário coloquial, frases feitas ou clichês)”.

Ainda no tocante à autoria, Mata (2017) complementa que esta é revelada pela combinação entre forma e conteúdo, em que a seleção de informações e a escolha das palavras são estratégias para causar um efeito específico no leitor. Assim, a originalidade e a consciência da escrita se manifestam na habilidade do autor em integrar diferentes vozes e pontos de vista que corroboram sua linha argumentativa.

A esse respeito, Gonzaga (2017, p. 175) recomenda que se deve “lançar mão de estratégias argumentativas, que são os recursos utilizados para envolver, convencer o leitor [...]”. A partir desse pensamento, é primordial que os estudantes conheçam tais estratégias, para, assim, enriquecerem sua abordagem e garantirem êxito na redação do ENEM. Sob essa perspectiva, a utilização das estratégias argumentativas, além de assegurar a articulação do texto, também possibilita que o participante se expresse de modo a persuadir o leitor sobre a importância das colocações levantadas na redação.

Para a construção de texto que possa alcançar a pontuação esperada no que se refere à capacidade argumentativa, Guimarães (2024) destaca algumas dessas

estratégias fundamentais. A primeira trata da *enumeração*, que permite ao autor organizar uma sequência clara das informações apresentadas; o *confronto* estabelece um contraste entre ideias ou fatos, enquanto a *analogia* permite explorar semelhanças para reforçar um ponto de vista; a *exemplificação* ilustra as ideias abordadas, enquanto a relação de *causa e efeito* ajuda a explicar fenômenos, e a *explicação de ideias em cadeia* divide o parágrafo em partes que são discutidas sequencialmente.

Ademais, cada parágrafo de desenvolvimento deve ter uma organização clara, com um tópico frasal que sintetiza a ideia principal, a ser ampliada com a possibilidade do uso de repertório sociocultural diversificado, seguido pelas estratégias argumentativas e concluído com uma reflexão ou reafirmação da ideia central. Dessa forma, os parágrafos são estruturados com uma sequência lógica de início, meio e fim, facilitando a compreensão e persuasão do leitor (Guimarães, 2024).

Outrossim, o conhecimento de mundo do escritor, a leitura e a interpretação correta de infográficos disponibilizados como textos motivadores e citação de autores que tenham credibilidade em determinada área do conhecimento também contam como estratégias, dentre outras que possibilitem fortalecer o posicionamento defendido no texto.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este estudo segue um percurso metodológico baseado em duas etapas. Na primeira, traz uma pesquisa bibliográfica referenciada em Possenti (2002; 2017), Gonçalves (2017) e outros autores; na segunda, faz-se uma pesquisa documental, por meio da análise de um texto dissertativo-argumentativo, selecionado entre os textos que compõem a Cartilha do Participante do ENEM 2023 (Brasil, 2023), que traz dez redações avaliadas com nota mil na edição do exame do ano de 2022.

No contexto da pesquisa, consideramos essencial iniciar com a pesquisa bibliográfica, considerada por Gerhardt *et al.* (2009, p. 69) como a “mãe de toda pesquisa”, por fundamentar-se a partir de fontes escritas sobre a temática investigada, proporcionando-nos maior domínio do assunto. Por seu turno, a pesquisa documental, constitui-se “de documentos, contemporâneos ou retrospectivos, considerados cientificamente autênticos”.

Essa etapa ancora-se em uma abordagem qualitativa, na qual utilizou-se da técnica de análise de conteúdo (Bardin, 1977), que “trabalha a palavra e suas significações, [...] procura conhecer aquilo que está por trás das palavras sobre as quais se debruça”, ou seja, leva em consideração a mensagem – o texto e as estratégias argumentativas; o suporte – Cartilha do participante; o emissor – autor do texto; e o receptor – corretor da redação.

Dessarte, a análise textual, na concepção bardiniana, foi constituída por: pré-análise – seleção do texto para compor o *corpus* deste estudo; exploração do material – identificação das estratégias argumentativas que compõem o texto selecionado; e tratamento dos resultados – análise e descrição dessas estratégias.

Na seção seguinte, apresentamos os resultados do estudo da redação selecionada.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Nesta seção, analisamos uma das dez redações que alcançaram a pontuação máxima no ENEM do ano de 2022, apresentada na Cartilha do Participante de 2023 (Brasil, 2023, p. 28), de autoria do candidato Luís Felipe Alves Paiva de Brito. Nosso foco será examinar as estratégias argumentativas empregadas pelo autor para sustentar seu ponto de vista no texto dissertativo-argumentativo, conforme destacado nas seções anteriores.

A redação ora analisada foi produzida em atendimento a uma proposta que tinha como tema “Desafios para a valorização de comunidades e povos tradicionais no Brasil”, que se encontra disponível no portal do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). A proposta, além das instruções de redigir texto dissertativo-argumentativo na modalidade escrita formal da língua portuguesa sobre o tema indicado, apresentando proposta de intervenção que respeite os direitos humanos, trazia um conjunto de quatro textos, de caráter motivador, com informações sobre o tema para aqueles que deveriam escrever a redação. Esses textos discorriam sobre: i) quais povos integram as comunidades tradicionais e a relação entre estes e a natureza; ii) os estados com a maior concentração de famílias pertencentes aos povos tradicionais do Brasil; iii) a criação da Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais; iv) o teor da Carta da Amazônia 2021.

De início, o autor utiliza diferentes estratégias argumentativas para sustentar sua tese sobre os desafios para a valorização de comunidades e povos tradicionais no Brasil, tema da Redação do ENEM 2022. No primeiro parágrafo, é mencionado o escritor Oswald de Andrade e sua obra “Erro de Português”, utilizando-se de repertório sociocultural da área de literatura, a partir do qual é estabelecida uma conexão com o passado e com as origens do problema da aculturação dos povos indígenas durante a colonização, servindo para contextualizar o tema e ressaltar sua relevância histórica. Ainda no mesmo parágrafo, há a presença de analogia entre o tratamento dado aos índios no passado e a situação atual dos povos indígenas e outras comunidades tradicionais, constituindo a estratégia argumentativa por comparação. Essa analogia fortalece a argumentação ao mostrar que problemas antigos persistem nos dias de hoje.

Ao final do texto introdutório, o participante utiliza-se da estratégia de antecipação dos argumentos para definir o ponto de vista a ser defendido nos parágrafos seguintes: a educação deficiente acerca da valorização dos grupos tradicionais no Brasil e a ausência do desenvolvimento sustentável.

Nessa primeira parte do texto, o participante faz o uso de itens lexicais que, além de atribuírem coesão ao texto, no caso dos conectivos, conferem à produção marcas de autoria, a exemplo das palavras de juízo de valor, que contribuem para o teor crítico da opinião e fortalecem a argumentatividade. O autor utiliza expressões como "com efeito" para introduzir os desafios mencionados, enfatizando sua importância para o argumento central. Ademais, utiliza termos carregados de sentido – palavras de juízo de valor – como "desafios", "prejudiciais" e "aculturação" dando um sentido emocional e ideológicas, o que ajuda a persuadir o leitor sobre a seriedade do assunto.

No parágrafo inicial do desenvolvimento, o candidato retoma seu ponto de vista por meio da construção de um tópico frasal, ao apontar a falta de promoção de um ensino eficiente sobre as populações tradicionais como um problema relevante. Posto isso, é estabelecida uma base para a argumentação do tema e, na sequência, é criticado o viés eurocêntrico adotado pelas escolas ao abordarem os povos tradicionais, evidenciando como isso perpetua estereótipos e preconceitos. Além disso, o participante utiliza-se da estratégia argumentativa de exemplificação, mostrando uma frase com teor preconceituoso aos indígenas, tornando o argumento mais concreto e sustentando seu posicionamento.

Em seguida, é empregada a contraposição ou contraste de ideias a partir da Teoria do Indigenato, defendida pelo ministro Edson Fachin. Essa estratégia argumentativa destaca a legitimidade da luta dos povos tradicionais e desafia o pensamento discriminatório, ao que o autor finaliza expondo a contribuição das escolas. Nesse sentido, ele alega que, ao se isentarem de trabalhar sobre o tema, as instituições educacionais deixam de ensinar uma visão que reconheça os direitos e a importância das comunidades tradicionais, contribuindo, assim, para a desvalorização desses grupos e para o desenvolvimento de um pensamento discriminatório nos alunos.

No segundo parágrafo de desenvolvimento, o participante retoma o segundo tópico rasal sobre a falta de progresso sustentável como outro desafio para o reconhecimento e preservação das populações tradicionais. O parágrafo se inicia com a identificação do problema que seria a carência de progresso sustentável como um desafio a mais para o reconhecimento das comunidades, ampliando o escopo da discussão para além do ensino eficiente. Além disso, o autor faz críticas às entidades mercadológicas que atuam nas áreas ocupadas pelas populações tradicionais, destacando sua falta de preocupação com a preservação ambiental, e utiliza, mais uma vez, a estratégia argumentativa por exemplificação, mencionando o garimpo

ilegal na Região Amazônica como algo prejudicial às comunidades tradicionais, tornando os argumentos mais tangíveis e concretos.

Ademais, é feita uma referência científica aos conceitos da Biologia, como a magnificação trófica, para explicar que a contaminação por metais afeta a cadeia alimentar prejudicando animais e seres humanos. Assim como no primeiro desenvolvimento, faz-se o uso de uma conclusão argumentativa, alegando que as indústrias que exploram os recursos naturais ilegalmente não promovem o desenvolvimento sustentável e reforçando a ideia de que a falta de progresso sustentável é um obstáculo significativo para o reconhecimento e preservação dessas comunidades.

Na conclusão, o participante apresenta duas propostas de intervenção coerentemente articuladas à argumentação apresentada nos parágrafos anteriores, e trazendo os elementos obrigatórios: agente, ação, meio, efeito e detalhamento, que seguem a orientação de respeitando os direitos humanos, contida no enunciado da proposta de redação padrão ENEM. Este parágrafo é iniciando reforçando a necessidade de intervenção da esfera governamental sobre a questão discutida.

Como agentes, na sequência do parágrafo conclusivo, o Ministério da Educação e o Ministério do Desenvolvimento são mencionados, acompanhados da função de cada órgão e a importância de sua atuação diante das propostas, de modo a cumprir a função de detalhamento do agente de cada proposta. O participante justifica suas sugestões explicando como cada um contribuiria para a superação dos desafios, como a inserção da matéria "Estudos Indigenistas" no ensino básico para educar os alunos sobre a preservação dos indígenas e combater o preconceito, e a fiscalização das atividades econômicas prejudiciais às comunidades, a fim de valorizar os povos e proteger seus direitos.

Para finalizar a redação, o texto é concluído com ênfase na valorização das comunidades tradicionais, ajudando a concluir a argumentação de forma convincente, sem pontas soltas, oferecendo soluções práticas para os desafios identificados. Apesar de não ser obrigatório, aponta-se que a estratégia de retomada de um dos repertórios socioculturais utilizados nos parágrafos anteriores poderia cumprir, de forma mais consistente, a função de tornar o texto ainda mais coeso. Entretanto, essa forma de encerramento não está entre os critérios de avaliação, portanto, não se constituiu em motivo para desconto de pontos.

Em face do exposto, consideramos válido ressaltar que uma redação nota mil não apenas reflete proficiência linguística, mas também uma argumentação sólida e convincente. Nesse contexto, examinamos as estratégias argumentativas de uma redação que obteve nota máxima no ENEM, ressaltando suas contribuições para ampliar nossos conhecimentos sobre a tipologia textual dissertativo-argumentativa.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo, analisamos minuciosamente as estratégias argumentativas empregadas em uma redação nota máxima no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), evidenciando sua relevância para produção de textos dissertativo-argumentativos. Contudo, ao refletirmos sobre as implicações e limitações do estudo, afirmamos que a análise das estratégias argumentativas de uma única redação nota máxima, não padroniza a construção de outros textos.

Outrossim, destacamos que a seleção de itens lexicais pertinentes ao contexto favorece a construção argumentativa sólida, articulando o posicionamento de quem escreve com os repertórios socioculturais das diversas áreas do conhecimento utilizados como fundamentação, seja por analogia ou por contraste de opinião. Apontamos, também, como relevantes o uso de exemplificações para ancorar a argumentação trazida ao longo do desenvolvimento do texto

Por fim, destacamos que as reflexões sobre o impacto do estudo apontam que a análise das estratégias argumentativas não apenas contribui para o aprimoramento das habilidades de escrita dos estudantes, mas também fomenta o conhecimento no campo da produção textual. Dessa forma, conclui-se que este estudo subsidia a compreensão e a expansão do conhecimento sobre a produção de textos dissertativo-argumentativos no contexto do ENEM para futuras investigações, além de ampliar conhecimentos entre os componentes do projeto de extensão universitárias *Oficinas de Redação: abrindo caminhos para a universidade*.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **A Redação do Enem 2023**: cartilha do participante. Brasília, 2023.

CANTARIN, M. M.; BERTUCCI, R. A.; ALMEIDA, R. C. A análise do texto dissertativo-argumentativo. In: GARCEZ, L. H. C.; CORRÊA, V. R. (org.). **Textos dissertativo-argumentativos**: Subsídios para qualificação de avaliadores. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), 2017.

GARCEZ, L. H. C. O ensino de redação. In: GARCEZ, L. H. C.; CORRÊA, V. R. (org.). **Textos dissertativo-argumentativos**: Subsídios para qualificação de avaliadores. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), 2017.

GERHARDT, T. E. *et al.* Estrutura do projeto de pesquisa. In: GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. (org.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GONZAGA, E. S. Seleção e avaliação de argumentos. *In*: GARCEZ, L. H. C.; CORRÊA, V. R. (org.). **Textos dissertativo-argumentativos**: Subsídios para qualificação de avaliadores. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), 2017.

GUIMARÃES, A. **Estratégias argumentativas**. Disponível em: <https://descomplica.com.br/d/vs/aula/estrategias-de-argumentacao/>. Acesso em: 23 jun. 2024.

MATA, A. L. N. Originalidade e consciência da escrita: indícios de autoria na argumentação em textos escolares. *In*: GARCEZ, L. H. C.; CORRÊA, V. R. (org.). **Textos dissertativo-argumentativos**: Subsídios para qualificação de avaliadores. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), 2017.

POSSENTI, S. Argumentar. *In*: GARCEZ, L. H. C.; CORRÊA, V. R. (org.). **Textos dissertativo-argumentativos**: Subsídios para qualificação de avaliadores. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), 2017.

POSSENTI, S. Indícios de autoria. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 20, n. 1, jan./jun. 2002.

21

ESTRATÉGIAS BIOPOLÍTICAS E PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADE EM MATERIAIS DIDÁTICOS DO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO INTEGRADA DO MOVIMENTO BRASILEIRO DE ALFABETIZAÇÃO (MOBRAL)

Francisco Edjânio Rodrigues Ferreira
Francisco Vieira da Silva

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O artigo constitui um recorte de uma pesquisa que se encontra em desenvolvimento e cujo objetivo consiste em analisar o funcionamento de estratégias de controle e a produção da subjetividade em materiais didáticos utilizados no Programa de Educação Integrada do Movimento Brasileiro de Alfabetização - MOBRAL. Busca-se esses apontamentos em discursos presentificados nos materiais desse programa de alfabetização desenvolvido no período da ditadura Civil-Militar, momento que evidencia uma conjuntura política de repressão por meio do autoritarismo. Neste texto especificamente, objetivamos estudar, nos materiais didáticos mencionados, o funcionamento de estratégias biopolíticas e a produção da subjetividade do estudante do MOBRAL.

O MOBRAL foi criado como uma política pública diante do grande número de analfabetismo em todo o território brasileiro. Surgiu no período da ditadura Civil-Militar e foi oficializado pela Lei 5.379 de 15 de dezembro de 1967 (Brasil, 1967), com intuito de se expandir em todo o território nacional, como forma de educação continuada para adolescentes e adultos, conforme destacado nos estudos de Lima, Macêdo e Souza, (2022). Além disso, esses autores destacam “que no propósito de combater o analfabetismo, o MOBRAL, de maneira descentralizada, assinava convênios com os estados e prefeituras e transferia os recursos de implantação do projeto”.

Segundo a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO (2008), durante a ditadura militar, o governo buscou promover por meio da educação de jovens e adultos, a manutenção da coesão social que legitimou a manutenção do regime autoritário, nutrindo o mito de uma sociedade democrática em um regime de exceção. Além disso, destaca que a reforma do ensino em 1971 emoldurou a Educação de Jovens e Adultos por meio do ensino supletivo e nesse mesmo ano iniciou-se MOBRAL. Esse movimento educacional contou alguns

programas desenvolvidos em consonância com suas políticas públicas, tais como o Programa de Alfabetização Funcional - PAF, Programa de Educação Integrada - PEI, Programa MOBREAL Cultural, Programa de Educação Comunitária para a Saúde, Programa de Profissionalização, entre outros.

O Programa de Educação Integrada, PEI, foi escolhido para análise de seus materiais neste estudo. Em linhas gerais, o PEI tinha como objetivo oferecer a alunos adolescentes e adultos que não conseguiram concluir a escolaridade do ensino fundamental na idade considerada adequada a orientação para o trabalho e conclusão dessa etapa de ensino. Os materiais didáticos escolhidos foram: Boa Pergunta (1972) e Vivendo e Aprendendo (1979), sendo respectivamente, denominados de livro de aluno e livro de textos geradores. Nesses documentos, é possível identificar temáticas como alimentação, vacinação, doenças endêmicas, moradia, escola, movimentos culturais, povos tradicionais, prática de esportes, amamentação, entre outros.

Essas temáticas se articulam com a biopolítica, pois o principal objetivo dessa prática governamental é entender o gerenciamento dos comportamentos biológico dos sujeitos por meio de direcionamentos, procedimentos e técnicas que incitam determinadas maneiras de agir e viver seguindo padrões sociais que são (des)construídos ao longo do tempo. Sendo assim, nos textos dos livros selecionados, esses discursos manifestam-se, evidenciando modos ou padrões que precisam ser seguidos pela população no sentido de validar seu bem-estar ou fazer parte desses contextos de formas satisfatórias.

Pertinente a esse processo de produção de subjetividade e a sua biopolítica, Foucault (2010) dissertou o seguinte:

A disciplina tenta reger a multiplicidade dos homens na medida em que essa multiplicidade pode e deve redundar em corpos individuais que devem ser vigiados, treinados, utilizados, punidos. E, depois, a nova tecnologia que se instala se dirige à multiplicidade dos homens, não na medida em que eles se resumem em corpos, mas na medida em que ela forma, ao contrário, uma massa global, afetada por processos de conjunto que são próprios da vida, que são processos como o nascimento, a morte, a produção, a doença [...]. Depois da anátomo-política do corpo humano, consolidada no decorrer do século 18, vemos aparecer, no fim do mesmo século, algo que já não é uma anátomo-política do corpo humano, mas que eu chamaria de uma biopolítica da espécie humana” (Foucault, 2010, p. 204).

Conforme citado anteriormente, Foucault (2010) discute sobre uma nova forma disciplinar que se desenvolve por meio da atuação sobre os corpos dos indivíduos no sentido de produzir ações nos comportamentos que são inerentes a própria forma de viver. Essa intensificação ou reafirmação voltada para os sujeitos, mostrando caminhos ou rotinas a serem seguidas, afetam os comportamentos

individuais e coletivos, transformando a população por meio de suas formas de agir com o corpo e se perpetuando em uma massa global.

Para analisar os documentos em evidência, ancoramo-nos nos conceitos de discurso, enunciado, biopoder, biopolítica, governamentalidade e subjetividade, conforme pensados por Michel Foucault e em autores que discutem sobre como o MOBREAL se configurou num instrumento de manutenção da ordem social instituída no período ditatorial brasileiro, a exemplo de Lima, Macêdo e Souza (2022), Silva (2023) e Souza *et al.*, (2024).

A estrutura organizacional a seguir apresenta mais três partes que contextualizam este artigo, quais sejam, uma discussão sobre os conceitos de Foucault e a articulação com o funcionamento do PEI, a exposição das análises do material foco do estudo e as conclusões.

2 REFLEXÕES A PARTIR DA ARQUEGENEALOGIA DE FOUCAULT

A análise do estudo ancora-se nos conceitos de discurso e enunciado. Do ponto de vista de Foucault (1986), o discurso ultrapassa o simples ato presente nas palavras, falas ou nas referências das coisas, se apresentando como um conjunto de regras próprias das práticas discursivas. De acordo com seus direcionamentos é preciso,

Não mais tratar os discursos como conjunto de signos (elementos significantes que remetem a conteúdo ou a representações), mas como práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam. Certamente os discursos são feitos de signos; mas o que fazem é mais que utilizar esses signos para designar coisas. É esse *mais* que os torna irredutíveis à língua e ao ato da fala. É esse "mais" que é preciso fazer aparecer e que é preciso descrever" (Foucault, 1986, p. 56).

O objetivo do autor citado é entender como o discurso pode se propagar por meio do que ele chama de vontade de verdade em um contexto histórico das relações de saber-poder. Além disso, diante de um sistema coercitivo ou excludente, é preciso fazer-se compreender as construções das práticas discursivas e a constituição histórica dos sujeitos e como essas transformações se dão por meio de ações políticas e suas relações com outros tipos de práticas. Foucault (2001) fala sobre diversos meios de transformações dos discursos, perceptíveis no que é colocado como limites, nas conservações discursivas, no sentido do que é perpetuado ou esquecido, na validação de práticas discursivas que serão mantidas ou caídas no esquecimento. Também no âmbito da vontade de verdade os discursos podem ser reformulados ou apropriados por determinado grupo diante das possibilidades de dominação.

Sendo assim, o autor apresenta o termo "enunciado" como um elemento que está intimamente ligado ao discurso, sendo o *lócus* onde as unidades significativas

se acumulam, podendo ser entendido como algo que transcende a estrutura linguística justificado por ser falado, gravado ou dito, e que é passível de ser repetido ou reproduzido. Dessa forma, por meio dessas regularidades de práticas que enveredam o que pode ser tido como certezas, os discursos são categorizados por meio de uma verdade que nasce diante do que os sujeitos veem e reverberam como verdades.

O trabalho sustenta-se também em conceitos basilares da genealogia e podemos destacar a concepção de biopoder, que diz respeito à manutenção ou regulação da vida dos sujeitos por meio de relações de poder que se estrutura de forma ampla pelo viés político e social, protagonizado pela força produtiva do corpo e o controle do tempo e espaço. Conforme os estudos de Foucault (1999), a biopolítica emergiu a partir do século XVIII, como uma nova forma de ajustamento dos indivíduos às relações de poder diante de uma nova relação de produção em desenvolvimento. Por meio de normas de regulamentação é que a partir de então as práticas de poder recaem sobre a manutenção e promoção da vida. Sobre esse campo de controle e de saber Foucault (1999) apresentou o seguinte,

O homem ocidental aprende pouco a pouco o que é ser uma espécie viva num mundo vivo, ter um corpo, condições de existência, probabilidade de vida, saúde individual e coletiva, forças que se podem modificar, e um espaço em que se pode reparti-las de modo ótimo. Pela primeira vez na história, sem dúvida, o biológico reflete-se no político; o fato de viver não é mais esse sustentáculo inacessível que só emerge de tempos em tempos, no acaso da morte e de sua fatalidade: cai, em parte, no campo de controle do saber e de intervenção do poder (Foucault, 1999, p. 134).

O termo governamentalidade refere-se às diferentes práticas governamentais e o surgimento do Estado no sentido amplo de governar. Esse termo estudado por Foucault (2008b) diz respeito a um “[...] conjunto constituído pelas instituições, os procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e as táticas que permitem exercer essa forma bem específica, embora muito complexa, de poder que tem por alvo principal a população, por principal forma de saber a economia política e por instrumento técnico essencial os dispositivos de segurança” (Foucault, 2008b, p. 143).

A produção da subjetividade se efetiva no decorrer dos contextos históricos engendradas pelos modos existência das populações, fazendo-nos entender que é nessa relação do sujeito com as coisas, com o mundo e com o tempo que a subjetividade se produz e se reproduz como algo não imóvel e tão pouco inconsciente. Sendo assim, Foucault (1984) afirma ser a subjetividade uma relação do corpo com as coisas durante a existência do sujeito.

Diante do exposto, é importante situar a emergência histórica do MOBILAL para entender como se configurou num instrumento de manutenção da ordem social

instituída no período ditatorial brasileiro de acordo com estudos de Lima, Macêdo e Souza (2022). Conforme Silva (2023, p. 2), trata-se de

um projeto que recebeu grande quantidade de recursos para ser desenvolvido em território nacional, contemplando produção de material didático, oferecendo incentivos para investidores, com ampla divulgação, contando inclusive com produções musicais para difundir o tema. O MOBRAL, prometia reduzir drasticamente o índice de analfabetismo no país, que, na ocasião de lançamento da campanha representava 36% da população, (Silva, 2023, p. 2).

A citação reporta a disseminação rápida do MOBRAL para todas as áreas territoriais do país, presente nos fortes investimentos e modelos de divulgação que pudessem atingir os diferentes lugares. O programa surgiu como uma promessa fortificada nas suas campanhas para mudar a realidade das pessoas a partir da “alfabetização”, já que o número de analfabetos naquele período era muito elevado.

Um outro objetivo do MOBRAL, além de erradicar o analfabetismo, era a promoção da funcionalidade das pessoas diante de uma nova conjuntura econômica que se instalava nesse período. Porém, o público alvo se apresentava, de acordo com a visão dos idealizadores do programa, como sujeitos de poucas expectativas, sem conhecimento formal e taxados como pobres. Assim, Lima, Macêdo e Souza (2022) discutem que

O MOBRAL, mantinha como ação prioritária, a alfabetização funcional de adolescentes e adultos e buscava capacitar o sujeito para o domínio da escrita, leitura e contagem. Nos termos da instituição, a funcionalidade desta alfabetização dizia respeito à formação de mão de obra apta para se adaptar às exigências da modernização econômica; no entanto, para outros, a funcionalidade deveria ser entendida como adequação das iniciativas de alfabetização aos interesses da classe pobre (Lima; Macêdo e Souza, 2022, p. 388).

É notório que as políticas educacionais nesses termos voltadas para a população não atendiam a critérios mínimos de formação do cidadão que o projetasse para o contexto do trabalho e tão pouco lhe apresentava possibilidades de seguir um novo projeto de vida.

Apesar dos investimentos financeiros amplos e das parcerias com municípios pelo governo militar, os resultados que pretendiam alcançar eram apenas de preparar a pessoas para se apropriarem da leitura e adquirir conhecimentos básicos sobre algumas temáticas por meio dos materiais. Por fim, conseguir certificados de conclusão de uma etapa de estudo ou receber orientações para o trabalho. Conforme apresenta a UNESCO (2008), as ações do MOBRAL, mesmo que tenham atingido diferentes áreas rurais e urbanas, não conseguiram alcançar a promessa de erradicação do analfabetismo. A UNESCO (2008) ainda destacou que, “A iniciativa de maior repercussão derivada do MOBRAL foi o PEI – Programa de Educação

Integrada, que condensava o antigo curso primário e criava a possibilidade de continuidade de estudos para os recém-alfabetizados e demais pessoas que dominavam precariamente a leitura e escrita” (Unesco, 2008, p. 28).

Alguns dos programas desse movimento de alfabetização ainda ganharam destaque notório nas suas propostas, mas o MOBREAL acabou sendo extinto no período de transição e mudança na democracia do país, no ano de 1985.

3 ANÁLISES DE ENUNCIADOS EM MATERIAIS DIDÁTICOS DO PEI

Os materiais didáticos Boa pergunta (1972) e Vivendo e Aprendendo (1979) foram recolhidos por meio de busca documental no ambiente virtual denominado Portal dos Fóruns de EJA – Fóruns EJA Brasil. O livro Boa pergunta (1972) é um material do aluno que se apresenta a partir de textos e temáticas variadas, esse material encontra-se dividido em três partes sendo a primeira denominada “As muitas necessidades do homem”, a segunda parte, “Como o homem satisfaz suas necessidades” e a terceira e última parte denominada de “O homem no trabalho”. Esse volume contém 176 páginas e foi editado pela Abril S.A comercial e industrial no ano de 1972.

Já o livro Vivendo e Aprendendo (1979) apresenta-se por meio de textos geradores que discutem temáticas como alimentação, habitação, saúde, trabalho e esportes, além disso é composto por atividades voltadas para os temas apresentados e contextualizadas com conteúdo básicos como da língua portuguesa, em seu total possui 123 páginas e foi editado pela Bloch Editores S.A. Como forma de contextualizar as informações sobre os dois documentos, inicialmente importa destacar que, na apresentação dos materiais, observam-se dizeres como: *descobrir coisas novas, conhecer outros assuntos, ajudar a pensar, começo de uma vida nova*, entre outros indicativos que se presentificam, e isso tem a ver com o objetivo desses materiais.

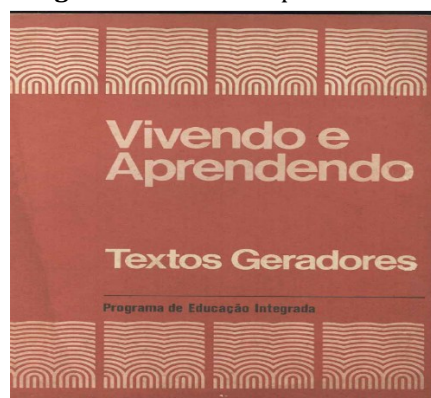
Outro aspecto inicial são as capas desses materiais podem ser analisadas nas figuras 1 e 2, logo abaixo.

Figura 1: Boa pergunta



Fonte: (Fóruns EJA Brasil, 2005)

Figura 2: Vivendo e Aprendendo



Fonte: (Fóruns EJA Brasil, 2005)

Os materiais mencionados anteriormente apresentam diversas temáticas nos seus textos motivadores para leituras nos livros do aluno. Fazendo uma análise, pode-se perceber em enunciados como na temática *alimentação*, discursos que colocam em tela uma forma de apontar comportamentos alimentares ou formas de sobrevivência que as pessoas precisam seguir. No livro *Boa pergunta* (1972, p. 13), destaca-se a seguinte orientação: “Mas nenhum homem pode ser forte se não comer carne e vegetais. A falta desses alimentos pode causar a desnutrição e até a morte” (Franco, *et al.*, 1972, p. 13). Pode-se depreender desse enunciado uma forma de condução da vida e corpo dos sujeitos, voltando-se para subjetivações que implicam a sua condição de viver, preponderando o fato e a necessidade desses alimentos como fonte de sobrevivência da população. Entende-se por meio do conceito da biopolítica a manutenção da subjetividade construída nos seres humanos sobre uma forma ou padrão que deve ser seguido para se alimentar.

Na materialidade discursiva do Livro *Vivendo e Aprendendo* (1979, p. 60), a temática da vacinação é discursivizada como um elemento de cuidado da vida, e o papel do Estado na sua distribuição é evidenciado como fundamental no processo de manutenção dessa necessidade. Pode-se destacar o trecho que mostra essa subjetividade ordeira sobre a população de acordo com a conjuntura sócio-político do período; “A vacina tanto defende o adulto como a criança [...] A criança quando nasce, por exemplo, tem que ser logo vacinada contra a tuberculose: é a vacina BGC, depois ela deve tomar em datas marcadas pelo médico vacinas contra o tétano, coqueluche, a varíola e a paralisia infantil [...] o governo fornece as vacinas para a gente aplicar. É só ir aos Posto de Saúde e não precisa pagar nada” (Soares *et al.*, 1979, p. 60).

As estratégias biopolíticas também se presentificam no item amamentação do Livro *Vivendo e Aprendendo* (1979). Assim, a figura 3 a seguir apresenta a imagem de uma mulher amamentando uma criança e um trecho indicando que a melhor maneira de amamentar deve ser orientada pelo médico seguindo padrões determinados. Assim, a orientação “*Pergunte ao médico a melhor maneira de*

amamentar” (Franco, *et al.*, 1972, p. 64), gera uma disciplinarização de normalização e controle do corpo populacional.

Essa estratégia de controle sobre a maneira de conduzir a criança para amamentar induz a configuração da regulação das vidas das pessoas por formas de controles precisos e mecanismos de gerenciamento. Entendemos o corpo como uma forma de interação entre o governo de si e a população e, com isso, fica mais evidente o componente estratégico sobre a gestão da vida que num viés mais amplo sobre a população enquanto espécie.

Figura 3: Amamentação



Fonte: (Soares *et al.*, 1979, p. 64)

Alguns enunciados reportam sobre o trabalho e apresentam uma tendência que induz a permanência dos sujeitos desenvolvendo as mesmas atividades que já realizam, sem apresentar possibilidades de buscar outras profissões ou trabalhos que proporcionem uma melhor qualidade de vida. Essa incidência pode ser vista no trecho do Livro Vivendo e Aprendendo (1979, p. 40), “o governo também contribui para isso. Por exemplo, os Serviços de Extensão Rural e os Clubes Agrícolas, estimulados pelo Ministério da Agricultura, reúnem os jovens para o ensino de novas técnicas de preparação da terra, plantio, tratos culturais (carpina, fertilização, combate as pragas, irrigação), colheita, beneficiamento e armazenamento da produção.” (Soares *et al.*, 1979, p. 40). Esse processo de aparente bem-estar e de melhorias leva a população a acreditar que esses estímulos são satisfatórios e suficientes para realizarem suas atividades e a reprodução dessas técnicas passam a se configurar em uma nova forma de agir que atendem aos interesses do governo.

Outro elemento discursivo que está presente nesses materiais diz respeito à reafirmação do governo, inscrevendo a disciplina e o militarismo como fatores preponderantes para o desenvolvimento do país em diferentes esferas e dimensões desde a educação, infraestrutura, defesa, a pesquisa e a ciência, como pode ser destacado em um dos textos geradores do livro Vivendo e Aprendendo (1979).

A figura a seguir apresenta um texto que se torna visível o propósito de se introjetar no imaginário da população mostrando que o viés para as soluções de problemas sociais emerge a partir de ações realizadas pelos militares.

Figura 4: O papel das forças armadas no território nacional



Fonte: (Soares *et al.*, 1979, p. 30).

Observa-se nos enunciados da figura 4 uma reafirmação do desenvolvimento do Brasil pelo viés das ações realizadas pelas forças armadas, consequentemente podendo causar uma reprodução de pensamentos ou crenças pela população de que o país encontra-se avançando nas formas de desenvolvimento político e social. As representações fotográficas assim como suas legendas nas imagens destacadas, elevam a figura do militar para o centro das observações no sentido de estruturar uma dependência dos povos em relação ao militarismo e a uma ordem social estabelecida pelas suas ações. Sobre as diferentes leituras a partir das imagens e suas relações com contextos diversos, Lima, Macedo e Souza (2022, p. 393), destacam que “A fotografia [...] Está imersa em questionamentos que nos fazem refletir sobre a história e/ou o cenário da sua produção. Essa ambiguidade lhe é própria, justamente porque depende do olhar que é lançado sobre esse tipo de registro.”

Ao empregar verbos como *implantam*, *constroem*, *ajudam*, *desenvolvem*, *mantêm*, discursivizam-se um modo de dependência e reafirma a necessidade de evidenciar o governo como responsável pela progressão das pessoas e do país.

Sendo assim, as análises permitiram concluir que as estratégias biopolíticas se presentificam, principalmente, quando os materiais didáticos exploram temáticas como a vacinação e doenças, principalmente as endêmicas, a amamentação, a alimentação saudável, trabalho, desenvolvimento social e econômico, educação e infraestrutura. Foi possível também analisar nos enunciados discursos que

direcionam o comportamento da população, de modo a engendrar subjetividades disciplinares, ordeiras e em conformidade com a conjuntura sociopolítica vigente.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho apresenta um breve percurso de uma pesquisa que se encontra em desenvolvimento. O principal objetivo da pesquisa consistiu em analisar o funcionamento das estratégias biopolítica na escrita de materiais didáticos do Programa de Educação Integrada - PEI do MOBRAL, verificando a intencionalidade em moldar o comportamento e a produção da subjetividade dos sujeitos participantes desse programa.

Consequentemente, pautou-se em conceitos chaves que evidenciaram a contextualização da produção de subjetividade dos sujeitos participantes do programa por meio dos discursos presentes nos enunciados dos materiais didáticos analisados. Os recortes de algumas temáticas serviram como amostragem para se perceber a contextualização da biopolítica e a manutenção da vida por meio de conduções, orientações ordeiras sobre o comportamento e modo de viver das populações. Além disso, articulados pelo entendimento da governamentalidade e do biopoder, percebeu-se a inserção dos militares como representantes e proporcionadores de melhorias e desenvolvimento do país, além de evidenciar um controle social por meio do autoritarismo.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei Nº 5.379, De 15 De Dezembro De 1967**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/l5379.htm. Acesso em 05 de ago. 2024.

BRASIL. **MOBRAL: Sua Origem e Evolução**. Movimento Brasileiro de Alfabetização. Assessoria de Organização e Métodos, Rio de Janeiro, 1973.

FOUCAULT, M. A ordem do discurso: **aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970**. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

FOUCAULT, M. **Em Defesa da Sociedade**. 2 ed. tradução de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade I: a vontade de se saber**. 13 ed., Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999.

FOUCAULT, M. **A Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 2001.

FOUCAULT, M. **Nascimento da biopolítica**. Tradução: Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008a.

FOUCAULT, M. **Segurança, território, população**. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

FRANCO, É., *et al.* **Boa Pergunta**: Livro do aluno. São Paulo, Abril S.A. Cultural e Industrial, 1972.

LIMA, F. M. A; MACÊDO, C. K. S; SOUZA, F.C.S. Registros fotográficos em manuais do movimento brasileiro de alfabetização (MOBRAL): Educação de adultos na ditadura Civil-Militar. **Revista Pesquisa Qualitativa**. São Paulo, v. 10, n. 25, p. 383-403, set/dez. 2022. DOI: <https://doi.org/10.33361/RPQ.2022.v.10.n.25.560>. Disponível em: <https://editora.sepq.org.br/rpq/article/view/560/336>. Acesso em: 14 ago. 2024.

SILVA, D. C. “Você também é responsável”, A campanha publicitária do MOBRAL na revista Veja (1970-1975). **Revista Mosaico**, Rio de Janeiro, V. 15, p. 193, 2023.

SOARES, A. N. G. *et al.* **Vivendo e Aprendendo: textos Geradores**. 1 ed. Rio de Janeiro. Bloch Editores S.A, 1979. Disponível em: <http://forumeja.org.br/brasil>. Acesso em: 10 jul. 2024.

SOUZA, B. **Alfabetização e legitimidade**: a trajetória do Mobral entre os anos 1970 – 1980. Recife, 2016. 205f.

SOUZA, F. C. S.; SILVA, F. V.; COSTA, F. G. V. Família, pátria e desenvolvimento: a formação do cidadão virtuoso no livro didático Meu Livro de Brasil da disciplina Educação Moral e Cívica. **Revista Horizontes**, [S. l.], v. 42, n. 1, p. e023097, 2024. DOI: [10.24933/horizontes.v42i1.1630](https://doi.org/10.24933/horizontes.v42i1.1630). Disponível em: <https://revistahorizontes.usf.edu.br/horizontes/article/view/1630>. Acesso em: 9 set. 2024.

UNESCO. Alfabetização de jovens e adultos no Brasil: **lições da prática**. Brasília: 2008. 212 p. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000162640_por. Acesso em: 05 ago. 2024.

FATORES DE TEXTUALIDADE E METARREGRAS EM PRODUÇÕES DE ALUNOS DE 8º E 9º ANOS DOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL¹

Joserlândia Pereira da Silva Sales

1 INTRODUÇÃO

O tema deste estudo é a análise dos fatores de textualidade nas produções textuais de alunos do oitavo e nono anos da Escola Centro de Ensino Fundamental Luzia Maia, em Catolé do Rocha - PB. O trabalho foi motivado pela constatação de que o ensino tradicional da gramática ainda predomina no Brasil, o que limita a diversidade linguística e dificulta que os alunos produzam textos adequados às suas necessidades de comunicação. “A ênfase excessiva na gramática normativa e a falta de orientação sobre os elementos que conferem qualidade aos textos têm sido apontados como fatores que prejudicam o desenvolvimento das habilidades de escrita dos discentes” (Antunes, 2003, p. 23). Essa pesquisa pretende analisar como os fatores de textualidade impactam a qualidade e a clareza dos textos dos alunos e, a partir disso, propor estratégias de ensino que melhorem suas habilidades de comunicação escrita.

Para alcançar esse objetivo, o estudo é pensado com base nas teorias da textualidade de Beaugrande e Dressler (1981) e nas metarregras de Charolles (1978). A análise se concentra nos fatores de coesão e coerência, que são essenciais para a produção de textos compreensíveis e eficazes. Charolles (1978, p. 40) propôs quatro meta-regras que complementam os critérios de textualidade: repetição, progressão, não contradição e relação. Essas meta-regras ajudam a garantir que o texto seja organizado de maneira lógica e coesa, facilitando a compreensão pelo leitor. “A repetição reforça os pontos principais, a progressão assegura que o texto avance de maneira lógica, a não contradição evita inconsistências internas e a relação estabelece conexões entre diferentes partes do texto”. A pesquisa também busca entender como a presença ou ausência desses fatores influenciam o desempenho dos alunos, oferecendo uma base para a implementação de práticas pedagógicas mais eficazes, em alinhamento com as diretrizes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

O método utilizado é de natureza quanti-qualitativa, exploratória e analítica, com uma abordagem dedutiva. Foram coletados 20 textos produzidos por alunos

¹ Este artigo é resultado do trabalho de conclusão de curso TCC do curso de graduação em Letras.

com idades entre 14 e 15 anos, provenientes de áreas urbanas e rurais. Desses textos, seis foram selecionados para análise detalhada. Os textos foram organizados conforme seus gêneros (redação e tirinha) e avaliados à luz dos fatores de textualidade e das metarregras de Charolles. A escolha desses gêneros justifica-se pela sua relevância no desenvolvimento de competências linguísticas e comunicativas. A redação, com sua estrutura dissertativa, permite avaliar a capacidade dos alunos de organizar ideias e desenvolver raciocínio lógico, enquanto a tirinha, um gênero multimodal, integra texto e imagem, promovendo a expressão criativa e crítica.

Algumas limitações do estudo surgiram durante o processo de seleção dos textos. Textos ilegíveis ou que se distanciaram significativamente do tema proposto foram excluídos, assim como aqueles com muitos erros de grafia e problemas de coerência, que comprometiam a análise aprofundada. Apesar dessas limitações, a investigação oferece percepção valiosas sobre as produções textuais dos alunos e sobre como os fatores de textualidade podem ser utilizados para aprimorar o ensino de Língua Portuguesa, promovendo uma comunicação escrita mais eficaz e contextualizada.

Dessa forma, este trabalho pretende contribuir para a melhoria da Educação Básica, ao proporcionar uma compreensão mais profunda sobre a textualidade e suas implicações pedagógicas, capacitando os alunos a se tornarem comunicadores proficientes e preparados para os desafios do século XXI.

2 TEXTO: UMA UNIDADE ALÉM DA FRASE

O texto é moldado pela perspectiva subjetiva do autor e resulta de uma rede de relações sociocognitivas que ativam informações na memória. Ele representa o nível avançado de organização linguística e habilidades de comunicação, sempre como uma entidade coesa com um propósito definido em um contexto específico, identificável por sua natureza pragmática, estrutural e comunicativa. Para Koch (2014, p. 30),

Um texto se constitui enquanto tal no momento em que os parceiros de uma atividade comunicativa global, diante de uma manifestação linguística, pela atuação conjunta de uma complexa rede de fatores de ordem situacional, cognitiva, sociocultural e interacional, são capazes de construir, para ela, determinado sentido.

Para entender o fenômeno do texto escrito, é essencial compreender as características da linguagem comunicativa, pois o que as pessoas comunicam se manifesta em forma de texto, seja formal ou informal. O domínio dessa ferramenta é crucial nas interações diárias. Segundo Koch (2014, p. 30), “o sentido do texto não está nele, mas é construído durante a interação entre escritor e leitor, que interpretam e dão sentido de acordo com seus conhecimentos e contexto”.

As mudanças na linguagem devem ser vistas como um processo dinâmico em contextos de comunicação e não como um sistema fixo. A análise da linguagem foca na funcionalidade do texto, em vez de uma abordagem formal e abstrata. Os fatores de textualidade, compostos por diversos elementos, validam o significado e garantem a compreensão do leitor, contribuindo para o sucesso da comunicação. O texto deve ser adequado ao seu propósito, com o autor adaptando o gênero e estilo às suas intenções e ao público-alvo, sendo a situação comunicativa determinante na forma e conteúdo do texto.

2.1 Fatores de textualidade e metarregras: interfaces da leitura e de produção textual

As mudanças no ensino por meio do texto em sala de aula envolvem os processos de leitura, produção e interpretação/compreensão. Durante muito tempo, os textos foram analisados apenas por suas descrições, sem considerar fatores externos de textualidade. No entanto, a linguística textual trouxe uma nova abordagem, destacando a importância dos fatores que definem um texto. Embora tenha havido avanços nos estudos textuais, ainda há muito a ser feito para melhorar o ensino da produção textual.

A análise adequada desses fatores permite explicar a singularidade dos textos, contribuindo para o desenvolvimento da escrita coerente e coesa pelos alunos, com base nas teorias da linguística textual. Um texto adquire sua essência por meio da compreensão de seu significado e comunicação, e é influenciado por fatores textuais como conexão, significado e propósito da comunicação. Esses fatores orientam a construção do texto como um processo de desenvolvimento por meio da interação comunicativa. Em consonância com Costa Val (2006, p. 5),

Chama-se textualidade ao conjunto de características que fazem com que um texto seja um texto, e não apenas uma sequência de frases. Beaugrande e Dressler (1983) apontam sete fatores responsáveis pela textualidade de um discurso qualquer: a coerência e a coesão, que se relacionam com o material conceitual e linguístico do texto, e a intencionalidade, a aceitabilidade, a Situacionalidade, a informatividade e a intertextualidade, que têm a ver com os fatores pragmáticos envolvidos no processo sociocomunicativo. Nesse contexto, esses fatores garantem que um texto seja compreensível, relevante e apropriado ao contexto comunicativo, promovendo uma comunicação eficiente e significativa.

Considerando que todas as formas de comunicação, sejam elas faladas ou escritas, podem ser categorizadas como "textos", é importante reconhecer que a linguagem falada frequentemente não é planejada. Isso pode ser atribuído à falta de oportunidade para preparar um rascunho que possa ser editado, como é comum na comunicação escrita. Vale ressaltar que a quantidade de tempo dedicada ao

planejamento pode variar entre essas duas modalidades. De acordo com a perspectiva de Koch (2014, p. 22),

Pode-se-ia, assim, conceituar o texto como uma manifestação verbal constituída de elementos linguísticos selecionados e ordenados pelos falantes durante a atividade verbal, de modo a permitir aos parceiros, na interação, não apenas a apreensão de conteúdos semânticos, em decorrência da ativação de processos e estratégias de ordem cognitiva, como também a interação (ou atuação) de acordo com práticas socioculturais.

Diante do exposto, torna-se necessário refletir juntamente a teoria de Charolles (1978), um linguista francês, que propôs quatro metarregras que ajudam a explicitar como a coerência é estabelecida em um texto. Essas metarregras são princípios abrangentes que guiam a construção e a compreensão de textos. Conforme discutida por Costa Val (2006), a fim de analisar a coerência e a coesão nos textos. Segundo Charolles (1978):

Um texto coeso e coerente apresenta quatro características conhecidas como meta-regras. Essas meta-regras permitem que os alunos percebam e descrevam um sistema implícito de normas consistentes que operam durante a escrita de um texto. Elas incluem a meta-regra de repetição, a meta-regra de progressão, a meta-regra de não contradição e a meta-regra de relação (Charolles, 1978, p. 45).

Portanto, aplicaremos os métodos dos critérios teóricos para apoiar e orientar a análise e interpretação dos textos escritos pelos alunos da escola, Centro de Ensino Fundamental Luzia Maia. À medida que discutimos os sete fatores de textualidade, apresentaremos os conceitos e analisaremos os fragmentos dos trabalhos dos alunos que comprovam cada fator. A seguir, focaremos no primeiro desses fatores, a coerência. Ela refere-se à lógica e à consistência interna de um texto, assegurando que as ideias apresentadas se conectem de maneira clara e significativa. Ao explorar esse fator, examinaremos como os alunos estruturam suas ideias e mantêm a fluidez e a lógica em seus textos, evidenciando a importância da coerência para a textualidade.

2.2 Fatores de textualidade: análise e discussão dos dados

Ao ajudar os alunos a desenvolver coerência textual, que é uma parte essencial da escrita eficaz, os professores desempenham um papel crucial. A coerência garante que o texto flua logicamente e ajuda o leitor a entender as ideias. O autor deve organizar bem suas ideias e usar conhecimentos linguísticos, pragmáticos e contextuais para adaptar o texto ao público e à situação comunicativa para atingir essa coesão. Além disso, características como coesão, progressão e ausência de contradições são essenciais para que o texto seja claro e eficaz. Portanto,

para melhorar a qualidade da escrita dos alunos, a prática pedagógica deve se concentrar no desenvolvimento dessas habilidades.

No tocante à coerência textual em sala de aula, Schneuwly; Dolz (2004, p. 32) propõem várias atividades práticas, ou seja, uma sequência de eventos/ou módulos. Como: exercícios onde os alunos reordenam trechos de um texto para criar uma narrativa coerente. Isso ajuda a entender a importância da ordem dos eventos para a coerência textual. Bem como os mapas mentais para esquemas de ideias visualizando a estrutura do teor, também identificando a progressão temática e o método dos acontecimentos.

A elaboração de textos de forma clara e coesa necessita de referenciação e coesão lexical. A coesão lexical consiste na utilização de sinônimos, antônimos, hiperônimos e hipônimos para garantir a fluidez do texto e estabelecer uma ligação entre suas partes. Além disso, as referências auxiliam o leitor a compreender de maneira correta a quem ou a qual termo se está fazendo referência, tornando o texto mais acessível e compreensível. Essas técnicas, quando aplicadas de maneira correta, facilitam a compreensão do texto, possibilitando que as ideias sejam expressas de forma clara e consistente. Aprimorar a qualidade da escrita dos estudantes pode ser alcançado por meio de atividades que promovam o emprego adequado dessas estratégias. Mussalim; Bentes (2012, p. 285) enfatizam que

Há outros fatores também importantes para a compreensão do sentido global de um texto. A intertextualidade é um desses outros fatores. Koch (1990) afirma que a intertextualidade é um desses outros fatores de coerência importante na medida em que, para o processamento cognitivo de um texto, se recorre ao conhecimento prévio de outros textos.

Intertextualidade é a relação entre textos em que uma obra se conecta a outras obras, influenciando-as e sendo influenciada por elas. Essas conexões podem ocorrer por meio de citações, referências ou alusões, auxiliando na construção do sentido do texto, criando uma teia de sentidos que transcende as palavras. Através da intertextualidade, os leitores recorrem a conhecimentos prévios para compreender e interpretar o que estão lendo, tornando-o um elemento essencial de coerência textual.

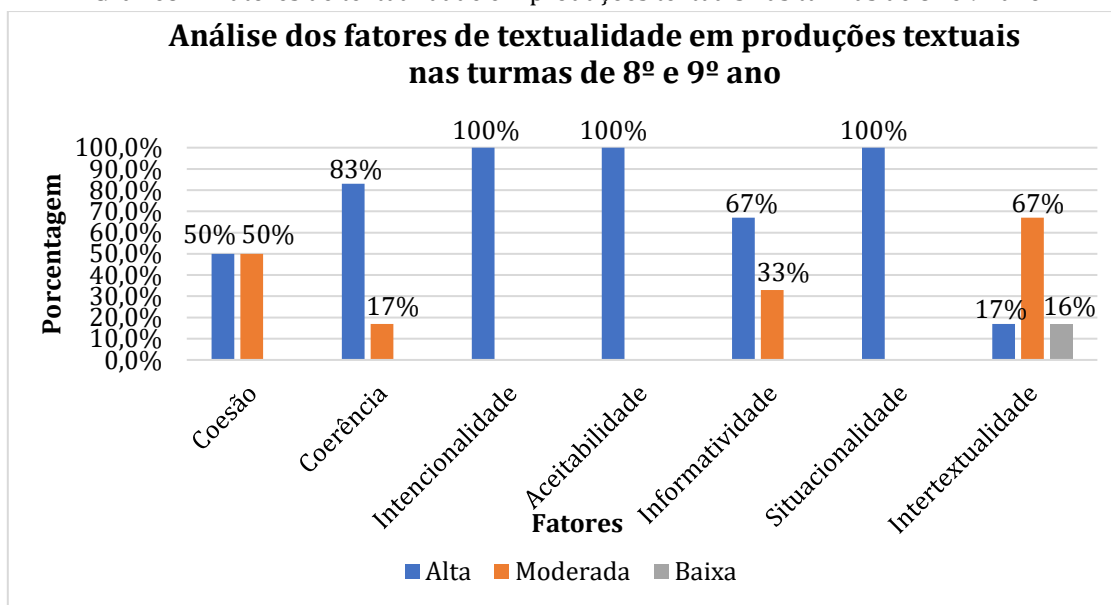
A intencionalidade e a informatividade também são importantes. A intencionalidade reflete o propósito do autor ao escrever um texto, enquanto a informatividade está relacionada ao grau de novidade que um texto oferece em comparação com o que o leitor já sabe. O significado de um texto é afetado pelo contexto em que é produzido e interpretado. A aceitabilidade é quando a mensagem se encaixa no contexto social e cultural para que a comunicação seja eficaz e compreendida. Juntos, esses elementos mostram como a comunicação e a linguagem dependem da interação entre o autor, o leitor e o texto.

3 METARREGRAS DE CHAROLLES

Os princípios fundamentais para a construção de um texto coerente são conhecidos como metarregras por Michael Charolles. Elas incluem progressão e repetição, que garantem o retorno de elementos já mencionados para manter a unidade de sentido, e repetição. A progressão também garante o avanço temático do texto, fornecendo continuamente novas informações. Para manter a coerência interna no texto, a não contradição é essencial. Além disso, a relação determina que as partes de um texto devem estar conectadas de forma lógica para que as ideias possam ser expressas de forma compreensível e fácil de entender.

Essas metarregras devem ser vistas como diretrizes para melhorar a comunicação escrita, não como regras rígidas. Charolles (1978, p. 61) destaca que tanto no âmbito micro quanto macro textual, a coerência é essencial para garantir a compreensão e a aceitabilidade do texto pelo leitor (Sousa & Moura, 2021, p. 6). Elas são ferramentas úteis para escritores e professores, que podem usá-las para analisar e orientar a produção textual dos alunos, garantindo textos mais claros, coesos e acessíveis. Ao usar esses princípios, os escritores podem organizar melhor suas ideias e manter uma progressão lógica, facilitando a compreensão e interpretação do leitor.

Gráfico 1: Fatores de textualidade em produções textuais nas turmas de 8º e 9º ano



Do ponto de vista pedagógico e, com base nos resultados do gráfico 1, explícitos acima, podemos perceber que, no tocante ao critério de **coesão**, metade dos alunos (50%) demonstram dominar a conectividade e ligação entre os elementos textuais de forma **moderada**, considerando os textos: “O massacre”; “A volta as aulas” e “A tira sobre a poluição”. Todavia, observamos que os estudantes

dominam a habilidade de utilização dos conectores, mantendo uma estrutura clara e lógica. Ademais, metade dos discentes (50%) demonstram um nível de coesão **alta** nas seguintes produções: “Trabalho infantil no Brasil”, “Santos e flamengo” e “Os guerreiros de Chapecó”. Porém, nota-se uma real necessidade de melhorias na reescrita dos textos quanto à utilização de conectores, bem como, quanto a eliminação repetitiva de palavras desnecessárias.

Contudo, com relação à **coerência**, observa-se que houve um grande avanço intelectual, já que, aproximadamente, 83% (oitenta e três) dos textos analisados, mostra que há um domínio de produção textual em alto nível na maioria dos alunos, no que diz respeito à consistência e lógica interna do texto, exceto em “O massacre”, no qual notamos a necessidade de uma melhor organização na produção. Dessa forma, fica notório que a maioria dos textos mantém uma sequência lógica, a qual faz sentido para o leitor.

Na realidade, é importante frisar o grande avanço alcançado nas referidas produções quanto a **intencionalidade e a aceitabilidade**, uma vez que, em 100% (cem por cento) dos textos analisados, os alunos atingiram os objetivos para o desenvolvimento dessas competências. É importante destacar que, diante desse cenário, todos os textos em estudo demonstram alta intencionalidade e aceitabilidade, já que seus autores conseguiram realizar uma comunicação efetiva de suas intenções, com grande receptividade.

Cumprе salientar que, quanto a **informatividade**, 67% (sessenta e sete por cento) das produções textuais se mostraram altamente informativas, fornecendo dados e detalhes relevantes, exceto em: “A volta as aulas” e “A tira sobre a poluição”, as quais apresentam informatividade moderada, representando (33%) das produções quanto a esse critério, o qual exige a necessidade de uma gama de informações e argumentos convincentes para que se tenha uma melhor compreensão.

No entanto, o estudo também revelou que 100% das produções em estudo, mostra alta **situacionalidade**, demonstrando pertinência ao contexto em que são apresentados, condição indispensável para uma boa comunicação.

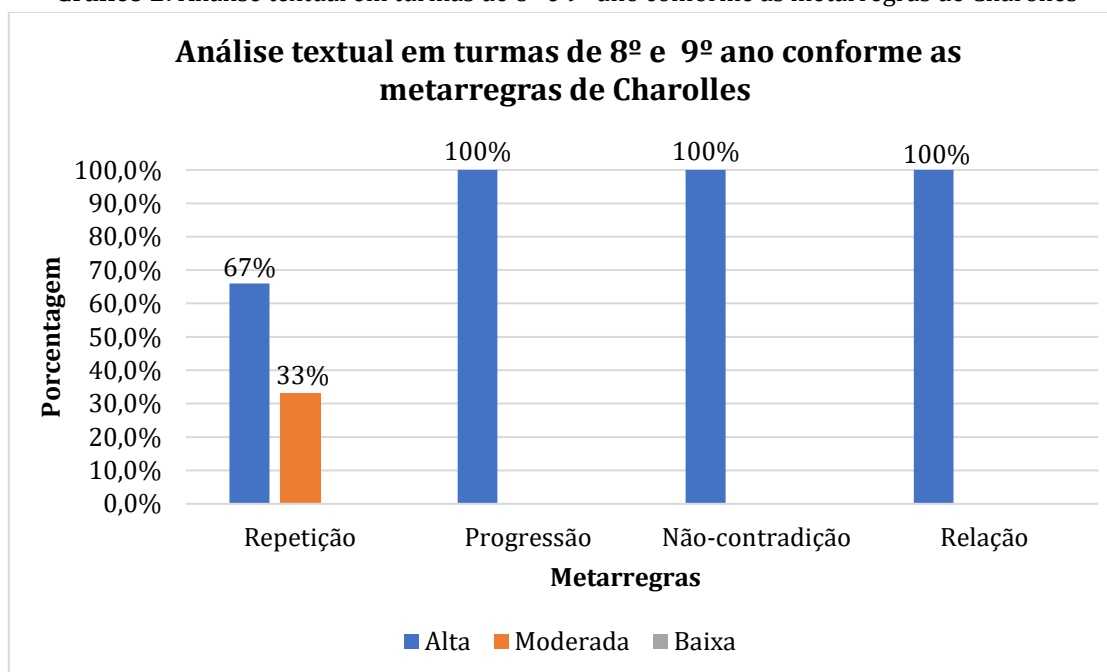
Outro ponto a destacar é que, quanto a **intertextualidade**, o estudo também mostrou que 67% (sessenta e sete por cento) das composições textuais apresentam relação de um texto com outro de forma **moderada**, a exemplo de: “O massacre”, “Trabalho infantil no Brasil”; Santos x Flamengo”; “Tirinha: produção multimodal”, os quais fazem referência a outros textos ou contextos de maneira significativa. No entanto, 17% (dezessete por cento) dos textos, apresentaram uma qualificação alta e 16% (dezesseis por cento) baixa, respectivamente.

Além disso, em textos como: “A volta as aulas mais esperadas” nota-se uma baixa **intertextualizada**, visto que não foi contemplado em sua composição, a utilização de conhecimentos prévios, bem como a referência a outros textos.

Consoante o observado, é importante destacar que, no tocante à análise das metarregras de Charolles, conforme no gráfico abaixo, o uso de **repetições** para reforçar a coesão aparece em 67% (sessenta e sete por cento) das produções em alto nível, seguida de 33% (trinta e três por cento) de forma moderada.

Quanto à **progressão** e a **não contradição**, os textos contemplam de maneira satisfatória, o desenvolvimento lógico e linear das ideias, bem como, a coerência interna nos textos sem contradições, alcançando um patamar de 100% (cem por cento) das produções, respectivamente. Entretanto, do total das produções analisadas, o estudo também mostra que 100% (cem por cento) dos estudantes demonstram alta clareza na articulação entre as ideias no que se refere à metarregra de **relação**. A seguir, temos o gráfico 2, que apresenta a análise textual realizada nas turmas de 8º e 9º ano conforme as metarregras de Charolles.

Gráfico 2: Análise textual em turmas de 8º e 9º ano conforme as metarregras de Charolles



Fonte: Elaborado pela pesquisadora, 2024.

A análise das produções textuais dos alunos da Escola Centro de Ensino Fundamental Luzia Maia revelou um panorama promissor quanto ao desenvolvimento das habilidades de escrita, especialmente no que tange à coesão, coerência, intencionalidade, aceitabilidade, informatividade, situacionalidade e intertextualidade. Observou-se um desempenho elevado na maioria desses fatores, com destaque para a alta intencionalidade e aceitabilidade em 100% dos textos analisados. Entretanto, áreas como a utilização de conectores e a eliminação de repetições desnecessárias ainda necessitam de melhorias.

A aplicação das metarregras de Charolles, incluindo repetição, progressão, não-contradição e relação, também mostrou resultados positivos, indicando um

bom domínio na articulação lógica e linear das ideias. Esses resultados evidenciam a importância de continuar incentivando práticas de reescrita e revisão crítica entre os alunos, promovendo a produção de textos cada vez mais coesos, coerentes e significativos, capacitando-os a serem comunicadores eficazes em diversos contextos.

Por fim, a partir da análise comparativa dos resultados relativos ao desempenho dos estudantes com relação à produção textual que vá de encontro aos fatores da textualidade e às metarregras de Charolles, e por todas as razões aqui expostas, reiteramos a importância deste estudo. Nessa perspectiva, torna-se de fundamental importância que os estudantes sejam orientados a estabelecer interlocutores e objetivos em suas produções, a fim de que possam estabelecer critérios de revisão para uma boa reescrita.

4 CONCLUSÃO

A investigação sobre a utilização dos fatores de textualidade pelos alunos do 8º e 9º Anos do CEF Luzia Maia trouxe à tona a necessidade de aprimoramento no ensino de Língua Portuguesa, especialmente no que diz respeito à coesão e coerência textual. A análise das produções textuais demonstrou que, embora os alunos possuam um certo domínio desses fatores, há muito espaço para desenvolvimento.

Uma das principais descobertas foi que o uso dos pronomes pelos alunos é um recurso estratégico que contribui para a clareza e a efetividade dos textos. No entanto, para que os alunos desenvolvam uma competência textual robusta, é fundamental que o ensino não se limite à memorização de regras gramaticais, mas que inclua a prática constante e contextualizada da escrita.

Para melhorar a competência textual dos alunos, os professores devem buscar uma formação contínua que os capacite a utilizar métodos de ensino mais eficazes. Abordagens pedagógicas que envolvam a análise crítica de textos reais e a produção textual diversificada são essenciais. Essas práticas ajudam os alunos a compreenderem como a coesão e a coerência contribuem para a clareza e a efetividade da comunicação.

Além disso, a incorporação de tecnologia no ensino de Língua Portuguesa pode oferecer novas oportunidades para a prática da escrita e a obtenção de informações. Plataformas digitais podem facilitar a revisão e a colaboração entre alunos, promovendo um aprendizado mais dinâmico e interativo.

Outro aspecto importante é a avaliação das produções textuais. É fundamental que os critérios de avaliação sejam claros e que as informações sejam detalhadas, apontando tanto os pontos fortes quanto as áreas que necessitam de melhorias. Esse tipo de avaliação ajuda os alunos a refletirem sobre suas escolhas linguísticas e a aprimorarem suas habilidades de escrita.

Criar um ambiente de aprendizagem que valorize a leitura e a escrita também é essencial. Incentivar os alunos a lerem uma variedade de textos e a discutirem suas leituras pode enriquecer seu vocabulário e melhorar sua compreensão dos diferentes usos da linguagem. Atividades de leitura crítica e de produção textual devem ser integradas ao currículo de maneira a fomentar uma cultura que valorize a expressão escrita e oral.

Em suma, a pesquisa destacou a necessidade de um ensino de Língua Portuguesa que combine teoria e prática de forma equilibrada, proporcionando aos alunos oportunidades reais de aplicação dos conhecimentos adquiridos. Investir na formação contínua dos professores, utilizar tecnologias digitais de forma eficaz e promover um ambiente que valorize a leitura e a escrita são estratégias fundamentais para o desenvolvimento da competência textual dos alunos. A implementação dessas abordagens pode transformar o ensino de Língua Portuguesa, tornando-o mais relevante e significativo, e preparando melhor os alunos para os desafios futuros, tanto acadêmicos quanto profissionais.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, I. **Gramática na escola: norma culta ou norma oculta?** São Paulo: Parábola Editorial, 2003, p. 23, 30.

BEAUGRANDE, R.; DRESSLER, W. U. **Introducción a la lingüística del texto.** Barcelona: Editorial Ariel, 1981. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=voURHZNctzIC&lpg=PA1&hl=pt-BR&pg=PA56#v=onepage&q&f=false>. Acesso em: 9 nov. 2023.

BNCC. **Base Nacional Comum Curricular.** Ministério da Educação, 2018.

CHAROLLES, M. Introdução aos problemas da coerência dos textos (Abordagem teórica e estudo das práticas pedagógicas). In: GALVES, C. & ORLANDI, E. P. & OTANI, P. (org.). **O Texto: leitura e escrita.** 2 ed. Campinas, São Paulo: Pontes, 1978.

COSTA, V. M. G. **Redação e textualidade.** 3 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006. (texto-linguagem).

KOCH, I. G. V. **O texto e a construção dos sentidos.** 10 ed. São Paulo: Contexto, 2014.

LIBERAL, M. B. **Práticas de produção textual: médio de uma escola pública de Santarém.** 2016. 113 fls. Dissertação (Mestrado Profissional em Letras) – Universidade Federal do Oeste do Pará, Santarém, 2016.

MARCUSCHI, L. A. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão.** São Paulo: Parábola Editorial, 2008, p. 55.

MUSSALIM, F; BENTES, A. C. (org.). **Introdução à linguística**: domínios e fronteiras. 9 ed. São Paulo: Cortez, 2012.

SCHNEUWLY, B.; DOLZ, J. **Gêneros orais e escritos na escola**. Campinas: Mercado de Letras, 2004.

SOUSA, M. B. M. L., & Moura, H. L. M. (2021). As metarregras de Charolles como instrumentos para análise textual. *Brazilian Journal of Development*, 7(10), 101163–101170. Disponível em: <https://doi.org/10.34117/bjdv7n10-434>. Acesso em: 9 nov. 2023.

23

GÊNEROS E MULTIMODALIDADE NOS TEXTOS MOTIVADORES DA REDAÇÃO DO EXAME NACIONAL DO ENSINO MÉDIO (ENEM)

Maria das Graças de Oliveira Pereira
Maria José Morais Honório

1 INTRODUÇÃO

Os gêneros são elementos que estão presentes nas rotinas do dia a dia, segundo Marcuschi (2005). Nesse sentido, pesquisas que abordam essa temática são essenciais para a compreensão dos usos da língua em situações sociocomunicativas, uma vez que estas requerem a construção e uso de gêneros. Um outro aspecto que merece destaque é a multimodalidade como uma abordagem que vem sendo estudada e percebida como elemento de grande importância, principalmente para os estudos da linguagem, uma vez que se preocupa com a construção de sentidos que os textos nos trazem.

Assim, trabalhar os gêneros como co-responsáveis pelas práticas sociais é um procedimento que requer muita atenção, como também pensar adequadamente como os gêneros podem estar inseridos em contextos comunicativos para perceber que língua e linguagem são mecanismos de aplicação prática em nossas vidas, já que dependemos direta e indiretamente de tais práticas para interagirmos e, conseqüentemente, adquirimos a capacidade de desenvolver multiletramentos mediante a relação entre texto e imagem (dois principais aspectos da multimodalidade).

Nossa pesquisa torna-se relevante pelo fato do Enem ser uma avaliação nacional de larga escala, sendo na atualidade o meio mais abrangente para entrada dos estudantes e egressos do Ensino Médio nas universidades. Nesse sentido, sendo a redação uma das áreas do Enem, totalizando 1000 (mil) pontos na avaliação, entender como a proposta de redação é construída, quais gêneros e quais recursos multimodais são utilizados se tornam necessários à Educação Básica, especialmente, o Ensino Médio.

Nesse sentido, temos como objetivo: analisar os gêneros e a multimodalidade presentes nos textos motivadores da redação do Enem. Para atender a esse objetivo, procuramos ao longo deste artigo investigar os textos motivadores do Enem por meio de um recorte temporal de 2014 a 2023, mediante a realização de uma pesquisa qualitativa do tipo descritiva com o *corpus* constituído pelos textos motivadores de dez propostas de redação do Enem.

Como fundamentação teórica, o estudo baseou-se em autores como: Marcuschi (2007), Bakhtin (2016), Rojo (2005) e Bezerra (2017) para discutir gênero e Kress Van Leeuwen (1996, 2006), Ribeiro (2013) e Rojo (2012) para fundamentar a discussão sobre multimodalidade. Para isso, o trabalho está estruturado em introdução, referencial teórico, metodologia, análises e conclusão.

2 GÊNEROS DISCURSIVOS/TEXTUAIS E MULTIMODALIDADE: BREVES CONSIDERAÇÕES

Nesta seção, abordamos discussões teóricas sobre gêneros textuais/discursivos, pautados em Bakhtin (2011), Marcuschi (2007), Rojo (2005) e Bezerra (2017). Também em relação à multimodalidade trouxemos as contribuições de Rojo e Barbosa (2015), Kress, Van Leeuwen (1996, 2001, 2006) e Ribeiro (2013). Dessa forma, entendemos que ambas discussões são complementares e apareceram separadas por fins didáticos.

2.1 Gêneros discursivos/textuais

Bakhtin (2011) postula que o uso da língua ocorre através de enunciados concretos construídos pelos usuários nos diversos campos de atuação humana. Dessa forma, os enunciados são historicamente elaborados, embora indiquem certa regularidade. Nestes termos, Bakhtin (2011, p. 261) postula que “cada campo de utilização da língua elabora seus *tipos relativamente estáveis* de enunciados, os quais denominamos gêneros do discurso”. Nessa direção, os gêneros do discurso postulados por Bakhtin (2011) se apresentam como enunciados que se moldam às transformações sociais, mas que mantêm certa estabilidade a depender mais ou menos do gênero em questão. Para isso, de maneira correlata, com uma abordagem de gênero mais voltada para as questões do ensino e uma didatização das discussões sobre gênero do discurso, temos as contribuições de Marcuschi (2007, p. 19), quando afirma: “os gêneros não são instrumentos estanques e enrijecedores da ação criativa. Caracterizam-se como eventos textuais altamente maleáveis, dinâmicos e plásticos.” Nesse sentido, é inegável a necessidade de entendimento a respeito dos gêneros, especialmente, quando se relaciona às questões de ensino.

Importante destacar que na discussão sobre gêneros, o texto deve ser elemento essencial, visto que na perspectiva de Marcuschi (2007, p. 22) “partimos do pressuposto básico que é impossível se comunicar verbalmente a não ser por algum gênero, assim como é impossível se comunicar verbalmente a não ser por algum texto”. Decorre desse entendimento a nomenclatura gênero textual utilizada por este autor. Nesse entendimento, Bezerra (2017, p. 37) explica: “o que é construído ou ‘materializado’ em dada situação comunicativa é o texto, orientado pelas convenções do gênero (‘acordo social’) cabível naquela situação”. Tal

afirmação nos leva a inferimos a responsabilidade discursiva dos textos para as práticas sociais.

Nesse contexto, encontramos as expressões gênero discursivo, advinda de Bakhtin (2011), e gênero textual, oriunda de Marcuschi (2007), ambas com sentidos próximos, que, a depender da postura analítica que se adote, escolhe-se entre uma e outra. Sobre essa questão, Rojo (2005, p. 189) afirma:

Ao descrever um (*corpus* de) enunciado(s) ou texto(s), essa é a busca do analista bakhtiniano: a busca da significação, da acentuação valorativa e do tema, indiciados pelas marcas linguísticas, pelo estilo, pela forma composicional do texto. Talvez por isso a designação *gêneros do discurso*. Ao contrário, na abordagem de *gêneros textuais* parece ser interessante fazer uma descrição mais propriamente textual, quando se trata da materialidade linguística do texto. (Rojo, 2005. p. 189).

De toda forma, de acordo com Marcuschi (2005) ao se tratar de gêneros, entendidos como rotinas do nosso dia a dia, devemos considerar os aspectos sociocomunicativos associados a materialidade textual, entendendo que não há dissociação, mas uma inter-relação que culmina numa atividade discursiva enquadrada em um contexto sócio-histórico. Marcuschi (2007, p. 29) reforça essa discussão ao afirmar "quando denominamos um gênero textual, não denominamos uma forma linguística e sim uma forma de realizar linguisticamente objetivos específicos em situações sociais particulares".

Outro ponto relevante a ser destacado é a relação do gênero e o ensino do texto. Neste caso, é fundamental o trabalho com o texto sob o viés do gênero, de maneira a oferecer um ensino capaz de munir o aluno de condições de agir socialmente por meio dos gêneros produzidos por eles em situações reais de interação. Sobre isso, Rojo (2005, p. 207), afirma que, "parece-nos ser mais útil e necessário explorar com eles [os alunos] as características das situações de enunciação – relacionadas às marcas linguísticas que deixam como traços nos textos". Assim, entendemos que o ensino do texto, seja do ponto da produção como recepção, deve ser guiado por esse entendimento, porque segundo Rojo (2005), quando ensinamos um gênero, ensinamos como agir sociodiscursivamente, não apenas a produzir um texto.

Logo, fica evidente a relevância da abordagem dos gêneros no ensino do texto, visto que os alunos necessitam saber interpretá-los e produzi-los de maneira eficiente nas mais variadas atividades de linguagem que precisem realizar ao longo de suas vidas, incluindo neste aspecto a realização do Enem, avaliação que exige um conhecimento robusto sobre os gêneros e suas especificidades. Concluímos esta breve discussão com as palavras de Bezerra (2017, p. 34): "o fato é que a questão dos gêneros está posta e é preciso lidar adequadamente com o conceito para que, afinal, sua aplicação ao ensino de língua, interesse primordial no contexto brasileiro,

se dê de maneira mais produtiva possível”, pois desejamos resultados concretos de aprendizagem.

2.2 Multimodalidade

A multimodalidade é uma abordagem que procura corroborar com os estudos da linguagem de modo a considerar os elementos visuais, sonoros e escritos para a construção de sentidos. Quando estamos nos referindo a multimodalidade, estamos considerando a materialidade escrita, a construção de imagens, sons, movimentos e também a própria diagramação dos textos. E quando pensamos na multimodalidade dentro das nossas ações diárias, a vemos como algo indispensável às nossas vidas, além disso, a multimodalidade está presente até mesmo na forma pelo qual nos comunicamos como: expressões faciais, gestos, movimentos, ou seja, nas formas comunicativas.

Para compreendermos melhor o que é um texto multimodal Rojo e Barbosa (2015, p. 108) consideram que o “texto multimodal ou multissemiótico é aquele que recorre a mais de uma modalidade de linguagem ou a mais de um sistema de signos ou símbolos (semiose) em sua composição”. Quando tratamos de texto, estamos nos referindo a materialidade que abarca a multimodalidade. Logo, entender os textos por meio de aspectos multimodais representa termos textos ricos, dinâmicos e interativos que dialogam com uma rede de sentidos.

Na concepção das autoras, multimodalidade surgiu como uma forma de preencher uma lacuna quanto aos gêneros textuais. A respeito dessa lacuna, inferimos que diz respeito às várias formas de manifestação dos signos linguísticos.

É notório salientarmos, que existe uma diversidade de gêneros textuais e que eles mudam constantemente, tentando acompanhar a evolução temporal. Contudo, existe também, uma variedade de elementos que foram agregados aos gêneros digitais que foram consequentemente incentivados pelo avanço e crescimento das mídias digitais e das tecnologias digitais de comunicação e informação que necessitaram de mudanças e adaptações para possibilitar a exploração dos recursos visuais, mais especificamente da multimodalidade, já que ela consegue ver as questões voltadas para a construção de sentidos de uma forma mais específica.

Contudo, entender a multimodalidade é compreender que ela tem vários modos semióticos, assim como apresentam Kress, Van Leeuwen (2001, p. 20) “uso de vários modos semióticos no design de um produto ou evento semiótico, juntamente com a maneira particular em que esses modos são combinados”. Com base na fala dos autores, percebemos que a multimodalidade permite o uso de diversos modos de representação que envolve a semiótica social e também a Gramática do Design Visual - GDV proposta pelos mesmos autores, como forma de entender todos os elementos propostos a partir das imagens e seus significados e sentidos.

A respeito das semioses e da multimodalidade Rojo (2012, p. 19), relata que as “capacidades e práticas de compreensão e produção de cada uma delas (multiletramentos) para fazer significar”, ou seja, as semioses permitem explorar novas capacidades de interação e articulação com os conhecimentos teóricos e práticos.

Ao nos remetermos ao processo de produção de imagens que representa uma das perspectivas da multimodalidade, podemos perceber que, para essa produção de imagens, Kress e Van Leeuwen (1996, 2006, p. 129) discutem que:

Produzir uma imagem não envolve apenas a escolha entre ‘oferta’ e ‘demanda’ e a seleção de um determinado tamanho da estrutura da imagem, mas também, simultaneamente, a escolha de um ângulo, um ‘ponto de vista’, o que implica a possibilidade de expressar atitudes subjetivas dos participantes representados, humanos ou não. Ao tratar das ‘atitudes subjetivas’, não estamos dizendo que significa que estas atitudes são sempre individuais e únicas. Veremos que muitas vezes elas são atitudes socialmente determinadas. Mas elas estão sempre codificadas como se fossem subjetivas, individuais e únicas. (Kress; Van Leeuwen, 1996, 2006, p. 129).

Os autores nos chamam a atenção para o fato de que a seleção de imagens é importante e que para isso, devemos ter o cuidado e atenção para com os aspectos analisados e propostos. O que nos permite percebermos que:

[...] a multimodalidade constitui todo texto é admitir uma abordagem desse objeto em camadas, isto é, numa analogia com a música (algo que Van Leeuwen, particularmente, faz), as modulações que constroem uma composição musical podem funcionar como metáfora do que ocorre a um texto (Ribeiro, 2013, p. 22).

Com base nesse fragmento acima, depreendemos que a multimodalidade está presente em todo texto, uma vez que desde a escolha tipográfica do texto há elementos multimodais presentes. Nesse sentido, a multimodalidade está envolvida em processos diversos e constitui uma riqueza e diversidade de aspectos, contribuindo para as inesgotáveis formas de atividades humanas que agregam um repertório de elementos e para cultura hipermediática que está cada dia mais presente no universo escolar e pessoal.

Assim, finalizamos essa seção teórica compreendendo que os gêneros e a multimodalidade são elementos que se conectam no sentido de estarem completamente em relação, assim como de modo a entendermos que, os gêneros contribuem para a disseminação de conhecimentos em várias perspectivas e a multimodalidade agrega junto aos gêneros mais espaço e sentidos.

3 METODOLOGIA

A pesquisa desenvolvida utiliza uma abordagem qualitativa, por realizarmos uma interpretação a respeito dos gêneros e multimodalidade dos textos motivadores da redação do Enem. Esse viés interpretativo vai ao encontro das colocações de Bogdan e Biklen (1994, p. 51) os quais afirmam que “os investigadores qualitativos estabelecem estratégias e procedimentos que lhes permitem considerar as experiências do ponto de vista do informante”. Ainda, para Strauss e Corbin (2008, p. 24), “refere-se ao processo não matemático de interpretação”. Nesse sentido, consoante com esses posicionamentos, realizamos nossos procedimentos de análises.

Nessa perspectiva, analisamos os textos motivadores da redação do Enem, em recorte temporal de 2014 a 2023, considerando neste caso a última década de realização da avaliação. Em seguida, de maneira detalhada catalogamos e identificamos os gêneros e a multimodalidade em cada texto motivador, se fosse o caso, construindo um panorama geral, que será apresentado na seção de análise. Encontramos dezesseis tipos de gêneros, com a predominância para o artigo de opinião, infográfico e notícia. Em relação à multimodalidade, identificamos cinco tipos de gêneros com aspectos multimodais, com forte recorrência de infográfico. Vale ressaltar, que o mesmo gênero pode ser recorrente em anos distintos, a depender da construção da proposta de redação, visto que analisamos textos motivadores de uma década. Para apresentação de nossas análises, utilizamos gráficos e tabelas para dinamizar a exposição dos dados, não apresentando o recorte dos gêneros devido a extensão do artigo.

Nesse sentido, conforme viés qualitativo, não nos detemos as quantidades e os anos de ocorrência de cada gênero. Interessou-nos as ocorrências e o que pudemos interpretar a partir delas. Dessa forma, nossa análise está dividida em dois tópicos. O primeiro tratou da ocorrência dos gêneros e o segundo, de maneira mais específica, considerando os gêneros já analisados, abordou os aspectos multimodais presentes nos gêneros.

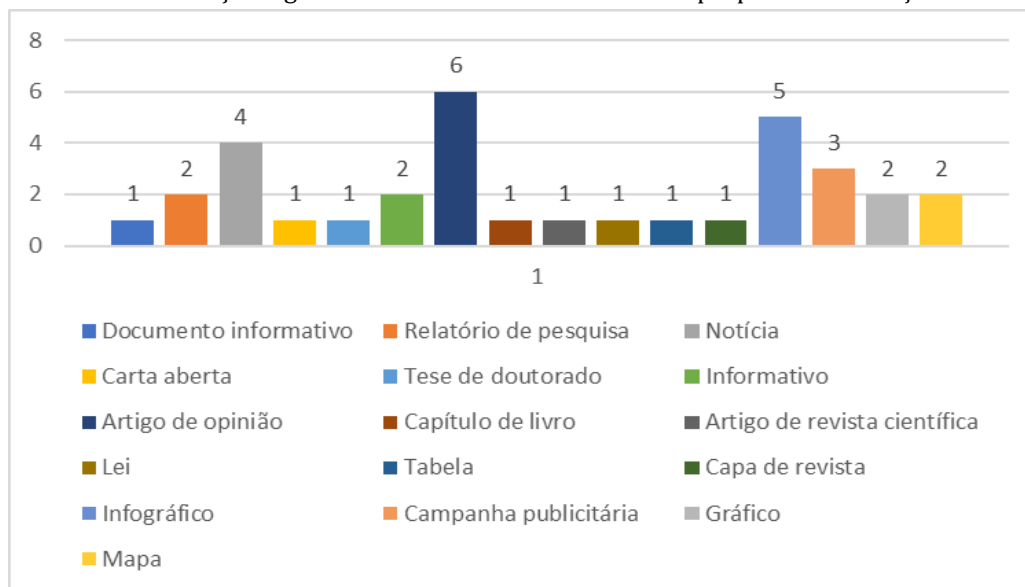
4 OS GÊNEROS E A MULTIMODALIDADE NOS TEXTOS MOTIVADORES DA REDAÇÃO DO ENEM: O QUE OS DADOS NOS DIZEM

Nesta seção abordamos a análise dos textos motivadores da redação do Enem, subdividida em dois blocos. O primeiro se refere aos gêneros encontrados e o segundo à multimodalidade presente em parte desses gêneros.

4.1 Análise de gêneros

Em nossa pesquisa, realizada a partir da análise de textos motivadores da redação do Enem entre os anos de 2013 e 2024, voltando nosso olhar para os gêneros presentes nas propostas de redações, observamos que há uma grande variedade de gêneros. O Gráfico 01 abaixo apresenta os gêneros encontrados sem especificação de ano, visto que não realizamos análise qualitativa.

Gráfico 01: Presença de gêneros nos textos motivadores das propostas de redação do Enem



Fonte: elaborado pelas autoras (2024)

Conforme o gráfico 01, percebemos que os textos analisados são, em grande parte, recortes de gêneros, haja vista que as propostas de redação são construídas em uma única página, não cabendo textos maiores. Percebemos também que nos gêneros encontrados há uma predominância artigo de opinião com 06 (seis) ocorrências, seguido pelo infográfico com 05 (cinco) e notícia com 04 (quatro). Tais dados revelam que os textos motivadores exploram a diversidade da linguagem, desde a verbal a não verbal e a mista, aspecto esse que deve ser observado quando se pensa sobre o ensino de texto na sala de aula, de maneira que seja possível para o aluno compreender toda essa diversidade de gêneros, culminando na compreensão do tema e desenvolvendo uma redação com qualidade.

Outro aspecto importante na análise do gráfico 01 são os diversos campos da atividade humana como defende Bakhtin (2011). No gráfico, percebemos a presença de gêneros vinculados ao campo jornalístico, jurídico, científico, publicitário, dentre outros que reafirmam a necessidade do participante conhecer os gêneros em seu contexto sociocomunicativo, como discorre Marcuschi (2005), para uma melhor compreensão do tema a ser debatido na redação. Também evidenciamos que muitos gêneros apareceram apenas 01 (uma) vez, intensificando a variedade presente e

reafirmando a necessidade de um ensino de língua materna que abarque da melhor forma possível o trabalho com a diversidade de gêneros, permitindo ao aluno agir socialmente em qualquer campo da atividade humana.

Destacamos também que, grande parte dos gêneros presentes são recortes, como já citamos e, por esse motivo, negam em certa medida as características sociocomunicativas do gênero pelo fato de estar enquadrado numa proposta de redação, fora de seu uso social e do contexto sociocultural em que foi produzido. Desta forma, é necessário reconhecer o objetivo em que o texto, sob as convenções do gênero (Bezerra, 2017) está posto na proposta de redação, qual seja, auxiliar o participante na compreensão do tema. Mediante tal compreensão é que podemos interpretar a maneira como os gêneros aparecem, sem desconsiderar a necessidade dos conhecimentos sobre eles em sala de aula e/ou fora dela.

4.2 Análise de textos multimodais

A multimodalidade como vimos anteriormente, a partir do referencial teórico, é uma abordagem que agrega em sua composição, conforme Kress, Van Leeuwen (2001), uso de elementos semióticos e na concepção de Rojo e Barbosa (2015), elementos multisemióticos que são combinados e permitem melhor construção de sentidos aos textos.

Ao analisarmos as provas do Enem de 2014 a 2023, encontramos os seguintes textos multimodais mostrados no Gráfico 02:

Gráfico 02: Presença de gêneros com aspectos multimodais nos textos motivadores da redação do Enem



Fonte: elaborado pelas autoras (2024)

Conforme verificamos no Gráfico 02, podemos perceber que houve a propagação de quatorze tipos de textos que apresentavam aspectos multimodais

que foram: capa de revista (1), infográfico (5), campanha publicitária (3), gráfico (2), mapa (2). Embora em pequena quantidade, os elementos imagéticos se apresentaram de forma significativa ao longo dos 10 anos do Enem, lembrando que aqui damos destaque mais aos textos que apresentam elementos visuais, pois esses, como já destacado, fornecem melhores condições ao candidato para reflexões textuais.

Assim, compreendemos que a presença da multimodalidade é de fundamental importância para se entender melhor as informações que orientam o candidato do Enem na realização da redação e quando temos a multimodalidade constituindo parte desse processo, compreendemos que ela permite deixar a cargo do leitor uma rica e variada fonte de informações.

A partir do Gráfico 02, apresentado, identificamos a presença de uma diversidade de elementos multimodais. Vale destacar que, ao analisarmos as dez propostas de textos motivadores para a prova de redação do Enem, havia uma construção bem recorrente em relação aos elementos gráficos, sendo apenas texto (com sua fonte escolhida como padrão para a prova), dando destaque apenas para os títulos dos textos. Assim, prevalecia, nesse caso, textos e chamativos para títulos, sem outros elementos presentes. Por outro lado, também encontramos outros textos que possuíam em sua constituição elementos multimodais como texto e imagens (relacionadas e dialogando com as informações). Para isso, podemos citar alguns exemplos, como: nos mapas haviam elementos escritos e imagéticos, nos textos de campanha e leis encontramos texto e imagem e em textos de leis, entretanto todos os textos não apresentavam cores, sendo preto e branco. Com esses dados, refletimos que quanto mais elementos correlacionados ao texto, maior e melhor compreensão da informação teremos. Para esses achados, Rojo e Barbosa (2015) nos diz que os textos multimodais e multissemióticos apresentam mais de uma linguagem, mais de uma semiose em sua constituição, o que nos permite uma maior construção de sentidos.

No entanto, vale frisar que em todos os textos encontramos elementos gráficos, ou seja, a multimodalidade estava presente, mas aqueles que apresentavam texto e imagem melhor contribuíam para a compreensão, assim como para a construção de sentidos, embora nenhuma dessas imagens apresentasse cores, algo que poderia ser incluído para melhorar ainda a aprendizagem e desenvolvimento do participante frente à produção da redação.

A seguir para uma melhor compreensão de todas as 10 propostas analisadas, disponibilizamos o quadro 01, em que apresentamos as informações como estão presentes nas propostas de redação, vejamos:

Quadro 01: Textos multimodais nas propostas de redação do ENEM

Textos	Ano	Outros textos
Tabela e capa de revista	2023	Documento informativo; relatório de pesquisa
Infográfico	2022	Notícia, notícia, carta aberta
Mapa e campanha publicitária	2021	Tese de doutorado, notícia
Infográfico	2020	Informativo, artigo de opinião
Infográfico	2019	Capítulo de livro, artigo de revista; informativo
Infográfico	2018	Artigo de opinião, artigo de opinião, artigo de opinião
Campanha publicitária e gráfico	2017	Lei, notícia
Gráfico	2016	Notícias, notícia
Gráfico, infográfico, campanha publicitária	2015	(Relatório) mapa de violência contra mulher 2012
Mapa	2014	Artigo de opinião, livro.

Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/enem/provas-e-gabaritos>. Acessado em: 24 mai. 2024.

Esse quadro nos mostra que embora todos as propostas apresentam uma ampla variedade de textos, a nosso ver é de grande valia para a compreensão dos alunos. Consideramos apenas fundamental aumentar ainda mais a presença de aspectos visuais e inserir cores, pois assim estará melhorando consideravelmente as propostas norteadoras. Por fim, é notório o quanto a multimodalidade contribui para a aprendizagem e o resultado do candidato durante a avaliação do Enem.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As pesquisas sobre gênero inter-relacionadas com a multimodalidade se tornam um campo fértil e necessário, visto que a melhor compreensão deles possibilita aos sujeitos da interação sociodiscursiva atingirem seus objetivos comunicativos, por meio da produção e compreensão de sentidos que ocorrem das mais variadas formas, utilizando recursos igualmente diversos.

Nesse contexto, nosso objetivo foi analisar os gêneros e a multimodalidade presentes nos textos motivadores da redação do Enem. Esse intuito foi alcançado diante dos resultados obtidos nos textos motivadores da redação do Enem (2014-2023). Tais resultados apontam para a utilização de variados textos, muitas vezes, recortes, sob as convenções de gênero (Bezerra, 2017), com predominância para o artigo de opinião, Infográfico e a notícia. Também revelam a presença de vários campos da atividade humana (Bakhtin, 2011) como o jornalístico, jurídico, científico, publicitário, dentre outros. Ainda, referente aos textos com recursos multimodais encontramos tabela, capa de revista, infográfico, campanha publicitária, gráfico e mapa. Dentre estes, o infográfico se destacou com mais

recorrência. Vale destacar que os recursos multimodais também apareceram de maneira variada, contudo a prova ser impressa em preto e branco revela-se como uma limitação a esses recursos.

Nossa pesquisa não esgota as temáticas discutidas, mas direciona novos estudos, tanto nas universidades quanto para os pesquisadores em geral com o intuito de aprofundar esses temas e contribuir de maneira mais significativa para o ensino dos gêneros e da multimodalidade presentes nos mesmos, além de oferecer uma visão panorâmica e analítica a respeito dos textos motivadores da redação do Enem. Em suma, tais contribuições reverberam no ensino de língua, como também no melhor desempenho dos participantes do Enem.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. 6 ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011

BEZERRA, B. G. **Gêneros no contexto brasileiro**: questões [meta] teóricas e conceituais. São Paulo: Parábola Editorial, 2017.

BOGDAN, R.; BIKLEN, S. **Investigação qualitativa em educação**: uma introdução à teoria e aos métodos. Porto: Porto Editora, 1994.

KRESS, G.; VAN LEEUWEN, T. **Reading images**: the grammar of visual design. London, New York: Routledge, [1996], 2006.

KRESS, G.; VAN LEEUWEN, T. **Multimodal discourse**: the modes and media of contemporary communication. London: Arnold, 2001.

MARCUSCHI, L. A. Gêneros textuais: configuração, dinamicidade e circulação. *In*: KARWOSKI, A. M.; GAYDECZKA, B.; BRITO, K. S. (org.). **Gêneros textuais**: reflexões e ensino. Palmas e União da Vitória, PR: Kaygangue, 2005. p. 17-33.

MARCUSCHI, L. A. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. *In*: DIONÍSIO, A. P.; MACHADO, A. R.; BEZERRA, M. A. (org.). **Gêneros textuais & ensino**. Lucerna. 2007. p. 19-36.

RIBEIRO, A. E. **Multimodalidade e produção de textos: questões para o letramento na atualidade**. Santa Cruz do Sul, v. 38, n. 64, p. 21-34, jan./jun. 2013. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/signo/article/view/3714>. Acessado em: 20 ago. 2024.

ROJO, R. Gêneros do discurso e gêneros textuais: questões teóricas e aplicadas. *In*: MEURER, J. L.; BONINI, A.; MOTTA-ROTH, D. (org.). **Gêneros: teorias, métodos, debates**. São Paulo: Parábola Editorial, 2005. p. 184-207.

ROJO, R. Pedagogia dos multiletramentos: diversidade cultural e de linguagens na escola. *In*: ROJO, R.; MOURA, E. **Multiletramentos na escola**. São Paulo: Parábola, 2012.

ROJO, R.; BARBOSA, J. P. **Hipermodernidade, multiletramentos e gêneros discursivos**. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

STRAUSS, A.; CORBIN, J. **Pesquisa qualitativa: técnicas e procedimentos para o desenvolvimento da teoria fundamentada**. Tradução Luciane de Oliveira Rocha. 2 ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.

INVESTIGANDO TRAGÉDIAS: PRÁTICA DISCURSIVA E PRÁTICA SOCIAL EM NOTÍCIAS DE FEMINICÍDIOS OCORRIDOS EM 2022 NO ESTADO DA PARAÍBA

André Akênio Diniz Alexandre
Samara Vieira Carneiro
Mauriene Silva de Freitas

1 O BEABÁ DO FEMINICÍDIO

O feminicídio é um crime que se estabelece sobre o gênero feminino. Dessa forma, na Lei nº 13.104/2015 cria-se a qualificadora para o crime de homicídio de mulheres motivado por ódio ou desprezo pela mulher. É considerada um desdobramento da Lei Maria da Penha pois se utiliza dos cinco tipos de violência contra a mulher - física, sexual, psicológica, patrimonial e moral -. O feminicídio pode ser classificado, de maneira geral, como feminicídio íntimo e feminicídio sexual. No feminicídio íntimo, a vítima e o agressor possuíam uma relação afetiva/relacional, isto é, na maioria dos casos é a extensão da violência doméstica. Já o feminicídio sexual acontece pelo desprezo da condição de mulher da vítima e não necessita de uma relação preexistente entre vítima e agressor para acontecer.

Por ser considerado uma qualificadora do já consolidado crime de homicídio, dentro da lei específica do feminicídio - ela prevê o aumento¹ da pena de 12 a 30 anos para 20 a 40 anos. Há casos em que a pena é aumentada de um terço até a metade, por exemplo, caso a vítima esteja gestante ou seu parto seja recente, bem como, ter menos de 14 anos ou mais de 60 e se possuir deficiência física. Aumentando, também, a pena, caso o crime aconteça na presença de familiares descendentes ou ascendentes da vítima, como pais ou avós e também filhos.

Para além dos aspectos jurídicos é preciso observar o crime pela perspectiva sociológica. Para Freitas (2024), o feminicídio não encerra a trajetória de violência

¹ Em 10/10/2024 a lei do feminicídio foi alterada mudando especificidades da lei, são elas: elevação para 40 anos da pena para o crime de feminicídio, maior do que a vigente sobre o de homicídio qualificado (12 a 30 anos de reclusão). Também acrescentou novas as agravantes como: quando for cometido em descumprimento das medidas protetivas de urgência previstas na Lei Maria da Penha e no caso de emprego de veneno, tortura, emboscada ou arma de uso restrito contra a vítima. Outra mudança é a tipificação de outras modalidades para os casos de ameaça ou descumprimento de medida protetivas. Também está previsto o crime como perda do poder familiar para o acusado - perde legalmente a guarda dos filhos. O retardamento da progressão de pena - dificulta a alteração para outros regimes mais flexíveis, mudança de presídio em casos de ameaças às famílias das vítimas e facilitação de acesso à burocracia estatal, no caso das vítimas e suas famílias - a isenção de taxas e despesas de processos para a continuidade das investigações e execução do crime. Fonte: Agência Senado

feminina e por isso ela define o critério de “morte simbólica” como mais um estágio da violência contra a mulher:

A morte simbólica consiste na destruição de todas as nuances que a caracterizava mulher: seu papel de companheira, de mãe, de filha, profissional ou quaisquer outros papéis que a individualidade da vítima possa comportar. É o extermínio do ser em todas as suas possibilidades. É preciso aniquilar sua existência em todas as esferas da vida - material e imaterial. (Freitas, 2024, p. 113).

Para a autora, a morte simbólica acontece ainda em vida, pois ao ser submetida às categorias de violências estipuladas na Lei Maria da Penha, a vítima passa por um processo de enfraquecimento do seu ser e este, por sua vez, vai assegurar a submissão da vítima aos episódios violentos e ao acusado. No entanto ela não se encerra com a morte física, pois a morte simbólica coexiste na fase pré e pós feminicídio:

Se inicia ainda em vida, ao ser submetida aos diversos tipos de violências previstas na Lei Maria da Penha. A cada agressão, fala passiva agressiva ou gesto reativo, partes de uma mulher vai morrendo silenciosamente [...] Matar o corpo e sua existência, com suas subjetividades e afetos não é suficiente, é preciso matar-lhe no campo das ideias, é preciso destruir sua essência e história frente aos seus familiares, ao sistema judicial e perante a sociedade. É preciso culpar- -lhe do cometimento do crime contra si, desonerando o assassino de suas responsabilidades, revitimizando, em morte e após a morte, a mulher. (Freitas, 2024, p. 113).

A pesquisa se iniciou devido ao alarmante índice de feminicídios na Paraíba, haja vista que entre 2015 e 2017, o feminicídio foi a principal causa de mortes violentas entre mulheres da região, de acordo com a Secretaria de Estado da Segurança e da Defesa Social.

O projeto se iniciou em 2018 com o título “Os Homens que Não Amavam as Mulheres: Discurso dos Acusados de Cometer Feminicídio na Paraíba” e recebeu financiamento da FAPESQ neste mesmo ano. Atualmente, a Universidade Estadual da Paraíba concede bolsas de Iniciação de Pesquisa que garante a participação dos discentes da graduação no projeto. Após a sua primeira fase de execução, o projeto foi renomeado para “Feminicídio sob Investigação”, utilizando uma nova identidade visual e o escopo de estudo expandido. Haja vista que, anteriormente, o foco de estudo era o assassino e seu discurso, fazendo o uso de inquéritos. Porém, com a dificuldade do acesso aos inquéritos, agora, o trabalho se volta para as notícias vinculadas ao crime e a estrutura dos discursos do jornalismo.

Ou seja, antes o enfoque era apenas jurídico criminal. Agora, busca-se entender o fenômeno pelo prisma sociológico-discursivo: em quais partes do Estado estão localizadas as ocorrências, quais são as especificidades e características desses

crimes e como circulam os textos confeccionados pelas mídias em geral que trata do feminicídio na sociedade.

2 A INVESTIGAÇÃO EM CURSO

2.1 A discussão teórica

Ao idealizarmos essa proposta de trabalho, acreditamos que nossa contribuição para a sociedade é latente já que investiga a relação indissociável entre discurso e o fenômeno social - neste caso, o feminicídio. Pelo discurso é possível constatar e apontar as práticas sociais em curso, bem como criarmos discursos que podem colidir ou reforçar práticas hegemônicas vigentes. Para tanto, nos utilizaremos do aporte teórico da Análise Crítica do Discurso, em especial dos escritos de Norman Fairclough que prever a indissociabilidade entre texto, prática discursiva e prática social. Esse tripé para Fairclough é a base teórica metodológica para a investigação do fenômeno social através dos discursos. Para Fairclough o discurso pode ser observado como ação quando se trata dos gêneros discursivos, como representação quando se trata de discurso e como identificação quando se refere ao estilo.

Fairclough apresenta um modelo tridimensional para que haja a análise crítica do discurso -análise textual, análise discursiva e análise social - esse modelo traz em sua estrutura a relação entre as mudanças sociais e o discurso na estrutura social, o que pressupõe que a mudança social não envolve apenas a linguagem, mas são constituídas significativamente por meio das mudanças que nela se praticam. A análise textual é denominada por Fairclough (2001) como descrição e a análise discursiva e social que são efetuadas a partir das interpretações que as incorporam. Pautada no contexto do discurso, essa análise parte de relações entre significantes e significados e existe uma distinção entre o significado de um referido texto e sua interpretação. A análise da dimensão textual é tratada como um elemento linguístico que afere basicamente em quatro aspectos, sendo eles, o vocabulário que parte das palavras individuais e a maneira como elas contribuem para a construção do sentido elencado pelo enunciador; a gramática que se utiliza das palavras combinadas em frases e orações para se estruturar que por sua vez, possibilita que certos significados sejam construídos; a coesão que versa a relação entre frases e orações que podem provocar na produção de determinados significados; e a estrutura textual que versa as propriedades organizacionais de larga escala do texto.

A prática discursiva analisa os processos de reprodução e modificação da sociedade, que se manifestam pela forma linguística através de textos verbais ou não verbais. Assim, serão analisados os processos de produção, distribuição e consumo textual. Esses elementos interferem nas atividades cognitivas necessárias para análise da prática discursiva, pois são métodos sociais que estão relacionados aos

contextos políticos, econômicos, institucionais e privados, este último, de essencial importância para a compreensão do tema de nossa pesquisa, o feminicídio.

A dimensão da prática social para Fairclough é aquela que não só reproduz essas práticas, mas as transforma, instituindo assim uma relação dialética. De acordo com Fairclough (2001) a análise da prática social é ocupada a partir de condições sociais do contexto onde a prática discursiva ocorre. Desta forma, podemos compreender que o termo prática social refere-se a uma forma estável que concerne às atividades sociais representantes de ações com a junção de elementos sociais distintos, por isso nos propomos analisar as notícias veiculadas nas mídias - tradicionais e alternativas - relativas ao crime de feminicídio para compreender esse fenômeno social. Segundo a percepção de Freitas (2024), essa junção entre prática social e prática discursiva pode ocasionar em um resultado interessante para a mudança social em se tratando do crime de feminicídio, vejamos o fragmento a seguir:

Nos parece que a mídia agora superou o *tabu* que era veicular os crimes da esfera doméstica e, de certa maneira, reconhece hoje a emergência de veicular essas notícias de violências. A exposição de casos na mídia, em determinado nível, pode até exercer uma função pedagógica, já que pode fomentar o debate público, na esfera pública, das problemáticas da esfera privada, como acontece nos casos de feminicídios íntimos. (Freitas, 2024, p. 111).

A Análise do Discurso proposta por Fairclough contribui para a compreensão da relação que existe entre o discurso e a sociedade, elencando também os métodos essenciais para as análises dos textos, assim como as práticas discursivas e as práticas sociais. Assim, nosso artigo analisa as notícias sobre o crime de feminicídio, está em consonância com os preceitos teóricos metodológicos do linguista inglês, além de apresentar um panorama fiel e atualizado da problemática estadual, pois faz o acompanhamento diuturno dos casos ocorridos no Estado da Paraíba, podendo oferecer dados e reflexões que ajudem no combate a essa tragédia através uma proposta de ação prática e viável para a sociedade paraibana convertida em política pública se assim for assimilada pelo o Estado.

2.2 A metodologia

Diante disso, para a coleta de dados, desde 2022, monitora-se, diariamente, nas mídias paraibanas, as notícias sobre os casos de feminicídio cometidos. Logo, o método de pesquisa é quali-quantitativa, pois as informações contidas nos casos são sistematizadas em categorias, distribuídas em fichas padronizadas para identificação da vítima, onde mora e com quem, sua escolaridade e religião, bem como se possui histórico de violência doméstica mencionado no crime. Além de informações sobre o crime, onde ocorreu, o instrumento utilizado, tipo e local dos

ferimentos, quem acionou as autoridades. Também sobre o acusado, sua identidade, se tem antecedentes criminais ou se já ameaçou a vítima. Como também informações sobre o que aconteceu depois do crime, se o acusado fugiu ou cometeu suicídio, como foi retratado na mídia. Desse modo, faz-se a análise das fichas, posteriormente, cria-se gráficos que representam os padrões e as características dos casos.

Para complementar, é feita a elaboração de um mapa anual contendo as localidades da Paraíba em que os crimes de feminicídio foram registrados. Depois, é feita a comparação dos índices de feminicídio da Paraíba com a média nacional e, por fim, apresenta-se os dados recolhidos sobre as especificidades dos feminicídios paraibanos e suas características. Entretanto, várias das notícias não contemplam a totalidade do crime, pois muitos detalhes dos feminicídios não constam nos suportes onde foram veiculados o caso, fazendo com que algumas categorias presentes nas fichas não sejam preenchidas, dificultando uma análise mais precisa dos casos, justamente por não haver nenhum protocolo jornalístico para veiculação de notícia sobre esse tema.

Figura 1: Ficha do crime

Foto da vítima	
Nº DA OCORRÊNCIA/ ANO	
DATA E LOCAL	
SOBRE A VÍTIMA	
NOME: IDADE: GÊNERO: GESTANTE: FILHOS: PCD: COR: RELIGIÃO: ESCOLARIDADE: COM QUEM MORAVA: ENDEREÇO: ZONA: SITUAÇÃO CONJUGAL: SE SEPARADO DO AGRESSOR, HÁ QUANTO TEMPO: TIPO DE RELAÇÃO COM O AGRESSOR: HISTÓRICO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA MENCIONADO:	SOBRE A NOTÍCIA ONDE FOI NOTICIADO: FONTE DE CONSULTA INICIAL: LINK: TRANSCREVA A MANCHETE: O ASSASSINO É SUJEITO ATIVO OU PASSIVO: A VÍTIMA É SUJEITO ATIVO OU PASSIVO: A FOTO DO ASSASSINO ESTÁ VISÍVEL: A FOTO DA VÍTIMA ESTÁ VISÍVEL:
TIPO DE FEMINICÍDIO (ÍNTIMO OU SEXUAL):	
INFO. ADICIONAL	
(Foto do acusado)	
SOBRE O CRIME	
ONDE OCORREU: ONDE O CORPO FOI ENCONTRADO: DIFERENÇA DE IDADE ENTRE A VÍTIMA E O ACUSADO: QUAL INSTRUMENTO UTILIZADO PARA CAUSAR MORTE: DIA DA SEMANA: QUANTAS VÍTIMAS: TIPO E LOCAL DE FERIMENTOS: QUEM ACIONOU AS AUTORIDADES:	
SOBRE O ASSASSINO	
NOME: IDADE: POSSUI ANTECEDENTES CRIMINAIS: POSSUI MEDIDA PROTETIVA: JÁ HAVIA AMEAÇADO A VÍTIMA ANTES: SUICÍDIO APÓS O CRIME: FUGA APÓS O CRIME:	

Fonte: elaborado pelos autores

3 AS EVIDÊNCIAS - APRESENTAÇÃO DOS DADOS COLETADOS

Figura 2: Cartografia do crime²- ocorrência municipais (2022)



Fonte: geógrafo Dr. Jorge Flávio Cazé

Acima, podemos observar a distribuição dos casos de feminicídio por mesorregião no Estado da Paraíba. O primeiro ponto a ser observado sobre o cenário do ano de 2022 é que a região da Zona da Mata paraibana teve o maior número absoluto de casos, sendo seguido pelo Sertão, Agreste e por fim, a região da Borborema. Não obstante esses dados, é preciso compreender que apenas essas recorrências - em números absolutos- não são capazes de fornecer uma leitura mais verticalizada deste fenômeno. Para compreender é preciso estabelecer a dicotomia “casos” *versus* “densidade populacional” de cada mesorregião.

Desta maneira, o sertão paraibano compreendeu $\frac{1}{3}$ dos casos de todo o estado. Esse dado fica em destaque pois uma região com cerca de 830 mil habitantes, teve apenas um caso a menos do que a região do litoral (ou Mata), que possui mais de 1,5 milhões de habitantes. Como pode ser observado no mapa, em seguida da região da Mata, que compreendeu 37,5% dos casos e do Sertão, com 33,3%, vem o Agreste com 5 casos (20,8%) e a Borborema com 2 casos (8,3%). No total, foram 24 vítimas de feminicídio no ano de 2022.

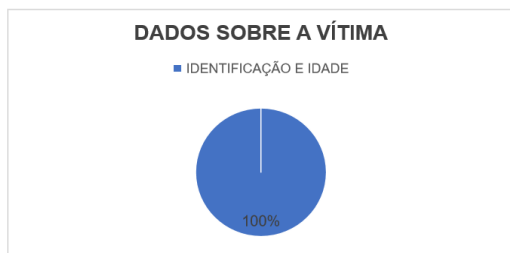
O que nos chama a atenção é a situação do sertão paraibano que mesmo com uma baixa taxa de densidade populacional, os casos de feminicídios são proporcionalmente altos. O Agreste também apresenta índice elevado, mas nada se compara com a situação sertaneja.

Na sequência, apresentaremos os dados referente ao preenchimento da ficha que foi elaborada por nós com as informações que julgamos ser importante. É

² O referido mapa foi confeccionado pelo geógrafo Dr. Jorge Flávio Cazé de acordo com os dados levantados em nossa pesquisa coletados no Estado da Paraíba em notícias sobre feminicídio no ano de 2022.

importante lembrar que muitos dos dados que gostaríamos de investigar não se apresentaram nas notícias coletadas. Algumas pode aparecer em reportagens e outras nunca apareceram. O importante nessas fichas foi tentar normatizar a busca por informações sobre o caso e observar quais aspectos são preponderantes e recorrentes na hora de confeccionar a matéria. É importante informar que todos os gráficos são com dados próprios, fonte dos autores.

Gráfico 1: Identidade da vítima



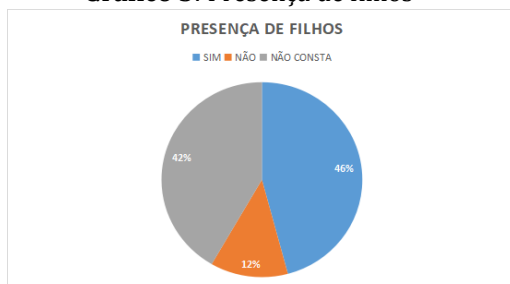
Fonte: elaborado pelos autores

Gráfico 2: Presença de foto da vítima



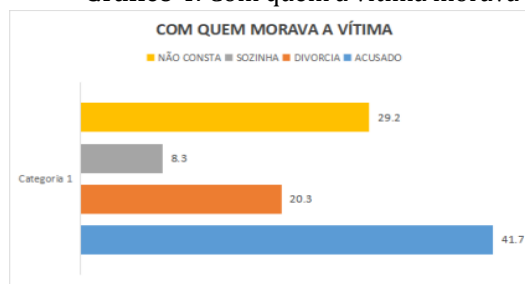
Fonte: elaborado pelos autores

Gráfico 3: Presença de filhos



Fonte: elaborado pelos autores

Gráfico 4: Com quem a vítima morava



Fonte: elaborado pelos autores

Os gráficos acima se referem aos dados que conseguimos sobre a vítima e que, de alguma forma, puderam ser coletados nas notícias. Há ainda alguns dados que nunca apareceram em nenhuma notícia, ou seja, em nenhum dos 24 casos, que serão mencionadas a seguir.

A priori, podemos observar que a identidade das vítimas é sempre de fácil acesso nas notícias - nome e idade. Porém, algumas outras informações relevantes são raras de se encontrar. Informações como filhos que a vítima poderia ter nem sempre são encontradas, ou muitas vezes ficam apenas subentendidas pelo texto. Se uma mulher sofre feminicídio e estiver gestante ou se for morta na frente dos filhos, ou pais, haverá um agravante na pena do assassino, logo, esta informação é de grande relevância e pode aparecer na notícia. Nos casos onde ocorre esse cenário existiu, essas informações foram mencionadas.

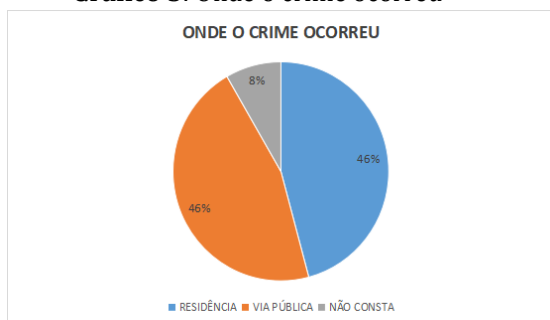
Ainda sobre a identidade das vítimas, é importante mencionar que, na ética de nossa pesquisa, consideramos questões raciais como um fator importante, porém a informação da cor de pele das vítimas não consta nas matérias de forma clara, e, embora os pesquisadores tenham 21 fotos dos 24 casos, foi decidido não aferir a cor

da pele dessas mulheres, pois a definição racial passa pela autodeterminação, o que não está posto na matéria. Também não há nas matérias menções significativas sobre a religião das vítimas, nem sobre a escolaridade de forma específica, apenas a profissão. Portanto, pela falta de dados, não foi possível traçar uma análise mais detalhada sobre esses e outros âmbitos da vida das vítimas, uma questão que passa pela falta de padronização das notícias.

Em seguida, podemos observar que a maioria das vítimas viviam com o acusado na mesma residência. Essa informação é de extrema relevância, pois confirma que o ambiente privado é majoritariamente o lugar onde a ocorre dominância, violência e morte contra as mulheres. No entanto, como veremos no gráfico 5, nem todos os locais onde ocorre o crime é na residência do casal, apontando que é a violência da esfera privada que gera os crimes, mas não há necessariamente a obrigação do crime ocorrer na casa do casal.

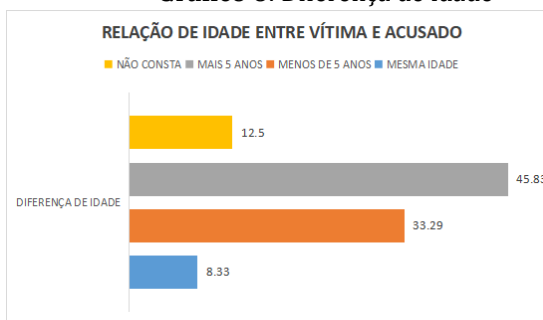
Neste segmento teremos os dados coletados sobre o crime propriamente dito. Vejam os dados:

Gráfico 5: Onde o crime ocorreu



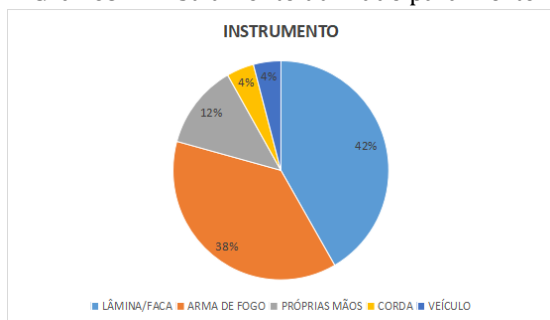
Fonte: elaborado pelos autores

Gráfico 6: Diferença de idade



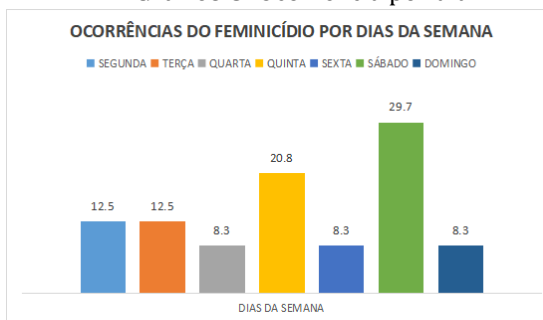
Fonte: elaborado pelos autores

Gráfico 7: Instrumento utilizado para morte



Fonte: elaborado pelos autores

Gráfico 8: Ocorrência por dia



Fonte: elaborado pelos autores

Outrossim, mesmo que haja um aparente equilíbrio entre os crimes ocorridos no ambiente público e no ambiente privado, é importante ressaltar que todos esses casos tiveram o início de violência na residência da vítima/acusado e acabam por ter seu trágico fim no espaço público, onde a execução do crime e a fuga do assassino são facilitadas.

Outro aspecto desses casos é a diferença de idade. Presente em 46% dos casos, esse fator pode ser considerado uma questão que acirra as violências já que a questão etária pode estimular inseguranças que se exarcebam e recaem em violência. Se somados os casos com mais 15 anos de diferença, teremos cerca de $\frac{1}{3}$ dos casos nesse cenário, com a adendo de que a idade dos acusados nem sempre é mencionada nas notícias, então esse cálculo ainda tem margem de crescimento.

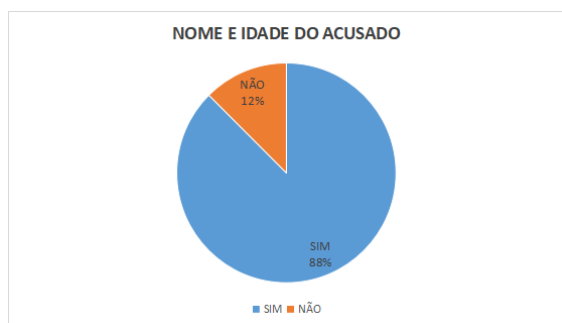
Entrando agora na questão do crime em si, as facas, facões e lâminas são as armas/instrumentos mais comumente usadas para matar mulheres, aparecem em 42% dos casos, seguidos, bem de perto, pelas armas de fogo. Acreditamos que pelo fato de as lâminas serem de fácil acesso, ou seja, elas também são utensílios domésticos, esses instrumentos estejam mais presentes nos casos de feminicídio. No entanto, não podemos menosprezar o poder destruidor que as armas de fogo estabelecem nesse ponto - 38%. Embora de uso restrito para a grande população, acreditamos que a flexibilização de acesso às armas, ocorrida em 2018, tenha facilitado de forma ilegal uma maior circulação do item na sociedade, reverberando nos altos índices de morte de mulheres. Também há outras maneiras de se matar mulher, como veículos, cordas e até as próprias mãos, segundo mostra nosso gráfico.

Em todos esses casos há muita violência inserida, com ataques às partes vitais das vítimas como rosto, peito e abdômen. Em todas as matérias essas informações são mencionadas, o que mostra também um certo enfoque na violência por parte de quem faz a cobertura, recorrendo ao sensacionalismo para impactar seu auditório.

Ainda podemos comentar sobre a sazonalidade de crimes ocorridos durante o ano. Se olharmos isoladamente, o dia em que mais ocorrem feminicídios é no sábado, seguido da quinta-feira. Considerando o fim de semana como Sábado e Domingo, cerca de $\frac{1}{3}$ dos feminicídios - 33,33%- ocorreram no final de semana e o restante nos dias de semana. Nossa hipótese é de que nos fins de semana ocorrem os momentos de maior contato entre os membros da família, pois acreditamos que pelo menos um dos membros desta unidade familiar é trabalhador, por isso, as violências tendem a ocorrer com mais recorrência.

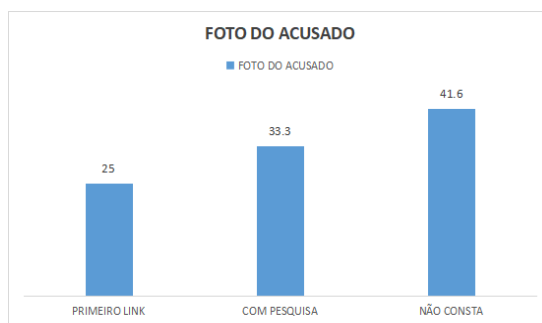
Neste segmento abaixo teremos as informações sobre os acusados.

Gráfico 9: Nome e idade do acusado



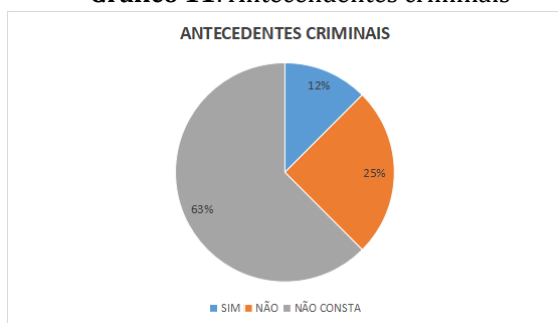
Fonte: elaborado pelos autores

Gráfico 10: Foto do acusado na notícia



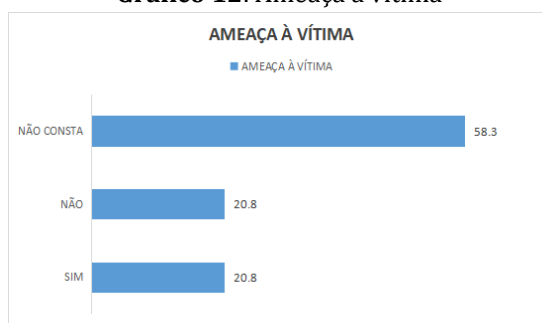
Fonte: elaborado pelos autores

Gráfico 11: Antecedentes criminais



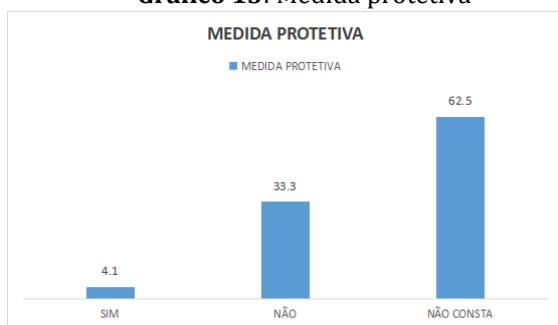
Fonte: elaborado pelos autores

Gráfico 12: Ameaça à vítima



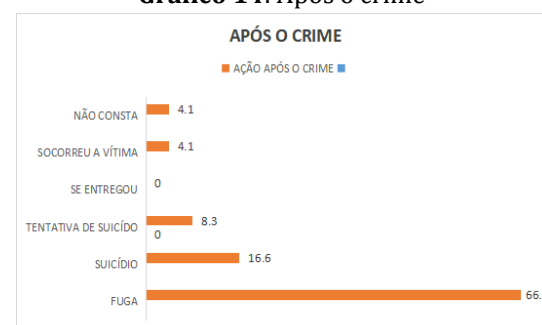
Fonte: elaborado pelos autores

Gráfico 13: Medida protetiva



Fonte: elaborado pelos autores

Gráfico 14: Após o crime



Fonte: elaborado pelos autores

Sobre a identidade dos acusados, diferentemente das vítimas, nem todos tiveram os nomes mencionados, nem a idade. Já no início de nossa pesquisa, com o *corpus* ainda em desenvolvimento, já foi possível perceber que faltam muitas informações sobre os acusados. Raros foram os casos que nos foi possível preencher todas as categorias sobre eles, mesmo quando o crime de ódio já havia sido confirmado.

O gráfico 10 mostra que na maioria das matérias não aparece a foto do acusado. Alguns casos estão sob segredo de justiça, e, em outros, é evidente a tentativa de ocultar a identidade do acusado, mesmo que, em quase todos as ocorrências, o criminoso seja maior de idade.

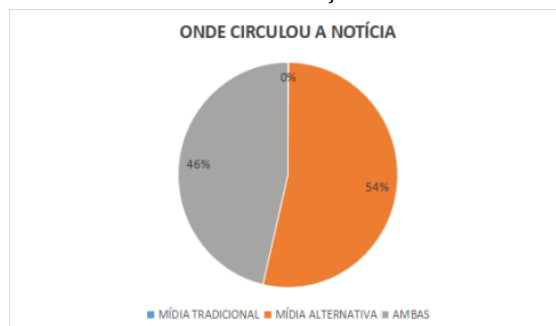
Também são raras as notícias que mencionam os antecedentes criminais dos acusados ou se havia a presença de medida protetiva contra ele. A impressão que temos é que não há, efetivamente, uma disposição, ao confeccionar a matéria, em compreender os pormenores dos casos, focando apenas nas informações coletadas no momento ou local do crime.

Por fim, é notável que em nenhum dos casos o assassino se entregou às autoridades. Em $\frac{2}{3}$ dos ocorridos, o assassino foge após o crime, ou seja, 66.66% dos casos. Outro comportamento comum é o suicídio (15,5%). Em apenas um caso a vítima foi socorrida pelo companheiro. Esse comportamento típico confirma a tese de que o feminicídio não é um crime passional, pois o assassino tende a planejar a morte da vítima junto com a sua fuga, seja geográfica ou por meio de suicídio. Neste

último caso, convencidos de que a parceira e até os filhos são suas propriedades, o acusado não hesita em retirar sua própria vida e dos demais por ele ter certeza de que pode fazer o que desejar com sua posse. É ele, o *pater*, que tem poder de vida e morte sob a vida possuída como conta Freitas (2024). Essa noção de propriedade é a grande força motriz para esse tipo de conduta.

Neste próximo segmento, observamos as informações coletadas sobre as notícias propriamente ditas.

Gráfico 15: Circulação na mídia



Fonte: elaborado pelos autores

Com base neste gráfico, podemos observar que a mídia tradicional - compreendida aqui como rádio, tv, jornais impressos e digitais, *sites* ou qualquer outro suporte que seja comandado por um profissional de jornalismo- sozinha não consegue veicular todos os casos de feminicídios ocorridos na Paraíba. Em todos os casos, ou apenas a mídia alternativa noticiou (54%) - sendo essa *blogs*, redes sociais e *sites* sem jornalista responsável- ou a mídia alternativa junto com a tradicional noticiaram. Fica evidente, então, que os casos de feminicídio na Paraíba são em grande parte veiculados pelas mídias alternativas, cuja abordagem não segue nenhum tipo de padronização, o que muitas vezes prejudica a qualidade da informação. Também entendemos que esses pequenos *blogs* realizam uma difícil tarefa de cobrir notícias sem formação e recursos adequados para produzi-las, pois, casos ocorridos em cidades pequenas dificilmente chegam aos grandes conglomerados midiáticos e estes, normalmente, se localizam nas maiores cidades do Estado. Compreendemos esse movimento como as lacunas que os grandes veículos de informações tradicionais deixam na cobertura estadual. Por isso, ao desenvolver nossa pesquisa, tivemos que recorrer aos *blogs* locais para conseguir maiores informações sobre o caso.

Figura 3: primeira manchete após o crime

Mulher é vítima de feminicídio ao sair do trabalho, em João Pessoa

Suspeito do crime é o ex-marido, que foi preso pela mesma equipe da PM que tentou socorrer a vítima. Crime aconteceu na orla de Manaíra.

Por g1 PB
07/08/2022 10h00 - Atualizado há 2 anos

Fonte: G1 <<https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2022/08/07/mulher-e-vitima-de-femicidio-ao-sair-do-trabalho-em-joao-pessoa.ghnm>>

Também desenvolvemos a categoria “a primeira manchete após o crime”. Percebemos que quando há casos de feminicídios é muito comum um veículo soltar a notícia e vários outros veículos a repercutirem - quase copiando o texto sem mencionar a fonte. Desta maneira, é essa primeira manchete que entramos em contato e que usamos como base para analisar o conteúdo discursivo.

A manchete da (Figura 3) tem uma construção típica de primeira matéria, quando o caso é recente e não se tem ainda muitos detalhes. O nome da vítima não aparece nessas manchetes, tão pouco o nome do suspeito- este último, como já vimos, quase nunca aparece.

Observado na imagem retirada do *site*, o texto está posto com a ação violenta e a participação do acusado é apenas subentendida, pois ele está oculto no texto. Na Manchete “*Mulher é vítima de feminicídio ao sair do trabalho, em João Pessoa*” a vítima sofre a ação, ou seja, é agente da passiva,³ porém o causador da ação é oculto, o acusado, e só pode ser subentendido pelo leitor pelo hábito através da prática cotidiana dos discursos jornalísticos. Isso se reflete, se olharmos os gráficos anteriores sobre o “acusado” e as grandes lacunas de informações sobre esse agente.

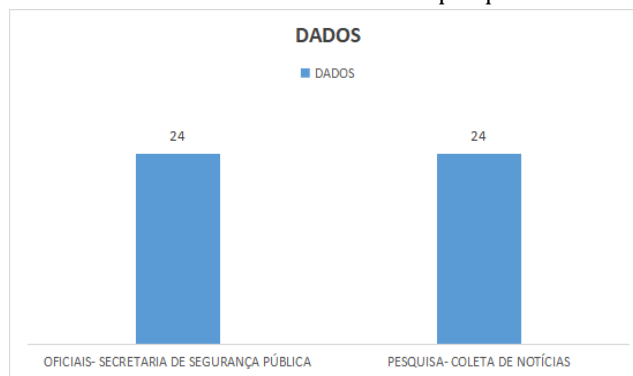
Em uma primeira leitura, essa questão pode passar despercebida ou até ser considerada de pouca relevância. Porém, como observa Rodrigues (2021, p. 42), *de modo geral, a imprensa assume que é preciso sumir com o sujeito/agente da ação nos títulos dos relatos de feminicídio e demais violências contra a mulher por questões legais e de preservação de direitos*. Ou seja, há uma tentativa consciente de ocultação da identidade dos acusados de feminicídio por parte da mídia temendo responder criminalmente sobre o assunto. Isso é linguisticamente construído pela utilização do sujeito na forma passiva para as vítimas e com a ocultação quando se refere aos acusados. Ainda segundo Rodrigues (2021, p. 42), “é para isso que serve a voz passiva: para ocultar o agente da frase. Para ocultar responsabilidades.”. De fato, esse viés discursivo pode ser observado durante todo o trabalho de coleta de dados em nossa pesquisa.

Consideramos, portanto, que o cenário geral da abordagem midiática ao feminicídio no estado da Paraíba perpetua discursos machistas, patriarcais e

³ Verificar categoria na gramática normativa.

misóginos. Por meio de textos ricos em detalhes violentos, porém pobres em direitos das mulheres e deveres humanos, essa prática discursiva acaba reforçando a prática social do cometimento do crime de feminicídio, ao invés de transmutá-la, combatê-la para incentivar uma mudança social.

Gráfico 16: Dados oficiais e pesquisa



Fonte: elaborado pelos autores

E por fim, nossos dados de coletas próprias foram exatamente o mesmo número - 24 casos - publicado pela Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social. Isso nos mostra que no ano de 2022 todos os casos de feminicídios ocorridos no Estado da Paraíba foram veiculados pela mídia estadual. Sob a perspectiva de cobertura, isso nos dá um dado positivo, pois, de alguma maneira, a cada crime cometido e noticiado foi apresentado para a sociedade o tema possibilitando, mesmo sem nenhum rigor técnico, um debate público sobre a recorrência deste crime. No entanto ainda há desafios no que diz respeito à forma de veiculação da notícia. Sem uma padronização e aprofundamento sobre a vítima, suas circunstâncias de vida e o acusado, além do acompanhamento do desenrolar do caso, acreditamos que a mídia poderia fazer muito mais pela discussão na sociedade.

4 FECHANDO A INVESTIGAÇÃO - CONSIDERAÇÕES FINAIS E INACABADAS

Conclui-se, então, que os dados oficiais da Secretaria de Segurança e Defesa Social da Paraíba foram os mesmos identificados em nossa coleta de dados em notícias; além disso, o crime de feminicídio tem características próprias de execução, que coadunam com as leituras bibliográficas feitas ao longo da pesquisa sobre a natureza do crime e suas motivações; também a coleta de dados ajudou a iluminar as minúcias das práticas sociais e *modo operandi* contidas no crime, logo, as práticas discursivas e o texto revelam o enfoque em que a mídia, de maneira ampla, trata o tema.

Quando observamos o mapa das ocorrências dos feminicídios no território paraibano percebemos que a região do Sertão requer uma maior atenção das ações governamentais. Mesmo tendo um território maior, com uma menor taxa de

densidade populacional, os números de casos ocorridos naquela região são superiores, por exemplo, aos números de casos ocorridos na Zona da Mata, região onde está localizada a capital do Estado e apresenta maior índice de ocupação humana. Outra região que também apresenta um alto índice é a região Agreste. Logo, esse dado nos diz da emergência de interiorizar as estruturas - Rede REAMCAV⁴ e ações governamentais de combate à violência contra a mulher. É urgente elaborar ações educacionais para efetuar uma mudança social, ou seja, para a transmutação das práticas sociais para que essas localidades transformem a sua maneira de pensar em agir que resultam no cometimento do crime de feminicídio.

Percebemos, ao analisar os conteúdos das notícias, que na maioria das vezes a matéria traz informações sobre identificação da vítima, mas o mesmo não ocorre com o acusado. Marcadores de escolaridade, classe social, raça, orientação religiosa da vítima nunca apareceram nas matérias. Ocasionalmente, a informação sobre a presença de filhos pode aparecer, mas elas estão mais ligadas a presença/participação/vitimização deles no desenrolar da barbárie.

Em um pouco mais de 40% dos casos, a vítima morava com o acusado. Isso nos mostra o alto percentual de vítimas ainda casadas com seu algoz. Em torno de 20% já tinham conseguido se divorciar do acusado, menos de 9% morava com os pais e quase 30% dos casos essa informação não aparece na notícia. Sem haver o percentual real dessa variável, fica inconsistente afirmar que são as mulheres casadas mais propícias a serem vítimas de feminicídio, embora seja essa a nossa hipótese, mas que, neste momento, com esses dados, não nos permite afirmar categoricamente.

Pelos nossos dados, o impacto técnico se deu sobre o local do crime nos casos- 46%. Isso nos mostra que seja casada ou divorciada do acusado, há um transbordamento das violências que ocorrem na esfera privada - o lar- para a materialidade da violência na esfera pública - a rua. Assim, é como se qualquer local fosse adequado para assassinar uma mulher. Também analisamos as diferenças de idade entre vítima e agressor. 46% dos acusados apresentam uma diferença de idade maior que 5 anos. Essa diferença etária pode superar mais de 25 anos em alguns casos. Em 33% o acusado é mais jovem que a vítima, em 8% dos casos ambos têm a mesma idade e em um pouco mais de 12% essa informação não consta.

A maioria dos casos de feminicídios são cometidos com lâminas - em torno de 42%-, mas bem próximo está o percentual de arma de fogo - 38%. Mas o que nos assusta é que para matar mulheres não precisa de muita coisa, até com as mãos é cometido o crime. Neste mesmo sentido é o dia da semana, neste ano de 2022 o dia com mais ocorrência foi o sábado, mas se comete feminicídio todos os dias da semana.

⁴ É uma rede estadual vinculada à Secretaria de Estado da Mulher e da Diversidade Humana (SEMDH) responsável por articular órgãos, serviços e entidades no enfrentamento e atendimento às mulheres em situação de violência.

Quanto ao acusado, todo benefício lhe é dado. De não o expor no jornal com seu nome, idade e foto, mesmo que haja testemunhas afirmando que ele seja autor do crime. Não se tem informação sobre seu passado - verificando se há antecedentes criminais- e tão pouco é observado seu futuro, com o desenrolar da investigação. Como já vimos, até a construção da manchete é pensada para esconder o acusado e colocar a vítima situação de submissão.

O crime de feminicídio em sua concepção na prática social, na prática discursiva e no texto propagam a noção de propriedade masculina sobre a vida das mulheres, ao passo que como ela se realiza hoje - nesse tripé estabelecido por Fairclough - reforça as estruturas de dominação social baseadas no gênero, principalmente pela forma que a mídia a retrata.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA PATRÍCIA GALVÃO. **Dossiê Feminicídio**. Disponível em <https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/femicidio/>

BARROS, D. E. C. Análise do Discurso Crítica: pesquisa social e linguística. **1Ajjed – Jornada Internacional de Estudos do Discurso**, 2008.

BARROS, F. D. Estudo completo do feminicídio. In: **Revista Síntese do direito penal e processual penal**. Porto Alegre: IOB, 2016.

BIROLI, F. **Gênero e desigualdades**: limites da democracia no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018.

BRASIL, LEI Nº 13.104, 10 DE MARÇO DE 2015. **Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio**. Brasília, DF mar 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/L13104.htm. Acesso em: 11 abril. 2018.

CONFERÊNCIA MUNDIAL SOBRE A MULHER, 4 1995, Beijing. *Relatório e plataforma de ação*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1996.

DAVIS, A. **Mulheres, Raça e Classe**. São Paulo: Boitempo, 2018.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2001.

FREITAS, M. A noção de propriedade, a morte física e simbólica das mulheres: o caso do feminicídio. In: FONSECA, I. S.; SILVA, M. T. (org.). **As mulheres querem viver... e escrevem**. Campina Grande: EDUEPB, 2024. (p. 104 - 118).

MELO, A. R. **Feminicídio**: uma análise sociojurídica da violência contra a mulher no Brasil. Rio de Janeiro: GZ Editora, 2017.

MIGUEL, L. F.; BIROLI, F. **Feminismo e política: uma introdução**. 1 ed. - São Paulo: Boitempo, 2014.

OLIVEIRA, N.; RODRIGUES, V. A voz passiva da culpa. *In*: OLIVEIRA, N.; RODRIGUES, V. **Histórias de morte matada contadas feito morte morrida, a narrativa de feminicídios na imprensa brasileira**. São Paulo: Editora Drops, 2021. (p. 41- 46).

SABINO, M. **Feminicídio: uma tragédia brasileira**. Rio de Janeiro: Autografia, 2108.

Secretaria de Estado e da Segurança e da Defesa Social da Paraíba. Delegacia Geral da Polícia Civil: **Crimes Violentos Letais e Intencionais (CVLI), 2015-2018**. Disponível em: <<https://paraiba.pb.gov.br/diretas/secretaa-da-seguranca-e-defesa-social>>. Acesso em: 29 out. 2020.

XAVIER, N. P. **Violência e Feminicídio**. Joinville: Clube das Autoras, 2021.

LIBERDADE DE EXPRESSÃO NO BRASIL:

AS ESTRATÉGIAS ARGUMENTATIVAS NA POLÊMICA ENTRE ELON MUSK E O MINISTRO ALEXANDRE DE MORAES

Gerson Vitor Pinto Fernandes
Gabrielly Thiciane dos Santos Andrade

1 INTRODUÇÃO

Neste trabalho, analisamos as estratégias argumentativas usadas no embate entre o bilionário Elon Musk e o ministro Alexandre de Moraes a respeito da liberdade de expressão no Brasil. A polêmica pode ser trabalhada tanto pelo ponto de vista da Análise do Discurso (AD) quanto pela Linguística Textual (LT). No entanto, adotaremos a visão da LT, uma vez que não nos concentramos no contexto político e social do embate, mas nas estruturas internas da polêmica, como os recursos textuais e argumentativos que estruturam o debate.

O tema “liberdade de expressão no Brasil” é sensível, especialmente em um contexto digital, onde as interações possibilitam uma dinâmica diferente na formação de opinião, até mesmo por ter um alcance maior, a polêmica pode tomar grandes proporções. A nossa pesquisa teve por objetivo analisar as estratégias argumentativas presentes na polêmica entre Elon Musk e Alexandre de Moraes sobre a liberdade de expressão no Brasil.

Almejamos fornecer uma análise que demonstre quais estratégias argumentativas foram usadas para influenciar o público no confronto. Baseamos a pesquisa nos conceitos de modalidades argumentativas, polêmica e polarização, com base nos aportes teóricos de Amossy (2008), Silva (2018), Cavalcante et al. (2018), e Macedo e Cavalcante (2019).

A importância deste estudo ocorre através da contribuição analítica acerca da estrutura interna de uma polêmica internacionalmente conhecida que esperamos ajudar outros pesquisadores da área a entender um modelo de debate tão atual e que necessita de mais estudos e aprofundamento, mesmo sendo desafiador entender os debates por meio de plataformas online que segue um tempo de ataque e resposta não linear, os meios são diferentes, por exemplo Musk se pronuncia por meio do “X” e Moraes se defende por meio da imprensa, isso influencia totalmente a dinâmica da polêmica.

A pesquisa segue uma abordagem qualitativa, centrada nas interações públicas entre Musk e Moraes, envolvendo declarações, postagens e comentários coletados até a data da análise. Utilizamos os métodos da Linguística Textual para identificar e analisar os recursos discursivos empregados, destacando as escolhas argumentativas e estratégias retóricas que orientaram o debate.

2 METODOLOGIA

Este estudo será realizado por meio de uma análise qualitativa, pois temos como objetivo compreender e avaliar as estratégias argumentativas empregadas por Elon Musk e Alexandre de Moraes durante o embate. O universo desta pesquisa é baseado nas ofensas e defesas públicas entre Alexandre de Moraes e Elon Musk nas redes sociais, através de declarações, postagens e comentários. A escolha da amostra é pautada em todo arcabouço que temos da polêmica até o dia da realização da pesquisa. Iniciaremos desde as declarações iniciais, as respostas e os desdobramentos, finalizando falando sobre o impacto da opinião pública, revelando quais mecanismos textuais foram mais eficazes e aceitos pelo público.

Como instrumento de coleta dos dados faremos uma busca sistemática nas redes sociais onde ocorreram os debates, como o X e outras plataformas relevantes. Outras notícias disponíveis de recursos também serão consideradas, tais como notícias veiculadas em sites jornalísticos respeitáveis, como G1, CNN, Agência Brasil, entre outros. Uma análise com diferentes perspectivas sobre o caso será enriquecida em uma visão abrangente da polêmica por meio dessa abordagem multifacetada. A análise dos dados foi realizada por meio de um método próprio da linguística textual. Na qual identificamos os recursos linguísticos e discursivos empregados por cada debatedor, será realizada uma análise textual primária. Aspectos como escolhas lexicais, estrutura argumentativa, uso de figuras linguísticas e estratégias retóricas serão considerados.

Posteriormente, será realizada uma análise comparativa entre as disciplinas de Alexandre de Moraes e Elon Musk, evidenciando paralelamente e divergências em suas abordagens argumentativas. A teoria linguística será o foco da análise, objetivando uma compreensão profunda dos mecanismos de construção discursiva encontrados na disputa. Precisamos delimitar o foco da nossa análise, isso é na estrutura textual e nos mecanismos linguísticos empregados na construção dos argumentos. Os recursos linguísticos usados por Alexandre de Moraes e Elon Musk em suas interações nas redes sociais serão identificados e examinados. Esses recursos incluem:

- Escolhas lexicais - analisamos as principais palavras dos debatedores e termos utilizados, considerando o uso de textos específicos, examinaremos como o uso de determinados textos podem afetar a percepção do público sobre determinados temas e argumentos.
- Escolhas argumentativas - foi observada a forma como Elon Musk e Alexandre de Moraes organizaram seus argumentos em suas postagens e comentários. Os elementos que formularam cada argumento, tais como as propostas, explicações e justificativas, além da relação entre eles.

- Escolhas de figuras de linguagem - examinamos o uso das figuras de linguagem em pontos específicos, normalmente usados nos embates para criar imagens vívidas no público ou persuadir, são comuns as metáforas, analogias, ironias e hipérboles e outros.
- Escolhas do recurso da retratação - foi visto as técnicas de retratação utilizadas por Elon Musk e Alexandre de Moraes para fortalecer seus argumentos. Isto inclui o uso de repetição, perguntas retóricas, apelos emocionais e estratégias para refutar os argumentos dos adversários.

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Nesta seção, abordaremos conceitos fundamentais para o nosso estudo, como os de modalidades argumentativas, polêmica, discutiremos essas concepções através dos textos de Amossy (2008), Cavalcante (2018), Silva (2020) e Macedo (2019).

Inicialmente precisamos falar sobre o conceito de modalidades argumentativas, a concepção abrange as diversas maneiras de como a argumentação se apresenta em um texto, com base em Amossy (2008) descobrimos que cada discurso possui uma situação enunciativa própria, na qual a tese ou ponto de vista é apresentado de maneira única ao público, nenhum discurso é igual, por mais que sejam os mesmos debatedores, as estratégias argumentativas sempre apresentam-se de forma diferente, entre as modalidades argumentativas, temos a polêmica, que se manifesta em situações que envolvem confrontos entre pontos de vista antagônicos. Essas situações, segundo a autora, podem ocorrer em panfletos, manifestos ou em debates televisivos, onde adversários medem forças com o objetivo de obter a adesão de um terceiro (Amossy, 2008, p. 232).

No mesmo sentido, Cavalcante et al. (2018) ampliam essa perspectiva ao apresentar outras modalidades argumentativas, além da polêmica, temos a modalidade demonstrativa e a patêmica. A primeira busca a adesão do interlocutor ao apresentar um argumento racional, como em artigos de opinião ou editorial, que durante o processo de argumentação se apropriam de evidências e fatos científicos, a segunda apela aos sentimentos, como em declarações de amor ou textos de autoajuda (Cavalcante *et al.*, 2018, p. 11). Essas modalidades diversificam a forma como a persuasão pode ser conduzida no discurso, ressaltando que o processo de convencimento não se limita à apresentação de fatos racionais, mas pode envolver estratégias emocionais.

A polêmica é uma das modalidades argumentativas que discutimos, e torna-se essencial criar um olhar mais atento com relação a isso, voltamos a recorrer a Amossy (2008), que define a polêmica como uma troca verbal baseada no confronto de pontos de vista opostos. Cavalcante et al. (2018) concorda com essa definição, afirmando que a polêmica envolve temas de interesse social e começa com um

debate de opiniões em espaços públicos. Neste processo, se utilizam de estratégias da retórica, para desacreditar o oponente, com o objetivo de não apenas refutar, mas também desqualificar o oponente, a polêmica apresenta-se em diversos contextos, principalmente em debates políticos e controvérsias na mídia. (Cavalcante *et al.*, 2018, p. 8-9).

Com base nas discussões acima, podemos reiterar que as disputas nas mídias sociais, como as entre Elon Musk e Alexandre de Moraes, começam a partir de temas polêmicos como “A liberdade de expressão no Brasil” um tema considerado sensível por grande parte da população brasileira, e a partir dessa controvérsia a polêmica criou uma repercussão a nível nacional, e também internacional por envolver o Empresário Elon Musk, que gerou na disputa um imenso número de visualizações e comentários, um grande número concordando com o Empresário e outros com o Ministro, e essa “tomada de lados” é influenciada mediante as estratégias utilizadas pelos envolvidos.

Levando em consideração o que já discutimos, precisamos dar importância a um outro conceito essencial, o de polarização, para isso adotaremos os pensamentos de Silva (2018) e Macedo e Cavalcante (2019) respectivamente, ambos seguem a mesma linha de Amossy (2011, 2017) que são as teorias adotadas em nossa pesquisa.

Segundo Silva (2018), a polarização é uma tática retórica que intensifica o embate entre os participantes do debate. Ela se manifesta através da calúnia e descrédito do oponente, utilizando técnicas como negação, ironia, hipérbole e outros mecanismos (Silva, 2018, p. 262). Não se trata apenas de confrontar o discurso do outro, mas também de desgastar a imagem pessoal do adversário e do coletivo que ele representa. a dicotomização na polarização no discurso é marcada pelo envolvimento emocional, o que intensifica a subjetividade e torna o discurso direto e individualizado (Silva, 2018, p. 263).

Macedo e Cavalcante (2019) afirmam que a polêmica *online* se manifesta através de uma divisão dos participantes, ela divide em três grupos com papéis claramente definidos: o Proponente, que defende uma ideia; o Oponente, que se opõe a esta ideia; e o Terceiro, que observa o debate e é objeto de tentativas de persuasão (Macedo e Cavalcante, 2019, p. 312). Esses papéis não são ocupados por indivíduos em si, mas por atores que fazem parte da estrutura do discurso controverso. A polarização é acentuada quando ambas as partes, em vez de trabalharem juntas para um consenso, recorrem ao outro para convencê-lo de uma posição ou concepção.

Em nosso estudo, o conceito de polarização tornou-se fundamental para compreendermos a forma como as interações entre Elon Musk e Alexandre de Moraes ocorrem nas redes sociais. Com base nas análises de Silva (2018) e Macedo e Cavalcante (2019), observamos que a polarização não só incita o debate, mas também orienta os esforços de ambas as partes para convencer o público, o Terceiro,

que acompanha a discussão. Nas interações entre Musk e Moraes, o embate vai além da simples refutação de argumentos. Segundo Silva (2018), o objetivo do uso de figuras de linguagem, como ironias e ataques pessoais, é desacreditar o adversário. Este procedimento estabelece um cenário de embate constante, onde a emoção e a subjetividade do locutor se sobressaem, intensificando a polarização.

4 RESULTADOS

Relativo à polêmica entre Musk e Moraes, sobre a liberdade de expressão no Brasil, é prudente observar alguns pontos que caracterizam essa modalidade argumentativa que fundamentam o embate entre as duas partes envolvidas e que são essenciais para a constituição da mesma. Na polêmica em questão, é possível observar que ela tem origem a partir de duas opiniões que divergem uma da outra em todos os sentidos. Neste caso em específico houve um questionamento feito por Elon Musk no qual o bilionário questionava Alexandre de Moraes sobre uma possível quebra de liberdade de expressão, como revela a figura abaixo.

Figura 1: Ataque de Elon Musk



Fonte: Rede social X

Respondendo a uma publicação de Moraes no X (antigo twitter) o ministro parabeniza Ricardo Lewandowski por este assumir o ministério da justiça, em resposta sem nenhuma relação com o caso, Musk escreve: “Por que você está exigindo tanta censura no Brasil?” referindo-se às decisões do Ministro em bloquear contas de usuários envolvidos nos ataques de 8 de janeiro e o das milícias digitais,

dando assim início a polêmica. Alexandre de Moraes em contrapartida reforça:

Figura 2: Defesa de Alexandre de Moraes

"A população brasileira, as pessoas de bem, sabem que liberdade de expressão não é liberdade de agressão, não é liberdade para proliferação do ódio, do racismo, da misoginia, da homofobia, não é liberdade de defesa da tirania", afirmou o ministro em sessão plenário do STF.

Fonte: UOL

Os argumentos de Moraes apontam para um mecanismo linguístico regrado considerando que o contexto em que este se expressa é diferente em relação a Musk, desse modo, haja vista a configuração da temática, é possível observar que, dentre muitas maneiras de se expressar, as partes envolvidas fazem uso de articulações que são comuns quando se tem o objetivo de atacar e defender um ponto de vista, seja este equivocado ou não. Tendo em consideração os meios de comunicação em que o debate circula, devemos lançar um olhar atento para as estratégias dos envolvidos no uso de determinadas formas lexicais durante o embate. Segundo o site de notícias G1, desde o último dia 6, Musk vem fazendo ataques a Moraes ameaçando descumprir as ordens da corte e reativar as contas excluídas na rede social X.

É possível observar o uso de termos como "ditador brutal" e "você tem o presidente Lula na coleira", apontando assim para um viés político social com o intuito de desacreditar a figura pública. Em contrapartida, Moraes afirma publicamente que Musk está incitando o crime utilizando de meios digitais para espalhar desinformação e desestabilizar o estado Democrático de Direito apontado para um contexto político que perpassa entre ambas as partes.

5 CONCLUSÃO

A partir dos desdobramentos acima pontuados, é possível chegar aos seguintes pontos. A modalidade argumentativa polêmica perpassa os mais variados contextos argumentativos, esta possui características essenciais e notórias.

Ao lançarmos um olhar para opiniões contrárias, podemos observar escolhas de determinadas construções lexicais entre ambas as partes que contemplam os argumentos defendidos, quando o objetivo se fundamenta em defender um ponto de vista para um público.

No decorrer deste artigo, percebemos que as estratégias argumentativas presentes na polêmica entre Elon Musk e Alexandre de Moraes, tem como principal objetivo o convencimento do público acerca do ponto de vista defendido pelos debatedores, e com base nos conceitos de Amossy (2008), Silva (2018), Cavalcante

et al. (2018) e Macedo e Cavalcante (2019) observamos como as escolhas lexicais e figuras de linguagem empregadas agravou a polarização do debate.

Os resultados da análise indicaram que a polêmica entre Musk e Moraes não está limitado somente a troca de argumento sobre o tema “A liberdade de expressão”, mas percebemos um conjunto de ataques a face do outro, que envolvia uma tentativa de desqualificar o oponente, quando por exemplo o Musk chamou Moraes de “Ditador Brutal” é uma ofensa direta, tendo em vista que o Brasil é um país democrático, mas o comentário reforça a estratégia de desacreditizar o ministro para o público, mostrando assim um envolvimento emocional como comentamos em nossa fundamentação teórica.

Por fim, o embate entre os dois mostrou como as redes sociais podem potencializar o confronto e tomar grandes proporções, principalmente pelos elementos polêmicos envolvidos, como a polarização e o agravamento dos ataques a figuras consideradas importantes pelo que representam na sociedade., pelo ponto de vista da LT, o embate revelou que os argumentos usados por ambos vão muito além de palavras jogadas ao vento, mas envolvem a construção de identidade, classe ideológica e política, a fim de convencer o público a concordar com suas ideias.

REFERÊNCIAS

- AMOSSY, R. As modalidades argumentativas do discurso. *In*: LARA, G.; MACHADO, I.; EMEDIATO, W. (org.). **Análises do discurso hoje**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008. v. 1. p. 231-254.
- SILVA, A. A.; FARIA, M. G. S.; BRITO, M. A. P. A complexidade textual na dinâmica argumentativa. **Revista Investigações**, Recife, v. 33, n. especial, Texto: gêneros, interação e argumentação - III Workshop de Linguística Textual, p. 27-44, 2020
- CAVALCANTE, M.; PINTO, R.; BRITO, M. Polêmica e argumentação: interfaces possíveis em textos midiáticos de natureza política. **Diacrítica**, v. 32, n. 1, p. 5-24, 2018.
- SILVA, A. A. Polêmica nas redes sociais: interações sobre o ataque ao candidato Jair Bolsonaro. **Revista de Letras-Juçara**, v. 2, n. 2, p. 256-272, 2018.
- MACEDO, P. S. A.; CAVALCANTE, M. M. Estratégias de textualização na polêmica sobre culturas agrícolas no Brasil. **Entrepalavras**, Fortaleza, v. 9, p. 303-320, n. 1, jan. - abr. 2019.

MARCAS DE RESISTÊNCIA NAS AVENIDAS PAULISTAS: DISCURSOS DE SUJEITOS REVOLUCIONÁRIOS EM LUTA POR IGUALDADE ECOAM NA MÍDIA BRASILEIRA

Alex Sandra da Silva Moura
Antônia Maria de Medeiros da Cruz Carvalho

1 INTRODUÇÃO

Considerando o movimento tomado como acontecimento discursivo “Vidas Negras Importam”, propagado nas redes sociais, este artigo intenta analisar as marcas de resistências que constituem os sujeitos que escreveram discursos revolucionários em prol da igualdade e na luta por justiça nas ruas e avenidas da cidade de São Paulo, e a repercussão destes inscritos na mídia brasileira. Para a realização da pesquisa, tomou-se como ponto de partida a busca para as seguintes respostas:

1. Quais as marcas de resistências são observadas em sujeitos que propagam discursos revolucionários em espaços públicos (ruas e avenidas paulistas)?
2. Como os sujeitos, no espaço midiático brasileiro, acompanham e se posicionam a respeito do movimento “Vidas Negras Importam”?

No dia 20 de novembro de 2020, as pessoas que trafegavam pela Avenida Paulista, uma das maiores e mais movimentadas da cidade de São Paulo, puderam observar a inscrição “Vidas Negras Importam” ao longo de mais de 180 metros (Imagem 01). A frase foi pintada por cerca de 30 pessoas, dentre as quais se destacam artistas e produtores culturais. A pintura em frente ao Museu de Arte de São Paulo (Masp) teve início na noite anterior (20), sendo concluída por volta das 5h e teve toda sua produção acompanhada por Companhia de Engenharia de Tráfego (CET), que fechou parte da avenida no sentido da Rua da Consolação para que as pessoas pudessem trabalhar durante toda a madrugada. Os protestos antirracistas ocorreram no Brasil após a morte de João Alberto Silveira Freitas¹, ocorrido no dia 19/11/2020, que foi espancado e asfixiado pelos seguranças de uma grande rede de supermercado.

¹ Para maiores informações sobre o caso, consulte <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2023/11/20/morte-de-joao-alberto-completa-tres-anos-e-analise-de-recursos-adiado-julgamento.ghml>, acesso em 10 set. 2024.

Imagem 01²: movimento “Black Lives Matter”



Fonte: Foto Andre Penner/AP. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/11/21/inscricao-vidas-negras-importam-e-pintado-na-avenida-paulista.ghtml>. Acesso em: 19 set. 2024

O fato ocorrido na Avenida Paulista brasileira assemelha-se aos protestos iniciados em 2013, nos Estados Unidos, intitulado “Black Lives Matter” (Vidas Negras Importam). O movimento ganha repercussão midiática em 2020, tendo como gatilho, assim como no Brasil, a morte de mais um homem negro, George Floyd³. No Brasil, poderíamos citar uma lista imensa de pessoas negras cujas mortes causaram grande repercussão, como por exemplo: da deputada Marielle Franco, 2018; Pedro Henrique Gonzaga, 2019; João Pedro Mattos, 2020; Miguel Otávio Santana da Silva, 2020 e, então o caso que levou a uma insurreição, a morte de João Alberto Silveira Freitas, em 2020. Sob a *hashtag* #Vidasnegrasimportam, tem-se solidificado no Brasil uma insurreição midiática contra a morte de pessoas de etnia afrodescendente causada, especialmente, por policiais.

É cada vez mais importante discutir sobre questões necessárias à sociedade atual, como preconceito racial, a partir de discursos revolucionários inscritos por sujeitos que insurgem contra a desigualdade propagada em ações públicas com notoriedade midiática. Assim, tomando este inscrito como um acontecimento discursivo, analisamos 02 (duas) séries enunciativas divulgadas em redes sociais, nas quais os sujeitos acompanham, reagem e se posicionam a este acontecimento. Para tal pretensão, recorreremos aos estudos discursivos, cuja base está vinculada à obra do teórico Michel Foucault ao tratar do sujeito, poder e resistência; e ainda Frédéric Gros (2018) ao fazer um estudo sobre a desobediência, Achille Mbembe que trata da necropolítica e Judith Butler ao tratar questões inerentes à importância de uma vida.

² Frase ‘Vidas Pretas Importam’ é pintada na Avenida Paulista — Foto: Andre Penner/AP, disponível em <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/11/21/inscricao-vidas-negras-importam-e-pintado-na-avenida-paulista.ghtml>. Acesso em: 19 set. 2024.

³ Para saber mais, consulte <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2020/05/27/caso-george-floyd-morte-de-homem-negro-filmado-com-policia-branca-com-joelhos-em-seu-pescoco-causa-indignacao-nos-eua.ghtml>. Acesso em: 10 set. 2024.

2 VIDAS NEGRAS IMPORTAM

A cantora Elza Soares (2002) enunciou por meio da música que “A carne mais barata do mercado é a carne negra (Tá ligado que não é fácil, né, mano?)”. De fato, historicamente, nosso passado de escravidão, confirma que a carne negra era servida aos barões nos mercados de escravos. Mais de 200 anos depois da assinatura da Lei Áurea, faz-se cada vez mais necessário, reafirmar que as vidas negras importam. Sim, vidas negras que têm sido perdidas tão somente pela cor.

Assistimos passivamente ao noticiário da morte de Miguel Otávio Santana da Silva, 5 anos, após cair de uma altura de 35 metros, no Recife, ao sair para procurar a sua mãe, a faxineira Mirtes Renata Souza. A criança foi deixada sozinha, no elevador, pela patroa da mãe do menino. Sequer nos questionamos se essa mesma atitude aconteceria a uma criança branca. Ninguém perceberia sua presença? As pessoas a ignorariam a ponto de permitir tal tragédia? Perdem-se muitas vidas negras pelo descaso, pela incompetência daqueles a quem compete salvar vidas, pela invisibilização do corpo negro, quando este encontra-se em eminente perigo. Acostumamo-nos a ver negros receberem castigos severos, ignoramos seus gritos e construímos uma sociedade onde a vida humana importa, mas as milhares de mortes de vidas negras são constantemente ignoradas.

De acordo com o Portal Geledes⁴:

“O impacto do coronavírus entre a população negra é devastador”. Quem afirma é a ONU (Organização das Nações Unidas) que na terça-feira, dia 2, apontou o Brasil como um dos países mais críticos nos cuidados da doença olhando da perspectiva racial. “Expuseram desigualdades alarmantes em nossas sociedades. Em muitos outros lugares os dados por raça e etnia simplesmente não estão sendo nem coletados ou reportados”, disse Michelle Bachelet, Alta Comissária da ONU para os Direitos Humanos, em comunicado.

Por essas e outras questões, é preciso afirmar a importância da vida negra. Afinal, a História do Brasil e os números estatísticos contemporâneos comprovam que a população negra sofre pela falta de assistência na saúde, na segurança pública e em diversos outros setores sociais.

Foucault (2011) nos mostra a difusão do poder por toda a parte, e a consequente produção de indivíduos sujeitados às estratégias que permeiam todo o campo social. Estamos fadados ao assujeitamento, a aceitação das normas e a continuidade de uma vida guiada pelas regras do poder. Tornamo-nos sujeitos dóceis, contribuímos para o funcionamento do campo social: a permanência das instituições de poder, a governabilidade dos corpos. Porém, Foucault também nos

⁴ <https://www.geledes.org.br/entenda-por-que-falamos-que-vidas-negras-importam-em-vez-de-todas-as-vidas-importam/>. Acesso em: 15 set. 2024.

ensina que a resistência é a primeira relação ao poder, uma vez que o poder é relacional e que onde há poder, há resistência.

Assim, numa relação de poder, não somos afetados apenas negativamente; também somos propensos a resistir, que é a capacidade que a força tem de entrar em relações não calculadas pelas estratégias que vigoram no campo social e político, ou seja, é a capacidade que a vida tem de resistir a um poder que quer geri-la. Faz-se necessária uma desobediência ética.

E é nesse contexto em que direitos são surrupiados que os homens se insurgem e dão lugar aos sujeitos da resistência. É pela desobediência e insurreição que as democracias se mantêm, por que as ameaças de liberdades são combatidas com sacrifícios, perdas e mortes.

Se as sociedades se mantêm e vivem, isto é, se os seus poderes não são “absolutamente absolutos”, é porque, por trás de todas as aceitações e coerções, mais além das ameaças, violências e persuasões, há a possibilidade desse momento em que nada mais se permuta na vida, em que os poderes nada mais podem e no qual, na presença dos patíbulos e das metralhadoras, os homens se insurgem (Foucault, 1979, p. 77).

Ancorado em Foucault que afirma a necessária insurgência contra às ameaças à vida, Frédéric Gros (2018) explica por que devemos desobedecer. Para ele, “Basta abrir os olhos. A desobediência é mesmo a tal ponto justificada, normal, natural, que o que choca é a ausência de reação, a passividade” (Gros, 2018, p. 09). A marca de muitos governos é a obediência sem questionamentos, fato cada vez mais inviável no mundo tecnológico em que vivemos, cuja sociedade midiática utiliza-se de diversos instrumentos disponíveis nas redes sociais para denunciarem, opinarem e debaterem quaisquer assuntos que tenham repercussão na sociedade.

Pode-se dizer que os sujeitos que pintaram a Avenida Paulista encontravam-se em estado de “Dissidência cívica” o movimento por meio do qual o sujeito político se descobre em estado de desobedecer. “A insurreição não se decide. Apodera-se de um coletivo, quando a capacidade de desobedecer juntos volta a ser sensível, contagiosa, quando a experiência do intolerável se adensa até se tornar uma evidência social”. (Gros, 2018, p. 09). Desobedecer não é agir sem ética, mas é ser ético ao ponto de não se permitir agir de outra forma, a não ser pela desobediência àquilo que não se pode aceitar.

3 QUANTO VALE UMA VIDA NEGRA?

Compreendemos que toda vida humana importa; porém, nos propomos a refletir sobre a importância que tem sido atribuída socialmente à vida negra. A escritora Judith Butler questiona sobre o que é uma vida? Pensando a vida atrelada a um corpo, a autora afirma que “ser um corpo é estar exposto a uma modelagem e a uma forma social [...], o corpo está exposto a forças articuladas social e

politicamente” (Butler, 2015, p. 16). Para além dessa reflexão, o escritor africano Achille Mbembe (2016) nos leva a questionar sobre o lugar da vida e do corpo morto: “Se consideramos a política uma forma de guerra, devemos perguntar: que lugar é dado à vida, à morte e ao corpo humano (em especial o corpo ferido ou morto)? Como eles estão inscritos na ordem de poder?” (Mbembe, 2016, p. 124).

A partir destas afirmações e dos questionamentos de Butler e Mbembe, podemos inferir que o corpo negro tem sido alvo das forças sociais e governamentais, vivendo na prática, o que Mbembe chama de uma política baseada no necropoder, cujo objetivo é preservar o poder do governo sobre a população por meio de técnicas que, se não levam à morte, deixam morrer. O que corrobora com a questão levantada por Michel Foucault quando esclarece que o poder não pode ser pensado somente negativamente, como poder de destruição e silenciamento, o poder também deve ser pensado produtivamente. Ele produz efeitos, ele cria, ele age passivamente e ativamente.

No necropoder, o governo é exercido por meio de “um dispositivo que visa a captura excludente das vidas dos cidadãos, transformando-os em vida nua, produzindo uma zona de anomia na qual os direitos não existem e os homens são reduzidos a mera vida biológica” (Souza, 2018, p. 20). Logo, toda vida negra torna-se alvo do necropoder, e com uma existência nua de direitos, a vida negra é minimizada, reduzida, invisibilizada e, por que não, apagada de fato? Como confirma Butler: “O “ser” do corpo se refere é um ser que está sempre entregue a outros, a normas, a organizações sociais e políticas que se desenvolveram historicamente a fim de maximizar a precariedade para alguns e minimizar a precariedade para outros” (Butler, 2015, p. 14-15).

Desta forma, compreendemos que, sem uma insurgência por meio da desobediência, a vida negra continuará a serviço de um biopoder que, não apenas gerencia seus corpos a fim de docilizá-los; mas também, promove sua invisibilização por meio do necropoder, no qual o homem negro é um sujeito matável, uma vida minimizada frente a outras. Neste contexto de tentativas de silenciamentos e apagamentos de vidas negras, urge a desobediência, para que se promovam insurgências.

4 POR VIDAS NEGRAS, INSURGÊNCIAS

Para este momento, analisamos duas séries, cujos enunciados foram publicados após a morte de João Alberto Silveira Freitas e a inscrição feita na Avenida Paulista, ou seja, após o dia 20 de novembro de 2020. O que nos faz perceber como a sociedade reagiu a estes acontecimentos: a morte de um homem negro e a insurgência de sujeitos em luta por justiça e igualdade social.

4.1 1ª Série Enunciativa:

Segundo um *site* popular, o conhecido Felipe Neto Rodrigues Vieira⁵ é um *youtuber*, empresário, ator, comediante, escritor e filantropo brasileiro, possuindo mais de 46,4 milhões de inscritos e mais de dezessete bilhões de visualizações acumuladas, é o *youtuber* solo do Brasil com o maior número de inscritos. Por tais informações, podemos afirmar que suas postagens têm um grande alcance na mídia brasileira.

A partir da postagem feita sobre a morte de João Alberto, analisamos os comentários de seus seguidores e tecemos nossas reflexões à luz da “caixa de ferramentas de Foucault”, que nos permite analisar os discursos conforme o método arqueogenealógico.

Imagem 02⁶: Post de Felipe Neto



Fonte: disponíveis em: https://www.instagram.com/vidas_negras_importam/#

⁵ Informações no site https://pt.wikipedia.org/wiki/Felipe_Neto. Acesso em: 19 set. 2024.

⁶ As imagens 02, 03, 04 e 05 estão disponíveis em:

https://www.instagram.com/vidas_negras_importam/# de 21 de novembro de 2020. Acesso em: 19 set. 2024.

Imagem 03	Imagem 04	Imagem 05
<p>194 sem</p> <p>Vou ter que concordar com o Felipe Neto. Mas eu não sei se de fato foi culpa da direção da empresa o que aconteceu, vejo mais como uma ação violenta de dois profissionais que não estavam preparados para lidar em uma situação de stresses. Não podemos dizer que a ação dos dois profissionais reflete a posição da empresa. Pessoas perdem a cabeça em várias outras situações e acabam se envolvendo em tragédias.</p>	<p>194 sem</p> <p>Justiça de quê? Esse sujeito foi morto é porque caçou quem faça acha ninguém mandou ele agredir os seguranças e a funcionária do mercado pois ele pagou de machão valentão e teve o que merece. Agora em pleno século XXI vocês falarem que é racismo. Pelo amor de Deus parem com essa idiotice escrota e vão procurar o que fazer de produtivo esqueladha podre!</p>	<p>190 sem</p> <p>Hipócritas... vcs nunca pensaram nas pessoas... Vcs mesmo fazem de tudo p não acabar o racismo... Querem apenas mídia e poder!!!</p> <p>Responder</p>

Fonte: disponíveis em: https://www.instagram.com/vidas_negras_importam/#

Compreende-se que o enunciado da postagem inicial (imagem 02) tem um caráter conciliatório, o que se espera de um discurso normatizador, produzido geralmente pela elite, o que, em nosso artigo, interessa salientar que se trata de uma elite branca. Tal discurso revela, aparentemente, uma impotência diante dos fatos ocorridos, o que levou a produção de outros enunciados, dos quais podemos fazer as seguintes análises:

O enunciado que se observa na Imagem 03, traz um discurso em defesa da rede de supermercados onde o fato ocorreu e uma responsabilidade criminal atribuída tão somente aos funcionários que estavam a serviço da empresa. Destaque-se que ele diz “eu não sei se de fato foi culpa da empresa o que aconteceu, vejo mais como uma ação violenta de dois profissionais [...]”, o que nos permite associar este enunciado a um discurso empresarial que alimenta os discursos normatizadores, aparentemente mais aceitos na sociedade pelo caráter “conciliatório”.

Seguindo a análise da série enunciativa, o enunciado na imagem 04 traz um discurso negacionista acerca do racismo no Brasil. O autor entende a legitimidade da ação dos seguranças e considera descabível falar em racismo em pleno século XXI. Ao final do enunciado, invoca Deus, chama palavrão e deixa subentendida sua filiação política. Logo, esse é um discurso que vai de encontro a tudo que defendemos, ou seja, a existência de um racismo estrutural e um poder que não protege vidas negras, mas, ao contrário, se não promove a morte, também não provê os direitos necessários a uma vida digna.

O último enunciado desta série, Imagem 04, apresenta um discurso inconformado, de descontentamento e denúncia; inclusive, a denúncia é dirigida ao primeiro enunciatador da postagem, quando diz: “Vcs (vocês) mesmos fazem de tudo p (para) não acabar o racismo”.

Dos enunciados ora analisados, podemos compreender que não há neutralidade em enunciados discursivos: os enunciados são carregados de intencionalidades discursivas, por trás de uma aparente neutralidade, há intensões

que se materializam em formação de opiniões, o que é bastante comum quando se usa o espaço virtual como meio comunicativo. Observa-se, nesta série, uma propensão ao apagamento da memória referente ao racismo que ainda existe em nossa sociedade; e que quando outros valores entram em jogo, como o dinheiro empresarial que mantém empregos e faz a economia do país, os corpos negros são invisibilizados mediante as ações do necropoder.

4.2 2ª Série Enunciativa:

A série enunciativa seguinte, deu-se a partir de uma *hashtag* bastante divulgada nas redes sociais após a morte do João Alberto. Esse tipo de postagem, a *hashtag*, oferece a possibilidade de agregar inúmeros discursos por meio do compartilhamento do símbolo # eternonegobeto. O que permite um maior engajamento à discussão promovida no meio virtual.

Imagem 077: Post de @Osfarrapos1913



Fonte: disponíveis em:

<https://www.instagram.com/explore/search/keyword/?q=%23eternonegobeto>

⁷ Postada em 21 de novembro de 2020, sob a #eternonegobeto. Salientamos que as imagens 08, 09 e 10 são respostas feitas à mesma *hashtag*.

Imagem 08	Imagem 09	Imagem 10

Fonte: disponíveis em:

<https://www.instagram.com/explore/search/keyword/?q=%23eternonegobeto>

A postagem enunciativa que gera os enunciados que se seguem é uma postagem de impacto, tanto pela imagem – foto da vítima, como também pela descrição feita: “brutalmente espancado e assassinado [...] bateram a cabeça dele no chão”. Temos um discurso de denúncia e responsabilização aos seguranças, a quem é atribuída a responsabilização pelo assassinato.

Apesar do texto inicial ser claro quanto ao posicionamento, o enunciado produzido na imagem 08 contraria radicalmente o primeiro enunciado. Temos mais um discurso que nega a existência do racismo e, aparentemente preocupado com ‘outras questões mais sérias’, seu autor promove a invisibilização do sujeito negro, ignora a história de escravidão que normalizou a violência contra pessoas negras e resume a questão racial a “cor de pele”. Tais enunciados reforçam a permanência do preconceito racial em nossa sociedade.

O enunciado que se lê na Imagem 09 traz um apelo à memória discursiva relativa aos fatos que envolvem a rede de supermercados onde João Alberto foi morto. O enunciado chama a atenção para a culpabilidade da empresa e deixa subentendido que esta empresa adota este modelo de gerência por não sofrer responsabilização penal por seus atos. O enunciador denuncia a impunidade que ocorre no Brasil, que protege empresários e mata sujeitos como João Alberto.

No último enunciado, temos um discurso de denúncia e culpabilização civil: o autor denuncia e responsabiliza as pessoas que assistem à cena passivamente, que filma a morte de um cidadão sem fazerem nada para impedir a ação dos algozes. A violência é filmada, mas não se tenta impedir sua consumação. Assim, seríamos todos culpados pela morte de João Alberto, nós que aceitamos passivamente que situações como essas se tornem normalizadas na sociedade. A sociedade é culpada quando a indignação não se transforma em ação de denunciar, de desobedecer a um poder que nos quer passivos e dóceis, ao invés de sermos insurgentes éticos aos nossos princípios.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Campanha “Vidas Negras Importam” tornou-se um marco na luta contra o racismo. No Brasil, os sujeitos demonstram uma inquietação revolucionária em seus discursos contra o racismo e em luta por igualdade. A ação de um/uns mobiliza a insurreição de muitos.

Assim, a morte de um homem negro desencadeou os discursos antirracistas em vias públicas e em contextos digitais. Nestes discursos, observa-se relações de poder, verdade e subjetividades que se revelam em formas de resistência em desobediência a um poder normalizador/necropolítico para a obediência ética do sujeito em luta pelo direito à vida.

Entretanto, ainda há nos enunciados discursos que promovem o racismo, como os discursos normatizados negacionistas que contribuem para que práticas raciais continuem tirando a vida de muitos homens e mulheres negras.

Portanto, reiteramos a necessidade de se abordar esse tema por ser de grande relevância social, as questões raciais devem continuar sendo pauta de discursões e análises acadêmicas. Para que, se é certo que não podemos mudar o passado de sofrimento a que submetemos as pessoas negras, possamos construir no presente as reflexões necessárias às ações que levarão à desobediência e insurreições contra as ameaças à vida dos sujeitos negros.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, G. **Homem Sacer**: o poder soberano e a vida nua I. Tradução de Henrique Burigo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

AGAMBEN, G. **Estado de exceção**. Tradução de Iraci D. Poleti. 2 ed. São Paulo: Boitempo. 2004.

BUTLER, J. **Quadros de guerra**: quando a vida é possível de luto. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

FOUCAULT, M. Genealogia e poder. Curso do Collège de France, 7 de janeiro de 1976. In: FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2011, p. 167-177.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

GROS, F. **Desobedecer**. Tradução de Célia Euvaldo. São Paulo: Ubu Editora, 2018. (Coleção Exit).

MBEMBE, A. **Necropolítica**. São Paulo, SP: n-1 Edições, 2018.

SOUZA, D. R. M. Estado de Exceção: Giorgio Agamben: entre Walter Benjamin e Carl Schmitt. *In: Princípios: Revista de Filosofia*, Natal, v. 25, n. 47, p. 35-58, maio-ago. 2018.

MATERNIDADE E MÍDIA: UMA ANÁLISE DOS EFEITOS DE SENTIDO NA CONSTITUIÇÃO DISCURSIVA DA MATERNIDADE NO *INSTAGRAM*

Kelly Mileny da Silva
José Gevílido Viana

1 INTRODUÇÃO

A sociedade vive em constante transformação, consequentemente, os sujeitos que nela estão inseridos também modificam-se. Isto é, os papéis atribuídos aos sujeitos passam por mudanças a depender da estruturação das funções sociais. Mediante isso, o papel da figura feminina ficou restrito discursivamente à função de maternar, contudo, no decorrer das mudanças sociais, a mulher conquistou outras funções no espaço público, assim, remodela-se a concepção da maternidade como tarefa prioritária feminina emergindo discursos outros.

Partindo disso, é possível observar que os diversos discursos sobre o papel do sujeito mulher na maternidade possibilitam a coexistência de variados efeitos de sentido, visto que, em uma sociedade plural, os sujeitos são heterogêneos. Logo, a vivência da maternagem molda-se e sofre influências a depender do lugar em que estão inseridos.

Considerando essa discussão, este trabalho traz como temática central a construção discursiva sobre a maternidade no *Instagram*. A pesquisa sobre essa temática justifica-se pela percepção da história do presente, analisando os discursos em circulação sobre a experiência materna. Observa-se que tanto as mulheres do convívio social quanto as que compartilham suas vidas nas redes sociais apresentam significados diferentes sobre ser mãe.

O trabalho possui o objetivo geral de analisar, por meio dos enunciados presentes no *Instagram*, os efeitos de sentido e como eles constroem discursivamente a maternidade na atualidade. Para isso, tem-se como objetivos específicos, inicialmente, identificar as formações discursivas presentes nos discursos que circulam sobre a maternidade no *Instagram*; em seguida, examinar como o interdiscurso e a memória discursiva, presentes nas publicações, contribuem para a construção dos efeitos de sentido sobre a maternidade; e, por fim, interpretar, por meio dos discursos presentes na mídia do *Instagram*, os modos diferentes de se conceber a maternidade e como a mulher ali se constitui como sujeito materno ou não.

Mediante os objetivos, esta pesquisa situa-se em um campo de discussão que relaciona discurso, sujeito e mídia. Assim, está inserida na área da Análise do

Discurso de linha francesa. Para fundamentar as discussões teóricas dessa área, serão mobilizados os teóricos: Foucault (2008), Pêcheux (1983), Fernandes (2007), Gregolin (2004), Maldidier (2003) e Orlandi (2007). Ademais, para a discussão sobre a temática da maternidade serão retomadas as ideias de Badinter (1985), Fidalgo (2000) e Vieira (2020). E, por fim, para fundamentar a explanação sobre a mídia e sua relação com o discurso, serão consideradas as discussões das autoras: Conti (2017) e Gregolin (2007).

Ademais, esta pesquisa utiliza-se de abordagem qualitativa, com caráter exploratório, descritivo e interpretativo. Também faz usos de procedimentos de pesquisa bibliográfica e documental. O *corpus* da pesquisa é composto de três postagens sobre a maternidade, retiradas da rede social *Instagram*, sendo elas divididas nos eixos temáticos de religiosidade, feminismo e ciência.

2 DA LÍNGUA(GEM) AO DISCURSO: DELINEANDO O PERCURSO HISTÓRICO DA ANÁLISE DO DISCURSO

A Análise do Discurso (doravante AD) é um campo que se consolidou em 1969, na França, com Michel Pêcheux, através do livro *Análise Automática do Discurso*. Pêcheux propôs que o discurso deve ser entendido como um fenômeno histórico-social, exterior à linguagem. O surgimento da AD acontece mediante a um contexto marcado por ser “uma época de **releituras** de Saussure, Freud e Marx. Pêcheux refere-se a eles como a ‘Tríplice Aliança’ que estará na base do desenvolvimento da análise do discurso” (Gregolin, 2004, p. 33, grifos da autora). Desse modo, a AD se constitui como um campo interdisciplinar, reformulando conceitos como língua, sujeito e materialismo histórico para compreender o discurso, resultando em constantes mudanças internas divididas em três fases: AD1, AD2 e AD3.

A primeira fase, denominada AD1, rompe com o estruturalismo saussuriano ao incluir o sujeito nos processos enunciativos. Isto é, o sujeito é tomado como a fonte do discurso, que por sua vez, era considerado como “resultante de condições de produção estáveis e homogêneas, sendo também homogêneo, ou seja, uma maquinaria discursiva fechada em si” (Fernandes, 2007, p. 87), assim, figurando a noção de maquinaria discursiva. Na AD2, Pêcheux (1983) propõe um deslocamento teórico ao considerar o discurso não como uma maquinaria fechada, mas como resultado das relações entre máquinas discursivas. Ele reconhece que essas relações sofrem influências externas, gerando desigualdades de força. Dessa perspectiva, surge a noção de Formação Discursiva (FD). Já a AD3, chamada de “desconstrução dirigida” por Maldidier (2003), marca a fase em que Pêcheux (1983) propõe interrogar, negar e desconstruir as noções da Análise do Discurso. O principal impacto é a desconstrução da ideia de maquinaria discursiva fechada, acompanhada do abandono definitivo da noção de homogeneidade nas condições de produção do

discurso, conforme Fernandes (2007). Essa fase representa um claro deslocamento em relação às anteriores.

2.1 Apresentando categorias importantes da Análise do Discurso

A AD3 provocou intensas reformulações no campo teórico-metodológico da Análise do Discurso, dessa forma, possibilitando redefinições de suas categorias, como também a incorporação de outras categorias, a partir da aproximação de Pêcheux com demais estudiosos, a exemplo de Foucault. Dentre as principais categorias encontra-se o discurso, tomado como objeto de estudo da AD, que se refere à prática de linguagem que possibilita a identificação de aspectos sociais, históricos e ideológicos que estão contidos nas palavras a depender da situação de produção. Fernandes (2007, p. 18) diz que “o discurso implica uma exterioridade à língua, encontra-se no social e envolve questões de natureza não estritamente lingüística.” Sendo assim, o discurso materializa-se na linguagem, permitindo identificar os lugares sociais e ideológicos dos sujeitos.

Consoante a isso, Orlandi (2007a, p. 31) pontua que “não há discurso sem sujeito nem sujeito sem ideologia”, destacando que o discurso se materializa pelo sujeito, enquanto a ideologia se concretiza pelo discurso. Na AD, o sujeito é uma categoria central, mas não é visto como um indivíduo empírico, e sim como sujeito discursivo, constituído no e pelo discurso, com existência social e inserção em um espaço social e ideológico.

Os deslocamentos na AD trouxeram não apenas reformulações teóricas, mas também a incorporação de novos conceitos, como a noção de enunciado, influenciada por Foucault. O teórico enfatiza que o enunciado não está no mesmo nível que frase, proposição e atos de fala, pois estes são considerados como estrutura, enquanto o enunciado é “uma função que cruza um domínio de estruturas e de unidades possíveis e que faz com que apareçam, com conteúdos concretos, no tempo e no espaço” (Foucault, 2008, p. 98), ou seja, o enunciado não é uma unidade estrutural, mas atua como uma função enunciativa, pois sua produção é condicionada por um sujeito situado institucionalmente e regido por regras sócio-históricas.

Ademais, todo enunciado se efetiva apenas dentro de uma formação discursiva, estabelecendo relações com outros enunciados em um campo adjacente. Segundo Foucault (2008), essa categoria não é uma condição de possibilidade, mas uma lei de coexistência, referindo-se a um espaço sócio-histórico que permite a interação de diferentes enunciados para a produção de sentido.

Entretanto, Fernandes (2007) aponta que toda formação discursiva contém diferentes discursos, introduzindo a noção de interdiscurso na AD. Essa categoria representa o entrelaçamento de discursos de diversos espaços sociais e momentos históricos, agrupados em uma FD. Esse cruzamento ocorre devido à memória

discursiva, entendida como uma memória social que situa os discursos historicamente, e não como lembranças individuais do sujeito. A interação entre interdiscurso e memória discursiva permite compreender os efeitos de sentido dos enunciados em uma FD. Essa noção rejeita a ideia de um significado fixo, afirmando que os sentidos são produzidos pelos lugares ocupados pelos sujeitos discursivos e dependem de sua inscrição em um contexto sócio-histórico e de sua interlocução.

3 A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA E SOCIAL DA MATERNIDADE

A historicidade do percurso da figura feminina na sociedade é dotada de momentos caracterizados por uma subordinação e um apagamento nos espaços sociais, resultantes das ideologias patriarcais que impõem normas sobre a vivência das mulheres, negando sua autonomia e visibilidade. Desse modo, o papel da mulher foi moldado para atender aos ideais de cada época, sendo influenciado pelos valores dominantes. Assim, dada a presença de estereótipos e ideologias na representação feminina, é essencial traçar um histórico para compreender como a maternidade foi socialmente constituída, gerando sentidos que persistem até hoje.

Na pré-história, a mulher era valorizada por sua capacidade de gerar vidas, o que lhe conferia um caráter de mistério divino. Além de seu papel como mãe, ela também se destacava “[...] pelo seu saber, o da experiente colectora de alimentos que sabiamente definia os padrões de partilha dos mesmos” (Fidalgo, 2000, p. 116). Desse modo, havia uma relação de igualdade entre homens e mulheres, pois ambos viviam sob as mesmas condições sociais, e a maternidade dava poder à mulher. Entretanto, “a ascensão do patriarcado induziu a queda do estatuto da mãe primitiva” (Fidalgo, 2000, p. 116), ou seja, com o desenvolvimento da civilização humana, à medida que o patriarcalismo avançava dentro do meio social, a mulher perdia o poder que lhe era concebido.

Esse crescente poder patriarcal foi impulsionado no período da antiguidade clássica, pelo desenvolvimento intelectual nas áreas filosófica, econômica e artística, atividades restritas aos homens. As mulheres, consideradas inferiores, eram subordinadas ao pai e ao marido, obedecendo à autoridade masculina. Nesse contexto, a intelectualidade, valorizada na época, era negada às mulheres, que viam seu papel na sociedade restrito ao matrimônio e à maternidade.

O poder patriarcal sobre as mulheres persistiu até a Idade Média, quando começou a declinar devido à influência do cristianismo e da Igreja Católica. Assim, nesse período, surge a imagem materna de Maria, uma “[...] pessoa doce e sensata, de quem se espera comedido e indulgência” (Badinter, 1985, p. 176), isto é, Maria surge como um novo ideal de mulher e mãe, vista como pura, devota e sacrificada por amor ao filho, representando a mãe sofredora. Os discursos religiosos passaram a associar a maternidade à divindade, criando um padrão quase

inalcançável para as mulheres, gerando um sentimento de culpa por não atender a esse modelo, um impacto que persiste até hoje.

Contudo, nos séculos seguintes, a imagem materna como sinônimo divino decaiu. Assim, a pouca relevância atribuída ao papel da mulher desaparece. Destarte, conforme pontua Badinter, “[...] a partir do século XVI e até o século XVIII, a autoridade paterna se recobrará, graças não só à influência do direito romano, como também à do absolutismo político” (Badinter, 1985, p. 31), isto é, o poder dos discursos proferidos pela Igreja enfraquece e, conseqüentemente, os poucos direitos que algumas mulheres possuíam foram desconsiderados. Assim, o papel da maternidade repousava sobre o intuito de produzir herdeiros e continuar a linhagem da família, como também de produzir súditos para o rei.

Entretanto, essa configuração familiar não resultou no efeito esperado, com isso, o Estado passou a difundir uma noção de relação familiar, atribuindo novo valor à maternidade e aos filhos. Diante disso, “o foco da configuração familiar vai passar da autoridade absoluta do pai para o amor materno, pois a ascensão da burguesia relacionada à nova ordem econômica passa a se importar com a sobrevivência das crianças” (Vieira, 2020, p. 25), logo, começa a prevalecer o discurso do amor materno, induzido por questões econômicas. Com isso, disseminam-se discursos em que “a maternidade passa a ser apresentada como a meta de felicidade e realização máxima, o clímax de amor supremo, atributo da natureza feminina” (Fidalgo, 2000, p. 152), portanto passa a constituir-se como condição natural às mulheres. É, a partir disso, que se cria a ideia de instinto maternal como característica natural feminina, com o intuito de convencer as mulheres a aceitarem a maternidade.

Isto posto, percebe-se que a maternidade passou a ter grande relevância na sociedade, mas essa visibilidade trouxe implicações negativas. Segundo Badinter (1985), as mulheres eram moralmente condenadas caso não cumprissem o papel de mãe com primazia, sendo vistas como responsáveis pela desordem familiar. Em resposta a esse cenário, os discursos feministas cresceram, criticando a maternidade como uma opressão que impedia as mulheres de se dedicarem a outras atividades. Esses movimentos ajudaram as mulheres a se conscientizarem das implicações sociais e políticas da maternidade. Portanto, com o avanço do feminismo, muitas mulheres atualmente rejeitam a maternidade como a realização suprema, pois conquistaram outros papéis prestigiados na sociedade.

Partindo dos pressupostos até então citados, percebe-se que a maternidade e a figura feminina são estabelecidas face às épocas em que vivenciam e em acordo com os valores dominantes, em que as convenções entram em confronto, assim não é algo estático, pois está em constante transformação.

3.1 A mídia no discurso e o discurso da mídia

As mídias “como o próprio nome parece indicar, [...] desempenham o papel de mediação entre seus leitores e a realidade” (Gregolin, 2007, p. 16), desse modo, percebe-se que os discursos atingem os sujeitos através dos meios de comunicação, que por sua vez estão inseridos nas mídias. A autora ainda pontua que “estamos, o tempo todo, submetidos aos movimentos de interpretação/reinterpretação das mensagens midiáticas” (Gregolin, 2007, p. 17), ou seja, os discursos veiculados pela mídia sofrem constantes transformações, seja em sua forma ou conteúdo, assim, possibilitando diferentes gestos de interpretação dos fatos expostos. Também, o fato da mídia se situar no meio social, que é composto por uma pluralidade de sujeitos, abre margem a apreensão de diversas interpretações. Desse modo, a mídia é entendida como um lugar de produção e reprodução de sentidos que veiculam na esfera social através dos discursos, constituindo os sujeitos e afetando-os.

A respeito disso, Conti (2017) diz que a mídia funciona como um vínculo institucional que permite a construção de diferentes discursos, tanto para a constituição quanto para o silenciamento de ideias. Assim, a mídia tem o poder não apenas de reproduzir a realidade, mas também de mascarar-la ou criar uma falsa realidade.

Em consonância a isso, Gregolin (2007) ressalta que o trabalho discursivo da mídia expõe modelos que geram identificação, sendo socialmente úteis por estabelecerem paradigmas e estereótipos que inserem os indivíduos na “comunidade imaginada”. A mídia tem a função de reproduzir imagens culturais, generalizando-as para promover a integração social. Esses modelos são difundidos como ideais, visando sua reprodução pelos sujeitos. Assim, os discursos midiáticos são produzidos com propósitos específicos, buscando gerar sentidos, que podem ser aceitos, recusados ou reinterpretados conforme o contexto histórico.

4 ANÁLISE DOS EFEITOS DE SENTIDO NA CONSTITUIÇÃO DISCURSIVA DA MATERNIDADE NO *INSTAGRAM*

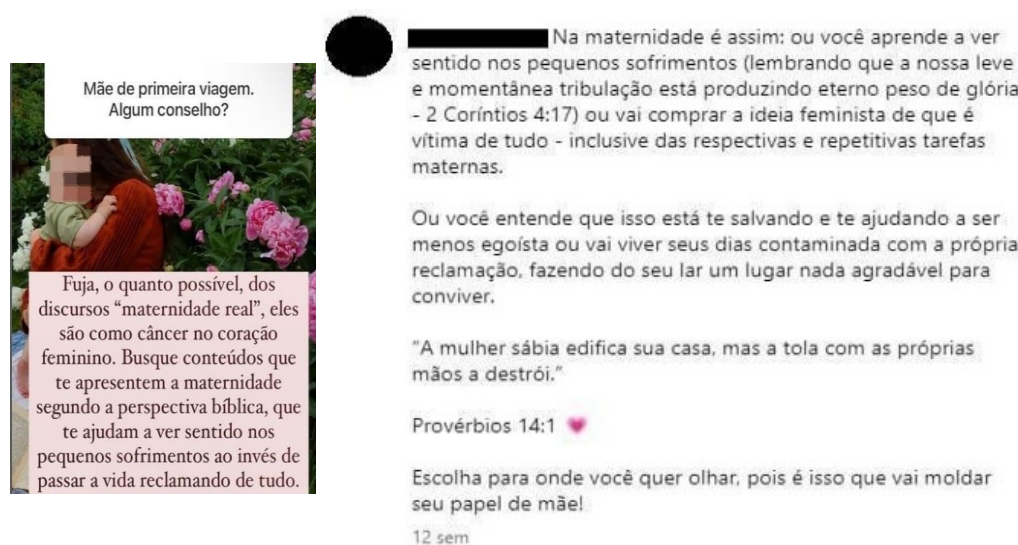
4.1 A maternidade na religião

A partir do que foi exposto, vê-se que, na sociedade, há existência de discursos provenientes de diversos lugares sócio-ideológicos. Dentre esses discursos têm-se os pertencentes à FD religiosa, assim, os discursos sobre a maternidade são produzidos mediante uma perspectiva sagrada, embasados nos postulados bíblicos. Com isso, a maternidade é discursivizada a partir dos modelos de mães da Bíblia.

Mediante o cenário atual da sociedade, em que as mídias digitais atuam como um dos meios de mediar a interação entre os sujeitos e a realidade (Gregolin, 2007),

os discursos veiculados por elas passam a circular rapidamente nas mais diversas esferas sociais, atravessando os sujeitos, que, por sua vez, produzem e apreendem diferentes efeitos de sentido sobre suas realidades. Tendo isso em vista, no *Instagram* essas realidades são discursivizadas pelos sujeitos inseridos em FD religiosa, (re)produzindo discursos, conforme pode ser observado na figura seguinte, extraída de uma página que retrata experiências maternas, associando-as à religião:

Figura 1: A maternidade como salvação



Fonte: *Instagram*, setembro de 2023

Nesta figura 1, pertencente a uma FD religiosa, traz em seus enunciados uma compreensão acerca das adversidades na maternagem. A partir da materialidade do enunciado "[...] ver sentido nos pequenos sofrimentos [...]", mediante a perspectiva bíblica, faz compreender que o sofrimento materno não é decorrente do distanciamento com o Senhor, mas sim que esses momentos de tribulação permitem a glória e a salvação da mãe. Assim, pode-se perceber que a partir da memória discursiva, há um resgate dos discursos religiosos medievais sobre a figura materna, a exemplo da Virgem Maria, como a mãe que sofre e se sacrifica por amor ao seu filho, como sinal de devoção a Deus.

Além desse resgate, há também a presença de discursos bíblicos que intensificam a visão de salvação pelo sacrifício, entrando em confronto com outros discursos, a exemplo dos feministas, ao destacar que ao promoverem uma "maternidade real" estão fazendo papel de vítimas e reclamando do papel materno.

Isto posto, compreende-se que a figura 1 produz efeitos de sentido de uma maternidade romantizada e o papel materno é estabelecido mediante a ideia de que quanto maior o sacrifício a que se submete pelos filhos, maior seu amor por eles, e maior esperança de salvação. Tais efeitos de sentido foram construídos mediante a

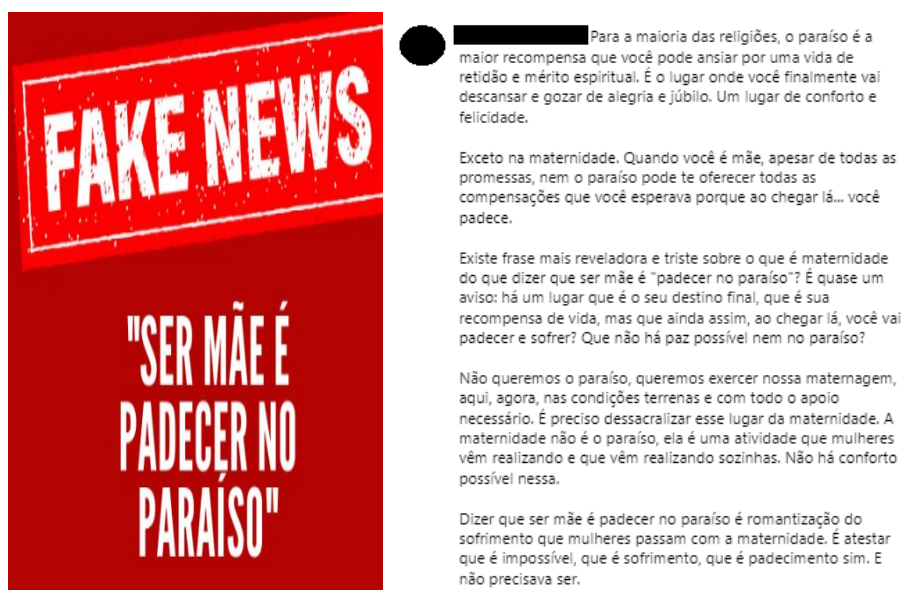
presença de interdiscursos, visto que o discurso religioso aparece em confronto com o discurso feminista, e pelo resgate da história, por meio da memória discursiva, ao trazer uma idealização do sujeito mãe, assemelhando-a à imagem da mãe de Jesus.

4.2 A maternidade no feminismo

O avanço dos estudos feministas na sociedade propiciou o surgimento de uma consciência crítica nas mulheres acerca das condições em que vivem e seus respectivos papéis dentro do corpo social. Com isso, a luta feminina pela garantia de seus direitos e pelo reconhecimento de suas funções cresce demasiadamente rápido, a exemplo da discussão sobre a maternidade.

Desse modo, se em uma FD religiosa o papel materno pode ser apreendido como algo divino e muitas vezes romantizado, em outras FDs esse papel pode apresentar novas percepções, como observa-se na figura seguinte, postagem retirada de uma página de militância feminina, principalmente sobre questões maternas:

Figura 2: O padecimento na maternidade



Fonte: Instagram, julho de 2023.

A figura 2, situada na FD do feminismo, traz em seus enunciados um novo olhar para a maternidade, pois verifica-se nos enunciados “*fake news*” e “ser mãe é padecer no paraíso” uma desmistificação do discurso religioso que se generalizou, ocasionando uma aceitação do sofrimento materno pelos sujeitos mães, visto que esse enunciado de padecer no paraíso emerge de FDs religiosas, em que a maternidade é assimilada ao paraíso, pois é considerada como um ápice de realização a ser alcançada (Fidalgo, 2000).

Assim, esse discurso já dito é retomado na FD feminista para constestar a significação da maternidade enquanto paraíso e da irrelevância do sofrimento. Desse modo, tal discurso adquire sentido outro, diferente do propagado pela FD religiosa. Além disso, a presença desse interdiscurso religioso é confrontado fortemente na legenda, pelos enunciados: “é preciso dessacralizar esse lugar da maternidade. A maternidade não é um paraíso [...]”, e “dizer que ser mãe é padecer no paraíso é romantização do sofrimento que mulheres passam com a maternidade”, isto é, vê-se que o discurso feminista busca romper com a visão romantizada da maternidade, mais especificamente do sofrimento materno, resultado da propagação de ideologias cristãs.

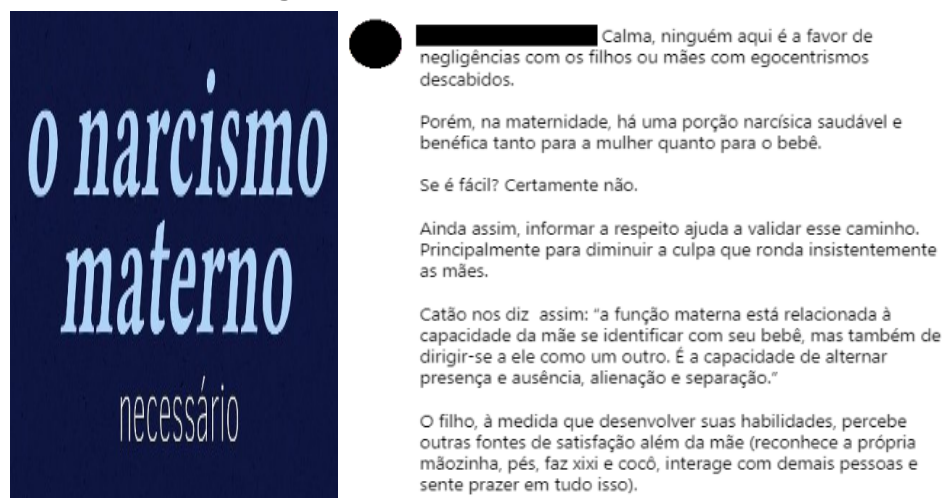
Diante disso, pode-se perceber que o interdiscurso presente na figura 2 contribui na construção de efeitos de sentido opostos aos discursos de FD religiosa, logo, a romantização do sofrimento da maternidade dá espaço para a explanação desse sofrimento, a fim de evidenciar que essa situação não deve ser tratada como algo natural.

4.3 A maternidade na ciência

Na antiguidade, o conhecimento da ciência médica não era de fácil acesso por toda a sociedade, quem detinha dessa possibilidade eram os homens, principalmente os de classe mais elevada, assim, os discursos medicinais que circulavam no meio social eram os que, de certo modo, favoreciam as ideologias patriarcais. Todavia, o crescente desenvolvimento tecnológico propiciou a reformulação de diversos estudos na medicina, sendo assim, os discursos médicos (sobretudo sobre questões femininas), que antes beneficiavam o sistema patriarcal, ganharam outros sentidos.

Partindo disso, os discursos médicos relacionados à maternidade surgem de modo a desconstruir alguns estigmas que ainda são perpetuados pela sociedade. Um dos principais estigmas está relacionado a uma entrega total na maternidade. Mediante isso, esses discursos propõem a compreensão que, ao cuidarem de si, os sujeitos mães estarão contribuindo para o bom desenvolvimento de seus filhos como exemplo da próxima figura:

Figura 3: O narcisismo na maternidade



Fonte: Instagram, Maio de 2022.

A figura 3, pertencente à FD científica, traz um discurso médico sobre a importância do narcisismo na maternidade, contudo, esclarecendo que não se trata de compactuar com o egocentrismo materno exacerbado ou negligência com os filhos. No enunciado da postagem “o narcisismo materno necessário” é possível identificar um interdiscurso com a mitologia grega, a partir do mito de Narciso, em que este, por ser muito belo, era considerado um símbolo de vaidade, assim representado como sinônimo de individualismo e egoísmo por preocupar-se e valorizar somente a própria imagem.

A partir do enunciado da legenda “[...] na maternidade, há uma porção narcísica saudável e benéfica tanto para a mulher quanto para o bebê.”, percebe-se que é necessário que as mães sejam narcisistas na medida certa, até para o bom desenvolvimento da criança. Essa postagem permite resgatar, mediante a memória discursiva, discursos que culpabilizam os sujeitos mães por não dedicarem-se exclusivamente aos seus filhos e tomarem tempo para realizar atividades que lhes rendem prazer além da maternagem.

Além disso, traz um discurso de Catão que diz que a mãe identifica-se com o bebê mas também deve tratá-lo como outro, isto é, a medida que a criança vai se desenvolvendo, vai descobrindo prazeres que não são provenientes da mãe, do mesmo modo, a mãe também deve encontrar outras fontes de satisfação além do cuidado com os filhos. Portanto, como efeitos de sentido pode-se apreender que esse discurso médico sobre a necessidade do narcisismo materno busca desmistificar a visão preconceituosa de que as mães devem dedicar-se exclusivamente aos filhos, a fim de romper com o modelo de maternidade idealizada que culpabiliza as mães que não atingem os ideais impostos.

5 CONCLUSÃO

As discussões realizadas propiciaram a compreensão sobre a temática desta pesquisa, e forneceram o embasamento necessário para alcançar os objetivos propostos. Diante disso, sobretudo na análise do *corpus*, verificou-se que a multiplicidade de efeitos de sentido sobre a maternidade decorre dos diferentes lugares sócio-ideológicos em que os sujeitos estão inseridos, assim, em cada FD há uma compreensão sobre o papel da maternidade, além disso, esses efeitos de sentido também são construídos a partir do resgate, através da memória discursiva, de discursos anteriores e exteriores a uma dada FD.

Isto posto, pode-se compreender a importância de problematizar questões que, aparentemente, não estão em lugar de destaque na sociedade, visto que a maternidade ainda é carregada de estigmas que a colocam em situação de esquecimento pelo corpo social, em que as vivências dos sujeitos mães são invisibilizados. Com isso, reitera-se a necessidade de compreender a maternidade em sua complexidade, e entendê-la não como modelo estático, mas pensada a partir das experiências dos sujeitos que a constituem.

REFERÊNCIAS

BADINTER, E. **Um Amor conquistado: o mito do amor materno**. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

CONTI, R. R. A construção de sentidos e imagens na sociedade e na mídia. *In*: CONTI, R. R. **Formulação e circulação da imagem feminina no discurso midiático: efeitos de sentidos nas práticas discursivas publicitárias**. 2017. Dissertação (Mestrado em Programa de Pós-Graduação em Linguística). Universidade Federal de São Carlos, São Paulo, 2017. p. 42-58.

FIDALGO, L. A. **(Re)Construir a Maternidade numa Perspectiva Discursiva**. 2000. Dissertação (Doutorado). Instituto de Ciências Biomédicas de Abel Salazar - Universidade de Porto, 2000.

FERNANDES, C. A. **Análise do discurso: reflexões introdutórias**. 2 ed. São Carlos: Claraluz, 2007, 128 p.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. 7 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

GREGOLIN, M. R. **Foucault e Pêcheux na construção da análise do discurso: diálogos e duelos**. São Carlos: ClaraLuz, 2004.

GREGOLIN, M. R. Análise do discurso e mídia: a (re)produção de identidades. **Comunicação, Mídia e Consumo**. v. 4, n. 11. São Paulo, 2007.

MALDIDIER, D. **A inquietação do discurso** - (Re)ler Michel Pêcheux Hoje. Tradução Eni P. Orlandi. Campinas: Pontes, 2003.

ORLANDI, E. P. **Interpretação**: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. 5 ed. Campinas, SP: Pontes, 2007.

PÊCHEUX, M. A análise do discurso: três épocas. 1983. *In*: GADET, F.; HAK, T (org.). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 3 ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997. p. 311-319.

VIEIRA, D. R. S. Maternidade. *In*: VIEIRA, D. R. S. **Discursos sobre maternidade em postagens do facebook**. 2020. Dissertação (Mestrado em Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística). Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2020. p. 20-36.

MEMÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO DE PESSOAS SURDAS: UM OLHAR HISTÓRICO

Mauro Silvano Medeiros Pereira

1 INTRODUÇÃO OU CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Nesta pesquisa, analisaremos momentos significativos na vida de surdos e de figuras relevantes para a luta da comunidade surda, abordando os âmbitos educacionais, sociais, políticos e culturais. Nosso objetivo é recuperar vestígios e marcas deixadas pelos homens do passado, considerando a história, memória e aspectos educacionais do povo surdo até os anos 2000. Utilizaremos linhas do tempo para apresentar a sequência de eventos históricos relacionados aos surdos e suas interações. Com base nos escritos de Strobel (2009), que é professora, pesquisadora e uma das pioneiras na documentação sobre a população surda no Brasil e no exterior, descreveremos eventos marcantes na vida dos surdos.

Enquanto aspecto metodológico, optamos pela abordagem qualitativa (Flick, 2009; Marconi e Lakatos, 2011), bem como optamos pela pesquisa bibliográfica (Gil, 2002). A seguir, a seção que percorrerá a memória, a sociedade e a educação de pessoas surdas.

2 MEMÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO DE PESSOAS SURDAS ATRAVÉS DOS REGISTROS, POLÍTICAS E ENSINO

Em diferentes espaços do mundo, é possível reunir pessoas surdas e ouvintes que compartilham experiências, costumes e histórias, contudo de acordo com Sá (1999) a história dos surdos começa de forma "muda, apagada e triste". Esse início reflete a experiência de ser considerado "estranho" ou "diferente", e ressalta a dificuldade que a sociedade tem em aceitar aquilo que foge da norma ou do ideal de perfeição. Termos como "deficiente", "trabalhoso" e "imperfeito" indicam que essas pessoas são frequentemente vistas por suas limitações ou desafios, em vez de por suas habilidades e contribuições. O trecho parece sublinhar o preconceito e a exclusão social enfrentados por esses grupos, e sugere a necessidade de superar essas barreiras para promover uma sociedade mais inclusiva e equitativa.

Perante o exposto por Sá (1999), exploraremos as referências autorais da comunidade surda, e logo, já relatamos que a história dos surdos não é marcada apenas de conquistas e fenômenos celebrativos, mas é caracterizada por momentos de profunda tristeza, como aponta a autora. É percebido a necessidade de compreender e saber o estudo do passado para que assim possamos compreender o presente.

Nesta seção, exploraremos os episódios da vida de surdos e/ou sujeitos significantes para a luta da comunidade, apoiando-nos nos acontecimentos educacionais, sociais, políticos e culturais, a fim de recuperarmos os vestígios e as marcas dos homens do passado. Portanto, iremos apresentar através de linhas do tempo as sucessões de fatos dos povos surdos, além de suas interações.

A seguir, apresentaremos uma ordem cronológica para descrever as ordens de fatos, de acordo com os escritos de Strobel¹ (2009), professora, pesquisadora e pioneira em publicações de relatos do povo surdo do mundo e do Brasil, que busca descrever e detalhar a passagem que marcou e ainda marcam a vida do povo surdo.

Inicialmente, na Idade Antiga, é possível constatar que os surdos não eram sujeitos dignos de respeito. É evidente também na Idade Antiga escrita há 476 d.C., relatos de pessoas surdas na sociedade da Roma Antiga, Grécia, Egito e Pérsia. De acordo com Strobel (2009), é possível identificar no quadro 01 que:

Quadro 01: História dos surdos na Idade Antiga.

<p>Idade Antiga Escrita há 476 d.C.</p>	<p>Na Roma antiga as pessoas surdas não eram perdoadas, pois compreendiam que o sujeito surdo era castigado ou enfeitado, portanto, para ausentar esses sujeitos da sociedade, o método social era a eliminação física, provocando o abandono, a morte e/ou jogando-os no rio Tiger. A história ainda apresenta que só se salvava aqueles que conseguiam sobreviver às provocações ou aqueles em que os pais escondiam, classificando uma possibilidade muito baixa. Um outro fator da época é que os surdos sobreviventes eram mantidos como escravos em um moinho de trigo empurrando a manivela por toda a vida.</p> <p>Na Grécia, os surdos causavam incômodo à sociedade, sendo rotulados como inválidos, por essa razão eram condenados à morte, sendo lançados abaixo de um topo de rochedos de <i>Taygète</i>, nos espaços aquáticos de <i>Barathère</i>. Assim, aqueles que sobreviviam eram condenados à escravidão miseravelmente e/ou até mesmo abandonados em espaços sem população humana.</p> <p>No Egito e na Pérsia, os surdos eram vistos diferentemente da Roma Antiga e da Grécia, eram compreendidos como sujeitos privilegiados, ressignificados como enviados por deuses, pois acreditavam que os surdos se comunicavam através de segredos com os deuses. Havia reverência, sentimentos humanitários e respeito, levando com que os demais seres humanos os protegessem e levassem adoração aos surdos. Contudo, esses sujeitos surdos não tinham uma vida com tarefas, tornando-os inativos no Egito e na Pérsia.</p>
--	--

Fonte: Elaboração própria (2024), baseado em Strobel (2009)

Outrossim, Nascimento (2006, p. 257) relata sobre “[...] as conhecidas atrocidades realizadas contra os surdos pelos espartanos, que condenavam a criança a sofrer a mesma morte reservada ao retardado ou ao deformado”, assim, eram lançados do alto dos rochedos. A autora ainda acrescenta em seus estudos que as crianças infortunadas eram asfixiadas, tinham as suas gargantas cortadas ou eram lançadas em precipícios próximos de regiões aquáticas, pois compreendiam

¹ Professora, pesquisadora, ex-diretora da FENEIS, diretora de Políticas de Educação Bilíngue de Surdos.

que estes sujeitos não poderiam contribuir para a nação, então era considerado traição poupar essas vidas em atos mencionados.

Desse modo, diante da presença do surdo na sociedade, como ponto de vista positivo e até mesmo negativo, os filósofos iniciaram seus apontamentos científicos sobre os sujeitos com a audição comprometida. Nos anos 470 a.C. as discussões começaram a ser apontadas através de filósofos, Strobel (2009) expõe que,

O filósofo heródoto classificava os surdos como “seres castigados pelos deuses”. O filósofo grego Sócrates perguntou ao seu discípulo Hermógenes: “Suponha que nós não tenhamos voz ou língua, e queiramos indicar objetos um ao outro. Não deveríamos nós, como os surdos-mudos, fazer sinais com as mãos, a cabeça e o resto do corpo?” Hermógenes respondeu: “Como poderia ser de outra maneira, Sócrates?” (Cratylus de Plato, discípulo e cronista, 368 a.C.) (Strobel, 2009, p. 18).

Ainda sobre a filosofia compreendida pelo sujeito surdo, Strobel (2009), apresenta uma concepção exibida pelo filósofo Aristóteles, a qual cita que,

O filósofo Aristóteles (384 – 322 a.C.) acreditava que quando não se falavam, conseqüentemente não possuíam linguagem e tampouco pensamento, dizia que: “... de todas as sensações, é a audição que contribuiu mais para a inteligência e o conhecimento ..., portanto, os nascidos surdo-mudo se tornam insensatos e naturalmente incapazes de razão”, ele achava absurdo a intenção de ensinar o surdo a falar (Strobel, 2009, p. 18-19).

Este pensamento fazia com que pensássemos nos surdos como pessoas incapazes e com a inteligência limitada à audição, ou seja, se não ouvissem, não possuíam a capacidade de pensar, nem de aprender e muito menos de ensinar. Ainda acerca da história do povo surdo, contudo na Idade Média (476-1453), segundo Strobel (2009) é possível compreendermos no quadro 02 que:

Quadro 02: História dos surdos na Idade Média (476-1453).

Idade Média 476-1453	<p>Os surdos não eram tratados de forma digna, muitas vezes, eram colocados em caldeiras de fogo ou em imensas fogueiras. A sociedade visualizava os sujeitos surdos com estranheza e desdém, além de serem objetos de curiosidade para todo o meio social.</p> <p>No Catolicismo, os surdos eram proibidos de receber a comunhão, símbolo da religião com pão e vinho, pois eram incapazes de confessar ou proferir os seus pecados. Na época, havia a presença de decretos que proibiam duas pessoas surdas de se casarem, com exceção e permissão concedida através do favor do Papa.</p> <p>Sobre os surdos receberem heranças, direito ao voto e outros direitos que os classificassem como cidadãos, também existiam proibições.</p> <p>No ano de 530, houve a criação de uma forma de sinais que empregavam para se comunicar entre os monges beneditinos, na Itália.</p>
---------------------------------	--

Fonte: Elaboração própria (2024), baseado em Strobel (2009)

Já na Idade Moderna, houve os primeiros sujeitos que reconheciam os sujeitos surdos, entre eles, Girolamo Cardano (1501-1576), Pedro Ponce de Leon (1510-1584), Juan Pablo Bonet (1579-1623), Johan Conrad Ammon (1669-1724), Johan Conrad Ammon (1669-1724) e entre outros que apresentaram um método para inserir ou tornar o surdo aceito na sociedade.

Quadro 03: História dos surdos na Idade Moderna (1453-1789).

<p>Idade Moderna 1453-1789</p>	<p>Em 1500, o médico e filósofo, Girolamo Cardano (1501-1576) reconhecia a habilidade do surdo, ele afirmava o seguinte: “... a surdez e mudez não é o impedimento para desenvolver a aprendizagem e o meio melhor dos surdos de aprender é através da escrita, e que era um crime não instruir um surdo-mudo.” Ele corroborou como pioneiro na utilização da Língua de Sinais e da escrita com os surdos.</p> <p>Em seguida, na Espanha, o monge beneditino Pedro Ponce de Leon (1510-1584) validou a primeira escola para surdos no monastério de <i>Valladolid</i>. A princípio, ele estabeleceu o ensino do Latim, Italiano e Grego, além dos conceitos formulados para o ensino da Física e da Astronomia aos seus irmãos surdos. Membros de uma família reconhecida e aristocrata espanhol, tinha como método a dactilologia, hoje, no Brasil, conhecida como datilologia ou alfabeto manual, assim como os métodos de escrita e oralização do sujeito surdo. Logo depois, Pedro Ponce de Leon criou uma escola para professores surdos, aplicando os seus métodos. Um fator importante é que o seu método entrou no esquecimento, pois em vida não efetivou nenhuma publicação de seus estudos e da sua metodologia, visto que havia o hábito e, até mesmo, a tradição de guardar segredos para com o ensino e os métodos da educação de surdos.</p> <p>Na época, entre os anos 1453 a 1789, apenas os surdos que eram oralizados, isto é, os que conseguiam verbalizar o som das palavras, tinham o direito à herança familiar.</p> <p>Logo depois, na Espanha, Juan Pablo Bonet (1579-1623) iniciou a educação voltada para um membro da família Velasco, o Dom Luís, utilizando o método de sinais, assim como o treinamento da fala. Recorrendo ao método oral e ao uso do recurso de dactilologia, Juan obteve êxito e sucesso em sua intervenção, e logo recebeu reconhecimento, foi nomeado pelo Rei Henrique IV com a menção de “Marquês de Frenzo”. Em seguida, publicou sua primeira obra apresentando e explorando o seu método oral.</p> <p>No ano de 1644, John Bulwer (1614-1684) publica a obra “<i>Chirologia e Natural Language of the Hand</i>”, recomendando o uso do alfabeto manual, bem como a Língua de Sinais e a leitura labial. Um fato interessante é que John Bulwer defendia que a Língua de Sinais era universal, pois pensava que esta era constituída por signos icônicos.</p> <p>Em registros de 1741, Jacob Rodrigues Pereira (1715-1780), constitui-se como o primeiro professor de surdos na França, utilizando o método de oralização, fundamentado como instrumento de educação de sua irmã surda.</p> <p>No ano de 1755, Samuel Heinicke (1729-1790) nomeado como o “Pai do Método Alemão” – Oralismo Puro, fundou a primeira escola de Oralismo Puro para surdos no ano de 1778 em Leipzig, com o histórico de 09 alunos surdos matriculados.</p>
---	--

Fonte: Elaboração própria (2024), baseado em Strobel (2009)

Diante de tantos ocorridos envolvendo o povo surdo, a história da educação de surdos é marcada por um sujeito muito relevante, em que Strobel (2009) relata que L'Epée, ao conhecer irmãs surdas em Paris, começou a aprender a se comunicar

com surdos e realizou os primeiros estudos sobre a língua de sinais. Ele tentou educar surdos em sua casa, utilizando uma combinação de sinais e gramática francesa, chamada “Sinais metódicos”. Apesar de críticas dos educadores oralistas, como Samuel Heinicke, seu trabalho dependia do apoio financeiro das famílias dos surdos e de doações da sociedade (p. 22).

Assim, após essas experiências, o Abade, Charles Michel de L’Epée fundou a **primeira escola pública para os surdos**², assim como contribuiu para o processo formativo de inúmeros professores para surdos. É percebido que além de contribuir para as práticas escolares dos sujeitos surdos, Michel de L’Epée difundiu os seus conhecimentos e métodos através da obra “A verdadeira maneira de instruir os surdos-mudos”. Doravante aos anos 1789 a 2000, as contribuições postuladas pelo Abade popularizaram-se em vários territórios, em 1789, o ano de sua morte, “ele já tinha fundado 21 escolas para surdos na França e na Europa” (Strobel, 2009, p. 22). Portanto, já na Idade “Contemporânea” citado por Strobel (2009) entre meados de 1789 aos anos 2000, são percebidos alguns avanços, ainda em passos curtos, os quais podemos citar o quadro 04, para demonstrar e esclarecer os acontecimentos.

Quadro 04: História dos surdos na Idade Contemporânea (1789-1875).

<p>Idade “Contemporânea” 1789-1875</p>	<p>Na Idade Contemporânea, nos anos de 1846, Alexander Melville Bell, cientista, fonoaudiólogo, defensor do Oralismo Puro, assim como professor de surdos, pai do inventor do telefone, Alexander Graham Bell, elaborou o “Fala visível” ou “Linguagem visível”, código de símbolos, que reunia no sistema metódico os desenhos dos lábios, dos dentes e do palato, para que os surdos ensinados repetissem os movimentos, assim como os sons indicados pelo professor.</p> <p>Contudo, em 1855 o professor surdo, Eduardo Huet, que possuía experiência de cursos em Paris, com a sua vinda ao Brasil e apraz do imperador D. Pedro II, intenciona a abertura de uma escola que atendesse às especificidades das pessoas surdas.</p> <p>No ano de 1857, no Rio de Janeiro, foi fundada a primeira escola para surdos no Brasil, intitulada de “Imperial Instituto dos Surdos-Mudos”, hoje, “Instituto Nacional de Educação de Surdos” – INES, fundamentada na Lei de nº 939 de 26 de setembro de 1857. O funcionamento da escola seguia com influência da Língua de Sinais francesa e os sistemas que já circulavam nas regiões brasileiras, a LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais) ou a LSB (Língua de Sinais Brasileira). Portanto, ainda no mesmo ano corrente, no mês de dezembro, Eduardo Huet, apresenta seus resultados de seu trabalho, efetivando a propriedade e a qualidade de sua metodologia.</p> <p>No ano de 1868, o INES foi considerado um asilo de surdos, Tobias Leite assumiu a direção após a demissão de Manoel Magalhães.</p> <p>Ao passar dos anos, em meados dos anos de 1870 e 1890, o sujeito surdo mais uma vez é criticado pelo uso recorrente da Língua de Sinais pelo cientista e fonoaudiólogo Alexander Graham Bell, levando-o a publicação de vários artigos que criticavam os relacionamentos entre surdos, a cultura do povo surdo e, até mesmo, as escolas para surdos, afinal, compreendia que a Língua de Sinais não era adequada, assim como não propiciava o desenvolvimento cognitivo dos surdos.</p>
--	--

² Instituto para Jovens Surdos e Mudos de Paris.

	No Brasil, em 1875, foi lançado o primeiro dicionário da Língua de Sinais Brasileira, elaborado por um ex-aluno surdo do INES, Flausino José da Gama, aos 18 anos de idade, obra “Iconografia dos Signaes dos Surdos-Mudos”.
--	--

Fonte: Elaboração própria (2024), baseado em Strobel (2009)

Diante da história, nos anos de 1880 é percebido um fator determinante para o povo surdo: a realização do evento mundial que reuniu representantes de vários países, tendo por tema “**Congresso Internacional de Surdo-Mudez**”, em Milão – Itália, em 1880. Popularmente pela comunidade surda, o Congresso de Milão instaurou a votação acerca do método comunicacional do sujeito surdo. Sendo assim, o método oral foi aprovado, levando as Línguas de Sinais à proibição, Strobel (2009) esclarece que,

[...] o método oral foi votado o mais adequado a ser adotado pelas escolas de surdos e a língua de sinais foi proibida oficialmente alegando que a mesma destruí a capacidade da fala dos surdos, argumentando que os surdos são “preguiçosos” para falar, preferindo a usar a língua de sinais (Strobel, 2009, p. 26).

Sobre o método oral ou oralismo, aprovado no Congresso de Milão, o preceito reúne práticas de ensino ao surdo através da língua oral ou falada, enfatizando o treino da fala para a emissão de som(ns), leitura labial que consiste em ler os lábios durante um ato de expressão pelo canal oral e o treino auditivo na tentativa de capturar os sons pelo canal auditivo. Acerca do método da(s) língua(s) de sinal(is), método reprovado pelo Congresso, este tem origem nas comunidades de pessoas surdas, derivantes de outras línguas de sinais e que reúne elementos e signos visuais para a construção lexical da língua. Durante todo o evento do Congresso de Milão, Alexander Graham Bell idealizou uma grande influência sobre o método oral durante o congresso, reunindo representantes na organização e “especialistas ouvintes na área da surdez”, contudo, sujeitos defensores do método da fala pelo canal oral. Strobel (2009) ainda cita que,

[...] na ocasião da votação na assembleia geral realizada no congresso todos os professores surdos foram negados o direito de votar e excluídos, dos 164 representantes presentes ouvintes, apenas 5 dos Estados Unidos votaram contra o oralismo puro (Strobel, 2009, p. 26).

Ainda em meados dos anos de 1880, além do congresso de Milão, nasceu **Hellen Keller** em Alabama nos Estados Unidos, a qual revolucionou e marcou a história do povo surdo. Aos 2 (dois) anos de Idade, Hellen ficou cega, surda e muda, então, a sua família buscou escolaridade para a sua filha e aos 7 (sete) anos de idade, Hellen Keller foi confiada à Anne Mansfield Sullivan, professora que a ensinou o

método hoje empregado aos surdos-cegos, o **Alfabeto Manual Tátil**³. Hellen Keller obteve formação acadêmica e logo publicou vários trabalhos autobiográficos.

Quadro 05: História dos surdos na Idade Contemporânea (1875-2000).

Idade Contemporânea 1957-1987	<p>No Brasil, em 1957, por intermédio de um decreto imperial registrado pela lei de nº 3.198, de 06 de julho de 1957, o Imperial Instituto dos Surdos-Mudos tem a sua terminologia e registro ressignificado, passando a se chamar de Instituto Nacional de Educação dos Surdos (INES). Ainda no ano vigente, Ana Rímola de Faria Daoria recebe a direção do INES, proibindo a Língua de Sinais como recurso de comunicação entre os sujeitos surdos matriculados no instituto.</p> <p>Nos Estados Unidos em 1960, Willian Stokoe publicou <i>“Language Structure: Outline of the Visual Communication System of the American Deaf”</i>, defendendo a teoria de que a ASL⁴ e todas as demais Línguas de Sinais possuem características da língua oral, contribuindo assim para a aceitação parcial de algumas pessoas da sociedade americana e europeia.</p> <p>No Brasil em 1977, surge a Federação Nacional de Educação e Integração dos Deficientes Auditivos (FENEIDA), fundada e composta por pessoas ouvintes envolvidas com a surdez.</p> <p>Logo, em 1987 foi fundada a Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (FENEIS), no Rio de Janeiro.</p>
--	--

Fonte: Elaboração própria (2024), baseado em Strobel (2009)

O trecho supracitado, apresenta marcos importantes na história da educação de surdos no Brasil e nos Estados Unidos. Em 1957, o Brasil oficializou a mudança de nome do Imperial Instituto dos Surdos-Mudos para Instituto Nacional de Educação dos Surdos (INES), em que marcam um avanço no movimento de inclusão e na luta pela educação e direitos das pessoas surdas no país. Essa trajetória evidencia a evolução e os desafios enfrentados por essas comunidades ao longo do tempo.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação de surdos passou por uma trajetória marcada por desafios, exclusões e lutas pelo reconhecimento da língua de sinais como instrumento essencial de ensino. Embora avanços significativos tenham sido conquistados, como a valorização da Libras e o desenvolvimento de metodologias mais inclusivas, ainda há um longo caminho para garantir uma educação de qualidade e equitativa para todas as pessoas surdas. O desafio continua sendo formar professores qualificados e implementar políticas educacionais que promovam uma verdadeira inclusão, respeitando a identidade cultural e linguística dos surdos, possibilitando sua plena participação na sociedade.

³ Sistema de comunicação alfabético utilizado pelas pessoas surdas, adaptado para as pessoas com surdocegueira, portanto, consiste em realizar o **alfabeto manual** (dactilologia) na palma da mão da pessoa com surdocegueira.

⁴ Tradução de: “American sign language e/ou Língua Americana de Sinais”.

REFERÊNCIAS

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3 ed.– Porto Alegre: Artmed, 2009.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. - São Paulo: Atlas, 2002.

LAKATOS, E. M. **Metodologia científica**. 5 ed. – 3. reimpr. – São Paulo: Atlas, 2009.

PERLIN, G.; STROBEL, K. **A surdez**: um olhar sobre as diferenças. 2 ed. Porto Alegre: Mediação, 2008.

SÁ, N. R. L. **Educação de surdos**: a caminho do bilinguismo. Niterói: Eduff, 1999.

STROBEL, K. **História da educação de surdos**: cultura, identidade e alteridade. Porto Alegre: Mediação, 2009.

O COMPONENTE CURRICULAR DE LÍNGUA PORTUGUESA PARA O ENSINO FUNDAMENTAL NO DOCUMENTO DO CEARÁ: UMA ANÁLISE DISCURSIVO/ARGUMENTATIVA

Assídia Maria Soares Alves Parnaíba
Rosa Leite da Costa

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Documentos são elaborados a fim de formalizar ou registrar informações importantes para determinada instância social. Assim, cada setor social apresenta uma variedade de documentos que organizam o seu funcionamento. Tomemos como exemplo as eleições no Brasil, todas, independentemente do nível, seja federal, estadual ou municipal, precisam seguir uma organização determinada pela Constituição Federal (CF, 1988) e os documentos que constam as Resoluções do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Na educação, esse funcionamento não é diferente. A educação brasileira é pautada e organizada seguindo diversos documentos que regulamentam os seus sistemas de ensino. Um dos principais é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB, 1996), que estabelece as bases legais para o funcionamento da educação, garantindo-a como um direito do povo brasileiro. Mas existem outros documentos como os Parâmetros Curriculares Nacionais (1997), de caráter pedagógico, e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017), documento normativo e pedagógico, que também são considerados documentos oficiais da educação.

Todos esses documentos ajudam a organizar a educação em nível nacional. Mas, além deles, existem outros, como os estaduais, que formalizam a educação. Os documentos estaduais foram criados para melhor constituir a educação estadual, atentado para as especificidades de cada estado brasileiro, esperando-se uma relação com os demais documentos de nível nacional.

É considerando a relevância dos documentos estaduais para a educação brasileira que este trabalho tem por objetivo principal analisar o discurso do Componente Curricular de Língua Portuguesa, especificamente para o Ensino Fundamental, do Documento Curricular Referencial do Ceará (DCRC), publicado no ano de 2019, a partir da argumentação que lhe constitui. Para tanto, estabelecemos como objetivos específicos: interpretar a tese central para o ensino de Língua Portuguesa; averiguar, na funcionalidade do discurso, os valores, as hierarquias e a recorrência aos lugares da argumentação para a construção de sentidos sobre o próprio currículo, e compreender a relação dialógica estabelecida no discurso do

Componente Curricular de Língua Portuguesa do DCRC com o que é postulado em outros documentos de nível nacional sobre o ensino de Língua Portuguesa.

A escolha do Documento Curricular Referencial do Ceará como *corpus* deste trabalho se deu devido a dois fatores. O primeiro fator está relacionando ao desempenho do estado, no ensino fundamental, nos índices de educação brasileira. Para tal informação, consideramos os dados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB, 2023). Salientamos, porém, que esse critério foi elencado apenas como justificativa de escolha do documento e não como objeto de análise. Do mesmo modo que não há uma relação direta entre o estudo aqui apresentado e os resultados na prática. A escolha do objeto de investigação, no caso, o discurso do Componente Curricular de Língua Portuguesa, se deu devido a interesses profissionais da área, considerando que somos estudiosos da Língua Portuguesa e uma das autoras atua na educação básica.

Este artigo se justifica relevante considerando que, mediante levantamento prévio, não encontramos, ainda, uma quantidade pertinente de trabalhos científicos com a finalidade de investigar os documentos curriculares dos estados, em específico a parte relativa à área de Língua Portuguesa pelo viés discursivo, especialmente, tratado à luz da Nova Retórica. Os trabalhos encontrados recorrem, com maior frequência, a um tratamento pedagógico.

Este trabalho está organizado em cinco seções e referências. A primeira seção é destinada às considerações iniciais, constando a contextualização temática, objetivos, justificativa e relevância. Na segunda seção, são apresentadas e discutidas as teorias que fundamentaram este trabalho. Na terceira sessão, a metodologia faz a descrição do *corpus*. Na quarta sessão encontram-se as análises. A seção seguinte, a quinta, traz as considerações finais do trabalho. Por fim, apresentamos as referências de todos os autores e documentos citados ao longo do texto.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Esta parte do artigo é destinada à base teórica que o fundamenta. Nela, apresentamos, de modo breve, alguns aspectos centrais da Nova retórica, ou Teoria da Argumentação, como a definiu Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), além de reportamo-nos às contribuições de Fiorin (2015), Reboul (1998) e Costa (2020).

Além de abordamos a Nova Retórica, trazemos como complementar às discussões a Teoria Dialógica do Discurso, entendendo o dialogismo como inerente à linguagem. Logo, para fazer essa referência, consideramos, essencialmente, os pressupostos de Bakthin (2003) e Bakthin e Bakthin/Volochínov(2010).

2.1 A argumentação: alguns dos aspectos essenciais

O surgimento da retórica, segundo alguns estudiosos como Reboul (1998), ocorreu na Sicília, Itália, por uma necessidade das pessoas de lá reclamarem a posse de seus bens tomados em batalhas. A proximidade geográfica da Sicília com a Grécia fez com que a retórica, vista como uma capacidade de alguns para falar bem, convencer com palavras, logo chegou até Atenas, onde se enraizou como a arte de falar, mas limitava-se a alguns discursos, o judiciário, o deliberativo e o epidítico (discurso do elogio e da censura).

Nos dias atuais, com base na Nova Retórica (Perelman e Olbrechts-Tyteca, 2005), entendemos que a argumentação está em todos os discursos, independentemente daquilo que entendemos por tipologias textuais. Com efeito, ao narrarmos um acontecimento, descrevermos uma situação, expormos um conteúdo, por exemplo, não os fazemos sem buscar a aceitação de alguém. Para isso, fazemos escolhas linguísticas, semânticas e de argumentos que direcionam aquilo que falamos ou que escrevemos.

A argumentação se dá por um processo em que, de acordo com Costa (2020), a tese é a parte central, é ela o aspecto que direciona as premissas e os argumentos que fundamentam o discurso do orador que procura convencer os seus interlocutores, seu(s) auditório(s). Em linhas gerais, podemos dizer que todo discurso apresenta uma tese, ou seja, apresenta um posicionamento, a defesa de algo em detrimento de outro posicionamento, por parte do locutor.

Na defesa de uma tese, o processo argumentativo envolve os objetos que estabelecem os acordos entre os interlocutores, estes objetos são principalmente os valores. Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005) defendem que um valor não é uma verdade absoluta e pode ser questionado. A sua escolha é baseada na análise feita pelo locutor do seu auditório, mas um valor não anula outro valor. Visto que, como destacam estes autores, a argumentação está relacionada ao verossímil, ou seja, ao provável, e não a uma verdade absoluta.

Ainda sobre os valores, eles podem ser abstratos e concretos. Os valores concretos, de acordo com Costa (2020, p. 129), estão relacionados “a entes vivos, a grupos ou a objetos individuais”. Os conceitos como religião, família e saúde, bem como o dinheiro, terra fazem parte dos valores concretos. Há também os valores abstratos, os quais dizem respeito ao ser humano e suas qualidades: amor, fidelidade, disciplina e respeito são exemplos desse valor.

Por sua vez, a hierarquia ordena os valores, sem anulá-los. O processo de hierarquização é comum na sociedade, pois, desde os primórdios, os valores são postos em escalas de importância. O amor de mãe, por exemplo, é considerado um valor que ocupa lugar de destaque quase universal, pois a maioria das sociedades e culturas o reconhecem como legítimo, superior a outros sentimentos. Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005) chamam atenção para o processo de hierarquização

relacionado à quantidade, marcando, assim, a ideia de superioridade.

Assim, tantos os valores como a hierarquia deles, no processo argumentativo, estabelecem ligações com os lugares da argumentação, de acordo com Costa (2020). Os lugares estão no campo da “invenção” dos argumentos, estabelecido por Aristóteles, por ser deles que o orador busca argumentos baseado nas noções de quantidade, qualidade, ordem, entre outros. Sobre o lugar da quantidade, Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 37) dizem que ele está relacionado “à superioridade do que é admitido pelo maior número”. Na argumentação, a quantidade apresenta uma grande força de adesão.

Diferente do lugar da quantidade, que se prende ao valor de números, o lugar da qualidade toma como critério de escolha o valor baseado no campo das ideias, como postulado por Costa (2020). São vários os lugares que um discurso pode assumir para buscar a persuasão, mas, de forma reduzida, têm muita importância os da qualidade, quantidade, ordem, pessoa e essência. Costa (2020) chama atenção para o lugar focalizado nas pessoas, por ele permitir uma posição de destaque para o aspecto humano, de forma que é possível uma argumentação que coloca a pessoa como preferível ao que não é humano. Já o lugar da essência permite avaliar algo em função de suas características consideradas melhores ou superiores a outras. Todos esses lugares têm por finalidade validar a tese no discurso.

Os fatores apresentados acima são considerados, de acordo com Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), premissas da argumentação, que são acordos prévios estabelecidos entre o orador e seu aditório para que o processo argumentativo seja eficaz.

2.2 A argumentação e o dialogismo

Como já mencionado, a argumentação é inerente ao discurso. E a ideia de discurso apresentada neste trabalho considera as contribuições de Bakhtin (2003), que defende o dialogismo como inerente à linguagem.

O sentido de cada palavra é determinado por sua relação com outras palavras. O discurso, por sua natureza, é dialógico: ele está sempre em interação com outros discursos. Nenhum enunciado é isolado, ele está em constantemente em diálogo com os enunciados anteriores e futuros.”. (Bakhtin, 2003, p. 60).

Na citação acima, Bakhtin (2003) esclarece que o discurso é dialógico por natureza, por isso, todo discurso apresenta em seu interior relação direta e indireta com outros discursos. Essa característica é importante também para compreendermos a argumentação em si, visto que como destaca Fiorin (2015, p. 29) “Na medida em que um discurso é sempre um discurso sobre outro discurso, todos os discursos são argumentativos, pois todos eles fazem parte de uma controvérsia,

refutando, apoiando, contestando, sustentando, contradizendo um dado posicionamento”.

Assim, na argumentação, considerar o dialógismo é de extrema importância, visto que para se produzir um discurso, que tenha como característica o convencimento e a persuasão, é necessário conhecer e fazer relação com outros discursos que fazem parte da realidade social e histórica do auditório. Como destacam Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 23), “o conhecimento daqueles que se pretende conquistar é, pois, condição prévia de qualquer argumentação eficaz”.

Nos estudos da Nova Retórica, Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005) partem da compreensão de que argumentar é um processo que visa ao convencimento e à persuasão pelo discurso. Mas, de acordo com os autores, a persuasão só é possível se o orador estabelecer uma relação intelectual com seus interlocutores, buscando “aumentar a adesão dos espíritos às teses que lhes são apresentadas” (2005, p. 16). Assim sendo, conhecer esse(s) auditório(s), termo herdado da tradição retórica, e saber o que lhe(s) falar e como lhe(s) falar constituem-se como um processo dialógico entre interlocutores e entre discursos.

Para além desse processo entre interlocutores, os enunciados estabelecem relações de concordância, discordância, refutação entre si. As teses, termo também remanescente da tradição retórica, não sobrevivem sem a dialogia, por se basearem em juízos de valor, admitindo um ponto de vista, um posicionamento, ao mesmo tempo que negam outro.

3 METODOLOGIA: DESCRIÇÃO DO *CORPUS*

A análise que faremos a seguir é do Documento Curricular Referencial do Ceará (DCRC), referente ao ensino fundamental. Publicado em 2019 o documento é composto por 618 páginas que vão desde a parte introdutória até às etapas de ensino, apresentando a educação infantil e a educação de nível fundamental.

Salientamos que a pesquisa apresentada, neste trabalho, é relativa ao Componente Curricular de Língua Portuguesa do Ensino Fundamental, situado na parte 04 do documento, referente às etapas de ensino. O trecho analisado situa-se nas páginas dedicadas à área de linguagens. O Componente Curricular de Língua Portuguesa do Ensino Fundamental é apresentado nas páginas 181 a 189. Especificamente, analisamos, neste trabalho, a sessão o Componente Curricular Língua portuguesa: inovações, avanços e limites.

A análise está organizada conforme os objetivos específicos, sem apresentar uma divisão, isto é, uma análise em que todas as categorias teóricas delimitadas para este trabalho servem como objeto de descrição/interpretação. Os tópicos estão nomeados conforme a nomenclatura apresentada no próprio documento.

4 O COMPONENTE CURRICULAR LÍNGUA PORTUGUESA: INOVAÇÕES, AVANÇOS E LIMITES

Em atendimentos aos objetivos específicos delimitados para este trabalho, propomos interpretar a tese central para o ensino de Língua Portuguesa; averiguar, na funcionalidade do discurso, os valores, as hierarquias e a recorrência aos lugares da argumentação para a construção de sentidos sobre o próprio currículo, e compreender a relação dialógica estabelecida no discurso do Componente Curricular de Língua Portuguesa do DCRC com o que é postulado em outros documentos de nível nacional sobre o ensino de Língua Portuguesa. Vejamos o primeiro excerto do documento separado para este trabalho.

Excerto 01

Ao pensarmos em inovações, avanços e limites do Componente Curricular Língua portuguesa, precisamos valorizar e destacar práticas dos projetos exitosos desenvolvidos no Estado do Ceará, conforme já mencionamos na introdução deste documento. Ressaltamos as ações realizadas pelo Programa de Aprendizagem na Idade Certa (MAISPAIC). Nessa linha de raciocínio, para assegurarmos as especificidades próprias da cultura do povo cearense, propomos à professora/ao professor valorizar a arte popular (redes, artesanatos, rendas, esculturas, garrafas de areia, cestarias e xilogravura, por exemplo), o folclore (Bumba- meu-boi, Pastoril, Reisado, Maracatu, Dança do coco, Torém, Caninha Verde, Banda Cabaçal, etc.), a música (forro, baião), a literatura (José de Alencar, Raquel de Queiroz, Moreira Campos, Patativa do Assaré, Horácio Dídimo, Socorro Acioly, Tércia Montenegro, entre outros), a gastronomia (tapioca, caranguejo, baião-de-dois, peixada, churrasco de carneiro, entre outros) e o humor, como bem cultural de natureza imaterial do Ceará (Lei Estadual 220/2015).

Fonte: Documento Referencial do Ceará- Ensino Fundamental. (2019, p. 183)

O trecho em apreciação é referente à parte do documento que trata das inovações, avanços e limites sobre o Componente Curricular de Língua Portuguesa. A tese apresenta-se sob o ponto de vista de que, no ensino de Língua Portuguesa, é necessário “valorizar e destacar práticas dos projetos exitosos desenvolvidos no Estado do Ceará” (DRCEF, p. 183). Ao defender uma proposta que contenha as especificidades do próprio estado, a argumentação consiste em apresentar e defender os valores regionais.

Assim, a arte popular, o folclore, a literatura, a gastronomia e o humor são considerados valores concretos que vêm da realidade para o discurso. Essa sequência, se, por um lado, não se apresenta como uma hierarquia cuja ordem pareça destinar um lugar de maior e menores importâncias entre os valores, por outro lado, ao descrever cada um desses valores, há uma escala que parece apresentar primeiro, lugar da ordem, sempre aquilo que é mais conhecido. Na arte popular - redes e artesanatos (embora nesta categoria todos os elementos apresentados são socialmente muito conhecidos no Brasil): no folclore - as danças de maior conhecimento popular - Bumba-meu-boi e pastoreio; na literatura - José de Alencar e Raquel de Queiroz, e assim, sucessivamente. Chama-nos a atenção o reconhecimento do humor como um valor reconhecido como parte da

imaterialidade cultural do Ceará, um discurso que, como sabemos, é afirmado e disseminado pela mídia, dada a quantidade de artistas cearenses que há muito tempo ganha notoriedade em nível nacional.

Com isso, o discurso do componente dialoga em concordância com a Constituição Federal, de 1988, em seu Artigo 211, ao estabelecer que a União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios devem organizar os seus sistemas de ensino. Da mesma forma, dialoga com a Lei de Diretrizes e Base da educação (LDB), que, desde 1996, enfatiza a mesma necessidade, além de dialogar com os Parâmetros Curriculares Nacionais, PCNs, e, mais recentemente com a Base Nacional Comum Curricular, BNCC, documentos que respaldam as particularidades regionais/culturais, representativas de um povo.

Vistas estas primeiras considerações, observemos como discursivamente o Componente Curricular de Língua Portuguesa do Ceará para o Ensino Fundamental no Estado argumenta sobre os objetivos propostos no próprio documento.

Excerto 02

Com vistas a alcançar os propósitos do DCRC, o componente Língua portuguesa assume os dois fundamentos pedagógicos: o foco no desenvolvimento de competências e habilidades e o compromisso com a educação integral. Na construção do panorama do nosso posicionamento, entendemos como importante os estudos desenvolvidos por Street (2014) relacionados aos letramentos sociais. Ancoramo-nos nesse autor na defesa do letramento ideológico como prática concreta e social. Nesse cenário, as práticas de linguagem leitura, produção de texto, oralidade e análise linguística/semiótica assumem um papel fundamental em sala de aula e o texto ganha o status de referência para o ensino e a aprendizagem da língua “materna” independente do contexto de produção do gênero textual.

Fonte: Documento Referencial do Ceará- Ensino Fundamental. (2019, p. 183)

No excerto 02, é possível identificarmos que o Componente de Língua Portuguesa se propõe a alinhar o seu ensino baseando-se nas competências e habilidades que foram estabelecidas em outros discursos educacionais de nível federal, como a BNCC. Mesmo que ela não seja citada diretamente no texto, o diálogo com este documento oficial é observável pelas nomenclaturas “competências” e “habilidades”. Além do diálogo, o ensino proposto se baseia em um “novo valor”, a educação integral, que, até alguns anos, não era uma realidade das escolas públicas do Brasil, em especial das escolas municipais e estaduais.

Ainda nesse excerto, podemos ver a defesa em torno de que todas as habilidades, competências e finalidades do ensino de Língua Portuguesa devem ser pautados no social, ou seja, na interação social que o sujeito estabelece em sociedade. Assim, o texto, em sala de aula, se torna referência para o ensino do componente, considerando esse texto em várias esferas de produção e diferentes formatos/gêneros, para fortalecer o letramento social. A proposta, ao colocar o texto como unidade de ensino, argumenta com base na qualidade das práticas de linguagem já estabelecidas para a área de ensino de Língua Portuguesa, propondo

um ensino que se contrapõe a uma proposta puramente gramatical, mesmo que não mencione essa assertiva.

Ainda sobre a proposta de ensino, o discurso prossegue em diálogo com os documentos oficiais, como podemos ver no excerto seguinte.

Excerto 03

Neste documento, para além da BNCC, revemos a ideia de agrupamento de gênero. Ela focaliza apenas a sequência predominante-narrativa, descritiva, argumentativa, dialogal, injuntiva. Propomos justamente, conciliar esta proposta aos Campos de atuação (Campo da vida cotidiana, Campo artístico-literário, Campo das práticas de estudo e pesquisa, Campo de atuação na vida pública e Campo jornalístico/midiático) defendida na Base. Nessa perspectiva, tanto são importantes os conhecimentos sobre a estrutura, a textualização como são importantes os conhecimentos sobre o contexto de produção (quando, onde, por quem e por quê?), o conteúdo temático (o que foi dito?) juntamente com os posicionamentos e as vozes sociais (como e por quem foi dito?) entre outros elementos.

Fonte: Documento Referencial do Ceará- Ensino Fundamental. (2019, p. 183- 184)

No excerto 03, o discurso do componente estabelece uma relação que pode ser entendida como uma discordância do que diz a BNCC e ao mesmo tempo uma complementaridade ao que ela diz. O discurso do componente de Língua Portuguesa do estado no DCRR entende como insuficiente o conceito de agrupamento de gêneros, destacando-lhe a limitação relativa ao que entendemos, pela Linguística Textual, como tipologias textuais e argumenta em prol da relação texto/gênero, ao referenciar os campos de atuação social.

Observamos, nesse contexto, que os produtores do documento apropriam-se de estudos linguísticos (mesmo que não os mencionem) para defender uma proposta de ensino atualizada e sem equívocos, mediante um auditório composto pelos profissionais da educação, em especial pelos professores de Língua Portuguesa. Observemos também o excerto 04, abaixo.

Excerto 04

Assim como foi proposto na BNCC, apresentamos uma ampliação no conceito de texto. Isso é possível perceber porque a palavra semiótica é posicionada ao lado da palavra análise linguística. Essa posição teórica acontece desde os anos iniciais e marca a necessidade de repensar o conceito de texto. Pretendemos, com isso, mostrar que há textos multissemióticos e multimidiáticos e que todas as informações possuem seu papel no momento da compreensão e da produção. Essa compreensão também permite pensar que há outras linguagens em jogo nas interações humanas (ver habilidade CEEF1LP01, por nós proposta) e elas são complementares no processo de comunicação.

Fonte: Documento Referencial do Ceará- Ensino Fundamental. (2019, p. 184)

Vemos, pelo excerto 04, que as relações dialógicas com a BNCC continuam em tom de complementaridade. O argumento de que é necessário repensar o conceito de texto marca essa necessidade. O texto é apresentado como um valor concreto que ocupa o topo da hierarquia dentro das unidades de ensino da língua, e a afirmação de que existem outras linguagens complementam ainda mais a discussão sobre texto e linguagem. Esse discurso se constitui como

definidor/caracterizador do próprio componente ao mencionar, dentro das etapas de ensino, as inovações, avanços e limites do componente.

Desse modo, no documento estadual, elaborado e pensado para os profissionais do ensino do Ceará, seu auditório particular, vemos que as ampliações propostas, com embasamento teórico, se dão com base no lugar da qualidade das discussões e no lugar da ordem, admitindo-se aquilo que é atual e reconhecido pelos estudiosos da área de ensino de Língua Portuguesa e pela própria Linguística como capaz de atender as demandas urgentes e necessárias à formação dos estudantes.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, estabelecemos por objetivo analisar o discurso do Componente Curricular de Língua Portuguesa para o ensino fundamental no Documento Curricular do Ceará. Fundamentamos as análises nos principais autores da Nova Retórica Perelman e Olbrechts Tyteca (2005), considerando as contribuições de outros estudiosos como Reboul (1998), Fiorin (2015) e Costa (2020), e na teoria dialógica do discurso de Bakhtin (2003), Bakhtin/Volochínov (2010).

A escolha do *corpus* foi determinada pela importância dos documentos estaduais da educação e pelos índices de rendimento escolar do estado do Ceará, de acordo com IDEB (2023), critério elencado apenas como justificativa de escolha do documento e não como objeto de análise. Do mesmo modo deixamos claro que não há uma relação direta dos resultados deste trabalho e os resultados escolares na prática. Trata-se, apenas, de uma análise discursiva do componente.

De acordo com a análise, o Componente Curricular de Língua Portuguesa do Ensino Fundamental do Documento Curricular do Ceará constitui-se por um discurso de valorização da cultura local, em múltiplos aspectos: arte popular, folclore, dança, literatura, gastronomia e humor, aspecto que chama atenção por se constituir como valor diferencial, característico do povo cearense, um discurso reconhecido a nível nacional.

A sessão que analisamos trata das inovações, avanços e limites, o que explica as relações de complementaridade com a Base Nacional Curricular, BNCC. No sentido de busca preencher as lacunas atribuídas à BNCC, o discurso do componente Língua Portuguesa do Documento Curricular Referencial do Ceará aponta insuficiências e apresenta soluções e/ou escolhas metodológicas com fundamentos científicos (baseados em determinados autores). Assim, propõe a ampliação do conceito de texto, a principal unidade de ensino da língua (portanto, um valor concreto que ocupa o topo da hierarquia), bem como discorda do que a BNCC coloca sobre agrupamento de gêneros, por limitar o trabalho com o texto às tipologias textuais. A discordância dá lugar a complementaridade com a indicação das condições de produção, circulação e funcionalidade dos textos, argumentos trazidos do lugar da qualidade e da ordem.

As discussões postas, neste artigo, não estão esgotadas, ao contrário disso podem ser ampliadas, tanto em torno do objeto de investigação: o discurso do componente, como em torno do documento que nos forneceu a materialidade de análise. Esperamos com este trabalho contribuir para o interesse em pesquisas com os documentos estaduais da educação.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, M. Os gêneros do discurso. *In*: BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. Tradução: Paulo Bezerra. 4 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BAKHTIN, M. (VOLOCHÍNOV). **Marxismo e Filosofia da linguagem**. Tradução de Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. 14 ed. São Paulo: Hucitec, 2010c.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 02 jun. 2024.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) 2023**. Brasília: INEP, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/indicadores-educacionais/ideb>. Acesso em: 04 ago. 2024.

BRASIL. Lei n. 9394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis19394.htm. Acesso em: 04 ago. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 02 ago. 2024

BRASIL. Misnistério da Educação. **Secretaria de Educação Fundamental. Parâmentos Curriculares Nacionais**: introdução aos parâmentos curriculares nacionais. Brasília: MEC/SEF, 1997. Disponível em: <http://portal.mec.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf>. Acesso em: 03 ago. 2024.

BRASIL. Secretaria da educação do estado do Ceará. **Documento Curricular Referencial do Ceará**: Educação Infantil e Ensino Fundamental. Fortaleza: SEDUC, 2019. 618 p. ISBN 978-85-8171-249-9.

COSTA, R. L. **Pau dos Ferros/RN em processos argumentativos de discursos fundantes**: da gênese à evolução de um município. 2020. 367 f. Tese (Doutorado em Letras). Universidade do estado do Rio Grande do Norte (UERN), Pau dos Ferros, 2020.

FIORIN, J. L. **Argumentação**. São Paulo: Contexto, 2015

PERELMAN, C.; OLBRECHTS-TYTECA, L. **Tratado de argumentação**: a nova retórica. São Paulo; Martins Fontes, 2005.

REBOUL, O. **Introdução à retórica**. São Paulo: Martins Fontes, 1998. SEDUC.

O DISCURSO POLÍTICO DE BOLSONARO E OS EFEITOS DE SENTIDOS NA (RE) CONSTRUÇÃO DE UMA RACIONALIDADE POLÍTICA NEGACIONISTAS E CONSERVADORA

Éder Suassuna de Oliveira
José Gevildo Viana

1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, a polarização política e o anticientificismo ganharam força em todo mundo, principalmente no decorrer da pandemia da Covid-19. Durante esse período, de pessoas isoladas em suas casas sem nenhuma perspectiva de quando aquilo tudo iria ter fim, se instalou na sociedade uma sensação de insegurança e impotência alimentada pela difusão de desinformação nas mídias digitais.

A rápida propagação de informações, atualmente impulsionada pelos avanços obtidos nas tecnologias da comunicação, contribuiu para o surgimento de um movimento de divulgação de desinformação e notícias falsas em todo o mundo, o que levou alguns estudiosos a denominarem esse período em que vivemos de “era da pós-verdade”.

É nesse contexto histórico, juntamente com ascensão de líderes e personalidades em todo o mundo que defendem ideologias de cunho conservador, que eclodiu uma polarização política e ideológica na sociedade brasileira, tendo como uma de suas pautas o descrédito na ciência. Várias teorias e discursos anticientíficos são jogados nas mídias digitais diariamente formando assim uma enorme rede de desinformação que se intensificou durante a pandemia de Covid-19 e que persiste até os dias de hoje.

Sendo assim, o presente trabalho tem como objetivo analisar os discursos políticos proferidos pelo ex-presidente Jair Messias Bolsonaro, durante a pandemia, que confrontavam as práticas de isolamento e a vacinação da população, e interpretar seus efeitos de sentido para o ressurgimento do anticientificismo na sociedade brasileira. A análise será fundamentada nos aparatos teóricos da Análise do Discurso de linha francesa com ênfase nos estudos de Michel Pêcheux e Michel Foucault, como também de outros teóricos especialistas no assunto.

Para isso, pretende-se identificar as diferentes formações discursivas que atravessam o discurso do ex-presidente Jair Bolsonaro produzido sob a ordem do

conservadorismo político na atualidade, como também verificar a presença do interdiscurso e da memória discursiva que povoam os seus discursos e seus enunciados, tendo-os como elementos importantes na construção dos sentidos de uma cultura conservadora e anticientífica e ainda refletir sobre os efeitos de sentidos dos discursos conservadores e suas reverberações no crescente radicalismo político brasileiro e seus impactos no atual negacionismo científico vivenciado pela população.

Para efeitos de metodologia, o presente trabalho configura-se como de caráter descritivo/interpretativo, de natureza qualitativa, uma vez que serão elencados recortes de discursos propagados por meio de vias de comunicação digital, interpretando os efeitos de sentidos causados e a influência do sujeito enunciativo na construção desses sentidos.

O *corpus* de análise constitui-se de 05 (cinco) discursos proferidos por Jair Bolsonaro enquanto presidente da República Federativa do Brasil, em sua conta da rede social *Twitter*, durante o período da pandemia, que se remete a preceitos ideológicos conservadores e políticos de extrema direita.

2 A ANÁLISE DO DISCURSO: CONCEITUAÇÃO GERAL

A Análise do Discurso (AD) de linha francesa, como campo disciplinar da Linguística, teve seu início nos anos 60 do século XX tendo como pioneiro Michel Pêcheux, que propôs a ideia de que o estudo da linguística, ao contrário de como os estruturalistas determinavam, não deveria se vincular apenas ao estudo das línguas ou da construção gramatical, mas sim na linguagem em utilização, ou seja, por meio do objeto discurso. Orlandi (2007, p. 15) enfatiza que “A Análise de Discurso, como seu próprio nome indica, não trata da língua, não trata da gramática, embora todas essas coisas lhe interessem. Ela trata do discurso”.

Esse estudo da língua como algo vivo que se inscreve nas malhas da história e pelos sujeitos, possibilita entender que a Análise do Discurso deixa de lado o estudo estrutural de uma língua imanente focando nos sentidos produzidos por sujeitos diante de um determinado contexto sociocultural.

Dois estudiosos se destacaram, sendo eles Michel Pêcheux e Michel Foucault, que apesar de terem projetos epistemológicos distintos, segundo Gregolin (2004), se encontram em vários pontos. A proposta de Pêcheux é de cunho mais linguístico, buscando a construção propriamente dita e a análise do discurso que envolvia a língua, a história e o sujeito. Seus estudos visam criação de uma teoria materialista que se vinculava fortemente à prática política. Enquanto isso, Foucault entrava pelas áreas da história e filosofia, não tinha a intenção de criar uma teoria do discurso, mas um estudo voltado aos conhecimentos e saberes humanos. Contudo, apesar dessas divergências, os estudos de ambos contribuíram para a formação da Análise do discurso como a temos hoje.

2.1 Discurso, sentido e enunciado

Para que possamos entender melhor esse a Análise do Discurso, precisamos primeiramente entender seu objeto de estudo, ou seja, o discurso, seus sentidos, enunciados e formação discursiva.

Corriqueiramente, o termo discurso é interpretado pela grande maioria em relação ao discurso político proferido nos palanques eleitorais. Porém, com a Análise do Discurso e sua contribuição, trazendo um olhar científico para o entendimento desse conceito, levanta-se uma visão muito mais ampla do que seria o discurso como objeto de estudo dessa disciplina.

Ainda, Fernandes (2005), seguindo uma corrente mais voltada para linguística e os estudos de Pêcheux, conceitua o discurso:

Inicialmente podemos afirmar que discurso, objeto da Análise Discurso não é a língua, nem texto, nem a fala, mas necessita de elementos linguísticos para ter uma existência material. Com isso, dizemos que o discurso implica uma exterioridade à língua, encontra-se no social e envolve questões de natureza não estritamente linguística. Referimo-nos a aspectos sociais e ideológicos impregnados nas palavras quando elas são pronunciadas. (Fernandes, 2005, p. 14).

Essa visão ampla nos remete a uma visão de discurso totalmente diferente do que é veiculado popularmente. Conforme as palavras de Miranda e Lingnau, parafraseando Foucault, “O discurso é uma representação culturalmente construída pela realidade, não uma cópia exata”. (Miranda e Lingnau, 2019, p. 02).

Nesse contexto nos vem à tona a noção de sentido que integra o discurso. Fernandes (2005), corroborando com as ideias de Pêcheux, compreende o sentido como efeitos de interpretação entre interlocutores, manifestando-se por meio da linguagem. Sendo assim, determinada expressão pode ter um significado diferente para sujeitos que compartilham de diferentes ideologias, “Os sentidos são produzidos face aos lugares ocupados pelos sujeitos em interlocução. Assim, uma mesma palavra pode ter diferentes sentidos em conformidade com o lugar socioideológico daqueles que a empregam”. (Fernandes, 2005, p. 14).

A noção de sentido depende diretamente do lugar ideológico onde o enunciado se insere. Segundo Foucault (2008, p. 111): “O enunciado não é a projeção direta, sobre o plano da linguagem, de uma situação determinada ou de um conjunto de representações. Não é simplesmente a utilização, por um sujeito falante, de um certo número de elementos e de regras linguísticas” (Foucault, 2008, p. 111).

Isso significa que o enunciado não é formado apenas de palavras, qualquer ato, figura ou cor que possam expressar ideias pode ser um enunciado, produzindo sentido de acordo com o contexto social, histórico e ideológico onde está inserido nas palavras de Fernandes (2005, p. 38) “(...) lugar sócio-histórico-ideológico de onde os sujeitos dizem e que marcam o momento e o ato de dizer”.

Os discursos interagem com os processos de transformações sociais da humanidade e o desenvolvimento de ideologias que possam divergir em ideias umas das outras. Neste contexto se faz importante noção de formação discursiva

A formação discursiva se trata de todos os elementos que influenciam e contribuem para a formação do discurso, como o contexto, as condições em que tais discursos são produzidos e ainda a sua formação ideológica.

Uma formação discursiva caracteriza-se pela existência de um conjunto semelhante de objetos e enunciados que os descrevem, pela possibilidade de explicitar como cada objeto do discurso tem, nela, o seu lugar e sua regra de aparição, e como as estratégias que a engendram derivam de um mesmo jogo de relações. (Fernandes 2005, p. 41).

Essa definição nos mostra que uma formação discursiva é composta por diversos elementos em comum e como esses objetos se relacionam e impactam na formação do pensamento e consequentemente na criação do discurso.

2.2 Sujeito, ideologia, memória discursiva e interdiscurso

Sobre sujeito, Gregolin (2004) aborda que:

Pensando o “sujeito” como uma fabricação, uma construção realizada, historicamente, pelas práticas discursivas, é no entrecruzamento entre discurso, sociedade e história que Foucault observa as mudanças nos saberes e sua consequente articulação com os poderes. (Gregolin, 2004, p. 59).

Isso nos leva a entender a importância do contexto social e histórico onde o sujeito está inserido, pois isso influenciará diretamente na construção de seu discurso.

Orlandi (2007) também discorre sobre a relação social e histórica do sujeito interlocutor com a noção de sentido demonstrando a sua condição interpretativa. Para ela, o ato de interpretar é o elo que liga o sujeito com a língua, com a história e com o sentido.

O sentido é assim uma relação determinada do sujeito – afetado pela língua – com a história. É o gesto de interpretação que realiza essa relação do sujeito com a língua, com a história, com os sentidos. Esta é a marca da subjetivação e, ao mesmo tempo, o traço da relação da língua com a exterioridade: não há discurso sem sujeito. E não há sujeito sem ideologia. Ideologia e inconsciente estão materialmente ligados. Pela língua, pelo processo que acabamos de escrever. (Orlandi, 2007, p. 47).

Vemos que a noção de sentido está diretamente relacionada ao sujeito enunciador e que, o sentido vai muito além do significado, sendo ele produzido de

acordo com o modo que o sujeito compreende a realidade ao seu redor, ou seja, o contexto histórico, social e ideológico em que ele está inserido.

A ideologia está inerentemente ligada ao discurso e à noção de sentido dada às palavras por determinado grupo social. Fernandes (2015, p. 19) conceitua ideologia como “uma concepção de mundo do sujeito inscrito em determinado grupo social em uma circunstância histórica”. É através dela que são discutidos os diferentes pontos de vista, as diferentes formas de pensar o mundo que são compartilhadas por determinados grupos sociais e, como há essas diferenças, por consequência há embates, tanto no meio social como no linguístico.

A existência de diversos discursos está relacionada à existência de diversos grupos sociais que divergem ideologicamente e estão inseridos nas formações discursivas. Cada grupo possui uma memória coletiva na qual cada indivíduo pertencente está diretamente inserido, essa memória não se remete a lembranças do passado, mas guarda um conjunto de regras de natureza social e ideológica denominando-se de memória discursiva, que, segundo Fernandes (2005), se trata de um:

Esse espaço de memória como condição do funcionamento discursivo constitui um corpo-sócio-histórico-cultural. Os discursos exprimem uma memória coletiva na qual os sujeitos estão inscritos. Trata-se de acontecimentos exteriores e anteriores ao texto, e de uma interdiscursividade, refletindo materialidades que intervêm na sua construção. (Fernandes 2005, p. 46).

Conforme vemos, existe uma memória discursiva construída em cada grupo social que constitui um corpo-sócio-histórico-cultural.

Constrói-se assim uma relação interdiscursiva entre discursos de qualquer natureza, e nesse caso, em relação ao objeto de estudo deste trabalho, pode-se dizer que uma pessoa que propaga algum tipo de notícia falsa, defendendo sua veracidade, tem seu discurso influenciado pela ideologia seguida e divulgada por seus líderes, sejam eles políticos ou religiosos. Segundo Orlandi (2007), temos a seguinte definição do que seja o interdiscurso:

O interdiscurso é o conjunto do dizível, histórica e linguisticamente definido. Pelo conceito de interdiscurso, Pêcheux nos indica que sempre já há discurso, ou seja, que o enunciável (o dizível) já está aí e é exterior ao sujeito enunciator. Ele se apresenta como séries de formulações que derivam de enunciações distintas e dispersas que formam em seu conjunto o domínio da memória. Esse domínio constitui a exterioridade discursiva para o sujeito do discurso (Orlandi, 2007, p. 89-90).

Com isso, temos como interdiscursividade o conjunto de ideias e concepções já ditas anteriormente durante o decorrer da história e que se inter-relacionam para a formação de um discurso.

Portanto, o estudo do discurso nos leva a compreender como ele é formado, como o seu sentido é compreendido e interpretado em relação ao período histórico, social e ideológico em que o sujeito está inserido e sua influência na construção social humana.

3 DISCURSOS DO EX- PRESIDENTE BOLSONARO E SEUS EFEITOS DE SENTIDO

Durante a pandemia da Covid-19, um período conturbado em todo o mundo, o então presidente Jair Bolsonaro adotou uma política negacionista que ia ao contrário de todas as medidas recomendadas pela Organização Mundial de Saúde – OMS.

Sem nenhum medicamento comprovado para o combate ao novo vírus e também nenhum tipo de vacina para a imunização das pessoas, a primeira providência tomada pelos órgãos de saúde foi o isolamento social de toda população, medida mais eficaz cientificamente comprovada para o enfrentamento do vírus. Com isso, serviços não essenciais seriam paralisados e os essenciais reduzidos ao mínimo possível, diminuindo também a circulação de pessoas nas ruas e em postos de trabalho, tentando, assim, evitar a proliferação do vírus.

Diante dessa situação, os discursos do atual presidente, em sua maioria divulgados nas redes sociais, se mostraram totalmente contra o isolamento como podemos observar na seguinte postagem retirada de sua conta no *Twitter*:

Enunciado 01 - “O desemprego, a fome e a miséria será o futuro daqueles que apoiam a tirania do isolamento” (Bolsonaro, 2020).

Esse discurso utilizado por Bolsonaro é característico de líderes populistas que se utilizam de seu cargo para inflamar a discórdia entre o povo e as demais instituições que apoiavam as medidas contra a pandemia. Ele também traz à tona antigas desconfianças contra métodos científicos ao minimizar a potencial mortalidade do vírus, causando temor e desconfiança, incitando a população a sair às ruas e retomarem suas vidas como se nada tivesse acontecendo.

O termo “tirania”, utilizado no enunciado acima, acaba por causar um sentido de que o isolamento foi estabelecido por mera vontade de um grupo dominante e que aqueles que fossem adeptos a essa prática pereceriam com a miséria supostamente causada por ela.

Posteriormente, o Supremo Tribunal Federal- STF decidiu que, a competência para manter as medidas de isolamento seria dos governadores e dos prefeitos, o que irritou mais ainda o atual mandatário da nação. Com isso, seus discursos passam a atacar governadores e prefeitos que aderiram ao isolamento culpando-os pelos problemas econômicos que venham a decorrer destas medidas conforme as postagens a seguir:

Enunciado 02 - “As ações de combate à pandemia, fechamento do comércio e quarentena, por exemplo, ficaram sob total responsabilidade dos governadores e dos prefeitos” (Bolsonaro, 2020).

Enunciado 03 - “povo quer trabalhar e passa fome: decretos de governadores e prefeitos governador decidindo sobre sua liberdade” (Bolsonaro, 2020).

Nesses dois últimos enunciados, também retirados de sua conta oficial na rede social *Twitter*, Bolsonaro tenta inverter a situação dando a entender que aqueles que tentavam conter a Covid-19 em nosso país eram verdadeiros vilões que tinham como interesse prejudicar a população e a economia nacional.

Essa inversão de valores é típica de grupos ideológicos de extrema-direita que se utilizam desse tipo de estratégia e da divulgação em massa de uma falsa premissa em detrimento de fatos comprovados, utilizando-se do apelo emocional para acentuar as afirmações que vão ao encontro dos seus preceitos ideológicos. Nota-se ainda nesses enunciados a presença de um interdiscurso neoliberal onde está implícita a ideia do estado mínimo, ou seja, a não intervenção do estado em assuntos econômicos e a desvalorização do interesse coletivo em prol da economia e do capital privado.

Os discursos do ex-presidente que tentam minimizar os efeitos da pandemia mais uma vez tornam explícita a sua formação discursiva conservadora. Esse pensamento conservador é responsável pela construção de discursos que pregam o descrédito nos atuais métodos científicos. O viés ideológico também está bem presente na construção dos discursos do ex-presidente. A ideologia está diretamente ligada ao discurso, sendo caracterizada por uma concepção de mundo visualizada pelo sujeito inserido em determinado grupo social em um determinado momento histórico (Fernandes, 2015).

A ideologia influencia tanto no meio social como no linguístico. Esta influência se dá através do sentido causado por determinadas palavras e expressões que são interpretadas por determinados grupos sociais de acordo com sua concepção de mundo. Pode-se notar que em seus discursos, o ex-presidente associa o combate à pandemia e o fechamento do comércio à crise econômica que já havia se instalado no país anteriormente à chegada da Covid-19.

Podemos notar o alto teor negacionista que há explícito nesses enunciados. Tais discursos foram proferidos em um momento delicado em que havia a insegurança da população quanto ao próprio futuro. Os efeitos de sentido causados por eles remetem a uma falta de credibilidade nas medidas de isolamento, a uma divisão dentro da sociedade, onde há um grupo que quer reabrir o comércio e outro que quer mantê-lo fechado, como também a uma desavença política entre governo federal e os entes federativos.

Tais interpretações de sentido contribuíram mais ainda para o crescente ressurgimento de grupos de apoio às ideais políticos inspirados em ideologias conservadoras, causando, assim, nesse período, um aumento na polarização entre

grupos políticos de esquerda e de direita que, acabariam por deixar as questões de saúde pública em segundo plano para ingressarem em uma guerra político-ideológica de negação e desinformação.

Com a ampla divulgação nos meios de comunicação, principalmente nas redes sociais nas quais, atualmente, há uma maior exposição de ideias, e ainda por cima, postados na conta oficial do Presidente da República, esses discursos provocam o sentido de que tais medicamentos funcionam e que o Governo Federal não estava medindo esforços no combate à pandemia, para por fim ao isolamento e para garantir a volta das pessoas aos postos de trabalho, tudo isso em prol do reestabelecimento da economia e indo contra todos os alertas feitos pela comunidade científica, insuflando cada vez mais o embate entre o povo e a ciência.

Ainda durante o período pandêmico, com a situação mundial bastante conturbada por causa da grande mortalidade causada pelo vírus, diversos laboratórios buscavam desenvolver uma vacina eficaz o mais rápido possível. Em meados de 2020, o Instituto Butantan, vinculado ao Governo do Estado de São Paulo, firmou parceria com o laboratório chinês Cinovac para troca de tecnologia para produção de uma vacina em conjunto a qual foi dada o nome de Coronavac. Diante dessa notícia, o presidente Jair Bolsonaro fez a seguinte declaração em seu *Twitter*:

Enunciado 04 – “A VACINA CHINESA DE JOÃO DORIA – Para o meu Governo, qualquer vacina, antes de ser disponibilizada à população, deverá ser COMPROVADA CIENTIFICAMENTE PELO MINISTÉRIO DA SAÚDE e CERTIFICADA PELA ANVISA. – O povo brasileiro NÃO SERÁ COBAIA DE NINGUÉM” (Bolsonaro, 2020).

Enunciado 05 - “O tratamento precoce salva vidas. - A vacina emergencial (depois de certificada pela @anvisa_oficial), e não obrigatória, está a caminho” (Bolsonaro, 2020).

O teor negacionista dos discursos do ex-presidente vem agora acompanhado de propósitos políticos expressados explicitamente. Orlandi enfatiza que “O indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia para que se produza o dizer”. (Orlandi, 2007, p. 46). É nesse sentido que a formação ideológica do sujeito enunciadador entra em cena na construção de um discurso que desmerecendo novas descobertas que não sejam feitas dentro de seu grupo de atuação.

A partir daí se travou uma verdadeira cruzada vacina versus tratamento precoce, nome dado aos medicamentos indicados por Bolsonaro e seu grupo, que mesmo com a aprovação de vacinas ao redor do mundo continuava pregando o seu tratamento sem eficácia e pondo em dúvida a eficácia das vacinas.

Esse tipo de declaração vindo de uma pessoa pública, ainda mais o Presidente da República, deu início a um verdadeiro movimento anti-vacina, sendo que muitas pessoas deixaram de se vacinar sendo um grande empecilho no programa de combate a Covid-19.

Os discursos proferidos pelo Presidente Jair Bolsonaro por meio das postagens na rede social *Twitter* que foram acima transcritas e comentadas são

pautados em uma formação discursiva conservadora onde predomina os pensamentos negacionistas e anticientíficos, sendo, conforme as palavras de Fernandes (2005), esses elementos responsáveis pela construção de seus discursos.

Essa visão conservadora está presente em suas postagens que defendem o uso de medicamentos sem eficácia para o tratamento da Covid-19 como também naquelas que ele nega a eficácia das vacinas. Esse negacionismo está presente em todos os enunciados analisados neste capítulo e, como já vimos, tem o propósito de perpetuarem pensamentos e ideias alinhados aos preceitos ideológicos que são seguidos pelo grupo ao qual o sujeito enunciator pertence.

A construção desses discursos, de acordo com Fernandes (2015), é pautada em acontecimentos tanto anteriores como exteriores ao texto que estão inseridos em uma memória coletiva de determinado grupo sociocultural denominada de memória discursiva, sendo ela responsável pela adoção de interdiscursos alinhados aos preceitos ideológicos daqueles que proferem o discurso.

Os efeitos de sentidos causados na população pelos discursos proferidos pelo então chefe da nação, em um contexto histórico onde predominava uma pandemia causada pelo vírus até o momento desconhecido pela grande maioria, foram de desconfiança em uma ciência moderna que não pode conter ou dissipar uma potencial ameaça à vida humana. Provocando também uma polarização entre grupos políticos-ideológicos que disputam o poder dentro do território brasileiro.

Esses efeitos de sentido são potencializados a partir do momento que os enunciados são difundidos em meios de comunicação que possuem um enorme alcance de divulgação de informações, como é o caso das mídias digitais. A escolha da divulgação em massa desses discursos que visam o descrédito de informações científicas é uma das características de grupos negacionistas que pretendem substituí-las por informações que atendam aos seus interesses. O uso das redes sociais, como o *Twitter*, por exemplo, diferentemente de pronunciamentos oficiais feitos pela Presidência da República, amplifica o campo de divulgação desses discursos que contêm uma ideia que se repete para manipular a opinião das pessoas em favor de seus ideais.

Portanto, os discursos negacionistas proferidos pelo ex-presidente Jair Bolsonaro e amplamente divulgados por seus seguidores nas mídias digitais acabaram por desencadear em uma parte da sociedade brasileira um sentimento de negação, deixando o país dividido entre se resguardar para impedir a proliferação do vírus ou sair para o trabalho e garantir o sustento de sua família. E, além disso, aflorou um pensamento pautado em ideais conservadores que estavam latentes dentro da sociedade, impulsionando assim o reaparecimento de uma polarização social e política em todo o território nacional

4 CONCLUSÃO

Considerando o objetivo geral, analisar os discursos políticos proferidos pelo ex-presidente Jair Messias Bolsonaro, durante a pandemia que confrontavam as práticas de isolamento e a vacinação da população e interpretando seus efeitos de sentido para o ressurgimento do anticientificismo na sociedade brasileira, proposto por nosso trabalho investigativo, nota-se que as formações discursivas de Jair Bolsonaro se interligam e convergem para o campo conservador de extrema direita. As formações discursivas se relacionam construindo assim um efeito de sentido negacionista que põe em dúvida o conhecimento científico de órgãos e instituições e estimulando a população a ficar contra todo tipo de inovação científica. Há uma memória discursiva pautada em grupos ideológicos de extrema direita que utilizam discursos negacionistas para manter a hegemonia cultural e ideológica já enraizada na sociedade em um determinado momento histórico.

Por fim, vemos que os efeitos de sentido que os enunciados analisados carregam, associados ao atual contexto em que o país se encontrava, enfrentando uma crise política e sanitária, contribuíram para o ressurgimento de um pensamento anticientífico entre uma boa parte da sociedade brasileira, como também, em um aumento de grupos políticos de direita que exaltam ideais e práticas conservadoras como a solução para os problemas enfrentados pelo país e alimentando cada vez mais a polarização política entre esquerda e direita no território nacional.

Isso se deu graças à substituição feita pelo ex-presidente de pronunciamentos oficiais por postagens diárias de caráter partidário e ideológicos nas redes sociais. Seus discursos eram feitos sem nenhum padrão oficial, em textos curtos, na grande maioria das vezes em uma linguagem coloquial que facilitava a comunicação entre o enunciador público menos instruído, substituindo os grandes textos lidos em rede nacional. Com essa estratégia, o sujeito enunciator, ou seja, o ex-presidente Bolsonaro, atingiu as finalidades esperadas do discurso, ou seja, a comunicação e a manipulação da sociedade.

Diante das considerações apontadas por meio das análises realizadas, verificamos que os discursos negacionistas e anticientíficos proferidos pelo ex-presidente Jair Bolsonaro durante a pandemia de Covid-19 no Brasil, impulsionados pelo grande alcance que as redes sociais possuem para o engajamento a determinados assuntos, tiveram uma grande contribuição no ressurgimento e potencial crescimento de um movimento conservador e anticiência que se instalou no seio da população brasileira.

REFERÊNCIAS

FERNANDES, C. A. **Análise do discurso**: reflexões introdutórias. Trilhas Urbanas, 2005.

BOLSONARO, J. **As ações de combate à pandemia, fechamento do comércio e quarentena...** Brasília, 08, junho. 2020. Twitter: @jairbolsonaro. Disponível em: <<https://twitter.com/jairbolsonaro/status/1269942255298777095>>. Acesso em: 20 nov. 2023.

BOLSONARO, J. **A VACINA CHINESA DE JOÃO DORIA...** Brasília, 21, outubro. 2020. Twitter: @jairbolsonaro. Disponível em: <<https://twitter.com/jairbolsonaro/status/1318909799505985537>>. Acesso em: 20 nov. 2023.

BOLSONARO, J. **O desemprego, a fome e a miséria será o futuro daqueles que apoiam a tirania do isolamento.** Brasília, 16, maio. 2020. Twitter: @jairbolsonaro. Disponível em: <<https://twitter.com/jairbolsonaro/status/1261632430634602496>>. Acesso em: 20 nov. 2023.

BOLSONARO, J. **O tratamento precoce salva vidas...** Brasília, 04, janeiro. 2021. Twitter: @jairbolsonaro. Disponível em: <<https://twitter.com/jairbolsonaro/status/1346073487329423360>>. Acesso em: 20 nov. 2023.

BOLSONARO, J. **Povo quer trabalhar e passa fome: decretos de governadores e prefeitos governador decidindo sobre sua liberdade.** Brasília, 14, maio. 2020. Twitter: @jairbolsonaro. Disponível em: <<https://twitter.com/jairbolsonaro/status/1260907744086933504>>. Acesso em: 20 nov. 2023.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Tradução: Luiz Felipe Baeta Neves. 7 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

GREGOLIN, M. R. **Foucault e Pêcheux na construção da análise do discurso diálogos e duelos**. São Carlos: ClaraLuz, 2004.

ORLANDI, E. P. **Análise de Discurso**. – Campinas/SP: Pontes, 2007.

O DISFARCE CONSERVADOR DA ENUNCIÇÃO DE DISCURSOS MACHISTAS DO PROGRAMA *RED CAST*, NO *YOUTUBE*

Marco Aurélio Linhares Bezerra
Caroline Araujo de Moraes
Eder de Oliveira Suassuna

1 INTRODUÇÃO

Em virtude de uma radicalização política no Brasil, fortalecida nos últimos anos pela adesão em larga escala do eleitorado do país à ideologia bolsonarista, ideais como o da moralidade cristã e o do conservadorismo, tomam novo fôlego. A (re)ascensão de convicções reacionárias como as que se alinham a esses movimentos político-ideológicos, traz, na verdade, uma nova possibilidade de ameaça a todos os progressos conquistados ao longo do tempo.

É desse modo, importante notar, que, a partir da dispersão de discursos alinhados com essas acepções, determinados agentes da propaganda ideológica intervêm na formação discursiva de seus interlocutores. Em nome do que postulam como “Os bons costumes da sociedade”, os ditos conservadores atacam grupos vulneráveis e disseminam o ódio e o autoritarismo. É fato que essa ideologia já se fazia presente em cenários anteriores, porém, surge reavivada e com muito mais força à época da eleição de Jair Messias Bolsonaro à presidência no ano de 2018.

O compartilhamento desse ideário conservador por si só não seria capaz de trazer risco a qualquer brasileiro, porém, a sua associação a figuras públicas de relevo em suas manifestações políticas e sociais, bem como a sua larga propagação em mídias digitais direcionou o conservadorismo a uma nova conotação e lhe deu grande força e influência.

Assim, observa-se ainda, que durante o período pandêmico, entre os anos 2019 e 2022, em que perdurou o mandato de Bolsonaro, tornou-se ainda mais comum o contato com o reacionarismo em virtude da massiva utilização das redes sociais para a propagação de informação. Viveu-se, desse modo, uma inundação de conteúdos que endossaram preconceitos e violências, mas que em muitos casos, eram falsas, não checadas ou tinham como base alguma análise pseudocientífica sem qualquer confirmação.

Devido à força que ganhou o que passou a ser chamado de discurso conservador no Brasil, constroi-se o interesse em analisar, por meio dos aparatos linguísticos dessas manifestações ideológicas, um viés de propagação de destaque desde o período pandêmico, o *PodCast*. Mesmo que ideologias retrógradas como

essas ainda encontrem forte oposição, pode ser largamente aceita em nichos específicos da sociedade, tendo a possibilidade de desencadear diversos pontos de influência, cooptar novos adeptos e fortalecer formas de manifestação ideológica que se apoiam nesse ideário para justificar violências, sejam políticas, seja sociais.

Dessa maneira, este estudo encaminha-se para, sob a égide das concepções teóricas da Análise do discurso (AD), compreender as relações interdiscursivas presentes em objetos publicados no *Youtube*, que surgem propagando a intolerância e o machismo por meio das mídias digitais, enquanto utilizam como máscara, o conservadorismo. Nesse sentido, há o objetivo de analisar discursos machistas e misóginos, no que é dito por figuras masculinas no *RedCast*, programa veiculado no *Youtube*.

De acordo com o linguista Claudemar Fernandes, é possível compreender que o discurso, no senso comum, remete à língua praticada, ao que é falado pelas pessoas, ou propriamente ao uso dos recursos linguísticos para a construção de um pronunciamento, tal como observa: “Discurso [...] é constantemente utilizada para efetuar referência a pronunciamentos políticos” (Fernandes, 2008, p. 13). Porém, a partir da discussão teórica levantada por esse linguista, compreende-se que com a Análise do Discurso (AD) e sua contribuição para o avanço dos estudos da linguagem, trazendo um olhar científico para o entendimento desse conceito, levanta-se uma visão muito mais ampla do que significa o discurso, como termo, ou objeto de estudo:

Discurso não é a língua, nem texto, nem a fala, mas necessita de elementos linguísticos para ter uma existência material. Com isso, dizemos que o discurso implica uma exterioridade à língua, encontra-se no social e envolve questões de natureza não estritamente linguística. Referimo-nos a aspectos sociais e ideológicos impregnados nas palavras quando elas são pronunciadas. (Fernandes, 2008, p. 14).

Dessa maneira, em conformidade com o trecho, ressalta-se que o discurso não se encerra apenas nas concepções básicas que absorvemos graças ao senso comum, e se apresenta como a exteriorização do que os indivíduos carregam como ideais ou posicionamentos. Passando por processos diversos de influência em sua construção, são praticados socialmente e tomam a língua como ferramenta para sua existência real. A análise do discurso de linha francesa, considera como princípio básico, a ideia de que o objeto de estudo da Linguística não deveria ser apenas a língua escrita ou sua construção gramatical, como apontavam os teóricos estruturalistas, mas que seria necessário observar a língua em sua materialidade, a linguagem em utilização, ou seja, o Discurso.

A enunciação discursiva, produz ainda, efeitos de sentido diversos a partir das relações entre os interlocutores inscritos numa cadeia comunicativa, por meio da qual se dispersam os discursos. O significado que este ou aquele discurso assume depende justamente do fato de determinado interlocutor estar alinhado com uma

ideologia e inscrito em uma formação discursiva particular, assim, “De acordo com as posições dos sujeitos envolvidos, a enunciação tem um sentido e não outro(s), [...] isso considerando que A e B representam diferentes sujeitos em interlocução inscritos em espaços socioideológicos específicos” (Fernandes, 2008, p. 22-23). Cada participante das relações de comunicação, dessa forma, atribui um entendimento ou um efeito de sentido distinto para cada discurso que confronta.

Isso está ligado, também, ao fato de cada sujeito discursivo ser “Constituído por diferentes vozes sociais, [...] marcado por intensa heterogeneidade” (Fernandes, 2008, p. 42). Pois, os discursos passam por um processo de repetição e reprodução contínua, que leva o enunciador a não ter a possibilidade de manifestar de forma completamente autônoma um determinado discurso por sofrer influências de outros que fazem parte de sua formação discursivo-ideológica. Desse modo, pode-se compreender que os discursos, sejam eles produzidos atualmente ou no passado, constroem uma corrente de influências que direcionam a escolha de determinada forma de manifestação para determinado momento e também atestam qual dos interlocutores está ou não alinhado com aqueles pensamentos.

Isto posto, elabora-se a pesquisa seguindo o processo metodológico qualitativo-interpretativista, uma vez que se elencam recortes de discursos propagados por meio de vias de comunicação digital como objeto de análise. Para tanto, nos valem da utilização de transcrições dos discursos emitidos em vídeos do *YouTube*, buscando trazer ainda manifestações discursivas compartilhadas por meio de veículos tradicionais de comunicação em suas modalidades digitais como sites de notícias.

Foi então definido, que se observará as transcrições de discursos difundidos em vídeos veiculados por meio dos canais do *Youtube* dos *Podcasts*, *Pod Pah* e *Red Cast*, capturas de tela com comentários do programa *Red Cast*, bem como uma manchete de notícia publicada no portal G1, sendo todos os materiais divulgados no ano de 2022 e posteriormente consultados e selecionados para a presente análise.

Construímos, dessa forma, um referencial teórico apoiado em autores que têm prestado uma grande contribuição para a área dos estudos da análise dos discursos. O presente estudo, nesse sentido, apoia-se em autores como Dominique Maingueneau com seus livros *A gênese do discurso* (2008), e *Análise de textos de comunicação* (2013); bem como, nos valem de Sírio Possenti no seu *Observações sobre interdiscurso* (2003), Claudemar Fernandes em *Análise do Discurso: Reflexões introdutórias* (2008) e Patrick Charaudeau, primeiro com *O discurso das mídias* (2013), e além disso em *A manipulação da verdade: Do triunfo da negação às sombras da pós-verdade* (2022).

2 ASCENSÃO DE UM NOVO MODAL COMUNICATIVO: A FORÇA DO GÊNERO “PODCAST”

O linguista francês Dominique Maingueneau, trabalha com uma concepção de texto, que define esse termo como a manifestação verbal enquadrada em uma determinada categoria de discurso. Sendo assim, considerando as variadas formas de propagação do discurso, como por exemplo, jornais, programas de rádio e revistas. Ressaltamos que, recentemente, em razão da expansão dos meios comunicacionais via *Internet*, uma dessas categorias, o *Podcast*, foi resignificada, tanto em sua forma de produção e propagação, quanto em sua finalidade.

Contextualizando com a realidade brasileira, durante a pandemia da Covid-19, entre os anos de 2019 e 2021, o consumo de conteúdos propagados em redes sociais como *Instagram* e *Tiktok* e, além disso, no *Youtube*, aumentou em larga escala. Diversos novos conteúdos surgiram em resposta a uma grande demanda, e se as pessoas agora estavam confinadas em suas casas, trabalhando em regime *home office* e sem possibilidade de frequentar ambientes públicos ou formas presenciais de entretenimento devido à instauração do *lockdown*, essas mídias e seus conteúdos foram uma saída para a crise social causada pela contaminação.

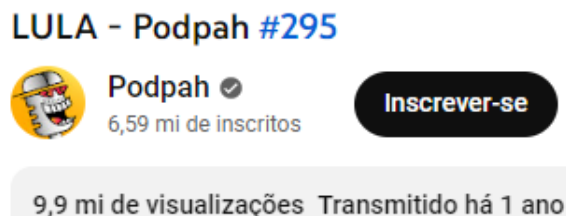
Nesse sentido, os *Podcasts*, que em sua primeira forma eram veiculados apenas por meio de áudios compartilhados em aplicativos e sites próprios para esse tipo específico de conteúdo, passaram a ser transmitidos ao vivo e com imagens, por meio da plataforma *Youtube*. Com esse novo formato, as temáticas abordadas pelos programas passaram a se tornar cada vez mais amplas, desde canais discutindo como manter a saúde durante a pandemia, até canais propagando notícias para nichos específicos. De acordo com a aceção adotada pelo teórico: “Tais categorias correspondem às necessidades da vida cotidiana e o analista do discurso não pode ignorá-las” (Maingueneau, 2013, p. 65). Dessa forma, em conformidade com o surgimento de novos públicos, essa categoria do discurso evoluiu, tornando-se mais ampla e atingindo novos consumidores.

Assim, graças a popularização desse gênero do discurso, chegamos ao ano de 2023, com a possibilidade de analisar os discursos produzidos nesses programas que circulam disponíveis em uma grande diversidade de espaços digitais. Olhando com atenção especial para uma das modalidades desses programas, o chamado “*Mesa Cast*”, nota-se, que essa categoria, a qual descreve-se como um programa de entrevista, com um teor mais descontraído, assumindo quase a mesma figura de uma conversa comum em um bar, busca gerar identificação com o público, através dessa imagem “simples” e atingir um maior número de espectadores, além disso, deixando os convidados à entrevista confortáveis para discutir temas de interesse próprio.

Nesse sentido, a problemática deste formato, está no expressivo alcance que os *Podcasts* chegam a ter, como por exemplo, um dos maiores do segmento, o

Podpah, que conta com um número muito alto de visualizações e inscritos, fazendo com que os assuntos tratados, a depender da forma como são discutidos, possam formar uma onda de influência social. A título de exemplo, podemos citar o episódio em que foi entrevistado o, à época, candidato à presidência, Luiz Inácio Lula da Silva:

Figura 1: Captura de tela visualizações e número de inscritos, *Youtube*



Fonte: Elaborado pelo autor

É possível observar fatores importantes na imagem; em primeiro lugar, o número referente ao episódio em questão, “#295”, implica uma longa trajetória com a realização de diversas transmissões, o que implica a também construção e consolidação de um público fiel e engajado que compartilha das ideologias inferidas dos discursos dos apresentadores e entrevistados do programa. Além disso, nesse episódio em específico, é massivo o número de visualizações, “9,9 milhões de visualizações”. O personagem entrevistado, contribui para a grande audiência, e, também, alguns discursos dele e sua presença no programa revelam a importância que os *Podcasts* tomam para si como veículo de comunicação. Vejamos um trecho do programa e os discursos dos participantes:

Entrevistador 1: “Luiz Inácio Lula da Silva, como é que você está? Cê tá bem? brigado pelo... por ter vindo, ter topado, né pô, imagino que a sua agenda seja muito concorrida, que muita gente deve te chamar pra bater um papo e você veio aqui, eu fiquei... Lisonjeado! (Transcrição do vídeo 1, Youtube, ‘9:30 ao 9:42).

Convidado: “É porque vocês não sabem da fama de vocês. Falaram assim, “ô Lula, cê tem que ir é no tal do Pod Pah" [...] aí disseram que vocês falam muita bobagem, que falam muita coisa e que o que menos interessa pra vocês é ficar discutindo coisa muito séria. Então eu falei, “é lá mesmo que eu vou me achar!” (Transcrição do vídeo 1, Youtube, ‘9:43 ao 10:05).

Analisando o trecho retirado do programa em que Lula concede entrevista, nota-se a força que esse tipo de veículo passa a ter em 2022, tornando-se um espaço vantajoso até mesmo para um candidato à presidência, como podemos notar na sequência do discurso do convidado, ele mesmo caracteriza o gênero como inovador e reconhece sua força:

Tô feliz de estar aqui, é uma experiência nova pra mim, muito nova. Esse negócio de conversar com os companheiros que têm esses programas, sabe, é... essas inovações que vocês fazem no debate, o público que vocês

atingem, pra mim é uma coisa nova. (Transcrição do vídeo 1, *Youtube*, '10:25 ao 10:45).

A participação nesse programa em específico, gera engajamento com um público ao qual o candidato não teria acesso caso mantivesse sua programação convencional de propaganda, ou seja, em síntese, o *Podcast* tornou-se um dos gêneros discursivos mais poderosos na atualidade, mostrando-se importante o suficiente para ser alvo da propaganda de um candidato à presidência.

3 OS DISCURSOS MACHISTAS DO PROGRAMA *REDCAST*

Tendo em vista os elementos elencados anteriormente, a título de contextualização, partiremos para o objetivo central desta análise, que é discutir como em consequência de esse novo formato do *Podcast* se mostrar muito forte como veículo de informação, surgem possibilidades de, além de gerar entretenimento, promover manipulações e a propagação de ideais nocivos. De acordo com Charaudeau:

A manipulação verbal tem por base estratégias de incitação positiva, para criar confiança, amizade, estima, afeição, como maneira de atrair a adesão das populações, ou provocação negativa, praticando a denúncia, a acusação, a desconfiança, a estigmatização e o ódio contra o inimigo, para provocar movimentos de protesto, reivindicação, revolta. (Charaudeau, 2022, p. 93).

Dessa forma, de acordo com o autor, o discurso manipulatório, pode atuar em acordo com um processo de identificação gerado com seu público alvo, ou atacando um inimigo especificado pelo enunciador desse discurso.

Em continuidade, analisaremos, em específico, discursos proferidos no programa *Red cast*, esse que surfando na “onda do bolsonarismo”, em nome do ideal de conservadorismo deturpado que ascendeu nos últimos anos, distribui conteúdos que culminam na propagação de um machismo disfarçado de lição de vida, propagando um discurso que exalta o homem e estabelece o inimigo comum dessa ideologia, a mulher.

O *Red cast* é menos popular, conta com números muito menos expressivos do que o outro programa do mesmo segmento citado anteriormente. Além disso, esse *podcast* é direcionado para o público masculino, e restringe ainda mais o seu público alvo quando delimita seu conteúdo como “masculinista”, voltado para a exaltação da figura masculina. Ainda assim, os discursos que são verbalizados pelos convidados e pelos entrevistadores têm força para que consideremos a construção de uma influência para seu público alvo e também para que consiga a adesão de novos seguidores, apresentando-se dessa forma como um conteúdo que está em clara ascensão.

Em geral, os programas acabam falando sobre relacionamentos e sexualidade, figurando como uma espécie de guia da forma como os homens devem ou não se submeter à figura feminina em uma relação amorosa. Nesse contexto, são distribuídos discursos que, por exemplo, reforçam opressões sofridas historicamente pela figura feminina.

Vejamos, então, recortes das falas apresentadas neste programa. Tanto figuras masculinas como mulheres são convidados a discutir temáticas voltadas para esse contexto dos relacionamentos amorosos. Escolhemos, nesse caso, o programa em que os apresentadores do *Red Cast* entrevistam, Carlinhos “Mendigo” da Silva, humorista que se tornou conhecido graças à sua participação no programa *Pânico na TV*, veiculado na primeira década dos anos dois mil.

Analisaremos, dessa forma, a formação discursiva e as relações interdiscursivas em que este personagem se insere a partir de discursos que profere em sua participação no programa *Red cast* e, além disso, a força que suas falas poderão vir a ter para com o público. Vejamos:

Entrevistador 1: "Mas veja só você... sabe qual é o maior problema da mulher que é mãe solteira [...] com o cara que some e tal... é uma penitência pra ela, a maternidade é um peso pra ela" (Transcrição do vídeo 2, *Youtube*).

Convidado: "A mãe solteira, ela já tá... quando terminou com o cara meu, por quê pra ela, o maior amor da vida dela, pra a vida dela seguir em relacionamento vira o maior peso da vida dela. Cê tá ligado né ? E tem mulher que esconde, "não, não tenho não", assim, é brincadeira, mas tem mulher que acha que o filho é um peso." (Transcrição do vídeo 2, *Youtube*).

Podemos ver, então, de acordo com o discurso proferido em um ambiente em que há apenas homens discutindo e transmitindo um conteúdo direcionado especificamente para o público masculino, que estes compartilham de uma mesma visão sobre a mulher, considerando sua experiência e suas impressões como via de regra. Para eles, as figuras femininas, independente de qualquer situação, escondem a maternidade ou não se assumem como mães solteiras quando procuram um novo relacionamento, pois isso pode prejudicar suas chances de atingir o relacionamento desejado, e que para as mulheres a maternidade é considerado como um peso, graças ao filho, não podem continuar se relacionando de forma comum com outras pessoas. Um fator determinante dessa dinâmica, segundo os interlocutores, é o fato das escolhas da própria mulher:

Entrevistador 1: "Mas então, sabe o que acontece, a mulher ela vai lá e ela escolhe entre aspas, é claro que pode ser por irresponsabilidade, por erro de remédio, eu não sei, mas foi uma escolha querendo ou não ela escolheu a maternidade antes do matrimônio, que foi o seu caso talvez cara, que se você tivesse casado você ia..." (Transcrição do vídeo 2, *Youtube*).

Convidado: "Sim! isso, exatamente... isso, isso! Lembra do que eu falei, isso da religiosidade, quando você casa, você tem uma ordem, uma sequência mais agradável a Deus! E eu fui tudo inverso." (Transcrição do vídeo 2, *Youtube*).

Destaca-se, nesse trecho, que esses enunciadores consideram a religiosidade como fator determinante em um relacionamento. Essas conceituações de acontecimentos circunstancialmente mutáveis, baseadas em preceitos conservadores, da forma como são proferidas, externam-se culminando na construção de uma ideologia machista, sem considerar que cada relacionamento tem suas peculiaridades, emitem suas opiniões sobre certo e errado, colocando sempre a figura feminina como a parte que majoritariamente comete os erros que direcionam o relacionamento para o fim, taxando essas figuras como “irresponsáveis” e “inconsequentes” com suas próprias escolhas.

Dessa forma, o enunciador convidado, enquanto sujeito discursivo, é submetido às condições de produção específicas de acordo com rumo que o entrevistador dá a conversa e, no discurso que proferiu no *podcast*, é assujeitado à ideologia machista na qual o discurso do programa culmina; ainda assim, seu discurso é fruto de uma formação discursiva a qual é construída por uma série de relações interdiscursivas e às suas condições históricas de produção, o que o direciona à concordar com a *Pill*, forma como os idealizadores denominam a ideologia machista que propagam por meio do programa.

Os discursos apresentados e a formação discursiva dos interlocutores, em especial do entrevistado, estão de acordo com sua utilização de um discurso chamado de conservador como máscara para a ideologia machista que estão em verdade propagando com seu programa. O convidado utiliza-se no trecho citado, por exemplo, do fato de uma suposta figura feminina não ter obedecido a preceitos e construções sociais definidas para uma concepção ideal de matrimônio, na qual a mulher é colocada como submissa, para justificar o fracasso delas em seus relacionamentos.

Por outro lado, a ideologia machista e o discurso de ódio à figura feminina seguem a mesma linha de atos praticados anteriormente pelo entrevistado e pode-se considerar a interdiscursividade e as condições históricas de produção desse discurso como justificativa para tenha tendência a concordar com os entrevistadores.

Maingueneau (2008, p. 31), diz que a influência interdiscursiva pode assumir duas formas, “Os linguistas são levados a distinguir duas formas de presença do ‘outro’ em um discurso: a heterogeneidade ‘mostrada’ e a heterogeneidade ‘constitutiva’.”, sendo respectivamente, a primeira referente à marcas perceptíveis de influência sofrida pelo produtor do discurso e a segunda referente ao que esse enunciador tem como anterior à produção desse discurso, portanto não necessariamente perceptíveis no que diz.

Vejamos, por exemplo, as relações interdiscursivas, que nos levam a considerar o discurso do entrevistado como contraditório ao conservador e aproximado ao discurso machista, utilizando uma notícia veiculada acerca de seu relacionamento passado:

Figura 2: Manchete de notícia sobre entrevistado no G1

Foragido da Justiça por não pagar pensão, Carlinhos Mendigo já foi acusado de ameaçar ex, perdeu apartamento e conta no Instagram

Fonte: Elaborado pelo autor

A notícia veiculada sobre o entrevistado, revela sua conduta em um relacionamento de seu passado, que trouxeram consequências negativas à sua vida, assumindo um caráter agressivo com sua ex-parceira e se evadindo de suas obrigações. Mesmo assim, quanto aos discursos que profere na entrevista, atesta-se que sua opinião é de que a mulher é quem causa o fim dos relacionamentos.

Essas manifestações disfarçadas de opinião ou dicas de relacionamento são extremamente perigosas às figuras femininas, que já se veem ameaçadas todos os dias em nossa sociedade. Discursos como os do “*Red Cast*” enquadram-se na tipificação de crime de ódio contra a mulher, algo muito comum nas redes sociais. Essa ideologia, corrobora, inclusive, para a crescente onda de feminicídios em nosso país, tendo em vista que, ideologias que classificam a figura feminina como um inimigo comum são extremamente nocivas e perigosas.

Quando um discurso dessa natureza, perigoso e baseado em orientações pseudocientíficas e moralmente enviesadas, é veiculado através de um canal que o dá força suficiente para fazê-lo capaz de levar influência a grandes públicos, é importante que haja posicionamentos contrários para frear a ascensão dessa ameaça. Vê-se, então, um discurso que classifica as mulheres por escala de valor, e torna a submissão desse extrato social à masculina como algo corriqueiro nas relações amorosas.

Uma forma de atestar a concretização dessa influência do programa é observando os comentários dos vídeos, onde existe em sua maioria comentários que endossam e agradecem aos “ensinamentos” do *coach* de masculinidade que apresenta o programa, como por exemplo:

Figura 3: primeira captura de tela, comentários públicos *Youtube*

JÁ FIQUEI COM 2 MÃES SOLTEIRAS GRAÇA A DEUS NÃO TIVE DOR DE CABEÇA ELAS
TERMINARAM COMIGO DE BOAS .

😏😏😏😏 DEPOIS QUE CONHECI A REDPHIL FIQUEI MAIS CUIDADOSO

Fonte: Elaborado pelos autores

Como podemos observar nas imagens dispostas, há espectadores que concordam com o discurso desses e tomam como influência positiva o que os entrevistadores propagam. “Depois que conheci a *Redpill* fiquei mais cuidadoso” ou “vejo a mulher de outra forma.”. Ou seja, o que o *Red cast* propaga em relação a uma ideologia machista, à imposição de generalizações e estigmas à figura feminina manipula e direciona essas pessoas para o mesmo caminho de entendimento da forma como se deve agir nesses relacionamentos e conta com real força manipulatória.

Ainda assim, alguns dos espectadores tomam partido contrário a essa ideologia, o descrédito é um dos caminhos de combate, como podemos constatar no comentário aqui reproduzido.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nossa pesquisa buscou identificar o machismo velado nos discursos supostamente conservadores do programa *Red Cast*. A partir disso, identificamos que as mídias sociais atualmente encontram-se em uma crescente e quando utilizadas com intenção de disseminar intolerância, ódio ou desinformação, contribuem, a partir do consumo diário de discursos dessa natureza, para a construção de ideologias que não oferecem nada além de prejuízo para a sociedade. Concluimos dessa forma, que a propagação de informação em mídias digitais, como no *Youtube*, figura como uma ferramenta de manipulação social e que traz riscos graças ao exagerado consumo. Rebater uma ideologia agressiva de forma passiva, considerando como piada e não se atentando à força que tem esse tipo de discurso dos *Podcasts*, repleto de ideologia machista, pode não ser o suficiente para frear seu avanço, por isso, é importante a problematização e o enfrentamento público desse tipo de ideologia e das influências que podem gerar. Com isso, a análise discursiva desses conteúdos entrará também como forma de enfrentamento, contribuindo para o entendimento das formas articulação e propagação desse discurso.

REFERÊNCIAS

CHARAUDEAU, P. **A manipulação da verdade:** do triunfo da negação às sombras da pós-verdade. Trad. Doris Arruda C. da Cunha & André Luiz de Araujo. - São Paulo, Contexto, 2022.

CHARAUDEAU, P. **O discurso das mídias**, Trad. Ângela M. S. Corrêa, 2 ed. 2ª reimpressão. - São Paulo, Contexto, 2013.

DE BEAUVOIR, S. **O segundo sexo**. Trad. de Sérgio Milliet, 2 ed. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2014.

FERNANDES, C. A. **Análise do discurso**: reflexões introdutórias. 2 ed. São Carlos: Editora: Claraluz, 2008.

Figura 1 - Captura de tela com número de inscritos no Youtube. Imagem elaborada pelo autor, 2023.

Figura 2 - Manchete sobre entrevistado no G1. Imagem da internet: G1. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2022/02/15/foragido-da-justica-por-nao-pagar-pensao-carlinhos-mendigo-ja-foi-acusado-de-ameacar-ex-perdeu-apartamento-e-conta-no-instagram.ghtml>. Acesso em: 28 fev. 2023.

Figura 3 - Primeira captura de tela comentários públicos Youtube. Imagem elaborada pelo autor, 2023.

Figura 4 - Segunda captura de tela comentários públicos Youtube. Imagem elaborada pelo autor, 2023.

MAINGUENEAU, D. **Gênese dos discursos**. Trad. de Sírio Possenti. São Paulo: Parábola, 2008.

MAINGUENEAU, D. **Análise de textos de comunicação**. São Paulo: Cortez, 2013.

REDCAST. **O matrimônio deve vir antes da maternidade | Carlinhos (Mendigo)**

REDCAST. Vídeo 2. 16 novembro, 2022. Disponível em: <<https://youtu.be/PQ06YJnC4Tg>>. Acesso em: 28 fev. 2023.

POSSENTI, S. Observações sobre interdiscurso. **Revista letras**, v. 61, 2003.

POSSENTI, S. **Questões para analistas do discurso**. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

PODEPAH. **LULA - podpah #295**. Vídeo 1. 2 dezembro, 2021. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=r4Jjh0lbYHU&t=647s>>. Acesso em: 28 fev. 2023.

<<https://www.tre-go.jus.br/comunicacao/noticias/2023/Janeiro/codigo-fonte-das-urnas-eletronicas-e-de-acesso-publico-a-toda-a-sociedade>>. Acesso em: 23 mar. 2023.

O GÊNERO ACADÊMICO MONOGRAFIA: AUTORIA E HETERODISCURSO

Dalva Teixeira da Silva Penha
Joyce Cristina Oliveira Borges Dos Santos

1 INTRODUÇÃO

“A linguagem é essencialmente interativa, discursiva e dialógica por natureza.”. (Bakhtin, 2018, 2019; Volochínov, 2017). Assim, todo discurso sendo oral ou escrito não se manifesta particularmente, pois a linguagem é feita de diversas vozes, de variados grupos sociais, culturas e experiências, e o discurso é algo influenciado pela história, a cultura e o social. O livro *Linguagem & Diálogo: as ideias linguísticas do Círculo de Bakhtin*, de Carlos Alberto Faraco, falam que “[...] viver significa tomar uma posição axiológica em cada momento, significa posicionar-se em relação a valores.”. (Faraco, 2009, p. 22). É também possível compreender no artigo “Da palavra neutra à palavra própria: formas de conceber a palavra na escrita acadêmico-científica” de Poliana Dayse Vasconcelos Leitão e Regina Celi Mendes Pereira, que “A simples escolha do objeto de estudo já revela as preferências do enunciador, refletindo a subjetividade presente, em maior ou menor grau, em todos os gêneros textuais.”. (Leitão; Pereira, 2014, p. 59). Em cada escolha/pronunciamento que é feito(a), há a influência do grupo social, da cultura, e de toda a vivência dos sujeitos. Desse modo, a escrita acadêmica tem uma relação discursiva com os produtores, desde a escolha do tema até a produção escrita.

Dentro do contexto acadêmico, a monografia se estabelece como um dos formatos mais significativos para a comprovação do conhecimento científico gerado nas instituições de ensino superior, sua importância vai além da simples exposição de conceitos, configurando-se como uma prática de comunicação que exige a construção de um posicionamento próprio, em diálogo com diferentes perspectivas e bases teóricas. Assim, esta pesquisa analisa a autoria na elaboração de trabalhos acadêmicos do tipo monografias de estudantes do 8º período da Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (UERN) do curso de Letras-Língua Portuguesa do *campus* avançado de Pau dos Ferros (CAPF), apoiando-se nas teorias da análise do discurso (ADD) de Mikhail Bakhtin (2003,2009,201), Carlos Alberto Faraco (2008,2009) e em outras abordagens e pesquisas relevantes para o estudo do discurso.

O propósito é investigar e analisar de maneira mais aprofundada a discursividade presente nessas produções acadêmicas, examinando como os elementos do discurso e as práticas autorais se manifestam e impactam a interpretação de textos e diálogos dos textos monográficos, como a dialogicidade,

que é compreendida como um conjunto de interações entre diversas vozes; outro elemento analisado é o heterodiscurso, que se refere às diversas formas de expressão dentro de um texto; e a discursividade, que diz respeito à maneira como um discurso é estruturado e de que forma pode ajudar na formação e compreensão do mundo, fazendo com que a sociedade possa mostrar o quão ela tem potencial de marcar os discursos e impulsioná-los a mostrar a ideologia dos sujeitos-autores em seus textos.

2 METODOLOGIA

A pesquisa detém-se a analisar a autoria no gênero monografia, tendo como *corpus* monografias do curso de Letras Língua Portuguesa do *Campus* de Pau dos Ferros - CAPF/UERN. Foram selecionadas quatro monografias, do semestre 2022.2 nas quais analisa-se partes como: introdução, referencial teórico, análises e conclusão; seguindo categorias, tais como: vozes, discurso do outro, heterodiscurso, cronotopo, responsividade e outras.

Os estudantes produzem seus textos seguindo áreas temáticas de seus interesses, optam por linguística ou por literatura. Assim, coletamos os textos monográficos da área de linguística, critério estabelecido para a pesquisa. Analisamos excertos retirados das seções supracitadas, considerando que todas as seções são significativas, porém nas seções elencadas, o autor traz a voz do outro e interage com a sua, numa discursividade dialógica com maior intensidade.

As monografias selecionadas foram as que estão mais relacionadas com a área pesquisada, ADD (Análise Dialógica do Discurso), referindo-se à Linguística e a sua subárea discurso. Foram coletadas quatro monografias: “A (in)tolerância e o preconceito linguístico em postagens nas redes sociais *Facebook* e *Instagram*”; “Argumentação na perspectiva da Nova Retórica: Análise de discursos sobre a educação com mulheres idosas do município de Itaú/RN”; “Uma Gripezinha ou resfriadinho’: Representações discursivas em pronunciamentos do presidente Jair Messias Bolsonaro Sobre a pandemia da Covid-19”; e “Representações discursivas no discurso de Malala Yousafzai”. Os textos coletados foram classificados por letra e número, utilizando-se o M de monografia e o número correspondente. Assim temos: M01” A (in)tolerância e o preconceito linguístico em postagens nas redes sociais *Facebook* e *Instagram*”; “M02 Argumentação na perspectiva da nova retórica: Análise de discursos sobre a educação com mulheres idosas do município de Itaú/RN”; M03 “Uma Gripezinha ou resfriadinho’: Representações discursivas em pronunciamentos do presidente Jair Messias Bolsonaro Sobre a pandemia da Covid-19” e M04 “Representações discursivas no discurso de Malala Yousafzai”

Partimos da possibilidade de que as categorias que revelam a autoria estejam presentes nos textos monográficos analisados, pois a autoria se configura quando o sujeito dialoga com o seu interlocutor e nesse diálogo aparecem outras vozes que

constituem o heterodiscurso, um dos elementos responsáveis pela constituição da autoria.

As categorias apresentadas definem-se a partir da teoria bakhtiniana da linguagem; conforme constata-se:

O cronotopo, em que Bakhtin (2018, p. 30) nos diz que “O cronotopo real do encontro tem lugar permanente na organização da vida da sociedade e do Estado. São de conhecimento geral todos os possíveis encontros sociais organizativos e seus significados”.

O discurso do outro, que para Bakhtin (2017, p. 205), “Em essência a palavra é um ato bilateral. Ela é determinada tanto por aquele de quem ela procede quanto para aquele para quem ele se dirige. Enquanto palavra ela é justamente o produto das inter-relações falante com o ouvinte.”. Quando Bakhtin nos diz que a palavra é um ato bilateral, ele nos revela que a palavra existe nesse jogo interdiscursivo em que locutor e interlocutor se unem na interação dando sentido à palavra, ao discurso.

A responsividade, categoria que se revela quando o sujeito autor responde a diálogos existentes em suas relações de interatividade discursiva. O discurso não surge de iniciativa exclusiva de um sujeito, mas emerge das inúmeras relações discursivas que esse sujeito participa.

Evidencia-se que o enunciado tem o seu objeto discursivo, no qual o enunciador centra sua atenção, porém o discurso do outro é alvo de atenção desse enunciador, ou seja, o enunciado dialoga com outros enunciados e essa relação é mais forte do que a relação desse enunciado com ele mesmo. Vê-se que essas relações são diferentes, mas sempre estão presentes e todas elas imprimem atitudes responsivas, isto é, os enunciados se dirigem aos outros e esses outros “não são ouvintes passivos, mas participantes ativos da comunicação discursiva.”. (Bakhtin, 2003, p. 281).

Acontece, assim, o surgimento da discursividade que, conforme Bakhtin, para a constituição do sujeito-autor, esse sujeito realiza os atos discursivos que têm em sua constituição elementos históricos, culturais e sociais relacionados com as situações discursivas e com sua relação tempo/espço.

As análises, neste trabalho, são feitas seguindo as categorias elencadas: vozes do autor e outras vozes; discurso do outro; heterodiscurso; cronotopo; responsividade e outras. Como pode-se ver no exemplo abaixo. Mostra-se a voz autoral no gênero e comenta-se a relação que esta voz tem com outras vozes.

Exemplo:

Vozes do autor dialogando com outras vozes:

M01: excerto 1 (2022, p. 12):

Ideologias rígidas e fixas que se mostram aparentemente inocentes, mas que, no entanto, são carregadas de preconceito e estigma social, pois subjugam as demais variações linguísticas e consequentemente a identidade cultural e seus valores entrelaçados. Esta prática se chama

preconceito linguístico e é capaz de suscitar a insegurança dos falantes sobre a própria língua, pressionando-os e inibindo-os a não usarem o dialeto apreendido em seu convívio familiar, por fazerem crer que as variações linguísticas que carregam não fazem parte da língua e, sim, da degradação e degeneração dela.

Neste excerto, pode-se perceber que mesmo sem citar o autor que do texto fonte, a autora da monografia dialoga com teóricos, pois essa visão de língua é apresentada por linguistas estudados no Curso de Letras, como Bagno.

Nesse ponto, faz-se reflexão sobre o discurso bivocal em que o autor apresenta a sua voz e a de outros sujeitos, esse discurso é o encontro de vozes, em que a palavra do outro é carregada de valores sociais que Bakhtin chamou de orientação axiológica. Conforme Bakhtin (2010), o discurso bivocal é uma só voz, dois discursos, duas compreensões de sentidos e duas expressões. Além da discussão apresenta-se excertos que comprovem a categoria explicitada.

Vale ressaltar que ao chegarmos ao término da pesquisa, a qual se encontra em andamento, nas análises, seguirão as reflexões com todas as categorias elencadas, com excertos das monografias analisadas.

3 PRESSUPOSTO TEÓRICO

Este estudo fundamenta-se na teoria dos gêneros discursivos, conforme proposta por Mikhail Bakhtin, e em sua aplicação aos gêneros acadêmicos, com ênfase nas monografias. Assim cada gênero discursivo tem um conjunto de normas que atua tanto na forma como no conteúdo, possibilitando que a comunicação ocorra de maneira competente no contexto específico.

No campo acadêmico, artigos, monografias, entre outros gêneros, seguem normas específicas que encaminham o autor a seguir formas para organizar suas ideias, desenvolver argumentos e interagir com outros pontos de vista. O gênero monografia, especialmente, caracteriza-se por ser uma produção textual mais elaborada e formal, destinada a apresentar e analisar os resultados de uma pesquisa original. Existem regras bem definidas que regem tanto a estrutura quanto o estilo da monografia, evidenciando a exigência de clareza, objetividade e embasamento teórico por parte do autor.

Assim, os gêneros discursivos são sempre influenciados por aspectos sociais, culturais e ideológicos do ambiente em que surgem; nunca ocorrem de maneira neutra. Em particular, nas monografias acadêmicas, o autor não se limita a expor suas descobertas pessoais. Ele também estabelece um diálogo com a comunidade científica, utilizando as contribuições de outros autores por meio de citações, referências e intertextualidade. A intertextualidade, faz com que a monografia seja uma pesquisa mais rica, fazendo com que o autor situe sua pesquisa com pesquisas e ideias de outras pessoas.

Ao analisar os fundamentos teóricos relativos aos gêneros discursivos e às monografias, esta pesquisa tem como meta investigar como os autores de monografias acadêmicas na área de linguística utilizam diversas vozes e discursos para desenvolver suas próprias posturas teóricas e discursivas. A intenção é entender de que forma essas produções acadêmicas manifestam a interação entre a tradição teórica do campo e a contribuição individual dos alunos, ressaltando como o gênero monográfico se configura como um espaço de troca e elaboração do conhecimento no contexto acadêmico.

3.1 Heterodiscurso

O discurso tem uma grandeza imensurável e ainda não desvendada por completo, mas comporta o heterodiscurso que constitui essa controvérsia. Neste sentido, Bakhtin (2015, p. 51) fala:

Para o prosador, o objeto é o ponto de concentração de vozes heterodiscursivas, entre as quais deve ecoar também sua própria voz; essas vozes criam o campo necessário para a voz do prosador, fora da qual os matizes de sua prosa ficcional são imperceptíveis, “não ecoam” (Bakhtin, 2015, p. 51, grifos do autor).

É essencial entender que o heterodiscurso envolve a convivência de diversas vozes e perspectivas dentro de uma única enunciação. Isso significa que, ao se comunicar por meio da fala ou da escrita, o autor não revela apenas sua visão pessoal ou opinião singular, mas estabelece um diálogo contínuo com as vozes de diferentes grupos sociais e culturais, além de considerar as ideias de outros pensadores. Sob essa ótica, a criação de um texto não acontece isoladamente, uma vez que o discurso de qualquer autor é sempre influenciado por outras falas, sejam elas mencionadas diretamente ou não.

Essa interação é crucial para formar o significado do texto, já que o autor fundamenta seu discurso em uma teia de conhecimentos prévios e nos contextos sociais e culturais que moldam sua percepção da realidade e a maneira como expressa suas ideias. O heterodiscurso revela, assim, a essência dialógica da linguagem: o autor não inventa tudo do zero; ele se apropria de discursos e conceitos que estão em circulação na sociedade, adaptando-os e frequentemente transformando-os para integrá-los à sua própria mensagem.

Assim o heterodiscurso pode ser considerado um “subponto” do dialogismo, o discurso não ocorre de forma isolada, ele dialoga constantemente com outros discursos, sejam eles anteriores, contemporâneos ou futuros. Mesmo que um autor produza algo que pareça original, sempre há ecos, influências e reações a outros textos, ideias e discursos com os quais ele se relaciona.

O heterodiscurso contém também a polifonia, que é a presença de diversas vozes no discurso ao mesmo tempo. Nos textos acadêmicos, o autor não somente

apresenta suas próprias ideias, mas também abarca ideias de outros pesquisadores, seja por meio de citações, referências ou diálogos de concepções, fazendo assim, que seu texto tenha mais riqueza de compreensão. Outro ponto é o interdiscurso que para Macedo e Pagano os textos “intertextuais, que estão relacionados ao número de vozes presentes no texto.” (Macedo; Pagano, 2012, p. 262). Assim quando o autor cita outros textos, ele traz outras vozes/pensamentos para o seu texto, criando um diálogo de suas próprias ideias com ideias de outra pessoa, fazendo com que seja uma troca de conhecimentos.

Assim, o heterodiscurso nos gêneros acadêmicos é essencial, já que nas monografias, artigos científicos e dissertações há uma necessidade de diálogo entre as ideias de pesquisa de um autor com de outros pesquisadores, ideias e normas acadêmicas, deste modo, a função do escritor é articular essas vozes e construir uma posição própria. Em suma, o heterodiscurso apresenta que o pensamento e a linguagem não têm uma existência isolada, porém, são sempre construídos com a interação com o outro.

3.2 Autoria

A teoria bakhtiniana da linguagem e as teorias contemporâneas que estão aliadas ao estudo da autoria ilustram a relação autor x obra. De acordo (Brait, 2008):

No texto “O problema do conteúdo, e da forma na criação literária” (escrito em 1924), Bakhtin amplia o escopo da posição axiológica do autor criador, incluindo nela tanto o herói e seu mundo quanto a forma composicional e o material, isto é, o objeto estético materializa escolhas composicionais e de linguagem que resultam também de um posicionamento axiológico. (Brait, 2008, p. 38).

Dessa forma, pode-se perceber que, na obra, o autor insere suas concepções estéticas, bem como as “posições sócio avaliativas postas numa dinâmica de múltiplas inter-relações responsivas”, ou seja, as condições históricas de sua produção, as disputas da crítica, às políticas das traduções. O processo pragmático que envolve o debate sobre a autoria possibilita uma reflexão holística de todo o processo, desde quem assina, escreve, quem comenta, quem traduz etc., ou seja, todo esse processo revela um encadeamento de vozes.

Nos estudos bakhtinianos, ao tratar do debate sobre a função autoral, faz-se necessário nos debruçarmos sobre o contexto que este autor estava inserido. Por ter passado por muitas mazelas, tanto do ponto de vista patológico, quanto social, tais como doenças, revoluções que culminou em bruscas transformações sociais, guerra civil, guerras mundiais, ditaduras e guerra fria e devido às poucas publicações que são atribuídas a este teórico, há um grande debate também sobre a autoria de suas obras, fato que liga de maneira prática o pensador a esta discussão.

Assim, esta pesquisa, refere-se a um conceito de autoria que remete à perspectiva teórica de Bakhtin (2003, 2008), Brait (2008) e Faraco (2009). Esses autores definem o autor como aquele que exerce uma tomada de posição, assume um ponto de vista em relação ao seu discurso. Assim, tal ideia de autoria corrobora para a ideia de autor criador, como acentua Faraco (2005, p. 39), seja “uma posição refratada e refratam-te”.

Conforme Bakhtin (2015), para que as relações lógicas concreto-semânticas se tornem relações dialógicas, elas necessitam se materializar, passando para um outro campo de existência, tornando-se discurso, e, desta forma, necessita da autoria, ou seja, do criador. Uma vez que todo texto (obra) tem um sujeito, um autor, não existe palavra sem dono, palavra sem voz, palavras de ninguém (Bakhtin, 2011). Portanto, cabe à humanidade o ato de criar o novo, dizer o que não foi dito e fazer o que ainda não se pensou. Mas para cada ato particular e único, recai o julgamento humano, sobre o qual se imprimem os valores sociais, éticos e morais de uma sociedade, num dado espaço e que atua numa determinada época específica, tal e qual se deu o ato singular do sujeito humano.

A palavra é sempre interindividual e reúne em si diferentes vozes com diferentes visões de mundo, que constitui ideologias variadas com uma descrição arquitetônica valorada em cada acontecimento. Assim, a autoria é, até hoje, um tema complexo, pois envolve não apenas as ideias individuais do autor, mas também a interação com o vasto conhecimento acumulado por outros pesquisadores e como o autor precisa de uma visão com outras ideologias. Essa dinâmica vai além da simples produção de textos, exigindo do autor uma responsabilidade tanto pelo que expressa quanto pela forma como utiliza os discursos alheios. Nesse sentido, é fundamental que o autor mantenha uma postura ética e responsável, reconhecendo e respeitando as contribuições dos outros, ao mesmo tempo em que constrói sua própria voz dentro desse diálogo acadêmico.

Assim, a autoria acadêmica é dialógica, pois, como sugere Mikhail Bakhtin, está sempre em interação com outras vozes e discursos, seja por meio de solicitações diretas ou pela apropriação e transformação de ideias. No ambiente acadêmico, a função do autor transcende a mera reprodução de conhecimentos já consolidados. Ao interagir com diferentes discursos, o autor acadêmico precisa expressar sua própria opinião, trazendo novas visões e questionamentos que ajudem na evolução do conhecimento. Assim, a autoria não se limita a um ato solitário de criação, mas se configura como uma contribuição ativa no campo de pesquisa, onde o autor se coloca em relação ao que já existe e oferece uma perspectiva original, fundamentada e inovadora.

3.3 Vozes

“No processo de construção do texto escrito, o autor estabelece diálogo com

uma série de outros autores que, direta ou indiretamente, povoarão seu discurso.” (Macedo; Pagano, 2012, p. 267). Assim é possível compreender que esses diálogos encontrados nos textos são considerados como “vozes”, o sujeito autor não fala isoladamente, mas sim, com interações de outras “vozes” de ideias, discursos e valores de grupos sociais ou indivíduos. É encontrado nos textos diversas “vozes”, as vozes sociais, “emanam de personagens, grupos ou instituições sociais que não intervêm como agentes no percurso temático de um segmento de texto” (Bronckart, 1999, p. 327), essa é a voz que têm uma influência histórica, cultural e social, que envolve o discurso do sujeito, fazendo com que o autor seja persuadido pelo contexto que vive. Já a voz do autor “procede diretamente da pessoa que produz o texto e que intervém” (Bronckart, 1999, p. 327), trata-se da posição do autor em si, é o local em que ele expressa sua própria visão, mesmo ao interagir com outras opiniões.

Para resumir, as vozes no discurso refletem as várias perspectivas, ideias e influências que estão em constante interação para formar o significado de um texto. O autor, nesse cenário, atua como um intermediário dessas vozes, estruturando e conectando-as de maneira a proporcionar uma compreensão mais ampla e bem sustentada do assunto abordado. Ao realizar essa tarefa, o autor não apenas revela sua própria opinião, mas também se engaja em um diálogo com outras narrativas, enriquecendo sua escrita com uma diversidade de pontos de vista e reflexões.

4 CONCLUSÃO OU CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa “O gênero acadêmico monografia: autoria e heterodiscurso”, já traz importantes contribuições para à análise do discurso acadêmico, especialmente no que se refere à formação e à expressão da autoria em ambientes educacionais. A pesquisa demonstra que as vozes contidas nos escritos acadêmicos dos alunos não só refletem suas identidades autorais, mas também evidenciam um conjunto de normas, expectativas da instituição e dinâmicas de poder que impactam diretamente o processo de produção.

Esse gênero monografia apresenta diversos discursos, tanto o acadêmico, algo formal cheio de regras e mais científico, como também o social, que envolve a cultura, a história do sujeito em que vive, assim mostra como o autor consegue construir e conciliar a autoria em seu texto seguindo as normas que são necessárias no gênero acadêmico.

A partir do andamento da pesquisa, é possível compreender o aprofundamento de algumas questões, como a autoria e o heterodiscurso, que é encontrado nas monografias do curso de Letras Língua Portuguesa, e o impacto que vem mudando os pensamentos dos alunos ao decorrer do curso.

Assim, este trabalho é relevante para os estudos dos gêneros na Universidade, para acrescentar nas pesquisas da análise do discurso, especialmente

no que diz respeito à noção de autoria em contextos acadêmicos. Além disso, espera-se que o estudo esclareça como as práticas de ensino e as tradições discursivas, influenciam na formação autoral e na vida acadêmica, trazendo assim novos pontos de visões para os autores.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. Tradução de Paulo Bezerra. 4 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**: introdução e tradução do russo Paulo Bezerra. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.

BAKHTIN, M. (VOLOCHÍNOV). **Marxismo e Filosofia da linguagem**. Tradução de Michel Lahoud e Yara Frateschi Vieira. 13 ed. São Paulo: Hucitec, 2009.

BAKHTIN, M. M. (1920-1924). **Para uma filosofia do ato responsável**. Tradução de Valdemir Miotello e Carlos Alberto Faraco. São Carlos: Pedro & João, 2010.

BAKHTIN, M. M. **Questões de Literatura e de Estética (a teoria do romance)**. Tradução de Aurora Fornoni Bernardini et al. 6 ed. São Paulo: Hucitec, 2010.

BAKHTIN, M. M. **Teoria do romance I: a estilística**. Tradução de Paulo Bezerra. São Paulo: Editora 34, São Paulo, 2015.

BRAIT, B. (org.). **Bakhtin: conceitos-chave**. São Paulo: Contexto, 2008.

BRONCKART, J. P. **Atividade de linguagem, textos e discursos: por um interacionismo sócio-discursivo**. São Paulo: EDUC, 1999.

FARACO, C. A. Autor e autoria. In: BRAIT, B. (org.). **Bakhtin: conceitos-chave**. São Paulo: Contexto, 2008, pp. 37-60.

FARACO, C. A. **Linguagem & diálogo: as ideias linguísticas do círculo de Bakhtin**. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

LEITÃO, P. D. V.; PEREIRA, R. C. M. **Da palavra neutra à palavra própria: formas de conceber a palavra na escrita acadêmico-científica**. Dourados: Raído, 2014.

LEITÃO, P. D. V.; PEREIRA, R. C. M. **Apreensão do discurso de outrem e autoria em gêneros acadêmico-científicos**. Juiz de Fora: Veredas atemática, 2015.

O PAPEL DOS ARTICULADORES TEXTUAIS NA CONSTRUÇÃO DE RESENHAS ACADÊMICAS E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA

Abraão Fontes da Silva
Francisco Felipe de Oliveira Rocha
Thales Moises Alves de Souza

1 INTRODUÇÃO

Para cumprir sua função social, o texto, ao ser produzido sob determinadas condições enunciativas, isto é, contextos sociocomunicativos, necessita, em muitos casos, estar essencialmente bem-articulado e coeso. Desse modo, para que os diversos sentidos sejam constituídos, mediante as informações (re)transmitidas pela produção textual, demanda-se que uma relação entre os variados elementos textuais seja estabelecida. Assim, para conferir sentidos ao seu enunciado, o autor necessita estabelecer conexão entre as variadas unidades integrantes do texto, o que requer certo domínio acerca dos fatores que garantem a organização no momento da produção, a coesão e a coerência textual.

Conforme Cavalcante *et al.* (2022), o texto é constituído por partes que se encaixam, no entanto, essas partes não são necessariamente as frases, como normalmente se observa, mas unidades relativas à construção dos sentidos. Isto posto, passa-se à observação de que essas unidades, responsáveis pela formação do texto, não obedecem apenas à ordem sintática, mas, sim, obedecem também à ordem semântica. Logo, é compreensível que a interpretação dos textos, ligada aos aspectos cognitivos, sucedera conforme os conhecimentos variados por parte do leitor, bem como da relação que se estabelece entre os articuladores textuais, uma vez que são elementos essenciais para a construção textual dos sentidos, e que compõem os atos enunciativos dos produtores ao orientarem argumentativamente seu projeto de dizer.

Nesse sentido, o presente trabalho objetiva analisar o papel dos articuladores textuais enquanto estratégia argumentativa no gênero do discurso resenha acadêmica. À vista disso, ressaltamos que compreender como os articuladores textuais encaminham à construção textual dos sentidos nos diversos gêneros é de fundamental importância para o ensino em diversos níveis, uma vez que auxilia na compreensão de como esses elementos atuam como unidades que estabelecem a argumentatividade nos textos. Sendo assim, o presente estudo justifica-se por enfatizar a importância dos articuladores textual para a construção textual dos

sentidos e da argumentação, além de colaborar com os estudos da área da Linguística Textual. Por conseguinte, para propor nosso diálogo teórico, filiamos-nos aos postulados da Linguística Textual, mais precisamente as contribuições de Cavalcante *et al.* (2020), Koch (2003; 2011), Koch e Elias (2018).

Por fim, ressaltamos que esta pesquisa se encontra elaborada seguindo a presente ordem: além da seção de *Introdução*, que demarca uma contextualização da pesquisa, objetivos e perspectivas teóricas utilizadas para a progressão deste; temos o tópico intitulado *As noções de coesão, coerência e argumentação em linguística textual*, sendo que nos voltamos em abordar acerca das propriedades responsáveis por configurar os sentidos textuais, além de remeter à argumentação em interface com a Linguística Textual; no tópico seguinte, *Progressão textual: os articuladores textuais na construção da argumentação*, discutimos acerca dos articuladores textuais sob a ótica da Linguística Textual, enfatizando também sua função enquanto estratégia argumentativa; seguimos com a exposição dos *Aspectos metodológicos*; logo após, temos a análise dos dados, sendo que destacamos alguns excertos do texto elegido como *corpus*; e por fim, apresentamos nossas conclusões.

2 AS NOÇÕES DE COESÃO, COERÊNCIA E ARGUMENTAÇÃO EM LINGUÍSTICA TEXTUAL

O tratamento do texto em Linguística Textual traz à baila diversas noções, dentre as quais queremos destacar as de coesão, coerência e argumentação.

O texto é a unidade básica de comunicação e, para que tal unidade seja alcançada, necessário se faz que se estabeleçam encadeamentos de sentido entre os diversos segmentos que o compõem, isto é, as palavras, as orações, os parágrafos e até mesmo partes maiores, a depender do modo de manifestação do texto. É na busca por dar conta de explicar esses encadeamentos de sentido que surge a noção de coesão textual, definida por Koch (2010, p. 18) como “todos os processos de sequencialização que asseguram (ou tornam recuperável) uma ligação linguística significativa entre os elementos que ocorrem na superfície textual”. Posição semelhante é assumida por Antunes (2005), para quem a coesão seria uma propriedade que promove as ligações, os laços que conferem ao texto sua unidade característica.

São muito os mecanismos de coesão apresentados e esmiuçados pelas duas autoras citadas, mas não os retomamos aqui, pois neste trabalho nos interessam apenas os articuladores textuais, discutidos no próximo tópico. Por ora, basta reforçar que os recursos que promovem a coesão – dentre eles os articuladores textuais – sinalizam relações de sentido, e sempre que se fala em sentido, em Linguística Textual, chega-se à segunda noção que discutiremos: a de coerência.

Koch e Elias (2018), seguindo Charolles (1983), concebem a coerência como um princípio de interpretabilidade, o que significa dizer que ela recobre (ou

corresponde a) todo o processo de construção dos sentidos efetuado pelos sujeitos participantes da interação. Esse princípio, conforme as autoras, extrapola em muito a materialidade linguística do texto, isto é, seu cotexto, embora este seja sem dúvida fundamental enquanto ponto de partida para a interpretação, já que fornece diversas pistas sinalizadoras de sentido. Além do cotexto, a coerência envolve, de acordo com Koch e Elias (2018), as inferências que os sujeitos realizam, seus conhecimentos de mundo, seus conhecimentos interacionais e seus conhecimentos de outros textos. Trata-se, pois, de um processo dinâmico, que vem sendo concebido à luz de uma abordagem interacional e sociocognitiva.

Como explica Koch (2018), se, no início dos estudos em Linguística Textual as noções de coerência e coesão praticamente confundiam-se, hoje a distinção entre elas está bem estabelecida, embora não se trate de fenômenos interdependentes (já que recursos coesivos estão sempre a serviço da construção de sentidos). Fortalece a distinção entre as duas noções o fato de que a ausência de recursos coesivos não inviabiliza, em muitos casos, a construção da coerência, como esclarece a autora.

Passemos, então, à última noção a ser discutida, a de argumentação, que é uma dimensão constitutiva do texto. A argumentação pode ser vista de diferentes ângulos, mas queremos destacar apenas dois deles, os quais remetem a duas abordagens que têm sido particularmente influentes nos estudos de Linguística Textual: a Teoria da Argumentação na Língua e a Teoria da Argumentação no Discurso. A primeira dessas abordagens, como aponta Koch (2011), apoiada em Ducrot, criador da abordagem, sustenta que a argumentação estaria inscrita na própria língua, podendo ser apreendida no encadeamento dos enunciados a partir de vários recursos, tais como os operadores discursivos e os modalizadores. A segunda abordagem, por sua vez, compreende, conforme Cavalcante *et al.* (2020), pautados pelas ideias de Ruth Amossy, fundadora da abordagem, que a argumentação deve ser estudada no âmbito do discurso, o que requer a consideração do interdiscurso e do contexto sócio-histórico e cultural. Para essa segunda abordagem, ainda segundo os autores, a argumentação consiste na tentativa de influenciar os interlocutores, sendo no texto que a argumentação se realiza.

Discutidas, uma a uma, as noções de coesão, coerência e argumentação, cabe um comentário final a respeito do fato de que, no acontecimento do texto, esses três fenômenos se imbricam. Com efeito, os elementos coesivos são utilizados sempre para sinalizar relações de sentido, ou seja, eles colaboram fortemente para a negociação da coerência. Ao mesmo tempo, as relações de sentido sinalizadas por tais elementos carregam um componente argumentativo, que serve aos propósitos comunicativos do locutor ao tentar influenciar seus interlocutores. Assim, coesão, coerência e argumentação, na prática, não se dissociam.

3 PROGRESSÃO TEXTUAL: OS ARTICULADORES TEXTUAIS NA CONSTRUÇÃO DA ARGUMENTAÇÃO

De acordo com os estudos desenvolvidos pela Linguística Textual, as atividades de produção textual envolvem dois grandes processos: a retroação, que diz respeito aos movimentos que retomam ao que já foi dito no texto; e a prospecção, que são os movimentos que permitem o texto prosseguir. A progressão textual é, de acordo com Koch e Elias (2018), um movimento de prospecção textual, na medida que corresponde ao processo de desenvolvimento textual e, ao mesmo tempo, de retroação, já que a retomada do referente é fundamental para o prosseguimento do texto.

Segundo Koch (2003):

A progressão textual (sequenciação) diz respeito aos procedimentos linguísticos por meio dos quais se estabelecem, entre segmentos do texto (enunciados, partes de enunciados, parágrafos e mesmo sequências textuais), diversos tipos de relações semânticas e/ou pragmático-discursivas, à medida que se faz o texto progredir (Koch, 2003, p. 121).

Entre os procedimentos linguísticos responsáveis pela articulação dos segmentos dos textos, Koch e Elias (2018) destacam as estratégias de retomada dos referentes como recursos argumentativos para assegurar a temática que está em pauta no texto e reforçar os objetivos linguísticos/discursivos estabelecidos pelo produtor do texto. Nesse sentido a progressão textual, conforme pontua Koch (2003), realiza-se no texto por meio de quatro estratégias de recorrências de termos: repetição, paralelismo sintático, paráfrases e recorrência de recursos fonológicos.

A repetição consiste na retomada do referente no decorrer do texto. Esse processo pode ocorrer tanto pela repetição literal do termo, como também por meio de recategorizações. Nesse caso, o referente retomado no texto é substituído por sinônimos, hiperônimos e outras expressões referenciais. Essa estratégia é essencial não só para a coesão textual, como também para a argumentação, na medida em que reforça ao leitor o assunto que está em evidência na produção textual e, consequentemente, a finalidade que o falante possui nesse processo de produção textual. O paralelismo sintático, de acordo com Koch e Elias (2018), corresponde ao estabelecimento de um padrão estrutural que o texto apresenta, preenchido por termos lexicais diferentes. Já a paráfrase consiste na reintrodução de uma informação apresentada no texto por meio de palavras diferentes, mas com o mesmo conteúdo semântico. Ela é introduzida no texto por termos como *ou seja, isto é, dessa forma, quer dizer, em síntese, em outras palavras* e etc. Por fim, a retomada de recursos fonológicos, de acordo com Koch e Elias (2018), diz respeito à sonoridade, ritmo, metro, aliterações assonâncias e etc. Por se tratar de recursos fonológicos, essa estratégia é empregada em textos literários em versos (poema).

Todas essas estratégias de recorrências de termos exercem uma finalidade argumentativa, na medida em que reforça ao leitor o assunto em evidência no texto e informações importantes, que, de acordo com a finalidade do produtor do texto, devem ser observadas com atenção pelo leitor.

No processo de construção textual, para o estabelecimento da progressão do texto, os articuladores textuais atuam enquanto termos fundamentais na construção de sentidos do texto. Eles são responsáveis pela articulação e organização dos elementos que constituem os textos e, dessa forma, essenciais na coesão e coerência textual. É nessa perspectiva que Koch (2003) afirma que os articuladores são elementos textuais fundamentais no encadeamento de ideias no texto, já que não só estabelecem a ligação entre as palavras, orações e períodos, mas também atuam na condução das informações para determinadas conclusões. Nesse sentido, podemos afirmar que os articuladores textuais exercem funções na construção da argumentação dos textos. Conforme Koch (2003), os articuladores textuais podem ser divididos em três classes: os articuladores de conteúdo composicional, os meta-enunciativos e os articuladores discursivo-argumentativos.

No que concerne à condução argumentativa dos textos (interesse principal da nossa pesquisa), os articuladores discursivo-argumentativos, de acordo com Koch (2003) e Koch e Elias (2018), são os termos responsáveis por estabelecer ligações discursivo-argumentativas entre orações e períodos do texto. Esses termos introduzem a construção de uma nova sequência linguística (orações e/ou períodos) que mantém diferentes relações (encadeamento) com a sequência anterior, de acordo com o propósito comunicativo do texto. Conforme Koch e Elias (2018), as principais relações discursivo-argumentativas são: conjunção, disjunção, contrajunção, explicação, comprovação, conclusão, comparação, generalização, exemplificação e correção.

Na relação de conjunção, os articuladores ligam enunciados que são direcionados a uma mesma conclusão. Nesse caso, o enunciado dois apoia a argumentação apresentada pelo enunciado um. Os principais operadores conjuntivos são *e*, *também*, *além disso*, *como*, *mas também* e etc. Na disjunção, há uma relação entre dois enunciados com orientações argumentativas diferentes, na qual o segundo busca modificar ou aceitar a opinião apresentada pelo primeiro. O principal operador disjuntivo é o *ou*. Já na contrajunção, há um contraste de orientações argumentativas, na qual o segundo enunciado surge como contra-argumento em relação ao enunciado anterior. Os principais operadores contrajuntivos são *mas*, *porém*, *todavia*, *no entanto*, *contudo*. Na explicação, os operadores argumentativos são empregados com a finalidade de iniciar um enunciado que busca explicar o conteúdo que foi apresentado pelo primeiro, ou justificar a tese defendida pelo texto. *Pois*, *porque* e *que* são os principais operadores explicativos. Na comprovação, como o próprio nome já sugere, os articuladores iniciam um enunciado que tem como objetivo comprovar o que foi dito pelo

enunciado anterior. Na conclusão, é introduzido um enunciado que conclui a argumentação desenvolvida por enunciados anteriores. Os operadores conclusivos são *portanto, consequentemente, logo, então*.

Na comparação, é estabelecida uma relação entre um termo comparante e um termo comparado. A comparação pode ser feita em graus de igualdade, superioridade e inferioridade. Já na generalização, o enunciado dois surge com a função de generalizar o que foi apresentado pelo enunciado um, amplificando a ideia apresentada. Na exemplificação, o segundo enunciado surge como argumento por exemplificação para reforçar o que foi apresentado pelo enunciado um. Na especificação, há um processo contrário à generalização. Nesse caso, o segundo enunciado particulariza uma informação apresentada pelo enunciado anterior. Por fim, na correção ou redefinição, o segundo enunciado busca corrigir, redefinir ou reforçar o que foi apresentado pelo enunciado um. *Ou seja, ou melhor* (termos que introduzem paráfrases) são exemplos de operadores argumentativos que estabelecem a relação de correção.

Finalizada as discussões teóricas sobre os principais conceitos abordados em nossa pesquisa, no capítulo a seguir, discutiremos sobre os processos metodológicos realizados na produção desta pesquisa.

4 ASPECTOS METODOLÓGICOS

O presente estudo volta-se para a análise dos articuladores textuais em resenhas acadêmicas, de modo a compreender como eles orientam argumentativamente seus interlocutores e produzem efeitos de sentidos. Desse modo, o trabalho possui uma abordagem qualitativa, uma vez que buscamos tecer considerações acerca das questões em destaque, mediante a interpretação e a compreensão de como os articuladores textuais atuam para a produção de sentidos e construção da argumentação nos textos mencionados. Diante disso, cabe-nos designar, ainda, esta pesquisa como de caráter descritivo (Gil, 2008; Paiva, 2019).

O *corpus*, como já mencionado, é constituído pelo gênero resenha acadêmica, produção pela qual o autor tende a expor seu ponto de vista acerca de determinada produção, seja um texto teórico, seja uma obra literária; em vista disso, deve ser um texto que apresente colaboração para área em que esteja fundamentada. Para tanto, sob o intuito definirmos qual produção adequava-se aos objetivos propostos, seguimos alguns passos para a seleção dos textos: i) pré-seleção de resenhas produzidas por pesquisadores da área em periódicos *on-line*; ii) pré-análise do corpus selecionado; iii) quantificação das ocorrências dos articuladores textuais, conforme orientações propostas por Koch e Elias (2018).

Seguindo, avaliados os textos selecionados em momento anterior, procedemos à escolha da resenha em que os articuladores textuais foram empregados pelo autor do texto com mais recorrência. Vale ressaltar que nosso

intuito não é desqualificar as produções que não apresentaram uma quantidade elevada de recorrência dos articuladores textuais, uma vez que trazem importantes contribuições à área de pesquisa em que estão situados. Nesse sentido, justifica-se, assim, nossa escolha quanto ao tratamento da produção selecionada para o desenvolvimento da análise. Por conseguinte, selecionado o texto para análise, restou-nos seguir mais alguns passos como: i) identificar dos articuladores textuais na produção; ii) definir a classe dos articuladores para análise no texto; e, iii) selecionar os excertos mais adequados.

Isto posto, seguimos à análise da resenha.

5 ANÁLISE DOS DADOS

A resenha que analisamos é de autoria de Adriele Barbosa Santos, (à época da publicação) discente de licenciatura em Letras na Universidade Federal de Sergipe. O texto foi publicado no periódico *Falange Miúda*, em 2020. A obra resenhada pela autora é *A Argumentação no Discurso*, de Ruth Amossy. Abaixo, temos o primeiro excerto da resenha:

(1) Já de início, no prólogo, a autora revela algumas distinções que são marcantes, como a ideia de “visada argumentativa” e de “dimensão argumentativa”, **porque** são elementos importantes ao analisarmos a forma pela qual a argumentação se configura com o público. Amossy diz que “o discurso procura sempre produzir um impacto sobre o seu público” (p. 7). **Isto é**, o discurso irá possuir uma visada argumentativa, **mas também** poderá modificar a orientação dos modos de sentir e de ver, o que o leva a possuir uma dimensão argumentativa. (Santos, 2020, p. 89).

No trecho apresentado, destacamos em negrito três articuladores textuais: “porque”, “isto é” e “mas também”. O parágrafo em análise inicia fazendo menção a “distinções marcantes” na obra analisada, distinções essas estabelecidas já no prólogo. Entre tais distinções está, como menciona a autora, aquela que se dá entre as noções de “visada argumentativa” e “dimensão argumentativa”. O articulador textual “porque”, da categoria discursivo-argumentativo, inicia um argumento que busca explicar ou justificar a ideia de que as distinções são marcantes: “porque são elementos importantes ao analisarmos a forma pela qual a argumentação se configura com o público”. Assim, o articulador textual “porque” promove a amarração entre os dois segmentos do texto, de modo a sinalizar a relação de sentido de explicação/justificativa, além de colaborar para o desenvolvimento da argumentação, orientada no sentido de ressaltar a importância de distinções como a de visada e dimensão argumentativa na obra resenhada.

Na sequência do parágrafo, a autora apresenta uma citação de Amossy a respeito da natureza do discurso, sempre voltado à tentativa de impactar o público. Depois de apresentada a citação, a autora utiliza o articulador textual “Isto é”,

também da categoria discursivo-argumentativa, com o qual é sinalizada uma relação de redefinição para a ideia apresentada sobre a natureza do discurso. A redefinição é apresentada imediatamente depois do articulador, e consiste em dizer que “o discurso irá possuir uma visada argumentativa, mas também poderá modificar a orientação dos modos de sentir e de ver, o que o leva a possuir uma dimensão argumentativa”. O que a autora faz, ao proceder com essa estratégia, é expandir o entendimento do que seria – ou de como ocorreria – o impacto que o discurso procura causar no público que tem como alvo. Trata-se, pois, de um caso de paráfrase, que, conforme Koch e Elias (2018), diz respeito à reapresentação de um conteúdo, mas a partir de formas estruturais diferentes. No caso em análise, a reapresentação traz consigo o desenvolvimento do conteúdo parafraseado, como vimos. O articulador textual “Isto é” promove, pois, o entrelaçamento entre dois segmentos do texto, estabelecendo a relação de sentido de redefinição e, portanto, de paráfrase. Do ponto de vista argumentativo, esse articulador colabora para a tentativa da autora da resenha de influenciar seus leitores, ao sinalizar o desenvolvimento de uma ideia fundamental (a do caráter argumentativo do discurso) na obra resenhada.

No interior da paráfrase analisada no parágrafo anterior, temos a ocorrência de mais um articulador textual, “mas também”, que, a exemplo dos dois anteriores, é do tipo discursivo-argumentativo. Esse articulador sinaliza uma relação de conjunção/soma entre os dois segmentos transcritos a seguir: 1) “o discurso irá possuir uma visada argumentativa” e 2) “poderá modificar a orientação dos modos de sentir e de ver, o que o leva a possuir uma dimensão argumentativa”. Os dois segmentos destacados se somam para compor a argumentação discursiva (conforme desdobrada na paráfrase) tal como concebida por Amossy. Dizendo de outra maneira, a autora da resenha estabelece a junção dessas duas ideias para enfatizar que a argumentação, conforme Amossy, recobre tanto a visada argumentativa quanto a dimensão argumentativa (ou seja, a tentativa da modificação dos modos de sentir e de ver). O articulador textual “mas também”, assim, é um recurso coesivo que funciona de modo a conectar segmentos do texto, aplicando a relação de sentido de conjunção/soma com o propósito (sempre argumentativo) de compor de modo completo o que seria o caráter argumentativo do discurso para Ruth Amossy.

A seguir, apresentamos o segundo excerto da resenha a ser analisado.

(2) É nítido que o livro é endereçado àqueles que fazem parte do ambiente acadêmico, principalmente aos que trabalham e pesquisam nas áreas da Análise do Discurso, da Argumentação e a Neo-retórica, **no entanto**, a própria autora deixa claro que especialistas de outras áreas podem utilizá-lo, como: pesquisadores do campo das ciências políticas, ciências da linguagem e da comunicação. (Santos, 2020, p. 93).

Desse segundo excerto, destacamos apenas um articulador textual a ser analisado, o qual aparece negrito: “no entanto”. Tal articulador é da categoria textual-discursiva e estabelece uma relação de contrajunção. A autora da resenha primeiro assevera que o público-alvo da obra por ela resenhada são acadêmicos, sobretudo aqueles que se filiam à Análise do Discurso, aos estudos de Argumentação e da Nova Retórica. Feita essa asserção, a autora se vale do articulador “no entanto” para opor a ela uma outra ideia: a de que a obra resenha também pode ser utilizada por pesquisadores de outras áreas, tais como as ciências políticas, as ciências da linguagem e da comunicação. Temos, assim, dois argumentos em contraste: o primeiro deles diz que a obra é dirigida a acadêmicos, especialmente aqueles que investigam o discurso e a argumentação, enquanto o segundo defende que a obra em questão também pode interessar a pesquisadores de outras áreas; o segundo argumento é o que prevalece. Vemos, assim, o articulador textual em análise funcionando de modo a concatenar dois segmentos do texto, estabelecendo a relação de sentido de contrajunção e, do ponto de vista da argumentação, opondo argumentos que orientam para conclusões opostas.

Os articuladores textuais, dos mais variados tipos, são, como nossas análises buscaram demonstrar, elementos indispensáveis ao fazer textual: promovem a amarração entres as diversas partes do texto, colaboram para a construção dos sentidos e orientam a argumentação num dado sentido. Por tudo isso, a investigação dos articuladores pode oferecer subsídios ao ensino de compreensão e produção textual, em quaisquer dos níveis de ensino e tomando como material de investigação textos realizados em qualquer que seja o gênero (como a resenha acadêmica, gênero por nós analisado), sempre em adequação aos níveis de ensino.

O professor de língua materna pode realizar atividades de compreensão textual que levem os alunos a refletirem sobre o papel dos articuladores no encadeamento de segmentos do texto, dando destaque às relações de sentido que esses elementos sinalizam e à direção argumentativa que eles orientam. No caso de atividades de produção textual, o professor pode levar os alunos a refletirem sobre o uso que eles mesmos fazem desses elementos em suas produções, sugerindo, quando for o caso, alterações dos articuladores escolhidos para a expressão adequada dos sentidos pretendidos. O uso adequado dos articuladores textuais é parte essencial de textos bem produzidos, o que, a nosso ver, dá à reflexão sobre esses elementos um lugar nas aulas de língua materna.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nosso trabalho demonstrou a importância dos articuladores textuais para o estabelecimento da coesão textual e para a construção da coerência e da argumentação no gênero discursivo resenha acadêmica. Esses elementos colaboram para o encadeamento dos diversos segmentos do texto ao sinalizar relações de

sentido as mais variadas, além de orientar a argumentação no sentido pretendido pelo locutor, sempre em consonância com seus propósitos comunicativos e visando influenciar seus interlocutores.

Diante dos resultados alcançados, almejamos contribuir com os estudos de Linguística Textual, enfatizando a importância dos articuladores para a construção textual dos sentidos e da argumentação. Acreditamos que esses importantes recursos coesivos possam e devam ser investigados em diversos outros gêneros do discurso, sempre com atenção aos modos de configuração particular do texto.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, I. **Lutar com palavras: coesão e coerência**. São Paulo: Parábola, 2005.

CAVALCANTE, M. M. *et al.* **Linguística Textual: conceitos e aplicações**. 1 ed. Campinas: Pontes editores, 2022.

CAVALCANTE, M. M. *et al.* **Linguística Textual e Argumentação**. Campinas: Cortez, 2020.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

KOCH, I. G. V. **A coesão textual**. 22 ed. São Paulo: Contexto, 2010.

KOCH, I. G. V. **Argumentação e linguagem**. 13 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

KOCH, I. G. V. **Desvendando os segredos do texto**. 2 ed. São Paulo, Cortez, 2003.

KOCH, I. G. V. **Introdução à Linguística Textual: trajetória e grandes temas**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2018.

KOCH, I. G. V.; ELIAS, V. M. **Escrever e Argumentar**. São Paulo: Contexto, 2018.

PAIVA, V. L. M. O. **Manual de pesquisa em estudos linguísticos**. 1 ed. São Paulo: Parábola, 2019.

SANTOS, Adriele Barbosa. AMOSSY, Ruth. A Argumentação no Discurso. São Paulo: Contexto, 2020. **Revista Falange Miúda**, [S. l.], v. 7, n. 2, p. 89–93, 2023. Disponível em: <https://periodicos.upe.br/index.php/refami/article/view/382>. Acesso em: 18 ago. 2024.

O PLANO DE TEXTO COMO ELEMENTO UNIFICADOR DA REDAÇÃO NOTA MIL DO ENEM

Gustavo Tawan Silva de Moura
Isadora Sanzia da Costa Moraes
Mário Gleisse das Chagas Martins

1 INTRODUÇÃO

O Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) é o principal exame de seleção para o ingresso dos/as estudantes nas instituições de ensino superior do país, sejam estaduais, federais e, em alguns casos, privadas. O exame avalia diversas competências dos candidatos ao final do ensino médio, como o desempenho em diferentes áreas do conhecimento específicas, as quais sejam: linguagens e códigos; ciências humanas; ciências da natureza e matemática, sendo acompanhadas de suas tecnologias, além de uma redação dissertativo argumentativa, que explora as competências linguísticas do/a candidato/a (Cartilha do Participante Enem, 2024).

Como nos dedicamos a entender o plano de texto das redações, nossa discussão tem como objeto a produção textual mencionada. Isso porque, devido possuir sozinha 1000 (mil) pontos, se torna relevante discutir a melhor estratégia para redigir a prova escrita. No entanto, observa-se que muitos cursinhos e alguns professores definem uma forma única, fechada e mecânica de como podemos produzi-la, contribuindo com práticas que não possibilitam que os/as alunos/as olhem para o texto como uma estrutura arquitetônica bem definida e delimitada, como nos coloca Adam (2020) em *A Noção do Plano de Texto*.

Pensando nisso, nosso estudo tem como objetivo principal exemplificar, através de uma redação nota mil do ano de 2023, as sequências textuais presentes na composição de um texto nota máxima. Para isso, procuramos entender o que são, como estão presentes na redação nota mil e como se apresentam na construção de todo o texto. Assim, destacamos elementos coesivos, retomadas anafóricas e suas contribuições na formação da *estrutura global* e *mesoestrutural* definidas por Adam (2022).

Finalmente, delimitamos a estruturação deste estudo, que se divide em três momentos, os quais são: esta introdução, onde delimitamos nosso objeto e o objetivo do estudo; discussão teórica, que é dividida em dois momentos, a saber: a diferença entre elementos mecânicos e plano de texto (1) e a análise do plano de texto de uma redação nota máxima do ano de 2023; e, por fim, apresentamos

conclusões pertinentes a respeito da importância que deve ser dada às discussões propostas por Adam (2022) aplicadas ao gênero redação do Enem.

2 DISCUSSÃO TEÓRICA

Em nossa discussão teórica, explicitamos o momento que constitui ambas as partes deste trabalho, que é dividido em duas seções, a saber: o plano de texto como elemento unificador ou mecânico (1) e o plano de textos de redações nota mil (2).

2.1 O plano de texto como elemento unificador ou mecânico?

Inicialmente, torna-se necessário discutir o plano de texto como um elemento unificador e não como um processo de mecanização de escrita, analisando o modo como os movimentos presentes nos textos dissertativos-argumentativos podem ser construídos. Para isso, recorreremos a alguns autores que tratam sobre gênero, como Bakhtin (1992); da noção do plano de texto, como Adam (2022) e, por fim, com Cavalcante (2012), entendendo os tipos de conhecimento utilizados em nossas produções discursivas, aliadas aos elementos de coerência.

Assim, torna-se necessário, em um primeiro momento, discutirmos o que é plano de texto, que, resumidamente, trata-se de uma estrutura composicional, que “pela simples varredura do peritexto, [...] torna possível a leitura de um todo, a partir de uma percepção da organização hierárquica dos diferentes níveis textuais de profundidade” (Adam, 2022, p. 112).

Assim, a partir de uma estrutura geral, como introdução, desenvolvimento e conclusão, podem observar e classificar os elementos internos. Ou seja, que a partir da articulação global do texto possamos observar elementos de organização interna e os seus movimentos. Desse modo, essas subpartes podem ser analisadas, além das relações de sentido presentes nos textos dissertativos-argumentativos.

Logo, o plano de texto pode ser classificado em duas estruturas: estrutura global – em que observamos a arquitetura do texto, como introdução, desenvolvimento e conclusão – e microestrutural – em que observamos os movimentos dos diferentes tipos textuais, movimentos que se fazem presente em menor grau dentro de textos que exigem a defesa de uma tese. Analisaremos, assim, como é desenvolvida essa microestrutura. No caso da redação dissertativo-argumentativa do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), isso pode ser visto de uma forma mais evidente, tendo em vista a cristalização de uma estrutura que segue determinados padrões de forma, muitas vezes mecânica, reprodutiva.

Levando em consideração um desses padrões, temos a proposta de intervenção, que é obrigatória da competência V, em que o/a estudante deve encerrar sua discussão apresentando quem irá resolver o problema, como, por meio de que e com qual finalidade, enquanto o plano de texto não se atém a normas tão

específicas, como delimitação de componentes presentes em cada uma das partes do texto.

Com isso não queremos que esse último seja mais válido do que os componentes mecânicos, visto que são criados a partir dos movimentos textuais, mas nos dedicamos a diferenciá-los e visualizar que não necessariamente precisamos usar os mesmos elementos em tipos textuais diferentes. Em uma conclusão que leve em consideração a capacidade construtiva de texto do/a aluno/a, podemos fazer com que o/a aluno/a olhe para outros focos textuais e os conclua conscientemente, como o movimento narrativo aberto ao início do texto pela aluna e retomado ao final da redação.

Diante de tudo isso, não acreditamos ainda que esses elementos devam ser desconsiderados, pois fazem parte de uma prova que avalia a capacidade do/a estudante de incluir esses padrões. Ou seja, de forma alguma queremos dizer que o/a professor/a não pode ensinar ao/a aluno/a que a redação é composta de uma contextualização, tese e um encaminhamento argumentativo na introdução, pois entendemos que esses elementos surgem a partir dos movimentos destacados por Adam. No entanto, acreditamos que essa visualização pode ser ampliada, fazendo-nos entender o motivo de tais denominações ao propor um novo olhar e entendimentos que englobem o texto.

Isso nos mostra, de fato, a linha de raciocínio desenvolvida, mostra capacidade argumentativa, construtiva textual e repertório, evidenciando como o arquiteto que estrutura o texto desde os seus mínimos detalhes (Adam, 2022). Quando se diz que o texto é composto de proposição, argumentos e conclusão, podemos entender a própria proposta de intervenção do Enem (Adam, 2022). Visto que, como o texto é finalizado por um fechamento, uma conclusão, o exame optou por um bem específico, delimitando que se use um agente, um meio, modo e uma finalidade para uma proposta de intervenção.

Logo, queremos que o/a aluno/a vislumbre, através dessa análise, que ele/a pode ser idealizador desse elemento para outros tipos textuais, demonstrando capacidade criativa. Portanto, entendida essa reflexão, podemos nos aproximar do que Bakhtin (1992) fala de composição estilística como fundamental para a produção de um texto e de sua arquitetura e de visualizarmos que o/a estudante tem domínio w desenvolvimento para a elaboração de um texto.

Esse estudo se utiliza, ainda, de conceitos fundamentais para esse entendimento como propostos por Cavalcante (2012), quando a autora propõe que existem alguns tipos de conhecimento que convergem nos diversos textos, como bibliográfico, interacional e cultural; apresenta-nos ainda outros conceitos fundamentais para entender a coerência de textos, como continuidade, progressão e articulação. Estes e aqueles elementos se tornam importantes, pois nos ajudam a entender de forma profunda a composição de um texto, possibilitando-nos fugir da

superficialidade na construção, tornando nossa prática efetiva de pesquisador-professor.

2.2 O plano de texto de uma redação nota mil do Enem 2023

Em nossa análise, realizamos uma análise em uma redação nota mil do ano de 2023, da candidata Maria Luiza Januzzi, de Valença (RJ). Analisamos sua redação de acordo com a descrição do plano de texto de Adam (2022), tendo como elementos analisados as sequências textuais e Cavalcante (2012), que aborda elementos de coesão. Para melhores efeitos de compreensão, apresentamos abaixo o texto:

Redação nota mil da candidata Maria Luiza Januzzi, de Valença (RJ)
<p>[De acordo com a pensadora brasileira Djamila Ribeiro, o primeiro passo a ser tomado para solucionar uma questão é tirá-la da invisibilidade]. [Porém, no contexto atual do Brasil, as mulheres enfrentam diversos desafios para que seu trabalho de cuidado seja reconhecido, gerando graves impactos em suas vidas, como a falta de destaque]. [Nesse sentido, essa problemática ocorre em virtude da omissão governamental e da influência midiática].</p> <p>[Dessa forma, em primeiro plano, é preciso atentar para o descaso estatal em relação aos obstáculos enfrentados diariamente por mulheres que trabalham como cuidadoras]. [Segundo John Locke, “as leis fizeram-se para os homens e não para as leis”]. [No entanto, a inércia governamental direcionada à tais pessoas não cumpre com o previsto na Carta Magna, visto que a falta de investimento em políticas públicas causa dificuldades no âmbito profissional deste setor - como a desvalorização salarial. Isso contribui para que suas necessidades sejam cada vez mais negligenciadas].</p> <p>[Além disso, a influência dos meios digitais é um fator agravante no que tange ao problema]. [Para Chimamanda Adichie, mudar o “status quo” - o estado atual das coisas - é sempre penoso]. [Essa conjuntura pode ser observada no papel que a mídia possui na luta diária de mulheres que exercem o trabalho do cuidado ou doméstico, uma vez que ela auxilia no fortalecimento de uma mentalidade social machista no país. Isso ocasionou o silenciamento da população feminina, enraizando a lógica do patriarcado na sociedade. Diante do exposto, as mulheres perdem a voz na busca por direitos profissionais na área de cuidado, ao ser propagada a ideia de que essa função é sua, e somente sua, obrigação].</p> <p>[Portanto, é necessário que esta situação seja dissolvida]. [Para isso, o governo, órgão responsável por garantir a condição e existência de todos, deve prover apoio psicológico e financeiro às cuidadoras, por meio de investimentos e pelo exercício das leis, a fim de sanar a vulnerabilidade socioeconômica existente no cotidiano desses grupos. Paralelamente, os meios de comunicação precisam combater a lógica de inferioridade e a concepção machista agregadas a este trabalho]. [Assim, será possível solucionar esta questão, pois será retirada do cenário de invisibilidade, como propõe Djamila. observada no papel que a mídia possui na luta diária de mulheres que exercem o trabalho do cuidado ou doméstico, uma vez que ela auxilia no fortalecimento de uma mentalidade social machista no país. Isso ocasionou o silenciamento da população feminina, enraizando a lógica do patriarcado na sociedade]. [Diante do exposto, as mulheres perdem a voz na busca por direitos profissionais na área de cuidado, ao ser propagada a ideia de que essa função é sua, e somente sua, obrigação].</p>

Fonte: G1

3 SEQUÊNCIAS TEXTUAIS

De início, cabe destacarmos o que são sequências textuais. Assim, de acordo com Adam (2020), os gêneros do discurso são modos pré-formatados e hierárquicos

de articulação das frases e períodos, podendo vir juntas em sua composição ou em períodos diferentes, que são classificadas em cinco tipos: descritivos, narrativos, argumentativos, explicativos e dialogais. Neste estudo, focaremos nos narrativos, argumentativos e explicativos.

Segundo o autor, essas formas estão imbricadas nos mais diversos gêneros, de modo que podem vir em um mesmo parágrafo, ou, ainda, entre parágrafos distintos, observando a estrutura global do texto (Adam, 2022). Com isso, observamos que esses movimentos são práticas intrínsecas aos mais variados gêneros textuais, que podem compor juntos um mesmo período ou diferentes, a depender da estratégia composicional utilizada pelo/a candidato/a com um determinado objetivo mais específico.

Assim, dando início a nossa análise, observamos que ela nos traz na estrutura global uma voz de autoridade da autora Djamila Ribeiro, apresentando uma contextualização com a temática que irá discutir e construindo uma sequência do tipo narrativa que abre e fecha a discussão. Vejamos os destaques abaixo:

Sequências narrativas	
Abertura	“De acordo com a pensadora brasileira Djamila Ribeiro, o primeiro passo a ser tomado para solucionar uma questão é tirá-la da invisibilidade”
Fechamento	“Assim, será possível solucionar esta questão, pois será retirada do cenário de invisibilidade, como propõe Djamila, observada no papel que a mídia possui na luta diária de mulheres que exercem o trabalho do cuidado ou doméstico, uma vez que ela auxilia no fortalecimento de uma mentalidade social machista no país. Isso ocasionou o silenciamento da população feminina, enraizando a lógica do patriarcado na sociedade”.

Fonte: elaborado pelos autores.

Como podemos observar, o movimento é caracterizado por uma abertura e fechamento, como uma história, nesse caso, um contexto, em que especifica a discussão trazida e a delimita com início e fim. O que exemplifica bem o que Adam (2022) fala sobre características intrínsecas ao movimento, demonstrando uma ligação de situação inicial – a fala da Djamila e/ou desfecho da história, que, neste caso, se observam os dois – retomando sua situação e uma estrutura que é balizada a partir de uma estilística, do estilo do/a estudante (Bakhtin, 1992).

Percebemos, em seguida, que a discussão perpassa outro movimento do texto – a tese, pois o desenlace feito é influenciado e vinculado ao que foi destacado inicialmente, através de uma retomada anafórica. Os movimentos apresentados ainda apresentam períodos completos que não se misturam a outros movimentos, o que poderia ocorrer sem nenhum problema, a depender do conhecimento e estilo do/a candidato/a. Dependendo da composição estilística citada inicialmente, nesse caso observamos que ele compõe um parágrafo, o que não é nada incomum, pois denota a estratégia da autora de simplificar e se fazer os elementos propostos por ela no corpo da discussão.

Acrescentemos também que esse movimento aparece apenas na introdução e conclusão, denotando que, por ser um elemento narrativo, não faria sentido se houvesse uma grande quantidade de passagens desse tipo, tendo em mente a predominância requerida pelo tipo textual. A escrita da autora ainda demonstra um tipo de conhecimento bastante estratégico, que, como diz Cavalcante (2012), demonstra – predominantemente – nosso conhecimento de mundo representado no texto, visto que ela poderia reafirmar a temática, sem se preocupar em nos trazer esse tipo de conhecimento em sua discussão.

Quando se coloca a fala da autora Djamila no contexto de invisibilização feminina, podemos, através de nosso conhecimento de mundo, inferir que a candidata tem total domínio do repertório, pois está alinhado ao tema discutido. Em seguida, notamos na continuidade de sua construção, iniciada pelo elemento adversativo *porém*, que contraria sua proposição inicial e acrescenta seu ponto de vista. Esse elemento se caracteriza pela contestação ou reafirmação de uma proposição anterior, refutando-a e exprimindo um posicionamento característico do movimento argumentativo.

Nesse caso, ela não reafirma a ideia expressa pela autora Djamila Ribeiro. Em outras palavras, a retomada crítica é feita de forma anafórica ao contestar sua proposição inicial. Aqui, temos a parte principal do texto, o qual podemos evidenciar seus focos e suas influências. Serve também para que destaquemos mais um tipo de sequência. Apresenta-se abaixo:

Sequências argumentativas	
Na introdução	“Porém, no contexto atual do Brasil, as mulheres enfrentam diversos desafios para que seu trabalho de cuidado seja reconhecido, gerando graves impactos em suas vidas, como a falta de destaque”.
No desenvolvimento 1	“No entanto, a inércia governamental direcionada à tais pessoas não cumpre com o previsto na Carta Magna, visto que a falta de investimento em políticas públicas causa dificuldades no âmbito profissional deste setor - como a desvalorização salarial. Isso contribui para que suas necessidades sejam cada vez mais negligenciadas”.
No desenvolvimento 2	“Essa conjuntura pode ser observada no papel que a mídia possui na luta diária de mulheres que exercem o trabalho do cuidado ou doméstico, uma vez que ela auxilia no fortalecimento de uma mentalidade social machista no país. Isso ocasionou o silenciamento da população feminina, enraizando a lógica do patriarcado na sociedade. Diante do exposto, as mulheres perdem a voz na busca por direitos profissionais na área de cuidado, ao ser propagada a ideia de que essa função é sua, e somente sua, obrigação.”
Na conclusão	“Para isso, o governo, órgão responsável por garantir a condição e existência de todos, deve prover apoio psicológico e financeiro às cuidadoras, por meio de investimentos e pelo exercício das leis, a fim de sanar a vulnerabilidade socioeconômica existente no cotidiano desses grupos. Paralelamente, os meios de comunicação precisam combater a lógica de inferioridade e a concepção machista agregadas a este trabalho”.

Fonte: elaborado pelos autores

De início, podemos destacar que o movimento argumentativo é o movimento mais recorrente, pois é o esperado diante do gênero. Diferentemente do anterior, não está isolado por períodos, demonstrando uma complexidade estilística maior. Ao observarmos em seu contexto geral, visualizamos os elementos destacados por Cavalcante (2012), de continuidade textual, progressiva e não contradição, reafirmando total competência textual. Isso porque estamos na parte que denominamos corpo de texto, onde as informações são discutidas, de forma a contestá-las ou refutá-las.

Nas palavras de Cavalcante (2012), temos elementos que nos fazem visualizar a progressão, pois ela acrescenta “informações a respeito dos elementos retomados. São esses acréscimos que fazem o sentido do texto progredir”. Assim, percebemos que a candidata retoma os argumentos apresentados na introdução e acrescenta novas informações a esses posicionamentos, como uma topicalização temática em que todo o período se volta para a comprovação dessa ideia, que, como observamos, se faz a partir de um elemento de um movimento descritivo, explicativo e argumentativo.

Em outras palavras, “a progressão é obtida a partir da adesão de novos conceitos e informações aos elementos responsáveis pela continuidade” (Cavalcante, 2012, p. 12). Comprova-se esse fato a partir do momento em que a autora faz uma retomada catafórica e retoma os elementos citados ao final da introdução, que foram a omissão governamental e a influência midiática, a fim de trazer novas informações ao que ela denominou serem fatores cruciais dentro da problemática, demonstrando uma competência necessária para lidar com o gênero.

Podemos observar ainda que, em momento algum, há contradição de ideias. Os repertórios socioculturais destacados nos argumentos demonstram que ela segue sua tese, apresentada na introdução, de forma exemplar durante todo o seu texto. O que torna bem evidente a articulação realizada, definida como

à maneira como os fatos e conceitos apresentados no texto se encadeia e se organiza, ou seja, como se relacionam uns com os outros. Portanto, para que um texto seja articulado, é preciso que suas ideias tenham a ver umas com as outras; é preciso estabelecer tipos específicos de relação entre elas (Cavalcante, 2012, p. 13).

Destacamos, ainda, como a candidata demonstra conhecimento dos elementos conectivos usados e da noção de sentidos que os conectores representam nos dois primeiros blocos da estrutura global apresentados. Observa-se que, na introdução, logo após sua contextualização com a fala da autora, ela traz um elemento adversativo para expor sua tese, demonstrando como possui entendimento do sentido semântico dos termos, ao ligar o primeiro período ao segundo. Nota-se também que, em um momento mais descritivo de sua tese, o instante onde se apresentam os argumentos, ela usa “nesse sentido”, fazendo

referência ao contexto construído e as aberturas de sentido realizadas de forma bem consciente.

Destacadas as sequências narrativas e argumentativas, temos as explicativas, que, de acordo com Adam (2022), caracterizam-se por uma resposta ao porquê, o qual entendemos como o movimento que está diretamente ligado aos seus argumentos, como uma avaliação. Isso é feito de forma anafórica. Dito isto, tem-se:

Sequência explicativa/descritiva	
Introdução	“Nesse sentido, essa problemática ocorre em virtude da omissão governamental e da influência midiática”.
Desenvolvimento 1	“Além disso, a influência dos meios digitais é um fator agravante no que tange ao problema”.
Desenvolvimento 2	“Portanto, é necessário que esta situação seja dissolvida”
Conclusão	“Diante do exposto, as mulheres perdem a voz na busca por direitos profissionais na área de cuidado, ao ser propagada a ideia de que essa função é sua, e somente sua, obrigação”.

Fonte: elaborado pelos autores

A sequência destacada ocorre, geralmente, em um período único. Isso porque serve para explicar o porquê ou fazer uma autoavaliação de algo destacado anteriormente, entendido aqui como a avaliação do repertório sociocultural, que se realizou por um movimento argumentativa. Nessa parte, percebemos a retomada de informações de diferentes partes do texto, como da introdução e desenvolvimento, para que as ideias postas sejam concluídas e fechadas.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, como apresentado, torna-se importante discutir os movimentos textuais ao se trabalhar com textos no contexto de sala de aula. Dito isso, ao ensinarmos ao/à aluno/a que deve haver uma tese em sua introdução, precisamos não só explicar que é devido a essa característica pertencente a um movimento de argumentação, um ponto de vista, como também explicar que isso irá influenciar em outras partes do texto – como no desenvolvimento – e, por isso, devem estar conectadas.

Entendendo esses movimentos, podemos ir mais a fundo nessa discussão de componentes da redação. Para que isso ocorra, precisamos fazer com que o/a aluno/a tenha, de forma explícita, consciência do que é composta – ou do que pode ser composta –, sua estrutura global, como realizado pela aluna. Isso permite que o/a aluno/a abra um movimento narrativo em sua introdução e, conscientemente, feche-a na conclusão, demonstrando um todo unificado e delimitado (Adam, 2022).

Além disso, observamos um todo coeso e coerente, pois a aluna entende com que finalidade ele traz esse movimento, contesta, apresenta e discute. Demonstrando que os/as estudantes não estão pensando em elementos que lhes foram dados, mas na própria constituição de texto que inerente aos diversos

gêneros textuais. Assim, teremos alunos/as conscientes de processos anafóricos e catafóricos, de relações de sentido presentes nos textos e, sobretudo, possuirão maior consciência ao escreverem o que se propõem, de modo que possam criar seus próprios planos de textos.

Esses movimentos que surgem da capacidade criativa, da competência linguística e, sobretudo, da construção de uma discussão que demonstra conhecimento dos movimentos que podem e devem estar presentes em seus textos, em especial no gênero dissertativo argumentativo, advinda da sua importância para ingressar no ensino superior.

REFERÊNCIAS

ADAM, J. M. **A noção de texto**. Trad. Maria das Graças Soares Rodrigues, João Gomes da Silva Neto e Luis Passeggi. EDUFRN: Natal, 2022.

BAKHTIN, M. Os gêneros do discurso. *In*: BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

CAVALCANTE, Mônica Magalhães. **Os Sentidos do Texto**. São Paulo: Contexto, 2012.

O USO DO REPERTÓRIO SOCIOCULTURAL EM TEXTOS DISSERTATIVO-ARGUMENTATIVOS: ANÁLISE DE REDAÇÕES NOTA MIL DO ENEM

Luís Miguel Vieira Santos
Sártry Araújo Silva
Jackeline Sousa Silva

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Este trabalho aborda sobre a articulação dos repertórios socioculturais utilizados por determinadas participantes da edição do ano de 2023 do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), em que serão analisadas duas redações que obtiveram nota máxima, visando especificar as estratégias utilizadas pelas autoras para desenvolvimento dos repertórios. Nesse contexto, vale citar que este trabalho foi desenvolvido tendo em vista a percepção das dificuldades apresentadas na produção de alunos participantes do Projeto de Extensão Universitária “Oficinas de Redação: abrindo caminhos para a universidade”, quanto ao uso de repertório para fundamentar sua argumentação, de modo a atender os critérios exigidos pela banca do exame.

Nessa ótica, o ENEM representa, atualmente, uma das principais formas de ingresso no ensino superior no Brasil. Além de questões referentes às áreas: Linguagens e suas Tecnologias, Ciências Humanas e suas Tecnologias, Ciências da Natureza e suas Tecnologias e Matemática e suas, os participantes são submetidos a uma prova de redação, que constitui um componente de grande peso para a composição da média, e que exige dos candidatos a produção de um texto dissertativo-argumentativo avaliado à luz de competências, incluindo o uso de repertório sociocultural.

Esse repertório, quando utilizado de maneira pertinente e legitimada, pode não apenas enriquecer a argumentação, mas também demonstrar o domínio de diferentes áreas do conhecimento por parte do candidato. Entretanto, a capacidade de utilizá-lo de forma produtiva tem se mostrado um desafio para muitos estudantes, sobretudo aqueles oriundos de escolas públicas, que muitas vezes não possuem acesso a cursos preparatórios adequados. Nesse contexto, o Projeto de Extensão Universitária “Oficinas de Redação: abrindo caminhos para a universidade” foi criado com o intuito de oferecer apoio a esses alunos, fornecendo orientações específicas para a produção de redações no padrão exigido pelo ENEM.

Ante o exposto, o artigo busca aprofundar o entendimento sobre o uso do repertório sociocultural em textos dissertativo-argumentativos produzidos no contexto do ENEM 2023. Para tanto, o estudo baseia-se por uma metodologia de caráter bibliográfico e de análise documental, uma vez que foram utilizadas redações nota 1000 do ENEM de 2023, retiradas de Felpi (2024), para análise do uso dos repertórios socioculturais, especialmente no que tange à legitimidade, pertinência e produtividade, a partir do desenvolvimento da temática "Desafios para o enfrentamento da invisibilidade do trabalho de cuidado realizado pela mulher no Brasil".

A partir da análise dessas produções, espera-se evidenciar como a articulação de repertórios legitimados, pertinentes e produtivos pode colaborar diretamente para a construção de uma argumentação sólida, fornecendo subsídios para a formação de estudantes que enfrentam dificuldades semelhantes, especialmente aqueles provenientes de escolas públicas, como os participantes do projeto de extensão aqui referenciado.

2 DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA

Nesta seção, expomos as etapas de desenvolvimento do estudo sobre o repertório sociocultural utilizado em textos dissertativo-argumentativos. De início, fizemos uma revisão de literatura, abordando o tema tratado com base nas ideias de Possenti (2017), Gonçalves (2017), Santos, Sá e Silva (2023), entre outros. Em seguida, apresentamos os procedimentos metodológicos que sustentaram a pesquisa. Como última etapa do desenvolvimento, trazemos uma discussão dos resultados, obtidas a partir de análise de textos nota mil no ENEM, na edição do ano 2023.

2.1 Revisão de literatura

A prova de redação elaborada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), para fins do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), exige do candidato a produção de um texto em prosa, do tipo dissertativo-argumentativo, que tenha como base argumentos consistentes e coerentes (Brasil, 2023). Nesse sentido, nota-se ser crucial o uso de repertórios socioculturais, os quais demonstram o conhecimento de mundo do autor, na construção de uma argumentação satisfatória, já que escrever requer a manifestação dos saberes do escritor (Koch e Elias, 2011).

Sendo o recomendado elencar quatro parágrafos para redigir a redação, deve-se selecionar e encadear de maneira produtiva, portanto, ao longo dos três primeiros parágrafos, informações legitimadas de áreas do saber pertinentes ao tema. Contudo, Silva, Sá e Santos (2023, p. 4) ressaltam que “essa organização

textual não se trate de uma imposição do exame, que delimita apenas o número máximo de linhas [...]”. Assim, cabe ao candidato elaborar seu projeto de texto de modo a atender ao esperado no tocante ao gênero redação do ENEM, conforme os autores acima mencionados: desenvolvimento do tópico central, subtópicos de primeira ordem (indicação dos argumentos a serem desenvolvidos); subtópicos de segunda ordem (comprovação dos argumentos, com aprofundamento da argumentação) e subtópicos de terceira ordem (apresentação de uma proposta de intervenção).

Sob essa perspectiva, o uso de repertório socioculturais se categorizam como subtópicos de segunda ordem, visto que tem como objetivos subsidiar a comprovação dos argumentos selecionados pelo autor do texto, e contribuir para uma argumentação consistente. Nesse sentido, cumpre ressaltar dois motivos de uma fraca argumentação, quanto ao uso do repertório sociocultural. Primeiro: fundamentar-se majoritariamente nos textos motivadores. Isso ocorre uma vez que se pressupõe a carência de conhecimento externo ao momento da prova e falta de preparação para o exame. O segundo, por seu turno, é a presença de previsibilidade, sobretudo quando precede ou sucede uma argumentação confusa ou com lacunas (Possenti, 2017).

Recorrer a repertórios, entretanto, não se restringe a mencionar nomes de autoridades filosóficas, literárias e científicas, ou eventos históricos, ou definições: faz-se preciso articular o conhecimento de mundo exposto à opinião própria do autor, sempre ela relacionada ao tema. Então, vê-se a existência de um íntimo elo entre o repertório e a argumentação; este se vale daquele para sustentar sua credibilidade.

Em complemento ao exposto, Gonzaga (2017) destaca que, na fundamentação, ou seja, no instante em que o “[...] candidato começa efetivamente a desenvolver o argumento” (Oliveira, 2023, p. 180), deve-se trazer ao texto, prezando-se pela originalidade, conhecimentos variados, visando convencer e envolver o leitor, neste caso, o corretor do ENEM. Por isso, o vestibulando tem de continuamente se manter atualizado das notícias contemporâneas, bem como munido de leituras, para expandir seu repertório sociocultural.

Em face do exposto, torna-se evidente que o uso do repertório sociocultural na redação do ENEM exerce um papel essencial na construção de uma argumentação sólida, além de ser avaliado na Competência 2, na qual somente obtém nota máxima o candidato que “desenvolve o tema por meio de argumentação consistente, a partir de um repertório sociocultural produtivo, e apresenta excelente domínio do texto dissertativo-argumentativo” (Brasil, 2024, p. 20). Dessa forma, o uso legitimado, pertinente e produtivo do repertório sociocultural, aliado à atualização constante e à diversidade de leituras, configura-se como requisito essencial para alcançar nota máxima na redação do ENEM.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia deste estudo foi estruturada, *a priori*, por uma pesquisa bibliográfica, embasada nos trabalhos de Possenti (2017), Gonçalves (2017), Santos, Sá e Silva (2023), entre outros. Além disso, recorre-se, ainda, a orientações da Cartilha do Participante (Brasil, 2024). Em seguida, procedeu-se à pesquisa documental, que envolveu a análise de duas redações nota mil, publicadas na Cartilha Redação a Mil 6.0, por Felpi (2023), que se constitui em uma coletânea de textos avaliados com nota máxima no exame de 2022.

A abordagem qualitativa orientou a análise, sendo empregada a técnica de análise de conteúdo proposta por Bardin (1977), seguindo as etapas de pré-análise, que envolveu a escolha dos textos, com a finalidade de compor o *corpus* deste estudo; exploração do material, com o intuito de identificar os repertórios socioculturais e a forma como são utilizados nos textos selecionados; e o tratamento dos resultados, apresentados na seção seguinte.

É válido afirmar, ainda, que as análises feitas não são suficientes para apresentar, de modo definitivo, como um repertório deve ser utilizado em texto dissertativo-argumentativo para se tornar legitimado, pertinente e produtivo, uma vez que o método de articulação das informações irá variar de acordo com o autor. Para isso, outras redações devem ser analisadas a fim de que assim haja maior compreensão acerca das questões tratadas neste trabalho.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Nesta seção, analisamos duas redações, presentes no instrumental “Cartilha Redação a Mil 6.0”, que alcançaram nota máxima no ENEM de 2023, cuja temática foi “Desafios para o enfrentamento da invisibilidade do trabalho de cuidado realizado pela mulher no Brasil”. Os textos em questão são de autoria das candidatas Heloísa Vitória Santos Silva e Maria Laura Santin Klein. Nosso foco será examinar o uso dos repertórios socioculturais empregados pelas autoras, dentro de suas produções dissertativas-argumentativas, visando explicar como essas estratégias devem ser utilizadas para fortalecer os argumentos apresentados.

Nesse contexto, vale ressaltar que, para a produção da redação do ENEM são disponibilizados quatro textos, de gêneros diversos, com objetivo de auxiliar o candidato em sua produção, tendo por finalidade promover a compreensão do tema e as limitações que o rodeiam. Além disso, destaca-se que os textos analisados cumprem com a proposta do gênero em questão, ou seja, as produções possuem caráter dissertativo-argumentativo, apresentam teses e argumentos, que por vezes são defendidos através do uso de repertório sociocultural, além de mostrarem uma ou mais propostas de intervenções para as teses apontadas ao longo da argumentação.

A primeira redação analisada é de autoria de Heloísa Vitória Santos Silva (Felpi, p. 79), que fundamenta sua tese e seus argumentos em três repertórios principais, sendo eles: I) a obra “Utopia”, de Thomas More; II) o ideal de “Contrato Social”, apresentado por John Locke; III) o pensamento do escritor Ariano Suassuna, acerca do Brasil ser dividido em duas partes, o país dos privilegiados e dos despossuídos. Com isso, adianta-se que a produção da candidata Heloísa atende aos requisitos de legitimação, pertinência e produtividade, exigidas pelo gênero textual apresentado, isto é, os três repertórios são verídicos, pois possuem mais de uma informação que comprovem sua existência, além de estarem correlacionados ao tema e por terem os argumentos desenvolvidos de forma produtiva, articulando-as de maneira análoga à realidade evidenciada pelo tema ou, ainda, contrastando com o assunto em questão.

Sob essa ótica, vê-se, de início, que a autora faz uso do romance “Utopia”, em que é narrada a história de uma sociedade sem conflitos e, por vezes, liderada pela razão, para introduzir a temática abordada no texto. Com isso, a estratégia utilizada por Heloísa é de contraste, pois ela distancia a obra da realidade contemporânea em que vive, apontando que há desafios para o enfrentamento da invisibilidade do trabalho de cuidado realizado pela mulher no Brasil. Desse modo, vemos que esse artifício de oposição ao real empregado pela autora age bem como a proposta do romance, ou seja, ambos possuem natureza crítica às divergências relacionadas às ações sociais.

Ademais, expõe-se que a tese defendida por Heloísa é de que a negligência do governo e a desigualdade social são os fatores de agravamento do problema citado. Dessa forma, a autora faz uso do pensamento de Locke no que diz respeito ao “Contrato Social” que, em uma análise comparativa, assemelha-se aos ideais empregados por More, em “Utopia”. Logo, vê-se que a estratégia de contraste se repete, pois Heloísa afirma que o Estado não cumpre com o que está pautado, gerando assim a quebra do Contrato Social de Locke e fomentando o problema relacionado à invisibilidade do trabalho de cuidado.

Outrossim, é de fundamental importância explorar o uso do pensamento de Ariano Suassuna acerca de uma possível divisão do Brasil em dois grupos, sendo eles: I) o país dos privilegiados e II) o país dos despossuídos. Nessa perspectiva, a autora do texto em questão desenvolve esse repertório, afirmando que há mulheres que aceitam formas precárias de trabalho, o que fomenta o processo de invisibilidade apontado no texto.

Dessa forma, depreende-se que as mulheres citadas por Heloísa encaixam-se no “país dos despossuídos”, já que elas vivem e trabalham em condições desfavoráveis. Assim, observa-se que foi utilizado a estratégia de analogia para fortalecer o argumento relacionado à desigualdade social, ou seja, há uma aproximação do repertório apresentado à realidade vivenciada pela autora. No entanto, observa-se que Heloísa deixa vaga a ideia do que seria o “país dos

privilegiados”, isto significa que não há uma completude no uso produtivo do repertório à temática abordada.

Já na conclusão, observa-se que a candidata expõe os elementos exigidos pela estrutura do texto dissertativo-argumentativo - agente, ação, modo, finalidade e detalhamento - e faz a retomada da obra “Utopia” para o fechamento do texto, de forma a produzir maior coerência e coesão no texto.

Em suma, Heloísa teve um excelente desempenho na produção do texto em questão, entretanto, vale ressaltar que ela, assim como outras pessoas que buscam fazer produções semelhantes para o ENEM, devem atentar-se para a produtividade, de forma completa, dos repertórios socioculturais selecionados – embora para a nota máxima na competência seja exigida a produtividade em apenas um repertório, pois assim o texto não terá lacunas e não afetará a compreensão do leitor.

A segunda redação analisada é de autoria de Maria Laura Santin Klein (Felpi, p. 137), que adota várias estratégias argumentativas para discutir a invisibilidade e desvalorização do trabalho de cuidado realizado por mulheres. No início, a participante utiliza um repertório sociocultural para contextualizar o tema ao mencionar o livro “Quarto de Despejo: diário de uma favelada”, de Carolina Maria de Jesus, estabelecendo uma conexão temporal entre passado e presente, enfatizando, de forma análoga, a persistência das dificuldades enfrentadas pelas mulheres.

Essa comparação reforça a continuidade das injustiças, enquanto a generalização amplia a discussão para um problema estrutural. Com isso, depreende-se que a contextualização histórica e social convida o leitor a refletir sobre as raízes profundas das disparidades de gênero, sugerindo que as dificuldades são estruturais e históricas. Ademais, ao levantar a tese, a autora faz um convite à reflexão, afirmando que “cabe refletir acerca do legado histórico patriarcal e da intensificação das desigualdades”. Dessa forma, Maria Laura não apenas apresenta um problema, mas também incita o leitor a ponderar sobre as causas e possíveis soluções, engajando-o na discussão.

Nota-se, também, que Maria Laura retoma sua tese no segundo parágrafo de desenvolvimento, destacando as permanências históricas desde o Brasil Colonial, em que mulheres foram designadas como “sexo frágil” e confinadas às tarefas domésticas, perpetuando estereótipos de gênero. A explicação, desse modo, mostra como essa atribuição histórica limita o tempo e as oportunidades das mulheres no mercado de trabalho.

Assim, para tornar a contextualização pertinente, a autora exemplifica tarefas específicas associadas às mulheres, como a responsabilidade por crianças e idosos, ilustrando a desvalorização do trabalho feminino. Portanto, a argumentação conecta essa desvalorização à vulnerabilidade econômica das mulheres, destacando a falta de remuneração e a dependência financeira dos maridos.

Ademais, no segundo parágrafo de desenvolvimento, a autora faz novamente a retomada da tese, referenciando Ariano Suassuna, ao ilustrar como a estrutura

social brasileira é dividida. Nesse contexto, ela argumenta que tal estrutura favorece os interesses e necessidades dos mais ricos e poderosos, refletindo diretamente na separação desenvolvida por Maria Laura, em que ela destaca a diferença entre o país dos privilegiados, com acesso a diversos recursos, e o país dos despossuídos, relegados à margem da sociedade.

Ao citar Suassuna, o texto não apenas reforça a análise das disparidades sociais, mas também conecta a realidade contemporânea com uma visão histórica e culturalmente informada sobre as injustiças no Brasil. Com isso, o repertório utilizado evidencia como a desvalorização do trabalho de cuidado contribui significativamente para as desigualdades sociais das mulheres, alinhando-se com as observações críticas de Suassuna sobre a estrutura social e econômica do país.

Por fim, no parágrafo de conclusão, Maria Laura cumpre todos os requisitos necessários para finalizar seu texto sobre a necessidade de combater a invisibilidade dos serviços de cuidado realizados por mulheres, e retoma a referência a Carolina Maria de Jesus, utilizada no parágrafo introdutório, conectando sua proposta de intervenção à correção de injustiças históricas e enfatizando a equidade e os direitos humanos.

Desse modo, fica claro que, ao longo de todo o texto, a autora utiliza diversas estratégias argumentativas e desenvolve de maneira eficaz todos os fundamentos apresentados.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em face do exposto, fica evidente que além de se ter repertórios socioculturais como forma de apontar os conhecimentos e as realidades vivenciadas pelo participante do ENEM, o participante ainda deve elaborar propostas que possam conectar e fundamentar as experiências abordadas com o tema proposto no texto dissertativo-argumentativo, de modo que o repertório utilizado seja legitimado, pertinente e produtivo à temática, ou seja, não é apenas escrever seus saberes no papel, mas apresentá-los com coesão e sentido.

Posto isso, cabe dizer que os objetivos deste estudo foram atendidos com sucesso, sendo que, a partir da análise feita por meio das duas redações – uma de Heloísa Vitória e a outra de Maria Laura – explicita-se de quais maneiras a legitimidade, a pertinência e a produtividade podem ser desenvolvidas no uso do repertório sociocultural em redações do Enem, a fim de alcançar pontuação máxima na segunda competência.

Ainda com base na análise das redações mencionadas, pode-se concluir que ambas as autoras fizeram uso adequado dos repertórios socioculturais selecionados para construir e reforçar suas argumentações sobre a invisibilidade do trabalho de cuidado realizado por mulheres no Brasil. Nesse ponto, as estratégias utilizadas, como a comparação, a analogia e a contextualização histórica, revelam a capacidade

de articular conhecimentos externos ao tema, garantindo coesão e clareza no desenvolvimento dos argumentos e comprovação da tese defendida. No entanto, a análise também evidencia a importância de um uso completo e produtivo desses repertórios, evitando lacunas que possam comprometer a argumentação e, por conseguinte, o desempenho na avaliação da produção.

Por fim, vale ressaltar que as colocações articuladas no decorrer desta pesquisa colaboram efetivamente com o ensino e a aprendizagem da produção textual, como também com os sonhos das famílias e dos próprios estudantes que almejam ingressar no ensino superior, já que a pontuação da redação tem um peso enorme na nota final da prova do ENEM.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **A Redação do Enem 2024**: cartilha do participante. Brasília: INEP, 2024.

FELPI, L. **Cartilha redação a mil**. Poliedro. Disponível em: <https://www.lucasfelpi.com.br/redamil>. Acesso em: 24 jun. 2024.

GONZAGA, E. S. Seleção e avaliação de argumentos. In: GARCEZ, L. H. C.; CORRÊA, V. R. (org.). **Textos dissertativo-argumentativos**: Subsídios para qualificação de avaliadores. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), 2017.

KOCH, I. V.; ELIAS, V. **Escrever e escrever**: estratégias de produção textual. São Paulo: Contexto, 2009.

OLIVEIRA, V. **O guia da redação nota 1000**. Rio de Janeiro: Método, 2023.

POSSENTI, S. Argumentar. In: GARCEZ, L. H. C.; CORRÊA, V. R. (org.). **Textos dissertativo-argumentativos**: Subsídios para qualificação de avaliadores. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), 2017.

SILVA, A. A.; SÁ, K. B.; SANTOS, S. A. Plano de texto e organização tópica em redação do Enem: contribuições para o ensino de produção textual. **Revista da ANPOLL**, Brasília, v. 54, n. 1, p. 1-14, 2023. Disponível em: <https://revistadaanpoll.emnuvens.com.br/revista/article/view/1899>. Acesso em: 22 set. 2024.

OS DISCURSOS DAS CANÇÕES “SÃO GONÇALO” E “ZAMBÊ”: UMA ANÁLISE DISCURSIVA DOS EFEITOS DE SENTIDOS ESCRAVISTAS NAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS DE PORTALEGRE/RN

Iara Cristina Pereira Tavares
Josinaldo Pereira de Paula
Secleide Alves da Silva

1 INTRODUÇÃO

As transformações humanas são marcadas por relações e conflitos entre diferentes formas de estruturar a vida social, transformando e apropriando-se de maneira que remeta e expresse uma determinada realidade. Nesse sentido, a cultura apresenta inúmeras características que diferenciam ou unem diferentes grupos sociais ao torna-se representatividade da humanidade, desde o passado até projetar o presente, uma vez que os sentidos internos, estão intimamente ligados ao comportamento, estilo e às inúmeras mudanças temporais. (Santos, 2006).

Ao tratar da importância do estudo da cultura, podemos dizer que a canção é entendida como elemento discursivo, pois na sua materialização somos capazes de encontrar diferentes ideologias que irão envolver diferentes temas que acompanham o desenvolvimento da sociedade, com um lugar especial que compõe a produção do imaginário dos brasileiros sobre si, do país e do mundo. (Rubim, 2007).

Nesta perspectiva, esse artigo tem como objetivo analisar os discursos presentes nas letras das canções que constituem a dança de São Gonçalo das comunidades remanescentes de quilombolas Pêga, Engenho Novo e Arrojado, situadas no município de Portalegre/RN, região do Alto Oeste potiguar. As letras dessas canções fazem parte da tradição cultural das comunidades citadas, inseridas em uma dança popularmente conhecida em toda a região nordeste, sendo utilizada como pagamento de promessas ao santo português São Gonçalo.

Buscamos mostrar que as letras das canções são constituídas de outros dizeres, ou seja, por elas permeiam outros discursos já proferidos pelos ancestrais que eram escravos assim, buscamos esclarecer a seguinte indagação: Os sentidos das canções apresentadas por essas comunidades partem apenas de um voto religioso, ou também trazem significações de seus ancestrais que foram escravizados?

O embasamento teórico desta pesquisa está relacionado aos estudos de Foucault (2008) e seus estudiosos, Fernandes (2007), Orlandi (2012), Achard

(1999), Gregolin (2001), Sargentini (2006), que reforçam o estudo sobre a memória, o interdiscurso, o enunciado e a construção de sentidos; Santos (2006), Brandão (2007) e Hall (2016), que ressaltam a importância da cultura como prática social e o catolicismo como a religião de um povo.

Para o desenvolvimento desse estudo dividimos nossa análise em três subtópicos, nos quais abordamos a interdiscursividade no discurso religioso da canção, os aspectos discursivos e os sentidos escravistas e as formações discursivas que retomam às marcas escravistas, que poderão apresentar, através de seus descendentes, a resistência de homens e mulheres negros, vítimas da escravidão, que foram submissos e discriminados na sociedade.

2 METODOLOGIA DA PESQUISA

Como procedimento metodológicos, temos o método dedutivo, na busca de argumentos que explicam o conteúdo exposto para atingir uma certa “clareza” (Marconi e Lakatos, 2005). Nesse sentido, utilizamos categorias dos estudos da AD para analisar as letras das canções que compõem a dança de São Gonçalo, para posteriormente chegarmos ao resultado do que está sendo questionado. A pesquisa apresenta uma abordagem qualitativa que, de acordo com os estudos de Marconi e Lakatos (2010), está relacionada a análises e interpretações do comportamento humano. Para complementar, utilizamos uma revisão bibliográfica e documental.

Para a realização da coleta de dados realizamos uma visita à comunidade quilombola do Pêga, localizada no município de Portalegre/RN, em que foram cedidas as letras das canções e outros materiais que estavam digitalizados.

3 ANÁLISE DO DISCURSO E SUAS CATEGORIAS: SUJEITO, MEMÓRIA, INTERDISCURSO E FORMAÇÃO DISCURSIVA

Considerando o discurso como objeto de estudo da análise discursiva, podemos entender que ele “não é a língua, nem o texto, nem a fala, mas necessita de elementos linguísticos para ter uma existência material” (Fernandes, 2007, p. 12), disso podemos inferir que o discurso não está relacionado apenas ao sentido apresentado através da materialidade linguística, ele é constituído pelo exterior, ou seja, no meio social. De acordo com Fernandes (2007, p. 13), “Os discursos não são fixos, estão sempre se movendo e sofrendo transformações, acompanham as transformações sociais e políticas de toda natureza que integram a vida humana”. Podemos entender que os discursos estão sempre em processos de modificações, com o sujeito não possuindo um controle sobre essas mudanças, elas simplesmente ocorrem em relação ao contexto, seja ele histórico, social, cultural ou político.

As escolhas de posicionamento, a reformulação das palavras proferidas em um determinado acontecimento discursivo nunca será individual, mas sempre do

coletivo. No entender de Foucault (2008, p. 28) “Repousaria secretamente sobre um já-dito; e que este já-dito não seria simplesmente uma frase já pronunciada, um texto já escrito, mas um ‘jamais-dito’, um discurso sem corpo, uma voz tão silenciosa quanto um sopro, uma escrita que não é senão o vazio de seu próprio rastro”. Em todo discurso sempre existirá algo a ser modificado ou acrescentado. Podemos dizer que o ato de interpretação é inerente ao sujeito, que também vai estar relacionado aos sentidos. Esse entendimento não se encontra materializado, é um lado explícito, o qual chamamos de interdiscurso, que retoma memórias de coisas passadas, fazendo o analista comparar o dito com o já dito. Essas relações entre passado e presente criam a produção dos sentidos, conforme ressalta Orlandi (2012, p. 21), quando afirma que “A linguagem serve para comunicar e para não comunicar. As relações das linguagens são relações de sujeitos e de sentidos, e seus efeitos são múltiplos e variados. Daí a definição de discurso: O discurso é efeito de sentido entre os locutores”.

Os sentidos são diversos e todos são carregados de posições, sejam elas sociais, ideológicas ou culturais, criados e percebidos no meio histórico-social que se encontra nas entrelinhas do discurso. De acordo com Orlandi (2012, p. 20):

[...] não há sentido sem interpretação; b. a intenção está presente em dois níveis: o de quem fala e o de quem analisa, e c. a finalidade do analista de discurso não é interpretar, mas compreender como um texto funciona, ou seja, como um texto produz sentidos. É preciso lembrar que nessa filiação teórica, não há sentido em si [...].

Dessa forma, em seus estudos, Orlandi apresenta três concepções basilares para a compreensão do discurso. Ela ressalta que para a construção do sentido será necessária uma sequência de acontecimentos que envolvem a interpretação do que está sendo enunciado, o diálogo entre os sujeitos levando em consideração as duas esferas que envolvem o enunciador e o analista e, por fim, apresenta que os sentidos não advêm apenas da interpretação do que foi proferido, mas do que o analista compreende em relação ao assunto exposto. Portanto, o sentido é criado através desses três parâmetros apresentados, constituindo assim uma análise. Logo, podemos dizer que a análise é a representação dos sentidos que o sujeito cria, através de outros enunciados. Os sentidos vão além de uma materialidade linguística, ou seja, as palavras proferidas ou escritas servem apenas como um suporte indispensável para que o analista encontre e crie sua própria compreensão do que está sendo enunciado. Ao relatar sobre os enunciados, em sua obra “A arqueologia do saber”, Foucault (2008, p. 135) diz também que “Um enunciado pertence a uma formação discursiva como uma frase pertence a um texto, é uma proposição a um conjunto dedutivo”. Portanto, podemos considerar que existe um envolvimento direto entre a formação discursiva e os enunciados, já que na linguagem existem diversos meios de articular e reformular um já-dito.

A formação discursiva está totalmente ligada à ideologia do sujeito, que envolve um determinado grupo em que ele está inserido. Portanto, na perspectiva de Foucault (2008, p. 43), os enunciados sempre vão envolver dizeres que caracterizam um determinado convívio da vida social:

Chamaremos de regras de formação as condições a que estão submetidos os elementos dessa repartição (objetos, modalidade de enunciação, conceitos, escolhas temáticas). As regras de formação são condições de existência (mas também de coexistência, de manutenção, de modificação e de desaparecimento) em uma dada repartição discursiva.

O autor ressalta que uma formação discursiva envolve diversos elementos que abarcam o objeto, a forma de proferir o discurso, a compressão que o sujeito possui sobre o assunto e o tema que será proferido e apresentado.

Toda formação discursiva se insere em uma dada formação ideológica, em que existirão enunciações opostas que poderão ocorrer em um assunto relacionado a uma mesma temática, como no caso da religião. Por conseguinte, em um mesmo contexto como esse apresentado vamos ter oposições determinadas pela classe social que o sujeito está inserido.

Assim, seguindo o pensamento de Sargentini (2006, p. 40), ressaltamos que “O interdiscurso é, assim, um espaço discursivo e ideológico onde se desenvolvem as formações discursivas em função das relações de dominação, de subordinação e de contradição”. Nesse sentido, o interdiscurso surge a partir de uma dada formação discursiva, em que os enunciados ao serem proferidos irão constituir o que chamamos de discursos; neles existirão essas trocas de posições que vão se manifestar da ideologia que envolve cada sujeito, e é a partir dessa formação ideológica que nos discursos surgirão a aceitação, a contradição e a oposição.

Quando falamos do interdiscurso, voltamos a pensar na construção de sentidos, logo, torna-se necessário entender como essa interpretação dos enunciados ocorre, e para compreender toda essa questão aqui apresentada, retomamos o estudo sobre memória discursiva.

Ao falar sobre memória discursiva temos a primeira impressão de que se trata de um pensamento interno ao sujeito, pertencente a ele e assim individualizado. Mas de acordo com os estudos de Gregolin (2001, p. 22), entendemos que:

A memória refere-se não a traços corticais dentro do organismo, nem a traços cicatríciais sobre o organismo, nem mesmo a traços comportamentais depositados por ela a partir do mundo exterior, mas sim a um *conjunto complexo, pré-existente e exterior ao organismo, constituído por uma série de tecidos de índices lisíveis, que constitui um corpo sócio-histórico de traços*.

Através das palavras da autora, percebemos que essa memória discursiva se constrói no social e leva em consideração para sua formação as marcas de acontecimentos históricos passados, que serão retomados no enunciado produzido no presente.

Ainda de acordo com as palavras de Orlandi (2012), entendemos que a construção da memória no discurso se dá através da interpretação que poderá ocorrer de duas formas: “a memória institucional (o arquivo) e os efeitos de memória (o interdiscurso), podendo assim tanto estabilizar, como deslocar os sentidos” (Orlandi, 2012, p. 48). Ou seja, essas memórias poderão ser apresentadas de forma escrita, não podendo ser confundida com um simples documento pertencente a uma dada instituição, pois, de acordo com Sargentini (2006, p. 41) “Ele permite uma leitura que traz à tona dispositivos e configurações significativas. A noção de arquivo propicia a ampliação da busca do social no discurso político e encaminha para uma passagem do discurso doutrinário e institucional para uma história social dos textos. Podemos inferir que o que chamamos de arquivo possui uma significação de memórias que foram apagadas e enunciadas novamente, trazendo uma reformulação do passado e que possui grande importância para a construção da formação de novos sentidos e, conseqüentemente, novas paráfrases, como afirma Foucault (2008, p. 147-148):

Uma prática que faz surgir uma multiplicidade de enunciados como tantos acontecimentos regulares, como tantas coisas oferecidas ao tratamento e à manipulação [...] entre a tradição e o esquecimento, ele faz aparecerem as regras de uma prática que permite aos enunciados subsistirem e, ao mesmo tempo, se modificarem regularmente.

É notório que o teórico não reconhece um arquivo como um simples documento que foi preservado no âmbito social. O arquivo representa em uma cultura o apagamento e surgimento de novas enunciações que poderão ser apresentadas de forma paradoxal nos textos, remetendo aos acontecimentos já vivenciados.

Falar em memória social nos remete a pensar na cultura, pois esta é parte integrante do sujeito, sendo diversificada por cada grupo social. De acordo com Achard (1999, p. 27) “Ela torna com efeito a adiantar que os objetos culturais abrem a possibilidade de um controle de memória social; que esse controle está estreitamente ligado ao funcionamento formal e significativo desses objetos; e que por último ele é um fato social e não desprezível”. Após o entendimento sobre os conceitos da memória discursiva, vamos explicar sobre a importância da cultura popular, que se enquadra nesse contexto de memória coletiva, para posteriormente realizarmos a análise do *corpus*.

3.1 A cultura e o sentido na formação social

Este momento é destinado a apresentar a importância da cultura popular e sua contribuição para a sociedade, que sempre foi marcada por relações e conflitos. Santos (2006, p. 8) afirma que “cultura diz respeito à humanidade como um todo e, ao mesmo tempo a cada um dos povos, nações, sociedades e grupos humanos”. Portanto, podemos dizer que não existe cultura sem interação.

Toda cultura tem sua significação e para compreendê-la é essencial buscar o sentido que reflete uma determinada comunidade.

Cada realidade cultural tem sua lógica interna, a qual devemos procurar conhecer para que façam sentido às suas práticas, costumes, concepções e as transformações pelas quais estas passam. É preciso relacionar a variedade de procedimentos culturais com os contextos em que são produzidos. As variações nas formas de família, por exemplo, ou nas maneiras de habitar, de se vestir ou de distribuir os produtos do trabalho não são gratuitas. (Santos, 2006, p. 8).

Segundo afirma o autor, a cultura é um agrupamento de valores e ideologias que parte de um determinado grupo social, em que cada comunidade possui uma forma distinta de se vestir, possui suas crenças, uma variação linguística, enfim, ao que chamamos de identidade.

Durante muito tempo, a cultura foi dividida em duas esferas: o conhecimento pertencente às classes dominantes e o popular pertencente ao povo de classe inferior. Mas com o avanço dos estudos das ciências humanas e sociais, essa concepção foi transformada, e “A palavra cultura passou a ser utilizada para se referir a tudo o que característico sobre o “modo de vida de um povo”, de uma comunidade, de uma nação ou de um grupo social” (Hall, 2016, p. 19).

Logo, com esse avanço em ressignificar o sentido da palavra cultura, podemos entender que ela não está exposta apenas na materialidade, pois “A cultura depende de que seus participantes interpretem o que acontece ao seu redor e “deem sentido” às coisas de forma semelhante,” (Hall, 2016, p. 19).

A forma como a cultura é apresentada por um determinado grupo de sujeitos não está relacionada apenas a uma representação de seus ancestrais, mas poderá estar ligada a uma resistência às classes dominantes ou a colonizadores. Como afirma Brandão (2007, p. 40):

O conteúdo e a forma tradicionais dos modos de “sentir, pensar e agir”, do índio, do povo colonizado, da comunidade camponesa são uma forma de resistir a padrões equivalentes, modernos e incorporados à força como instrumentos de dominação através da destruição de valores próprios de cultura.

De acordo com o autor, é nesse espaço que os sujeitos buscam manifestar seus pensamentos e sentimentos relacionados a acontecimentos passados, buscando se sobrepor à chamada classe dominante, portanto, “o que se busca na cultura popular é seu caráter de resistência e dominação, ou seu caráter revolucionário em relação a esta” (Santos, 2006, p. 56).

Ao adentrar nesse processo de interpretação percebemos que “a cultura não é um mero reflexo dos outros aspectos da sociedade, não é um espelho amorfo. Na dimensão cultural é sempre possível antever e propor alterações” (Santos, 2006, p. 65). Isso está verificado em uma próxima etapa, na qual essa discussão é praticada através da análise que realizamos através dos trechos das canções de São Gonçalo e zambê, que se encontra inserida no contexto social relacionado às comunidades remanescentes dos quilombolas da comunidade Pêga, Engenho Novo e Arrojado, todas situadas no município de Portalegre/RN.

Na próxima sessão apresentamos a importância da canção como ato religioso do catolicismo, discutindo os principais elementos que manifestam a expressividade de um povo através dos ritos.

4 SUJEITO QUILOMBOLA, INTERDISCURSIVIDADE E PRODUÇÃO DE SENTIDOS

Neste tópico analisaremos trechos de duas canções que constituem a dança de São Gonçalo das comunidades remanescentes dos quilombolas do município de Portalegre/RN. A primeira canção é intitulada de São Gonçalo e tem origem portuguesa, advinda da cidade do Amarante; enquanto que a segunda canção é nomeada de Zambê, oriunda do Tibau do Sul, Rio Grande do Norte. Nesta análise, buscamos ressignificar e interpretar a importância das canções no contexto dessas comunidades: Pêga, Engenho Novo e Arrojado. Acreditamos que essa influência deverá estar associada a contextos políticos, históricos e sociais, envolvendo desde o período da colonização do município.

4.1 A interdiscursividade no discurso religioso da canção

Para iniciarmos a discussão sobre o *corpus* apresentado, entendamos primeiramente o discurso religioso que se encontra no texto de forma explícita, ou seja, na materialidade linguística; e também de forma implícita, na qual entendemos as suas significações.

CANÇÃO 1 – CANTARES DE SÃO GONÇALO

Enunciado 1

Meu divino São Gonçalo (Bis)
Aqui está suas dançadeiras (Bis)
Todas vestidas de Branco (Bis)
Em traje de lavadeira (Bis)

No primeiro verso do segundo enunciado, notamos que a figura do santo é evocada e entendida através da palavra “divino”, que antecede o nome “São Gonçalo”, pois nos remete a pensar na questão da espiritualidade e da santidade.

Percebemos, através dos discursos dos versos, uma forma de assujeitamento, em que as vestimentas brancas remetem ao simbolismo de aclamação pela paz.

Observamos que no terceiro e no quarto verso existe uma comparação que envolve a roupa branca com uma antiga profissão que era denominada lavadeira; logo, essa comparação não é feita de forma aleatória, o comparativo traz denominações de grupos de mulheres que eram escravizadas no trabalho doméstico na época da colonização, e que com certeza tiveram influência na canção de São Gonçalo. Essa interpretação aparece justamente por apresentar uma condição de trabalho realizado principalmente por escravas ou descendentes de índios que não possuíam recursos financeiros ou familiares, e que eram destinadas apenas às mulheres em séculos passados. Encontramos, através dos versos “Todas vestidas de Branco” e “Em traje de lavadeira”, a identificação da interdiscursividade e da memória explícita no próprio enunciado.

4.2 Os aspectos discursivos e os sentidos escravistas

Dando sequência à análise, abordamos os aspectos da presença das marcas colonizadoras, levando em consideração que o ato religioso apresentado na canção parte justamente das marcas da colonização brasileira. As sequências discursivas que serão apresentadas irão remeter a toda questão política, mostrando uma sobreposição através dos sujeitos colonizados e uma subordinação dos descendentes de índios e escravos.

CANÇÃO 1 – CANTARES DE SÃO GONÇALO

Enunciado 2

São Gonçalo vai dizendo (Bis)
Esse bando é todo meu (Bis)
Olelelê, grande dia (Bis)
Valha-me, a Virgem Maria! (Bis)

A figura de São Gonçalo é uma representação religiosa originária de Portugal, sendo que este santo também figura como padroeiro em diversas regiões do Brasil. Esse sujeito pode ser apresentado nesse trecho como uma metáfora, em que o nome “São Gonçalo” poderá estar representando de forma implícita os colonizadores da época escravista. Logo em seguida, a palavra “Bando”, apresentada no segundo verso, está se referindo aos grupos que possivelmente eram escravizados. O pronome possessivo “meu” nos dá um entendimento de algo relacionado ao poder, ao ato de pertencimento. Quando relacionamos a vida do santo com os enunciados

apresentados, podemos entender que isso remete ao ato de colonização de um povo, tendo em vista que o santo chegou na cidade do Amarante em Portugal e lá construiu sua moradia, além disso conseguiu converter diversas mulheres da prostituição, podendo ser comparado com padres jesuítas da colonização.

No quarto verso, o discurso musicalizado “Olelelê” nos instiga a fazer uma certa comparação com as antigas músicas africanas que foram introduzidas no Brasil na época da escravidão. Logo em seguida, temos a presença do discurso “grande dia”, cuja interpretação nos faz pensar no fim do trabalho escravo, que retoma ao marco histórico da abolição escravista no Brasil, dia 13 de maio de 1888. Posteriormente, no último verso, observamos uma expressividade do sujeito discursivo: “Valha-me, a Virgem Maria!”, a qual entendemos como sendo uma forma de surpresa em relação a algum acontecimento enunciado, como a própria abolição. A expressividade apresentada pela exclamação no final do verso nos instiga a pensar no momento de felicidade como forma de agradecimento ao divino em relação à liberdade escravista.

4.3 Os sentidos escravistas e as formações discursivas que retomam as marcas escravistas

Essa segunda canção dá continuidade a apresentação da dança de São Gonçalo, realizada no município de Portalegre/RN. Observamos que a junção das duas canções pertence à formação discursiva predominante entre os grupos quilombolas, apresentando a manifestação de acontecimentos históricos, nos quais eles eram vítimas de opressões.

CANÇÃO 2 – COCO ZAMBÊ

Mourão, mourão
Bota o nêgo no chão

No enunciado é apresentado de forma explícita uma das formas de violência utilizadas pelos fazendeiros para oprimir os escravos. A expressão “Mourão, mourão”, apresentada no primeiro verso, não se refere ao nome ou sobrenome de alguém, mas faz menção a um tronco de madeira no qual os escravos eram amarrados e castigados, quando não aceitavam cumprir as ordens dos fazendeiros. No segundo verso, “Bota o nêgo no chão”, é apresentado tanto a forma de submissão como a memória das violências vivenciadas pelos escravos. Ao mesmo tempo, esse enunciado apresentado nos remete a pensar na própria fala do dono da fazenda, que dava ordem aos seus capatazes para castigar os escravos. Portanto, a expressão utilizada no segundo verso, “Botar o negro no chão”, está relacionada aos castigos praticados pelos donos das fazendas, em que o negro era violentado ao ponto de cair ao chão.

5 CONCLUSÃO

Esta pesquisa mostra uma análise discursiva das enunciações da comunidade remanescente dos quilombolas, a partir das letras das canções populares que constituem a dança de São Gonçalo das comunidades Pêga, Engenho Novo e Arrojado, todas situadas no município de Portalegre/RN. O discurso escravista constitui-se através de elementos históricos que são materializados nas letras das canções, e também ressignificados através das influências contextuais que ecoam partindo da sua formação social.

Quanto à importância das canções, por um lado, possui uma valorização da cultura popular, envolvendo os costumes e os valores representativos da cultura remanescente dos quilombolas; por outro lado, a manifestação também abre espaço para a interpretação, como uma forma de resposta ao tradicionalismo, partindo dos pressupostos de Orlandi (2012) de que o texto nunca possuirá um único sentido.

Partindo dos enunciados apresentados, percebemos que os dizeres ressoam de forma a revelar a vida do sujeito, seus valores, crenças e costumes. A nossa análise foi dividida em três sessões para facilitar o entendimento do leitor, logo, e foi observado que a questão religiosa abordada na primeira sessão já traz o envolvimento da religião com os atos de colonização; no segundo ponto, observamos que os enunciados são construídos por memórias coletivas dos ancestrais que vivenciaram a época escravista; por último, entendemos que a canção está inserida em uma formação discursiva que remete à época da escravidão. Através da nossa análise pudemos inferir que a todo momento as letras das canções retomam aspectos da escravidão, das resistências e de lutas por um espaço social, e que até os dias de hoje são lembrados e ressignificados por seus descendentes quilombolas, de uma forma dinâmica através da dança de São Gonçalo. Dessa maneira, assegurar que nos discursos apresentados nas letras das canções “São Gonçalo” e “Zambê” ocorrem essa ressignificação do sujeito escravizado. Podemos afirmar que a utilização das canções não parte apenas de um ato religioso, pois envolve discursos de sujeitos que foram apagados pelo tempo, e que são retomados através das formações discursivas.

Esperamos que o estudo apresentado contribua de forma significativa para possíveis trabalhos futuros, pois através dele percebemos que a cultura popular tem muito o que ser explorada e ressignificada, abrindo espaço tanto nos trabalhos da análise do discurso para a interpretação dos efeitos de sentidos das canções, como também na área do ensino, em trabalhos com alunos dos ensinos fundamental e médio, instigando a interpretação e as ressignificações dos textos inseridos no gênero canção.

REFERÊNCIAS

- ACHARD, P. *et al.* **Papel da Memória**. Tradução e introdução José Horta Nunes. Campinas, São Paulo: Pontes, 1999.
- BRANDÃO, C. **O que é folclore**. 13. ed. São Paulo: Brasiliense, 2007.
- CASCUDO, L. C. **História do Rio Grande do Norte, departamento de Imprensa Nacional**. Mec, 1995.
- CAVALCANTE, M. B.; DIAS, T. A. **Portalegre do Brasil: história em desenvolvimento: 250 anos de fundação de Portalegre**. Natal, RN: EDUFRN, 2010.
- DURKHEIM, E. **As formas elementares de vida religiosa**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- EUSTÁQUIO, A. R. São Gonçalo do Amarante: A imagem, A representação, O sagrado. **Revista de literatura, história e Memória**. Cascavel, v. 16, n. 27, p. 326-344, 2020. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/rllhm/article/view/23859>. Acesso em: 28 ago. 2023.
- FAUSTO, B. **História concisa do Brasil**. 1 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, impressa oficial do Estado, 2002.
- FERNANDES, C. A. **Análise do discurso: Reflexões introdutórias**. Claraluz, 2007.
- FOUCAULT, M. **A Arqueologia do Saber**. 7 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
- GREGOLIN, M. R. **Entornos dos sentidos**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2001.
- HALL, S. **Cultura e representação**. Tradução: Daniel Miranda e William Oliveira. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio: Apicuri, 2016.
- MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2005.
- MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- MONTEIRO, D. M. Portalegre do Brasil: História e desenvolvimento: 250 anos de fundação de Portalegre. Vila de Portalegre: **Notas para uma história**. Natal, RN: EDUFRN, 2010.
- ORLANDI, E. P. **Análise do discurso: princípios e procedimentos**. 10 ed. Campinas-SP: Pontes, 2012.

SANTOS, J. L. **O que é cultura**. 16 ed. São Paulo, SP: Brasiliense, 2006.

SARGENTINI, V. **Estudos do texto e do discurso**: Mapeando conceitos e métodos. São Carlos: Claraluz, 2006.

RUBIM, A. A. C.; BARBALHO, A. (org.). **Políticas culturais no Brasil**. Salvador: Edufba, 2007.

OS DISCURSOS SOBRE A EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL: UMA ANÁLISE DO PROCESSO ARGUMENTATIVO DO PRESIDENTE GETÚLIO VARGAS

Lidia de Sousa Lima
Rosa Leite da Costa

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Este trabalho tem como objetivo geral analisar os discursos sobre a Educação Superior no Brasil atribuídos ao Presidente Getúlio Vargas, com foco no processo argumentativo. O *corpus* é constituído por mensagens enviadas ao Congresso Nacional no ano de 1935, durante o período inicial da Era Vargas, e no ano de 1951, concernente à volta deste governante ao poder por meio de processo eleitoral.

Especificamente, buscou-se identificar as teses sobre a Educação Superior nas mensagens enviadas ao Congresso Nacional pelo Presidente; interpretar os valores, hierarquias de valores e lugares da argumentação na construção do discurso; e, por fim, discutir as aproximações e distanciamentos no processo argumentativo entre os discursos sobre a Educação Superior nas duas mensagens mencionadas. A pesquisa tem abordagem qualitativa e caracteriza-se como documental, com o enfoque na descrição e interpretação dos documentos selecionados.

Quanto ao embasamento teórico, respaldou-se na Nova Retórica, definida por Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005 [1958]) como Teoria da Argumentação, além da expansão dos estudos realizados por autores como Fiorin (2015), Reboul (2004), Souza (2003), Costa (2020), entre outros.

O artigo é composto pelas considerações iniciais, as quais apontam os aspectos gerais acerca da pesquisa, seguidas da fundamentação teórica com os conceitos basilares da argumentação na perspectiva da Nova Retórica: orador e auditório, teses, valores e lugares da argumentação. Logo depois, a metodologia apresenta, dentre outros aspectos, o *corpus* deste trabalho. Já as análises vêm divididas em três subseções constituídas com base nos objetivos específicos. As considerações finais retomam os principais resultados alcançados de acordo com os objetivos da pesquisa.

2 A TEORIA DA ARGUMENTAÇÃO OU NOVA RETÓRICA: CONCEITOS BÁSICOS PARA ESTE ARTIGO

A Teoria da Argumentação, ou Nova Retórica, revela-se por intermédio da publicação do Tratado da Argumentação, de 1958, dos autores Chaim Perelman e Lucie Olbrechts-Tyteca, com a proposta de estabelecer uma vertente da argumentação, utilizando os conceitos da retórica aristotélica, ressignificando-os ao mundo moderno. Perelman e Olbrechts-Tyteca já eram conscientes da importância da imprensa escrita e escreveram o tratado numa sociedade com graus de acesso à escrita e às leituras incomparáveis aos da época de Aristóteles (355 a.C).

A argumentação possui suas características básicas focalizadas nos elementos que permitem a adesão de seu auditório, levando em consideração os aspectos sociais e psicológicos que os cercam. Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 16) pontuam que “toda argumentação visa a adesão dos espíritos e, por isso mesmo, pressupõe a existência de um contato intelectual”, de forma que o ato de argumentar passa a ser visto como um processo de escolhas que se desenvolve em dependência das relações entre o orador e seu auditório e *vice-versa*.

A fim de alcançar convencimento e, conseqüentemente, a persuasão, a argumentação possui condições bem limitadas. Para Abreu (2009), uma delas é a de possuir uma tese definida e identificar a resposta que ela mesma pode conceder. Outra condição seria a demonstração de uma linguagem comum com o auditório seja ele ouvinte ou leitor, fator que Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005) afirmam ser imprescindível para haver comunicação, porque, antes de tudo, para se argumentar, com efeito, é fundamental adequar-se aos interlocutores, aos auditórios.

Nas palavras de Perelman e Obresth-Tyteca (2005, p. 22), o auditório é “o conjunto daqueles que o orador quer influenciar com sua argumentação”. Os autores ainda apresentam três auditórios distintos: [...] “O primeiro, constituído pela humanidade inteira [...], que chamaremos auditório universal; o segundo formado, no diálogo, unicamente pelo interlocutor a quem se dirige; o terceiro, enfim, constituído pelo próprio sujeito, quando ele delibera ou figura as razões de seus atos” (Perelman; Obresth-Tyteca, 2005, p. 33-34).

Essa discussão sobre auditório revela o papel do orador no desencadear do processo argumentativo, que consiste em sua adaptação para garantir eficácia, como ressaltado anteriormente. “O importante, na argumentação, não é saber o que o próprio orador considera verdadeiro ou probatório, mas qual é o parecer daqueles a quem ela se dirige” (Perelman; Olbrechts-Tyteca, 2005, p. 26-27). Ambos os auditórios possuem seus próprios valores, crenças e emoções que, dependendo da extensão, poderão ser os mais diversos, desde aos gerais, que toda sociedade possui, aos mais individuais, da particularidade de cada indivíduo.

2.1 Tese, valores e lugares da argumentação

Perelman e Obreth-Tyteca (2005, p. 50) esclarecem que para a argumentação ser eficaz “deve apoiar-se em teses admitidas pelo auditório”. Dentro do processo argumentativo, sabe-se que a tese é estabelecida como ponto central, uma proposição que carrega consigo a parte elementar do conhecimento, que permitirá o desencadear dos argumentos. A tese carrega consigo posicionamentos que podem afirmar ou até mesmo discordar de algum aspecto, todavia, independentemente da posição a ser assumida, ela deve estar voltada ao assentimento do auditório ao qual está sendo destinada.

Sendo assim, para argumentar em defesa de uma tese, como também aponta Perelman (1999), esta deve ser, a princípio, admitida pelo auditório por via da plausibilidade que a envolve, de modo que os interlocutores a aceitem e permaneçam disponíveis ao ouvir ou continuar realizando a leitura de um determinado texto. Neste sentido, o processo argumentativo considera a importância dos valores e das hierarquias para estabelecer acordos (ou até mesmo desacordos) e, ainda, a natureza dos argumentos, que diz respeito ao que, na Nova Retórica, entende-se como técnicas argumentativas. Os valores são princípios e fundamentos sociais de uma pessoa, de um grupo, de uma sociedade e variam de auditório para auditório. Na admissão de vários valores como importantes para um auditório, a hierarquia entre eles se revela como o meio mais persuasivo, por respeitar o princípio da prioridade, das escolhas, e dos juízos de valores.

Consoante às técnicas argumentativas, estas são compreendidas de argumentos articulados em uma única argumentação em prol da tese admitida pelo auditório, são argumentos que agem em conjunto, sem ambiguidades. No Tratado da Argumentação, os argumentos são classificados em dois grupos que se caracterizam por processos de ligação e dissociação de noções. Os processos de ligação, nas palavras de Perelman e Obreth-Tyteca (2005, p. 215), são aqueles que “aproximam elementos distintos e permitem estabelecer entre estes uma solidariedade que visa, seja estruturá-los, seja valorizá-los positiva ou negativamente um pelo outro”. Dentro desses dois processos, classificam-se os argumentos em quatro técnicas argumentativas: a) os argumentos quase-lógicos, b) os argumentos baseados na estrutura do real, c) os argumentos que fundamentam a estrutura do real e d) os argumentos por dissociação de noções.

Os argumentos quase-lógicos são aqueles que “se apresentam como comparáveis a raciocínios formais, lógicos ou matemáticos” (Perelman; Tyteca, 2005, p. 215). Reboul (2004) mostra que esses argumentos são aparentados por um princípio lógico, só que, diferente dos princípios lógicos da demonstração, eles podem ser refutados. De acordo com Perelman e Obreth-Tyteca (2005), os argumentos quase-lógicos apelam para estruturas lógicas, contradição, identidade e

transitividade, como também apelam para as relações matemáticas, relação da parte com o todo, do menor com o maior, relação de frequência.

Por sua vez, a técnica dos argumentos baseados na estrutura do real apoia-se na experiência, nas relações existentes entre as coisas. Então, os argumentos surgem do princípio de que “desde que haja elementos do real associados aos outros numa ligação que seja reconhecida, é possível fundar uma argumentação que permite passar daquilo que é admitido ao que se quer admitir” (Perelman, 1993, p. 97). Portanto, esses argumentos propõem ligações com fatos da realidade, desde a sucessão de acontecimentos, a coexistência das relações e de suas simbologias, surgindo argumentos baseados em opiniões, julgamentos e valores.

Dentro da técnica baseada na estrutura do real, encontram-se os argumentos de ligação de sucessões como: vínculo causal, pragmático, os fins e os meios, desperdício, direção, superação, e também os argumentos que estabelecem relações de coexistência, os quais se destacam: o da pessoa e seus atos, o da interação entre o ato e a pessoa, de autoridade.

Prosseguindo com as técnicas argumentativas, tem-se a dos argumentos que fundamentam a estrutura do real, estes consistem na busca da criação da realidade não se apoiando na estrutura do real, porém buscando completá-la por meio de situações de um caso particular para um mais geral. São argumentos pelo exemplo, por ilustração, por modelo, por antimodelo e por analogia. Por fim, a técnica dos argumentos por dissociação de noções, diferente das demais que estabeleciam ligações, é responsável por separar, distinguir a aparência da realidade, meios e finalidades, de forma que dissociam noções hierarquizadas.

Destarte, os autores Perelman e Obreth-Tyteca (2005) demonstram que dissociar é diferente do sentido de romper, dissociar noções não significa separá-las de maneira que sejam partes independentes, mas sim remover incompatibilidades de elementos pares, o que torna os argumentos mais convincentes e duráveis, no instante em que haverá escolhas entre o absurdo e o distínguio.

Mediante os valores, suas hierarquias e argumentos como entender os fundamentos dos juízos de valores que a argumentação carrega em si? Ligeiramente, pode-se dizer que todos estes aspectos estão ligados ao que Aristóteles chamava de *topoi*, ou lugares da argumentação. Os lugares da argumentação consistem em “locais virtuais facilmente acessíveis, onde o orador pudesse ter argumentos à disposição, em momento de necessidade” (Abreu, 2009, p. 51). Os lugares são divididos em seis tipos, sendo eles os da qualidade, da quantidade, da ordem, da essência, da pessoa e do existente. Eles possibilitam o acesso do orador à opção de escolhas argumentativas aplicáveis ao auditório que se pretende persuadir. Esses lugares são fundamentam as opiniões e julgamentos das sociedades em torno do que é bom, bonito, legítimo, primeiro etc. Eles serão melhor compreendidos na descrição/interpretação do *corpus* deste artigo.

Diante destas breves considerações, objetiva-se demonstrar que a argumentação se dá por um processo (o processo argumentativo), que envolve orador/auditório e tese, buscando-se argumentos em defesa da tese, valores que se hierarquizem e apoio em juízos de valores socialmente estabelecidos.

3 METODOLOGIA

A proposta, neste artigo, enquadra-se nos moldes da pesquisa qualitativa. Cassel e Symon (1994) descrevem essa abordagem, sem a pretensão de esgotá-la, como aquela que se baseia na interpretação ao invés da quantificação, dando ênfase mais à subjetividade do que à objetividade. Essa abordagem torna mais flexível o processo de direcionamento da pesquisa, visto que não há uma exatidão dos caminhos a serem seguidos diante das complexidades encontradas.

A pesquisa para este artigo é também documental, classificação que, conforme Lakatos e Marconi (2003), tem como característica basilar a busca por fontes primárias na coleta de documentos, escritos ou não, e também ilustrativos. Dessa maneira, fez-se a busca e seleção de fontes primárias, mensagens do presidente Getúlio Vargas enviadas ao Congresso Nacional.

Mediante o critério de delimitação do trabalho, foram elencadas especificamente os trechos sobre a Educação Superior em duas mensagens oficiais do Presidente Getúlio Vargas, respectivamente, uma do ano de 1935 e outra de 1951. A Mensagem ao Congresso Nacional é um documento exibido no início do mandato pelos Presidentes da República do Brasil, nela, são apresentados os planos e objetivos a serem alcançados em todas as áreas administrativas do país, como educação, saúde, economia, infraestrutura, segurança, entre outras. O documento serve para a orientação dos projetos a serem realizados e acompanhamento do cumprimento deles. Mediante a amplitude das áreas que este documento envolve, realizou-se recortes que abordassem o Ensino Superior.

A princípio, atendeu-se ao primeiro objetivo específico organizado no subtópico 4.1 As teses para Educação Superior nas Mensagens enviadas ao Congresso Nacional pelo Presidente, destacando as teses principais em dois recortes referentes a cada mensagem. É válido frisar que todo o *corpus* está disponível ao público no *site* oficial da Biblioteca da Presidência. Concernente ao segundo objetivo específico, subtópico 4.2, Os lugares da argumentação e as hierarquias de valores na construção das teses, usou-se mais dois recortes nos quais se destacaram os valores e os lugares da argumentação adotados para a adesão das teses defendidas em cada discurso.

Quanto aos objetivos, buscou-se, descritivamente, identificar as teses sobre a Educação Superior em cada discurso, com foco na interpretação dos argumentos, descrevendo os valores e hierarquias dos discursos na construção de suas teses; e,

de forma geral, observar as aproximações e distanciamentos entre os processos argumentativos.

4 O PROCESSO ARGUMENTATIVO NOS DISCURSOS DO PRESIDENTE GETÚLIO VARGAS

Nesta seção do artigo, pretende-se analisar a construção das teses relacionadas à Educação Superior nos discursos do Presidente Getúlio Vargas, conforme expressos nas mensagens enviadas ao Congresso Nacional. A abordagem temporal considera, os anos de 1935 e 1951. A interpretação dos argumentos será empregada para descrever os valores e hierarquias presentes em cada discurso, além de analisar, de forma breve, as aproximações e os distanciamentos de sentidos nos processos argumentativos.

4.1 A construção das teses para Educação Superior nas Mensagens enviadas ao Congresso Nacional pelo Presidente Getúlio Vargas

Em atendimento ao primeiro objetivo específico, identificou-se as teses para a Educação Superior no *corpus* selecionado de mensagens enviadas ao Congresso Nacional pelo Presidente. Ressalta-se que todos os recortes expostos nesta análise foram retirados do *site* oficial da Biblioteca Presidencial.

Foram verificadas as mensagens dos anos 1935 e 1951 enviadas pelo Presidente Getúlio Vargas, períodos representativos de duas fases distintas de seu governo: o Governo Constitucional (1934-1937) e a República Populista (1946-1954). Durante o Governo Constitucional, sob a vigência da Constituição de 1934, Vargas procurou conciliar as oligarquias estaduais e os movimentos trabalhistas, implementando reformas como a CLT (Consolidação das Leis do Trabalho). Após a Segunda Guerra Mundial, Vargas retornou ao poder durante a República Populista, um período de redemocratização que priorizou o desenvolvimentismo e a industrialização.

Na mensagem de 1935, de Getúlio Vargas, a preocupação é direcionada para a maior procura dos jovens por profissões liberais que, do ponto de vista do Governo da época, não eram bem aceitas na economia do país. Ademais, a ideia de implantação de novas instituições é observável na mensagem, como mostra o recorte transcrito contendo a tese grifada.

Recorte 1: Tese (Mensagem de Getúlio Vargas, ano 1935)

O incremento do ensino superior não póde constituir, por enquanto, motivo de alarma. Estamos ainda longe de alcançar o grau de saturação que, noutros países, vem transformando os profissionais diplomados numa classe parasitaria e sem aproveitamento economico. É indispensável, entretanto, elevar cada vez mais a qualidade do ensino, por ser ele o

principal instrumento de formação das nossas elites intelectuais e dos técnicos das profissões de maior responsabilidade na vida social¹.

A tese (que aparece em destaque) demonstra uma opinião respaldada por argumentos que direcionam o auditório a conclusão de que o Ensino Superior deve ser útil à economia. Pode-se observar antes da tese uma contextualizada sobre a situação do Ensino Superior no país. O argumento é de que, naquele momento, não havia necessidade de “alarma”, ou seja, a situação ainda não era motivo de uma grande preocupação, dado que o ensino da época estava distante de chegar ao nível, nas palavras do Presidente, do ensino “noutros países”. Constituem-se essas afirmações como juízos de valores empregnados de um duro posicionamento: o de que o Ensino superior se não colaborasse para o desenvolvimento econômico do país para nada serviria.

A partir das declarações apresentadas, o discurso orienta-se em direção à tese, focalizando a atenção do auditório na qualidade do ensino. Isso é justificado como sendo o principal meio de formação para as elites intelectuais e técnicas, que desempenham um papel crucial na vida social.

A técnica argumentativa primária em defesa da tese é a baseada na estrutura do real, com argumentos que estabelecem ligações de meio e finalidade, já que o ensino de qualidade figura como um instrumento, um meio de formação profissional com a finalidade de assegurar a responsabilidade da vida social. Além disso, essa argumentação apoia-se em argumentos que fundamentam a estrutura do real, por meio da referência a antimodelos de educação superior, quando mencionado que a realidade do Brasil estava ainda longe de chegar no ponto de outros países, que formam uma classe de diplomados que não produzem retorno econômico para a sociedade. Um modelo que a sociedade brasileira não deveria seguir.

Na mensagem de 1951 é notado um aspecto em comum com a mensagem de 1935, referente às carreiras denominadas liberais. A tese refere-se às universidades, defendendo a ideia de que estas não deveriam estar associadas a nenhum dos poderes, mas, sim, deveriam operar como uma entidade independente, composta por pesquisadores e servidores, conforme observa-se no recorte 2:

Recorte 2: Tese (Mensagem de Getúlio Vargas, ano 1951)

O ideal seria que as universidades não fossem consideradas, especificamente, como pertencentes a nenhuma esfera do Governo, nem enquadradas em nenhum dos três poderes clássicos, para se constituírem num poder à parte - o dos pesquisadores e servidores do conhecimento humano, com estatuto e fundos próprios mantidos pelas contribuições dos Governos Federal, Estaduais e Municipais e pelas doações das empresas e de indivíduos de alto espírito cívico.

Já que se processou a federalização de escolas superiores, em escala tão ampla, com o apoio do Congresso, devemos utilizar tal circunstância para um encaminhamento dessas instituições e o seu progressivo ajustamento ao sentido institucional como é da natureza da própria vida universitária.

¹ Escrita original mantida em todos os excertos.

Os argumentos que sustentam a tese fazem parte da técnica argumentativa que fundamenta a estrutura do real a partir do modelo ideal de uma universidade autônoma. O orador propõe que essas instituições não devam estar subordinadas às esferas tradicionais do Governo, nem aos três poderes clássicos, com o intuito de se constituírem como um poder autônomo. Ao adotar esse posicionamento, o objetivo central é convencer o auditório, o Congresso Nacional, de que, para garantir o desenvolvimento dessas instituições, é preciso incentivá-las a elaborarem estatutos e a desenvolverem seus próprios fundos, retirando a responsabilidade exclusiva do Governo sobre elas. A busca é por uma persuasão que desobrigue o Estado das responsabilidades com os gastos financeiros destinados à Educação Superior.

Para isso, o orador argumenta que, os poderes fazendo sua parte, a manutenção das universidades seja sustentada por doações compartilhadas entre as repartições públicas, empresas e cidadãos que queiram apoiá-las, de modo a não dependerem exclusivamente do Governo. Compreende-se que o objetivo final desta argumentação é propor uma nova política econômica para essas instituições, transferindo a responsabilidade do Governo Federal para fontes alternativas de financiamento.

Na próxima seção, objetiva-se dar continuidade à análise do discurso, a partir da interpretação da funcionalidade dos lugares da argumentação a que recorre o orador nas mensagens de Getúlio Vargas ao Congresso Nacional.

4.2 O valor e o lugar do Ensino Superior nas mensagens de Getúlio Vargas

A mensagem de 1935 de Getúlio Vargas ao apresentar como tese a proposição de que o Ensino Superior é o principal instrumento de formação das elites intelectuais e dos técnicos, fundamentado na ideia de valor. A universidade, o próprio Ensino Superior, adquire um grau de importância no contexto social, desde que contribua para o desenvolvimento econômico do país. Caso contrário, a atuação da universidade perde seu valor. Esse acordo que o orador faz com seu auditório ganha respaldo com a presença dos argumentos baseados no que, neste trabalho, já explicamos por lugares da argumentação. Como mencionado, os lugares da argumentação são posições virtuais acessíveis às quais o orador recorre para fundamentar determinados argumentos, visando à adesão do auditório. Destarte, buscou-se interpretar esses lugares argumentativos nos trechos relacionados ao Ensino Superior nas mensagens presidenciais. Observe-se o Recorte 3 com trechos destacados da mensagem de 1935 de Getúlio Vargas sobre o lugar da quantidade:

Recorte 3: Lugares da Argumentação (Mensagem de Getúlio Vargas, ano 1935)

É cada vez maior o número de estudantes que buscam as profissões liberais. Daí o desenvolvimento crescente do ensino superior, a ponto de se tornarem insuficientes os estabelecimentos existentes, estimulando isso a fundação de novos institutos. [...] É indispensável, entretanto, elevar cada vez mais a qualidade do ensino, por ser ele o principal instrumento de formação das nossas elites intelectuais e dos técnicos das profissões de maior responsabilidade na vida social.

O lugar esboçado na construção da tese é o da quantidade, já que os termos utilizados expressam natureza quantitativa, particularmente no sentido de número e valor maior. Isso revela, em alguns pontos a insuficiência dos estabelecimentos mediante um grande número de alunos, o que resultava no desenvolvimento crescente do Ensino Superior.

A problemática conduz à tese central de que a qualidade do Ensino Superior é o principal instrumento na formação das elites intelectuais do país. Essa tese reflete o valor concreto dado à criação de novas instituições, baseado também no valor da qualidade do ensino, resultante dessas mudanças.

De maneira hierarquizada, nota-se, em primeiro lugar, o valor do Ensino Superior (desde (que, como já foi visto em outro trecho, traga resultados econômicos para o país). É visível o valor atribuído às elites intelectuais, que embora não apareçam mencionadas que grupos seriam, e aos profissionais de formação técnica, o discurso é de que há profissões consideradas superiores, “de maior responsabilidade na sociedade”, indicando uma hierarquia social. Desse modo, os investimentos no Ensino Superior deveriam ser direcionados somente para determinadas áreas. Dando continuidade, expõe-se, a seguir, o Recorte 6 da mensagem do ano de 1951 de Getúlio Vargas:

Recorte 4: Lugares da Argumentação (Mensagem de Getúlio Vargas, ano 1951)

É evidente, entretanto, que a evolução do Brasil nos conduz a esses caminhos. É preciso prestigiar, vivamente, o crescente movimento de formação de universidades autônomas, adequadamente constituídas. **Não se deve esquecer que a universidade nasceu como uma corporação autônoma de professores e estudantes, de homens que amadureceram no saber e dos que nêle se iniciam.** E com esse sentido que as universidades se vêm desenvolvendo há longos séculos em todos os países. Não são repartições públicas, nem os professores um grupo de funcionários comuns.

Neste trecho, observa-se que o enunciado em destaque retoma a tese defendida, segundo a qual as universidades devem ser vistas como instituições autônomas, dissociadas das esferas governamentais. O orador, ao adotar o lugar da pessoa, valoriza a autonomia dos discentes e do corpo docente como pessoas responsáveis do saber, diferenciando-os dos demais funcionários públicos, e argumenta que, para assegurar o desenvolvimento contínuo das universidades no país, seria desejável a eliminação das repartições públicas que as vinculam

diretamente ao Governo, tendo em vista que a corporação que a constitui é dotada de toda competência para regê-la.

É perceptível o valor atrelado à autonomia da universidade para o país, como bem destaca. Com isso, o orador objetiva, com seus argumentos, desobrigar o Governo Federal da responsabilidade exclusiva sobre o financiamento das universidades e propõe uma política econômica mais independente, como forma de livrar o Governo das despesas e investimentos nas universidades, essa é, de fato, a verdadeira tese, objeto de persuasão do discurso que aproxima o discurso das duas mensagens. Em ambos, Getúlio Vargas defende um Ensino Superior totalmente respaldado em interesses políticos/econômicos. Em ambas as mensagens, as teses caminham na mesma direção: o Ensino Superior deve atender aos interesses do país e a autonomia da universidade que é mencionada pode ser entendida como uma forma de desobrigação do Governo com essa modalidade de ensino.

4.3 O discurso para a Educação Superior a partir das aproximações dos seus elementos argumentativos

É perceptível que há mais aproximações do que distanciamentos nos discursos do *corpus* em análise, particularmente na relação entre os lugares de argumentação utilizados na elaboração de suas teses. Nessas teses, destacam-se juízos de valor similares ligados ao incentivo do desenvolvimento das universidades, especialmente no que se refere ao aspecto econômico do país.

A primeira tese defendida pelo Presidente Getúlio Vargas está associada diretamente ao Ensino Superior ser o principal instrumento para a formação profissionalizante. Em ambas as mensagens, o valor é expresso às profissões de cunho técnico, em virtude do desenvolvimento econômico que elas garantiam ao país, fazendo com que se enxergue essa preocupação com a criação de novos estabelecimentos para atender a demanda de alunos ingressantes em profissões nas profissões consideradas, pelo Governo, como de menor serventia como algo desfavorável. Isso ocorre porque é ressaltado que o país ainda estava longe de chegar ao nível de saturação de outros países que apresentavam essa mesma realidade dos diplomados, o que alega que a qualidade de Ensino Superior está voltada à geração de profissionais que contribuam diretamente para o desenvolvimento econômico do país.

As mensagens de Getúlio Vargas dão ênfase a informações quantitativas para fins demonstrativos, é possível identificar de maneira marcante os posicionamentos do presidente, especialmente no que se refere à valorização da figura profissional e seu impacto no desenvolvimento econômico do país. Portanto, compreende-se que os discursos sobre a Educação Superior presente nos recortes dessas mensagens são voltados ao crescimento da economia brasileira, apontando para aspectos como a

formação profissional. Ressalta-se, assim, a ênfase em um ensino mais voltado para a profissionalização.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do trabalho, adotou-se como ponto de partida a principal questão de pesquisa a ser abordada: como são construídas as teses sobre a Educação Superior nos discursos do Presidente Getúlio Vargas? Ao optar por investigar o domínio da Educação Superior, atentou-se não apenas à exposição do tratamento concedido a essa área de interesse social durante esses períodos, mas também destacou-se as contribuições que esse objeto de estudo pode oferecer para o campo da Linguagem. Sob o viés dos estudos argumentativos da Nova Retórica, para a análise dos documentos escolhidos, a saber “Mensagem Oficial enviada ao Congresso Nacional”, revelou-se posicionamentos construídos argumentativamente para direcionar um Ensino Superior voltado a aspectos particulares de cada um dos presidentes.

Nesse viés, a análise buscou interpretar o discurso pelo viés dos elementos argumentativos como as técnicas, lugares, valores e hierarquias sobre a Educação Superior. Para tanto, o *corpus* foi constituído de quatro recortes de trechos dentro de mensagens presidenciais enviadas ao Congresso Nacional, pelo Presidente Getúlio Vargas, escritas nos anos de 1935, início do Governo Constitucional, e 1951, segundo governo na República Populista.

Sendo assim, os objetivos específicos foram organizados para limitar os aspectos a serem investigados na análise e alcançar a resposta para questão geral, sendo eles: identificar as teses para a Educação Superior nas mensagens enviadas ao Congresso Nacional pelo Presidente; interpretar os lugares da argumentação e as hierarquias de valores na construção das teses e analisar as aproximações e/ou distanciamentos nos processos argumentativos.

As teses das duas mensagens partem de um acordo que valoriza o Ensino Superior e as Universidades, porém ambas buscam persuadir sobre os interesses do Governo, é isso que está no topo da hierarquia. As recorrências aos lugares da argumentação, quase sempre em torno da ideia quantitativa, também conduzem ao mesmo propósito. Os discursos são voltados ao desenvolvimento econômico do país, o que produz uma aproximação entre os processos argumentativos das duas mensagens, praticamente sem espaço para distanciamentos de sentidos. Considerando o exposto, o trabalho atingiu resultados satisfatórios no tocante à questão de pesquisa pretendida, ressalta-se, porém, que esta pesquisa não pretende esgotar as análises na área de investigação, mas sim contribuir para futuros estudos e análises de *corpus* igual ou semelhante do campo das Ciências Humanas concernente às bases teóricas da Nova Retórica.

REFERÊNCIAS

ABREU, A. S. **A arte de argumentar:** gerenciando razão e emoção. São Paulo: Ateliê Editorial, 2009.

FIORIN, J. L. **Argumentação.** São Paulo: Contexto, 2015.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica.** 5 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

PERELMAN, C.; OLBRECHTS-TYTECA, L. **Tratado de argumentação:** a nova retórica. São Paulo: Martins Fontes, [1958] 2005.

REBOUL, O. **Introdução à retórica.** São Paulo: Martins Fontes, 2004.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico.** 23 ed. São Paulo: Cortês, 2012.

SOUZA, G. S. **O Nordeste na mídia: um (des)encontro de sentidos.** Tese (Doutoramento). Universidade Estadual Paulista "Júlio Mesquita Filho Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara/SP, 2003.

REPRESENTAÇÕES DISCURSIVAS DE PEDRINHO MATADOR

Maria das Graças de Oliveira Pereira
Maria José Morais Honório
Josinaldo Pereira de Paula

1 INTRODUÇÃO

Os estudos sobre representação discursiva na argumentação é a materialidade do texto de acordo com o conjunto de enunciados. Nesse sentido, dada a importância de se discutir a representação discursiva (Rd), buscamos ao longo deste trabalho analisar a representação discursiva presente no discurso do mineiro Pedro Rodrigues Filho, conhecido no Brasil por Pedrinho matador, pelo fato de ser o assassino confesso de quase 100 pessoas e ter permanecido por mais de 34 anos preso, pagando por estes crimes.

O *corpus* do trabalho se refere a uma entrevista do jornalista Marcelo Resende a Pedrinho Matador, exibida pelo programa Repórter Record, da rede Record de Televisão, no ano de 2012, no presídio da cidade de Guarulhos, estado de São Paulo, em que realizamos o recorte de cinco falas de Pedrinho.

O referencial teórico aqui proposto está alicerçado em discussões referente à argumentação com base em Adam (2011) e (2017), Queiróz (2013), entre outros. Esta base teórica permitiu analisarmos o referido *corpus*, identificando as categorias presentes em Queiroz (2013), além de construir a representação discursiva de Pedrinho Matador.

Metodologicamente, realizamos um estudo analítico-descritivo e uma abordagem qualitativa sobre a entrevista realizada pelo jornalista Marcelo Rezende a Pedrinho Matador. A escolha de tal entrevista se deu pelo fato de o entrevistado ter uma longa ficha criminal no que diz respeito a assassinatos e, por esse motivo, nos interessa analisar as representações discursivas apresentadas por ele sobre seus crimes. Como recorte da entrevista, escolhemos 05 (cinco) trechos que apresentam a construção da representação discursiva com bastante evidência. A entrevista foi analisada à luz da base teórica supracitada, estando o trabalho organizado em três partes: a primeira traz o referencial teórico, no qual abordamos a constituição do campo teórico. Em seguida, discutimos os dados, com a análise de alguns trechos transcritos da entrevista, e por fim, a conclusão, que retoma a discussão sobre as análises do *corpus* e aponta os resultados alcançados.

2 ANÁLISE TEXTUAL DOS DISCURSOS (ATD) E REPRESENTAÇÕES DISCURSIVAS (Rd)

A Análise Textual dos Discursos (ATD), segundo Passeggi (2010) *et al*, é um campo teórico-metodológico que articula a Linguística Textual (LT) e a Análise do Discurso (AD). De acordo com Adam (2011) a gênese da ATD está na LT e com a perspectiva teórico-metodológica na Análise do discurso (AD) que, assim, constitui-se “uma teoria de produção co(n)textual de sentido que deve fundar-se na análise de textos concretos”.

Para isso, Adam (2017) deixa claro que a LT não é a ciência integrativa do discurso e das interações. Definidas como um campo interdisciplinar. A LT é então, um subdomínio da Análise do Discurso (AD) e da Análise da Conversação (AC), e seu papel consiste em fornecer uma teoria consistente da textualidade e dos procedimentos de análise dos textos.

A LT é uma teoria da textualidade que fornece a AD e a AC procedimentos de análises necessários para que texto e discurso se correlacionem e se complementem no processo de interação dos sujeitos. Adam (2017) é categórico ao mostrar que a LT, AD e AC são teorias distintas, cada uma fornece à outra os procedimentos necessários para desenvolver uma teoria geral que o autor à chama de teoria do conjunto, pois é interdisciplinar e intradisciplinar, para, assim, buscar subsídios com o objetivo de melhor compreensão do texto nas suas múltiplas facetas sociais.

Para fundamentar esse ponto de vista, Adam (2017, p. 47) afirma que “desde que haja texto, isto é, o reconhecimento de que um conjunto de enunciados forma todo comunicativo, há o efeito de genericidade, quer dizer, a inserção desse conjunto de enunciados em uma categoria de discurso”.

Nesse sentido, a complementariedade ocorre na LT com o texto, não apenas com o agendamento dos enunciados, mas nas suas múltiplas práticas discursivas, organizado pelos gêneros discursivos, pois, no momento que se tem um texto, consequentemente, há um gênero, ligado a uma formação sócio-histórica discursiva. Observamos a textualidade interagindo com a discursividade, ou seja, a LT encontrando a AD.

Ainda sobre a relação entre texto e discurso, Queiroz (2013, p. 22) afirma que:

A ATD é uma área de perspectiva teórica, metodológica, descritiva e interpretativista que concebe ‘o texto e o discurso em novas categorias’ que se complementam e são condicionadas mutuamente. Assim sendo, podemos interpretar que a ATD tem a sua origem na LT, mas que a sua perspectiva teórico-metodológica se enquadra na área da Análise do Discurso.

Com a autora, entendemos que a ATD tem a sua base na LT, buscando os seus conceitos de texto enquanto interação, associados aos estudos da textualidade,

sequências, enunciado, entre outros, mas com uma perspectiva metodológica situada na AD. As análises em ATD buscam os sentidos discursivos dos textos por meio dos conceitos já estabelecidos pela AD, ou seja, os sentidos são construídos pelo cotexto e pelo contexto. Em suma, Adam (2011, p. 63) afirma que a ATD tem como objetivo:

Teorizar e descrever os encadeamentos de enunciados elementares no âmbito da unidade de grande complexidade que constitui um texto [...] concerne tanto à descrição e à definição das diferentes unidades com às operações, em todos os níveis de complexidade, que são realizadas sobre os enunciados.

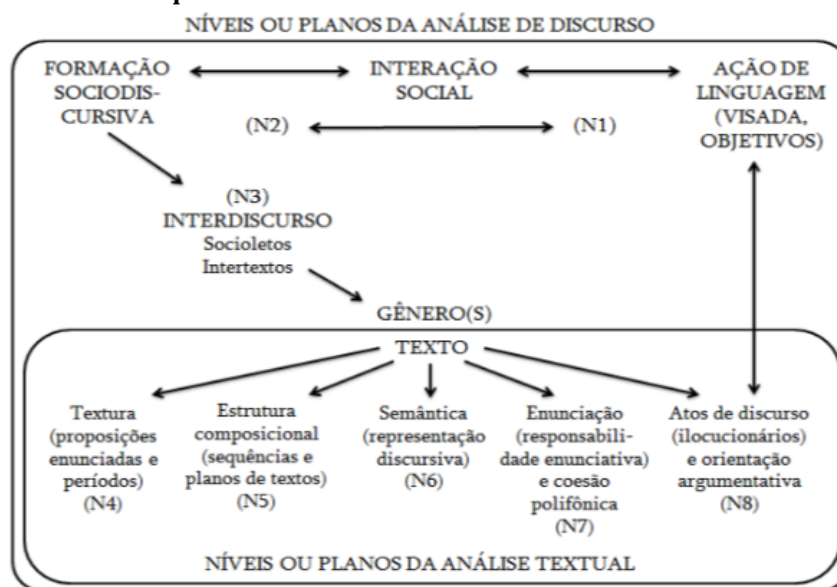
Na colocação do autor, entendemos que a ATD, por meio da descrição das unidades e o encadeamento dos enunciados, forma um determinado discurso em um determinado contexto sociocultural, ou seja, é uma cooperação contínua dos aspectos textuais com os discursivos, buscando um objetivo específico na interação entre os sujeitos.

Nesta rede de informações, o texto e o discurso se completam, uma vez que não é possível a existência de um sem o outro, ou seja, do texto emana o discurso, esse discurso leva em conta o produtor, a formação discursiva, o lugar e o tempo em que se pronuncia/escreve e se inscreve o discurso, como também os objetivos do locutor, no momento em que o constrói. No mesmo sentido, não há discurso se não estiver inserido em um texto, com todas as escolhas linguísticas feitas por este locutor para, assim, alcançar o objetivo pretendido.

Para Adam (2011), a AD se preocupa com a funcionalidade do texto enquanto discurso. A partir do conteúdo linguístico, surgem as construções dos efeitos de sentidos formados pelo texto. O discurso segue toda a influência da formação discursiva em que o locutor se encontra, a formação discursiva regula as construções linguísticas e o gênero textual é usado para um determinado objetivo durante a interação com um interlocutor. Assim, por meio da LT, os aspectos discursivos são formados a partir do aparato linguístico, ou seja, o encadeamento das sequências, dos períodos (nível microtextual) até o nível maior (nível macrotextual), que está relacionado à progressão temática, bem como à coerência global do texto.

Para esse entendimento cíclico entre o texto e o discurso, Adam (2011) apresentou o esquema 4 da sua obra “Introdução a Análise Textual dos Discursos”, em que mostra os níveis de análise de discurso e esta relação entre o texto e o discurso e, assim, propõe as categorias de análise para a ATD.

Esquema 4: Níveis da análise do texto e do discurso



Fonte: Adam (2011, p. 61)

No esquema 04, visualizamos um quadro maior que está relacionado aos planos da análise do discurso e, dentro deste, o que se refere aos níveis ou planos de análises do texto. No processo de construção dos enunciados, o plano do discurso direciona o locutor para os níveis do texto. No processo de interpretação de dados, entendemos que os níveis do texto direcionam o locutor para um nível maior: o discurso. É por esse motivo que Adam (2011) propõe que a LT está em um lugar de subdomínio das práticas discursivas. Observamos, ainda, um jogo de setas com pontas duplas que nos leva a entender essa ideia circular de relação entre o texto e o discurso. Dessa forma, o autor nomeia os níveis ou planos da análise de discurso.

Nesse sentido, o autor coloca em níveis os planos da análise do discurso e do texto. No (N1) e (N2), estão inseridas a ação de linguagem (visada, objetivos), ou seja, o momento que o locutor usa a linguagem para formar um discurso, oral, escrito, verbal ou não verbal, e a interação social, uma vez que o discurso, para alcançar seu objetivo, precisa estar em interação com o outro em uma formação discursiva.

Desse modo, chegamos aos planos de análise textual que Adam (2011) os coloca em cinco níveis de análises. Nesses níveis, é possível verificar a composição do texto apresentado pela Linguística Textual e que a ATD utiliza para realizar suas análises. Assim, observamos (N4) com a textura (proposições, enunciados e períodos); (N5) a estrutura composicional (sequências e planos de textos); (N6) se trata da semântica (representações discursivas); (N7) com a enunciação (responsabilidade enunciativa e coesão polifônica); e (N8) com os atos de discursos (ilocucionários) e orientação argumentativa.

Para isso, este trabalho aborda o nível 6 com a representação discursiva. No entanto, todos os níveis de análises, tanto do texto, quanto do discurso são

interligados e se complementam; por exemplo, nas nossas análises das Rd o produtor leva para o nível da Orientação argumentativa, que são os usos das proposições-enunciados na intenção de convencer seu interlocutor e realizar a defesa de um ponto de vista.

Em relação as Rd, Adam (2011), parte dos conceitos de Grize que trata de uma lógica natural, na qual estão inseridos um locutor e um alocutário, que juntos (re)constroem o discurso, pois, para o autor, o alocutário tem acesso apenas a uma parte do texto do locutor, tendo como função reconstruir as esquematizações/representações.

Em vista disso, para Adam (2011), a Rd é a imagem que o locutor faz durante um discurso para um alocutário com uma finalidade específica, ou seja, passar uma moral, uma ética, convencer sobre determinado assunto ou persuadir seu alocutário a fazer algo. Adam (2011) coloca que a pessoa do orador com sua função (lugar) e o(s) papel(éis) que assume(m), com seus fins próprios, seus pré-construídos culturais e representações da situação de enunciação, do objeto do discurso, de seu auditório e as representações psicossociais de si mesmo. Assim, a Rd de si se refere a um locutor que, com todos os seus pré-construídos sociais, culturais, morais, éticos e religiosos, a partir de proposições-enunciados pré-selecionados de forma co(n)textual, representa-se em determinada situação de interação para alcançar seus fins próprios, que podem ser convencer, fazer humor, sensibilizar, entre outros, levando em conta que toda a construção da Rd de si pode estar ligada ao seu caráter ou não. Adam (2011) informa que fica para o interpretante (re)construir as Rd apresentadas no discurso pelo enunciador, pois esse, também, se utiliza de seus conhecimentos culturais, sociais, crenças etc., para ser convencido ou não pelas imagens de si apresentadas pelo enunciador.

A Rd do alocutário trata da imagem que o locutor A constrói de uma terceira pessoa durante o seu discurso com o alocutário B, também por meio de proposições-enunciados. Essa terceira pessoa pode, em algum momento, assumir o lugar de B e reconstruir o discurso formado, respondendo com uma reafirmação da Rd que o locutor construiu, ou tentando desconstruí-la, dependendo da construída pelo locutor A em determinada situação sociodiscursiva. Isso pode ocorrer quando um sujeito faz elogios a alguém, e, em certo momento, recebe agradecimentos que reafirmam aquilo que foi dito. O segundo caso pode ser quando alguém busca ferir a imagem do outro, por exemplo, com acusações e difamações, sendo que este precise provar o contrário, a partir do seu discurso, com a intenção de desconstruir aquela imagem construída pelo locutor A.

Para Passeggi (2001, p. 249), “as imagens do tema tratado constituem o conteúdo manifesto da esquematização e remetem diretamente às operações lógico-discursivas de sua construção”. Essas imagens são consideradas elementos lógicos discursivos que se encontram na materialidade do texto por elementos linguístico-discursivos. Para Queiroz (2013), essas Rd são interpretadas por um locutor a partir

de estruturas sintáticas, semânticas e discursivas em blocos de enunciados e reinterpretadas por um interlocutor do texto que podem ser validadas como verdadeiras. Nos estudos da ATD, as Rd são construídas e analisadas por meio de categorias semânticas de análises propostas por Rodrigues, Passeggi e Silva Neto (2010) e reformuladas por Queiroz (2013). Apresentamos a seguir as categorias propostas pelos autores supracitados.

Quando 01: Síntese das operações semânticas das Rds (Queiroz, 2013)

CATEGORIAS SEMÂNTICAS (QUEIROZ, 2013)	SÍNTESE
Referenciação	A designação dos referentes (coisas, objetos, sujeitos de ações, processos).
Predicação	Remete tanto à operação de seleção dos predicados, isto é, à designação dos processos, no sentido amplo (ações, estados, mudanças de estado etc.), como ao estabelecimento da relação predicativa no enunciado”.
Modificação	Apresenta as propriedades ou qualidades tanto dos referentes como das predicções, por isso ela pode ser subdividida em modificação da referenciação e modificação da predicação.
Comparação	É uma ramificação da operação de <i>relação</i> advinda de Adam (2008). Estabelece relações de sentido por meio do processo de comparação. É reconhecida no texto por meio de elementos linguístico-discursivos que demarcam a comparação entre objetos, que pode ser feita por meio de pares textuais: como, tanto... quanto... , ou de metáforas.
Conexão	A conexão proporciona a relação semântica entre um enunciado anterior e um posterior.
Localização	É a categoria por meio da qual identificamos no texto os espaços físicos e o tempo. Subdivide-se em localização espacial e temporal.

Fonte: Queiroz (2013)

Após a discussão teórica, deteremo-nos a seguir uma amostra das nossas análises das representações discursivas de Pedrinho Matador.

3 REPRESENTAÇÕES DISCURSIVAS DE PEDRINHO MATADOR

Ao analisar a entrevista do repórter Marcelo Rezende com Pedro Rodrigues Filho, também conhecido como Pedrinho Matador, é possível percebermos diversos aspectos que podem ser pontuados em relação ao entrevistado. A partir disso, o depoimento trazido produz uma representação discursiva que se volta para a produção de uma imagem daquele que diz algo, do seu interlocutor e do tema que está sendo tratado. Nesse sentido, teoricamente, utilizamos as categorias de Queiróz (2013), segundo a qual todo texto se configura conforme a organização de suas proposições ou do conjunto de enunciados, construindo um plano organizacional e estrutural, considerando-se quem produz, o que produz e para quem produz.

No caso do Pedrinho Matador, podemos observar a imagem de um sujeito que defende valores, como o respeito às mulheres. Este ponto é visto com enfoque maior no momento em que ele conta sobre o assassinato da sua mãe e a vingança no momento em que tirou a vida do próprio pai:

Trecho 01:

Marcelo Resende: Você tirou o coração do seu pai?

Pedrinho Matador: Um pedaço... Um pedaço.

Pedrinho Matador: Um pedaço e joguei fora, mastiguei e cuspi fora.

Marcelo Resende: Ah mais não engoliu?

Pedrinho Matador: Não... isso não nada.

Marcelo Resende: Mas mastigou?

Pedrinho Matador: É, mastiguei por isso né: por... foi vingança, tinha de fazer aquilo, é mãe né?

A partir do trecho 01 apresentado, podemos observar a categoria da referenciação no trecho *“foi vingança, tinha de fazer aquilo[...]”*. O referente “aquilo” é compreendido como um elemento anafórico que faz menção ao ato de matar o pai e por isso retoma ao tema que era tratado durante a entrevista.

A partir da referenciação, podemos observar o processo de predicação a partir do fragmento *“mais não engoliu?”*. Esse ponto é apresentado como um modo em que se constrói o processo anafórico de retomada ao tema sobre o que foi engolido, que, no caso, seria o coração.

Esses elementos são produzidos como uma forma de representar a imagem de Pedrinho como alguém que se vinga a partir do sentimento do peito e que se constrói pelo amor materno. A forma com que a mãe é injustiçada produz um efeito de dor no coração a tal ponto de que a sua vingança deve ser cometida no mesmo lugar de onde ele sentiu a perda. Ou seja, ao atacar o coração do pai, Pedrinho propõe em seu discurso que o pai sentisse a mesma dor que ele sentiu. Ao expressar-se dessa forma, ele tenta comover o auditório que seu ato foi plenamente justificável, ainda que tão cruel.

No trecho 02 da entrevista, Pedrinho relata que:

Trecho 02

Pedrinho Matador: Falei: se para um dia, faltando um dia pra mim ir embora, eu mando você pro

inferno. Eu tenho até nojo de falar num diabo desses.

Marcelo Resende: É, mas por que você num gosta dele?

Pedrinho Matador: E que vai gostar de um diabo desse seu Marcelo? Fala pra mim.

Marcelo Resende: Sim, mas num era nada contigo.

Pedrinho Matador: Sim, mas era pessoa pobre, pegava coitada, pessoa pobre. Pegava só coitadinha. E o negócio parece que tá piorando de novo, o quanto vejo na televisão o tanto de estupro

tá tendo hoje, e tudo colarinho branco que tá estuprando

Na primeira frase: os termos *“falei”* e *“eu mando”* revela a categoria de referenciação, a partir do momento em que se relata fatos que ele (Pedrinho)

realizou, demarcado por meio do “*para um dia faltando um dia pra mim ir embora*” que está representando uma localização espacial e temporal, pois ele havia demarcado um tempo para ir embora e algo aconteceu bem próximo a esse período. Já no trecho “*pro inferno*” seria a categoria de localização, como ponto final que se deseja que o sujeito vá (esse sujeito é o conhecido maníaco do parque: Francisco de Assis Pereira, acusado de pelo menos 11 assassinato de mulheres, na década de 90, em São Paulo), acentuada com “*até*” o qual está no plano da categoria da conexão, fazendo relação com esse lugar que dá até nojo de se falar, como algo detestável que ele não gosta nem de mencionar.

Na fala seguinte “*E que vai gostar de um diabo desse seu Marcelo? Fala pra mim*” o “*e*” representa a categoria de conexão, além de ligar os termos da oração, ainda faz uma retomada ao que foi dito anteriormente sobre a figura de seu pai, que para ele é uma figura de nojo e revolta por ter desrespeitado a sua família.

No segundo fragmento “*Sim, mas era pessoa pobre, pegava coitada, pessoa pobre. Pegava só coitadinha. E o negócio parece que tá piorando de novo, o quanto vejo na televisão o tanto de estrupo tá tendo hoje, e tudo colarinho branco que tá estuprando*”, no trecho os termos “*Sim, mas era pessoa pobre, pegava coitada, pessoa pobre. Pegava só coitadinha*” há a presença da categoria de referenciação, inicialmente, quando se confirma “*sim*” e depois, por meio da categoria de conexão, quando Pedrinho acrescenta as características da moça como “*pobre e coitada*”, como se fossem pessoas indefesas. Já em “*e o negócio parece [...]*”, vemos presente a categoria da conexão, pois liga os acontecimentos, dá seguimento a fala quando diz “*o negócio parece que tá piorando de novo*” demarcado sobre a categoria da comparação, ao se fazer a comparação de uma situação ruim e que vai piorar mais ainda. Após isso, o entrevistado reforça com o “*quanto vejo na televisão o tanto de estrupo tá tendo hoje*” permitem intensidade das ações e se classifica dentro da categoria de predicação. No trecho “*e tudo colarinho branco que tá estuprando*”, a categoria presente é a comparação, por meio da afirmação que não é qualquer tipo de pessoa que pratica tais ações, mas pessoas consideradas de alto patamar da sociedade.

Destacamos, também, o trecho 03:

Trecho 03

Marcelo Resende: Você tem remoço?

Pedrinho Matador: Não, tenho nada, vixe! Tenho não.

Marcelo Resende: Nada?

Pedrinho Matador: Não... Se eles matasse eu também, entendeu? E das pessoas que eles queriam matar também, eles também não iam sentir não.

Marcelo Resende: Não né?

Pedrinho Matador: Não.

Marcelo Resende: Tem alguém que você matou, que você acha que não deveria ter matado? (três segundos de silêncio)

Pedrinho Matador: Não.

Marcelo Resende: Todo mundo que você matou, se fosse pra repetir você repetiria.

Pedrinho Matador: Sim... É... Porque num vale merda mesmo. Num vale bosta.

Neste ponto, analisamos a categoria da predicação, tendo em vista Queiroz (2013) defender que o locutor é construtor de seu lugar discursivo, demarcando sua voz e defendendo seu ponto de vista na intenção de ganhar a adesão do outro, assim, os processos verbais vão nos permitir reconhecer e compreender tal objetivo.

Ao ser indagado se sente remorso pelas mortes que cometeu, Pedrinho responde que “*Não, **tenho** nada, vixe! **Tenho** não*”. A predicação é construída pelo verbo no tempo presente **tenho**, o qual aparece duas vezes, sendo complementado pelos termos ‘nada’ e ‘não’, no sentido de reforçar a convicção do matador de que não se arrepende de ter praticado os crimes em questão.

A seguir, Pedrinho reforça: “*Não... Se eles **matasse** eu também, **entendeu?** E das pessoas que eles **queriam matar** também, eles também não **iam sentir** não*”. A predicação é construída a partir dos verbos ‘matasse’ e ‘queriam matar’. No primeiro caso, o verbo está no pretérito imperfeito do subjuntivo, expressando uma ação hipotética de seus adversários que poderia ser praticada contra ele, complementada pela expressão ‘eu também’ como forma de justificar o não arrependimento por cometer os crimes, pois para ele era uma questão de sobrevivência. No segundo caso, ‘queriam matar’ está no futuro do pretérito do indicativo, configurando uma ação que poderia ter ocorrido após outra ação praticada, embasando-se igualmente em uma hipótese que possa justificar os crimes.

No tocante ao trecho: “*Sim... É... Porque num **vale** merda mesmo. Num **vale** bosta*”, o homicida atribui valor à vida das vítimas, utilizando-se por duas vezes do verbo **vale**, no presente do indicativo, complementado por ‘merda mesmo’ e ‘bosta’, no sentido de afirmar categoricamente e exprimir uma certeza de que as vítimas mereciam ser mortas.

Considerando a categoria Modificação utilizada por Queiroz (2013), analisamos os seguintes trechos que apresentam a modificação da referenciação, como também, respectivamente, a modificação da predicação. Para a referida autora, a primeira diz respeito a qualidades dos referentes, ao passo que a segunda se volta para a qualificação da predição, geralmente contradizendo uma ideia posta, que precisa ser combatida pelo orador.

No trecho 04

Pedrinho Matador: Falei: se para um dia, faltando um dia pra mim ir embora, eu mando você pro inferno. Eu tenho até nojo de falar num diabo desses.

Marcelo Resende: É, mas por que você num gosta dele?

Pedrinho Matador: E que vai gostar de um diabo desse seu Marcelo? Fala pra mim.

Marcelo Resende: Sim, mas num era nada contigo.

Pedrinho Matador: Sim, mas era pessoa pobre, pegava coitada, pessoa pobre. Pegava só coitadinha. E o negócio parece que tá piorando de novo, o quanto vejo na televisão o tanto de estrupo tá tendo hoje, e tudo colarinho branco que tá estuprando.

No trecho 04, percebemos que Pedrinho Matador procura justificar sua postura de nojo em relação ao maníaco do parque, quando qualifica as vítimas do maníaco como “**Pedrinho Matador:** Sim, mas era pessoa pobre, pegava coitada,

pessoa pobre. Pegava só coitadinha". Tais adjetivações configuram a Modificação da referenciação, não sendo qualquer pessoa atacada, apenas as mais vulneráveis. Na sequência da entrevista percebemos outro uso dessa modificação: "E o negócio parece que tá piorando de novo, o quanto vejo na televisão o tanto de estupro tá tendo hoje, e tudo colarinho branco que tá estuprando". A expressão "branco" refere diretamente a colarinho com o sentido de pessoas ricas, influentes, políticos etc., trecho que revela que o estupro também é crime praticados por ricos, mas nem sempre são punidos.

Em relação à modificação da predicação analisamos o trecho 05:

Trecho 05

Pedrinho Matador: Ele morava no chadrêz da frente, negócio de seguro onde ficava estuprador e tudo. Eu tive que aguentar... Eu entrei no chadrêz ... Ele deu vinte e uma facada na minha mãe, eu dei vinte e duas.

Marcelo Resende: Deus quantas?

Pedrinho Matador: Vinte e duas. Por causa do coração né? Que eu tinha jurado vingança. Mais não que eu comi, o povo aí na internet tá falando que eu comi coração...

Marcelo Resende: o que você fez?

Pedrinho Matador: Eu simplesmente cortei que era vingança né? Cortei e joguei fora (faz os gestos com as mãos).

Neste trecho 05, destacamos "**Pedrinho Matador:** Vinte e duas. Por causa do coração, né? Que eu tinha jurado vingança. Mais não que eu comi, o povo aí na internet tá falando que eu comi coração...". Nesta fala, o advérbio de negação *não* qualifica a predicação de que ele teria comido o coração de seu próprio pai. Neste caso, Pedrinho, por meio dessa expressão, nega essa afirmação que foi divulgada na internet. Tal modificação também procura amenizar a crueldade do crime, pois para o orador não ter engolido o coração ameniza o crime, se tivesse engolido seria mais perverso ainda.

Dado o exposto, percebemos que a entrevista com Pedrinho Matador pode ser analisada por meio de diversas categorias na composição da representação discursiva do orador, do interlocutor e do tema. Nesta análise, focalizamos a representação discursiva do orador, quando se posiciona sobre sua vida como assassino, considerando a referenciação, modificação, localização, conexão e comparação. Vale destacar que um mesmo trecho pode apresentar mais de uma categoria de análise, a depender do olhar do analista.

4 CONCLUSÃO

Esta pesquisa teve o objetivo de analisar a representação discursiva de Pedrinho Matador. Dado isso, este trabalho nos fez entender que o entrevistado por meio da entrevista concedida a Marcelo Rezende (2012) pode ser considerado um justiceiro, isso é perceptível por meio dos seus valores ligados à família, às mulheres e às crianças. Ele tem comportamentos de frieza e não se arrepende dos seus atos,

demonstrado como forma de “justiça” para com as ações já praticadas contra aqueles que fazem parte do seu universo de convivência.

Pedrinho tem um auditório grande, como um público de televisão. O *ethos* assumido por Pedrinho Matador é de um justiceiro que, hierarquizando valores tradicionais, se coloca como vítima da sociedade e acredita que a justiça social não funciona. Por estas razões, justifica-se, defende sua imagem, e acredita ter o direito de fazer justiça com as próprias mãos.

A respeito da representação discursiva presente nos quatro excertos recortados e analisados por meio das categorias descritas por Queiroz (2013), podemos identificar a defesa de valores que fazem parte da vivência feminina, marcado pelo fato do assassinato de sua mãe e como forma de vingar-se deste fato, matando o seu próprio pai. Na construção de sua Representação Discursiva ele concretiza todas as categorias descritas por Queiróz (2013), demonstrando uma capacidade de elaboração discursiva elevada. Pedrinho Matador, sabendo do grande alcance que teria sua entrevista, se coloca como justiceiro e não criminoso cruel e frio.

Especificamente, nos excertos analisados, encontramos: i) trecho i: categoria da referenciação - representação anafórica; ii) trecho ii: categoria da referenciação e categoria de conexão e comparação - localização espacial e temporal; iii) trecho iii: categoria da predicação; iv) trecho iv: categoria da predicação; v) no trecho v: categoria da modificação. Percebemos que há, portanto, várias categorias na composição da representação discursiva do orador, do interlocutor e do tema.

REFERÊNCIAS

ADAM, J-M. A. *Linguística Textual: introdução à análise textual dos discursos*. Trad. RODRIGUES, M. G. S; SILVA NETO, J. G; PASSEGGI, L; LEURQUIN. E. V. L. F. São Paulo: Cortez, 2011.

ADAM, J-M. A. **Linguística Textual**: introdução à análise textual dos discursos. Trad. RODRIGUES, M. G. S; SILVA NETO, J. G; PASSEGGI, L; LEURQUIN. E. V. L. F. São Paulo: Cortez, 2008.

ADAM, J-M. O que é Linguística Textual? Tradução de Suzana Leite Cortez. In: SOUSA, E. R. F. PENHAVAL, E. CINTRA, M. R. (org.). **Linguística Textual interfaces e delimitações**: homenagem a Ingedore Grunfeld Vilaça Koch. São Paulo: Cortez, 2017.

PASSEGGI, L. A estruturação sintático-semântica dos conteúdos discursivos: categorias descritivas da lógica natural para a linguística. In: PASSEGGI, L. OLIVEIRA, M. S. (org.). **Linguística e Educação**: gramática, discurso e ensino. São Paulo: Terceira Margem, 2001.

PASSEGGI, L. et al. A análise textual dos discursos: para uma teoria da produção co(n)textual de sentido. *In*: LEITE, M. Q; BENTES, A. C. (org.). **Linguística de texto e análise de conversação**: panorama das pesquisas no Brasil. São Paulo: Cortez, 2010.

QUEIROZ, M. E. **As Representações discursivas do locutor e dos alocutários no discurso político de renúncia (Antônio Carlos Magalhães)**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2013 (UFRN/PPgEL).

“SOU CATÓLICA, MAS...”: ANÁLISE DE PONTOS DE VISTA GERADORES DE POLÊMICA PÚBLICA EM INTERAÇÕES NO PERFIL DO *INSTAGRAM* @CNBBNACIONAL SOBRE PL DE CRIMINALIZAÇÃO DO ABORTO

Eduarda Saionara de Mesquita Oliveira
Natália Venâncio da Silva

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O presente trabalho se volta para a análise de tecnodiscursos (Paveau, 2021) que expressam Pontos de Vista, doravante PDV (Rabatel, 2019), polêmicos na plataforma *Instagram*. O tema escolhido para nossa análise é a criminalização do aborto, que, além de seu caráter iminentemente polêmico, é debatido em um *post* do perfil da igreja católica, @cnbbnacional, dividindo opiniões e gerando dissenso entre os próprios adeptos da religião através dos comentários. Abordar a polêmica pública nessas interações é uma forma de analisar a interação digital polarizada observando dois prismas: o tradicional religioso e o ativista pelos direitos reprodutivos.

Em 12 de junho de 2024, no Brasil, a Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei (PL) nº 1904/24, que estabelece a criminalização da prática do aborto após a 22ª semana de gestação, prevendo pena de até 20 anos de prisão para a gestante e para o médico responsável pelo procedimento. Essa decisão ficou conhecida como PL do aborto. No país, a prática era permitida em três circunstâncias: gravidez com risco de vida à gestante, em casos de estupro, ou de má formação do cérebro do feto (anencefalia). Contudo, não era estabelecido nenhum tempo máximo para a realização do procedimento. Há alguns anos, contudo, pairavam algumas discussões e recomendações sobre os riscos do aborto após as 22 semanas de gestação. Por isso, toda essa temática é palco para inúmeras discussões que defendem valores distintos entre a sociedade brasileira. Sendo assim, a polêmica pública, enquanto motor da democracia (Amossy, 2017), predomina entre esses discursos.

Assim, o presente estudo busca responder, sobretudo, à seguinte questão-problema: quais são os pontos de vista geradores de polêmica pública, e como esta última se estabelece no *post* e comentários do perfil católico @cnbbnacional sobre o projeto de lei nº1904/2024 a respeito da criminalização do aborto no Brasil? Para isso, o objetivo geral do trabalho é analisar os pontos de vista geradores de polêmica pública em *post*/comentários do perfil católico @cnbbnacional sobre o projeto de lei nº1904/2024 a respeito da criminalização do aborto no Brasil. De maneira

específica, buscamos: i) descrever e analisar os pontos de vista expressos pelos locutores-enunciadores do *post* e dos comentários; e ii) examinar como a polêmica pública se estabelece nessas interações.

Consideramos que a compreensão desse fenômeno, além de essencial para as pesquisas linguísticas, auxilia no ensino de línguas por se voltar para uma questão social relevante, abordada em um ambiente de socialização cada vez mais presente na comunicação humana. Assim, assumimos a ideia de que o ensino de línguas deve acompanhar as evoluções da sociedade, estas que envolvem discussões políticas relevantes, bem como os novos meios de comunicação que medeiam esses enunciados, essenciais para o trabalho com o texto em sala de aula atualmente.

Quanto à teoria, escolhemos a Análise Textual dos Discursos (ATD) (Adam, 2011; 2019), em que texto e discurso apresentam uma simbiose complexa, situando a linguística textual em um campo mais vasto, o da análise dos discursos. Assim, a noção de PDV se situa, junto à noção de responsabilidade enunciativa, no nível 7 da ATD, que diz respeito à enunciação. Assumimos também a teoria da argumentação nos discursos, ao nos ancorarmos na polêmica pública, postulada por Amossy (2017), em que os discursos socializados não visam o consenso e a persuasão, e sim o dissenso e o conflito de ideias. Por fim, visto nos voltamos para as plataformas digitais, estabelecemos diálogo com a Análise do Discurso Digital de Paveau (2021), em todas as características dos discursos digitais nativos.

As próximas seções irão explanar nossa caracterização metodológica, seguida de uma breve discussão teórica dos conceitos de ponto de vista, polêmica pública e dos tecnodiscursos digitais, que antecedem a análise do *post* e dos comentários escolhidos, precedendo nossas considerações finais.

2 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

2.1 A visão de texto na ATD e a caracterização do PDV

No prisma da ATD, os textos são analisados considerando sua relação com as determinações discursivas. A relação entre texto e discurso recai sobre uma separação – para fins conceituais – e uma complementaridade – por possibilitar um conjunto de categorias de análise. Por isso, Adam (2019, p. 33) explica que “todo texto é o traço linguageiro de uma interação social, a materialização semiótica de uma ação sócio-histórica de fala”, em que essa materialização linguística põe em cena os aspectos que dizem respeito ao campo discursivo. Além disso, a ATD estabelece uma associação com teorias enunciativas, estas que dão lugar à teoria do ponto de vista, associada à responsabilidade enunciativa dos enunciados, característica iminente à toda manifestação linguística. Assim, é proposta uma análise co(n)textual dos sentidos, que é pautada na (re)construção dos dados extra-

linguísticos (contexto) e da materialização dos enunciados (cotexto) para a interpretação de enunciados isolados (Adam, 2011).

O nível 7 da ATD se volta para a enunciação, com foco na responsabilidade enunciativa. De acordo com Rabatel (2013; 2016; 2019), todo enunciado, que denota um PDV, é assumido ou imputado por um Locutor/Enunciador primeiro (L1/E1) em sincretismo. É sobre essa ação que recai a responsabilidade enunciativa, mas não nos deteremos a esse fenômeno em específico, e sim à caracterização e hierarquização do PDV, embora a atuação de ambas esteja condicionada. Assim, o locutor é a instância dêitica de um enunciado, que o produz foneticamente, e o enunciador é a instância modal, que assume a responsabilidade pelo conteúdo expresso. Essas instâncias podem estar em sincretismo, quando fala e assume a responsabilidade pelo conteúdo, ou não, quando essa responsabilidade é imputada a um outro enunciador (Rabatel, 2013).

Assim, o PDV é o conteúdo proposicional de um enunciado, diz respeito a “todo enunciado que predica informações sobre qualquer objeto de discurso, dando não apenas informações sobre o objeto (relativas à sua denotação) mas também sobre o modo como o enunciador encara o objeto” (Rabatel, 2019, p. 6). Por isso, identificar o PDV expresso por um L1/E1 é o primeiro passo para a análise de suas reais visões sobre determinados objetos, assuntos, temáticas. Esses PDV podem, então, ser hierarquizados, de forma a identificar quais são os PDV assumidos pelo L1/E1, e quais ele imputa a outros enunciadores, possibilitando a real compreensão da estratégia discursiva do locutor. Rabatel (2013), para o processo de hierarquização, dá o nome de principal para o PDV do L1/E1 em sincretismo. Em seguida, expressa o(s) PDV(s) de seu(s) enunciador(es) segundo(s) por onde hierárquica da importância atribuída a esses PDV imputados, por meio do engajamento do L1/E1.

2.2 Os tecnodiscursos polêmicos

A Polêmica pública, de acordo com Amossy (2017a), se define como uma modalidade argumentativa formada por um conjunto de dissonâncias e ideias totalmente polarizadas que visam o total dissenso. Movimento importante para a democracia moderna, a polêmica pública pode ser facilmente vista em ambientes digitais. Nas palavras da autora, trata-se, então, da “manifestação discursiva sob forma de embate, de afrontamento brutal, de opiniões contraditórias que circulam no espaço público. Enquanto interação verbal, ela surge como um modo particular de gestão de conflito” (Amossy, 2017b, p. 53). Por isso, toda enunciação que põe em cena a total discordância dos pontos de vista se considera polêmica.

Outrossim, os conteúdos que vêm a se tornar polêmicos são de interesse comum de um grupo social e partem de pontos de vista distintos, situados em polos opostos da argumentação, e que não visam a adesão de ideias, e sim o conflito. É

dessa maneira que são formados o lado do proponente e do Oponente e um Terceiro (Amossy, 2017a). Para França (2019, p. 280), “As disputas polarizadas em torno de ideologias (religiosas, econômicas, políticas, etc.) existem no cotidiano dos indivíduos há muitos séculos e continuam sendo criadas, alimentadas e mediadas, atualmente pela *internet*, e midiáticas também graças a essa rede.”, esse fato torna a polêmica uma prática democrática. Assim, a podemos afirmar que esse processo contribui para a formação da opinião do indivíduo e o seu senso crítico, favorecendo, também, discussões verbais que desqualificam a visão de mundo de outras pessoas.

Assim, a polêmica possui um caráter dicotômico à medida em que os seus conteúdos são válidos para toda a sociedade, pois cada indivíduo, com o seu ponto de vista a respeito do assunto, gera a divisão, contribuindo para a desigualdade e polemizando cada vez mais o assunto retratado. Além disso, para Amossy (2017b), a polêmica pública visa a desqualificação da tese do adversário através de tons de ironia e/ou desmoralizações.

Outro ponto marcante da Polêmica, segundo Amossy (2017b), é o envolvimento da emoção e da paixão nos embates. Os indivíduos que transmitem informações com emoções estão mais engajados no conteúdo e desenvolvem discórdias maiores, pois são movidos por sentimentos.

Há, contudo, uma clara distinção entre a polêmica e a violência verbal, porque esta não é característica daquela. A polêmica, diferente da violência verbal, está ligada a contradições de opiniões. Quando um indivíduo, por exemplo, traz sua crítica e outra pessoa se opõe à fala dele e, neste caso, também pode haver uma terceira pessoa. Em síntese, é a desqualificação da opinião do outro. Já quando se trata da violência verbal, essa está ligada a comentários agressivos que são dirigidos às pessoas, com intuito de ridicularizar, humilhar ou denigrir os outros indivíduos.

A análise do discurso digital é uma se volta para as expressões linguísticas dos indivíduos nas redes sociais. De todo o grupo que compõe uma informação postada em alguma mídia, o que Paveau (2022) chama de discursos nativos da internet são aquelas elaboradas online, nos espaços de escritas e com ferramentas propostas pela internet, e não aquelas transpostas para o espaço digital conectado após a digitalização de espaços escriturais e editoriais pré-digitais (Paveau, 2022, p. 65). Por isso, a autora propõe uma análise linguística dos discursos digitais, os quais ela denomina de tecnodiscursos.

Para tanto, Paveau (2022) aponta seis características dos discursos digitais nativos. A primeira delas é a composição, que é justamente a junção de todos os elementos em uma postagem realizada em redes sociais e que as pessoas constroem suas compreensões e ativam seus conhecimentos enciclopédicos a partir disso. Após isso, temos a ampliação, que são os comentários, as perguntas que são feitas a respeito do conteúdo abordado na publicação. A terceira característica é a investigabilidade, que é o acesso à memória da rede, onde ficam armazenadas todas as publicações feitas nas mídias. É proposto, também, a imprevisibilidade, quando

não é previsto, mas que o conteúdo abordado na postagem influencia as pessoas de várias formas e ganham espaços em outros âmbitos, sejam eles acadêmicos ou outros. A deslinearização são os *links*, os *hiper links* que dão acesso as outras informações para contribuir no enriquecimento do conteúdo. E, a relacionalidade que são os discursos digitais nativos que estão ligados a outros discursos disponíveis na internet.

Por conseguinte, a *internet* se tornou uma grande arma, tendo em vista a grande presença de comentários destrutivos sobre algo, alguém ou alguma situação, apesar de serem construtivos em outras. Dessa forma, atualmente, os discursos digitais possuem um grande impacto na sociedade, podendo ser positivo ou negativo. Pois, com toda a influência que as redes têm, toda postagem é significativa para os seres humanos, já que, hoje várias pessoas ganham a vida com *blogs* nas redes sociais.

Os comentários dos internautas nas postagens são uma interação com o público-alvo do conteúdo, ampliando a visibilidade da publicação e contribuindo no enriquecimento da compreensão do leitor sobre o assunto abordado. Desta forma, os comentários em publicações em redes sociais são públicos e podem afetar os indivíduos que os recebem. Os comentários podem ser construtivos ou negativos e possuem um poder enorme, onde muitas das vezes nem mesmo a pessoa que o digita tem noção do peso que ele pode ter na vida de uma outra pessoa. Pessoas públicas, por exemplo, vivem pela aprovação ou não aprovação da sociedade.

3 CARACTERIZAÇÃO METODOLÓGICA

O presente trabalho possui uma abordagem qualitativa, de caráter descritivo-documental e método misto, que consiste na junção do método dedutivo e do indutivo. As pesquisas qualitativas, utilizadas nas áreas de humanas, são aplicadas em estudos que visam a compreensão de aspectos constitutivos do próprio objeto, seja por meio de entrevistas, análises e questionamentos. Essa abordagem é empregada na realização de investigações complexas em ambientes naturais. Segundo Bodgan e Biklen (1982), “envolve a obtenção de dados descritivos, obtidos no contato direto do pesquisador com a situação estudada, enfatiza mais o processo do que o produto e se preocupa em retratar a perspectiva dos participantes” (Lüdke; André, 2014, p. 14). Nesse sentido, a pesquisa qualitativa, para a linguística, se empenha em retratar, de fato, como os sujeitos se posicionam a respeito de determinado assunto, possibilitando uma análise em cima de suas visões de mundo.

Nosso estudo desenvolve uma análise do *post/comentários* socializados em uma postagem realizada no perfil do *Instagram @cnbbnacional* sobre o novo projeto de lei relacionado à criminalização do aborto. Tendo em vista que essa postagem trata de uma temática na qual grande parte da sociedade está entrelaçada, e nos

últimos dias obteve uma grande visibilidade, houve desencadeamento de uma grande repercussão dos internautas. Sendo assim, o fato de a publicação partir de um viés religioso, as críticas dos indivíduos se tornaram chamativas. Os comentários em torna da publicação geralmente iniciavam com as seguintes frases: “Sou católico, mas...”; “Não sou católico, mas.”. Por isso, resolvemos analisar o *post* em questão, dois comentários a favor do *post* e do PL, e dois comentários contra o *post* e o PL.

4 ANÁLISE LINGUÍSTICA

A nossa análise, como mencionado na metodologia, gira em torno dos PDV polêmicos do *post* e dos comentários que socializam com ele. Assim, primeiro, analisamos os principais PDV expressos no *post*, em seguida, analisamos os PDV dos comentários. Esses PDV se situam em polos opostos: de um lado, o da visão católica tradicionalista, de outro, o da visão ativista pelos direitos reprodutivos da mulher. Eis o estabelecimento da polêmica.


Contudo, não seria estranho notar essa arbitrariedade de ideias em meio a uma sociedade polarizada, ainda mais sobre um tema iminentemente polêmico, mas o que chama a atenção é que os PDV polarizados a respeito dessa temática são expressos por pessoas que apontam ser pertencentes à religião católica. Logo, há opiniões dissensuais sobre o tema em um campo onde, segundo a lógica, deveria haver uma unificação, pelo menos parcial a respeito de qual posicionamento adotar. Por isso, os comentários analisados mostram uma diferença de posicionamento entre o que a igreja defende e o que uma parte dos fiéis acredita. Uma ruptura de princípios entre os próprios fiéis.

Buscamos, como apontado introdutoriamente, analisar os pontos de vista geradores de polêmica pública em *post*/comentários do perfil católico @cnbbnacional sobre o projeto de lei nº1904/2024 a respeito da criminalização do aborto no Brasil. De maneira específica, descrevemos e analisamos os pontos de vista expressos pelos locutores-enunciadores do *post* e dos comentários, e examinamos como a polêmica pública se estabelece nessas interações. No quadro abaixo, mostramos os PDV analisados e como eles constituem o dissenso, a medida em que habitam dois polos opostos.

Quadro 01: PDV analisados e sua constituição polêmica

PDV DO <i>POST</i>	PDV DOS COMENTÁRIOS A FAVOR DO PL E DO CONTEÚDO DO <i>POST</i>	PDV DOS COMENTÁRIOS CONTRA O PL E O CONTEÚDO DO <i>POST</i>
O PL 1904/24 representa um avanço na defesa da vida da mãe e do bebê no processo gestacional, por isso, a prática do aborto após as 22 semanas de	A igreja católica está certa, pois a prática do aborto é assassinato.	A nota publicada pela CNBB está equivocada. Apesar de ser correto o apoio para a mulher que decidir manter a gestação e entregar o bebê para a adoção, a mulher que não desejar continuar viverá uma

gestação deve ser criminalizada.		espécie de prisão pela gestação indesejada.
	Não dá para ser católico e defender o aborto, pois são princípios totalmente diferentes.	O PL 1904/24 está equivocado, pois crianças não devem dar à luz a um filho fruto de abuso sexual.



1. visão católica tradicionalista

2. visão ativista pelos direitos reprodutivos da mulher

Fonte: elaborado pelas autoras

O primeiro PDV a ser analisado encontra-se no início do *post*, e não trata de uma novidade para a doutrina católica. O princípio defendido pela igreja é o de que a vida, por ser um dom de Deus, deve ser acolhida, mantida e cuidada pelas pessoas, pois essa é a vontade do criador. Assim, o que se coloca em pauta é a defesa da vida – da mãe e do bebê. Essa afirmação considera, também, os riscos sofridos pela gestante e pelo feto em decorrência do procedimento, sobretudo após a 22ª semana de gestação. Então, o polo dissensual pertence à visão tradicionalista católica, e pode ser exemplificado através do excerto seguinte:

Excerto 01: Posicionamento da CNBB no *post* do *Instagram*

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), **diante do debate no Congresso Nacional e na sociedade brasileira sobre o PL 1904/2024, vem a público reafirmar o seu posicionamento de defesa e proteção da vida em todas as suas etapas, da concepção à morte natural.** No contexto do debate sobre o aborto, **empenha-se na defesa das duas vidas, a da mãe e a do bebê.**

A CNBB não se insere na politização e ideologização desse debate. Contudo, **adentra-o por ser profundamente ético e humano.** São a dignidade intrínseca e o direito mais fundamental que é o direito à vida que estão sob ameaça.

Fonte: elaboração nossa

Inicialmente, a CNBB, que é o L1/E1 do enunciado, justifica o motivo do *post*, conferindo importância necessária ao debate ocorrido no Congresso Nacional sobre a temática da criminalização do aborto. Em seguida, por meio da expressão “vem a público reafirmar”, demonstra que esse PDV já era assumido anteriormente pela Instituição, não se tratando de um posicionamento novo. Por isso, o PDV é o de que a vida, tanto da gestante como do bebê, deve prevalecer apesar de qualquer circunstância. Assim, a assunção do PDV ocorre por meio de expressões como “seu posicionamento” (posicionamento da própria CNBB). No âmbito polêmico, notamos que o perfil assume o papel de Proponente da polêmica, pois o *post* inicia os debates em torno da visão católica sobre o aborto. Outra justificativa presente no *post* é a de que, embora este seja um debate político, pois gira em torno de um PL, a igreja acaba se envolvendo por dizer respeito a um tema de interesse da instituição: a vida.

Excerto 02: Posicionamento da CNBB no *post* do *Instagram*

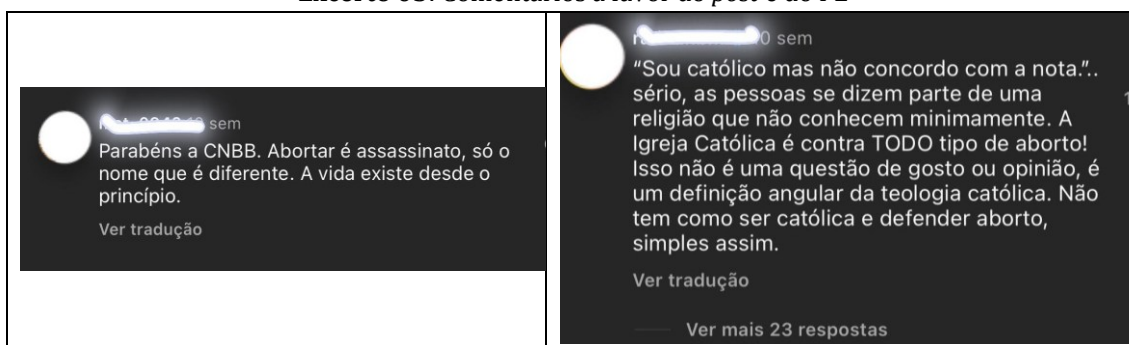
Cabe ressaltar que **as 22 semanas não correspondem a um marco arbitrário**. A partir dessa idade gestacional, realizado o parto, muitos bebês sobrevivem. Então, por que matá-los? Por que este desejo de morte? Por que não evitar o trauma do aborto e no deságua do nascimento, se a mãe assim o desejar, entregar legalmente a criança ao amor e cuidados de uma família adotiva? **Permitamos viver a mulher e o bebê.**

Fonte: elaboração nossa

Aqui, o L1/E1 assume, por meio da afirmação “as 22 semanas não correspondem a um marco arbitrário” e das perguntas subsequentes, o PDV de que, por existir chances de sobrevivência de bebês em partos de 22 semanas, praticar aborto nesse período é matá-los, tirar uma vida. A expressão seguinte “permitamos viver a mãe e o bebê” reafirma o posicionamento da igreja de que a opção pela vida deve vir em primeiro lugar, e que a sociedade, as autoridades, as gestantes e todos os envolvidos nesse processo devem permitir que isso aconteça, não apoiando e não praticando o aborto.

Por isso, o *post*, como um todo, demonstra o PDV geral de que o PL 1904/24 representa um avanço na defesa da vida da mãe e do bebê no processo gestacional, por isso, a prática do aborto deve ser criminalizada. O Proponente, no caso, a CNBB, se situa no polo da visão católica tradicionalista e justifica a defesa pela vida. Aqui, ainda não há uma intenção em estabelecer uma polêmica, embora seja um assunto polêmico em sua essência. Por meio da característica relacional dos discursos nativos digitais, os comentários no *post* dão ensejo à polêmica de fato, como podemos ver no excerto abaixo:

Excerto 03: Comentários a favor do *post* e do PL



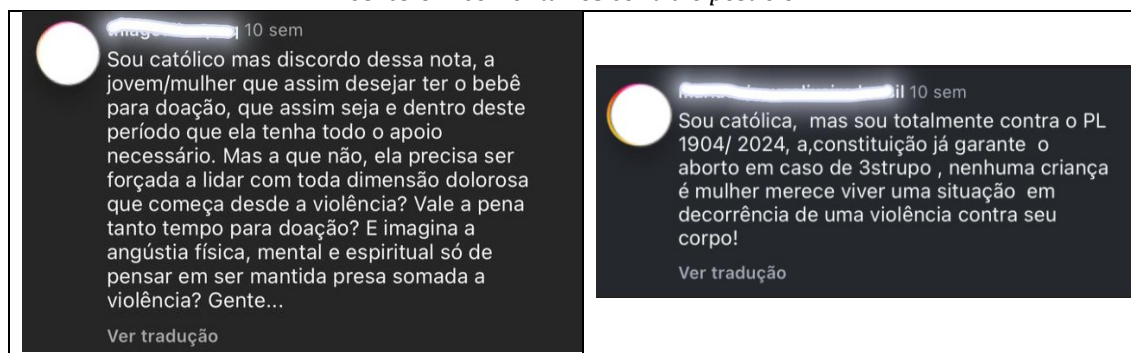
Fonte: elaboração nossa

Os dois comentários expressos no excerto acima se inserem no mesmo polo da CNBB em defesa do PL 1904/24, assumindo o mesmo papel do Proponente da polêmica. No primeiro, por meio da expressão “parabéns a CNBB”, o L1/E1 valida o posicionamento da instituição e assume o PDV de que a igreja católica está certa, pois a prática do aborto é encerra uma vida, no caso, a do bebê. Há, nesse comentário, um ataque verbal forte que situa o aborto à prática de um crime “abortar é assassinato, só o nome que é diferente”, colocando as pessoas que

defendem a prática como vilãs. No segundo comentário, o L1/E1 em questão imputa o PDV do enunciado em aspas “sou católico mas não concordo com a nota” a um e2, que a análise co(n)textual nos permite associar ao grupo de Oponentes. Ainda, a expressão posterior “sério”, demonstra um descontentamento explícito com o PDV imputado. Por isso, o L1/E1 demonstra discordância com a ideia de um católico não estar em acordo com o posicionamento da própria igreja. Há, aqui, a desqualificando a tese do adversário por meio do PDV de que não dá para ser católico e defender o aborto, pois são princípios totalmente diferentes.

Notamos que em ambos os comentários, bem como os demais vistos na interação do *post*, não há uma argumentação que vise uma concordância entre os Proponentes e os Oponentes, o estabelecimento de um terreno comum às ideias defendidas. Há um constante ataque, por parte dos próprios fiéis, aqueles fiéis que se posicionam contra a igreja. O posicionamento dos Oponentes pode ser demonstrado a partir do seguinte excerto:

Excerto 04: comentários contra o *post* e o PL



Fonte: elaboração nossa

Ambos os comentários desse excerto se posicionam como Oponentes da igreja e do PL 1904/04, e se situam em um polo totalmente oposto, o da visão ativista pelos direitos reprodutivos da mulher. No primeiro, a expressão “sou católico mas discordo dessa nota” demonstra um claro rompimento entre os princípios defendidos pela instituição e os princípios adotados por uma parte dos adeptos da religião católica. O PDV do primeiro comentário é assumido pelo L1/E1, por meio de expressões como “discordo”, expressando que a nota publicada pela CNBB está equivocada, pois, apesar de ser correto o apoio para a mulher que decidir manter a gestação e entregar o bebê para a adoção, a mulher que não desejar continuar viverá uma espécie de prisão pela gestação indesejada. Notamos a semelhança com a técnica argumentativa do *post*, por meio de perguntas fortes que ensejam reflexão olhando pelo prisma da mulher. Há a associação do processo gestacional a uma dor que começa desde o abuso e perdura por toda a gestação, por meio de expressões como “dimensão dolorosa que começa desde a violência” e “mantida presa somada à violência. Por isso, a análise co(n)textual nos permite compreender que esse

L1/E1 situa seu PDV em casos de vítimas de abuso sexual que decorrem em gravidez.

No segundo comentário, a afirmação semelhante “sou católica, mas sou totalmente contra o PL” expressa o PDV assumido pelo L1/E1 de que o PL 1904/24 está equivocado, pois adolescentes e mulheres não devem dar à luz a um filho fruto de abuso sexual. A expressão seguinte “a constituição já garante o aborto em caso de estupro” expressa um argumento pautado na autoridade da Constituição, que não deve, ao olhar do L1/E1, ser modificada. O verbo merecer, usado nesse comentário, põe em cena a ideia de justiça, tendo em vista a posição de vítima, que, na tese, não deveria passar pelo transtorno em questão. O principal argumento decorre, pois, dos casos de gravidez frutos de abuso, colocando esse acontecimento acima da defesa da vida – proposta pela igreja – e atribuindo maior valoração à vontade da vítima. É explícito que os argumentos não caminham para a persuasão, pois tratam princípios distintos inegociáveis. O primeiro, optar sempre pela vida apesar de qualquer acontecimento; o segundo, não escolher a vida caso isso cause dor à vítima de um abuso sexual. Um, uma espécie de regra, outro, uma exceção. A instituição não aceita que haja uma exceção, e parte dos fiéis que socializaram seus PDV nos comentários não aceitam uma espécie de regra absoluta. Dissenso estabelecido.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise do *post* do perfil do Instagram @cnbbnacional e dos comentários dos perfis que se identificaram como adeptos à religião católica, chegamos à conclusão de que foi estabelecido uma polêmica pública em torno dos pontos de vista a favor e contra o PL 1904/24 a respeito da criminalização do aborto no Brasil. A temática em questão possui, naturalmente, um caráter polêmico, mas as polêmicas constatadas no corpus analisado decorrem de um conflito de ideias entre a própria comunidade católica, tendo em vista que o discurso dos perfis analisados que contestaram o posicionamento da igreja afirmaram pertencimento à religião.

A polêmica estabeleceu, pois, a existência de dois polos distintos e conflituosos entre os fiéis a respeito da temática em questão. O primeiro, diz respeito à visão católica tradicionalista, e o segundo, à visão ativista pelos direitos reprodutivos da mulher. A concordância, como constatado após a análise dos comentários, não é possível, pois não há nenhum ponto de intersecção que possibilite um acordo parcial entre as ideias defendidas. A igreja, assim como os comentários que validaram seu posicionamento, assumem o papel de Proponentes da discussão, pois incitaram o diálogo. Já os perfis que discordaram da visão da CNBB (que representa a instituição igreja católica) assumem o papel de Oponentes. Contudo, apesar do estabelecimento da polêmica, não houve marcas de violência verbal nos enunciados.

Os PDV polêmicos assumem, principalmente, a defesa de que é preciso manter todas as vidas, a da mãe e a do bebê, e que a decisão de interromper a gestação configura o assassinato de uma vida inocente e um risco para a saúde da mãe, de um lado; e de outro há a defesa que, tendo em vista os danos físicos e mentais causados por um estupro, a mulher vítima deve ter o direito de decidir qual atitude tomar com relação à gestação indesejada.

Por fim, esperamos que esse estudo possa contribuir para as análises linguísticas em torno da polêmica pública em diferentes espaços de enunciação, sobretudo nos textos nativos digitais, bem como às pesquisas que tratam dos PDV e a coesão polifônica. Quanto ao ensino, esperamos contribuir para a investigação dos textos presentes nas plataformas digitais e ao estabelecimento de metodologias cada vez mais eficazes para o aprimoramento do ensino de línguas no Brasil.

REFERÊNCIAS

ADAM, J-M. **Textos, tipos e protótipos**. Coordenação de tradução por Mônica Magalhães Cavalcante. São Paulo: Contexto, 2019.

ADAM, J-M. **A Linguística Textual**: uma introdução à análise textual dos discursos. Tradução de Maria das Graças Soares Rodrigues, Luis Passeggi, João Gomes da S. Neto e Eulália Vera Lúcia Fraga Leurquin. Revisão Técnica: João Gomes das S. Neto. 2 ed. revisada e aumentada. São Paulo: Cortez, 2011.

AMOSSY, R. **Apologia da polêmica**. Tradução de Mônica Magalhães Cavalcante. São Paulo: Contexto, 2017a.

AMOSSY, R. Por uma análise discursiva e argumentativa da polêmica. **Revista Eletrônica De Estudos Integrados em Discurso e Argumentação**, n. 13, v. 1, 227-244. 2017b. <https://doi.org/10.17648/eidea-13-1526>. Disponível em: <https://periodicos.uesc.br/index.php/eidea/article/view/1526>. Acesso em: 04 ago. 2024.

RABATEL, A. **Homo narrans**: por uma abordagem enunciativa e interacionista da narrativa. Tradução de Maria das Graças Soares Rodrigues, Luís Passeggi, João Gomes da Silva Neto. São Paulo: Contexto, 2016a.

RABATEL, A. O papel do enunciador na construção interacional dos pontos de vista. In: EMEDIATO, W. (org.). **A construção da opinião na mídia**. Tradução de Wander Emeditato. Belo Horizonte: FALE/UFMG, Núcleo de Análise do Discurso, 2013, p. 19-66.

RABATEL, A. **Énonciateurs premiers, seconds, points de vue, modalité, intentionnalité aux défis de l'interprétation**. p. 165-188. ([halshs-02470598](https://halshs.archives-ouvertes.fr/halshs-02470598)), 2019. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/339133220_Enonciateurs_premiers_s

[econds points de vue modalite intentionnalite aux defis de l'interpretation.](#)

Acesso em: 01 ago. 2024.

PAVEAU, M. A. **Análise do discurso digital**: dicionário das formas e práticas. org. Julia Lourenço Costa e Roberto Leiser Baronas. 2 ed. Campinas: Pontos Editores, 2022.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. 2 ed. Rio de Janeiro: E.P.U., 2014.

UMA ANÁLISE DE DISCURSO DA CHARGE *ENCHENTE NO* *RIO GRANDE DO SUL*

Manoel Lázaro da Silva Alves
Diones Bezerra de Souza

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Saber construir o(s) sentido(s) de um texto é uma tarefa complexa, visto que, para essa construção, existem alguns direcionamentos que precisam ser levados em consideração, como observar as escolhas linguísticas (lexicais e discursivas), o contexto de produção e circulação, o tipo de texto, as características organizacionais e de estilo, a escolha de elementos visuais, cores, disposição dos elementos, marcas/traços tipográficos, além dos pressupostos e subentendidos, que muito contribuem para a produção e construção de sentidos.

Com a evolução de pesquisas nos estudos da língua(gem), dentre os quais destacamos os trabalhos de Orlandi (1996, 2001, 2005), passou-se a admitir que realizar uma leitura, especificamente uma análise de discurso verbal ou visual, vai além de uma simples decodificação. Mesmo com o avanço de pesquisas que tratam da importância do texto em sala de aula, da análise de discurso polissêmico de textos verbais e visuais, da importância também de considerar as multisssemioses que integram esses discursos, consoante sinaliza a BNCC (Brasil, 2018), ainda há desafios a serem enfrentados, sobretudo na escola, em que o ensino do texto ainda não está sendo explorado em todo seu potencial.

Assim, neste trabalho, objetivamos analisar, por meio da Análise do Discurso de linha francesa, a polissemia verbal e visual da charge *Enchentes no Rio Grande do Sul*, criada pelo cartunista Jean Galvão. Esse texto foi publicado pela Folha de São Paulo, em 2024, e gerou uma série de repercussões em nível nacional. Escolhemos, pois, analisar essa charge pelo fato de sua repercussão nas mídias digitais e também por ser um texto que denuncia as irregularidades ambientais constantes numa sociedade, levando o sujeito leitor a refletir e criticá-las.

Por isso, adotar a polissemia como foco de estudo gera, por natureza, inúmeros pontos de discussão: 1) como o fenômeno da polissemia, precisamente a análise de discurso polissêmico, vem sendo abordado nas aulas de Língua Portuguesa? 2) Por que a charge do Jean Galvão foi alvo de inúmeras críticas nas mídias digitais? Quais gêneros de texto e de discurso são apresentados aos alunos e de que modo os sentidos desses textos são construídos? 3) Como os textos com os quais os estudantes têm contato cotidianamente repercutem socialmente?

Evidentemente, as respostas para essas inquietações se dão pelo nosso fazer pedagógico no qual encontramos as lacunas a serem sanadas. É, portanto, uma discussão inacabada que necessita constante reflexão por todos aqueles que se interessam pelos estudos da língua(gem).

Diante dessas inquietações, a noção de polissemia pode ser observada sob a ótica das diversas Ciências Humanas. Isso significa que, se de um lado encontramos uma definição, por exemplo, na perspectiva da Linguística, da Semiótica ou da Semântica; por outro, na Pragmática ou na Análise do Discurso de linha francesa, a polissemia é também concebida de outra maneira. Isso se dá porque os fenômenos da linguagem são complexos (como a construção de sentidos) e cada área do conhecimento concebe um aspecto da língua através de sua própria lente. Logo, não há um único consenso estabelecido sobre *o que é a polissemia* propriamente dita, no entanto, no âmbito das pesquisas linguísticas, é possível encontrar algumas especulações.

Nessa direção, a construção de sentidos não se realiza pelo contato inicial do leitor com o texto (Orlandi, 2001), mas por meio de uma série de aspectos que estão em torno da materialidade linguística. O ato de analisar um texto vai além da relação sujeito-objeto. Por exemplo, o leitor se depara não apenas com um único autor envolvido, mas com outras vozes que auxiliam no processo de compreensão e interpretação. De tal modo, devemos levar em consideração: o autor (ou autores) e seu contexto de produção, o leitor, a historicidade envolvida, e por fim, o texto como materialização do discurso. Por isso, a Análise do Discurso de linha francesa (doravante AD) vem ampliar algumas considerações que outras vertentes da linguagem formularam anteriormente.

Então, para a análise da charge, nosso objeto de estudo, fundamentamo-nos, principalmente, na AD francesa estudada por Orlandi (1996, 2001, 2005), que trata dos estudos do texto, do discurso e da polissemia da noção de leitura.

Para conduzir o leitor, este artigo foi organizado da seguinte forma: uma seção introdutória, que apresenta a temática, o objetivo, a justificativa e o objeto de estudo; uma seção sobre a polissemia da leitura, que apresenta as concepções de leitura a partir da AD; uma seção de análise, que traz nossas reflexões sobre o texto escolhido; e as considerações finais, que sumarizam os resultados.

2 O DISCURSO POLISSÊMICO À LUZ DA AD FRANCESA

2.1 Perspectiva histórica

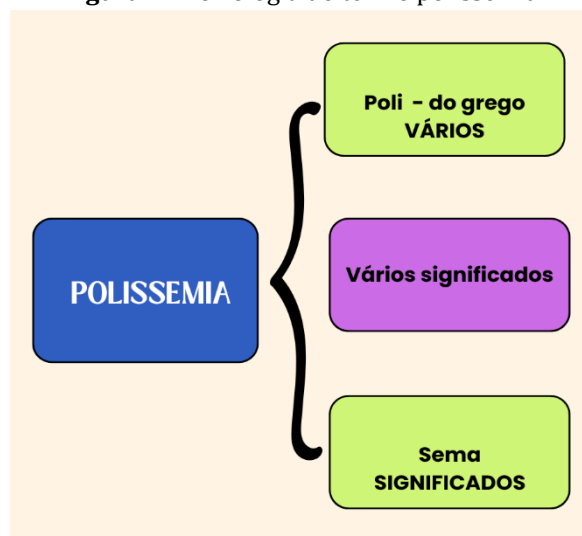
Em termos históricos, a noção de polissemia foi discutida por duas áreas das Ciências Humanas: uma de perspectiva lógico-filosófica; outra sob a ótica da Linguística. De acordo com as pesquisas de Orlandi (1996, 2001, 2005), é a partir da Antiguidade, sobretudo através dos escritos de Aristóteles e seu discípulo Platão

que, dentre os fenômenos pertencentes à linguagem, era possível se deparar com a possibilidade de a língua gerar significados distintos para uma mesma palavra. Nessa época, a polissemia era vista como um “problema” a ser solucionado, principalmente pelo olhar de Platão (indo em contramão aos postulados de Aristóteles) ao pontuar que a língua é mais eficiente sob a perspectiva retórica. Para esse filósofo, o fenômeno polissêmico da língua dificultava o pensamento humano e a comunicação, sendo visto como um desvio gramatical.

Nessa perspectiva, a cultura retórica de tentar colocar a língua em um plano uniforme, ou seja, em organizar a maneira “certa” de se expressar e de fazer seu uso, fica predominantemente marcada por muito tempo. É por meio da consolidação da Linguística como ciência autônoma que a mudança desse paradigma começa a dar resultados, haja vista que a capacidade de uma mesma palavra ou expressão ter mais de um sentido não pode ser visto como um problema, porque se trata de um processo natural da própria linguagem.

A esse respeito, consideramos importante conhecermos a morfologia do termo polissemia, que foi explicado pelo semanticista Michel Bréal (1992). Esse termo trata de uma unidade carregada por fatores situados no plano linguístico, como podemos ver na Figura 1:

Figura 1: Morfologia do termo polissemia



Fonte: elaborado pelos autores (2024) com base em Bréal (1992)

Conforme ilustrado, a Figura 1 trata das possibilidades de sentidos da tradução desse termo, ou seja, os vários significados que podem emergir de uma palavra polissêmica. O campo da semântica ressalta que os fatores de desenvolvimento cultural, científico e econômico conduzem os falantes a expandir o repertório de sentidos que uma palavra exerce, por meio do contexto em que ela está inserida (Bréal, 1992). Assim, tudo o que está em torno dos sujeitos (lugares, cores, objetos, mudança de espaço) influenciam nesse processo de significação.

Por isso, não é simples estabelecer um ponto de diferenciação à polissemia de uma palavra, porque a construção de sentidos está presente em todas as línguas. Por isso, cada língua possui suas particularidades e modos de processamento, logo, não se deve desconsiderar que fatores históricos, sociais e ideológicos constituem a produção da linguagem.

Em razão disso, vale a pena consultar o trabalho de Koch (2004) e Koch e Elias (2011) que explicam que a construção de sentidos de um texto não ocorre de maneira linear e nem sequencial, posto que o leitor precisa recorrer às diversas fontes de informação, como as textuais e as extratextuais, por exemplo, que são permeadas por ideologias humanas.

Ler um texto curto, longo, um texto com linguagem simples, informal ou até mesmo um texto científico, é construir sentidos, ou seja, o leitor assume atitude ativa e responsiva. Para construir o(s) sentido(s) de qualquer texto, o leitor precisa ficar atento às palavras que contêm no texto e ativar seus conhecimentos, atentando-se, também, ao que o autor explicitou ou deixou de explicitar, nas pistas que o texto apresenta.

Nesse sentido, vale também pontuar o que disse Bakhtin (2002, p. 36) acerca da palavra ser “um fenômeno ideológico por excelência”. Para esse autor, a palavra liga o locutor ao interlocutor. É por meio dessa ligação que ocorrem as tramas sociais e ideológicas que constroem também os sentidos dos textos, visto que a palavra traz marcas históricas, culturais e sociais, logo, os sentidos são construídos pelos sujeitos sociais, por meio do contexto em que a palavra foi pronunciada.

Por isso, concordamos com Orlandi (2001, p. 17), ao afirmar que “o discurso é o lugar em que se pode observar essa relação entre língua e ideologia, compreendendo-se como a língua produz sentidos por/para os sujeitos”. Dessa forma, a construção de sentidos de um texto não ocorre apenas com a participação do sujeito no momento da leitura, mas é preciso considerar as relações internas das palavras no texto, as relações de poder, os silêncios e silenciamentos, a historicidade, o contexto de produção da leitura, o ato de dizer e as relações discursivas e ideológicas.

Então, para a construção de sentidos de qualquer texto, além de considerarmos o contexto de produção, é importante observar a historicidade da linguagem. Conforme Orlandi (1996, p. 85), é “[...] do contexto histórico-social que deriva a pluralidade possível - e desejável - das leituras”, como explicaremos na seção seguinte.

2.2 Concepções de leitura na AD francesa

Alguns estudiosos brasileiros que se dedicam aos estudos em AD francesa, como Orlandi (2001), por exemplo, que traz importantes reflexões sobre o campo e

os modos de leitura. Para essa estudiosa, a leitura é um processo complexo que não se realiza no imediatismo, mas de modo gradativo.

No campo da AD francesa, existem direcionamentos que possibilitam uma análise mais consistente em relação aos eventos textuais, quer sejam escritos, quer sejam orais. Atenta a isso, Orlandi (2001), destacou quatro pontos importantes sobre o ato da leitura:

1. Leitura como “atribuição de sentidos”;
2. Leitura vista como “concepção”;
3. Leitura significando a “construção de um aparato teórico-metodológico”; e,
4. Leitura vinculada à “alfabetização”.

Em (1), os sentidos construídos pelo leitor podem variar de acordo com a natureza da linguagem; por exemplo, podemos atribuir sentidos desde uma fala corriqueira com um colega, como também de um texto escrito que requer mais atenção (como um artigo científico). Em (2), o ato de ler consiste na ativação de nossos conhecimentos de mundo, estabelecendo, assim, uma ponte com os conhecimentos construídos anteriormente. Em (3), a leitura vai ganhando um refinamento mais preciso, como a maneira pela qual é trabalhada no contexto do Ensino Superior (por exemplo, os diversos textos que possuem uma densidade mais formal). Por fim, mas não menos importante, em (4) levamos em consideração a aprendizagem de ler e escrever como um processo que exige reflexão contínua por todos os professores (independente da área de atuação).

Ainda no campo da AD francesa e sua intersecção com a leitura, observa-se, conforme Orlandi (2001), que existem outros desdobramentos pelos quais carecem de um olhar crítico-reflexivo quando nos deparamos com alguns gêneros de texto. Alguns deles são capazes de gerar repercussões bastante polêmicas, a exemplo da charge que será analisada na seção 3 deste artigo.

Por isso, reiteramos a importância de utilizar a polissemia da noção de leitura em sala de aula, especialmente na análise de textos verbais e não verbais, a fim de que as competências linguísticas dos alunos sejam desenvolvidas de modo que eles analisem os mais diversos gêneros que circulam (diariamente) em seus convívios sociais, segundo advoga a BNCC (Brasil, 2018). Nessa virada de chave, a polissemia deixou de ser um “problema” na linguagem, conforme defendido naquela época por Platão, e passa a ser vista como um dispositivo basilar que vem somar esforços para diminuir os impactos de um ensino considerado como “tradicionalista”.

3 O DISCURSO NA CHARGE DE JEAN GALVÃO: UM ESTUDO EM CASO

Quando tomamos um texto, do mais simples ao complexo, como objeto de análise, é importante sabermos que não existe uma interpretação absoluta. Cada leitor possui sua bagagem cultural e isso contribui na construção de sentidos de

qualquer texto. Assim, são dois eixos que regem todo o processo de análise de um texto: a compreensão e a interpretação, com suas respectivas implicações e desdobramentos, como assegura Orlandi (2001).

Cientes disso, passemos para a análise e discussão da charge.

Figura 2: Enchente no Rio Grande do Sul



Fonte:

<https://www1.folha.uol.com.br/paywall/cartum.shtml?https://cartum.folha.uol.com.br/chargesjean-galvao.shtml>. Acesso em: 5 mai. 2024.

A charge ilustra uma enchente que ocorreu no Rio Grande do Sul, em 2024. Os principais fatores que contribuíram para essa catástrofe foram: uma corrente intensa de vento, que deixou o tempo instável; um corredor de umidade vindo da Amazônia, que aumentou a força da chuva; e um bloqueio atmosférico, reflexo da onda de calor. Nesse cenário, muitas famílias perderam seus lares, amigos, animais e entes queridos. Foi a situação mais caótica enfrentada pela região do país.

Esse acontecimento, que repercutiu mundialmente, inspirou Jean Galvão, chargista do jornal Folha de São Paulo, a criar uma charge que ilustrasse uma cena da devastação do estado gaúcho, sobretudo a situação de uma família inundada, como podemos ver na Figura 2. Essa ilustração foi alvo de duras críticas feitas pelos internautas, como também pela Associação do Ministério Público do Rio Grande do Sul (AMP/RS), que escreveu uma nota de repúdio mediante a leitura que tiveram do texto.

Do ponto de vista analítico, a AD, segundo Orlandi (2001), considera três modos de leitura que contribuem para a construção de sentidos de um texto: os possíveis, os propostos e os pressupostos. Para que esses modos sejam efetivados, é necessário a participação conjunta dos interlocutores e a relação estabelecida por cada um.

Os modos possíveis dizem respeito às formas que o leitor constrói os sentidos iniciais do texto, por meio dos discursos verbais e visuais que constam nele e também pelos conhecimentos prévios adquiridos ao longo da vida. Vemos, na

charge, uma “mensagem inicial” de uma família sofrendo arduamente pela enchente em sua volta, destruindo o seu lar, deixando-os tristes, inseguros e sem saber o que fazer. A expressão facial dos personagens permite esse entendimento. Enquanto o pai e a mãe olham para cima com o receio de vir mais chuva, os dois irmãos observam o nível da água, que aumenta continuamente.

Em relação ao modo “proposto” da polissemia, a ideia parece ir em outra direção. A depender da situação, a proposição geralmente remete a figura do autor, uma vez que compete a ele direcionar os sentidos para serem “capturados” pelo leitor. Segundo o chargista, ao se posicionar perante a mídia, ele esclareceu que a sua intenção era retratar a inocência da criança (através do discurso representado no balão da imagem) e não de construir a intenção de que foi pura ironia ou deboche contra as pessoas/famílias abaladas pelas enchentes.

Para a AD francesa, isso se configura como “formações imaginárias” (Orlandi, 2001), que são as imagens produzidas pelo leitor virtual (aquele que cria os cenários mentalmente). No entanto, uma boa parte dos interlocutores não interpretaram o texto pela via de sentido do autor (Orlandi, 1996). Assim, percebemos que a intenção inicial, advinda do chargista, rompeu um dos “graus de legibilidade”, na qual evidencia as condições que o texto foi elaborado para que chegue ao alcance do leitor real (aquele que tem o contato vivo e direto com o texto literalmente em mãos).

Quanto à leitura “pressuposta”, é o modo fazer inferências no texto. Ao lermos um texto, construímos algumas expectativas e/ou hipóteses e só encontramos respostas a partir do contato com outros textos. Nesse caso, a leitura do posicionamento de outros canais da mídia abordando a repercussão das incongruências vistas na charge é um caminho que auxilia o leitor. Assim, inferimos as intenções tanto do cartunista quanto da aceitabilidade dos interlocutores (Orlandi, 2005).

Outro critério a ser destacado é a questão da legibilidade que todo texto comporta. Para Orlandi (2001), o julgamento de um texto como sendo legível, não pode ser estabelecido de forma objetiva e imediata. Por isso a necessidade de compreendermos todo o contexto em que ele foi produzido. Nesse caso, damos ênfase a: quem é Jean Galvão e sua ascendência no meio midiático e suas produções, os fatores socioculturais que marcam a região do RS, o espaço da mídia em gerar diversos discursos, dentre outros, que são importantes para a significação do texto.

Como vimos na seção anterior, já que a polissemia é vista como os vários significados construídos por meio da linguagem, a charge analisada apontam dois caminhos: a) se, por um lado, o discurso do chargista foi retratar a inocência da irmã para com o irmão, ao lado do sofrimento e preocupação dos pais com as chuvas, com o sentido de que “chorar não vai resolver a situação; as lágrimas vão ajudar a alargar ainda mais”; b) em contrapartida, grande parte dos internautas interpretaram pela via de um humor fortemente estabelecido, indo em contramão com o sofrimento de

que muitas famílias estavam vivenciando nesse momento; desconsiderando, por exemplo, os sentimentos de solidariedade e empatia.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve como objetivo analisar o discurso polissêmico verbal e visual da charge *Enchente no Rio Grande do Sul*. Para isso, tomamos como base o fenômeno da polissemia da noção de leitura como uma das possibilidades de estudo, envolvendo a textualidade e suas implicações de sentidos.

Para esse estudo, buscamos elucidar que a polissemia é um fenômeno linguístico que nos permite refletir sobre a complexidade da linguagem e da comunicação. De tal modo, iniciamos o percurso desse trabalho com algumas considerações acerca do que se trata esse fenômeno nos estudos da língua(gem), desde a Antiguidade até as suas implicações nos dias atuais. A fim de alcançar o efeito pretendido, demonstramos como alguns conceitos da AD francesa podem auxiliar na análise de um texto, então, para tal efeito, escolhemos a charge por ser um texto de caráter opinativo em que expressa o ponto de vista do chargista sobre uma determinada situação.

Nessa reflexão, é válido pontuar que a análise apresentada surge como uma possibilidade de ser trabalhada nas aulas de LP. A depender dos objetivos do/a professor/a, a sugestão aqui exposta pode ser adaptada tanto para charges como para outros gêneros, ou seja, o/a docente pode utilizar os pressupostos teórico-metodológicos da AD francesa em outros textos. Espera-se, desse modo, que esse trabalho contribua para a elaboração de outras pesquisas que tomem como foco a polissemia da noção de leitura articulada no campo da AD francesa ou de outras vertentes teóricas.

REFERÊNCIAS

- BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Annablume; Hucitec, 2002.
- BRÉAL, M. **Ensaio de semântica**. São Paulo: Pontes, 1992.
- KOCH, I. V. G. **Desvendando os segredos do texto**. São Paulo: Cortez Editora, 2003.
- KOCH, I. V. G. **O texto e a construção dos sentidos**. 8 ed. São Paulo: Contexto, 2004.
- ORLANDI, E. P. **Análise do discurso: princípios e procedimentos**. 6 ed. Campinas: Pontes, 2001.

ORLANDI, E. P. **Discurso e leitura**. São Paulo: Cortez; Campinas: Unicamp, 1996.

ORLANDI, E. P. **Discurso e Texto**. Campinas: Pontes, 2005.

VOZES ALHEIAS E RESPONSABILIDADE ENUNCIATIVA NA PRODUÇÃO DA SEÇÃO TEÓRICA DE UM ARTIGO CIENTÍFICO AUXILIADA PELO CHATGPT

Sabrina Helen Lima Mendes

Maria Isis da Silva

Rosângela Alves dos Santos Bernardino

1 INTRODUÇÃO

No contexto social atual, especialmente no meio universitário, o uso da IA tem despertado grande interesse. Segundo Ferreira, Garcia e Brasil (2023), ferramentas de IA, como o ChatGPT, uma inteligência artificial capaz de gerar textos, têm o potencial de causar um impacto profundo na produção intelectual, pois conseguem relacionar informações de forma coesa e elaborar textos em linguagem natural. Embora essas ferramentas possam produzir textos de maneira habitual, ainda que com algumas limitações, o curto período em que a IA tem sido utilizada na escrita acadêmica já tem gerado desafios para a compreensão de seu impacto na produção textual (Santos; Silva, 2024).

Visando colaborar para o debate acerca do uso e do impacto das ferramentas de IA no contexto acadêmico, o presente trabalho busca analisar o gerenciamento de vozes alheias e as marcas linguísticas que sinalizam a responsabilidade enunciativa na escrita científica auxiliada pelo ChatGPT. Como objetivo específico, propomos identificar e descrever as marcas linguísticas sinalizadoras da responsabilidade enunciativa e do posicionamento crítico autoral.

O trabalho está vinculado ao projeto de pesquisa em andamento no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), referente à edição 2024-2025, constituindo-se como um recorte do Plano de Trabalho da discente bolsista de IC. Conforme designado no projeto, a metodologia utilizada na pesquisa envolve um experimento da produção de artigo científico auxiliada pelo ChatGPT, visando obter dados que possibilitem o estudo do texto centrado no nível ou plano da enunciação, o qual abrange a responsabilidade enunciativa e coesão polifônica, sob o aporte teórico da Análise Textual dos Discursos (ATD), proposta por Adam (2011).

Aqui, especificamente, apresentamos e discutimos resultados parciais obtidos a partir da análise de um dos textos que já foram gerados com auxílio do ChatGPT para a constituição do *corpus* da pesquisa. Trata-se do segundo texto produzido em decorrência da realização do experimento até o momento. A análise do primeiro texto e de suas versões reformuladas com auxílio da ferramenta foram

socializadas no trabalho de Bernardino e Guerra (2024), com o qual estabelecemos diálogo acerca dos resultados obtidos. Dialogamos, também, com o trabalho de Catelão (2024), que propõe uma análise comparativa entre resumos produzidos por estudantes/acadêmicos e textos gerados pelo ChatGPT.

Levando em consideração que o ChatGPT vem sendo pensado por professores e pesquisadores como uma ferramenta que pode auxiliar na produção textual no contexto acadêmico, é importante reconhecer os limites éticos e legais desse uso. Por isso, este estudo se justifica por colaborar para compreendermos a fundo como essa tecnologia funciona, quais são suas limitações e potencialidades. Além disso, permite colaborar para o debate sobre autoria.

Para gerar o texto com auxílio do ChatGPT, foi dado um comando de produção textual, situando o contexto e definindo as regras. Foi estabelecido no projeto que o tema da seção deveria ser de conhecimento prévio dos pesquisadores envolvidos, por isso pedimos ao ChatGPT que escrevesse um tópico sobre a ATD, destacando a definição, a natureza do seu objeto de estudo, os principais postulados e conceitos, os procedimentos metodológicos. A ferramenta deveria se basear no fichamento de transcrição fornecido e seguir todas as regras, entre as quais mencionamos o uso de citações diretas e indiretas, por ser imprescindível para a análise do gerenciamento das vozes alheias no texto.

A análise do *corpus* foi norteadada pela abordagem qualitativa, de natureza descritivo-interpretativa, mas também se apoiou nos procedimentos da abordagem quantitativa (Chizzotti, 2003), em sintonia com as práticas de pesquisa situadas no campo dos estudos linguísticos do texto (Bentes; Palumbo; Aquino, 2021). Quanto ao método, combinamos o dedutivo e o indutivo (Moraes, 2003). Assim, na dedução, aplicamos categorias prévias provenientes da ATD, a partir das postulações teóricas de Adam (2011), ressaltando a responsabilidade enunciativa, suas categorias e marcas linguísticas, e da abordagem enunciativo-pragmática do ponto de vista por Rabatel (2010, 2016a, 2016b), retomando as instâncias locutor e enunciador, as posturas enunciativas, além da relação entre ponto de vista e autoria. No que se refere ao método indutivo, resume-se em observar e organizar as informações adquiridas pelo *corpus*, de modo a produzir inferências a partir delas. Neste processo indutivo, concerne certo grau de intuição controlado pela teoria adotada.

Pelo fato de envolver o uso de uma tecnologia, a presente pesquisa está sujeita a limitações em função das recorrentes atualizações da plataforma de IA utilizada como auxílio na produção textual acadêmica, o ChatGPT. Assim, os resultados obtidos e a interpretação feita neste trabalho se assujeitam ao atual estágio de funcionamento desta ferramenta. Em razão disso, registramos a data de cada interação com o ChatGPT, para que nossos estudos futuros possam ter parâmetros de comparação. Além disso, a pesquisa ainda se encontra em andamento, o que nos inviabiliza de tecer conclusões definitivas sobre os dados.

Após esta contextualização do trabalho e das informações metodológicas, prosseguimos com a síntese dos conceitos teóricos mobilizados, a seção de análise e nossas considerações sobre os dados parciais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Adam (2011) define a Análise Textual dos Discursos (ATD) como um subdomínio da análise das práticas discursivas, de maneira a integrar os objetos da Linguística do Texto (LT) e da Análise do Discurso (AD). Assim proposta, a ATD visa teorizar e descrever os encadeamentos de enunciados indispensáveis no âmbito da unidade de complexidade que constitui um texto. A ATD é designada também como uma “teoria da produção co(n)textual de sentido que deve fundar-se na análise de textos concretos” (Adam, 2011, p. 23). Dessa forma, pode referir-se tanto à descrição e à definição das diferentes unidades, como também às operações em todos os níveis de complexidade que são realizadas sobre os enunciados.

Para integrar as categorias participantes de uma análise textual discursiva, Adam (2011, p. 61) propõe oito níveis ou planos que abrangem a dimensão do discurso e do texto, levando em consideração os gêneros como o elemento mediador. Os níveis da análise de discurso abrangem a ação visada, objetivos (N1); a interação social (N2); a formação sociodiscursiva, o interdiscurso, socioletos e intertextos (N3). Já os níveis da análise textual compreendem os seguintes níveis: textura (proposições e períodos) – (N4); estrutura composicional (sequências e planos de textos) – (N5); semântica (representação discursiva) – (N6); enunciação (responsabilidade enunciativa e coesão polifônica) – (N7); atos de discurso (ilocucionários e orientação argumentativa) – (N8).

Embora distintos, esses níveis ou planos são inter-relacionados e auxiliam na compreensão da complexidade que constitui os textos e discursos. Dessa forma, é importante salientar que nosso trabalho está focado principalmente no nível da Enunciação (N7), por isso nos detemos a tratar da responsabilidade enunciativa, que, segundo o autor, “permite dar conta do desdobramento polifônico” dos enunciados, como no exemplo que ele analisa da ironia (Adam, 2011, p. 110).

Com base nas postulações teóricas e nas análises feitas por Adam (2011), a responsabilidade enunciativa consiste em assumir o conteúdo proposicional de um ponto de vista (PdV) – sigla utilizada pelo autor. Mas esse fenômeno recobre também a não assunção, pois Adam (2011) afirma que nem sempre o locutor assume os enunciados, podendo o PdV ser atribuído a um outro enunciador ou a uma outra fonte enunciativa. Esta fonte pode, inclusive, ser indefinida, constituindo um PdV “anônimo da opinião comum” (p. 115).

Ainda segundo o autor, a língua disponibiliza um conjunto de marcas que nos possibilita identificar a porção do texto sobre a qual incide a (não) assunção da responsabilidade enunciativa, de forma a reconhecermos se a instância que produz

o enunciado, ou seja, o locutor, assume o PdV ou o atribui a outrem. Nesse sentido, a responsabilidade enunciativa é inseparável do PdV, pois ambos se situam no âmbito da polifonia. Portanto, qualifica-se como um fenômeno que permite aferir o grau de engajamento do locutor em um ato de enunciação.

As marcas linguísticas sinalizadoras do grau de responsabilidade enunciativa de uma proposição são agrupadas por Adam (2011, p. 117-120) em oito categorias, quais sejam: índices de pessoas, dêiticos espaciais e temporais, tempos verbais, modalidades, diferentes tipos de representação da fala, indicações de quadros mediadores, fenômenos de modalização autonímica, indicações de um suporte de percepções e de pensamentos relatados.

Com base nas reflexões teóricas de Guentchéva (1994) sobre o mediativo no francês, é possível ampliar a compreensão do distanciamento enunciativo. Adam (2011) se embasa na autora ao propor a categoria “indicações de quadros mediadores”, que corresponde aos graus de distanciamento que o enunciador pode manifestar ao proferir um PdV. São exemplos que sinalizam esse distanciamento no português: “segundo”, “de acordo com”, “conforme”, “para”, entre outros. Essas marcas linguísticas indicam, portanto, o fenômeno do mediativo, e significam que o PdV foi atribuído a uma outra fonte enunciativa. Logo, o locutor/enunciador não garante a veracidade do enunciado, nem se responsabiliza pelo conteúdo proferido.

Outras contribuições que ampliam o estudo da responsabilidade enunciativa são advindas da teoria do ponto de vista de Alain Rabatel. Com base nos trabalhos desse autor, retomamos o que ele chama de “instrumentos enunciativos do ponto de vista” (Rabatel, 2016a, p. 82). Esses instrumentos dizem respeito, entre outros aspectos, às instâncias na origem de um PDV e às variações de responsabilidade enunciativa, relacionadas à assunção e à imputação. Para o autor, “analisar um PDV¹ é recuperar, de uma parte, os contornos de seu conteúdo proposicional e, de outra, sua fonte enunciativa [...]” (Rabatel, 2016a, p. 71).

Quanto ao locutor, Rabatel (2016a, p. 82) define como “a instância que profere um enunciado (nas dimensões fonéticas e fáticas ou escriturais, conforme um posicionamento dêitico ou um posicionamento independente de *ego*, *hic et nunc*”. Já o enunciador é a instância de atualização modal, constituindo-se como aquele que valida e assume o conteúdo proposicional do PDV.

Ainda conforme Rabatel (2016a), todo locutor é enunciador, mas nem todo enunciador é, necessariamente, o produtor físico do enunciado. Isso significa que um enunciador segundo (e2), não locutor, pode ser envolvido na responsabilidade enunciativa, via imputação do PDV, sem ser, portanto, a instância que fala. Embora distintos, locutor e enunciador podem estar em sincretismo, tornando-se

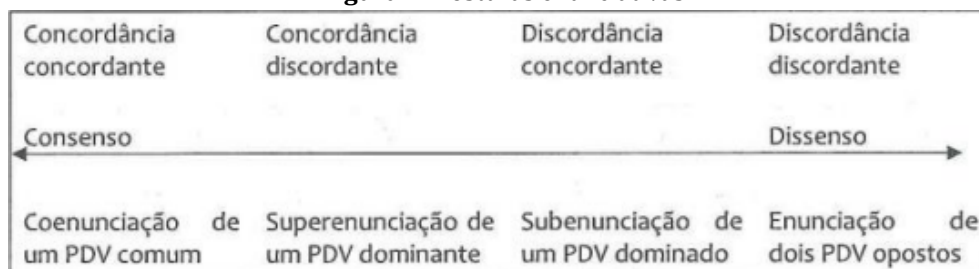
¹ Diferente de Adam (2011), a sigla utilizada nos textos de Rabatel é grafada com letras maiúsculas. Mantemos essa distinção quando nos referirmos aos trabalhos desses autores, mas na seção de análise adotamos especificamente a sigla PDV, ainda que ambos os autores sejam norteadores da nossa pesquisa.

locutor/enunciador, quando este é, ao mesmo tempo, a fonte e o validador do PDV expresso. Neste caso, ele torna-se responsável por seu PDV.

A responsabilidade enunciativa, conforme podemos depreender das postulações de Rabatel (2016a, p. 88) consiste “nos conteúdos proposicionais que o locutor/enunciador (L1/E1) assume por conta própria, porque os julga verdadeiros”. Para o autor, a contraparte da assunção é a imputação, que recobre “os conteúdos proposicionais que L1/E1 atribui a um enunciador segundo (e2)”. Há, portanto, situações em que o L1/E1 não se responsabiliza por seu enunciado, imputando-o, de diferentes maneiras, a outras instâncias. Dessa forma, Rabatel (2016a) nos possibilita a compreensão do que ele mesmo caracteriza como locutor/enunciador segundo (l2/e2) ou apenas como e2, que é um enunciador não locutor. Assim, tanto o l2/e2 quanto o e2 podem se constituir como instâncias responsáveis pelo PDV, sendo a imputação realizada pelo L1/E1 quem cumpre esse papel.

Conforme Rabatel (2016b), na interação com um PDV alheio, o L1/E1 pode adotar diferentes posições (acordo, desacordo, “neutralidade”), demonstrando o jogo das posturas enunciativas. A figura abaixo demonstra os polos do consenso (acordo) e do dissenso (desacordo) e as posturas intermediárias pensadas pelo autor para abarcar a complexidade dos usos sociais da linguagem, de modo a “dar conta do real na diversidade” (Rabatel, 2016b, p. 202).

Figura 1: Posturas enunciativas



Fonte: Rabatel (2016b, p. 203).

Essas posturas “se definem pela posição que adota um enunciador na expressão de um ponto de vista” (Rabatel, 2016b, p. 193). A coenunciação (concordância concordante), situada no polo do consenso, define-se como a co-construção de um PDV comum, pois, em uma situação de comunicação, ambos os locutores/enunciadores participariam da construção do PDV, compartilhando o conteúdo expresso. A super-enunciação (concordância discordante) expressa uma posição de aparente acordo, designada como a co-construção desigual de um PDV dominante, uma vez que o L1/E1 desenvolve o tópico discursivo, atribuindo uma significação nova ao PDV de outrem. Já a sub-enunciação (discordância concordante), mais próxima do dissenso, apresenta-se como a co-construção desigual de um PDV dominado, expressando o distanciamento enunciativo, a

suposta neutralidade. A discordância discordante, por fim, é definida como a enunciação de dois PDVs opostos.

Por fim, consideramos, também, as postulações de Rabatel (2010) sobre figuras do autor. Ancorado em um arcabouço teórico sólido, como a perspectiva foucaultiana, Rabatel afirma que a autoria não é sinônimo de escritor, logo não se limita a quem profere o enunciado. Segundo ele, a autoria tem uma dimensão qualitativa, um estatuto argumentativo e pragmático forte, uma vez que se relaciona com o modo de selecionar, gerenciar e hierarquizar os PDVs e de conduzir sua discussão. Conforme suas palavras, a autoria vai além da assunção da responsabilidade dos PDVs alheios, pois exprime uma contribuição pessoal do sujeito e “repousa sobre a gestão da polifonia linguística e sobre a de uma polifonia nocional” (Rabatel, 2010, p. 508, tradução nossa²).

3 ANÁLISE DO *CORPUS*

Atendendo ao nosso objetivo geral de investigar como o ChatGPT insere as vozes alheias na materialidade do texto, esta seção se dedica à apresentação e discussão dos dados obtidos. Para isso, elaboramos um quadro-síntese dos dados e, na sequência, trazemos três exemplos ilustrativos da análise qualitativa do texto que constitui o nosso *corpus*.

Quadro 1: Formas de materialização da responsabilidade enunciativa no texto gerado com auxílio do ChatGPT

CATEGORIAS DA RESPONSABILIDADE DE ENUNCIATIVA	MARCAS LINGÜÍSTICAS	RECORRÊNCIA	FORMAS DE MATERIALIZAÇÃO NO TEXTO
Modalização autonímica	Não coincidência do discurso consigo mesmo	12 vezes	Uso de recurso tipográfico: aspas. 1. "unidade semântica" 2. "unidade gramatical" 3. "superfrase" 4. "unidade de sentido em contexto" 5. "lingüística textual" 6. "gramática transfrasal" e "lingüística textual" 7. "lingüística textual" 8. "produção co(n)textual de sentido" 9. "relações de interdependência" 10. "rede de determinações" 11. "pragmática do discurso". 12. "ocorrência comunicativa"

² l'auctorialité repose sur la gestion de la polyphonie linguistique et sur celle d'une polyphonie « notionnelle ».

Modalidades	Modalidades téticas: asserção e negação; modalidades objetivas e subjetivas	12 vezes	1. “claramente” 2. “premissas fundamentais” 3. “pode ser” 4. “é entendida como” 5. “não se restringe a” 6. “deve levar” 7. “é apresentada como” 8. “abordagem robusta e multifacetada” 9. “sua capacidade de integrar” 10. “análise coerente e abrangente” 11. “compreensão mais profunda” 12. “significativamente”
Tipos de representação da fala	Discurso direto e discurso indireto	5 vezes	1. “Adam (2011, p. 23) distingue” 2. “A abordagem da ATD também se distingue pela” 3. “Adam, no entanto, propõe” 4. “Essa abordagem postula” 5. “Adam (2011, p. 43) define”
Indicações de quadros mediadores	Marcadores formados por grupos preposicionais	5 vezes	1. “como proposta por Jean-Michel Adam” 2. “Segundo o autor” 3. “como proposta por Adam” 4. “conforme delineados por Adam” 5. “conforme desenvolvida por Jean-Michel Adam”
Indicações de um suporte de percepções e de pensamentos relatados	Efeitos de ponto de vista que repousam numa focalização perceptiva ou numa focalização cognitiva	4 vezes	1. “Adam reconhece” 2. “a ATD reconhece” 3. “embora Adam (2011, p. 59) reconheça” 4. “a ATD mantém seu foco na”

Fonte: elaborado pelas autoras.

De acordo com os dados do quadro, diferentes unidades da língua mobilizadas no texto sinalizam o grau de (não) assunção da responsabilidade enunciativa, as quais agrupamos com base na lista de categorias proposta por Adam (2011), compreendendo, especificamente, os fenômenos de modalização autonímica, as modalidades, os tipos de representação da fala, as indicações de quadros mediadores e as indicações de um suporte de percepções e de pensamentos relatados. A recorrência de marcas linguísticas indicativas de não assunção pelo conteúdo dos PDVs se sobressai (26 ocorrências ao todo), tendo em vista que, conforme se evidencia no texto, somente as marcas de modalidades (12 ocorrências) sugerem certo grau de engajamento enunciativo.

Ao usar as aspas, os verbos introdutórios do discurso direto, o discurso indireto, os marcadores de mediativo e as indicações de percepção, o ChatGPT

atendeu ao comando de citar as ideias dos autores, demonstrando, portanto, que os PDVs são alheios. Como o comando solicitava também o posicionamento crítico, as modalidades empregadas no texto cumpriram o papel de expressar uma certa tomada de posição, por exemplo, os advérbios de opinião (“claramente”, “significativamente”) e os lexemas avaliativos (“premissas fundamentais”, “robusta e multifacetada”, “coerente e abrangente”, “profunda”).

No quadro, merece destaque a relativa variedade de formas de inserção das vozes alheias no texto, as quais, além das aspas indicativas de alteridade, se distribuem entre verbos de atribuição de fala (“distingue”, “propõe”, “postula”, “define”), verbos indicativos de uma focalização perceptiva (*reconhecer*, *focar*) e marcadores de mediativo (“como”, “segundo”, “conforme”). Embora com algumas repetições, verificamos que o uso dessas unidades linguísticas favoreceu a gestão das vozes no texto, evidenciando relação com as regras do comando de produção.

O texto contém 7 parágrafos e 721 palavras, incluindo o título. Este, inclusive, é uma reprodução dos itens que continham no comando. Os exemplos (1), (2) e (3) dispostos a seguir são recortes ilustrativos da análise qualitativa. Por limitações de espaço neste artigo, escolhemos o parágrafo da introdução, antecedido do título do texto, dois parágrafos do desenvolvimento e o parágrafo de conclusão. Nos exemplos, os destaques em negrito indicam as marcas linguísticas de não assunção da responsabilidade enunciativa. São passagens do texto em que fica claro o exercício da ferramenta de IA de reproduzir o conteúdo semântico dos PDVs expressos nas citações fornecidas e atender às regras estabelecidas no comando. Nesse caso, os PDVs foram imputados a Adam (2011) e aos autores com os quais ele dialoga. Já o realce na cor cinza refere-se às passagens em que a ferramenta tece comentário e valida o PDV alheio, emitindo “posicionamento crítico”, pois, como já dissemos, isso também fazia parte das regras.

(1)

A Análise Textual dos Discursos: Definição, Natureza, Postulados, Conceitos e Procedimentos Metodológicos

A Análise Textual dos Discursos (ATD), **como proposta por Jean-Michel Adam**, configura-se como um campo teórico e metodológico que transcende a simples observação gramatical dos textos. **Adam (2011, p. 23) distingue claramente** a natureza do texto como uma **"unidade semântica"** em contraste com a visão tradicional que o enxerga como uma **"unidade gramatical"**. **Segundo o autor**, o texto não deve ser visto como uma **"superfrase"**, mas como uma **"unidade de sentido em contexto"**, implicando que sua coerência e significado são determinados pelo meio em que está inserido. **Esse posicionamento reflete uma das premissas fundamentais da ATD: o texto é um objeto de estudo complexo, cuja interpretação requer uma abordagem que considere tanto seus aspectos estruturais quanto contextuais.**

(2)

A origem da ATD **pode ser** traçada a partir da diferenciação que Coseriu fez entre **"gramática transfrasal"** e **"linguística textual"**. **Adam (2011, p. 23) reconhece** Coseriu como um dos primeiros a utilizar o termo **"linguística textual"**, diferenciando-a de uma mera extensão da linguística clássica. A linguística textual, **como proposta por Adam**, não se restringe à análise gramatical das estruturas textuais; antes, busca entender a **"produção co(n)textual de sentido"** a

partir de textos concretos. Nesse sentido, a ATD **é entendida como** uma teoria que se preocupa em analisar as interações entre os enunciados que compõem um texto, explorando como essas interações contribuem para a construção do sentido.

A abordagem da ATD também se distingue pela sua relação com o campo mais amplo da análise do discurso. Desde os anos 1950, a análise do discurso e a linguística textual têm se desenvolvido de forma autônoma, cruzando-se em trabalhos como os de Denis Slakta, na década de 1970 (Adam, 2011, p. 43). Adam, no entanto, propõe uma nova articulação entre esses campos, que se manifesta em uma "linguística textual desvincilhada da gramática de texto e uma análise de discurso emancipada da análise de discurso francesa (ADF)" (Adam, 2011, p. 43). Essa abordagem postula uma separação e, ao mesmo tempo, uma complementaridade entre as tarefas e os objetos de estudo da linguística textual e da análise do discurso. Adam (2011, p. 43) define a linguística textual como um subdomínio do campo mais amplo da análise das práticas discursivas, oferecendo uma base teórica que integra as contribuições das diversas ciências da linguagem, conferindo-lhes uma nova coerência.

(3)

Assim, a Análise Textual dos Discursos, conforme desenvolvida por Jean-Michel Adam, oferece uma **abordagem robusta e multifacetada** para o estudo dos textos, destacando-se pela sua **capacidade de integrar** diferentes perspectivas teóricas em uma **análise coerente e abrangente**. Ao tratar o texto como uma unidade de sentido em contexto, a ATD **proporciona uma compreensão mais profunda** dos processos de produção, circulação e recepção dos textos, **contribuindo significativamente** para o avanço do campo da linguística textual e da análise do discurso.

Com base nestes exemplos, corroboramos nossa afirmação anterior de que o ChatGPT, como ferramenta de IA, conseguiu atender ao comando de utilizar citações diretas e indiretas, de modo a demonstrar capacidade de transmissão das palavras alheias, e de comentá-las, emitindo "posicionamento crítico". Ao fazer isso, demonstrou, ao mesmo tempo, o distanciamento enunciativo, via amputação de PDV a outrem (Rabatel, 2016a), e o engajamento enunciativo no texto, a partir da postura de coenunciação (Rabatel, 2016b).

No caso das citações, que demonstram a imputação de PDV, em trechos como "Adam (2011, p. 23) distingue", "Segundo o autor", "Adam (2011, p. 23) reconhece", "como proposta por Adam", entre outros exemplos no texto, trata-se de um dado relevante quando pensamos na problemática do plágio e na dimensão ética inerente ao diálogo com o discurso do outro. Nesse sentido, como temos destacado (Bernardino; Guerra, 2024), é o caso de discutirmos no contexto acadêmico esse potencial das ferramentas de IA de auxiliar no procedimento de citação das vozes alheias, mas também reconhecer suas limitações e seu impacto na produção e na qualidade dos textos, especialmente quando pensamos na dimensão da autoria.

É interessante ressaltarmos que não apenas nestas passagens, mas em todo o texto, o exercício de imputação demonstra que o ChatGPT se manteve fiel às ideias expressas no fichamento de transcrição. Embora a reformulação parafrástica tenha sido prevalente, dada a recorrência de citações indiretas e apenas um trecho com discurso direto, constatamos que não houve desvios ou distorção do conteúdo dos PDVs alheios. Assim, apontamos a utilização da paráfrase como outra capacidade dessa ferramenta de IA, o que pode ser relevante na produção de resumo acadêmico,

conforme demonstrado no trabalho de Catelão (2024). Mesmo assim, é preciso relativizar tal capacidade, considerando o estágio inicial da nossa pesquisa e as poucas amostras de textos geradas e analisadas até o momento.

Quanto ao engajamento enunciativo, nas passagens que contêm comentários do ChatGPT após as citações, constatamos que foi prevalente a postura de coenunciação, entendida por Rabatel (2016b, p. 194) como “a coconstrução pelos locutores de um PDV comum, que os engaja enquanto enunciadores”. Essa postura foi expressa por meio de modalidades, do tipo asserções, negações, mas principalmente a partir de lexemas avaliativos, em tom elogioso dos PDVs do texto-fonte, conforme elencadas no Quadro 1 e destacadas no texto. Todavia, é preciso ressaltar que as asserções e negações, por exemplo, “Nesse sentido, a ATD é entendida como uma teoria que se preocupa em analisar as interações entre os enunciados” e “A ATD, portanto, não se restringe à análise de elementos isolados”, são proposições cujos conteúdo semântico pode ser assimilado do próprio texto-fonte. Quanto aos elogios, entendemos que parecem representar um padrão de escrita do ChatGPT, pois em outras amostras de textos gerados com auxílio dessa ferramenta e analisadas no trabalho de Bernardino e Guerra (2024), constatamos essa mesma forma de se posicionar.

A ausência da postura de super-enunciação, definida por Rabatel (2016b, p. 194) como “a co-construção desigual de um PDV dominante encenando o papel de tópico discursivo”, é sugestiva de que o ChatGPT, por conta própria, não é capaz de dar uma “contribuição pessoal” no desenvolvimento do PDV imputado a outrem, a não ser que o humano que maneja a ferramenta o instrua claramente para isso. Desse modo, não podemos atribuir uma capacidade autoral ao ChatGPT, dado nosso entendimento, ancorado em Rabatel (2010), de que a expressão da autoria remete a uma voz portadora de um ponto de vista próprio. A criatividade e a originalidade, tão necessários no exercício autoral, dependem, portanto, da inteligência humana por trás da ferramenta de IA.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados parciais da nossa pesquisa em andamento no PIBIC, edição 2024-2025, evidenciam que a ferramenta de IA, o ChatGPT, seguiu as regras estabelecidas no comando, utilizando citações diretas e indiretas para reproduzir as ideias do autor indicado, sendo isso em um volume textual relativamente semelhante ao que continha no fichamento de transcrição. A inserção das vozes alheias se deu de forma relativamente variada, abrangendo diferentes marcas linguísticas expressivas da (não) assunção da responsabilidade enunciativas, em especial os fenômenos de modalização autonímica, as modalidades, os tipos de representação da fala, as indicações de quadros mediadores e as indicações de um suporte de percepções e de pensamentos relatados. Entre essas marcas

identificadas no texto, as modalidades exerceram o papel de expressar o engajamento enunciativo, por meio da postura de coenunciação, nas situações em que o ChatGPT emitiu comentários “críticos” após as citações.

Os dados nos conduziram à conclusão de que a atribuição da “posição autoral” a uma ferramenta de IA como o ChatGPT é bastante questionável, dada a sua natureza óbvia de dependência da inteligência humana e, conforme demonstramos, por se limitar à reprodução e validação elogiosa dos pontos de vista alheios.

REFERÊNCIAS

ADAM, J-M. **A linguística textual**: uma introdução à análise textual dos discursos. Tradução de Maria das Graças Soares Rodrigues, Luis Passeggi, João Gomes da S. Neto e Eulália Vera Lúcia Fraga Leurquin. Revisão Técnica: João Gomes das S. Neto. 2 ed. revisada e aumentada. São Paulo: Cortez, 2011.

BENTES, A.; PALUMBO, R.; AQUINO, Z. Linguística textual, interação e cognição social: procedimentos metodológicos. **Revista (Con)Textos Linguísticos**, Vitória, v. 15, n. 31, p. 10-29, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/contextoslinguisticos/issue/view/1358>. Acesso em: 08 out. 2021.

BERNARDINO, R. A. S.; GUERRA, Z. P. Questões de responsabilidade enunciativa e autoria em texto acadêmico produzido com auxílio do ChatGPT. **Domínios de Lingu@gem**, Uberlândia, v. 18, p. e1838, 2024. DOI: 10.14393/DLv18a2024-38. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/dominiosdelinguagem/article/view/74539>. Acesso em: 25 set. 2024.

CATELÃO, E. M. Explorando a capacidade de produção textual e sentidos entre humanos e IA: estudo comparativo de resumos acadêmicos. **Domínios de Lingu@gem**, Uberlândia, v. 18, p. e1835, 2024. DOI: 10.14393/DLv18a2024-35. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/dominiosdelinguagem/article/view/74192>. Acesso em: 25 set. 2024.

CHIZZOTTI, A. A pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais: evoluções e desafios. **Revista Portuguesa de Educação**, v. 16, n. 002, p. 221-236, 2003. Disponível em: http://200.17.83.38/portal/upload/com_arquivo/1350495029.pdf. Acesso em: 03 mar. 2014.

FERREIRA, R. C. V.; GARCIA, G. H. M.; BRASIL, D. R. O surgimento do Chat GPT e a insegurança sobre o futuro dos trabalhos acadêmicos. **Cadernos de Direito Actual**, [S. l.], n. 21, p. 130-143, 2023. Disponível em:

<https://www.cadernosdedereitoactual.es/ojs/index.php/cadernos/article/view/917>. Acesso em: 25 ago. 2024.

GUENTCHÉVA, Z. Manifestations de la catégorie du médiatif dans lês temps du français. **Langue Française**, Paris, v. 102, n. 1, p. 8-23, 1994. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/lfr_0023-8368_1994_num_102_1_5711. Acesso em: 04 out. 2023.

MORAES, R. Uma tempestade de luz: a compreensão possibilitada pela análise textual discursiva. **Ciência & Educação**, v. 9, n. 2, p. 191-211, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ciedu/v9n2/04.pdf>>. Acesso em: 25 ago. 2024.

RABATEL, A. **Homo narrans**: por uma abordagem enunciativa e interacionista da narrativa. v. 1. Tradução de Maria das Graças Soares Rodrigues, Luís Passeggi, João Gomes da Silva Neto. São Paulo: Contexto, 2016a.

RABATEL, A. Os desafios das posturas enunciativas e de sua utilização em didática. Tradução de Weslin de Jesus Santos Castro. **EID&A - Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação**, Ilhéus, n. 12, p. 191-233, jul./dez. 2016b. Disponível em: <https://periodicos.uesc.br/index.php/eidea/article/view/1328/1089>. Acesso em: 23 ago. 2024.

RABATEL, A. Schémas, techniques argumentatives de justification et figures de l'auteur (théoricien et/ou vulgarisateur). **Revue d'anthropologie des connaissances**. v. 4, p. 505-525, 2010. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-anthropologie-des-connaissances-2010-3-page-505.htm>. Acesso em: 23 ago. 2024.

SANTOS, E. A.; SILVA, G. G. Revolucionando a escrita acadêmica com inteligência artificial: uma exploração das ferramentas de reescrita. **Cadernos da Fucamp**, Uberaba - Mg, p. 1-19, 2024. Disponível em: <https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/cadernos/article/view/3433>. Acesso em: 25 ago. 2024.

ORGANIZADORES

MARIA EDNEIDE FERREIRA DE CARVALHO

Professora do quadro efetivo do Departamento de Letras Vernáculas (DLV), do Campus Avançado de Pau dos Ferros (CAPF), da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Graduada em Letras pela UERN (2007). Especialista em Literatura Infanto-Juvenil (UERN - 2008). Mestre em Letras -PPGL\UERN (2010) e Doutora em Letras - PPGL\UERN (2021). É vinculada ao Grupo de Pesquisa em Literaturas de Língua Portuguesa (GPORT), da Universidade Estadual do Rio Grande do Norte. Tem experiência na área de Língua Portuguesa e Ensino, atuando principalmente nos seguintes temas: Memórias, identidades e narrativas do sertão; Literatura de cordel; Literatura Infanto-juvenil; Identidades étnico-raciais, Cultura popular e ensino, literatura e ensino.

ROSA LEITE DA COSTA

Possui graduação em Letras pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (2003), especialização em Linguística Aplicada (2005), Mestrado acadêmico em Letras, PPGL,UERN (2010) e Doutorado em Letras (2020), pelo mesmo programa. Atuou durante dez anos como professora de Língua Portuguesa do Ensino Fundamental (Prefeitura Municipal de São Miguel /RN). Desde 2008, é professora efetiva da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, do Departamento de Letras Vernáculas do Campus de Pau dos Ferros, e integra o programa de Pós-graduação em Letras - PPGL/UERN, como professora efetiva desde 2021. Atua principalmente nos temas argumentação e morfossintaxe, na graduação. Na pós-graduação, integra a linha de pesquisa Discurso, Memória e Identidade, com interesse em orientar trabalhos que se respaldem na Nova Retórica (NR) como teoria principal, podendo estabelecer diálogos com outras teorias. Atualmente, é líder do do Grupo de Pesquisa em Produção e Ensino de Texto (GPET). É membro da Associação Latino-Americana de Estudos da Escrita na Educação Superior e em Contextos Profissionais, desde 2024.

JOSÉ GEVILDO VIANA

Professor do Departamento de Letras Vernáculas do Campus Avançado de Pau dos Ferros - CAPF, da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN. Graduado em Letras pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte UERN (2001). Especialista em Linguística Aplicada - UERN (2003). Mestre em Letras -PPGL\UERN (2010). Doutor em Letras - PPGL\UERN. Vinculado aos seguintes grupos de pesquisas: Grupo de Estudos do Discurso (GRED\CAMEAM\UERN); Grupo de Estudos do Discursos da Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (GEDUERN) Tem experiências com trabalhos na área de Análise do Discurso Francesa na perspectiva foucaultiana, e também na área de Ensino de Língua Materna (Português). Atualmente é coordenador do Projeto Raizes da Cultura Sertaneja - PROCULT do Departamento de Letras Vernáculas -DLV. É coordenador do Museu de Cultura Sertaneja - MCS da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, UERN, do Campus Avançado de Pau dos Ferros, CAPF.

JOSÉ CEZINALDO ROCHA BESSA

Possui graduação em Letras/Língua Portuguesa e respectivas literaturas pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (2005), mestrado em Estudos da Linguagem, na área de concentração em Linguística Aplicada, pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2007), e doutorado em Linguística e Língua Portuguesa pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Campus de Araraquara, com período de estágio sanduíche no exterior na Université de Paris VIII (bolsa PDSE/CAPEs). Atualmente é Professor Classe III da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, no Campus de Pau dos Ferros, onde atua nos cursos de graduação em Letras e na pós-graduação. É docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Ensino (PPGE/UERN) e do Programa de Pós-Graduação em Letras da UERN (PPGL). Como função administrativa, desempenhou a função de coordenador do Programa de Pós-Graduação em Ensino (PPGE) nas gestões 02/2018-02/2020 e 02/2020-02/2022 e ocupa, atualmente, a função de vice coordenador do referido programa. Atuou como membro do Conselho Editorial das Edições UERN no período de 06/2017 a 12/2023. Foi um dos idealizadores e é editor-chefe da revista *Diálogo das Letras* (Qualis CAPES A3). É membro do Conselho Editorial da Editora da REDE-TER. É responsável pela criação e gerenciamento das redes sociais da revista *Diálogo das Letras* no Instragram, Facebook, Twiter, YouTube, ResearchGate e Academia.Edu. É líder do Grupo de Estudos em Interação, Texto e Discurso do Alto Oeste Potiguar (GITED) e membro do Grupo de Pesquisa em Produção e Ensino do Texto (GPET), do Grupo Slovo/UNESP e do Grupo GED/UNESP. Foi, também, líder do GPET/UERN, no período de 2009 a 2011. Atua como membro da Diretoria, na condição de primeiro secretário, da Rede Internacional Interdisciplinar de Pesquisadores em Desenvolvimento de Territórios (Rede-TER) e de membro associado da Associação Latino-Americana de Editoração Científica (ALAEc) e da Asociación Latinoamericana de Estudios de Escritura en Educación Superior y Contextos Profesionales (ALES). É sócio efetivo da Associação Brasileira de Linguística (ABRALIN). Concentra interesse pelos estudos na área de Letras, com ênfase em Linguística, Linguística Aplicada e Língua Portuguesa, dedicando-se especialmente a estudos sobre gêneros do discurso, produção textual, leitura e escrita, ensino de língua materna, dialogismo, discurso citado, voz autoral, plágio, escrita e comunicação científica.

AUTORES

SARA CRISTINA DOS SANTOS FREIRES

Doutoranda em Letras, Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, sc.freires@gmail.com.

MARIA ELIZA FREITAS DO NASCIMENTO

Doutora em Linguística, Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, elizafreitas@uern.br.

GABRIELA CASTRO MARQUES

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL/UERN). Pau dos Ferros/RN. E-mail: gabcastro.castro@gmail.com.

MILLY APARECIDA DE SOUSA LIMA

Docente da escola municipal José Neri de Oliveira. Doutor Severiano/RN. Graduada pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). E-mail: millysouza306@gmail.com.

EDUARDO GONÇALVES DE CARVALHO

Estudante de Graduação em Letras / Língua Portuguesa, Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) - *Campus* Avançado de Pau dos Ferros, eduardogcarvalho72@gmail.com.

RILLARY YASMIM VIEIRA ALVES

Estudante de Graduação em Direito, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), rillaryasmin@gmail.com.

EVANDRO GONÇALVES LEITE

Doutor em Letras, Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN) - *Campus* Pau dos Ferros, evandrogleite@yahoo.com.br.

THALIA RODRIGUES DE CASTRO SANTIAGO

Graduanda do curso de licenciatura em Letras Língua Portuguesa, Universidade Estadual do Ceará – Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos, e-mail thalia.castro@aluno.uece.br.

ANTONIO LAILTON MORAES DUARTE

Professor assistente de Linguística e Língua Portuguesa do curso de Letras da Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos – UECE, Doutor em Linguística pela Universidade Federal do Ceará, e-mail antonio.duarte@uece.br.

JOSÉ MARCOS ROSENDO DE SOUZA

Professor Adjunto do curso de Letras da Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos, FAFIDAM-UECE, Doutor em Letras, jose.marcos@uece.br.

LUCAS TADEU MARTINS FÉLIX

Graduado em Letras Língua Inglesa, UERN, lucastadeult@hotmail.com

ANA MARIA DE CARVALHO

Doutora em Letras, UERN, anacarvalho@uern.br.

JOSÉ ROBERTO ALVES BARBOSA

Doutor em Linguística, UERN, josealves@uern.br.

EMANUELLE KELLY ALVES DE SOUZA

Doutoranda em Letras pelo Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL), da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte- UERN. E-mail: emanuellekelly4@gmail.com.

LIDIANE DE MORAIS DIÓGENES BEZERRA

Professora efetiva da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN. Doutora em Estudos da Linguagem pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte- UFRN. E-mail: lidianemoraes@uern.br.

ROSÂNGELA FÉLIX DE OLIVEIRA

Mestranda em Letras pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Pau dos Ferros/RN. E-mail: felixrosangelaoliveira@gmail.com.

NIURY CLÉDNA DE VASCONCELOS SILVA

Graduada em Letras/Língua Portuguesa pela UERN/CAA. Fundadora da ONG SOS Animal Assu. E-mail: niurycledna@hotmail.com.

IVANDILSON COSTA

Doutor em Letras/Linguística pela UFPE. Professor do Departamento de Letras Estrangeiras da UERN/CAA. E-mail: ivandilsoncosta@uern.br.

JOSÉLIA CRUZ DA SILVA

Docente da Secretaria de Educação Básica do Estado do Ceará (Seduc/CE). Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Pau dos Ferros/RN. E-mail: atilaitalo12@gmail.com.

MÁRCIA SOCORRO FERREIRA DE ANDRADE SILVA

Docente do curso de Letras Espanhol da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (Uern). Mossoró/RN. Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL/Uern). Pau dos Ferros/RN. E-mail: marciaandrade@uern.br.

NATÁLIA VENÂNCIO DA SILVA

Mestranda em Letras no Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL/UERN) - Pau dos Ferros/RN. E-mail: nataliavenancio1@hotmail.com.

ALEX SOUZA BEZERRA

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte
alexsouza2712@gmail.com.

ROSANGELA ALVES DOS SANTOS BERNARDINO

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte
rosangelabernardino@uern.br.

LEANDRO VAGNER MORAIS MENEZES

Graduado em Letras/Língua Portuguesa pela UERN/CAA.
leandro_vagner@yahoo.com.br.

IVANDILSON COSTA

Doutor em Letras/Linguística pela UFPE. Professor do Departamento de Letras Estrangeiras da UERN/CAA. ivandilsoncosta@uern.br

LUCAS BRAGA DE ARAÚJO

Graduando pelo Curso de Letras Língua Portuguesa, do Campus Avançado de Patu, da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. E-mail: lucasbraga@alu.uern.br.

JULIANNY MARIA DE FREITAS MARTINS

Graduanda pelo Curso de Letras Língua Portuguesa, do Campus Avançado de Patu, da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. E-mail: juliannymaria@alu.uern.br.

PROFA. MA. BRENDA DE FREITAS

Mestra pelo curso de Letras Língua Portuguesa, do Campus Avançado de Pau dos Ferros, da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. E-mail: brendafreitas@uern.br.

LYCIA ROANE SILVA

Graduanda do curso de Letras Língua Portuguesa e respectivas literaturas da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, e-mail: lyciasilva@alu.uern.br.

LÍLIA ALEXANDRINO DE ARAÚJO

Graduanda do curso de Letras Língua Portuguesa e respectivas literaturas da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, e-mail: liliaalexandrino@alu.uern.br.

ANDRESSA FERNANDES FREIRE

Graduanda em Letras Língua Portuguesa pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). E-mail: andressafernandes@ulu.uern.br]

AMANDA MIKAELLY NOBRE DE SOUZA

Doutoranda em Letras pelo Programa de Pós-graduação em Letras (PPGL) da Universidade do Rio Grande do Norte (UERN). E-mail: anobredesouza@gmail.com.

ANTONIO GENÁRIO PINHEIRO DOS SANTOS

Professor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN/FELCS. Pós-doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística pela Universidade Federal de São Carlos – UFSCar. genario.pinheiro@ufrn.br.

RAFAELA CLÁUDIA DOS SANTOS

Bolsista Capes. Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal da Paraíba - PROLING/UFPB. rafaelaclaudiasan@gmail.com.

CLARA MORGHANA PEREIRA SILVA

Mestranda em Letras pelo Programa de Pós-graduação em Letras (PPGL) da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Email: morghanapereira4@gmail.com.

FRANCISCO VIEIRA DA SILVA

Doutor em Linguística pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e professor de Linguística e Língua Portuguesa da Universidade Federal do Semi-Árido (UFERSA). Email: francisco.vieiras@ufersa.edu.br.

MAURO SILVANO MEDEIROS PEREIRA

Mestre em Ensino pelo Programa de Pós-graduação em Ensino pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – mauro.medeiros@ufersa.edu.br.

VINICIUS COSTA ARAÚJO LIRA

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL) da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). E-mail: vinicius.lira@alunos.ufersa.edu.br.

FRANCISCO VIEIRA DA SILVA

Doutor em Linguística pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Docente da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA) e do Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL) da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). E-mail: francisco.vieiras@ufersa.edu.br.

WILLIAN ANDRADE SILVA

Mestrando em Letras pelo Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL) da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). E-mail: andradew731@gmail.com.

LAÍZE LIMA DA SILVA

Graduanda do Curso de Licenciatura em Letras e suas respectivas literaturas, Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Iguatu, e-mail: laize.lima@aluno.uece.br.

REGILSOM MAGALHÃES DA SILVA JÚNIOR

Graduando do Curso de Licenciatura em Letras e suas respectivas literaturas, Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Iguatu, e-mail: regilsom.junior@aluno.uece.br.

JACKELINE SOUSA SILVA

Mestre em Letras. Professora do Curso de Licenciatura em Letras e suas respectivas literaturas, Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Iguatu, e-mail: jackelines.silva@uece.br.

FRANCISCO EDJÂNIO RODRIGUES FERREIRA

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Ensino (POSENSINO) da associação ampla entre a Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), a Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA) e o Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN). E-mail: edjaniogeo@gmail.com.

JOSERLÂNDIA PEREIRA DA SILVA SALES

Graduada do Curso de Licenciatura Plena em Letras Português. Universidade Estadual da Paraíba – UEPB. E-mail: joserlandiasales10@gmail.com.

MARIA DAS GRAÇAS DE OLIVEIRA PEREIRA

Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL) da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Pau dos Ferros/RN, Brasil. Bolsista CAPES. E-mail: mariaoliver788@gmail.com.

MARIA JOSÉ MORAIS HONÓRIO

Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL) da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Pau dos Ferros/RN, Brasil. Bolsista CAPES. mariajosemoraishonorio@gmail.com.

ANDRÉ AKÊNIO DINIZ ALEXANDRE

Aluno do curso de Licenciatura plena em Letras - Português na Universidade Estadual da Paraíba - UEPB (andre.alexandre@aluno.uepb.edu.br).

SAMARA VIEIRA CARNEIRO

Aluna do curso de Licenciatura plena em Letras - Português na Universidade Estadual da Paraíba - UEPB (samara.carneiro@aluno.uepb.edu.br).

MAURIENE SILVA DE FREITAS

Dra. em Linguística, docente na Universidade Estadual da Paraíba, coordenadora do projeto “Feminicídio sob Investigação” em atuação desde 2018 com outra denominação e que contou com o financiamento externo da Fapesq- Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado da Paraíba. (maurienefreitas@servidor.uepb.edu.br).

GERSON VITOR PINTO FERNANDES

Graduando, Universidade Federal Rural do Semi-Árido, gersonvitor789@gmail.com.

GABRIELLY THICIANE DOS SANTOS ANDRADE

Mestra em Ensino de Línguas e Artes, Universidade Federal Rural do Semi-Árido, gabriellythiciane@gmail.com.

ALEX SANDRA DA SILVA MOURA

Doutora, Universidade Estadual do Rio Grande do Norte – UERN, Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco, e-mail alexmssandra@gmail.com.

ANTÔNIA MARIA DE MEDEIROS DA CRUZ CARVALHO

Doutora, Universidade Federal de Alagoas – UFAL, Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco, e-mail medeiros_cruz@hotmail.com.

KELLY MILENY DA SILVA

Graduada em Letras - Língua Portuguesa e suas Respectivas Literaturas pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN / CAPF). mileny886@gmail.com.

JOSÉ GEVILDO VIANA

Professor do Departamento de Letras Vernáculas do Campus Avançado de Pau dos Ferros - CAPF, da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN. Graduado em Letras pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte UERN (2001). Especialista em Linguística Aplicada - UERN (2003). Mestre em Letras -PPGL\UERN (2010). Doutor em Letras - PPGL\UERN. josegevildo@uern.br.

ASSÍDIA MARIA SOARES ALVES PARNAÍBA

Mestranda do Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN. E-mail: assidiasoares@gmail.com.

ROSA LEITE DA COSTA

Doutora em Letras, Professora da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN. E-mail: rosaleite@uern.br.

ÉDER SUASSUNA DE OLIVEIRA

Graduado, Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN, edersuassunade@gmail.br

MARCO AURÉLIO LINHARES BEZERRA

Mestrando – UERN – Universidade do Estado do Rio Grande do Norte/PPGL – Programa de Pós Graduação em Letras – Malbezerra22@gmail.com.

CAROLAINÉ ARAUJO DE MORAIS

Graduada – Letras Língua Portuguesa e Respectivas Literaturas – Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN – carolainearaujo0107@gmail.com.

DALVA TEIXEIRA DA SILVA PENHA

Professora Doutora do Departamento de Letras Vernáculas, da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), Campus Avançado de Pau dos Ferros (CAPF). E-mail: dalvinhateixeira@yahoo.com.br.

JOYCE CRISTINA OLIVEIRA BORGES DOS SANTOS

Discente do curso de Letras-Língua Portuguesa, da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), Campus Avançado de Pau dos Ferros (CAPF). E-mail: joyceborges@alu.uern.br.

ABRAÃO FONTES DA SILVA

Mestrando em Letras pelo Programa de Pós-Graduação em Letras – PPGL, Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, abraao.silva.rs@gmail.com.

FRANCISCO FELIPE DE OLIVEIRA ROCHA

Mestre em Letras pelo Programa de Pós-Graduação em Letras – PPGL, Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, felopeoliveira.rocha@gmail.com.

THALES MOISES ALVES DE SOUZA

Mestrando em Letras pelo Programa de Pós-Graduação em Letras – PPGL, Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, alves22moises@gmail.com.

GUSTAVO TAWAN SILVA DE MOURA

Graduando de Letras Português pela Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA), gustavomouracg75@gmail.com.

ISADORA SANZIA DA COSTA MORAES

Graduanda de Letras Português pela Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA),

MÁRIO GLEISSE DAS CHAGAS MARTINS

Professor de Letras Português pela Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA).

LUÍS MIGUEL VIEIRA SANTOS

Graduando do Curso de Licenciatura em Letras e suas respectivas literaturas, Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Iguatu, e-mail: luis.miguel@aluno.uece.br.

SÁRTRY ARAÚJO SILVA

Graduando do Curso de Licenciatura em Letras e suas respectivas literaturas, Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Iguatu, e-mail: sartry.silva@aluno.uece.br.

JACKELINE SOUSA SILVA

Mestre em Letras. Professora do Curso de Licenciatura em Letras e suas respectivas literaturas, Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Iguatu, e-mail: jackelines.silva@uece.br.

IARA CRISTINA PEREIRA TAVARES

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – CAPF/ UERN
E-mail: iaracp1995@gmail.com.

JOSINALDO PEREIRA DE PAULA

Fundação de Amparo e Promoção da Ciência, Tecnologia e Inovação do RN (FAPERN). Doutor em Letras do Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL), pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Pau dos Ferros/RN, Brasil.
E-mail: josinaldopaula@uern.br.

SECLEIDE ALVES DA SILVA

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – CAPF/ UERN E-mail: secleidealves@uern.br.

LIDIA DE SOUSA LIMA

Graduada em Letras, Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, flidiadesousa@gmail.com.

EDUARDA SAIONARA DE MESQUITA OLIVEIRA

Graduanda em Letras – Língua portuguesa, na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, *campus* Pau dos Ferros (UERN/CAPF). E-mail: saionaraeduarda@gmail.com.

MANOEL LÁZARO DA SILVA ALVES

Mestrando em Letras pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN/CAPF/CAPES, professorlazarualves@gmail.com.

DIONES BEZERRA DE SOUZA

Doutorando em Letras pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade do Estado Rio Grande do Norte – UERN/CAPF/CAPES, dionesmacena10@gmail.com.

SABRINA HELEN LIMA MENDES

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte sabrinaharmonizer07@gmail.com.

MARIA ISIS DA SILVA

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte isis4398@gmail.com.



Texto, discurso e produção de sentidos em uma sociedade conectada

Os temas explorados revelam o compromisso dos autores com questões contemporâneas de relevância social, como as novas configurações do trabalho, os direitos das minorias, a política, a religião, entre outros. As análises incidem sobre múltiplas materialidades discursivas, incluindo comentários em redes sociais, documentos institucionais, textos digitais e produções midiáticas variadas — o que demonstra a vitalidade e a complexidade da linguagem na sociedade atual. Mais do que analisar estruturas linguísticas, trata-se de observar como os discursos operam, como os textos se constituem como práticas sociais e como os sentidos são disputados, negociados ou cristalizados. É nesse horizonte que se inscrevem os estudos sobre linguagem na atualidade: compreender os efeitos de sentido produzidos em uma sociedade conectada, atravessada por discursos que moldam subjetividades, identidades e formas de existência.